Repositório Evolutivo de Política Internacional para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

1. Teoria das Relações Internacionais
2. Política Externa Brasileira e Ministério das Relações Exteriores
3. Brasil e relações bilaterais
4. Brasil, integração regional e mecanismos inter-regionais
5. Brasil e assuntos políticos
6. Brasil e assuntos ambientais e de desenvolvimento sustentável
7. Brasil e assuntos econômicos e financeiros
8. Brasil e assuntos científico-tecnológicos, culturais e de cooperação
9. Situação nacional e política externa de parceiros do Brasil

4ª edição
Revisão de 15/07/2024

REPOSITÓRIO EVOLUTIVO DE POLÍTICA INTERNACIONAL PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (REPI-CACD)

4ª edição

REPOSITÓRIO EVOLUTIVO DE POLÍTICA INTERNACIONAL PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (REPI-CACD)

4ª edição

Revisão de 15/07/2024

Apresentação

O que é o Repositório Evolutivo de Política Internacional para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (REPI-CACD)?

Ao menos três das características fundamentais do REPI-CACD já estão evidentes em seu nome. Ele propõe-se a ser um repositório, de caráter evolutivo, direcionado à preparação para a disciplina de Política Internacional (PI) conforme cobrada no CACD.

O REPI é um repositório de informações[1], ora factuais ora analíticas, formado por (i) grades de correção de cursos de questões discursivas[2] de PI para a 3ª fase do CACD entre os anos de 2019 e de 2023, elaboradas por mim e pelo colega diplomata e professor Bruno Rolim[3]; e (ii) sínteses elaboradas por candidatos participantes de grupo de estudo coordenado por mim entre 2021 e 2023[4].

O REPI tem caráter evolutivo, porque essa é a natureza da preparação para PI no CACD. Embora não sejam apenas as atualidades cobradas nas provas de 1ª ou de 3ª fases de PI, o conteúdo da disciplina é virtualmente infinito, uma vez que compreende não apenas o acumulado histórico que data, com exceções não desprezíveis, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, como também se atualiza com cada novo fato ocorrido até o presente e com perspectivas futuras. O REPI também tem caráter evolutivo, porque seguirá sendo atualizado a cada nova questão discursiva preparada ou a cada material elaborado e discutido no âmbito do grupo de estudos, por meio da circulação de novas edições periodicamente[5].

O REPI é direcionado para PI, mas o caráter interdisciplinar de vários temas e as similaridades entre pontos do edital de duas ou mais áreas poderá ser valioso para a preparação nas demais disciplinas[6]. Ademais, o REPI não se limita estritamente aos tópicos explicitamente incluídos na seção de PI dos últimos editais, mas tem cobertura expandida a outros aspectos que podem ser cobrados de maneira tangencial, como energia, ciência e tecnologia e cultura.

O REPI vai além dessas três características iniciais. Talvez a mais importante qualidade

---

[1] As informações contidas no REPI-CACD são de responsabilidade dos organizadores. No caso dos organizadores servidores públicos, as contribuições não refletem necessariamente a posição oficial do governo brasileiro, tampouco compreendem qualquer informação classificada a que têm acesso. As fontes utilizadas para a elaboração do material são múltiplas, não foram agregadas de maneira exaustiva como parte do REPI, mas, quando pertinentes ou em se tratando de referências ou citações, foram identificadas no decorrer do documento. O REPI é documento aberto e gratuito, e não há reprodução direta, sem autorização e com o intuito de obter lucro direto ou indireto, de obra ou produto sujeito a direitos autorais.

[2] Mais de 150 questões foram aplicadas durante o período e tiveram suas grades de correção utilizadas para a primeira edição do REPI-CACD.

[3] Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná em 2006 e em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná em 2010. Especialista em Comunicação Esportiva em 2009. Jornalista esportivo de formação, diplomata de carreira desde 2020. No Itamaraty, serviu na Divisão de Bolívia, Equador, Paraguai e Peru (DIBEP), responsável por temas relativos a Peru e, como suplente, Bolívia e Paraguai. Atualmente é segundo-secretário na Embaixada do Brasil em Assunção.

[4] Cerca de 2000 páginas de sínteses produzidas pelos candidatos para o Núcleo de Estudos Avançados de Política Internacional para o CACD (NEAPI) foram utilizadas para a primeira edição do REPI-CACD.

[5] Até a publicação de uma nova edição, os organizadores reservam-se ao direito de realizar pequenas correções editoriais ou factuais, devidamente identificadas em folha de rosto. Comentários e indicações de imprecisões podem ser enviados ao endereço eletrônico repicacd@gmail.com.

[6] Mais diretamente em Direito, Economia, Geografia, História Mundial e História do Brasil, mas também como base de conhecimento para questões das quatro línguas cobradas no CACD.

que se deva mencionar é a de que o REPI é gratuito e seguirá sendo gratuito, não tendo qualquer intenção de gerar lucro direto ou indireto. A preparação para o CACD é, regra geral, bastante custosa – e não apenas em termos financeiros. Os altos custos criam assimetria de acesso a conteúdo e informação entre os candidatos, que se visa a mitigar com a iniciativa.

O que o REPI-CACD não é?

Tão importante quanto saber o que é o REPI-CACD é saber o que ele não é, ou o que não se propõe a ser. O REPI não é manual nem guia de estudos, porque não tem por pretensão cobrir com a mesma profundidade cada item do edital de PI, fornecer todas as informações elementares sobre um determinado tema ou ser a fonte principal de estudos de um candidato.

O REPI tampouco pretende substituir aulas presenciais, cadernos, leituras de documentos primários, artigos, livros e dos guias de estudos organizados pelas turmas ingressantes no Instituto Rio Branco, nem quaisquer outras fontes importantes para a preparação, como notícias de imprensa, *podcasts* ou documentários.

Como utilizar o REPI-CACD?

O REPI foi pensado para atuar como uma via auxiliar na preparação para o CACD. O sumário inicial, o formato virtual e a inclusão de referências cruzadas permitem que o candidato possa localizar, com facilidade, informações sobre determinado tópico de estudo, em uma estrutura dividida em capítulos, tópicos, seções e subseções. O material pode ser extraído e copiado de maneira livre e agregado aos cadernos individuais dos candidatos.

O REPI é mais adequado para candidatos que já estejam em estágio de preparação intermediária ou avançada, uma vez que aborda determinados temas com grau de profundidade superior ao que normalmente é cobrado na 1ª fase do CACD e partindo já do pressuposto de que o candidato tem conhecimentos elementares sobre o tópico.

Como o REPI-CACD surgiu?

Em 2021, após seis anos trabalhando com a preparação para PI, em cursos preparatórios ou particulares, para a 1ª e a 3ª fases, tomei a decisão de interromper as atividades de docência, para poder dedicar-me ao meu primeiro filho, que estava por nascer. Não fui capaz de romper completamente os laços com o CACD naquele momento: ato contínuo, organizei grupo de estudos para continuar a contribuir para a preparação de conjunto limitado de ex-alunos, por meio da curadoria de material e do direcionamento de atividades.

Após sugestões de diversos alunos no decorrer dos anos e em razão de impulso definitivo do ex-aluno e atual colega Gabriel Joaquim, resolvi organizar o REPI-CACD como um legado de todos os anos de trabalho com a preparação e como forma de oferecer a oportunidade para que mais candidatos pudessem ter acesso aos materiais produzidos originalmente para cursos de questões discursivas e para o grupo de estudos.

O que é o Curso REPI?

No segundo semestre de 2023, tomei a iniciativa de lançar um curso extensivo teórico complementar ao REPI-CACD: o Curso do Repositório Evolutivo de Política Internacional (Curso

REPI). O curso contém 160 aulas e 40 semanas de duração, dividido em ciclos básico, intermediário e avançado. Tem como propósito principal contribuir para a democratização do acesso a conteúdos de Política Internacional aos candidatos, ao mesmo tempo que, mediante contribuição social, arrecade recursos beneficentes para as obras assistenciais do Hospital Nosso Lar, instituição psiquiátrica de Campo Grande/MS. O Curso REPI é acessível a todos os interessados, uma vez que, a despeito da fixação de um valor de referência, cada inscrito pode participar mediante qualquer contribuição mensal. Todos os recursos são repassados ao Hospital Nosso Lar.

A segunda edição do curso extensivo teórico deverá ser realizada após o CACD 2024. Em paralelo, no contexto da publicação do edital do CACD 2024, foi lançado o Curso REPI Intensivo para a 1ª Fase, com aulas de correções de questões autorais de política internacional, no formato da primeira fase do CACD.

Mais informações sobre o Curso REPI estão disponíveis em https://repi.neoidea.com.br/.

Leonardo Rocha Bento[7]

[7] Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo em 2009. No setor privado, trabalhou em consultoria especializada em relações internacionais. Diplomata de carreira desde 2013. No Itamaraty, já trabalhou com temas de integração regional (UNASUL, CELAC e MERCOSUL), como assessor do secretário-geral da Relações Exteriores e na Missão Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas internacionais em Genebra, como responsável por negociações agrícolas. Atualmente é segundo-secretário na Embaixada do Brasil em Bogotá.

Agradecimentos

O REPI-CACD não teria sido possível sem:

- O nascimento de meu primeiro filho, Miguel, que deu novos sentidos para tudo o que eu faço e me levou a caminhos inéditos;
- O apoio irrestrito da minha companheira de vida e coidealizadora do REPI-CACD, professora doutora Angélica Saraiva Szucko;
- A parceria com meu ex-aluno e colega diplomata e professor Bruno Rolim, que não apenas contribuiu com as suas grades de correção de cursos de discursivas oferecidos entre 2021 e 2023, mas também assumiu, com mais brilhantismo e competência, a minha turma de alunos quando decidi interromper a docência após o CACD-2021;
- As contribuições de todos os participantes do Núcleo de Estudos Avançados para o Curso de Admissão à Carreira de Diplomata (NEAPI-CACD), que coordeno desde 2021;
- Ao impulso decisivo do ex-aluno e colega diplomata Gabriel Joaquim;
- A capacidade de organização e supervisão de tarefas e todo o extenso trabalho de edição e revisão do recém-aprovado no CACD Leonardo Steil[8]; e
- O trabalho voluntário dos seguintes diplomatas e candidatos na elaboração, na organização, na editoração e na atualização do material selecionado:

  - Acacio Raphael Aguiar Moraes;
  - Adriana de Medeiros Gabinio;
  - Ágata Zamarian;
  - Aline de Melo Faria Pereira;
  - Amanda Ponce de Leon;
  - Ana Carolina de Carvalho;
  - Ana Clara Cunha Cruz;
  - Ana Sophia Krause Isleib;
  - André Bafti;
  - André Campagnaro Rampinelli;
  - André Novo Viccini;
  - Arthur Matheus Suarez Pereira;
  - Barbara Macedo Perrenoud;
  - Bárbara Moraes;
  - Bianca Castelar Andrade de Almeida;
  - Breno Ribeiro Pires Duarte Vieira;
  - Bruna Passos Barreto;
  - Bruno Matelli;
  - Bruno Variani Carpeggiani;
  - Caio Augusto Pereira Lima Lorenzon;
  - Caio César Cristófalo;
  - Carolina Gontijo Hamdan Coutinho;
  - Clara Soares Nogueira;

[8] Bacharel em Engenharia Elétrica, com ênfase em Controle e Automação, pela Universidade de São Paulo e mestre em Engenharia Generalista pela École Centrale de Lille, via programa de duplo-diploma entre as instituições, em 2011. No setor privado, trabalhou em consultorias especializadas em planejamento estratégico e em uma grande produtora cultural de feiras e exposições de artes plásticas. Foi aprovado no CACD 2023 e atualmente cursa o IRBr.

- Clara Stefanello Sakis;
- Clarice Oliveira Nepomuceno;
- Diego Araujo Góis;
- Diego Schuch Nakayama;
- Felipe Morelli Rodrigues de Souza;
- Felipe Rocha Sebben;
- Fernanda Alves da Costa;
- Fernando Castilho Rossi;
- Gabriela de Matos Viana;
- Gabriella de Moura Gomes;
- Géssika Mayumi Nakandakari Soares;
- Guilherme Augusto Baldan Costa Neves;
- Guilherme Matos de Andrade;
- Gustavo Madeira Coutinho Ribeiro;
- Gustavo Milhomem Cardoso;
- Hugo Simões;
- Igor Anatoli Coelho Pinheiro;
- Indra Jônia Filgueiras D'Aguiar dos Santos;
- Isidoro Eduardo Americano do Brasil Junior;
- João Vitor Sales Zaidan;
- Julia Carolina Zanardi Czmyr;
- Juliana Barreto Tavares;
- Juliane Becker Facco;
- Kainã Hanua Pinto;
- Laura Leão Oliveira;
- Lucas Alves de Oliveira;
- Lucas Brum Monteiro Candido;
- Lucas Sampaio Ataliba;
- Lucas Vieira Rodrigues;
- Luciana Cristina Campos;
- Luiz Gustavo Vasques de Moraes;
- Luiza Valladares de Gouvea;
- Maickon Alex Alves Soares;
- Mânlio Souza Morelli;
- Marcelle Moreira Pujol;
- Marcelo Pellegrini Filho;
- Marco de Rosis Muniz;
- Mariana Barbosa Tavares;
- Mariana Jardim Andres Leones;
- Mariana Lima;
- Mariana Rulf;
- Matheus da Silva Almeida Xavier;
- Mattheus Pereira da Silva Aguiar;
- Michele Borges Gonçalves;
- Miguel Moreira dos Santos Barcellos Telles;
- Nathália Andrade Terra Pereira;

- Patrícia Dichtchekenian;
- Patricia Griebeler;
- Paula Pécora de Barros;
- Paula Pinto Firmeza Veras;
- Pedro Henrique Giocondo Guerra;
- Pedro Henrique Lins Gryschek;
- Rafael Wagner Radke;
- Raíssa Guimarães Carvalho;
- Raíssa Monteiro Saré;
- Robson Ferreira da Silva;
- Robson Hitoshi Takara;
- Romeu Santos Gottschalg;
- Ronaldo Luiz da Fonseca;
- Tainá Corrêa Barbosa Ramos;
- Taís Tiemy Ikeda Morgado;
- Thais Rafaela Ferrari da Cunha;
- Thalita Christine de Mendonça Fontoura;
- Thiago Cordeiro da Silva;
- Tiago Cardoso Milazzo Avellar Leal;
- Tiago Henrique Ferreira de Jesus;
- Vinícius Marcelino de Oliveira;
- Vinícius Kuczera Zampier; e
- Virgínia Milanesi Holanda.

Apresentação da 4ª Edição

Divulgado o edital do CACD 2024, cumprimos nosso compromisso de publicar a 4ª edição do REPI. Esta edição contém informações atualizadas até o dia 30 de junho de 2024[9].

A estrutura do documento sofreu novas modificações, com o desmembramento de dois novos capítulos, com base em materiais já existentes, para refletir, de maneira aproximada, a nova divisão temática das secretarias no Itamaraty, no terceiro mandato do presidente Lula. Os temas ambientais, de desenvolvimento sustentável e de energia passaram a compor um capítulo específico, assim como ocorreu com assuntos científico-tecnológicos, culturais e de cooperação.

A 5ª edição deverá ser publicada em janeiro de 2025.

[9] Algumas poucas atualizações cobrem eventos do início de julho de 2024.

Índice Remissivo

3. Brasil e relações bilaterais

O presente capítulo trata das relações bilaterais do Brasil com seus principais parceiros internacionais. Na seleção desses parceiros, não se limitou apenas àqueles cujo relacionamento têm caráter estratégico, mas se procurou abarcar todos os vizinhos sul-americanos bem como outros países importantes. Ademais, incluíram-se a União Europeia (UE) e organizações e mecanismos de integração e concertação regionais de caráter eminentemente político, relegando a outros capítulos aqueles de caráter predominantemente securitário ou econômico.

No que diz respeito à qualificação "estratégica", busca designar determinadas relações como prioritárias para o Brasil, salientando a importância do relacionamento segundo critérios políticos, econômicos e sociais e a presença de diálogo permanente e consultas frequentes. Nesse contexto, são conduzidos diferentes mecanismos que permitem trocar impressões sobre assuntos de interesse nas agendas bilateral, regional e multilateral. Há diversos formatos possíveis, sem diferenças concretas entre as várias terminologias adotadas pelo País, como "parceria estratégica", "aliança", "diálogo", etc. Ao contrário do que se observa na estruturação das relações e representações consulares e diplomáticas, essas designações não correspondem a uma precedência ou ordem hierárquica objetiva e universal adotada pelos Estados.

Atualmente, o Brasil mantém mais de vinte relacionamentos bilaterais caracterizados, em algum grau, como "estratégicos":

1) América Latina:
   i. **Argentina:** aliança estratégica, 1997;
   ii. **Colômbia:** parceria estratégica, 2024;
   iii. **Peru:** aliança estratégica, 2003;
   iv. **Venezuela:** aliança estratégica, 2005;
2) América do Norte:
   i. **Canadá:** diálogo de parceria estratégia, 2011;
   ii. **Estados Unidos (EUA):** diálogo estratégico, 2005[10];
3) Europa[11]:
   i. **Alemanha:** parceria estratégica, 2002; parceria Brasil-Alemanha para uma transformação ecológica e socialmente justa, 2023;
   ii. **Espanha:** parceria estratégica, 2003;
   iii. **França:** parceria estratégica, 2006;
   iv. **Itália:** parceria estratégica, 2007;
   v. **Reino Unido:** parceria estratégica, 2007;
   vi. **Rússia:** parceria estratégica, 2002;
   vii. **Suécia:** parceria estratégica, 2009;
   viii. **Suíça:** parceria estratégica, 2008;
   ix. **Ucrânia:** parceria estratégica, 2009;
   x. **União Europeia (UE):** parceria estratégica, 2007;

[10] Brasil e EUA estabeleceram um diálogo estratégico em 2005, durante a visita do presidente Bush ao Brasil. Desde então, diferentes mecanismos têm sido a principal instância para o tratamento de temas políticos no âmbito do relacionamento bilateral: Diálogo de Parceria Global (2010), Diálogo de Parceria Estratégica (2019) e Diálogo de Alto Nível (2022)

[11] A relação bilateral com Portugal tem um caráter *sui generis*, de natureza única, é pautada no mais alto nível pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 2000, e não é denominada como uma "parceria estratégica".

4) África:
    i. **África do Sul:** parceria estratégia, 2010;
    ii. **Angola:** parceria estratégica, 2010;
    iii. **Nigéria:** diálogo estratégico, 2013;
5) Ásia:
    i. **China:** parceria estratégica, 1993; parceria estratégica global, 2012;
    ii. **Índia:** parceria estratégica, 2006;
    iii. **Indonésia:** parceria estratégica, 2008;
    iv. **Japão:** parceria estratégica e global, 2014;
6) Oriente Médio:
    i. **Egito:** parceria estratégica, 2024;
    ii. **Emirados Árabes Unidos (EAU)**: parceria estratégica, 2019;
    iii. **Turquia:** parceria estratégica, 2010;
7) Oceania:
    i. **Austrália:** parceria estratégica, 2012.

O tratamento das relações bilaterais do Brasil procurou ser padronizado, por meio do formato de fichas, cujas informações se baseiam principalmente naquelas disponíveis no sítio virtual e as redes sociais do Itamaraty, incluindo a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), e de outros ministérios e órgãos do governo brasileiro, nos maços ostensivos enviados ao Senado Federal para a sabatina de embaixadores e no teor de comunicados ou declarações adotados em razão de visitas e encontros bilaterais. Privilegiou-se abordagem de fatos e eventos contemporâneos, enquanto aspectos históricos mais aprofundados foram incluídos no capítulo anterior, quando do tratamento da história da política exterior do Brasil.

Dica do Bruno

As relações bilaterais do Brasil são conteúdo central do estudo para o CACD. Ainda que parte substancial dos temas se sobreponha às chamadas pautas temáticas de estudo, é fundamental que haja a sistematização das iniciativas históricas e contemporâneas do Brasil com seus parceiros nos âmbitos sul-americano, hemisférico e mundial.

Para o concurso, há alguns conjuntos de relações que são mais frequentes do que outros, seja na fase objetiva seja na discursiva. A principal relação bilateral que DEVE ser estudada (em caixa alta) diz respeito à Argentina. Tudo, sem exceção, deve ser revisado pelo candidato, desde a trajetória histórica a partir de 1945 (para Política Internacional; o mesmo se aplica à História do Brasil, mas a partir de um período anterior ainda), passando pelas dinâmicas econômicas, políticas, sociais, culturais, pelas iniciativas conjuntas bilaterais, trilaterais e regionais, além da política externa e interna do país vizinho, em perspectivas histórica e contemporânea. É, talvez, o conteúdo mais prevalente nas provas de Política Internacional do CACD, e, a despeito das relações não estarem no seu momento mais intenso, sobretudo pela pouca convergência política entre os presidentes, a dinâmica Brasil-Argentina é sempre possibilidade a ser aventada para o concurso.

Quanto a outras dinâmicas bilaterais da América Latina, a tendência de cobrança até hoje se concentrou na prova objetiva, com parcas presenças na prova discursiva (a exemplo da Venezuela, tema de grande relevância regional nos últimos dez anos, mas que pouco foi citada na fase final do concurso), usualmente no bojo de iniciativas regionais. Isso não reduz a importância dessas

relações bilaterais, mas, caso haja escassez de tempo, aqui a profundidade pode ser menor do que no caso argentino – o que não significa que não se deva estudá-las. No contexto da retomada das relações bilaterais na região, a possibilidade de cobrança relacionada ao tema se amplia, sobretudo no marco das iniciativas involucradas dentro do marco do Consenso de Brasília.

Fora da América Latina, os principais focos de estudo, pela trajetória mais recente do concurso, são China e Estados Unidos (EUA). Nos dois casos, há menor ênfase em histórico da relação e mais em dinâmicas pós-década de 1990 e iniciativas contemporâneas, além da inserção das relações dos dois países com o Brasil em âmbitos global, regional e mesmo nas outras dinâmicas bilaterais, além da relação entre as duas grandes potências da atualidade (objeto de questão da fase discursiva na edição de 2022 da prova).

Quanto ao continente europeu, o conteúdo cobrado usualmente diz respeito a três países específicos (Alemanha, França e Reino Unido), além da União Europeia (UE). Nesses casos, vale revisar tanto a trajetória história das políticas externas quanto às iniciativas contemporâneas e as dinâmicas bilaterais com o Brasil. Tema que pode ser cobrado, mas com menor chance por conta de estar envolvido em polêmicas, é a relação bilateral Brasil-Rússia. Não deixe de dar uma revisada no tema, para não ser pego desprevenido caso o conteúdo apareça no TPS ou na fase discursiva.

A assunção do novo governo brasileiro gerou a expectativa, em 2023, de trazer de volta à tona um tema central durante boa parte da política externa pátria dos últimos 60 anos: o continente africano. Na prova de 2022, houve uma questão que teve na África pano de fundo, mas cujo tema-raiz era, a rigor, segurança e cooperação. A despeito de não ter havido a inclusão do tema em 2023, permanece para 2024 a possibilidade da retomada de temas econômicos e políticos, e também culturais, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem nos países lusófonos africanos grande componente. No edital do CACD 2023, houve mudança do item relativo a África, agora centrado na política externa do continente, e não apenas nas relações com o Brasil. Em todo caso, não é algo que não esteja contemplado no REPI.

Por fim, não se deve desprezar o Oriente Médio e o restante do continente asiático – além de parceiros tradicionais como Índia e Japão, há atenção cada vez maior ao Sudeste Asiático, tanto pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) quanto pelas dinâmicas bilaterais com países como Singapura, Vietnã e Indonésia. No geral, os temas do terceiro capítulo são, ao lado das questões multilaterais, as que tomam maior espaço do estudo e da prova – e, portanto, devem ser encaradas com a máxima seriedade. Nunca deixem nenhum tema de lado. Vocês estão recebendo um material precioso, e o que vocês farão dele poderá definir o seu progresso nessa árdua caminhada que é o CACD. Boa sorte!

3.1. Argentina

Marcos[12]: Segundo Alessandro Candeas, o relacionamento teria as seguintes fases: 1810-1898, instabilidade estrutural com predomínio de rivalidade e momentos de cooperação; 1899-1961, instabilidade conjuntural com busca de cooperação e momentos de rivalidade; 1962-1979[13], instabilidade conjuntural com predomínio de rivalidade; 1979-1988, estabilidade estrutural pela cooperação; 1988-presente[14], estabilidade estrutural pela integração. 1823: Reconhecimento da independência do Brasil[15]; 1825: Províncias Unidas do Rio da Prata rompem relações com o Brasil, e tem início a Guerra da Cisplatina; 1833: Brasil reconhece direito argentino sobre as Ilhas Malvinas; 1850: Rompimento das relações diplomáticas com o governo de Juan Manuel Rosas; 1865: Tratado da Tríplice Aliança; 1895: decisão arbitral sobre a Questão de Palmas, favorável para o Brasil; 1899: Julio Roca torna-se o primeiro presidente argentino a visitar o Brasil; 1900: Campos Sales realiza primeira visita oficial de chefe de Estado brasileiro à Argentina, um ano após a visita do presidente argentino Júlio Roca; 1908: Caso do Telegrama nº 9; 1914: Brasil, Chile e Argentina participam da Conferência de Niagara Falls, para mediação concernente ao conflito entre México e Estados Unidos (EUA); 1915: Assinatura do Pacto ABC, ratificado somente pelo Brasil[16]; 1933: assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação (Pacto Saavedra Lamas), entre Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai; 1942: Protocolo de

---

[12] Em vários períodos, a história das relações entre Brasil e Argentina confunde-se com a própria história desses países. No capítulo 2, ao longo das seções sobre a história da política externa brasileira desde 1945, abordam-se episódios da história da Argentina, como: a sua participação na Segunda Guerra Mundial e na reforma dos sistemas internacional e interamericano no pós-guerra; os governos de Perón (1946-1955; 1973-1974); a Revolução Libertadora (1955); o governo Frondizi (1958-1962) e a Questão Cubana; a Revolução Argentina (1966-1973); o retorno de Perón e o governo de Isabelita (1974-1976); o período de Reorganização Nacional (1976-1983); os governos Videla (1976-1981); Galtieri (1981-1982) e a Guerra das Malvinas (1982); Alfonsín (1983-1989) e Menem (1989-1999).

[13] Na década de 1970, há o fim da "cordialidade oficial" (Matias Spektor). Em 1973, o Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai enseja a oposição argentina e dá origem à questão Itaipu-Corpus, resolvida no governo Figueiredo, em 1979, na chancelaria Saraiva Guerreiro. O ápice da crise é contemporâneo ao governo Isabelita Perón. Para Alessandro Candeas, o Acordo Tripartite de 1979 inaugura a estabilidade estrutural pela cooperação.

[14] Na década de 1990, há diferenças nas relações de ambos com os Estados Unidos (EUA). Enquanto o Brasil busca autonomia pela participação, a Argentina praticava sua aquiescência pragmática (Guido di Tella e Menem), espécie de alinhamento. A Argentina, por exemplo, era entusiasta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), enquanto o Brasil tinha postura mais cautelosa. Naquele período, tinha força o realismo periférico de Carlos Escudé. A crise do real, em 1999, enseja protecionismo argentino, ocasionando contenciosos comerciais com o Brasil, o que só piora com a crise portenha de 2001-2002 (caso "*antidumping* do frango" na Organização Mundial do Comércio – OMC – é exemplo). Com Cristina Kirchner, a economia argentina piora e há recrudescimento do protecionismo, como exemplificam as Licenças Não Automáticas (LNA) de importação contra o Brasil e as Declarações Juramentadas Antecipadas de Importações (DJAI). O governo Macri removeu muitas barreiras, mas o fluxo não aumentou como se esperava, dado o estado das duas economias.

[15]Em 1821, o governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina. Em 25 de junho de 1823, a Argentina é o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o Império, com a assinatura, pelo chanceler argentino Bernardino Rivadavia, da carta credencial do enviado Valentín Gómez. Em 11 de agosto de 1823, o enviado argentino apresenta ao chanceler brasileiro a carta credencial, que ratifica o reconhecimento da Independência do Brasil, e é recebido por D. Pedro I, vide artigo do diplomata Rodrigo Wiese Randig: https://www.gov.br/mre/pt-br/media/artigo-argentina.pdf.

[16] O Pacto ABC (Tratado para Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais) representou novo esforço para conferir maior formalidade aos esforços de aproximação entre Brasil, Chile e Argentina. De fato, em 1912, o Barão do Rio Branco havia apresentado um projeto de tratado "de cordial inteligência e de arbitramento", que, conforme Ricupero, visava à criação de um subsistema do Cone Sul similar ao Concerto das Grandes Potências europeias. A Argentina, no entanto, opõe-se ao projeto.

Paz entre Peru e Equador, com a atuação de Brasil, Argentina, Chile e EUA como países garantes do acordo; 1961: Encontro de Uruguaiana; 1962: Abstenção de Brasil e Argentina, além de Chile, México, Bolívia e Equador, em relação à proposta de exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) – *outer six*; 1969: Tratado da Bacia do Prata; 1977: fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina, em razão de divergências sobre a usina de Itaipu; 1979: Acordo Tripartite; 1982: Brasil declara neutralidade na Guerra das Malvinas, mas reitera o direito da soberania argentina; 1986: criação do Grupo do Rio, com Brasil e Argentina entre seus membros; 1985-1988: Declaração de Iguaçu (1985), Ata de Integração Brasileiro-Argentina (1986), Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988); 1990: Ata de Buenos Aires – meta: mercado comum até 31/12/1994; ACE nº14; 1991: Tratado de Assunção (cria o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL –, com Paraguai e Uruguai); ACE nº 18; Acordo de Guadalajara (cria a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC); Acordo Quadripartite (Brasil, Argentina, ABACC e Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA); Compromisso de Mendoza sobre a proibição de armas químicas e biológicas (Brasil, Argentina e Chile); 1995: Entrada em vigor da União Aduaneira do MERCOSUL, com a adoção de tarifa externa comum (TEC); 1997: Visita de Estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina; 2002: Criação do Mecanismo "3+1" (Argentina, Brasil, EUA e Paraguai)[17]; 2003: Consenso de Buenos Aires; 2004: Ata de Copacabana: defesa da integração regional sob o prisma do desenvolvimento econômico e da inclusão social, diante da globalização; 2007: Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA); 2008: Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN); 2011: O Grupo de Supridores Nucleares (NSG, na sigla em inglês) reconhece o Acordo Quadripartite como alternativa ao Protocolo Adicional do TNP; Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO); 2012: MICBA é substituído pelo Diálogo de Integração Estratégica Brasil-Argentina; 2016: Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, que permanece como principal mecanismo político, e da Comissão Bilateral de Produção e Comércio; Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (Brasília,): cooperação regional para combate aos ilícitos transnacionais; 2017: Plano de Ação estabelece prioridades como cooperação nuclear, segurança nas fronteiras e compras governamentais; 2018: Estabelecimento do Diálogo Político Estratégico (Diálogo "2+2"); 2023: Celebração dos 200 anos das relações bilaterais, com a adoção de Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina.

Embaixada: O Brasil (inicialmente a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra transladada para o Rio de Janeiro) manteve representantes em Buenos Aires entre 1808 e 1810 e depois a partir de 1822, tendo ficado sem representação no período de 1825 a 1832, no contexto da Guerra da Cisplatina, e de 1844 e 1852, no contexto que culminará na guerra contra Juan Manuel de Rosas. Em 1922, a legação do Brasil em Buenos Aires é elevada à categoria de Embaixada, por meio do Decreto nº 15.751. Atualmente, o Brasil conta com cinco consulados na Argentina (Consulado-Geral em Buenos Aires; Consulado-Geral em Córdoba; Consulado-Geral em Mendoza; Consultado em Paso de Los Libres; e Consultado em Puerto Iguazú).

[17] Foi atualizado, em 2019, pelo Mecanismo de Segurança Regional, que visa ao combate do crime transnacional e ao financiamento do terrorismo.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Coordenação Política (a nível de vice-chanceleres, cuja quinta e mais recente reunião foi realizada em 2024); Comissão Bilateral de Produção e Comércio (que sucedeu a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, de 2003); Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN[18]); Comitê Permanente de Política Nuclear (criado pela Declaração de Iperó, de 1988); e Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa), transformado em Mecanismo Bilateral de Consulta e Coordenação na Área de Defesa e Segurança; Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO[19], instalada em 2011); Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina[20] (últimas reuniões 2022).

Visitas de Alto Nível: A proximidade constitui pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. A alta densidade da cooperação política entre ambos os países se reflete nos frequentes encontros e visitas bilaterais em nível presidencial e ministerial. Nos últimos anos, diversos canais institucionais de diálogo foram reforçados, com diversas reuniões dos mecanismos supramencionados, dentre outras iniciativas. O presidente Lula, em seus primeiros dois mandatos, visitou a Argentina em 2002 (primeira visita como presidente eleito), 2003 (posse de Kirchner e visita de Estado), 2007 (visita de trabalho e posse de Cristina), 2008 (de trabalho e com empresários), 2009 e 2010 (comemoração do Bicentenário da Independência da Argentina e de trabalho). A presidente Dilma visitou a Argentina em 2011 (primeira visita oficial e posse do segundo mandato de Cristina), 2012, 2013 e 2015 (posse de Macri). O presidente Temer visitou a Argentina em 2016. Os presidentes Duhalde (2002 e 2003), Kirchner (2003, 2004 e 2006), Cristina (2007, como eleita, 2008, de Estado, 2009, 2011 e 2015), Macri (2015, como eleito, 2017, de Estado, e 2019). Em 16 de janeiro de 2019, houve visita do então presidente da Argentina Maurício Macri ao Brasil. Macri foi o primeiro presidente estrangeiro a visitar o Brasil após a assunção de Michel Temer. Ainda em 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão esteve presente na posse do presidente Argentino Alberto Fernández, em dezembro[21]. Entre 2020 e 2021, o então chanceler argentino Felipe Solá esteve no Brasil, ocasiões

[18] Em encontro entre Fernández e Lula, em junho de 2023, foi prevista a reativação da COBEN e da Reunião Técnica Digital Brasil-Argentina, inativa desde 2015. Nessa mesma ocasião, foi prevista a criação de um mecanismo de coordenação em questões de paz e segurança, que facilite a concertação de posições na atuação junto ao CSNU, à Primeira Comissão da AGNU, à Conferência sobre o Desarmamento, dentre outros foros.

[19] É a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países.

[20] Os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres.

[21] As diretrizes da política externa argentina alteraram-se substancialmente com a saída de Maurício Macri (Partido Proposta Republicana – PRO) e a assunção da chapa Alberto Fernández-Cristina Kirchner (Partido Justicialista). No que concerne ao relacionamento com o Brasil, porém, a despeito das orientações políticas distintas dos governos Fernández e Bolsonaro e algumas escaramuças iniciais, prevalece o pragmatismo e a solidez de uma agenda densa e estratégica. Durante a campanha presidencial argentina, Bolsonaro manifestou explicitamente apoio a Maurício Macri. Bolsonaro e Fernández – cuja primeira viagem internacional como presidente foi para Israel; e para o México, ainda como presidente eleito – não se encontraram pessoalmente durante o mandato de Bolsonaro. Eles encontrar-se-iam por ocasião da LIX Cúpula do MERCOSUL, que seria no Brasil e a primeira presencial pós-pandemia. Porém, dias antes do evento, Bolsonaro retomou o formato virtual da cúpula após visita do ex-presidente Lula a Fernández em Buenos Aires na semana do evento. O pragmatismo nesse contexto, no entanto, corrobora, assim, a tese de "coerência/estabilidade estrutural" de Candeas, que destaca a dinâmica própria da relação entre Brasil e Argentina,

em que se reuniu com o presidente Bolsonaro e o então chanceler Ernesto Araújo; e com seu sucessor, o embaixador Carlos França, em julho de 2021[22], por ocasião da cerimônia alusiva ao 30º aniversário da ABACC; quando assumiu o Itamaraty, o embaixador Carlos França procurou aproximar-se dos países da região e demonstrou o canal de diálogo aberto, inclusive e especialmente com a Argentina[23]. Houve esforços para a superação dos desencontros iniciais, com a retomada de entendimentos em pontos importantes. Em 30 de novembro de 2020, os presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández mantiveram videoconferência para celebrar o Dia da Amizade Brasil-Argentina e os 35 anos da Declaração do Iguaçu, assinada em 1985 pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e considerada como um marco do relacionamento bilateral[24]. Em 8 de outubro de 2021, o chanceler argentino Santiago Cafiero realizou visita a Brasília; o encontro entre França e Cafiero demonstrou o avanço na convergência em temas relevantes[25]. De modo geral, em relação ao período pretérito de convergência de ideais entre os presidentes Michel Temer e Maurício Macri, notam-se a relativa diminuição da frequência de encontros por meio dos mecanismos bilaterais, como o Mecanismo de Coordenação Política, a redução da ênfase em tratativas de redução de barreiras ou liberalização econômico-comerciais e o óbvio ganho de importância da cooperação em saúde e de iniciativas relacionadas às consequências da pandemia de COVID-19[26]. Ainda em 2021, no âmbito da reunião do G20, os presidentes Bolsonaro e Fernández encontraram-se presencialmente pela primeira vez. Em 25 de fevereiro de 2022, o secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Fernando Simas Magalhães, reuniu-se com seu homólogo argentino em Buenos Aires por ocasião da 3ª reunião do Mecanismo de

---

não subordinada exclusivamente nem à situação política interna nem ao contexto global e cuja hipótese de conflito direto se tornou improvável.

[22] O então chanceler argentino, Felipe Solá, pediu respaldo à negociação argentina de reestruturação de sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – também já o havia feito em fevereiro de 2020 em encontro com Ernesto Araújo e Bolsonaro – e na cruzada por conseguir vacinas contra a COVID-19, no que obteve apoio de Carlos França.

[23] A Argentina foi mencionada explicitamente pelo chanceler Carlos França em seu discurso de posse. Ainda em abril, o ministro telefonou para seu homólogo argentino, Felipe Solá, e demonstrou disposição em "aprofundar e diversificar" as relações bilaterais com o país vizinho. "França destacou a importância que a relação com nosso país tem para o Brasil", diz um comunicado do Ministério das Relações Exteriores da Argentina. A nota divulgada pelo governo de Alberto Fernández também informa que, durante a conversa, o chanceler argentino e o chefe do Itamaraty trataram da agenda regional e das relações entre os países que fazem parte do MERCOSUL. Questões relacionadas ao transporte terrestre de mercadorias entre os dois países, no contexto da pandemia de COVID-19, também estiveram no centro do diálogo.

[24] Em nota divulgada após o encontro, a Casa Rosada disse que o presidente argentino pregou um impulso ao MERCOSUL e defendeu durante a reunião "deixar as diferenças no passado e encarar o futuro com as ferramentas que funcionem para o bem de todos". Fernández destacou a colaboração entre os dois países nas áreas de segurança e defesa, que segundo ele tem avançado. O mandatário argentino mencionou a necessidade de cooperação também na área ambiental e citou oportunidades no setor de gás natural. Segundo a nota, Bolsonaro também ressaltou no encontro a boa integração entre as Forças Armadas dos países, seja no desenvolvimento da indústria bélica ou no combate ao narcotráfico e ao crime transnacional.

[25] Destacam-se: a coordenação de ações para promover a recuperação econômica pós-COVID-19; a sintonia no propósito de consolidação do MERCOSUL como estratégia de inserção internacional, inclusive por meio da negociação de acordos extrarregionais (Argentina retrocedendo em relação à postura no início do governo Fernández, já antecipado em janeiro de 2021 quando da participação do almirante Flávio Rocha, secretário especial de assuntos estratégicos da Presidência da República), da melhora do ambiente regulatório e do aprimoramento das regras de origem; a revisão da TEC em 10% horizontalmente para maior parte das linhas tarifárias e compromisso de obter aprovação no Conselho Mercado Comum (CMC) junto a Paraguai e Uruguai; discussões relacionadas ao desafio da crise hídrica na bacia do Paraná e cooperação em energia.

[26] Ademais, houve manutenção de prioridade às iniciativas nas áreas de cooperação nuclear e defesa (até como uma tentativa de expor temas "estruturais" da relação, que conseguem ser encapsulados em face das turbulências conjunturais).

Coordenação Política Argentina-Brasil[27]. Em 2023, houve visita do presidente Alberto Fernández para a posse de Lula[28]e visita oficial do presidente Lula à Argentina, a primeira visita ao exterior concernente ao atual mandato do presidente. Tratou-se de oportunidade para o relançamento da relação bilateral no mais alto nível e para o reforço do eixo Brasil-Argentina no processo de integração sul-americana e latino-americana. Na Declaração Conjunta Presidencial, por ocasião da visita, as autoridades manifestaram a intenção de aprofundar o diálogo em todas as áreas do relacionamento bilateral e nos temas regionais e globais. Os chefes de Estado reafirmaram o compromisso com a democracia, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos; reiteraram o caráter estratégico da relação bilateral e a centralidade do MERCOSUL; comprometeram-se a avançar na elaboração de um "Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina"; decidiram retomar os mecanismos de diálogo em nível de presidentes, chanceleres e vice-chanceleres e reativar a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; discutiram ampla agenda temática, compreendendo setor digital, comércio, investimento, integração financeira[29], produtiva e energética, saúde, crime organizado transnacional e cooperação fronteiriça; apoiaram o processo de revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); e celebraram uma série de atos[30]. Na dimensão econômica, os temas debatidos abrangeram a ampliação do uso do sistema de moeda local e a intenção de criar, no longo prazo, uma moeda de circulação sul-americana[31]. Ademais, durante a visita, ocorreu encontro empresarial, e houve convite do presidente Lula para que Alberto Fernández realizasse uma visita de Estado ao Brasil em junho de 2023, mês em que se comemoram os 200 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, que foi aceito pelo presidente argentino. Em maio de 2023, o presidente Alberto Fernández fez breve visita ao Brasil, para tratar da crise econômica de seu país e de mecanismos de financiamento para as exportações brasileiras à Argentina[32], quando agradeceu o apoio do presidente Lula nas negociações com o Fundo Monetário Internacional

---

[27] Apesar do encapsulamento dos desencontros iniciais e da realização do Mecanismo de Coordenação Política em fevereiro, o ano de 2022 marcou um relativo novo afastamento entre os governos. Como fatores pode-se aventar o constrangimento decorrente da recepção de Lula por Fernández às vésperas da realização da LIX Cúpula do MERCOSUL, o que foi visto como real motivo para a alteração do formato de presencial para virtual; mas, sobretudo, o acirramento do pleito eleitoral no Brasil, em que a piora da situação socioeconômica argentina foi utilizada por Bolsonaro para atacar a campanha petista.

[28] Alberto Fernández é amigo pessoal do presidente Lula. Em 2019, Fernández, então candidato à presidência argentina, visitou Lula na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, onde este estava preso. O ex-chanceler Celso Amorim o acompanhou na visita. Fernández também se tornou o primeiro líder mundial a visitar Lula após a vitória nas eleições presidenciais de 2022, encontrando-o em São Paulo no dia seguinte à vitória, o que foi o primeiro compromisso oficial de Lula após eleito. Após a vitória de Lula, Fernández disse: "Sua vitória abre um novo tempo para a história da América Latina."

[29] Em 2023, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Economia da Argentina sobre Integração Financeira, ao abrigo do qual buscam-se aperfeiçoar instrumentos para dinamizar o comércio bilateral, com o estabelecimento de linhas de créditos para exportações brasileiras de maneira geral, e para facilitar os fluxos financeiros bilaterais, inclusive por meio da ampliação do uso do sistema de moeda local (SML).

[30] Para além da Declaração Conjunta Presidencial, foram assinados a carta de intenções para o projeto de integração da produção de defesa Brasil-Argentina, a Declaração Conjunta do Ministério da Saúde da República e do Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil, o Programa Binacional Brasileiro-Argentino de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2023-2024, o Memorando de Entendimento sobre cooperação científica em ciência oceânica, o Memorando de Entendimento sobre integração econômica e financeira e o Acordo de Cooperação Antártica.

[31] A moeda seria utilizada, de forma restrita, para transações comerciais e financeiras internacionais, a fim de reduzir os custos de transação e a vulnerabilidade externa.

[32] Deverá ser obtido financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para exportações de tubos e chapas de aço brasileiras a serem utilizados na etapa 2 da construção do Gasoduto Presidente Néstor Kirchner.

(FMI), e a secretária-geral das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, recebeu seu homólogo argentino para a quarta reunião do Mecanismo de Coordenação Política. No final daquele mês, Fernández voltou ao Brasil para participar da cúpula de presidentes sul-americanos, quando também realizou reunião bilateral com o presidente Lula. Em junho de 2023, Alberto Fernández realizou visita ao Brasil, no contexto da celebração dos 200 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, foi aprovado o Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, por meio do qual foram acordados compromissos em temas diversos. Em agosto, em visita a Brasília, o ministro argentino da Economia, Sergio Massa, anunciou que os dois países chegaram a acordo para o financiamento de exportações brasileiras na casa de US$ 600 milhões para a Argentina. Em novembro de 2023, a deputada eleita e chanceler designada pelo governo Milei, Diana Mondino, foi a Brasília para reunião de trabalho com o ministro Mauro Vieira, quando discutiram aspectos da relação bilateral e o atual estágio das negociações MERCOSUL-UE. Na ocasião, Mondino entregou convite do presidente eleito Javier Milei para que o presidente Lula participasse da sua posse. Mauro Vieira representou o presidente Lula na posse de Milei, em dezembro, quando se encontrou novamente com Mondino. Houve novo encontro entre Vieira e Mondino, em fevereiro de 2024, à margem da reunião de chanceleres do G20, ocasião na qual os representantes discutiram as relações bilaterais, além das prioridades para a região no contexto da presidência brasileira do agrupamento. Em abril de 2024, Mauro Vieira recebeu a chanceler da Argentina Diana Mondino, em sua primeira visita a Brasília desde a sua posse, em dezembro. Os ministros discutiram infraestrutura fronteiriça, cooperação em energia e defesa, hidrovia Paraguai-Paraná e integração regional. Em julho, antes da Cúpula do MERCOSUL, o presidente Lula reuniu-se com a chanceler Diana Mondino, ocasião em que reiterou a importância da relação Brasil-Argentina, em prol de interesses dos Estados e de suas populações, e destacou a aproximação de ambos os países nas últimas décadas como patrimônio a defender e ampliar.

Discurso Oficial: A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades do Brasil e da Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do produto interno bruto (PIB) da América do Sul. O processo de aproximação política entre os dois países tem relação com o processo de redemocratização nos dois Estados e está fundamentado no projeto de integração sul-americana que culminou no MERCOSUL. Há importante fluxo comercial bilateral, caracterizado pela elevada proporção de produtos de alto valor agregado, que influencia positivamente setores estratégicos de ambas as economias. O denso diálogo bilateral ocorre por meio de frequentes visitas de alto nível e instâncias diversas, em conformidade com a prioridade conferida ao relacionamento bilateral, caracterizado pela condição de Aliança Estratégica[33]. O presidente Lula parabenizou o povo e as instituições argentinas pela condução do processo eleitoral de 2023. Ele desejou sorte e êxito ao novo governo, mas não citou o nome do presidente eleito, Javier Milei.

[33] Desde 2020, comanda a embaixada no Brasil o experiente diplomata e ex-governador da província de Buenos Aires Daniel Scioli. Em julho de 2022, Scioli foi nomeado por Fernández para o Ministério de Desenvolvimento Produtivo, mas já em agosto de 2022 retomou seu posto na embaixada da Argentina no Brasil.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Argentina coincidem em diversas agendas pluri e multilaterais, como meio ambiente e desenvolvimento sustentável (integram com o Uruguai o grupo negociador ABU nas negociações de clima), direitos humanos, Plataforma para o Biofuturo e Aliança Global dos Biocombustíveis, reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC), agricultura na OMC, combate ao crime organizado transnacional. Os dois países são partes do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares (TNP; Argentina em 1995; Brasil em 1998), da Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas (CPAB), da Convenção sobre e da Organização para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ/OPAQ) e do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN). O governo brasileiro expressou seu apoio à candidatura do argentino Rafael Grossi à reeleição para o cargo de Diretor Geral da AIEA (2024-2027). Ambos concordam com reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), mas o formato da reforma no CSNU é fator de discordância: a Argentina integra o "Unidos pelo Consenso" (UfC, na sigla em inglês, 2005), opondo-se ao G4 e ao Brasil, consequentemente, e reforçando sua crítica desde 1995 à reforma do CSNU que amplie os membros permanentes. Ambos os países são atuais contribuintes de tropas para as missões da ONU[34]. O Brasil manifestou apoio à estratégia argentina durante o governo Macri de sediar grandes eventos internacionais (MC11 em dezembro de 2017, Cúpula do G20 em dezembro de 2018, e PABA +40 março de 2019). Recentemente, em visita do presidente Lula à Argentina, em janeiro de 2023, os chefes de Estado do Brasil e da Argentina discutiram temas da agenda bilateral, ocasião na qual reafirmaram seu compromisso com o multilateralismo, reiteraram a defesa de uma solução justa, pacífica e definitiva para o conflito israelo-palestino, e manifestaram preocupação concernente à agressão à Ucrânia e às consequências locais e globais do conflito. Brasil e Argentina, juntamente com México e Chile, emitiram comunicado, em fevereiro de 2023, em que manifestam profunda preocupação com a decisão do governo israelense de expandir os assentamentos na Cisjordânia. Os países expressaram oposição a qualquer ação que comprometa a solução de dois Estados.

Convergências Plurilaterais: O pleito argentino à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi apoiado pelos Estados Unidos (EUA) durante o governo Macri, porém, em seguida, o país platino foi preterido pelos EUA no processo de acessão tanto pela diminuição do ímpeto de ingresso sob o governo Fernández quanto pela pretensão brasileira de ingresso e as tratativas decorrentes para compatibilização de um candidato latino-americano e um europeu por vez. Embora não tenha retirado o pleito de acessão, o governo Fernández não lhe dá mais prioridade – e o país não se tornou oficialmente candidato a acessão, diferentemente do Brasil. Quando da decisão dos EUA de privilegiar a acessão brasileira, a Argentina declarou que entrar na OCDE, no momento, traria mais complicações do que benefícios. Quanto aos BRICS, a Argentina, com apoio brasileiro, foi convidada a ingressar no agrupamento a partir de 2024[35]. Na

---

[34] A Argentina contribui com 287 nacionais em oito missões da ONU: UNFICYP (250); UNVMC (19), UNMISS (5), MINURSO (3), UNMOGIP (3), UNTSO (3) MINUSCA (2), UNIFIL (2). O Brasil contribui com 82 nacionais para oito missões da ONU: MONUSCO (23), UNMISS (21), MINURSO (11), MINUSCA (11), UNIFIL (9), UNISFA (3), UNFICYP (2), UNSOM (2). (Dados atualizados em 30/09/2022). Para dados mais atualizados, consultar: https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors.

[35] No início de 2023, China e Rússia sinalizaram concordar com a entrada da Argentina no bloco. A movimentação ocorreu no mesmo período em que Alberto Fernández visitava Moscou e Pequim e assinou acordo para a entrada de seu país na Nova Rota da Seda, a Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês), da qual o Brasil não participa e não está em nenhuma das cúpulas, nem como observador. Fernández participou da Cúpula do BRICS em 2023, quando recebeu o convite para ingressar no agrupamento.

ONU, ambos são membros do G77+China. Na OMC, integram o Grupo de Cairns. Na Declaração Conjunta Presidencial, por ocasião da visita do presidente Lula à Argentina em janeiro de 2023, o governo argentino manifestou total apoio à próxima presidência brasileira do G20, em 2024, interpretada como oportunidade para o fortalecimento das prioridades dos países em desenvolvimento. Brasil e Argentina têm unido esforços com outros países diante dos impactos negativos e do caráter violatório a princípios que regem o comércio internacional e os entendimentos multilaterais sobre clima e biodiversidade da chamada "lei antidesmatamento" da União Europeia (UE) – *EU Deforestation Regulation*.

Convergências Regionais: A integração regional entre os países é tributária dos esforços implementados ao longo da década de 1980 e 1990, os quais possibilitaram o surgimento do MERCOSUL e da ABACC. Esses esforços pavimentaram caminho para o adensamento da integração na América do Sul nos anos 2000, em que Brasil e Argentina desempenharam importantes papéis. Marcos: reticência argentina à proposta da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA, 2004), mas apoio à criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008); apoio comum à criação das cúpulas América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); durante o breve período em que Bolsonaro e Macri coincidiram a frente de Brasil e Argentina, houve convergências relevantes. Em 2019, após longo processo de obstrução na UNASUL, Brasil e Argentina formalizaram a saída da instituição[36]. Em janeiro de 2020, o Brasil também formalizou a suspensão de sua participação na CELAC. Houve a priorização da Organização dos Estados Americanos (OEA) como foro regional e a criação do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL, 2019). Ambos participam das Conferências Hemisféricas sobre Luta contra o Terrorismo. Houve convergência de posições sobre a Venezuela (Argentina e Brasil fundaram o Grupo de Lima em 2017) enquanto Macri ainda estava no poder. No contexto da crise na Venezuela, apoiaram a criação do Grupo de Lima (2017) e reconheceram o governo Guaidó. A assunção de Alberto Fernández reverteu algumas dessas posturas, revelando mais divergências do que convergências regionais. As posições de ambos os países não mais coincidem em temas como Venezuela, Bolívia e MERCOSUL. Sobre a Venezuela, a Argentina aderiu ao Grupo de Contato Internacional[37] e deixou o Grupo de Lima (março de 2021), além de também haver descredenciado a então embaixadora do governo interino de Guaidó em Buenos Aires. Também retirou o copatrocínio à denúncia de países americanos contra Maduro no TPI (maio de 2021). Mudança de ênfase nos blocos regionais, com menos ímpeto na Aliança do Pacífico (AP) – da qual a Argentina é membro observador e cotejou até aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, na sigla em inglês) durante o governo Macri – e relegação da participação no PROSUL (embora parte, o país não vem subscrevendo as declarações). Fernández também recobrou ênfase na CELAC (assumindo a presidência em janeiro de 2022). No âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tentou adiar as eleições para impedir a eleição de um estadunidense, em clara oposição à tentativa do governo Trump, que, por sua vez, foi secundada pelo governo brasileiro. No contexto da crise política na Bolívia, Fernández concedeu asilo político a Evo Morales, ao passo que o governo Bolsonaro apoiou o breve governo de Jeanine Áñez.

[36] "Em abril de 2018, os governos do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Paraguai e do Peru decidiram de forma conjunta suspender a sua participação da UNASUL em função da prolongada crise no organismo, quadro que, desde então, não se alterou.", disse o Itamaraty na declaração de formalização de saída da UNASUL em janeiro de 2019. Em abril de 2023, Argentina e Brasil anunciaram seus retornos à UNASUL.

[37] Mecanismo diplomático que reúne países europeus e latino-americanos para discussão da questão venezuelana.

Diversas personalidades do governo brasileiro são extremamente críticas ao Grupo de Puebla, de que participam Fernández e Luis Arce, e ao Foro de São Paulo. No MERCOSUL, o governo brasileiro passou a apoiar a flexibilização da obrigatoriedade para negociação conjunta de acordos comerciais (reforçada pela Decisão CMC 32/00), o que é rejeitado pela Argentina. O tema foi fator de dificuldade na última LX Cúpula do bloco (2022), quando o Uruguai manifestou o interesse em celebrar um tratado de livre comércio com a China, ao que Argentina e Paraguai manifestam-se contrários. Na OEA, sob Fernández, ao contrário do Brasil, a Argentina não apoiou a reeleição de Almagro, mas, sim, a candidatura de Maria Fernanda Espinosa, ex-chanceler equatoriana, que não contou com apoio nem de seu próprio governo. Os países também diferiram na OEA na votação do Conselho Permanente que condenou a deterioração do Estado de Direito, da democracia e dos direitos humanos e as prisões de opositores políticos na Nicarágua (Brasil votou favorável e Argentina absteve-se). Com a vitória de Lula para o mandato de 2023-2026 tem-se notado maior convergência entre os países em âmbito regional, com o apoio mais enfático ao pleito argentino de ingresso nos BRICS, o reforço da CELAC e o retorno à UNASUL em detrimento do PROSUL. No que concerne ao Acordo MERCOSUL-UE, Fernández defende revisão de termos e renegociação, enquanto Lula rechaça as demandas adicionais da UE na área ambiental. A maior aproximação esperada entre os governos em razão da eleição de Lula começou antes mesmo da posse do petista, como exemplifica a eleição de Ilan Goldfajn ao BID. Visto como uma nomeação do governo Bolsonaro, Ilan não contava com apoio argentino, que apresentou a candidatura de Cecilia Todesca Bocco. Ilan também sofria rejeição de parte dos petistas, em especial de Guido Mantega, que fez gestões para adiar a eleição. Na semana anterior ao pleito, a equipe de transição do presidente Lula sinalizou que não tinha objeções à eleição de Ilan, viabilizando o apoio dos EUA e também da Argentina, que retirou a candidatura de Cecilia Bocco. Assim, em 20 de novembro de 2022, Ilan foi eleito e tornou-se o primeiro brasileiro presidente do BID. Depois da posse, houve claros sinais de convergência de posições no âmbito regional, uma vez que, na Declaração Conjunta Presidencial decorrente da visita do presidente Lula à Argentina, em janeiro de 2023, os chefes de Estado celebraram a reincorporação do Brasil à CELAC, comprometeram-se a iniciar um processo de diálogo em nível presidencial com os países da região, para o relançamento da UNASUL, e manifestaram a intenção de fortalecer o diálogo da América do Sul com a África e com os países árabes. As autoridades celebraram, ademais, a seleção do Brasil e da Argentina pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como *hub* regional para a produção da vacina de RNA mensageiro contra a COVID-19 para a América Latina e o Caribe. A discussão de questões regionais também incluiu a reafirmação do compromisso com o Estado de Direito no Peru e o compromisso com a solução da crise multidimensional no Haiti, assim como disposição de trabalhar construtivamente para o futuro retorno da República Bolivariana da Venezuela às instâncias do MERCOSUL. Por ocasião da visita de Fernández ao Brasil e do relançamento da Aliança Estratégica, em junho de 2023, foi acordada a necessidade de modernização do regime de origem e do regime de comércio de serviços do MERCOSUL. Ademais, acordou-se o aprofundamento e a participação social no contexto do bloco, bem como o aprofundamento de sua agenda política.

<u>Segurança e Defesa</u>

Instâncias Bilaterais e Plurilaterais: Mecanismo Bilateral de Consulta e Coordenação na Área de Defesa e Segurança, no formato 2+2, criado, em 2018, como Diálogo Político-Militar, e cuja

segunda reunião foi realizada em 2023[38]; Comando Tripartite da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai, 1996): mecanismo formal de cooperação policial internacional local, existente na região da Tríplice Fronteira, que congrega instituições policiais e de inteligência de Argentina, Brasil e Paraguai; Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (Brasília, 2016): para cooperação regional para combate aos ilícitos transnacionais; Mecanismo de Segurança Regional (2019): visa ao combate do crime transnacional e ao financiamento do terrorismo e atualizou o Mecanismo "3+1" (Argentina, Brasil, EUA e Paraguai); Conferências Ministeriais Hemisféricas de Luta contra o Terrorismo (2018, 2019 e 2020): cooperação regional para prevenir o terrorismo e delitos conexos; criação da Rede Interamericana contra o Terrorismo (cooperação e troca de informações); em 2019, por ocasião dos 25 anos do atentado contra a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em Buenos Aires, Argentina, Paraguai e Colômbia designaram o Hezbollah como organização terrorista. Apesar de declarações de membros do governo Bolsonaro de que também poderiam fazê-lo, o Brasil não o fez e permanece considerando como terroristas apenas às organizações assim definidas na Lista Consolidada do CSNU – S/RES/1267 e sucessoras (associados à Al-Qaeda, ao Estado Islâmico e ao Talibã). No Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, adotado em junho de 2023, foram reafirmadas as intenções de intercambiar informações por meio do Cadastro de Integrantes de Facções Criminosas (Organizações Criminosas) com atuação transnacional no Sistema Nacional de Inteligência de Apoio no Combate ao Crime Organizado (Sistema ORCRIM) e de intercambiar experiências para ações de capacitação de inteligência de segurança pública e informações para enfrentar os crimes de lavagem de dinheiro por facções criminosas com atuação transnacional. Também foi mencionado o intercâmbio de experiências sobre a política de drogas, com foco nos centros comunitários, entre as Secretarias Nacionais voltadas para o tema. Por fim, o Plano de Ação previu cooperação mais profunda entre Polícia Federal/Polícia Rodoviária Federal com a homóloga argentina sobre prevenção e combate ao crime organizado transnacional. O memorando de entendimento entre as polícias federais dos dois países, assinado em junho de 2023, busca aprofundar a cooperação bilateral no enfrentamento ao crime organizado transnacional, incluindo a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de drogas; ao terrorismo; ao tráfico de pessoas; ao tráfico ilegal de armas de fogo, munições, explosivos e suas partes; à lavagem de dinheiro; à falsificação de documentos; e aos crimes cibernéticos. Os países também cooperam na governança do Atlântico Sul no âmbito da ZOPACAS.

Cooperação em Matéria de Defesa e Parceria Industrial na Fabricação de Equipamentos de Uso Militar: Entre as principais iniciativas estão o projeto de desenvolvimento conjunto do veículo militar leve Gaúcho e a continuidade nas negociações para aquisição pela Argentina dos veículos blindados Guarani, cuja fabricação leva peças produzidas em ambos os países; a cooperação na produção de aviões cargueiros militares de transporte da Embraer KC390 (atualmente C-390 Millennium); a parceria para restabelecimento da capacidade submarina da Armada argentina; e a participação em exercícios militares conjuntos (como a Operação Arandu – última edição em agosto de 2023; e a Operação Fraterno – última edição em agosto de 2023). Na carta de intenções para o projeto de integração da produção de defesa Brasil-Argentina, assinada

[38] Presidido pela ministra de Estado, substituta, das Relações Exteriores e pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do lado brasileiro. Na ocasião, Brasil e Argentina dialogaram sobre o panorama global e regional. Ademais, trocaram informações sobre as operações de manutenção da paz das Nações Unidas e sobre a ZOPACAS, da qual ambos os países fazem parte. Discutiram igualmente a cooperação bilateral em matéria de defesa, com ênfase em projetos conjuntos na área de produtos de defesa, intercâmbios militares e exercícios conjuntos entre os dois países.

em janeiro de 2023, os governos comprometem-se com o avanço da negociação ligada ao veículo blindado Guarani. É notável também a realização de Seminário Empresarial na Área de Defesa e Segurança, que contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro e dos ministros da Defesa de ambos os países, e representou um marco para o relacionamento bilateral. Na ocasião, logrou-se mobilizar as principais empresas de produtos de defesa de ambos os países, e foi dado amplo espaço para contatos diretos entre as empresas. Os ministros da Defesa de Argentina e Brasil, Jorge Taiana e José Múcio, reuniram-se, em março, no Brasil, a fim de discutirem a cooperação no setor. Foram debatidos temas como exercícios conjuntos, capacitação de pessoal e indústria de defesa. No contexto da visita de Fernández para o Brasil, em junho de 2023, os mandatários se comprometeram a decidir sobre a operação de crédito para o financiamento da exportação de blindados Guaranis. Também nessa ocasião foi acordado dar continuidade aos ciclos de planejamento e execução do Exercício Binacional "Operação Arandu".

Comércio

Marcos: ACE-14 (43º e 44º protocolos adicionais, assinados em 2019 e 2020, respectivamente, estabeleceram o aumento gradual da quantidade de itens transacionados isentos de tarifas no setor automotivo – que é responsável por cerca de metade do intercâmbio comercial entre os dois países –, além de um cronograma de expansão do coeficiente do comércio administrado (regime "*flex*") até a liberalização completa em 1º de julho de 2029): o instrumento traz segurança jurídica e previsibilidade de investimentos para importante parcela da indústria nacional, e deverá, também, facilitar a adequação do setor automotivo à união aduaneira do MERCOSUL. Os bancos centrais do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, administram, em parceria, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), que possibilita a redução dos custos transacionais ligados aos contratos de câmbio. Brasil e Argentina iniciaram discussão que visa ao fortalecimento do SML, de modo a incorporar o comércio de serviços e a implementação de linhas de crédito em reais, a fim de dinamizar o comércio bilateral e facilitar os fluxos financeiros no sistema. Em agosto de 2023, os dois países chegaram a um acordo de US$ 600 milhões para financiar exportações brasileiras para o país vizinho. O mecanismo envolve cooperação entre o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). Quando o exportador brasileiro vender para a Argentina, será pago pelo Banco do Brasil, que receberá a garantia da CAF. A partir de 2010, com a assinatura de contrato para a compra de aeronaves brasileiras, com financiamento do BNDES, a Aerolíneas Argentina começou a operar dezenas de aeronaves comerciais da Embraer. Vem sendo explorada a possibilidade de renovação da frota da Aerolíneas Argentinas com novas aeronaves da Embraer. A Comissão Bilateral de Produção e Comércio, criada em 2016, foi reativada, em 2023, após um hiato de quase quatro anos. Em junho de 2024, a Argentina suspendeu medida *antidumping* aplicada às exportações brasileiras de talheres de aço inoxidável com cabo de madeira ou plástico, que vinha sendo aplicada desde 2018.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Argentina

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
16.715,8	11.996,3	28.712,1	4.719,5
↑8,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	↓-8,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	↑0,9% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023
4,92%	3º	4,98%	4º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Argentina

Série histórica - Parceiro: Argentina

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Argentina

Desafios[39]: Em 2003, o Brasil venceu o caso "*antidumping* de frango" contra a Argentina na OMC. Após a maior corrente de comércio registrada entre os países, em 2011, o protecionismo comercial argentino prejudicou as exportações brasileiras e houve diminuição do comércio. Apesar de entendimentos nos últimos anos para avançar em facilitação de comércio ou convergência regulatória, subsistem pendências, como a falta de entendimento sobre a adequação do açúcar à união aduaneira do MERCOSUL[40], um novo crescimento das reclamações quanto a barreiras comerciais existentes de ambos os lados (apesar da eliminação de barreiras fitossanitárias e sanitárias em 2020) ou a concentração da pauta comercial no setor automotivo. A despeito da extinção das declarações juramentadas antecipadas de importações (DJAIs) na Argentina (adotadas em 2012 e eliminadas no final de 2015, quando Macri cumpre parecer de painel da

---

[39] Relevantes divergências iniciais entre Fernández e Bolsonaro foram relativas ao âmbito econômico-comercial. Autoridades brasileiras chegaram a questionar a pertinência do MERCOSUL em face de dificuldades impostas pelo governo argentino, tais como: barreiras intrabloco, lentidão das negociações extrarregionais e alta média tarifária da TEC. A Argentina impôs forte resistência à tentativa dos demais membros de reduzir a TEC em percentuais maiores. A proposta inicial brasileira, então meta dos cem dias do governo Bolsonaro, era de reduzir pela metade a média tarifária da TEC – de 12-13% para 6%. No encontro, em 08 de outubro de 2021, entre o ministro embaixador Carlos França e o ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Santiago Cafiero, acordou-se a redução em 10% as alíquotas da maior parte do universo tarifário (cerca de 90%), resguardadas as exceções já existentes no bloco (destaques: setores automotivo e sucroalcooleiro, além de produtos de zonas francas). Essa definição aproximou-se da proposta inicial argentina. Ademais, ainda no início da gestão Fernández, a Argentina havia manifestado manter-se comprometida apenas com as negociações comerciais extrarregionais do MERCOSUL já concluídas (UE e EFTA), mas que não iria aderir a novas negociações ainda em curso (como Canadá, Coreia do Sul, Singapura, Líbano, entre outros).

[40] A Argentina é o país que mais resiste à incorporação das linhas tarifárias pendentes do setor sucroalcooleiro no MERCOSUL, temendo a concorrência com o açúcar brasileiro, sobretudo pela pressão de produtores pouco competitivos do noroeste argentino.

OMC[41], persistem algumas dificuldades técnico-burocráticas na relação comercial entre os países ao longo dos últimos anos, as quais podem ser consideradas como barreiras não tarifárias. São exemplos o estabelecimento do *Sistema Integral de Monitoreo de Importaciones* (SIMI) e, a partir de 2022, do *Sistema de Importaciones de la República Argentina* (SIRA), substitutos das declarações juramentadas antecipadas de importações DJAIs na Argentina, bem como a demora para emissão das Licenças Não Automáticas (LNA) para importação. A crise econômica argentina e os impactos da pandemia sobre a economia brasileira ajudam a explicar a queda contínua dos fluxos comerciais entre 2017 e 2020 – em 2019, as exportações brasileiras já haviam caído quase 30% em razão da retração da demanda argentina, o que explica o déficit no ano. Em 2021, A China ultrapassou o Brasil como maior parceiro comercial da Argentina, mas o Brasil recuperou a posição em 2022[42]. Assim como o Brasil, a Argentina está se beneficiando do aumento da venda de produtos agrícolas para a China, sobretudo soja e carne bovina.

Investimentos: O cenário político interno na Argentina diminui a atratividade para investimentos neste país. O cenário econômico argentino caracteriza-se por alta inflação (50,9% em 2021), descontrole cambial (alta do dólar, existência de câmbios paralelos) e alta taxa de pobreza (37,3% da população no segundo semestre de 2021, incluindo-se 8,2% que vivem em condições de indigência). A economia argentina também é marcada por problema crônico da dívida externa, em especial com organismos internacionais, incluindo o FMI e o Clube de Paris. Em 2021, a economia argentina registrou crescimento de 10,3% do PIB, resultado que interrompeu três anos consecutivos de queda do PIB (-2,6% em 2018; -2,1% em 2019 e -9,9% em 2020).

Investimentos do Brasil na Argentina: O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US$ 14 bilhões, com quase 150 empresas, gerando mais de 50 mil empregos diretos em setores como: agroindústria, alimentos, automóveis, bancário-financeiro, educação, energia[43], infraestrutura, mineração, siderurgia, têxteis, tecnologia da informação, turismo, entre outros. São investimentos de perfil variado. Diversas empresas brasileiras escolhem a Argentina como primeiro mercado em sua estratégia de internacionalização, dadas a proximidade geográfica e a semelhança de padrões de consumo. Algumas empresas brasileiras na Argentina são: Ambev (bebidas), Grupo Pão de Açúcar (alimentos), Marcopolo (automóveis), Mahle Metal Leve (peças automotivas), Fras-le (peças automotivas), Randon (carrocerias), Marfrig (frigorífico), Minerva (frigorífico), Usiminas (mineração), CVC (turismo), Banco do Brasil (proprietário de cerca de 80% do Banco argentino Patagônia).

Investimentos da Argentina no Brasil: O estoque de investimentos argentinos no Brasil alcança cerca de US$ 15,7 bilhões, com mais de 70 empresas, gerando mais de 55 mil postos diretos de trabalho no Brasil, com destaque para as áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), engenharia, metalurgia, tecnologia da informação e turismo. Estão

---

[41] Em 2015, no caso DS444, aberto pelos EUA, o Órgão de Apelação confirmou o entendimento do painel quanto à incompatibilidade entre as Declarações Juramentadas Antecipadas de Importações (DJAI), consideradas uma restrição às importações, e o GATT. As DJAI foram substituídas pelo Sistema Integral de Monitoramento de Importações (SIMI) em dezembro de 2015, dando maior previsibilidade ao comércio bilateral. O governo Macri acrescentou cerca de 300 novas posições tarifárias ao regime de licenciamento não automático (anteriormente eram aproximadamente 1.200), de modo que os itens sujeitos às Licenças Não Automáticas (LNA) aumentaram de 12% para 15% do total de NCMs. Estima-se que as exportações brasileiras abrangidas por LNAs tenham passado de 20% para 50%.

[42] A Argentina é deficitária com seus dois principais parceiros comerciais: Brasil e China.

[43] A Petrobras atuou na Argentina por 14 anos, mas vendeu seus ativos no país em 2016.

entre os principais investidores argentinos no Brasil as empresas Mercado Livre, Aeroportos Argentinos, Grupo Techint, IRSA, Roemmers e Arcor. Destaque para o consórcio Inframérica Aeroportos, cuja *holding* é uma associação entre as empresas brasileira Engevix (50%) e a argentina Corporación América S/A (50%), vencedor das concessões dos aeroportos internacionais de São Gonçalo do Amarante (ASGA, RN), em 2011, e de Brasília-DF, em 2012.

Cooperação

Cooperação Fronteiriça: Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente nas localidades fronteiriças dos dois países[44]. Em 2019, foi criado, no âmbito do MERCOSUL, o subgrupo de trabalho (SGT) nº 18, sobre Integração Fronteiriça, que compreende, entre suas discussões, o tema de "cidades-gêmeas". A integração entre os povos fortalece a tese de "estabilidade estrutural" de Candeias e restringe os efeitos das oposições políticas entre os atuais mandatários. No encontro presidencial de junho de 2023, em Brasília, foram acordadas medidas de fortalecimento de ações em saúde e educação na fronteira, inclusive por meio de campanhas de vacinação e promoção de campanhas de alimentação saudável.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Com a desvalorização acentuada do peso argentino, o turismo de brasileiros para o país intensificou-se[45]. Ademais, na América do Sul, a Argentina abriga a segunda maior comunidade brasileira em outro país sul-americano, com cerca de 90 mil pessoas (é a 11ª maior comunidade brasileira no exterior como um todo, conforme dados de 2021), atrás apenas do Paraguai. Esse é um fato notável, pois a Argentina é o país latino-americano com maior número de imigrantes, cerca de 2,3 milhões[46]. Os postos consulares da região fronteiriça são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina atualmente existentes são os quatro seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão-Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres. No contexto do Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, acordado em junho de 2023, foi mencionada a realização de reunião de coordenação consular bilateral, no marco do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consultar e Políticas para as Comunidades Emigradas. Em agosto, foi realizada a III Reunião do Grupo Consular Brasil-Argentina, quando foram discutidas formas de intercambiar experiências e boas práticas consulares, e de prestar assistência a brasileiros e argentinos, sejam eles expatriados ou turistas.

---

[44] No fim de 2022, foram retomadas as reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça, que não se realizavam desde 2019.

[45] Cerca de um milhão de turistas brasileiros visitam a Argentina todos os anos. Os argentinos, por sua vez, perfazem o maior contingente de visitantes ao Brasil. Entre janeiro e abril de 2023, cerca de 1,18 milhão de argentinos visitaram o Brasil.

[46] Ver discussão sobre migração argentina: https://www.redaccion.com.ar/que-buscan-exactamente-los-que-se-van-de-la-argentina-y-por-que-es-tan-dificil-saber-cuantos-son-realmente/. Dados gerais sobre migração na América Latina: https://es.statista.com/grafico/26167/paises-latinoamericanos-con-mas-emigrantes/.

Cooperação Técnica: Há acordo básico de Cooperação Técnica bilateral, de abril de 1996, vigente desde 1999. Ao final de 2011, após a III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina[47], o programa bilateral era composto por projetos nos temas de pecuária, agricultura, trabalho e emprego, geologia, meio ambiente e saúde. Mais recentemente, houve a coordenação de ações para promover a recuperação econômica pós-COVID-19 em diversas áreas, tais como integração produtiva e cadeias globais, economia digital, integração energética, recursos hídricos[48], agricultura[49], rede de proteção social[50], integração no setor de saúde (destaque para o farmacêutico, o desenvolvimento regional de vacinas e o fornecimento de insumos estratégicos para os países do MERCOSUL). Em 2021, o Brasil gastou R$ 103 milhões em cooperação técnica junto à Argentina. No contexto do Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, de junho de 2023, Brasil e Argentina concordaram com a implementação do Programa de Cooperação Técnica Bilateral (2023-2025) e do projeto "Apoio institucional ao desenvolvimento de ambientes de inovação na Província de Buenos Aires e no Estado de São Paulo" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul do governo brasileiro. Além disso, foi acordada a negociação e a elaboração de projeto em matéria de desenvolvimento socioeconômico no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul. Em abril, foi realizada a V Comissão Mista de Cooperação Técnica bilateral[51].

Cooperação Humanitária: Entre 2019-2020, o Brasil despendeu R$ 1,3 milhão em cooperação humanitária na Argentina, o que a fez o nono maior recipiendário de cooperação humanitária prestada pelo Brasil no período[52]. No contexto da visita de Fernández para o Brasil, em junho de

---

[47] Última reunião sob o marco do Acordo básico de Cooperação Técnica Brasil-Argentina mencionada no site da ABC. Ver http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina.

[48] A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) manteve quatro ações com o governo Argentino e despendeu montante de R$ 13 mil em cooperação prestada entre 2019-2020 com foco no desenvolvimento de capacidades na área de gestão de recursos hídricos. O objetivo foi fortalecer as competências técnicas nos temas de: intercâmbio de gestão de bacias em ambos os países; integração de sistemas de monitoramento na bacia do Prata (alertas, redes e radares meteorológicos); e promoção de iniciativas em atividades complementares em uso de satélite, orientadas a aplicações hidrometeorológicas na América do Sul. Em 2019-2020, houve videoconferências para intercâmbio de experiências sobre sistemas de alerta, redes de monitoramento e hidrologia espacial, participação de técnico argentino no curso de medição e cálculo de vazão em grandes rios, entre outras atividades.

[49] Em 2020, a Embrapa conduziu na Argentina o projeto intitulado "Impacto das Mudanças Climáticas nas Doenças em Cultivos". O objetivo foi avaliar os impactos da mudança do clima sobre doenças de duas culturas de importância agroindustrial: a cana-de-açúcar e o amendoim, nas principais áreas produtoras do Brasil e da Argentina. Os resultados previstos respondem a uma medida de adaptação apresentada pelo setor agrícola para o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), desenvolvendo estudos prospectivos do risco de aparecimento de doenças em função da mudança do clima, incluindo novas técnicas de manejo.

[50] Houve intercâmbio técnico sobre políticas de desenvolvimento da primeira infância entre os programas Primeiros Anos (Argentina) e Criança Feliz (Brasil). Compartilhou-se, também, experiência em desenvolvimento de protocolos para a construção de cisternas pluviais em concreto armado destinadas à população vulnerável argentina.

[51] Foram assinados os seguintes projetos: 1) "Fortalecimento da vigilância epidemiológica para a detecção precoce de riscos à saúde pública"; 2) "Destinos turísticos criativos e sustentáveis"; e, 3) "Estratégia binacional para a conservação do jaguaretê (onça-pintada)". Em julho, houve uma nova rodada de assinatura de projetos, que contemplou os seguintes: 1) Gestão Integrada de Recursos Hídricos-Fase III; 2) Fortalecimento das políticas públicas de gênero entre Brasil e Argentina; 3) Práticas Curriculares de Alimentação Saudável em Escolas de Fronteira; e 4) Promoção dos Direitos Indígenas no Brasil e na Argentina. Em dezembro, foi assinado um conjunto de ajustes complementares para a concretização desses sete projetos bilaterais entre as duas nações.

[52] Entre 2019 e 2021, foram executados sete projetos de cooperação técnica com a Argentina. Ademais, a CGCH/ABC executou cinco ações de cooperação humanitária na Argentina, como a doação de soro antilonômico e de antirretrovirais.

2023, concordou-se em favor da articulação dos trabalhos nos seguintes foros: 1) Programa 2023-2024 da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), do MERCOSUL; 2) Grupo de Trabalho sobre Resposta a Inundações no âmbito do Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate (INSARAG), do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA); 3) Iniciativa humanitária Carta Internacional – Espaço e Grandes Desastres, que reúne 17 agências espaciais e 270 satélites. Em maio de 2024, em solidariedade ao Rio Grande do Sul, atingido pelas inundações que afetaram 464 municípios, a Argentina doou 72 mil comprimidos para purificação de água e duas estações móveis de purificação de água. Além disso, deu apoio à elaboração de mapas analíticos com processamento de imagens do satélite argentino SAOCOM, para auxiliar na tomada de decisão sobre as ações no terreno, por meio do instrumento de cooperação "Carta Internacional – Espaço e Grandes Desastres", que conta com rede de 270 satélites de 17 agências espaciais no mundo.

Direitos Humanos: No Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica acordado em junho de 2023, várias ações foram mencionadas no contexto do fortalecimento dos direitos humanos. Foi previsto o restabelecimento das reuniões técnicas de consultas bilaterais em matéria de direitos humanos e da Comissão Técnica Mista relativa ao Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações de Direitos Humanos. Também se acordou o intercâmbio de experiências sobre boas práticas no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o estabelecimento de consultas bilaterais em matéria de gênero e diversidade. No âmbito de mulheres e promoção da igualdade de gênero, mencionou-se a implementação do projeto "Fortalecimento das políticas públicas sobre gênero entre Brasil e Argentina" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral. No plano de igualdade racial, foi acordada a negociação de acordo de cooperação técnica com a finalidade de incrementar a capacidade técnica do Brasil de identificação e preservação de sítios de memória da escravidão e tráfico transatlântico de africanos. Acordou-se também o estímulo do resgate à memória de africanos e de afrodescendentes na Argentina e a realização de ações conjuntas e de intercâmbio para a visibilidade da cultura afro em ambos os países. As partes se comprometeram, ademais, a emitir uma declaração conjunta a respeito da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). No âmbito de povos indígenas, o plano previu a implementação do projeto "Promoção dos Direitos Indígenas no Brasil e na Argentina" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica bilateral.

Educação: Têm destaque projetos coordenados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Ministério da Educação, em âmbito bilateral e especialmente regional (tais como MATH AmSud, Marca, Arcu-Sul e STIC AmSud).

Ciência, Tecnologia e Inovação, Telecomunicações e Temas Digitais: Há diversas iniciativas de cooperação em áreas de ciência e tecnologia (biotecnologia, nanotecnologia, Antártida, Comitê Binacional de C&T[53]). O Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO)[54], criado em

---

[53] Entre 2019 e 2020, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação despendeu mais de R$ 282 mil em cooperação científica e tecnológica com a Argentina, o que faz do país o oitavo maior parceiro em cooperação em ciência, tecnologia e inovação (atrás de China, Espanha, Suíça, EUA, Canadá, Austrália e Alemanha).

[54] O centro é um programa de integração regional instituído para consolidar a cooperação científico-tecnológica na área de biotecnologia entre Brasil e Argentina, com participação do Uruguai e, a partir de 2024, da Colômbia. Ao

1986 como Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia e posteriormente renomeado com a integração do Uruguai, fomenta pesquisa e conhecimento e apoia projetos conjuntos de desenvolvimento científico e biotecnológico[55]. A Argentina aderiu ao padrão nipo-brasileiro de TV digital. Nos últimos anos, o governo argentino aprovou licenças para comercialização de sinal de sete satélites de telecomunicação de empresas brasileiras, que contribuirão para fortalecer a presença do modelo digital brasileiro na região. O Programa Binacional de cooperação em ciência, tecnologia e inovação 2023-2024 prevê subprogramas de cooperação nas áreas de biotecnologia, ciências espaciais, pesquisa nuclear, ciências do mar e Antártica, transição energética e ambiente, tecnologias da informação e comunicação, pesquisa em saúde e nanotecnologia[56]. O Programa foi adotado em janeiro de 2023, em paralelo à adoção do Memorando de Entendimento sobre cooperação científica em ciência oceânica e do Acordo de Cooperação Antártica. No contexto do relançamento da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina, em junho de 2023, foi acordada a assinatura de instrumento para o estabelecimento de cooperação entre agências de fomento à inovação com vistas ao lançamento de chamadas conjuntas de apoio à inovação. Ademais, acordou-se a execução do Programa Binacional em CT&I. Os mandatários também acordaram retomar os encontros da Reunião Técnica Digital Brasil-Argentina, para o intercâmbio bilateral em temas relacionados à pauta digital, trabalhar para a aprovação parlamentar e a implementação do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de *Roaming* Internacional no MERCOSUL e implementar o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais do MERCOSUL.

Cooperação Oceânica e Antártica: Em janeiro de 2023, foram adotados o Memorando de Entendimento sobre cooperação científica em ciência oceânica e o Acordo de Cooperação Antártica. No contexto da visita de Fernández, em junho de 2023, acordou-se dar continuidade ao diálogo oceânico bilateral, estimular a coordenação e o fortalecimento da ZOPACAS, e a atuar conjuntamente com vistas à aprovação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS) no âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB). Também foi discutida a necessidade de aprovação parlamentar e troca de ratificações do Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina, assinado em janeiro de 2023.

Cooperação Aeroespacial: Por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Brasil mantém alguns acordos de pesquisa científica e cooperação acadêmica com instituições argentinas[57]. Destaca-se atualmente o treinamento de técnicos brasileiros pela INVAP para

---

longo dos seus trinta anos de existência, o CBAB/CABBIO tem sido reconhecido como um dos exemplos do relacionamento dinâmico em ciência e tecnologia que o Brasil mantém com o outro país. Nesse sentido, o centro tem sido mencionando como uma experiência bem-sucedida e citado como modelo de cooperação bilateral em vários fóruns de discussões internacionais, particularmente em reuniões de ministros de Ciência e Tecnologia do Brasil e da Argentina.

[55] Em 2019, no âmbito da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, na sigla em inglês), o Brasil participou de reunião na Argentina para capacitar um grupo de países (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) sobre os conceitos básicos da metodologia de coleta de dados e cálculo de biomassa animal e desenvolvimento de projeto-piloto na América Latina.

[56] Outros subprogramas poderão ser incorporados, por meio da aprovação no âmbito da Comissão Mista Brasil-Argentina para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

[57] Destacam-se o projeto com a Universidade Nacional de Tucumán para a instalação e operação de estações de magnetrômetro na UNT (iniciado em novembro de 2018 e término previsto para novembro de 2023); e especialmente o Programa de Cooperação celebrado entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades

lançamento de satélites. No contexto do relançamento da Aliança Estratégica, em junho de 2023, foi acordada a construção e lançamento do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação Ambientais Marinhas (SABIA-Mar[58] B[59]). Também foi acordada a reativação do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Cooperação Espacial, e o fomento de projetos conjuntos no setor aeroespacial.

Cooperação Nuclear: Há pujante cooperação em matéria nuclear entre os países decorrentes tanto da ABACC[60] quanto do CPPN[61] e da COBEN[62]. Destacam-se a celebração dos trinta anos da ABACC (18 julho de 2021) e o estreitamento da parceria com a empresa pública argentina (situada em Bariloche) INVAP na construção dos reatores multipropósito brasileiro (RMB) e argentino (RA-10), que estão em estágio avançado de construção, permitirão a produção autônoma de radioisótopos e ampliarão o uso da medicina nuclear[63]. Ainda, o Brasil apoiou a exitosa candidatura em 2019 do diplomata argentino Rafael Grossi à presidência da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para um mandato de quatro anos. No contexto da visita de Fernández ao Brasil, quando foi aprovado o Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, foi acordada a reativação da COBEN. Além disso, foram assinados protocolos de cooperação no campo de engenharia de reatores nucleares de pesquisa e de laboratórios associados, com vistas à contratação de serviços técnicos especializados em tecnologia nuclear. Também se acordaram a realização de visitas mútuas aos reatores RA-10 e RMB, construídos em cooperação bilateral, e o intercâmbio de pessoal para exercícios de emergência e segurança física nuclear. Por fim, os mandatários acordaram a coordenação de posições no âmbito do ciclo corrente de revisão do TNP.

Transportes e Infraestrutura: Houve ampliação da conectividade física com o avanço do projeto do Corredor Rodoviário Bioceânico e a retomada de ênfase na Hidrovia Paraguai-Paraná[64], que

---

Espaciais (CONAE) para a "Realização de ensaios ambientais para as Missões SAOCOM-1A e SAOCOM-1B (vigência até dois anos após o lançamento do SAOCOM-1B, que ocorreu em 31 de agosto de 2020). Acordos em: http://antigo.inpe.br/institucional/sobre_inpe/relacoes_institucionais/cooperacoes_internacionais_vigentes.php.

[58] A missão SABIA-MAR foi lançada em 2008, na visita de Lula à Argentina, para observação dos oceanos e manejo costeiro, monitoramento da exploração petrolífera, gerenciamento de zonas costeiras e da atividade pesqueira, gerenciamento ambiental, gestão e preservação de desastres, recursos hídricos, meteorologia e mudança do clima. Em 2013, iniciou-se a Fase A da Missão SABIA-MAR, que engloba todo o planejamento da missão, a relevância dos dados científicos a serem recolhidos, os equipamentos que serão usados e a operacionalidade da missão, além do lançamento do SABIA-MAR 1, previsto inicialmente para 2018, mas que conta com sucessivos atrasos.

[59] O SABIA-Mar B (ou 2) é o satélite a ser construído pelo Brasil no âmbito da parceria, enquanto o SABIA-Mar A (ou 1) é a sua contraparte argentina, cujo lançamento está previsto para 2025.

[60] Entre 2019 e 2020, o governo brasileiro gastou R$ 17 milhões com contribuições regulares para a ABACC, o que fez dela a 13º em gastos de contribuições regulares do país junto a organizações internacionais.

[61] Em junho de 2023, realizou-se a última reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear Brasil-Argentina.

[62] Em 2019, por ocasião dos 25 anos da entrada em vigor do Acordo Quadripartite, houve declaração presidencial conjunta sobre política nuclear que ressaltou os papéis de CPPN e COBEN. A COBEN está inativa desde 2015. A reativação da COBEN, compromisso reiterado na reunião de junho de 2023 do CPPN, estava prevista para o segundo semestre de 2023, mas não se realizou.

[63] Vale mencionar ainda o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa na área de lentes gravitacionais usando dados observacionais e simulações, e o programa de intercâmbio Brasil-Argentina focado na física da matéria escura, desde a astrofísica até sensores e experimentos de laboratório, ambos realizados em 2019 e 2020.

[64] Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai cooperam no âmbito do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), responsável pela implementação do Acordo de Transporte Fluvial da Hidrovia, assinado em 1992. Em setembro de 2023, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai emitiram nota conjunta pela qual lamentam medidas restritivas à navegação na hidrovia Paraguai-Paraná, na forma de aplicação de taxa unilateral e arbitrariamente

conecta Puerto Cáceres (MS) ao porto de Nova Palmira, no Uruguai, e contribui para o barateamento do transporte de cargas e a integração logística regional, cumprindo importante papel para o escoamento da soja e ferro do centro-oeste brasileiro. Seguem em curso tratativas para a construção de três novas pontes sobre o rio Uruguai, incluindo o projeto de travessia rodoviária entre Porto Xavier e San Javier, e estudos para ampliar a interconexão ferroviária. Atualmente, há apenas três pontes ligando fisicamente os territórios (Uruguaiana-Paso de Los Libres; São Borja-Santo Tomé; e Foz do Iguaçu-Porto Iguazú). Em dezembro de 2019, na cúpula do MERCOSUL de Bento Gonçalves, houve a atualização do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (ASA), assinado originalmente em 1948, que regula os serviços aéreos entre os dois países. Em março de 2024, as agências nacionais de aviação civil brasileira e argentina assinaram memorando de entendimento que estabelece a política de "céus abertos" entre os países, eliminando os limites de voos semanais regulares de passageiros e facilitando a liberação de voos cargueiros, ao deixar de exigir que as operações de carga se iniciem ou terminem no país de origem da empresa (Sétima Liberdade do Ar). O memorando reitera, ainda, a necessidade de renegociação do acordo aéreo de 1948. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), houve aumento de 459,7% (6,4 mil *versus* 1,6 mil) de decolagens do Brasil para a Argentina entre janeiro e outubro de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior, o que sinaliza forte retomada da conexão aérea pós-pandemia[65]. Na ocasião da visita de Fernández para o Brasil, em junho de 2023, o Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica estabeleceu o compromisso com a definição do regime de gestão da Ponte Santo Tomé-São Borja, cuja concessão atual se encerraria em 29 de agosto de 2023[66], e seu centro unificado de fronteira e infraestruturas conexas. Também se previram a continuidade de avanço nas discussões do grupo de trabalho binacional para iniciar a construção da ponte internacional Porto Xavier-San Javier e atualização de estudos para definir o projeto de reforma estrutural da Ponte Internacional de Uruguaiana-Paso de los Libres. Acordou-se o início das negociações para um novo acordo bilateral de transporte marítimo e o fortalecimento da conectividade aérea entre os dois países. No âmbito de gestão conjunta de recursos hídricos, decidiu-se pela negociação de um memorando de entendimento na área de segurança hídrica com foco na revitalização de bacias hidrográficas compartilhadas, no intercâmbio de informações e nas experiências sobre gestão hídrica, cooperação técnica e científica e promoção do diálogo entre atores governamentais e sociais. Por fim, acordou-se a implementação do projeto "Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Recursos Hídricos – Fase III" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral.

Energia: Estão em desenvolvimento importantes projetos conjuntos no setor hidroelétrico, em biocombustíveis[67] e na área de petróleo e gás natural dos reservatórios do Pré-Sal e de Vaca

---

estabelecida pela Argentina. No mesmo mês, o Brasil presidiu, em sua embaixada em Buenos Aires, reunião especial do CIH com o objetivo de avançar no tratamento de controvérsia em torno do estabelecimento e cobrança, pela Argentina, desde o início de 2023, de pedágio para o transporte internacional no trecho do rio Paraná compreendido entre o porto de Santa Fé e a confluência com o rio Paraguai. Com vistas a criar condições para a continuação das tratativas entre os países, a Argentina aceitou, conforme refletido em ata, suspender, durante 60 dias, o recurso à Justiça para a cobrança de valores supostamente devidos, por meio da interdição de embarcações dos demais países.

[65] Houve também aumento de 694,5% do indicador ASK (assentos-quilômetros ofertados) no mesmo período.

[66] Em julho, a concessão foi prorrogada, por um ano, extensível por igual período, enquanto prosseguem as tratativas em torno do futuro modelo de gestão da ponte e do Centro Unificado de Fronteira (CUF). O decreto de prorrogação foi publicado em outubro.

[67] Em 2019, o Brasil compartilhou experiências e resultados do projeto *Sugarcane Renewable Electricity* (Sucre), cujo objetivo é aumentar a oferta de eletricidade com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) por meio da geração de bioeletricidade a partir da palha da cana-de-açúcar, produto subutilizado para a geração de eletricidade pelas usinas.

Muerta, onde a produção é considerada mais barata que a brasileira. Na ocasião da visita do presidente Lula à Argentina, em janeiro de 2023, os líderes comprometeram-se em conferir prioridade à avaliação conjunta de projetos de interesse binacional, tendo sido especificamente mencionado o Gasoduto Presidente Néstor Kirchner. Há destaque para o desenvolvimento dos projetos binacionais hidrelétricos de Garabi e Panambi, com a retomada de reuniões da Comissão Técnica Mista encarregada dos projetos hidrelétricos no trecho compartilhado do Rio Uruguai. Os dois países comercializam entre si eletricidade para superar situações críticas de demanda elétrica, em que se destacou o desafio da crise hídrica na bacia do rio Paraná entre 2019-2021. Há discussões para exportação de origem termoelétrica da Argentina para o Brasil e negociações para a Argentina vender gás natural para o Brasil. A Argentina tem a segunda maior reserva de gás xisto do mundo e a quarta de óleo de xisto. Em 2023, em razão da crise energética por que passa o país vizinho, o Brasil será capaz de garantir fornecimento de energia elétrica de fontes térmicas à Argentina. Na ocasião do relançamento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, na visita de Fernández ao Brasil em junho de 2023, acordou-se o fortalecimento de uma estratégia energética do MERCOSUL para o setor energético, buscando sinergias entre o SGT-9 e o Sistema de Integração Energética do Sul (SIESUL)[68]. Ademais, acordou-se a promoção da harmonização normativa do setor de biocombustíveis, tendo em conta as discussões do Grupo *Ad Hoc* de Biocombustíveis do MERCOSUL. Os mandatários também se comprometeram a estruturar e decidir sobre a operação de crédito para financiar as exportações de produtos brasileiros para a construção do Gasoduto Presidente Néstor Kirchner[69]. No encontro, também se buscou aprofundar a cooperação na área de mineração, fortalecendo as ações conjuntas e buscando soluções para os desafios compartilhados.

Cultura: Brasil e Argentina promovem diversas iniciativas em cooperação cultural. Há um Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Buenos Aires. Em novembro de 2022, no contexto das celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, o IGR Buenos Aires, em parceria com a FUNAG, promoveu o Seminário Internacional "A recepção e a repercussão da Independência do Brasil nos países latino-americanos". No contexto do Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, ambos os países decidiram trabalhar conjuntamente pelo fortalecimento do MERCOSUL Cultural, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do bloco, no segundo semestre de 2023, com o fim de articular programas e ações que aproximem as políticas públicas culturais entre Estados Partes e Associados. Ademais, acordou-se a promoção das cadeias de valor de todos os setores das indústrias culturais dos países, sobretudo por meio da assinatura de protocolos de cooperação para a promoção de editais binacionais que busquem fomentar a coprodução de filmes, livros, produtos culturais digitais, festivais culturais, entre outras formas de expressão cultural. Em dezembro de 2023, a justiça argentina entregou à embaixada do Brasil em Buenos, para repatriação, exemplar do livro *Reise in Chile, Peru und auf dem Amazonenstrome* (*Viagem no Chile, Peru e no Rio Amazonas*), de 1836, de autoria do zoólogo alemão Eduard

[68] O SIESUL foi criado em 2019, no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com o objetivo de avançar na integração de energia elétrica dos países do Cone Sul de forma a ampliar o potencial de integração regional, desenvolvimento de novos investimentos e ampliação da segurança energética. A iniciativa tem preocupação especial com a mudança do clima e com o desenvolvimento sustentável. Para mais informações, consultar: https://www.gub.uy/ministerio-industria-energia-mineria/comunicacion/noticias/subsecretaria-del-miem-participo-xlix-reunion-ministros-olade.

[69] O Brasil planeja exportar, com financiamento do BNDES, tubos e chapas de aço brasileiras a serem utilizados na etapa 2 da construção do gasoduto.

Poeppig, que havia sido furtado do acervo de obras raras do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 2007 e 2008 e encontrava-se na Argentina.

Esporte: Em 2019, em visita de Estado à Argentina, o presidente Bolsonaro declarou apoio do Brasil à candidatura da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai para ser sede conjunta da Copa do Mundo da FIFA de 2030. No contexto do relançamento da Aliança Estratégica, acordou-se a elaboração de plano de trabalho com ações coordenadas ou conjuntas para a prevenção e o combate do racismo, da xenofobia e de formas correlatas de discriminação no ambiente esportivo, e de calendário de cooperação esportiva para 2024, ao amparo do Convênio de Cooperação em Matéria de Esportes (de 2005), com o intercâmbio de treinadores e de atletas e uso recíproco de instalações esportivas de referência para o esporte de alto rendimento.

Saúde: O Brasil mantém tradicional cooperação em matéria de saúde com a Argentina, em que se destaca o papel de instituições como o Instituto Butantã[70] e a Fundação Oswaldo Cruz[71] (Fiocruz). Também é famosa a parceria com a Argentina na transferência de tecnologia para a produção da vacina da febre amarela. No contexto da pandemia de COVID-19, os países cooperaram tanto bilateralmente quanto no âmbito do MERCOSUL (destaque para reunião de ministros da saúde no âmbito do SGT-11), e instituições de ambos os países foram selecionadas pela OMS e pela OPAS para hospedar *hub* regional para a produção de vacinas contra a COVID-19. Também foram mantidas tratativas para reabertura das fronteiras (meados de 2021) e retomada da circulação de nacionais entre os países. Houve resultado positivo intra-MERCOSUL no que diz respeito à coordenação na resposta à pandemia: os Presidentes aprovaram declaração sobre coordenação regional para a contenção e mitigação do impacto do coronavírus e seu impacto, que cobre questões sobre livre circulação de pessoas e tarifas de produtos essenciais, e o Grupo Mercado Comum (GMC) aprovou, em março de 2020, a destinação de cerca de US$ 6 milhões do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para iniciativa de combate à COVID-19 nos quatro países do bloco. No Brasil, a Fiocruz foi contemplada com US$ 1,3 milhão. Adicionalmente, foi aprovado um fundo reserva de US$ 10 milhões também destinado ao combate à pandemia. Os governos da Argentina e do Brasil assinaram Declaração Conjunta dos Ministérios da Saúde de ambas as partes, que manifesta o compromisso do aprofundamento da cooperação bilateral em saúde em temas como o desenvolvimento do complexo econômico-industrial sanitário dos dois países e a consolidação da resiliência dos sistemas de saúde. Os governos comprometeram-se, além disso, a avançar na assinatura de um Acordo Quadro de Cooperação. No contexto do Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica, firmado em junho de 2023, Brasil e Argentina acordaram o fortalecimento da gestão de vigilância epidemiológica para a detecção de riscos à saúde pública, de ações de saúde na fronteira (inclusive por meio de ações de vacinação na fronteira bilateral), e dos vínculos entre os institutos nacionais de saúde, escolas e centros de formação de saúde pública. Ademais, previu-se a implementação do projeto "Fortalecimento da vigilância epidemiológica para a detecção antecipada de riscos à saúde pública" no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral, e a instituição do programa piloto de inspeções conjuntas de boas práticas na fabricação de medicamentos. Por fim, acordou-

[70] O Ministério da Saúde fez doações para a Argentina de soro antilonômico. O Brasil, por meio do Instituto Butantã, é o único produtor do soro antilonômico, utilizado no tratamento para reverter os efeitos do envenenamento causado pelo contato de pessoas com os espinhos envenenados de taturanas (ou lagartas) do gênero *lonomia*.
[71] Atualmente, há quatro acordos internacionais entre a Fiocruz e instituições argentinas. Disponíveis em: https://portal.fiocruz.br/documento/cris-acordos-e-convenios.

se, por memorando de entendimento interinstitucional entre as agências regulatórias em saúde, o reconhecimento mútuo dos registros de determinadas classes de dispositivos médicos.

Comunicação Pública: Em maio de 2023, foram assinados protocolos de intenções entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e três empresas de comunicação pública argentinas. No mês seguinte, os mandatários de ambos os países se comprometeram com a implementação desses acordos.

Malvinas: Em 1833, o Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido. O Brasil contribui para a defesa da soberania argentina nas Malvinas em fóruns internacionais. A defesa do pleito da Argentina foi reiterada no Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica adotado na visita de Alberto Fernández a Brasília, em junho de 2023. A empresa LATAM inaugurou rota aérea a partir de São Paulo em novembro de 2019, que foi seguida de pedido de discrição pela Argentina. A rota aérea foi suspensa no contexto da pandemia de COVID-19. Em janeiro de 2024, o Brasil emitiu nota reafirmou seu apoio aos legítimos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.

3.2. Estados Unidos da América

Marcos: 1824: Os Estados Unidos (EUA) são o primeiro país a reconhecer, oficialmente, a independência brasileira, segundo a historiografia tradicional, e são estabelecidas relações diplomáticas; 1827: Suspensão das relações diplomáticas, em razão da questão do navio *Spark* – relações seriam retomadas em 1828; 1869: Questão Webb; 1871: Governos estadunidense e britânico convidam D. Pedro II a indicar árbitro para compor a comissão arbitral no caso Alabama; 1876: D. Pedro II foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar os EUA, em viagem de caráter privado; 1936: Visita de Roosevelt ao Brasil; 1942: Acordos de Washington; 1949: Visita de Dutra aos EUA; 2005: *Status* da relação é elevado ao de "diálogo estratégico"; 2010: Diálogo de Parceria Global; 2019: Diálogo de Parceria Estratégica; 2022: Diálogo de Alto Nível; 2024: Celebração do bicentenário das relações diplomáticas entre Brasil e EUA[72].

Embaixada: Brasil abre legação em Washington (1824); EUA abre legação no Rio de Janeiro (1825); Brasil e EUA elevam o *status* de ambas as legações a embaixadas (1905), sendo Joaquim Nabuco o primeiro embaixador do Brasil, em consagração da "aliança não escrita" entre os dois países e do americanismo pragmático de Rio Branco. O Brasil mantém onze consulados-gerais nos EUA[73]. Os EUA mantêm quatro consulados-gerais no Brasil, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, além de escritório em Belo Horizonte.

Coordenação Política

Instâncias: Diálogo de Parceria Global[74] (2010), Diálogo de Parceria Estratégica[75] (2019) e Diálogo de Alto Nível[76] (2022, cuja segunda edição ocorreu em 2024) são as principais instâncias de caráter político entre os mais de trinta mecanismos de cooperação bilateral. Grupo Parlamentar Brasil-EUA (2019) e o "*Brazil Caucus*" (1999), relançados em 2024[77].

Visitas de Alto Nível: A relação bilateral é marcada por contatos frequentes de alto nível, sendo os EUA o país mais visitado por Bolsonaro (seis viagens), por Temer (três viagens) e por Dilma (seis viagens). Obama foi o último presidente americano a visitar o Brasil (2012). Nos últimos anos, registram-se, ainda, intensas visitas de chanceleres e outros ministros, além de encontros à margem de cúpulas, como ocorreu na Cúpula das Américas (2022), entre Biden e Bolsonaro. Depois da vitória de Lula nas eleições de 2022, o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA,

---

[72] A celebração compreendeu inciativas, do lado brasileiro e estadunidense, em áreas diversas, como seminários, programas de intercâmbio e eventos culturais, com o objetivo de destacar os laços políticos, econômcios e culturais entre Brasil e EUA. Em maio de 2024, foi realizado o seminário "Encontros: 200 anos de amizade Brasil-EUA", em Brasília, ocasião em que o ministro Mauro Vieira realizou discurso em celebração à efeméride.

[73] Em Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco, Washington e, desde abril de 2023, Orlando.

[74] O Diálogo de Parceria Global acabou por perder tração com os escândalos de espionagem (2013), que abalaram as relações bilaterais, em episódio já superado.

[75] O Diálogo de Parceria Estratégica, presidido pelos chanceleres, busca coordenação política e execução das ações definidas em visitas presidenciais.

[76] O Diálogo de Alto Nível, instância mais recente, mantém, de maneira geral, os mesmos eixos temáticos do Diálogo de Parceria Estratégica, quais sejam, o apoio à governança democrática, a promoção da prosperidade econômica e o fortalecimento da cooperação em defesa e segurança e promoção da paz e do primado do Direito. No entanto, não é integrado pelos chanceleres, mas por altos representantes governamentais.

[77] São grupos parlamentares, que, por meio de cooperação interparlamentar, incentivam, desenvolvem e acompanham as relações bilaterais entre Brasil e EUA.

Jake Sullivan, e Juan González, assessor especial do Conselho de Segurança para a América Latina, visitaram o Brasil. Além de formalizarem convite a Lula para visita oficial em janeiro de 2023, os norte-americanos trataram de temas como: meio ambiente, em especial, a importância de medidas contra as mudanças do clima; o estabelecimento de uma nova governança mundial, com uma reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); e o papel do G20. Em janeiro de 2023, a secretária do Departamento do Interior Deb Haaland realizou visita ao Brasil como enviada especial para a posse de Lula[78]. O presidente Biden telefonou para o presidente Lula, em 9 de janeiro, para condenar o ataque à transferência pacífica de poder. A visita do presidente Lula a Washington, no dia 10 de fevereiro, após convite de Joe Biden, representou oportunidade para novo impulso nas relações bilaterais[79]. Em 27 de fevereiro, John Kerry, enviado especial dos EUA para o Clima, chegou ao Brasil para discutir a agenda bilateral na dimensão ambiental. John Kerry encontrou-se com o vice-presidente Geraldo Alckmin, com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva[80], e com a ministra substituta das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, entre outras autoridades[81]. Foram discutidos temas estratégicos como a mudança do clima, o combate ao desmatamento, o fortalecimento de ações de adaptação e cooperação para o desenvolvimento sustentável, a recuperação de florestas, o incentivo à bioeconomia e o apoio aos povos indígenas. O representante estadunidense não se comprometeu, no entanto, com aumento da contribuição, anteriormente sinalizada, no montante de US$ 50 milhões para o Fundo

[78] No mesmo mês, a secretária-geral Maria Laura da Rocha recebeu telefonema da vice-secretária de Estado dos EUA, Wendy Sherman. As duas representantes, que compartilham a característica de serem as primeiras mulheres a ocuparem tais cargos em seus países, discutiram temas da agenda bilateral, além de políticas de promoção da diversidade e da igualdade de gênero nas duas chancelarias. Na ocasião, Sherman reiterou o apoio do governo Biden à democracia brasileira.

[79] Os presidentes sublinharam que os temas de fortalecimento da democracia, direitos humanos e crise do clima estão no cerne da agenda comum. Nesse sentido, tiveram importância as discussões relativas à rejeição do extremismo e à resiliência da sociedade à desinformação. Na esfera dos direitos humanos, destaca-se o compromisso com a revitalização do JAPER. Antes do encontro, dez organizações da sociedade civil componentes do movimento negro haviam enviado carta aos líderes, demandando a retomada inclusiva do JAPER, firmado em 2008. Em maio, houve reunião do Grupo Diretor do JAPER. No campo ambiental, foi decidido o restabelecimento das reuniões do GTMC e o relançamento da Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima, cuja implementação cabe ao GTMC. A Iniciativa, que compreende a cooperação nas áreas de uso da terra, energia limpa e adaptação, e o Grupo de Trabalho foram estabelecidos na ocasião do encontro entre Dilma Rousseff e Barack Obama, em Washington, em junho de 2015. O presidente estadunidense comprometeu-se a buscar aumentar os recursos voltados para a proteção da Amazônia, e o líder brasileiro propôs a discussão de um mecanismo de governança global para a área de mudança do clima, que seja capaz de adotar decisões de cumprimento obrigatório. Com relação à paz e à segurança internacionais, destaca-se que ambos os lados lamentaram a violação da integridade territorial da Ucrânia e manifestaram preocupação quanto aos efeitos globais do conflito. Ambos os governos expressaram apoio ao funcionamento pleno da Iniciativa do Mar Negro de Comércio de Grãos. Foram ainda discutidas questões como a segurança alimentar, a cooperação em instituições multilaterais, a reforma do CSNU e a cooperação em ampla diversidade temática. Com relação à resiliência das cadeias de suprimentos, os líderes comprometeram-se a dar continuidade à cooperação por meio de diálogos público-privados específicos. Concordou-se com o aprofundamento do diálogo e da cooperação no contexto de celebração do bicentenário das relações diplomáticas entre Brasil e EUA, em 2024. Ademais, o líder americano aceitou convite, realizado pelo presidente Lula, para que visite o Brasil.

[80] Marina Silva e John Kerry ressaltaram o compromisso com o combate à crise do clima e ao desmatamento, e o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com uma transição energética justa e inclusiva. Foram previstas novas discussões para os 60 dias subsequentes, concernentes às estratégias e aos objetivos nas dimensões bilateral e multilateral. Pontos priorizados incluíram o GTMC e mecanismos de financiamento para o combate ao desmatamento, principalmente o Fundo Amazônia.

[81] Entre as demais reuniões por ocasião da visita de John Kerry, destacam-se os encontros com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Pacheco ressaltou a democracia e a questão do clima como temas prioritários.

Amazônia[82]. Em março, a embaixadora Katherine Tai, representante de Comércio dos EUA, visitou o Brasil, tendo participado de reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin, o ministro Mauro Vieira e a secretária-geral das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha[83], a fim de discutir a cooperação bilateral e multilateral em comércio[84]. No mesmo mês, durante encontro de trabalho entre o ministro Mauro Vieira e o secretário de Estado estadunidense Antony Blinken, realizado à margem da reunião do G20, os representantes discutiram a futura presidência brasileira no mecanismo plurilateral, o seguimento da visita do presidente Lula aos EUA, além de temas da agenda internacional. Em abril, durante edição virtual do Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima[85] (MEF, na sigla em inglês), Biden anunciou US$ 500 milhões para o Fundo Amazônia, nos próximos cinco anos, dez vezes a mais que a sinalização dada anteriormente. Em julho, a secretária-geral reuniu-se, em Brasília, com a subsecretária de Estado para Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos EUA, embaixadora Victoria Nuland. Em agosto, Lula e Biden falaram ao telefone sobre temas como dignidade do trabalho, crise climática e situações de Haiti e Venezuela. Em setembro, Vieira e Blinken encontraram-se, à margem da Cúpula do G20, em Nova Delhi. No mesmo mês, Lula e Biden reuniram-se à margem da AGNU, quando emitiram a Declaração Conjunta Brasil-EUA sobre a Parceria pelo Direito dos Trabalhadores e Trabalhadoras[86] e destacaram que a transição energética poderá levar à ampliação da qualidade dos empregos ao redor do globo. No fim de outubro, o ministro Mauro Vieira conversou, por telefone, com seu homólogo sobre a situação humanitária em Gaza e a perspectiva da repatriação dos brasileiros. Em dezembro, a secretária do Comércio dos EUA, Gina Raimondo, visitou Brasília para participar do 12º Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA, e encontrou-se com o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin e com o chanceler Mauro Vieira. No mesmo mês, Vieira e Blinken conversaram novamente ao telefone e trataram do diferendo entre Venezuela e Guiana sobre a região do Essequibo, bem como da presidência do Brasil no G20 e sobre a situação no Haiti. Ambos conversaram novamente por telefone em fevereiro de 2024, quando trataram desses assuntos, para além da situação no Oriente Médio e de temas bilaterais, no contexto da celebração do bicentenário das reações entre Brasil e EUA. No mesmo mês, o presidente Lula recebeu Blinken, ocasião na qual o representante estadunidense reiterou o apoio à presidência brasileira do G20 e elogiou as prioridades escolhidas para o Brasil: reforma da governança global, combate à fome e transição energética. Blinken ressaltou a relevância da parceria entre EUA e Brasil, inclusive no enfrentamento da mudança do clima e na promoção dos direitos trabalhistas, além dos sólidos laços bilaterais "mais fortes do que nunca". Entre os temas discutidos, estiveram a situação na Venezuela, a paz na Faixa de Gaza e a cooperação na área ambiental. À margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com a representante de Comércio dos

---

[82] Em entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2023, John Kerry admitiu a dificuldade de aprovação do aumento de recursos ao Fundo Amazônia no Congresso americano e ressaltou outras formas de cooperação, como transferência de tecnologia e assistência, além da busca de financiamento por outros meios, como o setor privado e bancos multilaterais.

[83] A secretária-geral e a representante estadunidense reuniram-se no Dia Internacional das Mulheres e sublinharam a importância do empoderamento feminino para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade social. Além disso, o tema de comércio e investimentos foi discutido tanto sob a perspectiva bilateral quanto multilateral.

[84] Discutiram-se temas como a construção de cadeias de suprimentos mais resilientes e a economia verde. O governo brasileiro ressaltou oportunidades em setores estratégicos, compreendendo semicondutores, robótica, indústria de saúde, siderurgia e equipamentos.

[85] Trata-se de fórum, lançado pelos EUA, em 2009, que reúne 26 entre as maiores economias do mundo. As reuniões ocorrem no formato de líderes, como a de abril de 2023, ou de altos representantes.

[86] Para mais detalhes, ver a subseção a respeito na seção sobre Trabalho no quinto capítulo mais adiante.

EUA, embaixadora Katherine Tai. No encontro, tratou-se de agricultura e da reforma da OMC, e o Brasil reforçou a necessidade de reforma da OMC e do seu mecanismo de solução de controvérsias. Em março de 2024, a ministra, substituta, das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), William Joseph Burns, para conversa sobre a cooperação bilateral, particularmente sobre combate à desinformação e fortalecimento das instituições democráticas, além de temas relevantes no contexto geopolítico global, como os conflitos na Ucrânia e em Gaza. Em maio, foi realizada, em Washington, a poucos dias do bicentenário das relações bilaterais (26 de maio), a segunda edição do Diálogo de Alto Nível Brasil-EUA[87], copresidida pela secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e pelo secretário de Estado adjunto dos EUA, Kurt Campbell.

Discurso Oficial: Os EUA são o mais antigo e tradicional parceiro brasileiro. Conforme o período histórico e a visão dos diversos governos, as relações passaram por oscilações de aproximação e distância. No longo prazo, entretanto, prevaleceu o interesse mútuo em manter relações produtivas e próximas, em benefícios de ambas as sociedades. Nesse sentido, Brasil e EUA são as duas maiores democracias do hemisfério ocidental, contando com economias dinâmicas e diversificadas, além de grande convergência de valores e interesses, representados por populações multiétnicas e multiculturais. Atualmente, há claro interesse dos dois lados no sentido de dar um salto de qualidade nas relações bilaterais.

Convergências

Convergências Multilaterais: Os EUA já apoiaram os pleitos de Índia, Japão e Alemanha para um assento permanente no CSNU, mas não o brasileiro, embora ressaltem o caráter positivo de uma participação mais ativa do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) e o apoio à expansão do CSNU, desde que não seja afetada sua eficiência nem as regras de veto[88]. Brasil e EUA estão entre os membros mais ativos da OMC, apoiando reforma da organização, embora com divergências sobre o rumo exato destas. Em março de 2023, em visita da representante de Comércio dos EUA, Katherine Tai, ao Brasil, houve comprometimento de Brasil e EUA com o processo de reforma e modernização da OMC. Na ocasião, o governo brasileiro ressaltou a centralidade do mecanismo de solução de controvérsias, cujo funcionamento se encontra obstado pela paralisação do Órgão de Apelação. Houve, ademais, convergência quanto à importância do desenvolvimento sustentável e do empoderamento econômico das mulheres. No encontro bilateral entre Lula e Joe Biden, por sua vez, os líderes das duas maiores democracias das Américas ressaltaram a necessidade de fortalecimento das instituições democráticas e saudaram a realização da segunda Cúpula pela Democracia, que foi celebrada nos dias 29 e 30 de março de 2023.

Convergências Plurilaterais: O Brasil participou do Processo de Heiligendamm (2007), diálogo informal no formato G8+5. Brasil e EUA participam do G20, tendo protagonizado sua elevação

[87] A realização da reunião está em linha com a diretriz de relançamento das relações Brasil-EUA decorrente da reunião entre os presidentes Lula e Biden, em fevereiro de 2023. As delegações dos dois governos discutiram o fortalecimento da cooperação global, regional e bilateral em temas como reforma da governança internacional, democracia, direitos humanos, igualdade de gênero, energia, cadeias de suprimento, crescimento econômico, meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia e segurança.

[88] No encontro entre os presidentes Lula e Biden em fevereiro de 2023, expressou-se a intenção de cooperação para reforma do órgão, a fim de promover a inclusão de países da África e da América Latina e Caribe como membros permanentes do CSNU.

do nível ministerial para o presidencial (2008). Os EUA apoiam a candidatura brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2019). O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, participou da Cúpula para a Democracia (2021), iniciativa do governo Biden. Os dois países, junto com Canadá, Argentina e México, integram o Grupo Agrícola do Hemisfério Ocidental (AG5, 2019), coalizão internacional para a segurança alimentar global, a partir de comércio agrícola baseado em princípios comuns. Brasil, EUA e Japão, ainda, lançaram o Diálogo Trilateral JUSBE (2020), de coordenação política, econômica e de governança democrática. Ambos os países participaram do lançamento da Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa.

Convergências Regionais: Brasil e EUA são membros fundadores da Organização dos Estados Americanos (OEA), além de integrarem o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Até janeiro de 2023, o Brasil e os EUA reconheciam Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, até a realização de novas eleições. EUA e Brasil foram atores vocais em defesa da democracia na região, incluindo apoio à Assembleia Nacional da Venezuela democraticamente eleita em 2015, em seu trabalho para restaurar a ordem constitucional na Venezuela. O Brasil apoiou a "Moldura Institucional" apresentada pelos EUA. Os EUA também são convidados para encontros do Grupo de Lima e apoiam os esforços brasileiros na Operação Acolhida. Entre o ano fiscal de 2017 e meados de 2020, os EUA forneceram US$ 46 milhões (dos quais quase US$ 42 milhões são destinados para assistência humanitária) para apoiar os esforços do Brasil com o objetivo de fornecer serviços para migrantes e refugiados venezuelanos vulneráveis. No governo Lula, as convergências entre ambos no dossiê venezuelano tendem a reduzir-se. Ainda que tenha deixado de reconhecer Guaidó como presidente encarregado, seguindo a posição majoritária da oposição venezuelana, o governo Biden segue sem reconhecer o governo Maduro, enquanto o governo Lula restabeleceu laços com Maduro. Com relação a Cuba, o Brasil sob Bolsonaro deixou de apoiar a condenação do embargo norte-americano adotada anualmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), posição que foi revertida por Lula já em 2023. Durante o governo Trump e os governos Temer e Bolsonaro, houve a valorização da OEA como instância privilegiada de tratamento de questões hemisféricas. Ambos os países participam das Conferências Ministeriais de Segurança Hemisférica e do Mecanismo de Segurança Regional (sucessor do "3+1"). Outra região que merece atenção especial de ambos é o Oriente Médio. Na visita do presidente Bolsonaro aos EUA em março de 2020, os mandatários reiteraram seu compromisso com a paz e a prosperidade no Oriente Médio, e o presidente Bolsonaro elogiou a visão dos EUA para a coexistência pacífica entre o Estado de Israel e um Estado palestino. Sobre o "Plano de paz e prosperidade do presidente Trump para solucionar o conflito israelense-palestino", o governo brasileiro o saudou, avaliando ser uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços infrutíferos, retomar o caminho rumo à tão desejada solução do conflito israelense-palestino. O governo brasileiro exorta tanto israelenses quanto palestinos a considerar o plano com toda a seriedade e a iniciar negociações partindo das bases ali expostas. O plano se afigura compatível com os princípios constitucionais que regem a atuação externa do Brasil, notadamente a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e a autodeterminação dos povos. Desse modo, o Brasil estará pronto a contribuir para o processo de construção da paz, das maneiras que se afigurarem mais adequadas. Em 2020, o governo brasileiro saudou a decisão tomada por Israel e por Emirados Árabes Unidos (EAU), Bahrein, Marrocos e Sudão de normalizar inteiramente suas relações, conforme anunciado por esses países em conjunto com os EUA. O Brasil também participou da Conferência de Varsóvia, em fevereiro de 2019, para Promover um Futuro de Paz e

Segurança no Oriente Médio, coorganizada pelos EUA, e coordenou o Grupo de Trabalho sobre Questões Humanitárias e de Refugiados do "Processo de Varsóvia". Em votações no sistema ONU, o Brasil de Bolsonaro adotou postura mais próxima da norte-americana quando diz respeito às questões israelo-palestina, cubana e venezuelana. Em janeiro de 2020, por nota, quando das ações conduzidas pelos EUA no Iraque, o governo brasileiro manifesta seu apoio à luta contra o flagelo do terrorismo e reitera que essa luta requer a cooperação de toda a comunidade internacional sem que se busque qualquer justificativa ou relativização para o terrorismo.

Segurança e Defesa

Instâncias Bilaterais: A cooperação em defesa dos dois países é antiga, remontando aos acordos de 1942 e 1952, além do memorando de 1984, que a retoma, após breve interrupção. O documento bilateral mais recente nesse âmbito é o de Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2010), complementado pelo Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (2010). O Diálogo de Cooperação em Defesa (2012) foi um marco inédito em décadas para a cooperação de alto nível, entre os ministros de defesa. Posteriormente, foi lançado o Foro Permanente de Segurança (2018), que busca articulação bilateral em narcotráfico, tráfico de armas, delitos cibernéticos, lavagem de dinheiro e crimes financeiros, terrorismo e cooperação institucional. Em fevereiro de 2019, anunciou-se que um general brasileiro passaria a integrar um escalão subordinado do Comando Militar do Sul (SOUTHCOM). Também em 2019, o Brasil sediou o exercício marítimo multinacional UNITAS, incluindo sua fase anfíbia (realizado no Atlântico e no Pacífico sob coordenação do SOUTHCOM); as Forças Armadas brasileiras estabeleceram parceria com a Guarda Nacional de Nova York; e houve participação de militares brasileiros em missão humanitária do navio norte-americano *USNS Comfort*. Ainda, o Brasil foi designado pelo governo dos EUA como aliado preferencial extra-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 2019), o que elevou as possibilidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa, treinamentos conjuntos e participação em projetos. A possibilidade do ingresso do Brasil como parceiro global na OTAN já foi defendida pelos EUA. Em março de 2020, o presidente Bolsonaro visitou o SOUTHCOM, que supervisiona as Forças Armadas dos EUA na América Latina e Caribe. Na ocasião, firmou-se o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês). O objetivo do RDT&E, que aguarda promulgação, após aprovação pelo Congresso Nacional em abril de 2022, é abrir caminho para que os dois governos desenvolvam futuros projetos conjuntos alinhados com o mútuo interesse das partes, abrangendo a possibilidade de aperfeiçoar ou prover novas capacidades militares. O RDT&E poderá ampliar o acesso da Base Industrial de Defesa ao mercado americano, bem como a formalização de outros pactos no setor de Defesa, reduzindo processos burocráticos no comércio de produtos do segmento entre Brasil e EUA. O Brasil sediou o UNITAS (2022), exercício marítimo anual dos EUA, e este país participa do GUINEX.

Temas Regionais: Historicamente, Brasil e EUA cooperam nas mais diversas instâncias de segurança e defesa na OEA. Brasil, EUA, Argentina e Paraguai criaram o Mecanismo de Segurança Regional (2019), instância de cooperação no combate a ilícitos transnacionais, sucedendo o Grupo 3+1 (2002). Brasil e EUA também participaram das três edições das Conferências Ministeriais Hemisféricas de Luta contra o Terrorismo.

Comércio

Marcos: Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil e o maior mercado para as exportações brasileiras provenientes da indústria de transformação. As relações comerciais ocorrem em diversos âmbitos. O Fórum de Altos Executivos (2007) congrega até doze CEOs brasileiros e doze CEOs norte-americanos para tratar de temas relacionados à integração produtiva, facilitação de comércio e investimentos, tendo sido reativado em 2019. Em fevereiro de 2022, foi realizada sessão especial do fórum, na qual se destacou a discussão do tema do desenvolvimento sustentável. Em dezembro de 2023, foi realizada, em Brasília, a 12ª Plenária do Fórum, copresidida pelo vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, e pela secretária de Comércio dos EUA, Gina Raimondo[89]. O Diálogo Comercial (2006), cuja 21ª reunião ocorreu em novembro de 2023[90], é o espaço para avançar em temas técnicos de promoção comercial e de ambiente de negócios entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o Departamento de Comércio norte-americano. A Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais (2011), com participação do Itamaraty, do Ministério da Economia e do representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), identifica oportunidades concretas de cooperação econômica e de liberalização comercial entre os dois países, além de outros temas de cooperação bilateral. No âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC, na sigla em inglês, 2011)[91], que deu origem à referida comissão, celebra-se, ademais, o Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência (2020), para facilitação do comércio e boas práticas regulatórias, sem abranger medidas tarifárias, que entrou em vigor em 2022. Em setembro de 2022, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operadores Econômicos Autorizados (ARM, na sigla em inglês), que permitirá a empresas brasileiras e norte-americanas identificadas como de baixo risco usufruir de maior celeridade no desembaraço aduaneiro em ambos os países. Além disso, é possível citar o Diálogo Econômico e Financeiro (2007). O Brasil, ainda, é um dos principais beneficiários do sistema geral de preferências dos EUA para países em desenvolvimento, com isenções tarifárias unilaterais para alguns produtos, embora o SGP estadunidense tenha expirado para todos os beneficiários em dezembro de 2020 e atualmente esteja em revisão congressual. A Câmara e o Senado dos EUA aprovaram diferentes projetos de lei, para tal fim, que preveem condicionalidades ambientais e trabalhistas, além de outras exigências, para a elegibilidade dos países. Ademais, o Brasil participou do Fórum Ministerial sobre Cadeia de Suprimentos (2022), organizado pelo governo estadunidense. Com o objetivo de garantir cadeias de suprimentos coletivas e resilientes no longo prazo, com base em parcerias internacionais, foram estabelecidos os seguintes princípios globais: transparência, diversificação, segurança e sustentabilidade.

Série histórica - Parceiro: Estados Unidos

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Estados Unidos

Série histórica - Parceiro: Estados Unidos
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 0
US$ -1 Bilhão
US$ -2 Bilhões
US$ -3 Bilhões
US$ -4 Bilhões
US$ -5 Bilhões
US$ -6 Bilhões
US$ -7 Bilhões
US$ -8 Bilhões
US$ -9 Bilhões
US$ -10 Bilhões
US$ -11 Bilhões
US$ -12 Bilhões
US$ -13 Bilhões
US$ -14 Bilhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Estados Unidos
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 36,9 Bilhões
Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço
13%
Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes
5,4%
4,8%
4,6%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,0%
3,3%
Celulose
3,2%
Sucos de frutas ou de vegetais
2,5%
2,0%
1,6%
Açúcares e melaços
1,6%
1,5%
1,3%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus
13%
Café não torrado
3,1%
Couro
Zinco

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Estados Unidos

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 38 Bilhões

Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores) 13%

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) 13%

Demais produtos - Indústria de Transformação 4,3%

Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes 3,5%

Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado 4,4%

Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus 4,2%

Desafios: A principal controvérsia comercial, após a resolução da questão do algodão, diz respeito às medidas protecionistas sobre o aço e o alumínio brasileiros impostas pela administração Trump, por motivos de "segurança nacional". Em 2022, foram removidas as restrições sobre o aço. Quanto às taxas sobre as chapas de aço carbono exportadas pelo Brasil, em 2023 a Comissão de Comércio Internacional dos EUA decidiu revogar o direito *antidumping* aplicado sobre o bem com origem no País, em vigor desde 1993. Essa decisão resultará no fim da cobrança de taxas adicionais de 74,52% na forma de alíquota *ad valorem* sobre o produto exportado pelo Brasil[92]. Para os EUA, os maiores entraves na relação comercial bilateral são a proteção brasileira contra a importação de trigo, etanol e carne suína.

<u>Investimentos</u>

Investimentos dos EUA no Brasil: O papel dos EUA como investidor no Brasil é antigo, ocupando o primeiro lugar em estoque de investimentos diretos no país no critério de "país do controlador final", com mais de US$ 120 bilhões investidos, quase o dobro do segundo lugar. Além disso, é o país que, de longe, mantém o maior número de empresas no Brasil, mais de 17 mil, sob o mesmo critério de análise. Os investimentos são bastante diversificados, com destaque para o setor financeiro e de telecomunicações, entre outros. A Câmara Americana de Comércio em São Paulo (Amcham, na sigla em inglês) é a maior câmara de comércio do mundo. Todos os 18 unicórnios ou *startups* brasileiros, avaliados em mais de US$ 1 bilhão, receberam investimentos dos EUA. Trump também lançou o projeto América Cresce (2019), para combater a Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês) da China; Biden, contudo, diminuiu a relevância do projeto de seu antecessor.

---

[92] A decisão ocorreu após conclusão de que esse ato não ocasionará dano material à indústria estadunidense, fato demonstrado após o processo de revisão pelos exportadores e pelo governo brasileiro.

Investimentos do Brasil nos EUA: Embora menor que no sentido contrário, os investimentos brasileiros nos EUA são significativos e relevantes para ganho de escala e incrementação tecnológica pelas empresas nacionais. Os setores de destaque são de óleo e gás, aeronáutico, pecuário, bélico, de construção, de motores elétricos, entre outros. Com base em dados do Select USA, o estoque de investimentos brasileiros diretos nos EUA passou de US$ 1,6 bilhão (2000) para US$ 45,2 bilhões (2019).

<u>**Cooperação**</u>

Cooperação Técnica: Na relação do Brasil com os EUA, a principal modalidade de cooperação técnica é a trilateral, envolvendo, principalmente, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na América Central, especificamente no Haiti e em Honduras, a USAID e a ABC executaram projetos de redução da pobreza e da má nutrição. Na África, houve iniciativas de combate à lagarta-do-cartucho, com o objetivo de garantir a segurança alimentar nos países em que a cooperação ocorreu. Houve, ainda, ações trilaterais de cooperação para o combate à malária e ao HIV/AIDS. Brasil e EUA treinam conjuntamente unidades malauianas destacadas para a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO, na sigla em inglês). Há, por fim, a modalidade de cooperação na qual o Brasil é receptor, destacando-se o papel de órgãos do Departamento de Estado e da Secretaria de Defesa norte-americanos no treinamento de contrapartes brasileiras no combate a crimes ambientais. Além disso, a USAID atua no Brasil na recepção de migrantes venezuelanos, na conservação de florestas e da biodiversidade e pelo programa "+Unidos", pelo qual é facilitada a atuação do setor privado norte-americano no treinamento de jovens brasileiros em língua inglesa. Por fim, pode-se citar a utilização do programa GLOBE, da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA, na sigla em inglês), para integrar escolas brasileiras a bases de dados capazes de identificar mosquitos transmissores de doenças.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Os EUA abrigam a maior comunidade brasileira no exterior, contando com mais de 1,9 milhão de residentes. De acordo com dados anteriores à pandemia, há, ainda, grande fluxo de turistas, sendo os EUA, em média, o segundo país em visitantes ao Brasil, atrás da Argentina, o que foi facilitado pela isenção unilateral de vistos (2019)[93]. Ainda, os EUA são o principal destino de turistas brasileiros, com mais de dois milhões de visitas anuais. Ademais, os países celebraram o Acordo de Céus Abertos (2011), para aumentar a quantidade de voos, e Acordo de Previdência Social (2015), para facilitar o acesso às aposentadorias. Foi anunciado o ingresso pleno do Brasil no programa *Global Entry* (2022), que oferece trâmite imigratório simplificado e rápido para viajantes pré-aprovados. Entre as iniciativas do Itamaraty voltadas para a assistência consular nos EUA, estão o reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, o enfrentamento da violência contra a mulher, o apoio ao micro e pequeno empreendedorismo, a educação de crianças e a facilitação do exercício do direito ao voto no exterior. Em outubro de 2023, foi realizada a 21ª reunião do Diálogo Bilateral Consular e

[93] Em março de 2023, foi anunciado o restabelecimento da exigência de vistos de visita para cidadãos dos EUA – além de Austrália, Canadá e Japão –, com base nos princípios da reciprocidade e da igualdade de tratamento. O governo ressalta a disposição de negociar acordo de isenção de vistos em bases recíprocas. O início da vigência da medida, que ocorreria em 1º de outubro de 2023, foi postergado para 10 de janeiro de 2024 e depois para 10 de abril de 2024 e 10 de abril de 2025. Em 1º de dezembro de 2023, entrou em funcionamento a nova plataforma para solicitação de visto eletrônico por cidadãos dos EUA.

Jurídico, quando foram discutidos temas como subtração internacional de menores, extradição, cooperação policial e migratória, além de políticas voltadas à comunidade LGBTQIA+ no exterior. Em abril de 2024, foi realizada a primeira reunião do Diálogo Bilateral sobre Políticas Migratórias, Questões Humanitárias e Proteção de Refugiados. As delegações compartilharam boas práticas para a migração regular, ordenada e segura, como a Operação Acolhida, no Brasil, e a *Safe Mobility Initiative*, nos EUA.

Meio Ambiente: EUA e BASIC cooperaram para o Acordo de Copenhague (2009), na COP15, e para a conclusão do Acordo de Paris (2015), na COP21. Os EUA aderiram à Plataforma para o Biofuturo (2016), de iniciativa brasileira, e o Brasil aderiu ao Compromisso Global sobre o Metano (2021), cuja iniciativa coube, majoritariamente, aos EUA. No Brasil, o meio ambiente é uma prioridade da USAID, concretizada na Parceria EUA-Brasil para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia (PCAB, na sigla em inglês, 2014) e na Plataforma de Parcerias para a Amazônia (PPA, 2017), além de fundo de investimento em ações com impacto sobre a biodiversidade na Amazônia (2019)[94]. Em 2020, lançou-se o Diálogo-Quadro sobre Meio Ambiente, de cooperação bilateral; e discutiu-se, entre os presidentes de ambos os países, a Iniciativa Um Trilhão de Árvores, um esforço, originalmente, proposto pelo Fórum Econômico Mundial, que visa ao replantio, ao combate à degradação e à melhor proteção de um trilhão de árvores em todo o mundo até 2050, por meio de ações coletivas de todos os setores da sociedade. O Brasil engajou-se na Cúpula dos Líderes sobre o Clima (2021), organizada e presidida pelos EUA. Os EUA também anunciaram apoio à programação brasileira para combater crimes ambientais e foram um dos grandes parceiros do Brasil no combate aos incêndios na Amazônia e à disseminação de notícias falsas a respeito. Durante encontro, em fevereiro de 2023, entre o enviado especial dos EUA para o Clima, John Kerry, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foram reconhecidas áreas centrais de interesse comum[95] e identificados temas para trabalho conjunto no âmbito do Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC)[96], criado em 2015.

Agricultura e Agronegócio: John Kerry se reuniu com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, em fevereiro de 2023, ocasião na qual o ministro brasileiro propôs o desenvolvimento da cooperação científica voltada para o desenvolvimento agrossustentável[97].

---

[94] Os dois países decidiram estabelecer um fundo de investimento de US$ 100 milhões, liderado pelo setor privado, com período de vigência de onze anos, para a conservação da biodiversidade da Amazônia. O Fundo de Biodiversidade de Althelia (ABF, na sigla em inglês), cujo desenvolvimento foi apoiado pela USAID, foi oficialmente lançado no fim de 2019.

[95] Entre elas, desmatamento, perda de ecossistemas, degradação ambiental, bioeconomia, ações de adaptação e compartilhamento de informações acerca dos riscos, vulnerabilidades e oportunidades associadas à mudança do clima. Para além do interesse no intercâmbio de conhecimento e das melhores práticas, foram também mencionadas as tecnologias de rastreabilidade da origem dos produtos agrícolas e florestais, para a promoção de cadeias sustentáveis livres de desmatamento ilegal.

[96] Inicialmente foram tratados os temas de 1) desmatamento, degradação ambiental e restauração; 2) bioeconomia; 3) mercados de carbono de alta integridade; 4) adaptação; 5) práticas agrícolas de baixo carbono; 6) transição energética; e 7) oceanos e zonas costeiras.

[97] Para além de apresentar iniciativas já em curso, como o programa ABC do Plano Safra, referente a uma agricultura com baixa emissão de carbono, o ministro brasileiro lembrou que a cooperação em pesquisa favorecerá a implementação das melhores práticas na produção.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia (1984) deu origem à Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica (1986), que realizou cinco reuniões desde a sua instauração, sendo a última delas em 2020. De modo geral, a Comissão Mista busca fomentar a pesquisa conjunta e o desenvolvimento de novas tecnologias. Em 2020, a Comista tratou de temas que compreendem desde observação da Terra e educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês) até manufatura avançada e pesquisa em física de partículas. Durante a 5ª Comista, os dois países adotaram um Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia, para o período de 2020 a 2023, e foram firmados acordos de cooperação na área de cooperação científica em Física de Partículas de Alta Energia entre o Fermilab (Laboratório de pesquisa científica do Departamento de Energia dos EUA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e outro acordo na mesma área entre o Fermilab e a UNICAMP.

Energia: Cabe ressaltar o papel do Fórum de Energia Brasil-EUA (USBEF, na sigla em inglês, 2019 e lançado oficialmente em 2020), que desenvolveu plano de ação (2020) prevendo cooperação em óleo e gás, eficiência energética e energia nuclear, nesta incluídos o prolongamento da vida útil de Angra 1 e a conclusão de Angra 3. Ocorreu, em Washington, a segunda reunião ministerial do fórum em 18 de agosto de 2022, quando foi lançado o Diálogo da Indústria de Energia Limpa EUA-Brasil (CEID, na sigla em inglês). Os setores prioritários do CEID compreendem os temas de modernização de redes elétricas, hidrogênio limpo, biocombustíveis e bioenergia, gerenciamento de carbono no setor de óleo e gás, e energia eólica *offshore*. Destaca-se, ainda, o interesse mútuo na bioenergia, especialmente em relação ao etanol, objeto de acordo de parceria (2007).

Cooperação Aeroespacial: Há o Acordo-Quadro sobre a Cooperação dos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (2018) e o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (2019), para proteção de tecnologias em lançamentos de foguetes a partir de Alcântara, inclusive de outros países, mas que contenham sistemas ou componentes de origem norte-americana, o que permitirá a inserção brasileira no segmento de lançamentos espaciais, além de aprofundar a cooperação internacional no tema. O primeiro lançamento em Alcântara, à luz do AST, foi realizado em 2023, pela empresa sul-coreana Innospace. No mesmo encontro presidencial (2019), foi anunciado o acordo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA para a cooperação no projeto relativo à Observação Preventiva da Cintilação (SPORT, na sigla em inglês), por meio de lançamento um satélite desenvolvido conjuntamente em 2022, que tem por fim estudar fenômenos ionosféricos que causam transtornos à rede do Sistema de Posicionamento Global (GPS, na sigla em inglês) e aos sistemas espaciais de comunicação. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) coopera com a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA, na sigla em inglês), órgão do governo americano, no programa COSMIC-2, de observação meteorológica. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aderir aos Acordos Artemis[98] (2021), com a NASA, relativos à cooperação em exploração espacial civil e sustentável, tendo ocorrido a primeira reunião presencial dos países signatários no ano seguinte. O documento estabelece compromisso com

[98] "Acordos Artemis – Princípios para a cooperação em exploração civil e uso da lua, marte, cometas e asteroides para fins pacíficos". Conforme disposições do acordo, os princípios descritos no documento (fins pacíficos, transparência, interoperabilidade, assistência emergencial, registro de objetos espaciais, divulgação de dados científicos, preservação da herança espacial, recursos espaciais, prevenção de conflitos em atividades espaciais e resíduos orbitais) devem ser aplicados em atividades espaciais civis conduzidas pelas agências espaciais civis de cada país signatário.

diversos princípios, baseados naqueles previstos no Tratado do Espaço Exterior de 1967 e no regime jurídico internacional para atividades espaciais, a fim de orientar a cooperação em exploração espacial entre os países signatários.

Educação e Cultura: A Comissão Fulbright no Brasil (1957) já possibilitou que mais de 3 mil brasileiros estudassem com bolsa no sistema de ensino superior dos EUA, além de ter trazido número similar de pesquisadores ao Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fulbright mantêm cooperação extensa, oferecendo, por exemplo, bolsas de doutorado nos EUA para estudantes brasileiros ou treinamento para professores de língua inglesa. Ademais, o programa Jovens Embaixadores já atingiu mais de 700 brasileiros. Além disso, o Brasil integra o programa "*100,000 Strong in the Americas*", para intercâmbios no ensino superior, contando com parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os EUA, ainda, mantêm 42 centros *Education USA* no Brasil, auxiliando brasileiros que desejem estudar fora. Finalmente, os EUA foram o maior parceiro do programa Ciência sem Fronteiras, tendo recebido em torno de 27 mil pesquisadores e estudantes. O Fundo dos Embaixadores dos EUA para a Preservação Cultural doou recursos para melhorias no Cais do Valongo. Em abril de 2021, o governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão do governo dos EUA de conceder aos estudantes brasileiros matriculados em instituições de ensino americanas o *status* de "exceção de interesse nacional". A decisão, que responde às diferentes gestões realizadas em Brasília e em Washington pelo Ministério das Relações Exteriores, atende parcialmente a pleito de estudantes brasileiros que se encontravam impossibilitados de estudar nos EUA, inclusive em razão da suspensão dos serviços rotineiros de emissão de vistos pelas Repartições Consulares americanas no Brasil, à luz da pandemia de COVID-19.

Saúde: O Instituto Butantan e a *National Institutes of Health* (NIH) cooperaram para a pesquisa e produção da vacina contra a dengue, que serviu de modelo para a vacina contra o vírus zika. Os EUA mantêm escritórios dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) no Brasil, tendo o último deles sido inaugurado em 2020. No contexto da pandemia de coronavírus, os EUA doaram mais de 5 milhões de doses da vacina da Janssen e da AstraZeneca/Oxford ao Brasil (2021), além de respiradores pulmonares e medicamentos. O total da assistência ultrapassa US$ 50 milhões. A vacina teuto-americana da Pfizer foi a mais utilizada no Brasil. O Brasil e os EUA colaboram estreitamente na Organização Mundial da Saúde (OMS) e na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Direitos Humanos e Igualdade Racial: Em fevereiro de 2022, houve reunião do GT sobre Direitos Humanos Globais, cuja reativação foi proposta pelo Brasil em 2021. Em janeiro de 2023, durante encontro entre a secretária do Interior Deb Haaland e a presidente designada da Fundação nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Joenia Wapichana, a representante estadunidense declarou que a convergência bilateral no campo da democracia, dos direitos humanos, dos povos indígenas, do crescimento econômico equitativo, da proteção ambiental e de outros valores fundamentais tornaria Brasil e EUA "parceiros naturais". Os governos Lula e Biden estão comprometidos com a revitalização do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade (JAPER, na sigla em inglês). Em maio de 2023, durante visita ao Brasil, a embaixadora Linda Thomas-Greenfield, representante dos EUA nas Nações Unidas, e a ministra brasileira da Igualdade Racial, Anielle Franco, emitiram declaração conjunta sobre o JAPER, em que concordam com a realização de diálogo de alto nível

que estabelecerá plano de trabalho bilateral abrangente e grupos de trabalho “para tratar das barreiras sociais a afrodescendentes nos EUA e Brasil, com áreas prioritárias que tratam do acesso à educação, saúde, tratamento da violência, fomento da cultura e preservação da memória nacional”.

Cooperação Humanitária: Em maio de 2024, o governo dos EUA anunciou a doação de US$ 120 mil em ajuda humanitária às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Além disso, a organização não governamental norte-americana Samaritan’s Purse enviou, em três voos cargueiros próprios, dez estações de purificação de água, com capacidade para fornecer água potável, no total, para até cem mil pessoas, além de *kits* de higiene pessoal, cobertores, roupas térmicas adulto e infantil, computadores e acessórios eletrônicos, com valor de cerca de US$ 150 mil. Outros seis aviões com doações estão programados por essa organização. O vice-secretário de Estado dos EUA, Kurt M. Campbell, anunciou, no dia 20 de maio, que o país, por meio da USAID, forneceria um adicional de R$ 4,16 milhões para os esforços de apoio ao Brasil.

3.3. Demais países americanos

I. Relações Brasil-MERCOSUL

Comércio

Série histórica - Parceiro: Mercado Comum do Sul - Mercosul

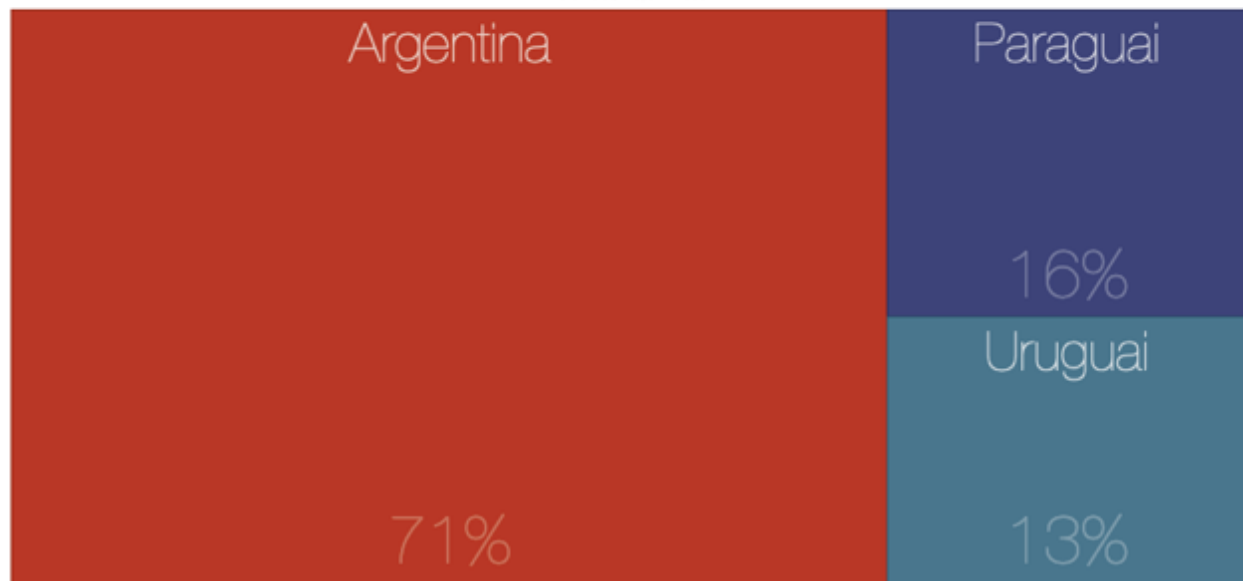
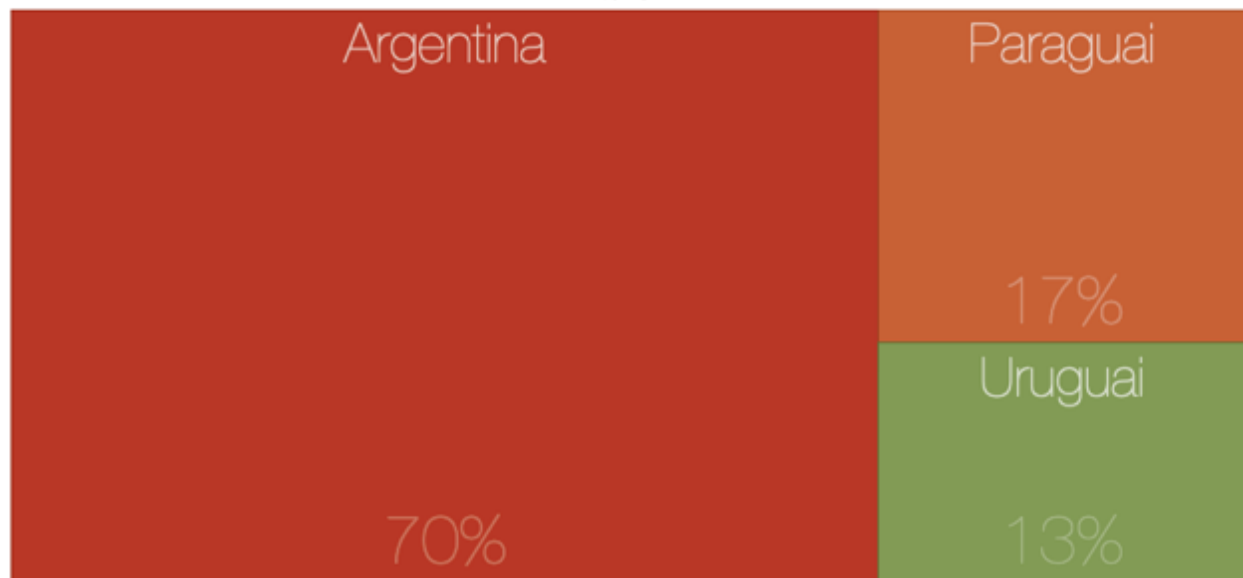
Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Mercado Comum do Sul - Mercosul

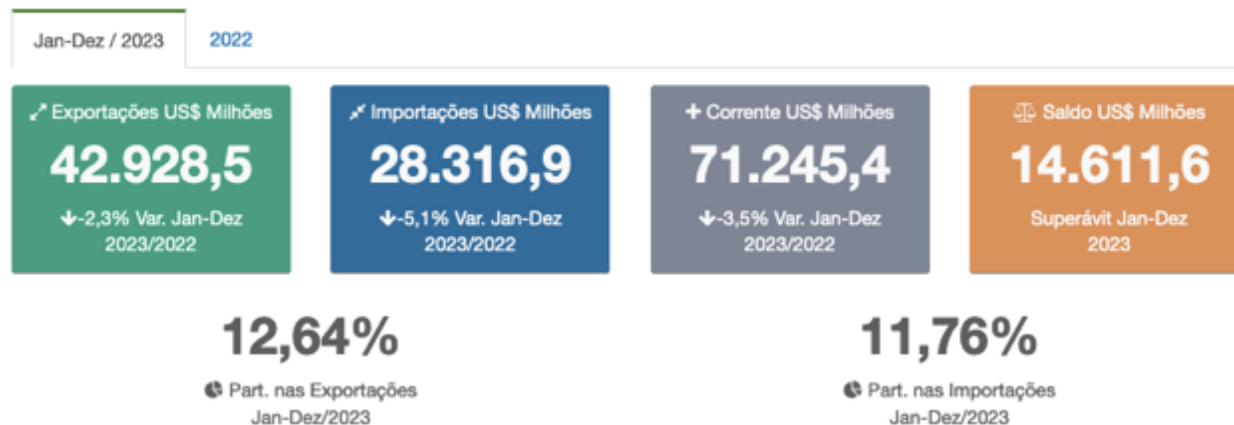
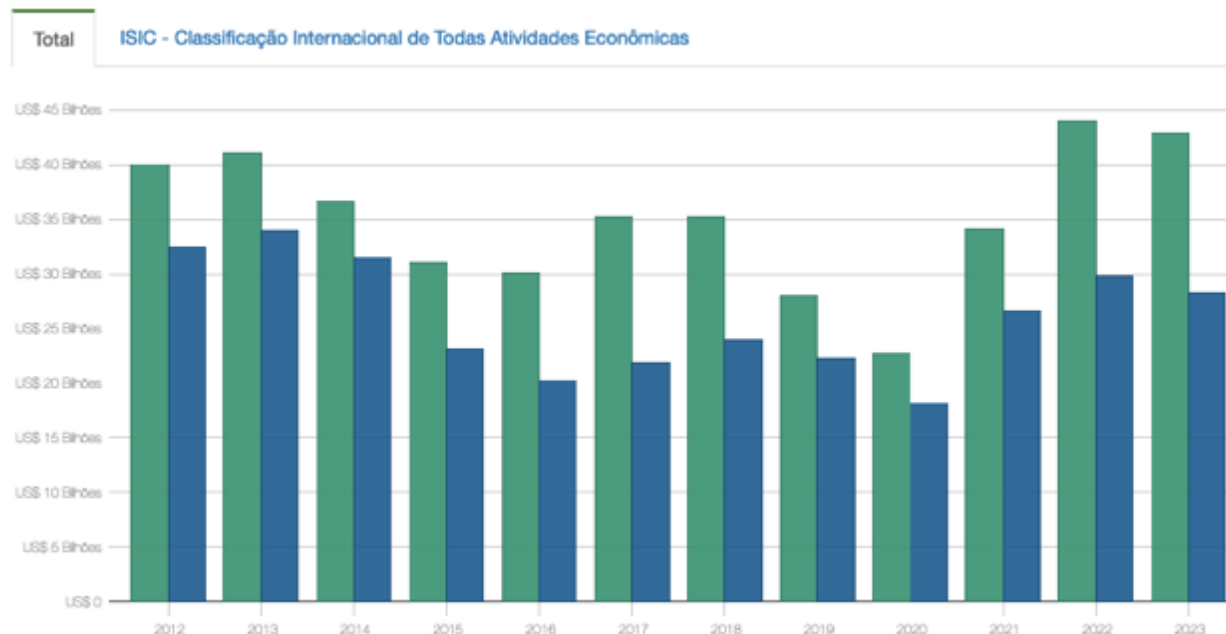
Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Mercado Comum do Sul - Mercosul

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Mercado Comum do Sul - Mercosul

Exportações por País - Destino: Mercado Comum do Sul - Mercosul

Importações por País - Origem: Mercado Comum do Sul - Mercosul

II. Relações Brasil-América do Sul

Comércio

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: América do Sul

Série histórica - Parceiro: América do Sul

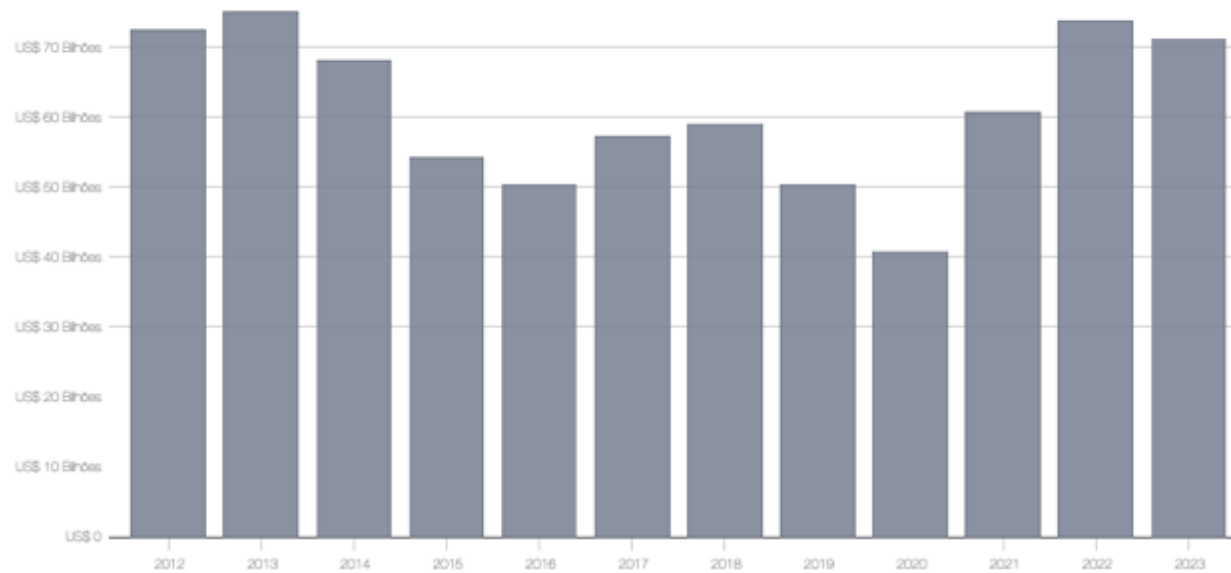
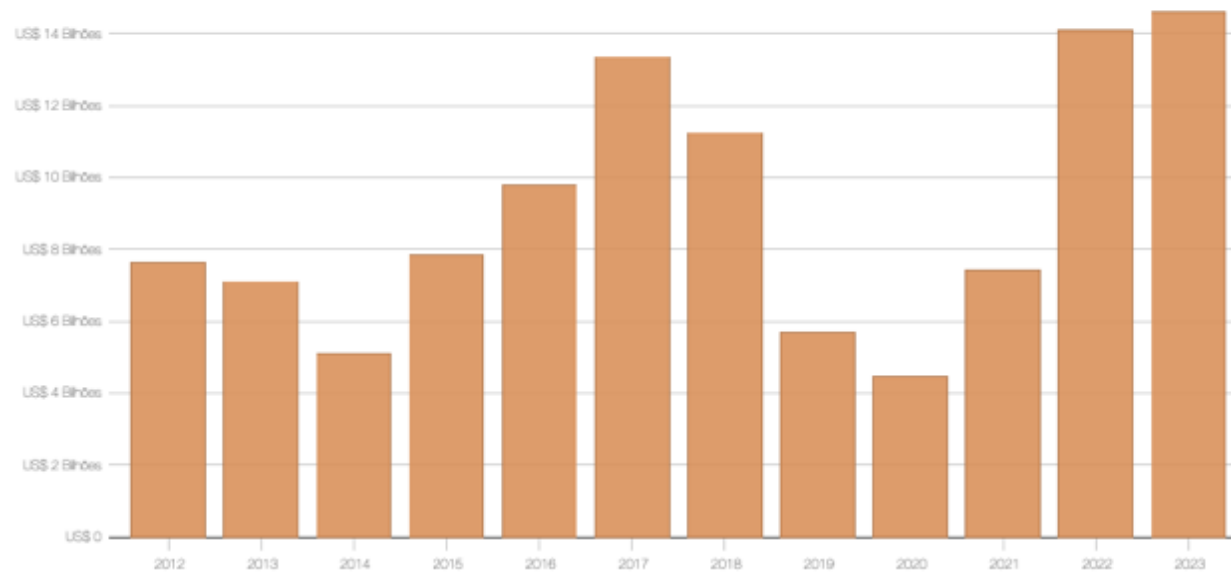
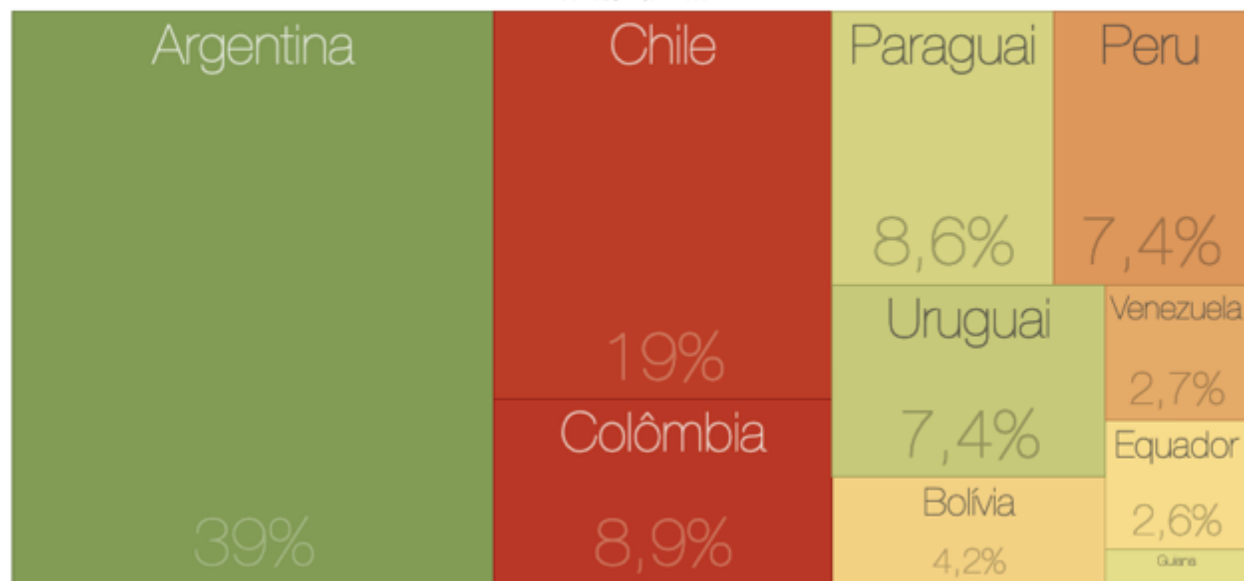
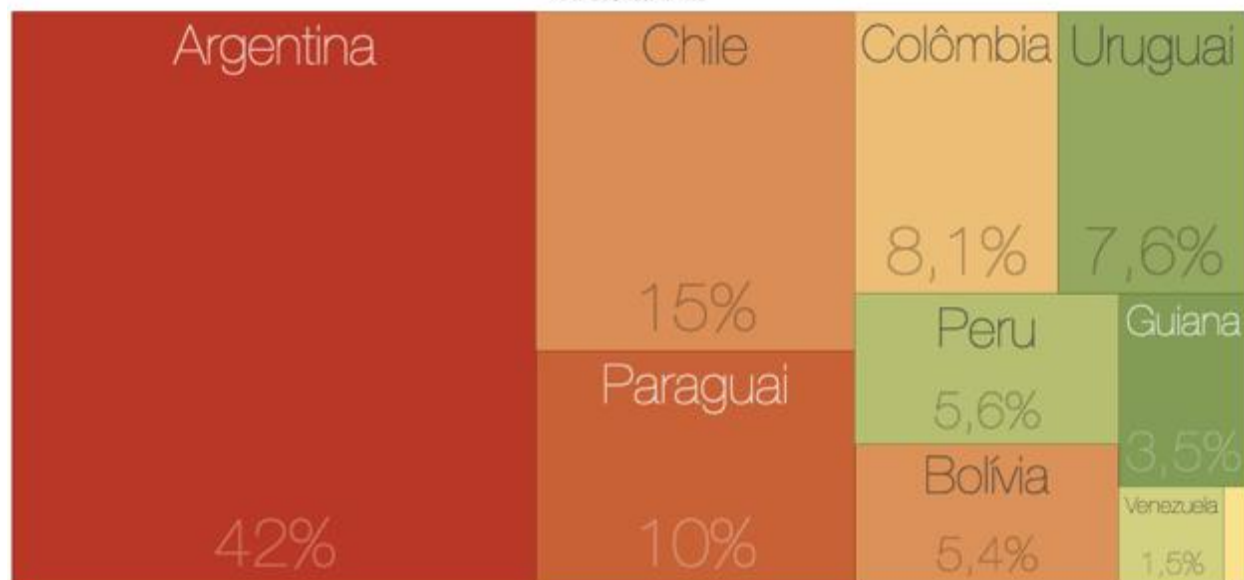
Série histórica - Parceiro: América do Sul

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: América do Sul

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: América do Sul

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: América do Sul

Exportações por País - Destino: América do Sul

Importações por País - Origem: América do Sul

III. Relações Brasil-Bolívia

Marcos: 1867: Tratado de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum; 1879-1883: Brasil mantém posição de neutralidade durante a Guerra do Pacífico[99]; 1903: Tratado de Petrópolis (Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de £ 2 milhões à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré, efetivada em 1912); 1932-1935: Brasil exerce papel de destaque na mediação da Guerra do Chaco[100]; 1958: Acordos do Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica); 1962: Abstenção de Brasil e Bolívia, além de Argentina, México, Chile e Equador, em relação à proposta de exclusão de Cuba da OEA (*outer six*); 1969: Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai); 1984: Primeira viagem de um presidente brasileiro à Bolívia (Figueiredo); 1996: Acordo de Complementação Econômica (ACE) 36: entre Bolívia e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); 1992-1999: Aprofundamento da cooperação energética[101], que culminaria no início do funcionamento do gasoduto GASBOL (1999); 2004: Acordo para perdão da dívida boliviana e acordo sobre facilitação de ingresso e trânsito de nacionais; 2006: Efetivação da nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo boliviano; 2008: Convite ao governo brasileiro para compor o "Grupo de Países Amigos da Bolívia"; 2009: Inauguração de dois trechos do Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile; 2012/2015: Bolívia assina protocolo de adesão ao MERCOSUL; 2016: Governo Evo Morales não reconhece *impeachment* de Dilma Rousseff; 2019: Brasil reconhece rapidamente governo de Jeanine Áñez, após renúncia de Morales.

Embaixada: A primeira menção a uma legação brasileira na Bolívia data de 1853. Em 1891, a legação foi reunida com a do Peru, medida que durou apenas até 1892. A elevação à embaixada ocorreu em 1941. A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados-gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, os consulados em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro, além do setor consular na Embaixada em La Paz. A Bolívia tem embaixada em Brasília e ampla rede consular no Brasil. Tem consulados-gerais em Rio de Janeiro e São Paulo e consulados em Cáceres, Corumbá, Epitaciolândia e Guajará-Mirim.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas (1994); COMISTA (1988, reformulada em 1994); e Mecanismo de Consulta Bilateral sobre Temas Consulares (2023). Na esfera da defesa e segurança, destacam-se o Gabinete Binacional de Segurança e a Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos. Os países articulam-se, ademais, por meio dos Comitês de Integração Fronteiriça (2011).

[99] A Guerra do Pacífico (1879-1883) ocasionou a anexação de territórios do Peru e da Bolívia pelo Chile. Segundo Amado Cervo, a opção brasileira de neutralidade foi bem-vista pelas partes em conflito, e o Brasil também se destacou, nesse contexto, pela oferta de bons ofícios, em conjunto com a Argentina, e pela participação nas comissões arbitrais do pós-guerra. Ricupero, por sua vez, ressalta que, para a Bolívia, era de grande interesse o acesso ao Atlântico, por meio dos rios Paraguai e Amazonas, após a perda do acesso ao mar como consequência da Guerra do Pacífico. Essa conjuntura facilitaria a negociação do Tratado de Petrópolis, que preveria a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, além da liberdade de trânsito por essa via e pelos rios que permitiam o acesso ao oceano.

[100] O Brasil manteve-se neutro desde o primeiro choque entre Bolívia e Paraguai, em 1928; em 1933, a posição de completa neutralidade foi proclamada por decreto.

[101] Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano (1992); Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia (1996); início do funcionamento do gasoduto GASBOL (1999).

Visitas de Alto Nível: Tanto Lula, em seus governos anteriores, quanto Dilma Rousseff realizaram visita à Bolívia: Lula, em 2007, 2008 e 2009, e Dilma, em 2015, por ocasião da posse de Evo Morales; houve, ademais, um encontro de fronteira, entre os presidentes do Brasil e da Bolívia em 2009, além de reuniões bilaterais à margem de outros eventos. Morales visitou o Brasil nos governos Lula e Dilma, incluindo uma visita de Estado em 2007. Durante o governo Temer, embora o presidente brasileiro não tenha realizado visita oficial ao país vizinho, Evo Morales visitou o Brasil em 2017. Em 2019, houve participação do presidente Evo Morales na solenidade de posse do presidente Jair Bolsonaro[102]. No mesmo ano, ocorreu encontro entre o ministro Ernesto Araújo e a chanceler Karen Longaric à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Bento Gonçalves. Em 2020, destaca-se a visita do Ministro da Defesa boliviano, Luis Fernando López, a São Paulo e Manaus. Em janeiro de 2023, ocorreu visita do presidente Luis Arce Alberto Catacora e do ex-presidente Evo Morales para a posse de Lula. Em abril, a secretária-geral das Relações Exteriores recebeu seu homólogo boliviano, para reunião de coordenação. Em maio do mesmo ano, o chanceler Mauro Vieira visitou a Bolívia. Também em maio, o presidente boliviano visitou o Brasil, por ocasião da cúpula de presidentes sul-americanos. Em agosto, Arce participou da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em novembro, o vice-presidente da Bolívia, David Choquehuanca, realizou visita de trabalho a Brasília, na sequência de passagem pela cidade de São Paulo. Ele se encontrou com o presidente Lula, com o vice-presidente Alckmin, com os ministros das Relações Exteriores, da Saúde e dos Povos Indígenas e com o assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República[103]. Em janeiro de 2024, a chanceler da Bolívia, Celinda Sosa Lunda, realizou visita de trabalho a Brasília, ocasião na qual se encontrou com o ministro Mauro Vieira e discutiu temas de interesse bilaterais, como integração física, comércio de fertilizantes, cooperação fronteiriça e energética, além de assuntos regionais e multilaterais[104]. À margem da VIII Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), os presidentes Lula e Luis Arce mantiveram reunião bilateral, na qual trataram dos investimentos em gás e das obras de infraestrutura para a integração entre os países; da ampliação do comércio e produtos entre os dois países; e da produção de fertilizante e gás. Em julho, o presidente Lula realizou visita oficial a Santa Cruz de la Sierra, a convite do presidente Luis Arce[105].

Discurso Oficial: As relações com a Bolívia são prioritárias para o Brasil. Há uma plêiade de iniciativas em áreas distintas, como cooperação em energia, integração fronteiriça, combate a

[102] Embora haja diferenças de cunho político entre os dois países, Evo Morales foi um dos chefes de Estado presentes na posse do presidente Jair Bolsonaro, em 2019, e o início do relacionamento foi marcado pelo pragmatismo, inclusive no episódio de captura e extradição de Cesare Battisti da Bolívia para a Itália.

[103] No contexto desses encontros, foram tratados temas relevantes da agenda bilateral, incluindo a integração energética, a infraestrutura fronteiriça e a cooperação em matéria de segurança e defesa, assim como da agenda regional, a exemplo do ingresso da Bolívia no MERCOSUL, da cooperação amazônica e da implementação do mapa do caminho para a integração sul-americana.

[104] Foram firmados, por ocasião da visita, acordo sobre o reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação, memorando de entendimento sobre fertilizantes e memorando de entendimento para o desenvolvimento do comércio, desenvolvimento, capacitação e inovação tecnológica nas cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais. O último instrumento conta com participação da EMBRAPA do lado brasileiro.

[105] Durante a visita, os presidentes Lula e Arce realizaram encontro de trabalho com atenção especial às iniciativas para a promoção do comércio e investimentos, da integração física e energética e do combate ao narcotráfico e ao crime organizado. Foram discutidos, ainda, temas de saúde, migração e cooperação fronteiriça, bem como questões da agenda regional e multilateral, com destaque para a acessão da Bolívia ao MERCOSUL.

ilícitos transnacionais e articulação em foros regionais e globais. O fato de o Brasil ter sua maior fronteira (3.423 km) com a Bolívia e de o país vizinho ser o único país a compartilhar com o Brasil a condição de Estado simultaneamente amazônico e platino ajuda a conferir importância geoestratégica singular à relação bilateral. Ademais, a localização central no subcontinente sul-americano faz da Bolívia parceiro fundamental para o aprimoramento da infraestrutura de integração física regional, viabilizando mais acessos do Brasil ao Pacífico. Em junho de 2024, o governo brasileiro condenou a tentativa de golpe de Estado na Bolívia e manifestou seu apoio e solidariedade ao presidente Luis Arce e ao governo e povo bolivianos.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Bolívia convergem em diversas instâncias multilaterais. Ambos os países são membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), compartilhando posições a respeito dos temas de combate a ilícitos transnacionais, desarmamento e não proliferação, comércio multilateral, meio ambiente e direitos humanos. A Bolívia apoia o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Os dois países ratificaram o Estatuto de Roma e assinaram o Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), embora apenas a Bolívia já tenha ratificado o último. Ambos se comprometem com o desenvolvimento sustentável, são partes do Acordo de Paris, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e apoiam a Agenda 2030. Brasil e Bolívia coincidiram mandatos no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2021 e 2022.

Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China. A Bolívia busca ingressar no BRICS e conta com o apoio do Brasil. Por ocasião da visita do presidente Lula, em 2024, os países afirmaram o seu apoio à proposta brasileira de Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Ressaltaram a importância de unir esforços globais para enfrentar os desafios mundiais da segurança alimentar e nutricional, bem como do desenvolvimento social. Nesse contexto, o presidente Luis Arce indicou expressamente a intenção da Bolívia de aderir à Aliança Global e trabalhar em estreita colaboração com o Brasil e outras nações para alcançar resultados significativos na redução da fome e da pobreza no mundo.

Convergências Regionais: Brasil e Bolívia são membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual, como fato histórico, ambos se abstiveram a respeito da expulsão de Cuba em 1962 (*outer six*); os países também são membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol); a Bolívia é Estado em processo de adesão ao MERCOSUL (o Brasil finalizou recentemente a internalização do protocolo de adesão boliviana). Durante o governo de Jeanine Añez, a Bolívia aderiu ao Grupo de Lima, do qual o Brasil foi membro fundador, e, apesar da mudança de posição sobre o tema, após a vitória de Luís Arce nas eleições presidenciais, o país não saiu formalmente do grupo. Havia, entretanto, algumas divergências, como a não participação boliviana no Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), embora tenha atuado como observadora no governo Áñez, e a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a suspensão de sua participação na CELAC em 2019, por exemplo – que tendem a ser eliminadas no terceiro mandato do presidente Lula. Atualmente, ambos países são partes da CELAC e da UNASUL.

Segurança e Defesa: Pelo fato de o Brasil compartilhar com a Bolívia sua maior fronteira terrestre (3.423 km), o tema segurança e defesa é estratégico nas relações bilaterais. O foco está em desafios transversais, que demandam ações coordenadas para que sejam solucionados (combate a ilícitos transnacionais, problema mundial das drogas, por exemplo). Nesse sentido, os países têm avançado na atuação conjunta para o combate ao crime organizado transnacional, com atividades de cooperação e encontros de alto nível. Em 2017, teve lugar a primeira edição do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reuniu autoridades ministeriais de defesa e segurança dos dois países. Desde 2017, a Força Aérea Brasileira (FAB) coopera na implementação do novo sistema de controle de tráfego aéreo boliviano (SIDACTA) com o uso de radares adquiridos pela Bolívia em 2016. Em março de 2019, foi estabelecida a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB) para dar suporte à referida atividade de cooperação técnica, além de auxiliar na elaboração de doutrina e regulamentação pertinentes à defesa e controle aéreos e na capacitação e formação de quadros bolivianos. Com impactos positivos inclusive para o combate ao narcotráfico, a missão continua operante. Por fim, vale destacar que a cooperação em segurança e defesa inclui não apenas Brasil e Bolívia, mas também Peru (agenda de cooperação Brasil-Bolívia-Peru) e mesmo os Estados Unidos (EUA, em 2017, os países firmaram Acordo de Cooperação Policial). Em julho de 2024, por ocasião da visita do presidente Lula à Bolívia, o Brasil tomou nota da proposta da Bolívia para a criação de uma Aliança Latino-Americana Antinarcóticos (ALA) para o intercâmbio e análise de informações de inteligência para a desarticulação de redes de organizações criminosas transnacionais, dedicadas ao tráfico ilícito de drogas e seus delitos conexos entre países da região e do mundo. Do mesmo modo, os dois líderes reafirmaram sua disposição em abordar a situação das drogas de maneira equilibrada, integrada e multidisciplinar e, nesse sentido, comemoraram a realização da XII reunião da Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos, em 19 de junho de 2024, em Brasília.

Comércio

Marcos: As relações entre Bolívia e Brasil, sob a perspectiva econômica e comercial, passam por características peculiares do país vizinho brasileiro. Embora ainda uma das economias mais pobres da América do Sul, a Bolívia tem relativa estabilidade macroeconômica e grande potencial de crescimento econômico. Historicamente, o Brasil é o maior parceiro comercial da Bolívia, sendo o principal fornecedor, depois da China. É, ademais, o principal destino das exportações bolivianas e o primeiro importador de gás natural, em relação que contribui para o desenvolvimento boliviano. Vale ressaltar o ACE-36, entre o MERCOSUL e a Bolívia, assinado em 1996 e internalizado pelo Brasil em 1997, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio entre as partes, bem como de promover o desenvolvimento, os investimentos recíprocos, a integração física e a cooperação econômica, energética, científica e tecnológica. O ACE-36 foi o segundo acordo de livre comércio celebrado pelo MERCOSUL, e a Bolívia foi o segundo país a se tornar Estado Associado do bloco. Ao amparo do ACE-36, atualmente todo o universo tarifário já está desgravado (ou seja, livre da cobrança de imposto de importação), situação que foi alcançada em 1º de janeiro de 2014. Em dezembro de 2023, foi aberto o mercado boliviano para ovos férteis de peru do Brasil. Em julho de 2024, por ocasião da visita do presidente Lula à Bolívia, os dois países ratificaram o compromisso de impulsionar o comércio bilateral com o objetivo de aprofundar e diversificar o intercâmbio comercial e a complementação de atividades produtivas. Com esse propósito, concordaram negociar acordo bilateral para realizar as operações de comércio utilizando suas respectivas moedas nacionais por meio do sistema de moedas locais do MERCOSUL, através dos Bancos Centrais.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Bolívia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
1.798,5	**1.520,5**	**3.319**	**278**
-1,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	-15,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	-8,8% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

0,5%	**35º**	**0,6%**	**30º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Bolívia

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Bolívia

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Bolívia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
US$ -200 Milhões
US$ -400 Milhões
US$ -600 Milhões
US$ -800 Milhões
US$ -1 Bilhão
US$ -1,2 Bilhão
US$ -1,4 Bilhão
US$ -1,6 Bilhão
US$ -1,8 Bilhão
US$ -2 Bilhões
US$ -2,2 Bilhões
US$ -2,4 Bilhões
US$ -2,6 Bilhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Bolívia
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 1,80 Bilhão
Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras e perfis (incluindo estacas-prancha)
6,1%
Outros produtos comestíveis e preparações
5,3%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,8%
3,8%
Veículos automóveis de passageiros
3,8%
Papel e cartão
3,6%
3,1%
Tratores
2,5%
Calçados
2,2%
2,2%
2,1%
2,1%
2,0%
1,9%
1,9%
1,8%
1,8%
Celulose
1,7%
Bebidas alcoólicas
1,6%
1,6%
1,5%
1,4%
1,3%
1,2%
Outros artigos de plásticos
1,2%
1,2%
1,0%
Cobre
Alumínio

<u>Investimentos:</u> Por um lado, o Brasil é importante fonte de investimentos e promissor mercado consumidor das riquezas minerais, fertilizantes e insumos energéticos bolivianos, a exemplo do gás natural. Por outro, há grande presença de investimentos brasileiros na Bolívia, em setores como frigoríficos, energia, finanças, construção civil e mineração. Atualmente, há operações no montante de US$ 2,4 milhões envolvendo exportações à Bolívia no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF). Em paralelo à visita do presidente Lula, em julho de 2024, foi realizado evento empresarial em Santa Cruz de la Sierra, organizado pelo Itamaraty e pela ApexBrasil, que teve como temas segurança e transição energética; integração de cadeias produtivas e inovação; e sustentabilidade na agricultura e pecuária.

<u>Cooperação:</u>
Cooperação Técnica: O Programa de Cooperação Brasil-Bolívia possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em Fortaleza, em 1996, em vigor desde 1998. As iniciativas de cooperação técnica com a Bolívia abrangem áreas como segurança pública, agricultura, saneamento, saúde, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos, e compreendem iniciativas de formação profissional e técnica. Algumas iniciativas de destaque: 1) Apoio à criação de uma Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária na Bolívia: Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), este projeto tem como executores a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pelo lado brasileiro, e o Ministério do Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Meio Ambiente (MDRAyMA), pelo lado boliviano. Seu objetivo é dotar a Bolívia de uma organização de pesquisa capaz de gerar soluções tecnológicas adequadas às condições socioculturais, econômicas, políticas e ambientais do país; 2) Construção de Estratégias Públicas para o Desenvolvimento Rural do Norte Amazônico da Bolívia com Foco na Promoção da Agricultura Familiar e do Extrativismo;

3) Fortalecimento da Gestão Pública Florestal; 4) Fortalecimento da Oferta da Educação Escolar Indígena na Bolívia e no Brasil; e 5) Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos para a Gestão das Culturas.

Cooperação Humanitária: O Brasil tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia de COVID-19, o governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos. Em maio de 2024, o presidente Luis Arce enviou 60 toneladas de alimentos, mantas, tendas de lona e de campanha às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Em visita a Santa Cruz de la Sierra, em julho, o presidente Lula agradeceu, ainda, a doação.

Cooperação Fronteiriça: Os dois países buscam um espaço de paz, cooperação e desenvolvimento econômico e social ao longo dos mais de 3.400 km de fronteira compartilhados (a maior fronteira brasileira), o que confere importância geoestratégica à relação para o Brasil. Os dois países compartilham a condição de serem, simultaneamente, nações platinas e amazônicas. Em 2009, foi promulgado acordo bilateral assinado em 2004 em benefício de localidades fronteiriças vinculadas, que permite residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Em 2011, foram criados os Comitês de Integração Fronteiriça, que se reúnem em quatro pontos de fronteira entre os países (Corumbá, Epitaciolândia, Cáceres e Guajará-Mirim); a integração é fundamental para que as condições de vida das populações locais melhorem; a fronteira conta com postos consulares em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro. Mais recentemente, no contexto de fechamento de fronteiras em razão da crise sanitária, os dois países negociaram a adoção de regime que permitiu, a partir de 1º de setembro de 2020, a retomada do trânsito vicinal fronteiriço entre cidades-gêmeas. O acordo estabeleceu a possibilidade de tráfego de residentes fronteiriços em cidades-gêmeas mediante a apresentação de documento de residente fronteiriço ou de outro documento comprobatório, desde que garantida a reciprocidade no tratamento de um país ao outro. Há também diálogo para o enfrentamento de desafios transversais, a exemplo do controle das regiões de fronteira e as ações de combate a ilícitos transnacionais e ao problema mundial das drogas. As ações ocorrem de forma bilateral e também trilateral, a exemplo da agenda de cooperação Brasil-Bolívia-Peru. Em julho de 2024, por ocasião da visita do presidente Lula à Bolívia, os países acordaram a criação de Comissão Mista Técnica para desenvolver ações conjuntas no manejo integral do fogo e no combate aos incêndios florestais na Amazônia, que representam uma perda inestimável de biodiversidade, recursos naturais e genéticos, afetando a saúde e os povos e comunidades indígenas locais. Igualmente durante a visita, os líderes reiteraram seu compromisso de alcançar uma integração fronteiriça que priorize as necessidades das populações que habitam as fronteiras compartilhadas, para o que destacaram a importância de promover o desenvolvimento fronteiriço através dos Comitês de Fronteira Guajará-Mirim/Guayaramerín, Puerto Suárez-Corumbá, Cáceres-San Matías e Cobija/Brasileia-Epitaciolândia e assim facilitar a circulação vicinal e possibilitar o acesso a benefícios nas áreas de infraestrutura, alfândega, migração, transporte, educação e comércio de pequeno valor, entre outros, e saudaram a realização da III reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Guajará-Mirim/Guayaramerín. Da mesma forma, ressaltaram a necessidade de atualizar o Tratado de Roboré e encomendaram a seus Ministérios das Relações Exteriores a instalação de mesas de trabalho bilaterais para avançar na atualização do Acordo sobre Tráfego Vicinal Fronteiriço, garantindo assim o bem-estar das comunidades fronteiriças. Por fim, coincidiram na necessidade

de retomar o trabalho conjunto sobre a fronteira binacional, para o qual encomendaram à Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana programar os trabalhos de campo a serem realizados em 2024.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Itamaraty estima em cerca de 56 mil (2022) o número de brasileiros que moram na Bolívia, com presença substantiva de estudantes universitários. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz. No Brasil, vivem cerca de 250 mil bolivianos. Vale ressaltar, também, o peso das remessas de imigrantes bolivianos para seu país de origem. Nos anos 2000, foram firmados compromissos para a facilitação de ingresso e trânsito de nacionais (via acordo, 2004) e para a regularização migratória (via troca de notas, 2005). Foi assinado, em maio de 2023, memorando de entendimento que cria o Mecanismo de Consulta Bilateral sobre Temas Consulares, que se reuniu pela primeira vez no mês seguinte. Em janeiro de 2024, foi assinado acordo sobre o reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação.

Energia: Trata-se de uma faceta central na relação bilateral. Para a política energética brasileira, o gás natural oriundo da Bolívia é insumo fundamental, enquanto para a Bolívia, é uma de suas maiores fontes de renda relativas a comércio. A parceria remonta aos Acordos de Roboré, conjunto de notas reversais assinado em 1958 acerca do tema da compra de gás boliviano e da construção de um gasoduto. O Acordo de Cooperação e Complementação Industrial (1972) foi outro passo importante no processo que, na década de 1990, redundaria na implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), que aprofundou as relações bilaterais e ajudou a criar oportunidades para a Bolívia inserir-se economicamente na América do Sul e no Brasil. Para além da cooperação no fornecimento de gás natural, Brasil e Bolívia têm trabalhado pelo aprimoramento da vertente da integração elétrica em vista do potencial de fontes renováveis de energia e do intercâmbio de excedentes energéticos. Na agenda do Comitê Técnico Bilateral Brasil-Bolívia sobre Energia, estão previstos estudos de inventário e pré-viabilidade de projeto de hidrelétrica binacional no rio Madeira, de potencial estimado em 3.000 MW, bem como estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Transportes e Infraestrutura: Há projetos para dois Corredores: o Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e o Bioceânico Central Brasil-Bolívia-Peru. Impasses com La Paz fizeram com que outro projeto de corredor bioceânico, passando pelo Peru, ganhasse espaço, o que se amplificou com a inauguração de uma ponte em Assis Brasil (AC). Com respeito ao tema da construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, objeto de acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia em 2007 e cujo tratamento foi retomado por equipes técnicas dos dois países desde o primeiro semestre de 2023, os governos dos dois países reafirmaram, em setembro de 2023, sua disposição de realizar a referida obra com a maior brevidade possível, levando em consideração, em especial, os interesses das comunidades locais nos dois lados da fronteira. O processo de licitação para a construção da obra foi lançado em 14 de novembro de 2023. Ainda, é possível mencionar a ferrovia entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, além de debates acerca do uso de corredores hidroviários pelo Rio Madeira. Durante visita do presidente Lula, em julho de 2024, os líderes instruíram suas chancelarias a retomar as coordenações da Comissão Mista Brasil-Bolívia, para promover a

construção de uma ponte internacional sobre o rio Rapirrã, que ligará as cidades de Montevideo, na Bolívia, e Plácido Castro, no Brasil.

Saúde: O destaque é para o Acordo Interinstitucional Internacional (2017), cujo objetivo é a constituição de um marco institucional para estimular esforços de coordenação na área de saúde na fronteira, por meio da ampliação de colaborações existentes e da identificação e desenvolvimento de ações em áreas que sejam reconhecidas como mutuamente benéficas. Ademais, o Acordo tem como objeto a criação e a implantação do Grupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia. O propósito do mencionado grupo de trabalho é identificar e avaliar problemáticas de saúde que afetem as populações da zona fronteiriça entre os dois países. Há outros projetos de destaque, como o Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno e o Fortalecimento da Atenção Integral e Vigilância Epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia.

Agricultura: Em janeiro de 2024, foram assinados memorando de entendimento sobre fertilizantes e, com a participação da EMBRAPA, memorando de entendimento para o desenvolvimento do comércio, desenvolvimento, capacitação e inovação tecnológica nas cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais.

Cooperação Acadêmica: Foi assinado, em maio de 2023, memorando de entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países.

Meio Ambiente: Em julho de 2024, por ocasião da visita do presidente Lula à Bolívia, os países reconheceram a importância da gestão sustentável dos recursos da biodiversidade na região, para alcançar o desenvolvimento local, reduzir a pobreza, contribuir para a segurança e a soberania alimentar dos povos indígenas e das comunidades locais, pelo que decidiram estabelecer um Comitê de Promoção de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) para promover a sustentabilidade da Amazônia e o aproveitamento de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM).

IV. Relações Brasil-Canadá

<u>Marcos:</u> 1866: Abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil; 1876: D. Pedro II realiza visita ao Canadá; 1919: Epitácio Pessoa visita o Canadá na condição de presidente eleito; 1941: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1981: Pierre Trudeau, primeiro-ministro do Canadá, realiza visita ao Brasil; 1997: O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realiza visita ao Canadá; 1998: Jean Chrétien, primeiro-ministro do Canadá realiza visita ao Brasil; Década de 2000: Manutenção da tendência de aumento das visitas de alto nível entre as partes; 2007: Os países chegam a uma solução negociada concernente ao longo contencioso EMBRAER-Bombardier; 2011: Estabelecimento do Diálogo de Parceria Estratégica, no contexto da visita do primeiro-ministro canadense Stephen Harper ao Brasil. 2021: Completam-se 80 anos de relações diplomáticas; Brasil e Canadá chegam a uma solução mutuamente acordada, em relação ao novo contencioso comercial que envolvia a Bombardier.

<u>Embaixada:</u> Em 1866, ocorreu a abertura do primeiro escritório comercial do Canadá no Brasil. Criou-se uma legação no Canadá pelo Decreto nº 6.604, de 17/12/1940. Ela foi elevada à embaixada pelo Decreto nº 14.250, de 10/12/1943. No ano seguinte, o governo canadense elevou à categoria de embaixada a legação que havia sido estabelecida no Brasil em 1941. Para além da embaixada em Ottawa, o Brasil tem consulados-gerais em Montreal, Toronto e Vancouver. O Canadá, por sua vez, tem consulados-gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro e escritórios comerciais em Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, ademais da embaixada em Brasília.

<u>Coordenação Política</u>
Instâncias: São doze mecanismos de coordenação e diálogo bilateral, entre os quais: Diálogo de Parceria Estratégica, em nível de chanceleres (2011; com reuniões em 2012, 2013, 2018 e 2023); Diálogo Político-Militar no formato 2+2 (1ª reunião em 2010); Conferência Bilateral de Estados-Maiores do Exército. Reunião de Conversações entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Real Força Aérea Canadense (RCAF); Conselho Conjunto Econômico-Comercial; Comitê Conjunto Brasil-Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª reunião em 2021); e Grupo de Amizade Canadá-Brasil (2017), no parlamento canadense, e Grupo de Amizade análogo no Brasil (1993), na Câmara dos Deputados.

Visitas de Alto Nível: Em 2018, a visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Canadá, a primeira desde outubro de 2012, marcou a retomada do diálogo político mais estreito com o Brasil[106]. Em 2019, o chanceler Ernesto Araújo recebeu enviado especial do Canadá para a posse. No mesmo ano, o governo brasileiro emitiu nota em que felicita o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, pela vitória de seu partido nas eleições gerais. Em 2023, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com a ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Melanie Joly, à margem da Conferência de Segurança de Munique, ocasião na qual se manifestou o interesse no diálogo acerca de temas como meio ambiente, povos indígenas, conflito na Ucrânia e crise no Haiti. Lula encontrou-se com Justin Trudeau à margem da reunião do G7, em Hiroshima. Mauro Vieira encontrou-se com a ministra de Comércio Internacional, Mary Ng, à margem de reunião do Grupo

[106] Na última edição do Diálogo de Parceria Estratégica, os dois países discutiram cooperação em defesa, mobilidade e assistência a refugiados e migrantes, bem como igualdade de gênero e direitos humanos. Outros tópicos nessa discussão incluíram cooperação em ciência, tecnologia e inovação; mudança do clima e meio ambiente; e comércio e investimento.

de Ottawa, em junho. No mesmo mês, o chanceler brasileiro recebeu sua contraparte canadense Mélanie Joly, para a quarta edição do Diálogo de Parceria Estratégica. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se novamente com a ministra Mélanie Joly, à margem da reunião de chanceleres do G20, e com a ministra canadense de Promoção de Exportações, Comércio e Desenvolvimento, Mary Ng, à margem da 13ª reunião ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocasiões nas quais discutiram temas da agenda bilateral, além de prioridades da presidência do Brasil do G20.

Discurso Oficial: Brasil e Canadá têm um relacionamento com raízes históricas, que remontam à visita de D. Pedro II ao país, em 1876. As relações entre Brasil e Canadá estão historicamente fundamentadas em valores e princípios compartilhados, como democracia, direitos humanos, primado do Direito Internacional e defesa das liberdades individuais. São marcadas pelo diálogo político e por uma ampla agenda de cooperação. Entre os temas centrais da relação bilateral estão parcerias em comércio e investimentos, educação, política agrícola, energia e mineração, meio ambiente, defesa e segurança, ciência, tecnologia e inovação. Os países compartilham, ademais, diferentes mecanismos de diálogo bilateral, que contribuem para a coordenação entre os dois Estados. Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. São democracias com sociedades plurais, com dois dos maiores territórios no mundo (5º e 2º, respectivamente). Possuem duas das maiores economias do planeta e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de exportação. Ambos os países detêm expressivas reservas de água doce e são grandes produtores de alimentos e energia. O primeiro-ministro Justin Trudeau condenou os atos antidemocráticos ocorridos em Brasília em 8 de janeiro de 2023 e manifestou seu apoio ao presidente Lula e às instituições democráticas do Brasil. O Canadá também emitiu, no dia seguinte, comunicado conjunto com os EUA e o México em condenação aos ataques.

Convergências

Convergências Multilaterais: O diálogo de Brasil e Canadá compreende temas relativos às agendas regional e global. No âmbito multilateral, o Canadá apresenta-se como interlocutor relevante em áreas como paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e mudança do clima. Ademais, Brasil e Canadá convergem em relação à importância que conferem ao multilateralismo, já que o modelo clássico de política externa canadense, estabelecido ao fim da Segunda Guerra Mundial, encontra-se fundamentado em aspectos como o fortalecimento das Nações Unidas e das instituições multilaterais e a presença ecumênica em foros mundiais. Também há proximidade decorrente da orientação pacifista em política externa. No campo do comércio internacional, ambos mantêm relacionamento bastante estreito na OMC e apoiam a reforma da organização.

Convergências Plurilaterais: Ambos são membros do G20, e o Canadá apoia a candidatura brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ambos os países integram o Grupo de Cairns, o Grupo de Ottawa e o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) na OMC. Na Organização das Nações Unidas (ONU), todavia, o Canadá integra o Unidos pelo Consenso nas discussões sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

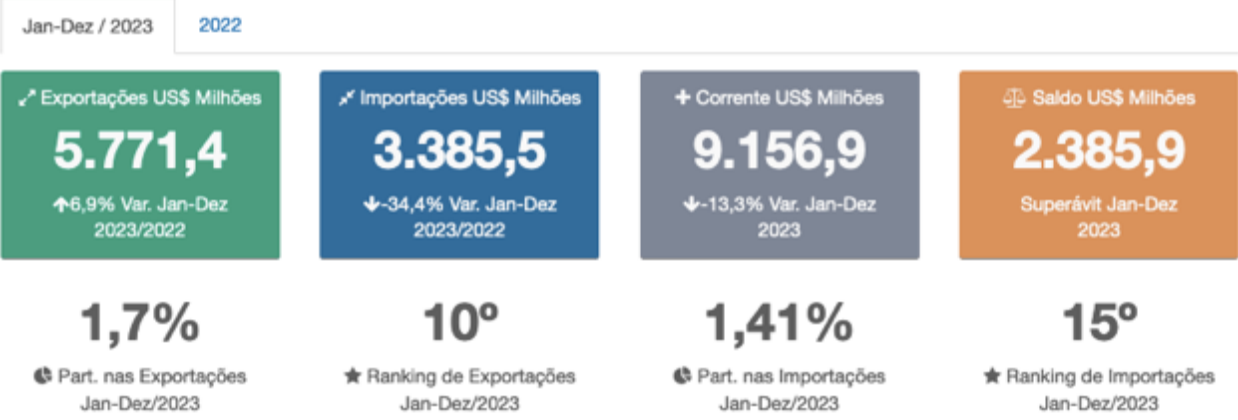
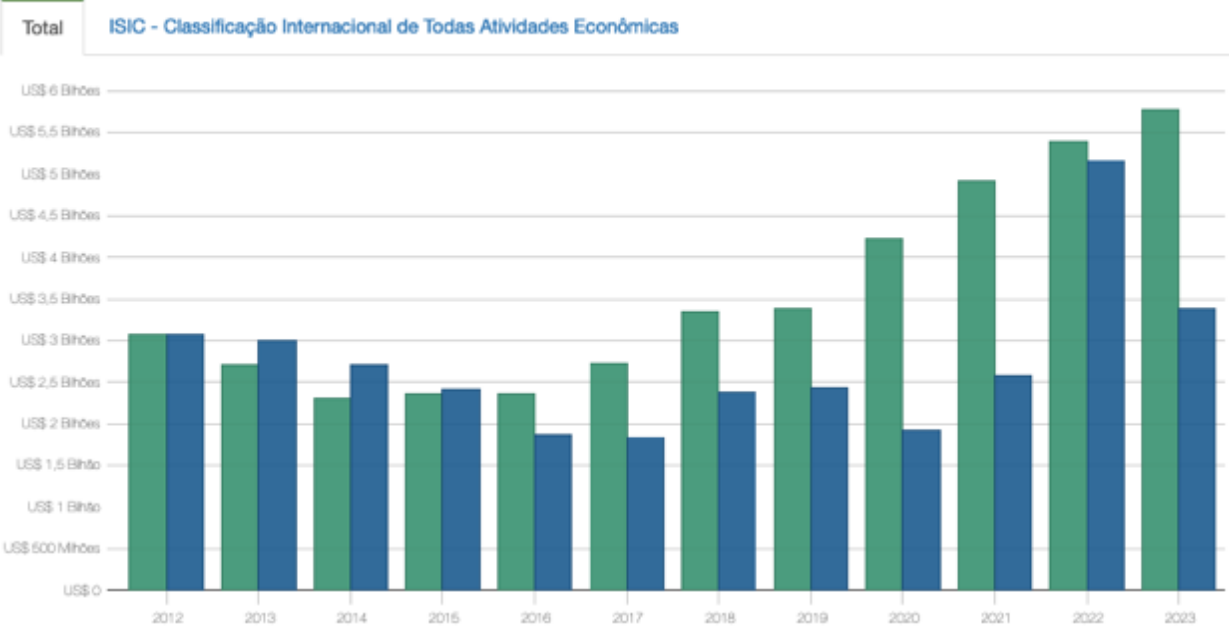
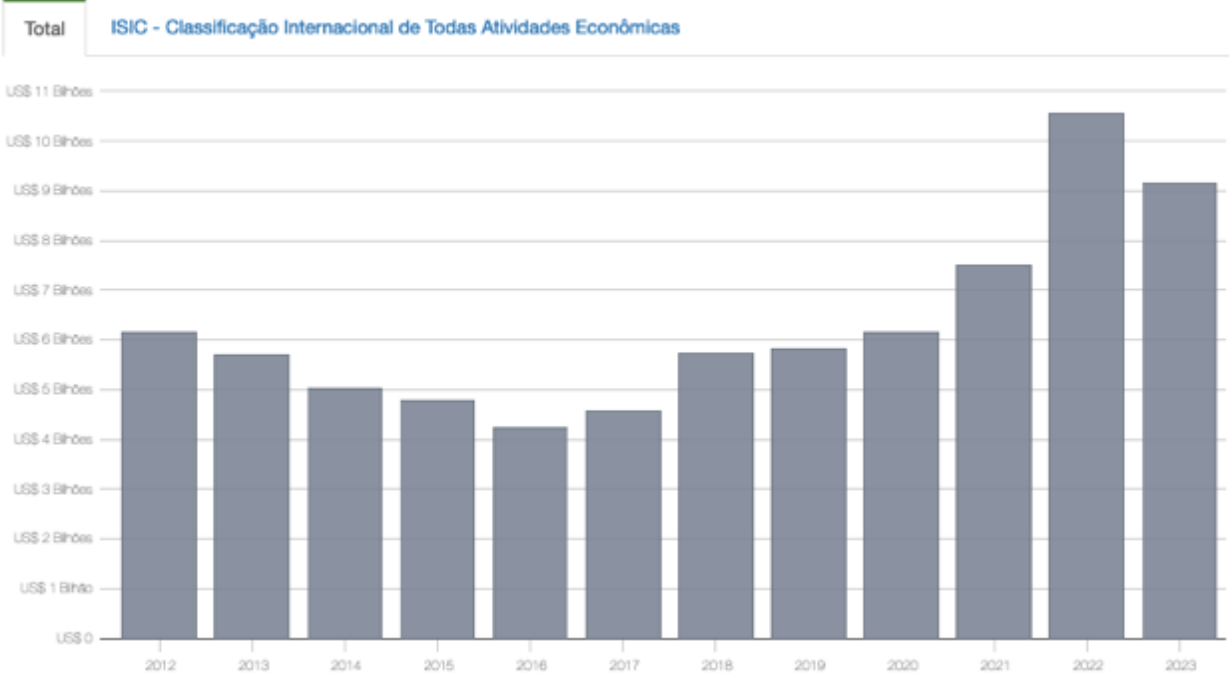
Convergências Regionais: Brasil e Canadá integram a Organização dos Estados Americanos (OEA) e participaram do Grupo de Lima, compartilhando, em seu momento, posições sobre

democracia e a questão venezuelana. Ambos apoiaram a eleição de Mauricio Claver-Carone para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2020. O Canadá apoiou a eleição do brasileiro Ilan Goldfajn como o mais novo presidente do BID. Tema de especial interesse é a questão do Haiti. Na quarta reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, discutiram-se modalidades de fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana para enfrentar os graves problemas de segurança pública que afetam a vida naquele país.

Segurança e Defesa: Em março de 2022, aconteceu, em Ottawa, a última edição do Diálogo Político-Militar, no formato 2+2. Além do Mecanismo 2+2, estão em funcionamento a Conferência Bilateral de Estados-Maiores do Exército e a Reunião de Conversações entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Real Força Aérea Canadense (RCAF). Em junho de 2023, na quarta reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa. Na agenda de paz e segurança internacionais, o conflito na Ucrânia é tema de conversas entre os dois países.

Comércio

Marcos: Atualmente, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Canadá estão em fase avançada na negociação de acordo de livre comércio, já tendo sido realizadas sete rodadas presenciais, até 2019, e uma série de reuniões bilaterais e encontros virtuais dos grupos negociadores. As partes já intercambiaram ofertas de bens, serviços e investimentos, bem como de compras governamentais. As negociações foram lançadas em março de 2018, e o Brasil ficou encarregado de conduzir as negociações no MERCOSUL. A assinatura do acordo de livre comércio tem potencial para aumentar em US$ 7,8 bilhões a receita das exportações brasileiras de produtos agropecuários, segundo estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Carnes, cereais, farinhas e preparações, frutas e complexo soja são os setores do agro, segundo a CNA, que têm mais potencial de serem beneficiados com o acordo. Com relação às tarifas, o entendimento do estudo da entidade é de que mercado canadense tende a negociar a eliminação de boa parte delas já no ano seguinte à entrada em vigor dos acordos, o que pode beneficiar os produtores brasileiros em um curto prazo. O estudo revela que, de forma generalizada, as tarifas não são altas para os países do MERCOSUL. Muitos produtos do agro brasileiro já entram nesse mercado livres da incidência de tarifa de importação. Contudo, a CNA alerta os negociadores para a importância da melhoria das condições de acesso e para as medidas não tarifárias. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a negociação de um acordo comercial entre o MERCOSUL e o Canadá criará oportunidade para 321 produtos brasileiros que hoje chegam mais caros e competem em condições de desigualdade no mercado canadense. Apesar de o Canadá ser um mercado considerado aberto, os exportadores enfrentam tarifas de importação em áreas como autopeças (6%) e calçados (16% a 18%). No caso de bens agroindustriais, essa barreira pode chegar a 70%. A lista de 321 produtos foi elaborada com base no que o Canadá importa e o que o Brasil vende ao exterior com competitividade, mas que não chega ao país da América do Norte. A maioria dos produtos da lista de oportunidades são manufaturados (255), seguidos de básicos (39) e semimanufaturados (27). Dos produtos, 84 pagam hoje tarifa de importação para chegar aos canadenses. Ressalta-se, ainda, que, em meio às consequências do conflito na Ucrânia sobre as cadeias de suprimento, o Canadá tem ganhado relevância como importante fornecedor de fertilizantes para o Brasil. Em março de 2024, o Canadá autorizou que as exportações de gelatina e colágeno de origem suína provenientes do Brasil pudessem acessar seu mercado sem a necessidade de apresentação de certificação sanitária.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Canadá

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
5.771,4	3.385,5	9.156,9	2.385,9
6,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	-34,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	-13,3% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

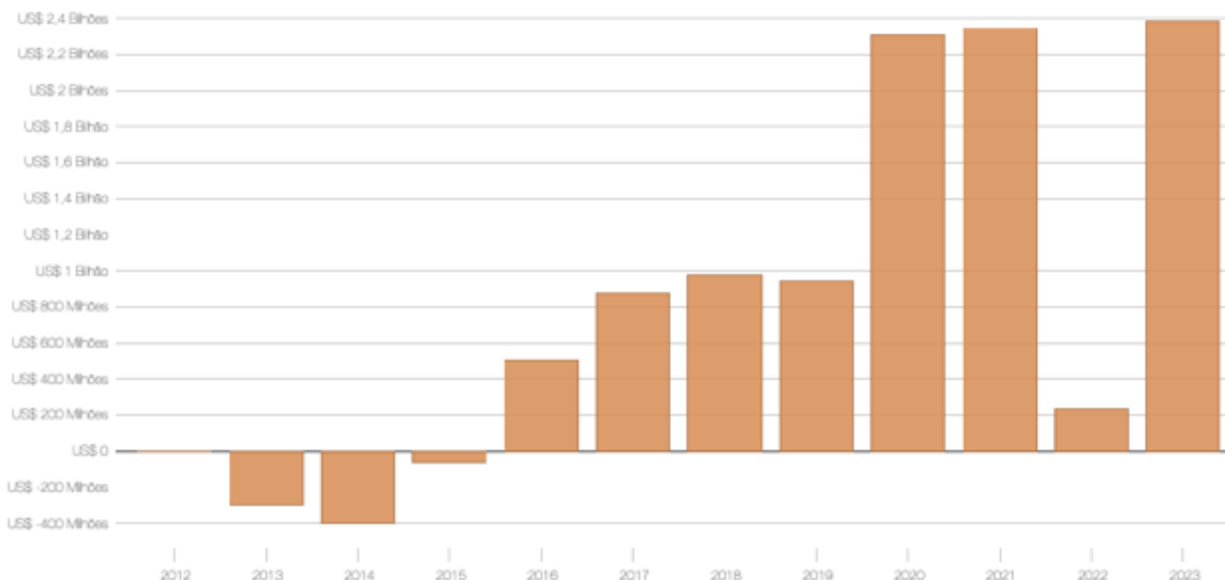
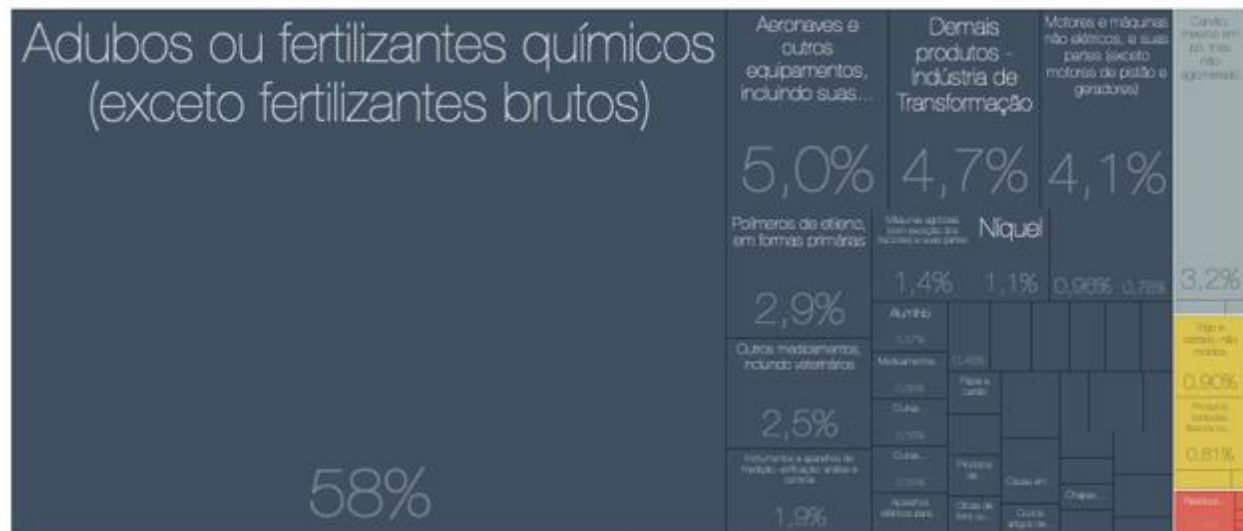
1,7%	10º	1,41%	15º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Canadá

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Canadá

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Canadá

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Canadá

Desafios: Em termos de divergências bilaterais, há o histórico, inclusive recente, de contenciosos entre os dois países na OMC envolvendo as empresas de aviação Embraer e Bombardier. O mais recente contencioso foi aberto pelo Brasil em fevereiro de 2017 (DS 522) e recentemente encerrado, devido às mudanças no setor e à compra de programa da Bombardier pela Airbus. O ritmo das negociações de acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Canadá reduziu-se drasticamente a partir de 2020, mas tem havido esforço recente para a retomada, expresso pela visita ao Brasil do vice-ministro do Comércio Internacional do Ministério das Relações Exteriores do Canadá, Rob Stewart, que se reuniu com a secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Aline Damasceno.

Investimentos:

Investimentos do Brasil no Canadá: O Canadá é um dos principais destinos de investimento brasileiro no exterior, com estoque superior a US$ 13 bilhões (2021), o que torna o Brasil uma das vinte maiores fontes de investimento estrangeiro direto no país (a maior entre latino-americanos). Os investimentos brasileiros concentram-se no setor de mineração. O Brasil é importante parceiro canadense no setor mineral. A Vale tem grande parte de seus ativos e operações no Canadá, situação criada a partir da aquisição da mineradora canadense Inco, em 2006, em uma transação estimada em US$ 17,5 bilhões. A compra transformou a Vale na segunda maior produtora de níquel do mundo.

Investimentos do Canadá no Brasil: Os investimentos canadenses no Brasil, por sua vez, totalizam cerca de US$ 20 bilhões e abrangem áreas como engenharia civil, saneamento, tecnologia e mineração. Por volta de 25 companhias mineradoras canadenses atuam no território brasileiro. O Canadá é o nono maior investidor no Brasil (dados de 2021).

<u>Cooperação</u>
Ciência, Tecnologia e Inovação: As relações bilaterais em CT&I são regidas pelo Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, firmado em 2008. A última edição do Comitê Conjunto Brasil-Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, instância instituída pelo acordo, aconteceu em 2021, com foco em inteligência artificial. Na ocasião, houve o lançamento da chamada conjunta entre a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e o Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá para projetos nas áreas de inteligência artificial (IA), manufatura avançada e *internet* das coisas (IoT, na sigla em inglês). Como resultado direto da reunião, foi elaborado Plano de Trabalho para guiar as atividades dos dois países no triênio 2021-2023, o qual contém dez atividades a serem desenvolvidas por entidades brasileiras e canadenses. O Comitê possui atuação em cinco domínios: 1) tecnologias da informação e comunicação; 2) ciência da vida, biotecnologia aplicada à saúde e doenças neurodegenerativas; 3) energia, com concentração em tecnologias sustentáveis (energia solar, *smart grids*, biomassa, mineração verde); 4) ciências do mar; 5) nanotecnologia.

Cooperação Educacional: O Canadá é o país que abriga o maior número de estudantes brasileiros, grande parte interessados em estudar inglês e francês durante curtos períodos de tempo. Brasil e Canadá firmaram, em 15 de janeiro de 1998, Declaração de Intenção na Área de Educação. A cooperação educacional entre os dois países é bastante intensa, sobretudo à luz de acordos firmados entre instituições de ensino superior dos dois países, o que tem resultado em fluxo anual de cerca de doze mil alunos brasileiros no Canadá, atuando em diversas áreas do conhecimento.

Cooperação Técnica: Encontra-se em vigor o Acordo de Cooperação Técnica, firmado por Brasil e Canadá em 1975. Na vertente trilateral, destaca-se projeto para realização do mestrado em sistemas de saúde em Moçambique.

Cooperação Humanitária: Em 2023, o Brasil enviou missão humanitária para combater os incêndios no Canadá, que contou com 104 especialistas e permaneceu por trinta dias no país norte-americano. Em maio de 2024, o Canadá doou 300 mil dólares canadenses (US$ 220 mil) às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Os recursos deverão ser utilizados para oferecimento de abrigo, apoio psicossocial, água potável e produtos de higiene, entre outros.

Outras Áreas de Cooperação Bilateral: Destacam-se os setores de administração pública – entre escolas de governo, as Escolas Nacionais de Administração Pública (ENAPs) dos dois países – e temas regulatórios (em especial regulação de produtos de saúde, de cosméticos e de medicamentos genéricos).

Turismo: Brasileiros não precisam mais de visto de turismo para entrar no Canadá, bastando autorização eletrônica de viagem. A partir de 2019, turistas canadenses ficaram isentos de visto para o Brasil. Em março de 2023, foi anunciado o restabelecimento da exigência de vistos de visita para cidadãos do Canadá[107] – além de Austrália e EUA –, com base nos princípios da reciprocidade e da igualdade de tratamento. O governo ressalta a disposição de negociar acordo de isenção de vistos em bases recíprocas. O início da vigência da medida, que ocorreria em 1º de outubro de 2023, foi postergado para 10 de janeiro de 2024 e depois para 10 de abril de 2024 e 10 de abril de

[107] A isenção unilateral de vistos havia sido adotada pelo governo brasileiro em março de 2019.

2025. Em 1º de dezembro de 2023, entrou em funcionamento a nova plataforma para solicitação de visto eletrônico por cidadãos do Canadá. Em janeiro de 2024, foi promulgado o Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado pelos governos canadense e brasileiro em 2011.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há mais de 133 mil brasileiros no Canadá, conforme dados de 2022, perfazendo a nona maior comunidade brasileira no exterior. Nesse contexto, a dimensão humana do relacionamento bilateral vem ganhando importância crescente, com o aumento da presença de estudantes e imigrantes brasileiros no Canadá. Entre os acordos bilaterais em vigor, estão a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação sobre a Renda (1984) e o Acordo de Previdência Social (2011). Há campanhas de atração de profissionais qualificados brasileiros para migrarem para o Canadá. Na quarta reunião do Diálogo de Parceria Estratégia, foi discutida a retomada das atividades do Grupo de Trabalho sobre Mobilidade, que trata de temas como serviços de fronteira e facilitação imigratória.

Energia e Mineração: Em 2019, foi assinado acordo de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e a Associação de Mineração do Canadá (MAC, na sigla em inglês) para implementar no Brasil o padrão de sustentabilidade desenvolvido pela instituição canadense, o TSM – Rumo a Mineração Sustentável. Além disso, desde 2019, o Brasil é um dos patrocinadores da *Developers Association of Canada* (PDAC), maior conferência global do setor mineral, cujas reuniões ocorrem anualmente em Toronto.

V. Relações Brasil-Chile

Marcos: 1836: Estabelecimento de relações diplomáticas; no contexto da Guerra do Paraguai: ensaios de aproximação, por meio da troca de representantes de alto nível[108]; 1879-1883: Brasil mantém posição de neutralidade durante a Guerra do Pacífico[109]; 1914: Brasil, Chile e Argentina participam da Conferência de Niagara Falls, para mediação concernente ao conflito entre México e Estados Unidos (EUA); 1915: Assinatura do Pacto ABC, não referendado pelo parlamento chileno; 1933: Assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação ("Pacto Saavedra Lamas"), entre Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai; 1942: Protocolo de Paz entre Peru e Equador, com a atuação de Brasil, Argentina, Chile e EUA como países garantes do acordo; 1962: Abstenção de Brasil e Chile, além de Argentina, México, Bolívia e Equador, em relação à proposta de exclusão de Cuba da OEA (*outer six*); 1963: O presidente João Goulart realiza a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Chile; 1964-1973: Significativo número de militantes de esquerda buscam asilo no país vizinho, em meio à conjuntura de ditadura militar no Brasil; 1980: Figueiredo visita o Chile, ocasião na qual são celebrados 9 acordos de cooperação e uma declaração conjunta; 1996: Chile torna-se Estado Associado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); 2004: Início da participação do Chile, em conjunto com o Brasil, no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); 2006: "Aliança Renovada", com posições coincidentes em favor da democracia e das liberdades individuais e comerciais; 2007: Brasil, Chile e Bolívia comprometem-se com a inauguração do corredor interoceânico Santos-Corumbá-Santa Cruz de la Sierra-Arica-Iquique, no contexto do encontro presidencial trilateral em La Paz; 2010: Criação da Comissão Bilateral Brasil-Chile; 2018: Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Chile.

Embaixada: Em 1922, houve a elevação das legações dos dois países à categoria de embaixadas[110]. O Brasil mantém, ademais, consulado-geral em Santiago. O Chile tem consulados-gerais no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre.

Coordenação Política
Instâncias: COMISTA (2010); Diálogo Político-Militar ("Mecanismo 2+2", 2018).

Visitas de Alto Nível: Os presidentes Lula (2004, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010), Dilma (2013, 2014 e 2016) e Temer (2018) Houve troca de visitas entre Bolsonaro e Piñera em 2019, apesar de elogios a Pinochet. Em agosto de 2021, o chanceler chileno Andrés Allamand esteve em Brasília, cumprindo agenda política com o chanceler Carlos França e os presidentes das casas do Legislativo brasileiro. Em março de 2022, o vice-presidente Hamilton Mourão esteve presente na cerimônia de posse do presidente Gabriel Borić, em Santiago e Valparaíso. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Gabriel Borić para a posse de Lula. Borić voltou ao Brasil em maio para a cúpula de presidentes da América do Sul. Em outubro, Lula e Borić conversaram ao telefone,

[108] Conforme Amado Cervo, para além da troca de representantes, que incluíam intelectuais, poetas e historiadores, os países recorreram à diplomacia militar, por meio de visitas honrosas de navios de guerra.
[109] Segundo Amado Cervo, não só a opção pela neutralidade, mas também a atuação do Brasil no pós-guerra, tanto ressaltaram o prestígio internacional do país quanto permitiram o delineamento de novas bases para a relação bilateral entre Chile e Brasil, ao final do Império, em substituição ao eixo Rio de Janeiro-Assunção.
[110] O posto do Brasil em Santiago esteve vinculado a outras legações: segundo Raul Adalberto de Campos, a separação formal da legação do Brasil no Chile, em relação à de Peru e Equador, ocorreu por meio do Decreto nº 3.758, de 1866.

ocasião em que reafirmaram as boas relações entre os dois países, falaram sobre a conjuntura da América do Sul e trataram da situação em Israel e na Palestina, e suas consequências trágicas para a população civil. Em novembro, o ministro chileno da Defesa e a subsecretária de Relações Exteriores do Chile estiveram em Brasília, para a III Reunião de Diálogo Político-Militar Brasil-Chile. Em paralelo, a secretária-geral, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu sua homóloga chilena, a subsecretária de Relações Exteriores, para tratar de temas como integração sul-americana, comércio e investimentos e promoção da igualdade de gênero. Em janeiro de 2024, o ministro das relações exteriores Mauro Vieira realizou visita a Santiago, com o objetivo de participar da reunião concernente à retomada da Comissão Bilateral Brasil-Chile e à reunião preparatória latino-americana para a 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo retornado à capital chilena no mês seguinte, para representar o País nas cerimônias fúnebres do ex-presidente Sebastián Piñera.

Discurso Oficial: As relações entre Brasil e Chile caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral. Os investimentos bilaterais crescem ano a ano, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Chile é parceiro fundamental do Brasil no âmbito sul-americano, contexto no qual ambos os países têm interesse comum no aprimoramento da infraestrutura regional. Há, ademais, importante potencial de cooperação em ciência e tecnologia, cooperação na Antártida e em matéria de defesa.

Convergências

Convergências Multilaterais: O Chile é atualmente um dos representantes do grupo geográfico da América Latina e Caribe (GRULAC) no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH), com mandato até 2025. Brasil e Chile, juntamente com Argentina e México, emitiram comunicado, em fevereiro de 2023, em que manifestam profunda preocupação com a decisão do governo israelense de expandir os assentamentos na Cisjordânia. Os países expressaram oposição a qualquer ação que comprometa a solução de dois Estados.

Convergências Regionais: No âmbito regional, ambos os países convergem na análise de que as iniciativas de integração econômica regional são convergentes e apoiam o diálogo entre Aliança do Pacífico (AP) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no qual o Chile tem *status* de Estado Associado. Havia concertação sobre a crise venezuelana no Foro para o Progresso e Integração da América Latina (PROSUL), no Grupo de Lima e – o que foi alterado em termos de foro com a mudança de governos para a esquerda em ambos os países, quando ambos se desengajaram dos dois foros – e no Processo de Quito. Ambos os países são membros da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Assim como o Chile, o Brasil é país garante na Mesa de Diálogos de Paz entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ambas as partes, além do México, foram convidadas a assumirem tal posição, em novembro de 2022, juntando-se a Cuba, à Venezuela e à Noruega.

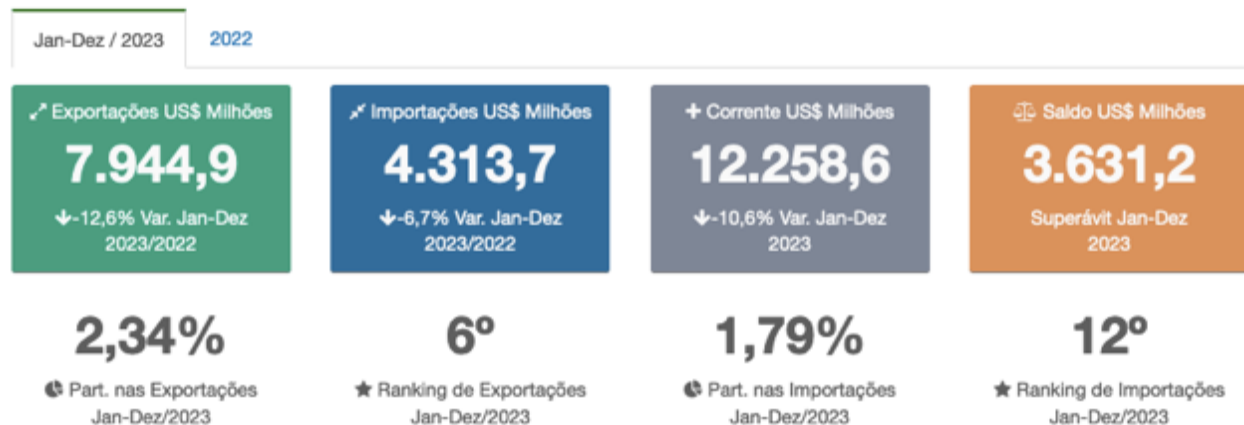
Convergências Plurilaterais: A convergência em foros internacionais se verifica na participação no G77+China, no âmbito das Nações Unidas (ONU), no *Multi-Party Interim Arbitration*

Arrangement (MPIA) e no Grupo de Cairns, no âmbito da OMC, e no apoio chileno ao ingresso brasileiro na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segurança e Defesa: Existe Diálogo Político-Militar no formato 2+2, cuja primeira reunião ocorreu, em 2018, em Brasília, e as demais em Santiago, em 2019, e novamente em Brasília, em 2023. Destacam-se, ainda: o Protocolo sobre Intercâmbio de Dados e Serviços de Catalogação da Defesa; a cooperação bilateral em operações na Antártida; e a atuação conjunta na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês).

Comércio

Marcos: Atualmente o Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul e o sexto maior destino de exportações em todo o mundo, com superávits para o Brasil desde 2010. O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial do Chile em todo o mundo. O Chile é associado ao MERCOSUL desde 1996 por meio do ACE-35, que liberalizou o comércio entre os dois países, no âmbito da ALADI. Em 2015, assinou-se Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Em 2018, MERCOSUL e AP adotaram o Plano de Ação de Puerto Vallarta. Também em 2018, foi assinado acordo de livre comércio com o Brasil sobre temas de natureza não tarifária, que incorpora acordos recentes entre os dois países, como o Protocolo de Compras Públicas e o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras – o acordo entrou em vigor internacional em janeiro de 2022. A 1ª reunião da Comissão Administradora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile foi realizada em Santiago, em novembro de 2023. Em fevereiro de 2023, foi ampliado o acesso ao mercado de carne bovina no Chile, tendo o país reconhecido o Rio Grande do Sul como zona livre de febre aftosa sem vacinação, após gestões do Itamaraty. Em março, houve abertura do mercado chileno para o mamão produzido no Brasil. Em maio, os dois países assinaram, no âmbito do Acordo de Livre Comércio entre os dois países, acordo de cooperação para adoção do sistema de *pre-listing* para habilitação de estabelecimentos exportadores de carnes (bovina, suína, ovina e de aves). Em outubro, Brasil e Chile concluíram os procedimentos referentes à abertura do mercado chileno ao mamão fresco para consumo, após a revisão de certificados e auditorias *in loco* que subsidiaram a análise e o estabelecimento de requisitos fitossanitários. Em dezembro, houve o reconhecimento, por parte das autoridades chilenas, da equivalência de sistemas de inspeção sanitária (*pre-listing*) para as exportações brasileiras de ovos.

Série histórica - Parceiro: Chile

Série histórica - Parceiro: Chile

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

US$ 14 Bilhões
US$ 13 Bilhões
US$ 12 Bilhões
US$ 11 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 9 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0

2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023

Série histórica - Parceiro: Chile

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Chile

Investimentos: O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, hoje superior a US$ 35 bilhões, com as empresas chilenas atuando em áreas distintas, como varejo, energia, aviação e papel e celulose; na outra direção, o Brasil tem mais de US$ 4,5 bilhões investidos na economia chilena, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos.

Cooperação

Infraestrutura: Chile e Brasil têm interesse em aprimorar a infraestrutura regional, a exemplo do Corredor Rodoviário Bioceânico entre Porto Murtinho e portos do Norte do Chile, como Arica e Antofagasta; em dezembro de 2015, à margem da Cúpula do MERCOSUL, os presidentes de Brasil, Argentina, Chile e Paraguai assinaram a Declaração de Assunção sobre Corredores Bioceânicos, atribuindo prioridade à construção desse eixo logístico. Em encontro entre o embaixador do Chile no Brasil, Sebastián Depolo, e a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, em março de 2023, foi discutida a integração física na América do Sul, no contexto de relançamento da agenda bilateral.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O Brasil participa do consórcio do E-ELT (Telescópio Europeu Extremamente Grande), no Atacama. Há cooperação na Antártida.

Telecomunicações: Há acordo de eliminação da cobrança de *roaming* internacional (2018, como parte do TLC), que entrou em vigor em julho de 2023; e Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Telecomunicações e Economia Digital (2020). O Chile aderiu ao padrão ISDB-T (nipo-brasileiro), o Brasil integra o projeto de Cabo de Fibra Ótica Transpacífico (Humboldt).

Formação Diplomática: Há Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática Andrés Bello, firmado em 2020.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 19,3 mil brasileiros no Chile, conforme dados de 2022.

Cooperação Humanitária: Em fevereiro de 2023, a pedido do governo chileno, o Brasil enviou missão humanitária[111] ao país para prover auxílio no combate aos incêndios florestais que levaram o governo chileno a declarar estado de catástrofe em três regiões do país. Em maio de 2024, o Chile ofereceu apoio à elaboração de mapas analíticos mediante o processamento, pela Força Aérea Chilena, de imagens de satélite das zonas do Rio Grande do Sul atingidas por inundações, evento climático extremo que afetou diretamente 464 municípios e deixou mais de meio milhão de pessoas desalojadas.

Memória e Justiça: Em setembro de 2023, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, representaram o presidente Lula, em Santiago, em evento de recordação dos 50 anos do golpe de Estado no Chile contra o então presidente Salvador Allende. Durante a visita, foi inaugurada, no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, a exposição fotográfica "Evandro Teixeira. Chile 1973", organizada pelo Itamaraty e pelo Ministério da Cultura, em parceria com o Instituto Moreira Salles (IMS). A exposição reúne as imagens históricas registradas pelo fotojornalista brasileiro, um dos poucos jornalistas estrangeiros autorizados a ingressar no Chile logo após o 11 de setembro de 1973. Ademais, foram inauguradas placas em homenagem à expressiva comunidade brasileira exilada no Chile antes do golpe e aos mortos e outras vítimas brasileiras de violações de direitos humanos pela ditadura chilena.

[111] A missão humanitária, composta por duas dimensões, uma de combate aéreo, com o auxílio da aeronave Hércules C-130, e uma de combate terrestre, por meio da atuação dos brigadistas da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), encerrou as operações no dia 28 de fevereiro de 2023. A FNSP foi reconhecida, em razão de sua excelência técnica e atuação complementar à chilena. Foi, ademais, utilizado, pela primeira vez, fora do Brasil, o Painel do Fogo, *software* satelital de monitoramento de incêndios e queimadas, ação possibilitada por meio da atualização do instrumento.

VI. Relações Brasil-Colômbia

Marcos: 1907: Tratado de Limites[112]; 1981: Primeira visita de chefe de Estado do Brasil à Colômbia (presidente Figueiredo), retribuída pelo presidente Júlio Turbay Ayala, e assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, do convênio complementar ao acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972, na área de cooperação científica, e de cinco acordos em áreas diversas[113]; 1986: Criação do Grupo do Rio, com Brasil e Colômbia entre seus membros; 1994: Comissão de Vizinhança e Integração; 2009: Comissão Bilateral Brasil-Colômbia; 2015: Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Acordo Automotivo entre Brasil e Colômbia; 2017: Acordo de Complementação Econômica (ACE) 72, entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Colômbia; Década de 2010: O Brasil apoia ativamente o processo de paz no país vizinho; 2024: Decisão de elevação das relações ao nível de parceria estratégica.

Embaixada: O Brasil tem Embaixada em Bogotá e Vice-Consulado em Letícia. A legação no Equador e Colômbia, criada em 1899, foi separada em 1904, pouco tempo após relatório (1903), assinado pelo Barão do Rio Branco, que defendia a criação de legações específicas para Colômbia e Equador. A legação na Colômbia foi promovida à embaixada em 1938.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Bilateral Brasil-Colômbia (2009; nível de chanceleres); Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON), Comissão de Vizinhança e Integração (2022, 20ª edição); Comissão de Monitoramento do Comércio (mais recente encontro em 2021).

Visitas de Alto Nível: Durante os primeiros governos Lula, houve intensa troca de visitas presidenciais. Houve visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff à Colômbia, em 2015. Ademais, o presidente Michel Temer cancelou a visita ao país, prevista por ocasião da assinatura do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, para privilegiar questões internas. O presidente Juan Manuel Santos, por sua vez, realizou visita ao Brasil em quatro oportunidades (2018, 2014, 2011 e 2010). Em visita de Estado feita pelo presidente Iván Duque em outubro de 2021, Brasil e Colômbia acordaram "o propósito primordial de estimular o desenvolvimento sustentável, a prosperidade e o bem-estar das duas nações". Em agosto de 2022, o chanceler Carlos França realizou visita a Bogotá, onde se reuniu com o ministro das Relações Exteriores Álvaro Leyva e participou da cerimônia de posse do presidente Gustavo Petro. Os ministros ressaltaram a importância do relacionamento bilateral e manifestaram a intenção de aprofundar a cooperação econômica e empresarial, e em energia verde, meio ambiente, segurança e defesa. Nesse contexto,

[112] O limite estabelecido pela linha Tabatinga-Apapóris foi confirmado na Ata de Washington, firmada por Brasil, Colômbia e Peru, em 1925. O tratado de limites de 1853 não havia sido ratificado, de modo que as fronteiras entre Brasil e Colômbia só foram devidamente estabelecidas em 1907, sob a liderança de Rio Branco.

[113] Os acordos são concernentes às áreas de usos pacíficos da energia nuclear, cooperação amazônica, cooperação científica e tecnológica, turismo, prevenção do uso e tráfico ilícito de drogas. Durante a visita do presidente colombiano, por sua vez, foram firmados oito convênios complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972. Nas declarações conjuntas emitidas por ocasião de ambas as visitas, foram manifestadas visões convergentes em temas da agenda internacional e regional, como defesa do desarmamento geral e completo, condenação às manifestações de colonialismo e discriminação racial – especialmente, o *apartheid* –, crítica aos obstáculos impostos pelo sistema financeiro internacional aos países subdesenvolvidos, defesa da importância da questão energética, apoio ao processo de integração regional e à cooperação amazônica.

o chanceler brasileiro propôs a criação do Conselho Empresarial Brasil-Colômbia e defendeu o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Gustavo Petro para a posse de Lula. Petro voltou ao Brasil em maio para a cúpula de presidentes da América do Sul, quando também manteve reunião bilateral com Lula. Na ocasião, o mandatário brasileiro confirmou que participaria do encontro prévio à cúpula amazônica, em Letícia, em julho, enquanto o colombiano confirmou que voltaria ao Brasil para a cúpula em agosto. Lula efetivamente compareceu no encerramento da Reunião Técnico-Científica da Amazônia, organizada pelo governo colombiano, em Letícia, ocasião em que também se reuniu com Petro para tratar de temas bilaterais. Em agosto, Petro participou da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em outubro, Lula e Petro falaram ao telefone sobre a seca na Amazônia, tendo sido proposta por Petro uma reunião de Colômbia e Brasil com Equador e Venezuela para formular um plano comum de enfrentamento à estiagem na região. Os dois presidentes também concordaram sobre a necessidade de paz no Oriente Médio e celebraram o acordo entre o governo venezuelano e a oposição do país em torno das eleições no ano que vem. O ministro Mauro Vieira telefonou ao chanceler Álvaro Leyva, em novembro, para tratar de iniciativas sul-americanas, incluindo a reunião de ministros das Relações Exteriores e Defesa convocada pelo Brasil. O presidente Lula conversou por telefone com Gustavo Petro, em janeiro de 2024, a fim de discutir a seca na Amazônia e os incêndios na Colômbia, ocasião na qual o presidente colombiano voltou a propor uma reunião de Brasil e Colômbia com Equador e Venezuela com o objetivo de formular um plano comum para o enfrentamento do desafio. Em 17 de abril de 2024, foi realizada visita oficial do presidente Lula a Bogotá, quando foi anunciada a decisão de elevar as relações bilaterais ao nível de sócios estratégicos e os Ministérios das Relações Exteriores foram instruídos a realizarem, em 2024, a V Comissão Bilateral em nível ministerial, com o objetivo de revisar, de forma abrangente, a agenda bilateral, a fim de fortalecer os mecanismos de diálogo político de alto nível e ampliar o intercâmbio de cooperação bilateral em diversas áreas.

Discurso Oficial: Brasil e Colômbia mantêm relações há mais de 190 anos, que vêm se fortalecendo nas últimas décadas[114], e compartilham uma ampla fronteira de 1.642 km. Os países convergem na defesa dos valores da democracia, do livre mercado e da segurança, e utilizam diversos foros multilaterais e regionais para tratar dos temas de interesse mútuo. O longo histórico de cooperação fronteiriça tem gerado resultados tangíveis para as comunidades envolvidas, por meio da concretização de projetos exitosos, que compreendem também o intercâmbio de informações de inteligência, a cooperação logística e o combate ao crime transnacional. O Brasil, ademais, apoia o processo de paz no país vizinho, em linha com a vocação brasileira de promoção da paz, e procura contribuir por meio da cooperação em áreas como a desminagem e a agricultura, setores essenciais para a consolidação da paz no país, em convergência com o objetivo de contribuir para a transformação estrutural do campo no contexto pós-conflito. Em abril de 2024, por ocasião da visita oficial do presidente Lula a Bogotá, ambos os governos reafirmaram a importância do trabalho conjunto para a implementação do desenvolvimento sustentável na Amazônia, do fortalecimento do comércio bilateral, da segurança, da integração física e da

[114] As relações bilaterais ganharam força a partir de 2016, com dinâmicas de cooperação e concertação entre os governos de Michel Temer e Juan Manuel Santos. A convergência foi mantida com os governos de Jair Bolsonaro e Iván Duque, sobretudo em temas relacionados a economia, comércio e segurança (incluindo alinhamento de posições acerca da crise venezuelana, que tem na Colômbia grande impacto). Esta dinâmica, mas com outros enfoques, como temas ambientais e de inclusão social, continua entre Lula e Petro.

cooperação. Anunciaram igualmente a decisão de elevar as relações bilaterais ao nível de sócios estratégicos.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: A convergência de posições quanto aos valores da democracia, do livre mercado e da segurança manifesta-se também na esfera multilateral. Na visita oficial de Lula a Bogotá, em 2024, os líderes manifestaram a sua preocupação com as crescentes tensões geopolíticas e destacaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo. Sublinharam a necessidade urgente de revitalizar o diálogo e outros instrumentos para resolução pacífica de controvérsias. Reafirmaram o compromisso comum da Colômbia e do Brasil com o multilateralismo e manifestaram a sua intenção de trabalhar em conjunto para alcançar resultados significativos na Cúpula do Futuro da ONU, em setembro de 2024. Sublinharam a necessidade de reformar a governança mundial e a arquitetura financeira internacional, a fim de refletir a atual realidade mundial. Os países concordam quanto à necessidade de fortalecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) na atuação da organização perante emergências sanitárias, posição que foi reforçada no contexto da visita do presidente Iván Duque ao Brasil (2021). Em matéria de segurança, há convergência quanto à prioridade ao combate ao crime organizado transacional. Em relação ao meio ambiente, Brasil e Colômbia são países megadiversos, que convergem, igualmente, quanto à necessidade de acelerar a transição energética global, tendo atuado como "campeões globais" no âmbito do Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia (2021), e são partes do Acordo de Paris e da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Em sua visita oficial a Bogotá, em 2024, o presidente Lula parabenizou o presidente Petro pela iniciativa colombiana de sediar a 16ª Conferência das Partes da CDB em 2024. Nesse sentido, ambos reforçaram o compromisso de ambos os países com a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, adotado pela CDB, além do fortalecimento do Grupo de Países Megadiversos. Tendo em vista a COP-30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a realizar-se em 2025, em Belém, os governos comprometeram-se a articular ações a nível político e científico. Entre outras medidas, busca-se melhorar a integração das agendas do clima e da biodiversidade entre as Convenções CBD e UNFCCC. Os representantes dos dois países declararam o seu apoio à proposta de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, no âmbito da Comissão Internacional de Baleias (CIB). Ambos são membros do Tribunal Penal Internacional (TPI). No tema de direitos humanos, destacam-se os esforços dos dois Estados na acolhida de refugiados venezuelanos. Os países alcançaram, ademais, acordo de apoio recíproco às candidaturas brasileira (2022-2023) e colombiana (2026-27) para assento não permanente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em relação ao tema de desarmamento e não proliferação, ambos os países são parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e signatários do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN). Também durante a visita oficial do presidente Lula, em 2024, os presidentes expressaram profunda preocupação com a dramática situação humanitária em Gaza e reiteraram o apelo a um cessar-fogo imediato. Afirmaram que Israel deve cessar imediatamente todas as ações que afetam a população palestina, cumprir as obrigações que lhe correspondem por força do direito internacional, em especial as decorrentes da Convenção de 1948 para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, bem como respeitar as regras aplicáveis do direito internacional humanitário e do Direito Internacional em matéria de direitos humanos. Reafirmaram a necessidade urgente de uma solução duradoura para o conflito por meio de uma solução baseada na coexistência de dois

Estados, com um Estado da Palestina viável vivendo lado a lado com Israel. Ambos os líderes lamentaram o prolongamento do conflito na Ucrânia e a perda de vidas resultante da crise.

Convergências Plurilaterais: A Colômbia é membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Brasil é candidato à acessão à organização. A Colômbia integra o Grupo de Cairns e o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), além do G77+China, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A Colômbia declarou apoio à proposta brasileira de criação de uma Aliança Global contra a Fome no G20. Durante a visita do mandatário brasileiro a Bogotá, em 2024, o presidente Petro manifestou o interesse da Colômbia de aderir ao BRICS como membro pleno no menor prazo possível, e o presidente Lula acolheu com beneplácito essa iniciativa e se comprometeu a promover a candidatura da Colômbia.

Convergências Regionais: Há posições semelhantes em diversos foros hemisférios e regionais, como na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no relacionamento entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (AP). No MERCOSUL, a Colômbia tem o *status* de Estado Associado. No Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), a Colômbia exerceu a presidência *pro tempore* em 2021, com destaque para a coordenação no enfrentamento à COVID-19, mas ambos se desengajaram do mecanismo com a ascensão dos governos de Petro e Lula. Os países cooperam, ademais, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Durante a visita oficial do presidente Lula em 2024, Brasília e Bogotá concordaram em reconhecer a centralidade da OTCA e fizeram um apelo aos países-membros para que endossem a importância de cumprir os compromissos da Declaração da Cúpula de Belém do Pará, realizada em agosto de 2023, e da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores da OTCA, realizada em Brasília em dezembro de 2023. Brasil e Colômbia compartilham visão semelhante sobre a crise na Venezuela, que deve ser superada para a preservação da estabilidade na região. Conforme os dois Estados, em última instância, a normalização institucional no país depende da convocação de eleições presidenciais livres e transparentes. Durante os governos Bolsonaro e Duque, Brasil e Colômbia foram membros fundadores do Grupo de Lima, mas, com Lula e Petro, voltaram a estreitar relações com o governo Maduro. Também durante a visita oficial do presidente Lula a Bogotá em 2024, os dois presidentes destacaram a importância da manutenção de diálogo constante entre o governo e os demais setores políticos no espírito do acordo de Barbados. Reiteraram seu repúdio a qualquer tipo de sanções que servem unicamente para aumentar as dificuldades do povo venezuelano. Exortaram o governo e os setores de oposição a considerar a possibilidade de chegar a um acordo de garantias democráticas que possa ser referendado nas urnas. Ambos os presidentes também encorajaram a Venezuela e a Guiana a prosseguirem no diálogo no âmbito da Declaração de Argyle e reiteraram apoio às partes para que alcancem soluções diplomáticas. Ademais, expressaram preocupação profunda com a deterioração da situação humanitária e de segurança no Haiti e manifestaram apoio aos esforços de concertação política empreendidos pelos atores haitianos. Em relação ao tema de desarmamento e não proliferação, ambos os países integram a Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol). Na visita de Lula em 2024, o presidente Petro manifestou gratidão pelo compromisso do Brasil de promover a integração e a colaboração entre os países sul-americanos, por meio do Consenso de Brasília, de 30 de maio de 2023, e expressou a firme disposição da Colômbia de trabalhar em estreita coordenação com o

Brasil em questões prioritárias de interesse mútuo durante a presidência pro tempore deste mecanismo regional, que a Colômbia assumirá a partir de 1º de julho de 2024.

Segurança e Defesa: A cooperação em segurança é ponto central da relação bilateral entre Colômbia e Brasil. Em julho de 2021, foi realizada a X Reunião da Comissão Mista em Matéria de Drogas e de Crimes Conexos, com vistas a fortalecer a cooperação no combate a esses ilícitos. No mesmo ano, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional da Colômbia. Destacam-se, ademais, as iniciativas na matéria ligadas à cooperação fronteiriça, tratadas em tópico específico. Há engajamento do Brasil no processo de paz colombiano, tendo o país enviado dezenas de oficiais militares para missões coordenadas bilateralmente ou por meio da OEA (Grupos de Monitores e Grupos de Assessores Técnicos Interamericanos). Entre as iniciativas concernentes à questão, destacam-se a criação do Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia, em 2016, e a atuação do Brasil como garante dos diálogos de paz entre Bogotá e o autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN), última guerrilha ativa na Colômbia. Embora as negociações estivessem suspensas desde 2019, foi anunciada a retomada do processo, com a eleição de Gustavo Petro, o que de fato ocorreu em novembro de 2022. Nesse contexto, Brasil, Chile e México foram convidados a juntarem-se a Cuba, Noruega e Venezuela como países fiadores dos diálogos de paz. Em fevereiro de 2023, o Brasil expressou formalmente sua aceitação ao convite para retornar à Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o ELN, como país garante, e designou, no dia 14 do mesmo mês, a embaixadora Glivânia Maria de Oliveira para chefiar a delegação brasileira nesse processo[115,116]. No processo de reestruturar o país para o pós-conflito, o Brasil coopera em projetos de promoção da ocupação do território e da integração de ex-combatentes na economia, e visa a cooperar para a substituição de cultivos ilícitos. Áreas específicas de atuação incluem a desminagem, feita desde 2006, e a agricultura, fundamentais para o pós-conflito colombiano. Por ocasião da mais recente visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Combate ao Tráfico de Pessoas. Os dois presidentes reconheceram que a cooperação jurídica, policial e de inteligência, em nível bilateral e regional, é de interesse estratégico para ambos os países e que, portanto, dever ser prioridade fortalecê-la. Nesse sentido, afirmaram que devem ser consideradas as dinâmicas da criminalidade e do financiamento de atividades ilícitas na zona de fronteira comum, bem como as estratégias bilaterais que têm sido desenvolvidas para atenuar o seu impacto, especialmente nos domínios do tráfico ilícito de entorpecentes, das violações dos direitos humanos, do tráfico de flora e fauna, da exploração ilícita de jazidas minerais, particularmente aquelas de ouro, entre outros crimes que afetam o meio ambiente, os povos indígenas, as populações afrodescendentes e as comunidades tradicionais e que constituem um elemento transversal de sustentação das economias ilegais do crime organizado transnacional. Houve também a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Embraer e o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia para fortalecer a cooperação aeroespacial, incluindo a transferência de tecnologia, projetos conjuntos e cooperação industrial.

---

[115] O segundo ciclo da Mesa de Diálogos ocorreu entre os dias 13 de fevereiro e 10 de março, e marcou a retomada da participação do Brasil nesse processo. O governo brasileiro saudou o Acordo do México, que prevê uma nova agenda das negociações de paz.

[116] A embaixadora tem ampla experiência em temas de paz e segurança internacionais, tendo chefiado a Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis e a Divisão de Nações Unidas, e dirigido o Departamento de Organismos Internacionais.

Comércio

Marcos: As relações econômicas e comerciais entre Colômbia e Brasil, embora já estejam se fortalecendo, ainda apresentam potencial inexplorado, considerando o fato de que a Colômbia é a terceira maior economia sul-americana. O Brasil é geralmente o quarto maior parceiro comercial da Colômbia, atrás somente de Estados Unidos (EUA), China e México, mas, desde 2021, ocupa o terceiro lugar. Durante a visita oficial do mandatário brasileiro a Bogotá em 2024, Lula e Petro externaram suas intenções de impulsionar as trocas comerciais, com ênfase nos setores que geram maior valor agregado, com o objetivo de fomentar uma nova dinâmica de crescimento das exportações, dos investimentos e do turismo entre os países. Para preencher lacunas do potencial inexplorado do comércio bilateral, há uma série de medidas institucionais firmadas pelos dois países: em 2015, foi assinado o ACFI, que busca aprofundar a promoção do investimento e a geração de um ambiente de negócios confiável e amigável e carece atualmente de ratificação da Colômbia. Em 2017, grande avanço se deu com o ACE-72, entre Colômbia e MERCOSUL, que ampliou a liberalização do comércio com os colombianos para 97% da pauta tarifária – entre os setores mais favorecidos estão o têxtil, siderúrgico e automotivo. Em mais uma iniciativa para facilitar o aproveitamento de todo o potencial do intercâmbio bilateral de bens, serviços e investimentos, foi assinado, em julho de 2018, o Acordo de Serviços MERCOSUL-Colômbia, na forma de protocolo adicional ao ACE-72, que ainda não foi ratificado. Em 2022, foi a vez de protocolo adicional ao ACE-72 sobre produtos originários de zonas francas, que entrou em vigor bilateral no ano seguinte. Além disso, nos últimos anos, foram assinados o Acordo para evitar a Dupla Tributação (ADT) Brasil-Colômbia e o Acordo sobre Serviços Aéreos, ambos pendentes de ratificação. Em novembro de 2023, foram abertos os mercados colombianos para farinha e óleo de peixe destinados à alimentação animal provenientes do Brasil. Em 2024, foi lançado o Grupo de Trabalho para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas Binacionais em Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (GT Bioindústria Brasil-Colômbia), que será coordenado pelos ministérios de comércio de ambos os países. Na visita oficial de Lula em 2024, os mandatários determinaram a reativação da Comissão de Monitoramento de Comércio Brasil-Colômbia, com o objetivo de avançar no aprofundamento do ACE n.º 72 e na construção de uma agenda de cooperação mais ampla, incluindo temas não tarifários, como serviços e investimentos. Também aplaudiram a iniciativa liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil e pela Associação Nacional de Empresários (ANDI) da Colômbia para a criação de um Conselho Empresarial Binacional. Por ocasião do encontro de chefes de Estado, foi realizado o Fórum Empresarial Brasil-Colômbia, promovido pela ApexBrasil e pela ProColombia. Em junho de 2024, a Colômbia abriu seu mercado para as exportações brasileiras de sementes de coco.

Série histórica - Parceiro: Colômbia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 5 Bilhões
US$ 4,5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3,5 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Colômbia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Colômbia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 2,8 Bilhões
US$ 2,6 Bilhões
US$ 2,4 Bilhões
US$ 2,2 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,8 Bilhão
US$ 1,6 Bilhão
US$ 1,4 Bilhão
US$ 1,2 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Investimentos:

Investimentos do Brasil na Colômbia: A Colômbia é destino cada vez mais procurado por empresas brasileiras – são cerca de 70 empresas no país atualmente. Os segmentos envolvidos são muito diversificados, desde o *agritech* (aplicação de tecnologias na produção agrícola) até o financeiro (Itaú e BM&F Bovespa), passando por cosméticos (O Boticário e Natura), infraestrutura, petróleo e gás (Petrobras), siderurgia (Gerdau e Votorantim), alimentação e bebidas (Minerva Foods e Ambev) e tecnologias da informação e comunicação; o estoque de investimentos do Brasil supera US$ 3,8 bilhões. A Colômbia, hoje, só está atrás dos EUA como destino de interesse para empresas de pequeno e médio porte que desejam internacionalizar suas atividades, segundo estudo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Investimentos da Colômbia no Brasil: O estoque de IED colombiano no Brasil, em 2023, atingiu USD 2,92 bilhões, com concentração no setor de energia (ISA e Grupo Energia de Bogotá)

Cooperação

Cooperação Técnica: A cooperação técnica tem no Acordo Básico de Cooperação, firmado em 1972, documento inicial, e hoje os países desenvolvem iniciativas em temas como agropecuária, desenvolvimento rural, urbanismo, leite humano e propriedade intelectual. Em abril de 2024, foi firmado o convênio complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia" para o projeto "Insumos e Produtos Cartográficos para a Gestão da Terra na Colômbia e no Brasil".

Meio Ambiente: Entre as iniciativas, há projetos, atualmente em execução (2022), voltados para gestão e uso sustentável dos recursos hídricos, com participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), para a recuperação de solos degradados e para o intercâmbio de experiência no manejo e na conservação de espécies e ecossistemas ameaçados. Os países cooperam, além disso, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Em fevereiro de 2023, o embaixador da Colômbia no Brasil encontrou-se com a secretária-geral das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, ocasião na qual as autoridades trataram de temas do relacionamento bilateral, com destaque para a convergência na agenda regional, como a cooperação amazônica. No encontro de chefes de Estado em abril de 2024, os presidentes reconheceram a importância do grupo "Unidos pelas Nossas Florestas", criado na Cúpula da Amazônia - IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, para fortalecer a coordenação de posições sobre temas florestais e identificar soluções de financiamento para a conservação, restauração e o manejo florestal dos ecossistemas florestais. Neste contexto, acolheram favoravelmente a proposta brasileira de criação do fundo "Tropical Forests Forever"[117], com o objetivo de alavancar recursos adicionais para a proteção das florestas tropicais. Renovaram o seu compromisso de promover o estabelecimento da "Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento", acordada na Declaração de Belém, por meio da qual se promove a cooperação regional para o cumprimento das metas nacionais de redução do desmatamento e de manejo integrado do fogo.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Brasil e Colômbia cooperam no âmbito do Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED). Em 2021, firmou-se o Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) do Brasil, com o objetivo de desenvolvimento de iniciativas conjuntas em ciência e pesquisa. Em 2024, a Colômbia uniu-se ao Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO). Foi recentemente assinado o Acordo de Cooperação entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicações da República da Colômbia. Durante a visita de Lula, em 2024, os dois países trataram do andamento do projeto de desenvolvimento da interconexão de tecnologia 5G entre as regiões de Letícia e Tabatinga, o qual se orienta pelo acordo supracitado. Os presidentes Lula e Petro reafirmaram o compromisso mútuo de promover a cooperação científica e tecnológica, reconhecendo o papel fundamental da CT&I no desenvolvimento econômico e social. Destacaram também a recente adesão da Colômbia ao Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO), criado por Brasil, Argentina e Uruguai e, 2020.

---

[117] O presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao presidente Gustavo Petro por ter aceitado o convite feito à Colômbia para integrar o Comitê Executivo do fundo.

Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Segurança Alimentar: Iniciativas no setor abrangem o projeto financiado em parceria entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), entre 2015-2016, na área de compras públicas da agricultura familiar colombiana, além do apoio brasileiro ao desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro da Colômbia, por meio do aumento da produtividade agrícola e da geração de renda. Em sua visita oficial a Bogotá, em 2024, o presidente Lula felicitou o presidente Gustavo Petro pela iniciativa colombiana de acolher uma segunda Conferência da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD+20) em 2026. Por ocasião da visita, foram firmados o Convênio complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica para o projeto "Combate à Fome por meio do Sistema Público de Compra de Alimentos" e o Memorando de Entendimento sobre cooperação ministerial em Desenvolvimento Agrário.

Cooperação Fronteiriça: Nessa área, a questão central na relação entre os países diz respeito à defesa e segurança, com o aprofundamento de informações de inteligência e o compartilhamento de elementos logísticos para atuar no combate ao crime transnacional. Os países realizam reuniões anuais no âmbito da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON), nesse sentido. Ademais, os países vêm reunindo-se sob a égide da Comissão de Vizinhança e Integração, desde sua criação, em 1994. Recentemente, destacam-se projetos, na região de Tabatinga-Letícia, que envolveram capacitação de servidores públicos (2017) e inclusão financeira (2019). As iniciativas de saúde na fronteira, por sua vez, compreendem vigilância epidemiológica, vacinação e promoção da saúde indígena. Em 2015, no contexto da visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff à Colômbia, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação em Assuntos Indígenas na Zona de Fronteira.

Infraestrutura: Durante a visita oficial do presidente Lula em 2024, o presidente Petro solicitou ao seu homólogo brasileiro que considerasse o projeto "Corredor Intermodal Tumaco – Puerto Asis – Belém do Pará", que já fazia parte da carteira de projetos IIRSA-COSIPLAN, como uma das possibilidades de ligação bioceânica. Os dois presidentes comprometeram-se em superar os hiatos digitais na região amazônica. Está em negociação um acordo para a eliminação da cobrança de *roaming*.

Energia: Durante a visita oficial do presidente Lula em 2024, as duas nações reconheceram o potencial de ambas para a produção de hidrogênio verde e solicitaram à Ecopetrol e à Petrobras explorar possibilidades para o seu desenvolvimento conjunto. Também na área energética, particularmente no que diz respeito ao petróleo e ao gás, manifestaram a sua satisfação pelos benefícios gerados pela relação bilateral, fomentando novas oportunidades de comércio e investimento. Ressaltou-se, na declaração conjunta e na fala do presidente Lula, a interconexão necessária entre a produção de energias limpas e o desenvolvimento da bioenergia e dos biocombustíveis, além de os presidentes se terem comprometido a unir esforços para fortalecer a interconexão elétrica e energética a nível regional e continental.

Turismo: Na visita presidencial de 2024, foi assinado memorando de entendimento sobre o tema, para dirigir a cooperação a nível ministerial, bem como um memorando de entendimento entre a Embratur e a ProColombia. Além disso, criou-se um Protocolo de Intenções, firmado com a participação de companhias aéreas, anunciando uma nova rota internacional entre Bogotá e

Brasília. Os presidentes demonstraram satisfação com o aumento da quantidade de voos entre os países.

Saúde: Durante a visita oficial do presidente Lula em 2024, os dois presidentes comprometeram-se em promover a cooperação em matéria de saúde, nomeadamente em ações de saúde fronteiriça, e em matéria de reforço da saúde indígena, da vigilância sanitária e da cooperação de coordenação dos programas de imunização. Lula e Petro concordaram em instruir as entidades técnicas competentes de ambos os países a iniciar a negociação de um acordo de cooperação para aumentar as capacidades locais de produção de vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde, a fim de reduzir as vulnerabilidades e promover a ciência, a tecnologia e a inovação no âmbito da saúde.

Direitos Humanos, Migração e Refúgio: Na visita presidencial de abril de 2024, os presidentes assinaram um memorando de entendimento sobre cooperação em questões dos direitos das pessoas LGBTQIA+, migrantes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua. Ao celebrarem a contribuição das populações afrodescendentes numerosas para ambos os países, ambos reconheceram a centralidade da promoção da igualdade racial na agenda bilateral e reafirmaram seu compromisso de combater os efeitos nefastos do racismo, da escravidão e do tráfico transatlântico sobre essas populações. Saudaram a realização, em março de 2024, de reunião técnica para retomar a implementação do Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria Indígena na Área de Fronteira, com o intercâmbio de experiências em políticas de gestão ambiental e territorial, bem como a proteção de povos isolados e de contato recente, e instaram as entidades competentes de ambos os países a prosseguir o diálogo com vistas à adoção de um plano de ação conjunto. No marco do 40º aniversário da Declaração de Cartagena para Refugiados, ambos os presidentes reafirmaram o seu compromisso de aprofundar a cooperação regional para o estabelecimento e o fortalecimento de marcos normativos e práticas institucionais que favoreçam a cooperação, a troca de informações e de experiências em matéria de proteção e acolhida de todos os migrantes e refugiados, independentemente do seu status migratório.

Educação e Cultura: O intercâmbio nos níveis de graduação e pós-graduação é aspecto importante da cooperação. A Colômbia destaca-se, nesse contexto, por ter a maior quantidade de candidatos selecionados em programas brasileiros de bolsas de pós-graduação. Na visita presidencial de Lula em 2024, ambos os mandatários reafirmaram que os temas elencados na Declaração dos Ministros da Educação, de novembro de 2023, formam um roteiro para a cooperação educacional[118]. Concordando com o papel central da cooperação educacional, cultural e esportiva no aprofundamento da integração bilateral e regional, instruíram as áreas competentes a realizar a próxima Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Educação, Cultura e Esporte no segundo semestre de 2024. Comprometeram-se a envidar esforços para incrementar o intercâmbio cultural, incluindo a troca de experiências e boas práticas sobre mecanismos de promoção da cultura, a utilização de equipamentos culturais e acervos digitais para garantir o acesso à cultura e o exercício da cidadania, bem como a defesa e promoção das expressões artísticas e culturais comunitárias, afrodiaspóricas e indígenas. Saudaram igualmente a Década Internacional das Línguas Indígenas, liderada pela UNESCO, e comprometeram-se a cooperar no registro, salvaguarda e divulgação do património imaterial indígena. O presidente Petro agradeceu

[118] Os temas são: sustentabilidade, ação climática, resiliência social e ambiental, equidade de gênero, diversidade, interculturalidade, justiça racial e prevenção de várias formas de discriminação contra povos e comunidades indígenas e populações afrodescendentes, educação indígena, multilinguismo, bilinguismo e mobilidade acadêmica.

a visita do presidente Lula à 36ª edição da Feira Internacional do Livro de Bogotá, na qual o Brasil participa pela terceira vez como convidado de honra.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A Colômbia abriga cerca de 12 mil brasileiros, conforme dados de 2022. O governo colombiano prestou assistência a vítimas e familiares no contexto do acidente, envolvendo a equipe do Chapecoense, próximo à cidade de Medellín em 2016.

Cooperação Humanitária: O Brasil realizou doações para assistência à população, no contexto dos desastres naturais no arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, além de doações de medicamentos à Colômbia. Em janeiro de 2024, o presidente Lula ofereceu assistência humanitária no combate aos incêndios na Colômbia. Em maio de 2024, a Colômbia ofereceu apoio à elaboração de mapas analíticos mediante o processamento de imagens de satélite de zonas afetadas pelas inundações que atingiram o Rio Grande do Sul, disponibilizando esse material para a Força Aérea Brasileira (FAB).

VII. Relações Brasil-Cuba

Marcos: 1906: Estabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, com a criação da legação do Brasil em Havana, cumulativa com os países da América Central; 1959: Brasil é um dos primeiros países a reconhecer o novo governo em Havana, ainda em janeiro de 1959, no contexto da Revolução Cubana, e Fidel Castro realiza visita ao Brasil; 1962: Abstenção do Brasil, além de Argentina, Bolívia, Chile, México e Equador, em relação à proposta de exclusão de Cuba da Organização dos Estadso Americanos (OEA, *outer six)*, e missão do chefe da Casa Militar da Presidência, general Albino Silva, a Havana; 1964: O governo brasileiro rompe relações diplomáticas com Cuba, no contexto do regime militar no país[119]; 1986: Restabelecimento das relações diplomáticas, em meio à conjuntura de redemocratização no Brasil; 1987: Visita de Abreu Sodré, a primeira de um chanceler brasileiro a Cuba; 1990: Brasil passa a abster-se nas votações sobre direitos humanos em Cuba; 1999: Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Cuba. 2016: Rebaixamento da representação diplomática ao nível de encarregado de negócios, situação revertida em 2023[120].

Embaixada: Criada em 1906, a legação do Brasil em Havana foi elevada em 1943 à categoria de embaixada. Fechada em 1964, a embaixada foi reaberta em 1986. Em 1987, Cuba instalou embaixada em Brasília. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, Cuba rebaixou sua representação ao nível de encarregado de negócios e deixou de conceder o *agrément* a embaixador designado pelo Brasil. No governo de Jair Bolsonaro, ambas as representações diplomáticas foram mantidas em nível de encarregado de negócios. Em maio de 2023, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação de Christian Vargas para o cargo de Embaixador em Cuba. Atualmente, Cuba possui consulado-geral em São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Políticas Brasil-Cuba (1998)[121]; Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba (1989)[122].

Visitas de Alto Nível: Em maio de 1959, o então primeiro-ministro Fidel Castro realizou sua primeira visita ao Brasil, tendo sido recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK) no Rio de Janeiro e em Brasília. Em maio de 1960, ainda como primeiro-ministro, Fidel Castro realizou nova visita ao País, tendo mantido reunião bilateral com o presidente JK. Em 1961, Che Guevara, líder revolucionário de Cuba, foi condecorado em Brasília pelo presidente Jânio Quadros[123] com a Grã-

[119] Durante as décadas seguintes, os contatos resumiram-se à participação no Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), criado em 1975, e a algumas operações comerciais triangulares.

[120] Em janeiro de 2023, os presidentes Lula e Díaz-Canel manifestaram plena disposição de normalizar as relações bilaterais, inclusive por meio da elevação da representação diplomática ao nível de embaixadores, e comprometeram-se a revitalizar a agenda de cooperação técnica e em redinamizar o comércio bilateral.

[121] Criado durante visita a Havana do chanceler Luiz Felipe Lampreia como moldura institucional para as relações bilaterais nos mais diversos campos e em relação a vários temas das agendas regional e multilateral, inclusive de direitos humanos.

[122] Criado inicialmente na Câmara de Deputados, foi instalado no Senado Federal, em 1995. Além de incentivar e respaldar a cooperação bilateral, o Grupo de Amizade Parlamentar exerceu, ao longo dos anos, importante papel na defesa e na promoção dos laços de solidariedade com Cuba, inclusive no que diz respeito à condenação ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto à ilha pelos EUA.

[123] Em 1961, antes de ser eleito presidente, a convite de Fidel Castro, Jânio Quadros viajou a Cuba.

Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Em 1962, durante a Crise dos Mísseis, a pedido dos EUA, mas em sigilo, o chefe da Casa Militar da Presidência, general Albino Silva, viaja a Havana para oferecer a Fidel Castro os bons ofícios do governo brasileiro. Em 1987, Abreu Sodré realiza a primeira visita de chanceler brasileiro a Cuba. Em 1990, como presidente, Fidel Castro participou da cerimônia de posse do presidente Fernando Collor de Mello, na primeira visita da liderança cubana ao Brasil após o reatamento das relações. O presidente cubano voltou ao País por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, e em 1998 e 1999, quando esteve em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em 1998, o chanceler Lampreia foi a Cuba, quando se encontrou com dissidente opositor ao governo cubano, pondo em relevo a questão dos direitos humanos na ilha. O presidente FHC, por sua vez, realizou a primeira visita oficial de chefe de Estado brasileiro a Cuba em novembro de 1999, por ocasião da IX Cúpula Ibero-Americana. Em 2003, o presidente brasileiro Lula visitou Cuba e assinou amplo leque de acordos de cooperação. Em 2008, Lula foi a Cuba duas vezes; o chanceler Celso Amorim também realizou duas viagens a Havana. No mesmo ano, o presidente Raúl Castro visitou Brasília; na ocasião, Lula defendeu a volta de Cuba à OEA. Em 2010, Lula visita as obras do Porto de Mariel, em Cuba, que contaram com financiamento brasileiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No mesmo ano, o chanceler Celso Amorim também visita Cuba. Em 2012, a presidenta Dilma realizou visita oficial a Havana. Em 2013, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla, visitou Brasília, onde foi recebido pelo então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. No mesmo ano, Marino Murillo, um dos vice-presidentes do Conselho de Ministros de Cuba, visitou o Brasil para conhecer as políticas públicas brasileiras e colher subsídios que pudessem servir de referência para a "atualização do modelo econômico" cubano. Em 2014, a presidenta Dilma Rousseff visitou Havana, reuniu-se com o mandatário cubano, compareceu à cerimônia de inauguração do Porto de Mariel e participou da II Cúpula da Comunidade dos Países Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Em 2014, o presidente Raúl Castro esteve no Brasil, a fim de participar da Reunião Presidencial entre China, Brasil, Quarteto da CELAC, Países da América do Sul e México, em Brasília, e os dois mandatários mantiveram reunião bilateral à margem do evento. Em 2015, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, realizou visita a Cuba. Em 2018, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, visitou Cuba. O presidente Miguel Díaz-Canel foi um dos primeiros Chefes de Estado a telefonar ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprimentá-lo pela vitória. Nas cerimônias de posse presidencial, Cuba esteve representada pelo seu vice-presidente, Salvador Valdés Mesa. Em 9 de janeiro de 2023, o presidente cubano telefonou ao seu homólogo brasileiro para prestar solidariedade, em repúdio aos atos antidemocráticos ocorridos em Brasília no dia anterior. No fim de janeiro de 2023, o presidente Lula reuniu-se com o presidente Díaz-Canel, em Buenos Aires, à margem da VII Cúpula da CELAC. Em maio de 2023, a ministra Daniela Carneiro, do Turismo, visitou Havana para representar o Brasil na Reunião de Ministros da Cultura do G77+China. Em junho, os presidentes Lula e Díaz-Canel encontraram-se em Paris, à margem da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global. Em setembro, Lula visitou Cuba para cúpula do G77+China e encontrou-se bilateralmente com Díaz-Canel, ocasião em que foram discutidas potenciais parcerias com ênfase nas áreas de segurança alimentar, energias renováveis e biofarmacêutica. Lula voltou a encontrar-se com Canel à margem da 28ª Conferência das Partes (COP28), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), em dezembro. Em março de 2024, o ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, acompanhado de delegação da Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi recebido, em Cuba, pelo presidente Díaz-Canel, e foram assinados doze acordos relacionados aos temas da pasta. Em junho de 2024, o ministro Mauro Vieira manteve encontro bilateral com o ministro de Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, à margem da reunião de chanceleres dos BRICS, na Rússia.

Discurso Oficial: O histórico do relacionamento cubano-brasileiro passa pela reaproximação construída desde o reestabelecimento de relações diplomáticas, em 1986. A postura crítica adotada pelo governo brasileiro, em diversas ocasiões, com relação à situação dos direitos humanos em Cuba, gerou por vezes desgastes pontuais, conquanto sem prejuízos ao conjunto da relação bilateral. Há potencial para o aprofundamento da cooperação em áreas como comércio, ciência e tecnologia, segurança alimentar, saúde e produção de medicamentos, em um contexto de crescente diálogo e cooperação no relacionamento bilateral.

Convergências

Convergências Multilaterais: Desde 1992, a delegação cubana apresenta anualmente à AGNU projeto de resolução intitulado "Necessidade de colocar fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA contra Cuba". De 1992 a 2018, o Brasil votou consistentemente a favor do referido projeto de resolução. Em 2019, na 74ª AGNU, houve mudança de posição do governo brasileiro quanto ao projeto de resolução, e o Brasil somou-se aos EUA e Israel no voto contrário ao texto, que foi adotado por 187 votos a favor, três contra e duas abstenções (Colômbia e Ucrânia). Em 2021 e 2022, o Brasil reavaliou seu voto e optou pela abstenção. Em 2023, com a volta de Lula ao poder, o Brasil voltou a votar favoravelmente. A convergência com o Brasil também é identificada na defesa do multilateralismo e de princípios do Direito Internacional, como o respeito à soberania e à integridade territorial, o direito à autodeterminação e a cooperação internacional. Tradicionalmente, o Brasil é apoiado por Cuba na esfera internacional, em votações de matérias do seu interesse e em favor de suas candidaturas. Ademais, durante a presidência de turno de Cuba, no âmbito do G77+China, em 2023, o País defendeu, entre outras posições, a consolidação da unidade, presença e influência dos países em desenvolvimento em processos negociadores multilaterais. Ainda no âmbito multilateral, destaca-se que Cuba foi membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês).

Convergências Plurilaterais: Os dois países integram o G77+China.

Convergências Regionais: Em 1961, o Brasil se opôs, formalmente, a qualquer tipo de intervenção estrangeira em Cuba. Em 1962, por resolução (aprovada por maioria qualificada de dois terços e voto de abstenção do Brasil[124]) da VIII Reunião de Consulta de Ministros das

[124] No artigo "Nova política externa do Brasil", do presidente Jânio Quadros, publicado em 1961 na revista *Foreign Affairs,* o caso cubano é analisado como uma crise continental que exemplifica o conteúdo prático dos princípios da autodeterminação e da não intervenção, apontando-se os efeitos nefastos dos preconceitos ideológicos das democracias capitalistas e consequentes ações intervencionistas. O pertencimento ao hemisfério ocidental, por exemplo, foi reafirmado na Declaração de Uruguaiana (1961), ao mesmo tempo que o desenvolvimentismo e o pragmatismo impulsionavam uma estratégia independente do americanismo. Foi essa concepção que fundamentou o posicionamento do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores (1962), marcada pela abstenção dos *outer six* (Brasil, Argentina, Chile, Equador, Bolívia e México), em gesto de oposição à proposta norte-

Relações Exteriores, adotada no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o governo de Cuba foi excluído das atividades da OEA[125]. Após a redemocratização, o Brasil voltou a defender a plena inserção de Cuba nos foros políticos regionais. Em 1991, por iniciativa da Espanha e do México, à qual se somou o Brasil, realizou-se, em Guadalajara, a I Cúpula Ibero-Americana, com chefes de Estado e de Governo de 21 países: 19 latino-americanos, incluindo Cuba, além de Espanha e Portugal. Em 1994, na IV Cúpula Ibero-Americana, o presidente Itamar Franco defendeu uma "política de mão estendida e não de isolamento político e econômico" em relação a Cuba. Em 1996, na Assembleia Geral da OEA, realizada no Panamá, o Brasil emitiu declaração de rechaço à Lei Helms-Burton[126]. Em 1999, Cuba ingressou na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Em 2008, o Brasil sedia, na Costa do Sauípe, na Bahia, Cúpula extraordinária do Grupo do Rio, que passa a contar com a participação de Cuba. Na sequência, realiza-se a I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), primeira cúpula de todos os 33 países latino-americanos e caribenhos, sem a presença dos EUA ou de potências europeias, que dará origem à CELAC. Esses eventos corroboram o novo engajamento de Cuba na região. O País, inclusive, sediou a II Cúpula da CELAC, em 2014. Ressalta-se, ainda, que Cuba, assim como o Brasil, é país garante dos diálogos de paz entre o governo da Colômbia e o ELN[127].

Comércio

Marcos: Em 1982, foi enviada a primeira missão de empresários brasileiros a Cuba desde 1964. Em 1999, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica Brasil-Cuba (ACE-43) e foram aprovados os primeiros financiamentos do BNDES para a exportação de produtos brasileiros a Cuba. O Acordo de Complementação Econômica do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com Cuba (ACE-62) foi assinado em 2006 e está em vigor desde 2007. A partir de 2013, realizaram-se diversas missões empresariais ao país, com presença expressiva de empresas brasileiras, lideradas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), na Feira Internacional de Havana (FIHAV), maior evento do calendário anual de promoção comercial e de investimentos em Cuba, bem como reuniões de mecanismo de cooperação entre Brasil e Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais. O comércio entre Brasil e Cuba aumentou mais de 7 vezes entre 2003 e 2012. De 2010 a 2012, as exportações brasileiras para Cuba cresceram 36,9%, alcançando em 2012 o recorde histórico de US$ 650,7 milhões. Na última década, houve, porém, queda expressiva do volume de comércio bilateral. Os principais fatores que incidiram nessa queda foram a saída de Cuba do Programa Mais Médicos, a interrupção da concessão de financiamento

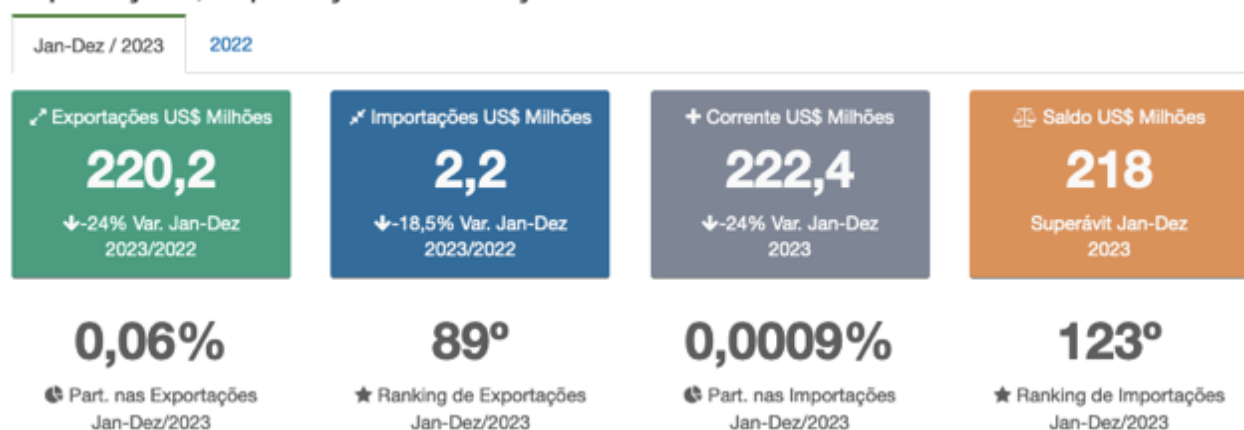
---

americana de exclusão de Cuba do sistema interamericano. Não obstante a abstenção do Brasil, em 1962**,** quatro ex-chanceleres (José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Rao e Horácio Lafer) publicaram nota a favor da exclusão de Cuba da OEA.

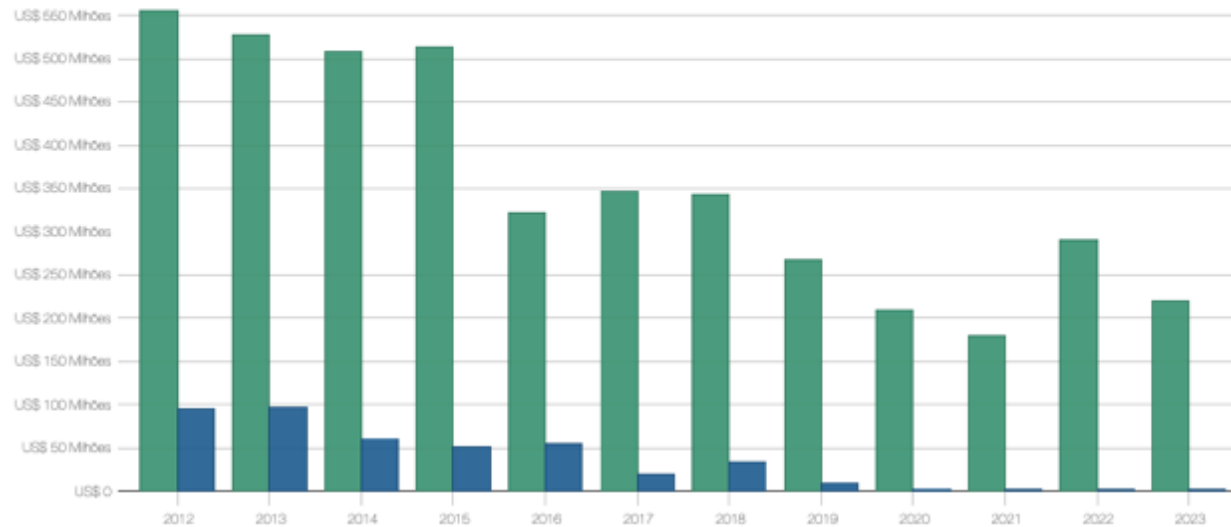
[125] No entanto, Cuba jamais denunciou a Carta da OEA, do que resultou ter-se mantido, ainda que apenas formalmente, como membro da organização**.**

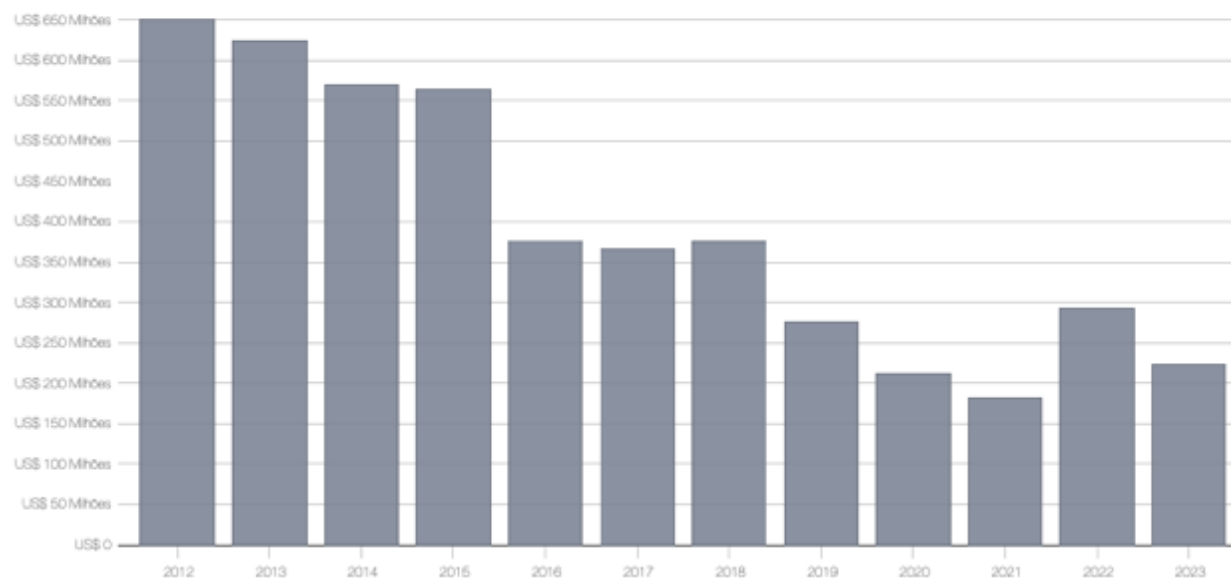
[126] A Lei Helms-Burton foi aprovada nos EUA em 1996, no governo do presidente Bill Clinton. Entre outras medidas, a lei trouxe uma expansão do bloqueio comercial e financeiro, que passou a restringir negócios com empresas estrangeiras que transacionassem com Cuba, e não apenas as norte-americanas (espécie de sanção secundária). Em 2019, Trump encerrou a suspensão do *Title III* da chamada Lei Helms-Burton, que permite ações jurídicas contra estrangeiros que usem propriedades confiscadas de cidadãos americanos durante a Revolução Cubana. Até então, o *Title III* não havia sido aplicado devido às intensas reações negativas de União Europeia (UE) e Canadá; sua ativação representa um endurecimento das sanções à ilha.

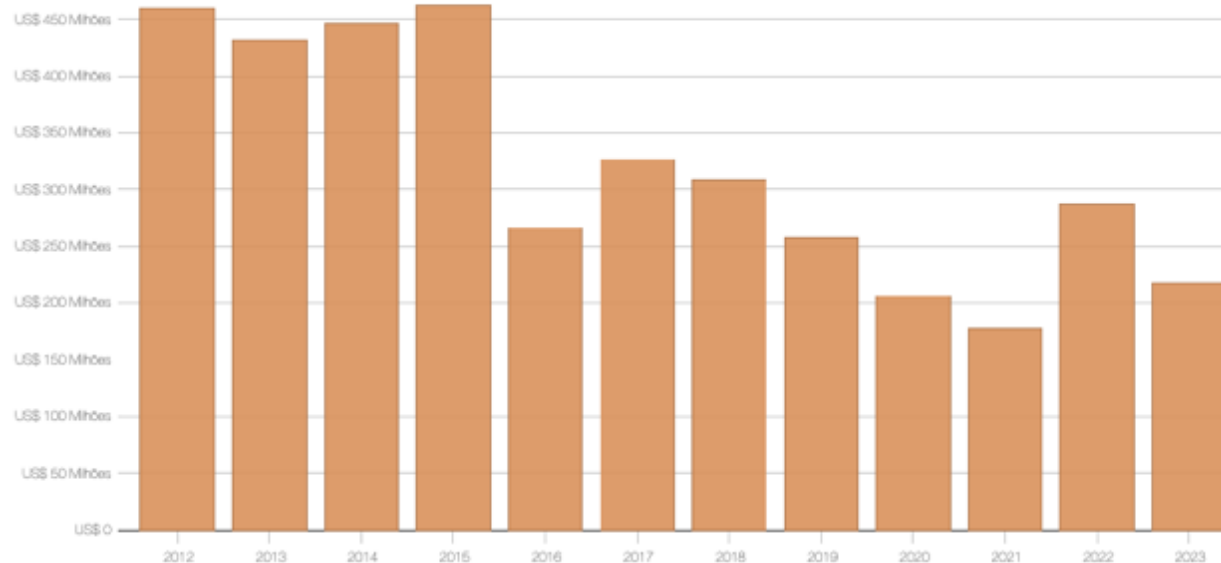
[127] O sexto ciclo da Mesa de Diálogos de Paz ocorreu em Havana, entre 22 de janeiro e 02 de fevereiro de 2024.

para exportações via o programa PROEX[128], a pandemia de COVID-19 e a deterioração da situação econômica em Cuba, que fez com que o governo tenha priorizado as importações de alimentos de consumo básico, em detrimento de outros itens das categorias de bens intermediários e bens de capital, que integravam a pauta exportadora brasileira. O atual superávit comercial a favor do Brasil foi impulsionado pelas exportações de alimentos. O aumento da demanda por óleo de soja brasileiro foi influenciado principalmente pelo conflito na Ucrânia. A Rússia era a maior exportadora de óleo para Cuba e, diante das dificuldades logísticas e das sanções, perdeu espaço para os produtos brasileiros. O significativo incremento das compras de arroz brasileiro, por sua vez, decorreu da acentuada queda na produção local, que, em 2022, foi de apenas 48,6 mil toneladas, um recuo de 61,6% em relação ao ano anterior. Muito embora Cuba não costume importar açúcar, as compras do Brasil ocorreram também devido à limitada produção local, que não conseguiu garantir os compromissos nem de exportação, nem de consumo interno naquele ano. O Brasil tem tido participação tradicional, com apoio da embaixada do Brasil em Havana, nas principais feiras e eventos de promoção comercial no país. A edição de 2022 da FIHAV foi realizada presencialmente e contou com a participação de 450 empresas estrangeiras de 60 países. O Brasil esteve presente por meio de 18 empresas, além de ter contado com missão institucional do Consórcio do Nordeste. Em outubro de 2023, foi anunciado o reconhecimento, por autoridades cubanas, da equivalência de sistemas de inspeção sanitária, especificamente para as exportações brasileiras de lácteos, carnes bovina, suína e de aves e produtos do mar. Na prática, o Centro Nacional de Sanidade Animal (CENASA) de Cuba outorga, por dois anos, ao Ministério da Agricultura e Pecuária autorização para certificar e habilitar estabelecimentos auditados pelo CENASA em 2022 e 2023, mas também outras unidades produtivas, cumpridos os requisitos estabelecidos, sem a necessidade inspeção *in loco*. Em julho de 2024, Cuba abriu seu mercado às exportações brasileiras de ovos e ovoprodutos, pescados extrativos e seus derivados, gelatina e colágeno, e pescados de cultivo e derivados.

[128] O PROEX está suspenso para Cuba desde 2018, em razão das dívidas do país. Cuba está em default desde 2016, e o governo brasileiro tem total interesse no equacionamento da dívida cubana. A exposição brasileira total a Cuba, incluindo pagamento de juros futuros, é de cerca de US$ 1,08 bilhão. Em janeiro de 2023, o montante em atraso com o Brasil era da ordem dos US$ 490,6 milhões. Já o saldo devedor, referente a parcelas vincendas até 2038, é de cerca de US$ 590,5 milhões. Os montantes estão sujeitos a atualização e não incluem valores devidos por mora e juros contratuais.

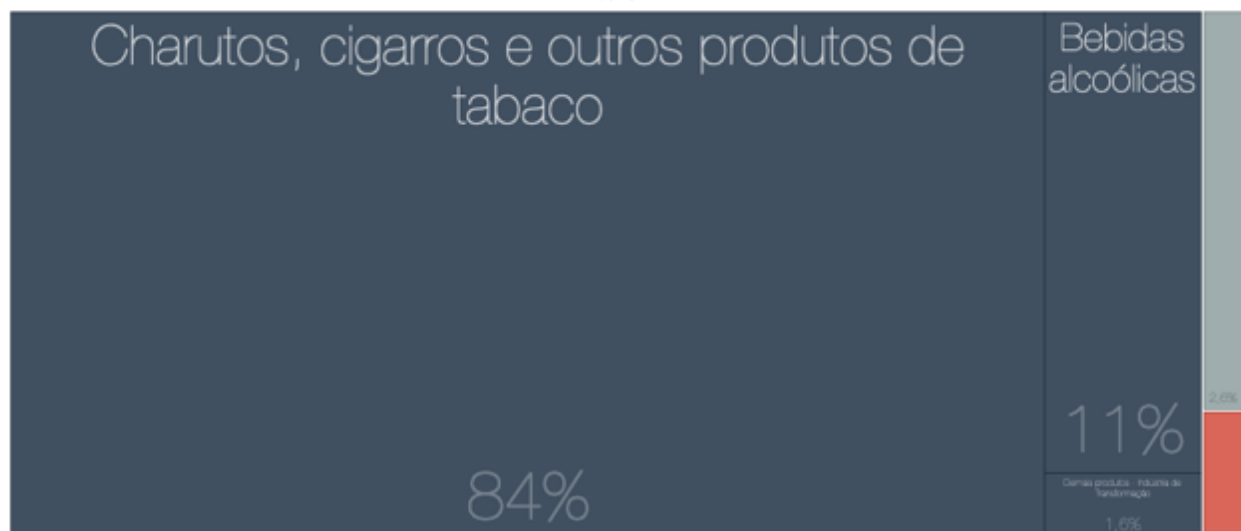
Série histórica - Parceiro: Cuba

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Cuba

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Cuba

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Cuba

Jan-Dez / 2023

2022

Investimentos: O avanço do processo de "atualização do modelo econômico" cubano, durante o governo de Raúl Castro, abriu caminho para a diversificação dos projetos de cooperação técnica, incremento substancial do comércio bilateral e participação brasileira em obras de infraestrutura logística em Cuba, com destaque para a Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM)[129], principal iniciativa cubana para captação de investimentos estrangeiros nos setores industriais e de alta tecnologia. Atualmente, estão presentes em Cuba onze empresas brasileiras nos setores de produção de cigarros (Brascuba S.A., *joint-venture* com participação da Souza Cruz), bebidas (Bucanero S.A., *joint-venture* com participação da Ambev), alimentos (Bello Alimentos), comercialização varejista e atacadista de materiais de construção (TDT Matcom), agência de viagens (Sanchat Tour), logística (FIDAS Enterprises) e *tradings* multissetoriais (Suplextrade; FM Coempar; Eletroflex; ABK; Sphere). A presença econômica do Brasil em Cuba é bastante inferior à de países como Espanha, França, Países Baixos ou Canadá, havendo claro potencial inexplorado por capitais brasileiros, sobretudo à luz das evoluções internas que se processam no país. Além das inovações regulatórias realizadas, as prioridades da política de Cuba com relação à captação de investimento externo direto (IED) têm sido ampliadas, passando a incluir negócios de pequeno

[129] A Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM) foi criada em 2013, com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros, abrigar projetos industriais e de alta tecnologia, promover a substituição de importações e servir de *hub* logístico. A ZEDM ocupa uma área total de 465 km^2, contando com um porto de mar de águas profundas e um terminal para cerca de um milhão de contêineres. O Porto de Mariel foi projetado para operar com navios de classe Neo Panamax, e sua localização, no centro do Caribe, confere-lhe possibilidades privilegiadas como centro logístico e na organização das cadeias de transporte globais. A ZEDM conta com regime especial de incentivos de natureza administrativa, alfandegária, tributária e monetária, que assegura às empresas com capital 100% estrangeiro o direito de livre transferência ao exterior de lucros e dividendos. A modernização do Porto de Mariel, executada pela empreiteira brasileira Odebrecht, com financiamento do BNDES, tornou-se iniciativa emblemática do relacionamento entre Brasil e Cuba. O primeiro terminal de contêineres foi inaugurado em 2014, com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Segundo informações oficiais cubanas, desde então, mais de 63 empresas, incluindo onze multinacionais, oriundas de 22 países, instalaram-se e passaram a operar na ZEDM, totalizando investimentos da ordem dos US$ 3 bilhões e mobilizando quinze mil empregos diretos e indiretos. Os setores considerados prioritários por Cuba para investimentos estrangeiros na ZEDM são os de alimentos, energia e biotecnologia, sem prejuízo de outros setores de interesse. Do total de negócios instalados em Mariel, 32 são empresas de capital totalmente estrangeiro (Espanha, Reino Unido, Itália, China, entre outros), doze são empresas estatais e os restantes são majoritariamente *joint-ventures*. O único empreendimento de capital brasileiro instalado na ZEDM, até o momento, é a Brascuba S.A., *joint-venture* brasileiro-cubana instalada no país há 27 anos, fruto de associação entre a estatal cubana Tabacuba e a companhia brasileira Souza Cruz, que detém 63% do mercado cubano de cigarros. A fábrica da Brascuba é o principal empreendimento individual da ZEDM, com um aporte inicial de US$ 116 milhões.

porte, com menores riscos e aprovação mais expedita, bem como investimentos estrangeiros em projetos de desenvolvimento local, com destaque para o comércio atacadista e varejista. Outra mudança recente importante é a eliminação da exigência da participação acionária maioritária cubana nos setores de turismo, farmacêutico, biotecnológico e comércio.

Cooperação

Cooperação Técnica: Em 1987, foi assinado Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre Brasil e Cuba. Esse acordo lançou a base da cooperação bilateral em diversas áreas[130], que viria a se concretizar a partir da década de 1990. A partir de 2003, a cooperação ganhou novo fôlego com a assinatura do Acordo-Marco entre Brasil e Cuba. Entre 1998 e 2011, foram realizadas doze reuniões do Grupo de Trabalho (GT) de Cooperação, para avaliação e aprovação de projetos de cooperação técnica bilateral. Para concretizar esses projetos, foram firmados vários ajustes complementares a esse acordo, que permitiram tratamento mais estruturado da cooperação bilateral em áreas como biotecnologia e novos materiais, mineração e geologia, conservação e proteção ambiental, entre outras. A maioria desses ajustes ainda está em vigor em 2023. Em 2011, na XI Reunião do GT de Cooperação Técnica Bilateral, foi aprovado conjunto de projetos de cooperação técnica, com ênfase nas áreas de saúde ("Apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano"), governo digital ("Modernização tecnológica dos sistemas eletrônicos de gestão dos processos judiciais dos tribunais da República de Cuba") e agricultura ("Desenvolvimento de capacidades técnicas em controle biológico de pragas agrícolas em Cuba"; e "Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba"). Destacam-se os resultados da cooperação desenvolvida na área de agricultura, com a participação da EMBRAPA, que trouxe consideráveis ganhos na produção cubana, por meio da utilização de variáveis de sementes de milho e soja de maior produtividade, a transferência de conhecimentos sobre o controle de pragas e a capacitação de técnicos cubanos no cultivo de milho e soja. Importante característica da cooperação entre os dois países é o caráter de "mão-dupla" de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas realizadas e técnicas desenvolvidas pelas entidades parceiras cubanas. As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Cuba foram suspensas em 2016. Em 2023, porém, decidiu-se prover novo impulso ao programa de cooperação bilateral. Para tanto, o governo brasileiro solicitou à parte cubana a indicação de até sete áreas de interesse estratégico para a indicação de futuras iniciativas. Em setembro de 2023, foi assinada, durante a visita do presidente Lula, uma carta de intenções para o estabelecimento de um programa de cooperação internacional Brasil-Cuba para o desenvolvimento na área agrícola, e, dias depois, foi realizada a XII Reunião do GT de Cooperação Técnica Bilateral.

Saúde: Em 1999, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, tem início a cooperação bilateral na área de saúde. Na década de 1990, vários ajustes complementares aprofundaram a cooperação nas áreas de saúde da família e transferência de tecnologia para a produção de medicamentos, além da implantação do Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS" em Cuba e de acordos de cooperação em saúde pública nos municípios de Caxias (RJ) e Angatuba (SP). Em 2010, por meio de Memorando de Entendimento, o Projeto de Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti foi implantado para apoiar o fortalecimento do sistema de saúde do Haiti por meio do compartilhamento das experiências bem sucedidas dos Sistemas

[130] Na base de dados de acordos do Itamaraty, o Concórdia, esse acordo é chamado, em referências posteriores, de Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre Brasil e Cuba.

Universais de Saúde do Brasil e de Cuba. A governança da cooperação foi viabilizada por um Comitê Gestor Tripartite, com participação dos atores institucionais parceiros Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A cooperação em saúde entre Brasil e Cuba promoveu a capacitação de técnicos dos dois países no que concerne à análise de qualidade de vacinas e medicamentos que fazem parte do comércio bilateral regular, ao fortalecimento da capacidade de desenvolvimento de pesquisas clínicas sobre o câncer e à implantação da rede de banco de leite humano em Cuba. Em 2013, chegam ao Brasil os primeiros médicos cubanos para integrar o Programa Mais Médicos, desenvolvido ao amparo da Lei nº 12.871/2013, que permitiu a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros, com vistas a suprir de atendimento médico o conjunto dos municípios brasileiros. A contratação de médicos cubanos deu-se por intermédio de acordo específico, firmado em 2013, entre Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Ao longo da execução desse programa, a contratação de médicos cubanos chegou ao número de mais de onze mil profissionais, que atuaram em cerca de 3,6 mil municípios brasileiros (aproximadamente 65% dos municípios brasileiros) e 34 distritos sanitários especiais indígenas, abrangendo todos os estados da Federação. Os médicos cubanos responderam por mais de 60% do total de médicos no programa, tendo sido alocados em regiões como o semiárido nordestino, periferia de grandes centros urbanos, municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo ou muito baixo, bem como regiões com população indígena e quilombola. Em novembro de 2018, o governo cubano formalizou a decisão de descontinuar sua participação no Programa Mais Médicos e, entre de 25 de novembro e 25 de dezembro realizou operação de retirada dos cerca de oito mil cooperados cubanos que se encontravam no Brasil. Em setembro de 2023, durante visita do presidente Lula, foi assinado protocolo de cooperação em ciência, tecnologia, inovação e complexo econômico-industrial da saúde entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Ministério da Saúde Pública de Cuba. O protocolo ampliará a cooperação estabelecida por meio de memorando de entendimento de 2003, do protocolo complementar ao memorando de entendimento de 2010, e do Protocolo de Cooperação em Saúde de 2011, a partir dos quais se materializou a execução de projetos de desenvolvimento conjunto, e de pesquisa científica e técnica, com ênfase na transferência de tecnologia, que garantiram o acesso da população em ambos os países a produtos de saúde de alto impacto.

Pesquisa e Produção de Medicamentos: Entre 2011 e 2016, foram realizadas missões de intercâmbio científico e conhecimento tecnológico na área de fármacos e biomedicina. Cuba possui capacidades reconhecidas internacionalmente na pesquisa e no desenvolvimento de medicamentos. O setor de fármacos do país é considerado de interesse estratégico e é responsável pela produção de cerca de 60% de todos os medicamentos utilizados nacionalmente. Há interesse cubano no adensamento da cooperação com o Brasil no setor, tanto no que diz respeito a aspectos regulatórios quanto na pesquisa, desenvolvimento e comercialização de medicamentos. No que se refere à dimensão regulatória, encontra-se em vigor memorando de entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o *Centro para el Control Estatal de Medicamentos, Equipos y Dispositivos Médicos* (CECMED), não havendo, no momento, registro de atividades de cooperação entre os dois órgãos. O CECMED, que conta com mais de 300 funcionários qualificados, deve ampliar proximamente suas competências de monitoramento e certificação, passando a incluir alimentos, cosméticos, produtos de tabaco, água, entre outros. O complexo empresarial de saúde cubano, Biocubafarma, reúne 45 empresas, com parcerias em diversos países, inclusive África do Sul, Brasil, China e México, e mantém diversas linhas de pesquisa aplicada e

desenvolvimento de medicamentos. Por ocasião da pandemia de COVID-19, os pesquisadores cubanos alcançaram o feito notável de desenvolver, de forma autônoma, três vacinas contra a doença (Soberana 2, Soberana Plus e Abdala), as quais foram utilizadas para a ampla imunização da população e adquiridas por diversos países, entre os quais México, Irã e Vietnã. A Biocubafarma recebeu medalha da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), *Medal for Inventors*, pelo desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19, e foi capaz de produzir 85% dos medicamentos utilizados em Cuba no combate à COVID-19. Entre os centros de excelência cubanos de pesquisa em saúde, destacam-se o *Centro de Inmunologia Molecular* (CIM) e o *Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología* (CICB). O CIM e o CICB desenvolvem diversas atividades de cooperação internacional e são responsáveis pela produção de medicamentos inovadores, como o NeuroEpo, ainda em fase de estudos clínicos, que atua na contenção da evolução de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson; o Heberprot-P, que auxilia a cicatrização de pessoas diabéticas, evitando amputações; e o complexo JM-20, também para o tratamento de doenças neurodegenerativas. Há interesse declarado de Cuba em trabalhar para a homologação e futura comercialização de medicamentos inovadores no Brasil. O CIM possui colaboração com o Instituto Biomanguinhos, para pesquisa e produção de recombinantes proteicos. Há também conversações em curso entre a Prefeitura de Maricá (RJ) e a Biocubafarma, com vistas à colaboração para possível instalação de centro de pesquisa e produção de medicamentos naquele município, com foco em medicamentos e fitoterápicos para o tratamento de câncer, artrite reumatoide, diabetes e vitiligo, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Em setembro de 2023, ministras dos dois países concordaram com a reativação do Comitê Gestor Brasil-Cuba de Ciência, Tecnologia e Inovação, previsto no memorando de entendimento entre as duas instituições assinado em 1º de outubro de 2002, e cuja quarta e última reunião ocorreu em junho de 2010, em Havana.

Educação e Cultura: Em 1988, foi assinado Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil-Cuba, com ajuste complementar firmado em 1993. Em 2005, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o embaixador cubano no Brasil, Pedro Nuñez Mosquera, firmaram acordo de cooperação na área educacional para utilizar o programa de alfabetização cubano *Yo si puedo* em projeto-piloto de alfabetização nos municípios piauienses de Murici dos Portelas, Caxingó e Buriti dos Lopes. Também em 2005, foi firmado convênio entre Brasil e Cuba para a cooperação cinematográfica e audiovisual bilateral, além da ampliação da exibição de materiais brasileiros e cubanos em ambos os países, especialmente, filmes. O Ministério da Cultura liberou R$ 170 mil para o Instituto de Cinema e TV cubano de San Antonio de los Baños. Em 2009, o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil-Cuba foi renovado, apoiando projetos de capacitação de animadores brasileiros e cubanos por meio da troca de experiências entre as duas partes, em parceria do Ministério da Cultura com o Núcleo de Animação do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC). Por meio de Protocolo de Colaboração Cinematográfica, assinado em 2009, foi idealizada a coprodução de um filme de animação, Histórias do Coração, do diretor cubano Aramís Acosta Caulineau. Em fevereiro de 2024, o Brasil, pela segunda vez, foi o país homenageado da Feira Internacional do Livro de Havana, com a participação da ministra da cultura do Brasil, Margareth Menezes.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 200 brasileiros residentes em Cuba. Estima-se que entre mil e dois mil médicos cubanos tenham optado, por vontade própria, por

permanecer no Brasil após o encerramento do Programa Mais Médicos, em 2018. Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em 2022, o número de cubanos que solicitaram refúgio no Brasil atingiu a cifra recorde de 4.241 requerimentos, número que supera os registros anteriores à pandemia de COVID-19. Os cubanos foram a segunda principal nacionalidade dos requerentes naquele ano, atrás apenas dos venezuelanos.

Cooperação Diplomática: No contexto da 32ª Feira Internacional do Livro de Havana, o Instituto Rio Branco (IRBr) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) assinaram memorandos de entendimento com o Instituto Superior de Relações Internacionais "Raúl Roa Garcia" (ISRI), para, respectivamente, implementar atividades de colaboração em matéria de capacitação acadêmico-diplomática e propiciar oportunidades para o intercâmbio de publicações, o diálogo entre pesquisadores, a organização de simpósios e atividades de capacitação.

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrário: Em 2023, durante a COP28, Brasil, Cuba e Emirados Árabes Unidos firmaram uma iniciativa tripartite de cooperação para a promoção da segurança alimentar e nutricional na América Latina. Em março de 2024, o ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, acompanhado de delegação da CONAB e da EMBRAPA, foi recebido, em Cuba, pelo presidente Díaz-Canel, e foram assinados doze acordos relacionados aos temas da pasta[131].

[131] Em temas como fortalecimento da organização produtiva das mulheres rurais; desenvolvimento de novas tecnologias de gestão e acesso a mercado; hortas urbanas e periurbana; e produção agroecológica de sementes, bioinsumos e alimentos orgânicos.

VIII. Relações Brasil-Equador

Marcos: 1844: Estabelecimento de relações diplomáticas; 1904: Tratado de Limites define linha Tabatinga-Apapóris, entre Brasil e Equador, caso este país saísse vitorioso da disputa fronteiriça com o Peru; 1942: Protocolo de Paz entre Peru e Equador, com a atuação de Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos (EUA) como países garantes do acordo; 1962: Posição comum de abstenção, em conjunto com Argentina, México, Chile e Bolívia, em relação à proposta de exclusão de Cuba da OEA (*outer six*); 1982: Primeira visita oficial de um chefe de Estado do Equador ao Brasil – Osvaldo Hurtado; 1988: Primeira visita de um presidente brasileiro ao Equador – José Sarney; 1998: Assinatura, em Brasília, do acordo de paz entre Equador e Peru, que encerra o conflito fronteiriço na Cordilheira do Condor e cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região; 2004: Acordo de Complementação Econômica (ACE) 59 entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Equador; 2005: Brasil concede asilo ao ex-presidente equatoriano Lúcio Gutierrez, que renunciou ao asilo após alguns meses, retornando ao seu país; 2008: Governo equatoriano busca apoio brasileiro no contexto da crise diplomática com a Colômbia; 2011: Criação do Mecanismo de Consultas Bilaterais; 2012: Celebração do Acordo de Cooperação entre Brasil e Equador; 2015-2017: Período de esfriamento das relações, em razão da postura do presidente equatoriano Rafael Correa pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; 2018: Retomada construtiva das relações bilaterais, com encontro de chanceleres no âmbito do Mecanismo de Consultas Bilaterais;

Embaixada: Em 1873, foi aberta a legação diplomática do Brasil residente em Quito. Em 1895, há união das legações em Equador e Colômbia. Em 1904, ocorre a separação definitiva das legações do Brasil no Equador e na Colômbia. Em 1942, a legação do Brasil é elevada à Embaixada. Há dois consulados honorários brasileiros, em Cuenca e Guayaquil. Já o Equador, além da embaixada, conta com consuladoe um escritório comercial em São Paulo e consulados honorários em Fortaleza e Campinas.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Equador em nível de Ministros de Relações Exteriores (2011) [132]; e Diálogo Consular e Temas de Mobilidade Humana (inaugurado em 2023).

Visitas de Alto Nível: Houve intensificação das visitas presidenciais durante os governos Lula anteriores. O presidente brasileiro esteve presente na posse de Rafael Correa, em 2007, que realizou visita de Estado ao Brasil no mesmo ano. A presidente Dilma Rousseff realizou visita ao Equador em duas ocasiões – em 2014, no âmbito da Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e em 2015, no contexto da IV Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Mais recentemente, destacam-se visita do ministro das Relações Exteriores equatoriano José Valencia ao Brasil (2018); ida do presidente Jair Bolsonaro à posse do presidente equatoriano Guillermo Lasso (2021); e visita do ministro Carlos França ao Equador (outubro 2022). Na ocasião da visita do chanceler Carlos França, os principais temas da agenda bilateral foram passados em revista, incluindo: mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério do Interior do Equador e o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil;

[132] O Memorando de Entendimento que o estabeleceu prevê também que Grupos de Trabalho e Comissões Mistas encaminharão suas conclusões ao Mecanismo.

cooperação em segurança e defesa; confirmação da aprovação de cinco novos projetos de cooperação nas áreas de saúde, defesa civil e agricultura; agradecimento à doação brasileira de antirretrovirais e insumos de biossegurança médica; aprofundamento das relações econômicas; aprofundamento das relações entre as academias diplomáticas; apoio mútuo em instâncias regionais; e situação na Venezuela. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Guillermo Lasso para a posse de Lula. Em maio, o chanceler Mauro Vieira visitou o Equador. No mesmo mês, Lasso voltou ao Brasil para a reunião de países sul-americanos. Em agosto, os chanceleres Mauro Vieira e Gustavo Manrique reuniram-se em Belém, à margem do encontro ministerial preparatório da Cúpula da Amazônia. Em novembro, o vice-presidente Geraldo Alckmin representou o Brasil na posse do presidente Noboa.

Discurso Oficial: Brasil e Equador mantêm laços de amizade e cooperação que unem os dois países, convergentes em valores e interesses. Embora o Equador seja um dos dois únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não compartilha fronteiras, as relações bilaterais têm sido historicamente densas. Busca-se consolidar as relações econômicas e comerciais, com o objetivo de propiciar o equilíbrio do intercâmbio comercial, fortalecer as cadeias de valor e contribuir para integração e desenvolvimento regional. Nesse sentido, busca-se aprofundar o diálogo exploratório entre o MERCOSUL e o Equador para negociação de um novo acordo de complementação econômica, para melhorar o acordo ACE-59, bem como começar discussões sobre um eventual acordo de livre comércio. Há interesse equatoriano em buscar mecanismos para dar tratamento a barreiras não tarifárias. O Brasil manifestou firme condenação aos ataques criminosos contra dirigentes políticos no contexto do processo eleitoral no Equador em 2023. O governo brasileiro felicitou as autoridades e o povo equatoriano pela realização do segundo turno do pleito presidencial em ambiente de harmonia e congraçamento democrático, e cumprimentou Daniel Noboa por sua eleição à Presidência do país.

Convergências

Convergências Multilaterais: Em 2022, o Equador foi eleito membro do CSNU, para o biênio 2023-2024. No ano de 2023, Brasil e Equador coincidiram no Conselho, de modo que, na visita do chanceler brasileiro ao Equador (2022), houve troca de opiniões sobre as atuações das delegações no CSNU, com o comprometimento de trabalhar em conjunto para manutenção da paz, segurança internacional, promoção de direitos humanos e direito das mulheres. Na mesma ocasião, as partes manifestaram preocupação quanto às consequências do conflito na Ucrânia sobre as cadeias de suprimento de produtos alimentícios e realizaram um chamado conjunto pela paz a todos os atores do conflito. O Equador apoia uma reforma na Organização das Nações Unidas (ONU), como defendido no âmbito da sua presidência no G77+China (2017). O governo equatoriano apoiou a candidatura do professor Leonardo Caldeira Brant à vaga de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Brasil apoiou a candidatura equatoriana do embaixador Luis Vayas Valdivieso como representante do GRULAC na presidência do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC, na sigla em inglês) para o desenvolvimento de um instrumento vinculante sobre contaminação por plásticos. Brasil e Equador assinaram o Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), embora somente o Equador já tenha ratificado o tratado, e são partes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Convergências Plurilaterais: Em 2017, Equador exerceu a presidência do G77+China, ocasião em que defendeu a redemocratização da ONU; luta contra evasão tributária e paraísos fiscais;

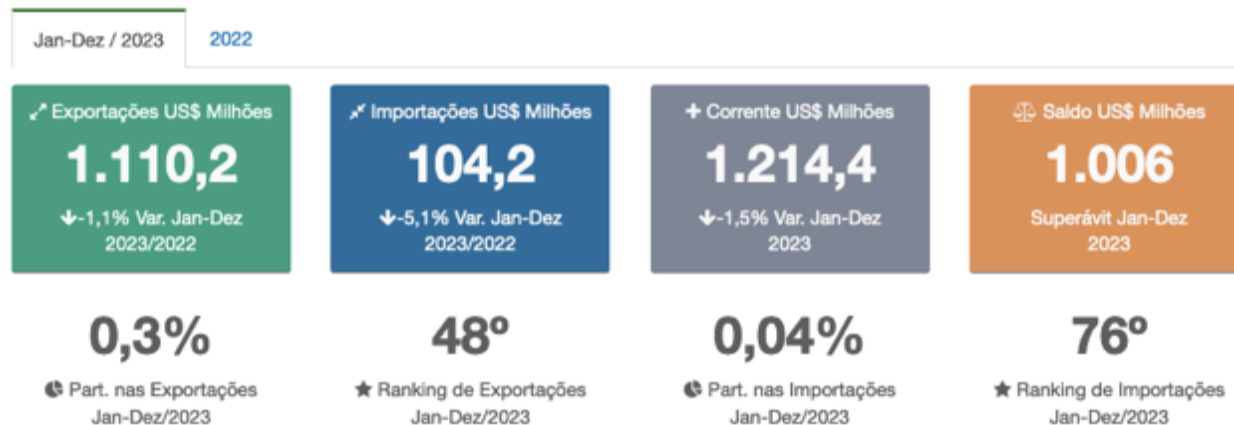
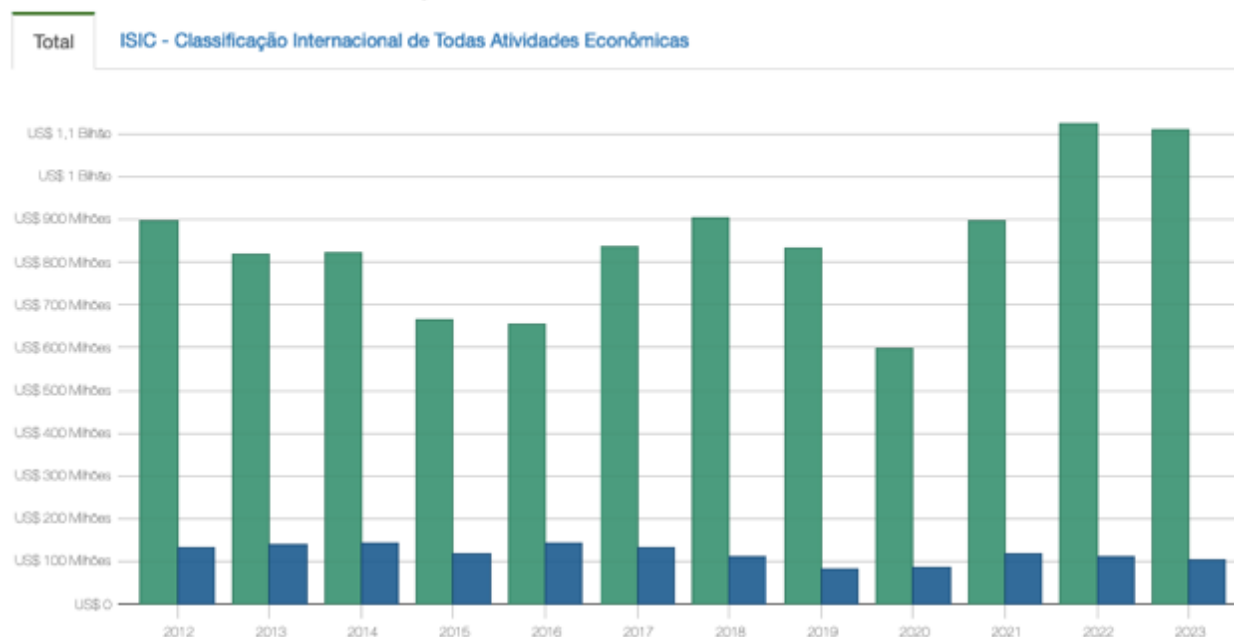
combate ao aquecimento global, defesa dos direitos dos migrantes e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Convergências Regionais: Assim como o Brasil, Equador é entusiasta de iniciativas de integração regional e é participante ativo dessas iniciativas. Interessa-se pelo fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); atua na CELAC, e Quito sediou a IV Cúpula da CELAC (2016); apresentou proposta para tornar a organização espaço precípuo para resolução de divergências com a América do Norte, na V Cúpula, sediada na República Dominicana. Além disso, participa das Cúpulas das Américas e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em Quito, também se encontrava a sede da UNASUL. O Equador foi membro fundador do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL, 2019) e tem o *status* de Estado Associado no âmbito do MERCOSUL. Ambos compõem a Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol). No âmbito da OEA, junto ao governo brasileiro defendeu uma reforma do sistema interamericano de diretos humanos (2013). Em 2019, os protestos decorrentes de instabilidade política interna e crise econômica fizeram com que o governo brasileiro, o MERCOSUL e os presidentes dos países do PROSUL emitissem nota de apoio ao governo democraticamente constituído de Lenin Moreno. Na questão venezuelana, apesar das posturas ambíguas do governo equatoriano em anos anteriores, ambos apoiam o processo de reativação do processo de diálogo iniciados em 2021, no México, para convocação de eleições presidenciais livres, transparentes e justas. Além disso, o Equador foi observador do Grupo de Lima. Na questão colombiana, o governo equatoriano foi sede da "Mesa da Paz" entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), negociação em que Brasil era um dos países-garantes. Com a retomada das negociações sob o governo colombiano de Petro, as negociações foram retomadas tendo como países-garantes Venezuela, Cuba, Noruega, Brasil, Chile e México. O Brasil condenou, principalmente em foros regionais, a violação da Embaixada mexicana em Quito por forças policiais equatorianas em 2024.

Segurança e Defesa: O Convênio de Cooperação Interinstitucional entre Ministério do Interior do Equador e o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil (2022) permite apoiar a cooperação bilateral em matéria de segurança pública, combate ao crime transnacional, tráfico ilícito de drogas, gestão penitenciária e crimes cibernéticos. Em 2017, foi instalado na Embaixada brasileira o Oficialato de Ligação da Polícia Federal, o que contribuiu concretamente para o combate a ilícitos transnacionais, mas não consta mais a informação de sua existência nos canais da Polícia Federal. Em janeiro de 2024, diante da crise por que passa o Equador, a Polícia Federal sugeriu a criação de representação naquele país.

Comércio

Marcos: MERCOSUL e Equador possuem acordo comercial ACE-59 (2004). Em vista ao desequilíbrio da balança comercial, foi importante a abertura do mercado brasileiro, em 2017, para as exportações equatorianas de banana e camarão. Em 2019, o Equador abriu o mercado para bovinos vivos do Brasil. Nesse sentido, as prospectivas são de aumento de fluxo comercial. Em julho de 2024, o Equador abriu seu mercado às exportações brasileiras de óleos e gorduras, tanto de aves quanto de ruminantes, destinados à alimentação animal.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Equador

Jan-Dez / 2023 | 2022

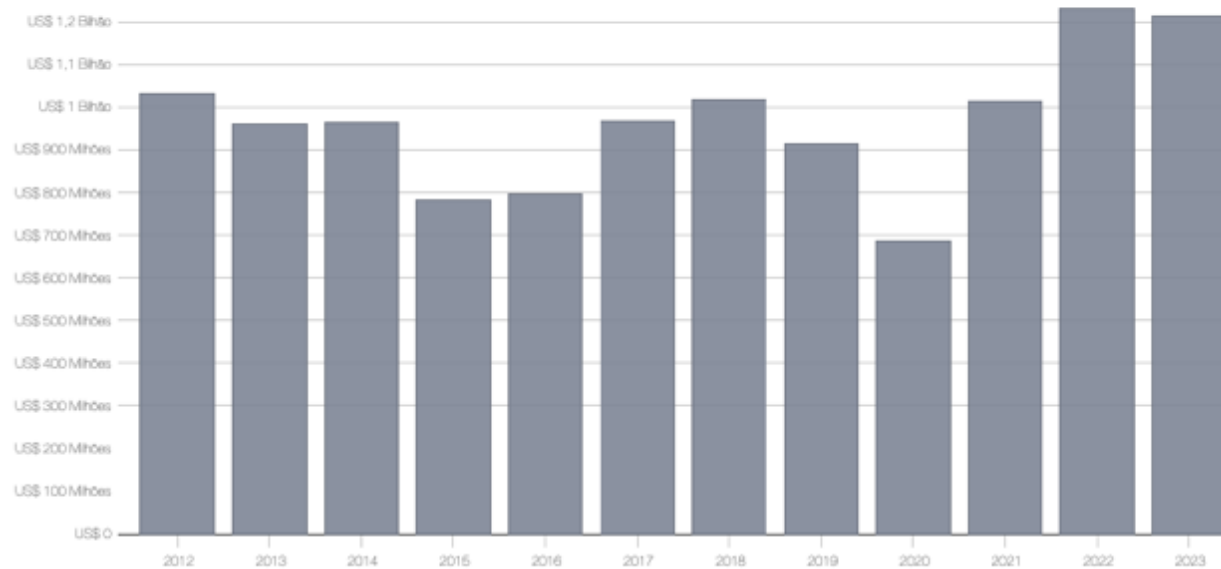
Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
1.110,2	104,2	1.214,4	1.006
-1,1% Var. Jan-Dez 2023/2022	-5,1% Var. Jan-Dez 2023/2022	-1,5% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

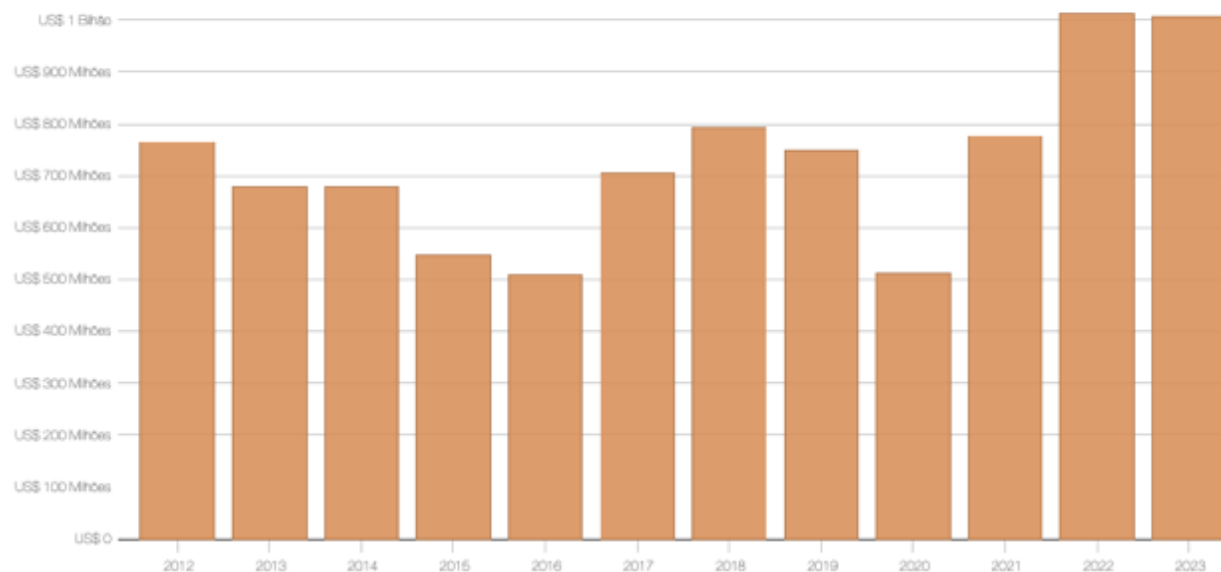
0,3%	48º	0,04%	76º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Equador

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Equador

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Equador

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Equador

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Equador

Investimentos: Em 2019, foi assinado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Equador. Estima-se em US$ 129 milhões o estoque de investimentos brasileiros no Equador. Houve redução do número de filiais brasileiras no Equador entre 2015-2018, consequência das crises econômicas e dos efeitos da Operação Lava-Jato. Construtoras como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS fecharam suas sucursais. A Petrobras vendeu ativos à empresa argentina Pampa Energia. Destaca-se a presença de empresas

como Tigre, Vicunha, Ambev, CCR (acionista da concessionária do aeroporto de Quito), consórcio Safra-Culturale, Tramontina, WEG e Eurofarma.

Cooperação

Cooperação Técnica: No âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Equador apoia-se no Acordo Básico de Cooperação Técnica (1982, em vigor desde 1984). Entre os parceiros brasileiros, destacam-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Florestal de São Paulo. Foram treze projetos desenvolvidos até 2022, dos quais oito ainda estão em execução nas áreas de agricultura, saúde, desenvolvimento social, trabalho infantil, hidrologia florestal. Entre os projetos em execução, destacam-se: desenvolvimento de processos agroprodutivos para biocombustíveis; capacitação técnica em produção integrada, com ênfase no manejo de pragas e doenças de frutas tropicais e de espécies amazônicas e andinas; rede de banco de leite humano no Equador. Junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e à ABC também há projeto de reintrodução do algodão no Equador, a fim de intercalar com cultivo de amendoim, abóbora e milho, no âmbito do projeto *Cotton+*, especialmente na região de Tosagua, beneficiando grupo de mulheres desta comunidade. Programas de geometria trilateral foram desenvolvidos, como o Programa de Redução de Incêndios Florestais e Alternativas ao Uso de Fogo “Amazônia sem Fogo”, com participação da Itália; e o programa Gestão de Conhecimento na área de pesquisa, transferência tecnológica e Inovação em Biodiversidade, com a Alemanha. Foram aprovados cinco novos projetos de cooperação em saúde, defesa civil e agricultura, no âmbito da VI Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Equador, realizada em outubro de 2022. Em dezembro de 2023, foram assinados os ajustes complementares dos cinco novos projetos: “Produção integrada de frutas tropicais, andinas e amazônicas”; “Manejo e controle de *Ralstonia solanacearum* raça 2 (moko da banana)”; “Emergências aquáticas e escalada”; “Inspeção de boas práticas em laboratórios farmacêuticos e dispositivos médicos”; e, “Proteção a pessoas”.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira no Equador é a menor da América do Sul. Em junho de 2023, foi realizada a primeira reunião do Diálogo Consular e Temas de Mobilidade Humana, estabelecido por memorando de entendimento do ano anterior. Ambos se comprometeram a fortalecer a cooperação regional e seguir mantendo reuniões técnicas para alcançar avanços concretos em benefício dos cerca de 3,5 mil brasileiros no Equador e dos quase sete mil equatorianos no Brasil.

Meio Ambiente: O Pacto de Letícia para Amazônia (2019) foi assinado por Colômbia, Equador, Brasil, Peru, Guiana e Suriname para fortalecer ações conjuntas e coordenadas para a preservação dos recursos naturais da Região Amazônica. Em 2021, na III Cúpula do Pacto, o Presidente do Equador, Guillermo Lasso, reiterou a necessidade de coordenação com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para evitar a duplicidade de esforços e manter as prioridades de trabalho em benefício da Amazônia.

Infraestrutura: Procura-se dar impulso ao eixo Manta-Manaus, que figura há anos entre os eixos estratégicos Brasil-Equador, de modo a permitir o escoamento de produtos brasileiros pelo Pacífico. Em 2008, a rota aérea regular Guaiaquil-Manaus-Quito, operada pela estatal equatoriana

TAME, entrou em operação. A rota foi, no entanto, suspensa, em dezembro do mesmo ano, por inviabilidade econômica.

Cooperação Diplomática: Destaca-se o trabalho coordenado entre a Academia Diplomática do Equador "Galo Plaza Lasso" e o Instituto Rio Branco, com o Plano de Trabalho Conjunto para o biênio 2023-2024 e a participação de um terceiro-secretário equatoriano no Instituto.

Educação e Cultura: O Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC) é a principal referência do ensino de português no Equador, cujos diplomas são aceitos como provas de proficiência em língua estrangeira por diversas universidades. Há, ainda, cooperação educacional, com o programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que o Equador faz parte desde a década de 1960 e o aumento da participação de equatorianos na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Em 2012, foi assinado acordo de cooperação sobre bens culturais roubados.

Saúde e Assistência Humanitária: O Brasil vem contribuindo ativamente na área da saúde com a doação de medicamentos ao governo equatoriano em razão do COVID-19 (2021) e a doação de antirretrovirais (2021). Houve cessão temporária de uma aeronave cargueira para transporte interno de alimentos (2021). Em 2017, o Brasil enviou aeronave militar C-105 com suprimentos, ao Equador, no contexto do terremoto que atingiu o norte do país, considerado o mais forte desde 1979.

IX. Relações Brasil-Guiana

Marcos: 1968: Visita do vice-primeiro-ministro guianense Ptolemy Reid, momento em que se estabeleceram as relações bilaterais; 1971: Visita de Gibson Barbosa a Georgetown, tendo sido o primeiro chanceler latino-americano a visitar o país; 1982[133]: Troca de visitas entre os chanceleres; 1988: Visita de Sarney à Guiana, primeiro presidente brasileiro a visitar o país; década de 1990: Aprofundamento do relacionamento bilateral, em razão do aumento da comunidade brasileira no país; 2002: Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Guiana; 2012: Guiana torna-se Estado Associado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); 2018: Comemoração dos 50 anos de relações diplomáticas, com celebrações em ambos os países, e assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-Guiana; 2022: Estabelecimento de GT para avaliar os potenciais benefícios de um corredor rodoviário Boa Vista-Georgetown, no contexto da visita de Jair Bolsonaro à Guiana.

Embaixada: A embaixada do Brasil na Guiana foi criada em 1968, por força do Decreto nº 62.892, de 24 de junho de 1968. Em 1891, já havia sido criado um consulado em Georgetown, na época ainda sob a condição de território do Reino Unido. Atualmente, para além da embaixada em Georgetown, o Brasil conta com vice-consulado em Lethem.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Mista de Cooperação Econômica (1971); Grupo de Cooperação Consular (1993); Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Guiana (2002); Comitê de Fronteira (2009; reunião mais recente em 2020, para tratar da pandemia); Grupo de Trabalho bilateral sobre Cooperação Técnica (segunda reunião em 2022); Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura (2013).

Visitas de Alto Nível: Durante os governos anteriores do presidente Lula, o chefe de Estado brasileiro visitou a Guiana em duas ocasiões, em 2005 e em 2007, fato que não se repetiu nos governos Dilma e Temer. O presidente David Granger visitou Brasília em 2017, e Bolsonaro visitou Georgetown em 2022[134]. Além disso, Aloysio Nunes e Ernesto Araújo visitaram a Guiana em 2018 e 2020, respectivamente, e o vice-presidente e chanceler Carl Greenidge compareceu à posse de Bolsonaro em 2019. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Mohamed Irfaan Ali para a posse de Lula. Em maio, o ministro Mauro Vieira foi à Guiana, acompanhado do embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Luiz Alberto Figueiredo Machado, quando transmitiu convites para a cúpula de países sul-americanos, ainda em maio, e para a cúpula de países amazônicos, em agosto, ambas a serem realizadas no Brasil. No mesmo mês, Ali voltou ao Brasil para a reunião de países sul-americanos. Em agosto, o primeiro-ministro Mark Anthony Phillips participou da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em fevereiro de 2024, o presidente Lula visitou a Guiana, por ocasião da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), e manteve reunião de trabalho com o presidente guianense Irfaan Ali. Na visita, Lula convidou a Guiana a participar da reunião de cúpula climática do G20 e sugeriu que uma comitiva de empresários

---

[133] Nesse ano, houve também assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e do Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu.

[134] A visita deveria ter ocorrido em janeiro, mas foi adiada para maio, em razão do falecimento da mãe do presidente. No contexto da visita, foi firmada declaração conjunta por Bolsonaro e o guianense Mohamed Irfaan Ali.

guianenses visitasse o Brasil. Os presidentes designaram seus respectivos vice-presidentes como responsáveis pela coordenação da implementação da agenda bilateral de cooperação e integração. Em junho de 2024, a secretária-geral, embaixadora Maria Laura da Rocha, encontrou-se, às margens da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o chanceler da Guiana, Hugh Hilton Todd, quando trataram do relacionamento bilateral, de cooperação nas áreas de energia e infraestrutura e de temas regionais.

Discurso Oficial: Brasil e Guiana compartilham 1.605 km de fronteira e mantêm relação antiga de cooperação e amizade, que contempla a compreensão, do lado brasileiro, da necessidade de promover a plena incorporação diplomática do país à América do Sul, sem prejuízo de seus profundos laços com o Caribe. O relacionamento bilateral é marcado por uma agenda diversa, que compreende a cooperação em áreas como integração fronteiriça, energia, segurança e defesa, cooperação técnica, além da parceria no âmbito regional, em organizações como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a OEA. A inauguração da ponte sobre o rio Tacutu, em 2009, representou passo concreto e decisivo na integração dos dois países, e tem particular relevância pela ampliação das perspectivas de desenvolvimento da Guiana e da região Norte do Brasil.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Guiana concordam quanto à importância de se fortalecer o multilateralismo e a representatividade da Organização das Nações Unidas (ONU), com a reforma do Conselho de Segurança (CSNU), e compartilham o mesmo assento no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI). Quanto ao tema ambiental, defendem o combate à mudança do clima, são partes do Acordo de Paris, e a Guiana tem ressaltado sua identidade amazônica no âmbito de debates globais. O país vizinho é considerado neutro em emissão de carbono, tendo 93,5% de seu território coberto por florestas tropicais.

Convergências Plurilaterais: Brasil e Guiana fazem parte do G77+China.

Convergências Regionais: A Guiana tem reiterado ao Brasil seu interesse em aprofundar a dimensão sul-americana de sua política externa, de modo complementar à prioridade conferida à esfera caribenha e à CARICOM. A Guiana é Estado Associado do MERCOSUL desde 2013. Os dois países convergem, ainda, no âmbito da OTCA e da OEA, integraram o Grupo de Lima e o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) e integram atualmente a UNASUL. Em 2020, o Brasil, a OEA e o PROSUL expressaram preocupação com o atraso na conclusão do processo eleitoral na Guiana. Nesse contexto, o Brasil endossou as conclusões da Missão de Observação Eleitoral da CARICOM, no que diz respeito à lisura do procedimento de recontagem dos votos, que consagrou a vitória de Mohamed Irfaan Ali. O Brasil defende a solução pacífica da controvérsia entre a Venezuela e a Guiana, reavivada após a descoberta de hidrocarbonetos na região de Essequibo. O Itamaraty tem buscado contribuir para um diálogo entre os dois países. Nesse sentido, em janeiro de 2024, o Brasil sediou a I Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela, que reuniu os chanceleres de ambos os países[135]. Por ocasião de reunião de trabalho trilateral realizada durante visita do presidente Lula a Georgetown, Brasil,

[135] A Comissão Conjunta foi estabelecida por meio da Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana, firmada em dezembro de 2023. A primeira reunião da instância foi acompanhada pelo ministro Mauro Vieira e pelo embaixador Gareth Bynoe, de São Vicente e Granadinas, país que exercia a presidência da CELAC.

Guiana e Suriname reafirmaram o compromisso de trabalhar permanentemente para a manutenção da América Latina e do Caribe como uma zona de paz e de cooperação para o desenvolvimento sustentável com justiça social de suas respectivas populações. Os presidentes acordaram estabelecer grupos de trabalho trilaterais, em nível técnico, nas áreas de infraestrutura física e digital, energia e cooperação no combate a ilícitos transnacionais e garantiram a implementação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio em seus respectivos países.

Segurança e Defesa: Diante da necessidade de prevenir e combater a prática de ilícitos transnacionais na zona de fronteira, como o contrabando, o tráfico de pessoas e o tráfico de drogas, bem como de proteger a soberania nacional, Brasil e Guiana desenvolvem uma tradicional parceria na área de segurança e defesa. Além da realização de operações conjuntas dos órgãos de segurança brasileiros com a Força de Defesa da Guiana e oferta de estágios para engenheiros militares guianenses no Brasil, os dois países contam com Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2009), o qual está sendo renegociado a fim de dinamizar a cooperação nesse setor. Como avanços recentes na área, podemos mencionar a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcótico da Guiana, em 2020, e a conclusão das negociações do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal e a Força Policial da Guiana e do Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Rodoviária Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana para o Intercâmbio de Informações sobre Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado, em 2022. Ressalte-se, ainda, que os dois países têm estudado a possibilidade da utilização de imagens de sensoriamento remoto como ferramenta para prevenir e combater o crime organizado transnacional. A presente atuação da Guiana como país exportador de petróleo propicia novas possibilidades de cooperação, incluindo a venda de produtos e serviços na área de defesa, além de potencial participação de empresas brasileiras no reaparelhamento da Guarda Costeira do país para a proteção das plataformas de petróleo e na dimensão da vigilância de fronteiras. Em 2024, acordou-se a criação de grupo de trabalho técnico trilateral (Brasil, Guiana e Suriname) sobre cooperação no combate a ilícitos transnacionais.

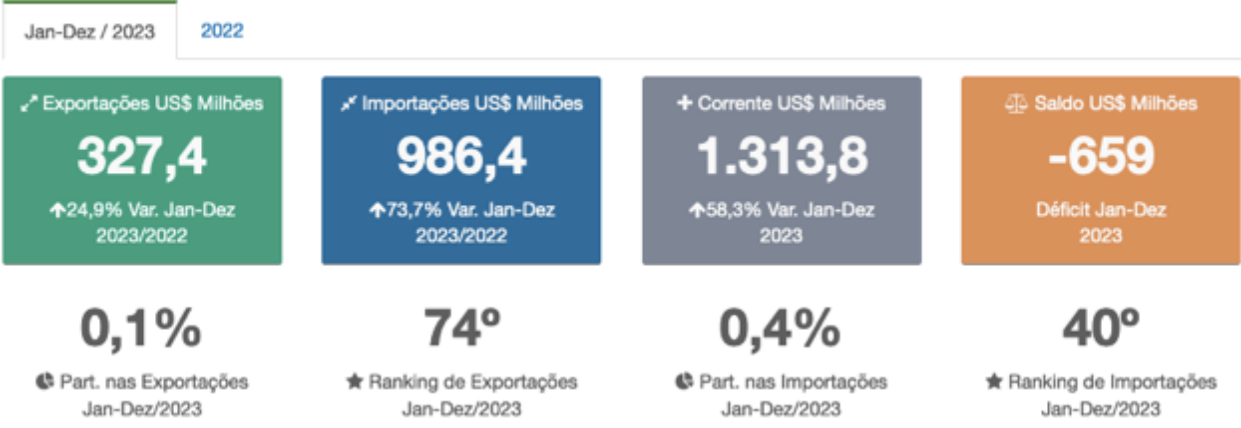
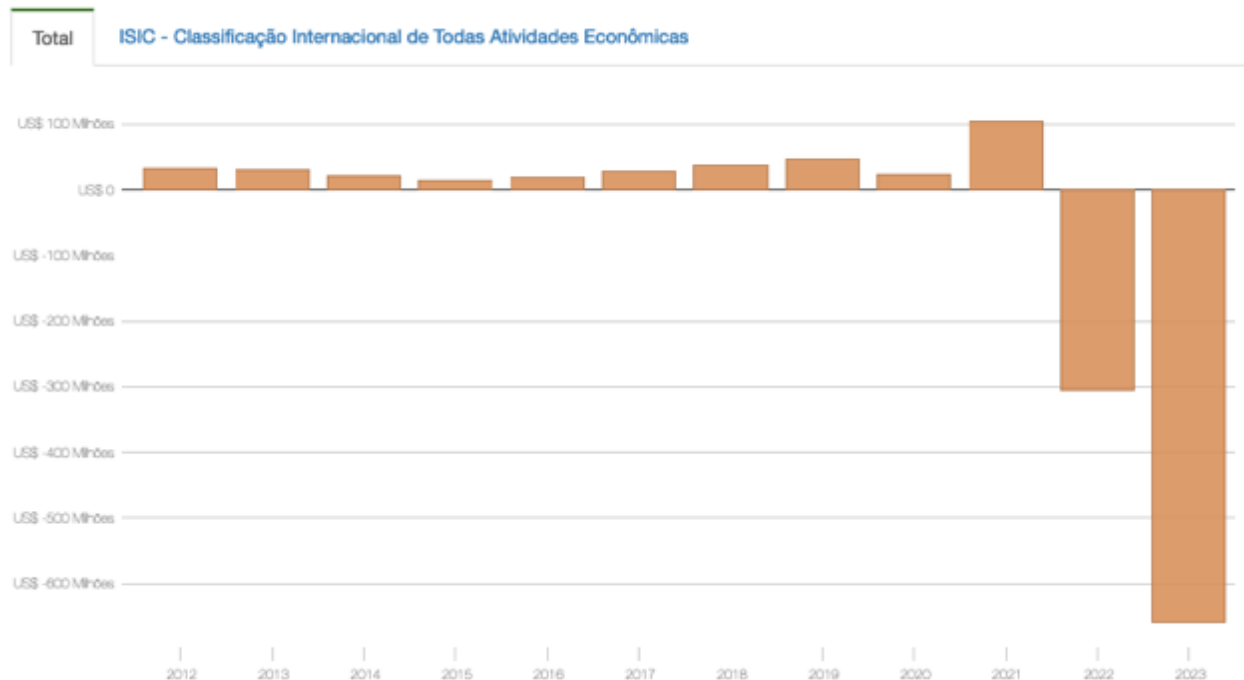
Comércio

Marcos: Em 2001, assinou-se Acordo de Alcance Parcial no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI, AAP.A25TM 38 ou AAP-38), que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens da pauta bilateral. Vale ressaltar que São Cristóvão e Névis aderiu posteriormente ao acordo, que, atualmente, está sendo renegociado de forma a ampliar o seu alcance. Embora as relações econômicas e comerciais com Guiana ainda sejam bastante tímidas, há diálogos bilaterais no âmbito da Comissão Administradora do AAP-38, e o comércio bilateral tem aumentado muito nos últimos anos, especialmente desde 2022, em decorrência principalmente do início da produção de hidrocarbonetos pela Guiana. Assim, o grande crescimento do fluxo comercial foi acompanhado de alteração da pauta comercial, tendo a Guiana passado a exportar majoritariamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos no lugar da tradicional exportação de arroz.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Guiana

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
327,4	**986,4**	**1.313,8**	**-659**
↑24,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	↑73,7% Var. Jan-Dez 2023/2022	↑58,3% Var. Jan-Dez 2023	Déficit Jan-Dez 2023

0,1%	**74º**	**0,4%**	**40º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Guiana

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Guiana

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Guiana

Jan-Dez / 2023 | 2022

<u>Investimentos:</u> Até o momento, observa-se um pequeno volume de investimentos brasileiros na Guiana, sendo a maior parte deles formada por pequenos hotéis, restaurantes e lojas. Da mesma forma, o nível de investimentos da Guiana no Brasil é pouco significativo. Em 2018, foi assinado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre os dois países, o qual estabelece relevante marco legal para o incremento de investimentos entre as partes. Esse instrumento legal encontra-se em processo de internalização no Congresso. Com a descoberta de jazidas de petróleo na Guiana, observa-se uma perspectiva de investimentos brasileiros no setor.

<u>Cooperação:</u>

Infraestrutura, Transporte e Comunicações: Um ponto fundamental para as relações Brasil-Guiana diz respeito à cooperação em transportes e infraestrutura. A integração do Brasil com a Guiana amplia as perspectivas de desenvolvimento da região Norte brasileira e do Estado vizinho. Embora os dois países compartilhem uma fronteira de extensão significativa, trata-se de uma área pouco povoada e de infraestrutura precária, ao ponto de a conexão com a capital, Georgetown, ainda se dar por meio de estradas de terra. A ponte sobre o rio Tacutu[136], primeira conexão terrestre entre Brasil e Guiana, foi inaugurada em 2009, e liga a cidade brasileira de Bonfim, em Roraima, a Lethem, na Guiana. Como avanços recentes nessa área, podemos destacar a assinatura de memorando de entendimento sobre projetos de infraestrutura, em 2012; a criação de Comissão Mista para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, em 2013, que visa a aperfeiçoar o aproveitamento do potencial hidrelétrico e portuário da Guiana, integrando o país ao Norte do Brasil; e a pavimentação em curso do trecho Mabura Hill-Linen da estrada Lethem-Linden, com financiamento do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), que resultará em ligação entre a

[136] Inicialmente prevista no acordo de 1982.

fronteira e portos com saída para o Caribe[137], com expectativa de conclusão em 2025. Em 2022, na visita de Bolsonaro à Guiana, estabeleceu-se um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar os potenciais benefícios de um corredor rodoviário Boa Vista-Georgetown. Nesse contexto, discutiu-se o projeto de construção de um porto de águas profundas na Guiana, o qual trará benefícios para o comércio do Brasil com o resto do mundo, e a implementação do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas (2003), objeto de duas reuniões técnicas em 2019. Ademais, o projeto de construção de ponte sobre o rio Corentine, que integrará Georgetown a Paramaribo, contribuirá para a maior integração do Brasil com os países do escudo das Guianas. No que diz respeito ao setor de comunicações, em 2020, Brasil e Guiana firmaram memorando de entendimento para os estudos de viabilidade técnica relativos à implantação de rota de fibra óptica entre os dois países, no âmbito do Programa "Norte Conectado". Em 2024, acordou-se a criação de grupo de trabalho técnico trilateral (Brasil, Guiana e Suriname) sobre infraestrutura física e digital. Em declaração conjunta, os presidentes Lula e Ali concordaram estimular iniciativas de integração entre os dois países, como o reestabelecimento da conectividade aérea, estudos para uma ligação de fibra ótica e a plena implementação do Acordo Internacional de Transporte Rodoviário (2003).

Cooperação Fronteiriça: Para além das iniciativas ligadas à infraestrutura, há o Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, reunido pela sétima vez em 2018 de forma ordinária (houve reunião extraordinária em 2020 no marco da pandemia do coronavírus). Em 2024, os presidentes dos dois países decidiram convocar a Comissão Mista de Fronteiras Guiana-Brasil, instância responsável pelas atividades de demarcação de fronteiras entre os dois países.

Energia: No contexto da descoberta de hidrocarbonetos na Guiana[138], os dois países têm estudado a possibilidade de intensificar a cooperação no setor de energia, por meio do intercâmbio de informações entre planos nacionais de energia, da troca de experiências em matéria regulatória no setor de petróleo e gás, bem como da colaboração na prevenção de acidentes por derramamento de petróleo. Na dimensão da exploração petrolífera, a Petrobras acompanha o desenvolvimento da Guiana e dialoga com áreas técnicas do país. Além disso, o presidente Ali convidou o Brasil a cooperar com a Guiana no desenvolvimento da indústria de bauxita, à luz da importância do alumínio para as tecnologias limpas. Para além disso, Brasil e Guiana têm discutido, junto com Guiana Francesa e Suriname, a possibilidade de promover a interconexão elétrica entre eles, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base em memorando de entendimento assinado por essa instituição e empresas de energia dos interessados em 2019 (Projeto Arco Norte). Em 2024, acordou-se a criação de grupo de trabalho técnico trilateral (Brasil, Guiana e Suriname) sobre energia.

Cooperação Judiciária: Em 2022, durante a visita de Bolsonaro à Guiana, os dois países assinaram o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil e Tratado sobre Auxílio

---

[137] O acesso terrestre ao Caribe facilitaria o comércio para além da dimensão sul-americana, tendo especial importância para os estados do Amazonas e de Roraima. Tanto a pavimentação quanto a construção de novo porto na cidade de Berbice e o projeto do futuro porto de águas profundas na costa guianesa são iniciativas importantes para o escoamento de petróleo e a movimentação de contêineres.

[138] As reservas confirmadas de petróleo, desde 2015, ultrapassam o montante de 11 bilhões de barris. A exploração do recurso tem sido determinante para o alcance de altíssimas taxas de crescimento pelo país, estimadas em 62,3%, em 2022, e em 38,4%, em 2023.

Jurídico Mútuo em Matéria Penal, e concluíram as negociações de Tratado sobre Transferência de Condenados, o qual deve ser assinado em breve.

Cooperação Técnica: A cooperação técnica entre Brasil e Guiana, desenvolvida com amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1982, é outro ponto central das relações. Em 2017, o programa bilateral de cooperação técnica foi renovado, de modo a abranger os seguintes novos projetos: capacitação para apoio ao controle e à erradicação da mosca da carambola, capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana e apoio à certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana. Destaca-se, ainda, a missão do Exército à Guiana, em 2018, para a perfuração de poços artesianos na região do Rupununi, em benefício de comunidades que sofrem com a seca. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) propôs à Guiana a negociação de novos projetos, a fim de renovar o programa bilateral de cooperação, cujas propostas devem ser aprovadas no âmbito da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guiana.

Meio Ambiente: No que diz respeito à preservação ambiental, Brasil e Guiana desenvolvem cooperação trilateral com o Suriname para a promoção do desenvolvimento sustentável da parte norte do continente sul-americano. Além disso, em 2019, assinaram, junto a outros países, o Pacto de Letícia, que tem como objetivos o desenvolvimento sustentável da Amazônia e a reafirmação de soberania sobre esse território. Os presidentes dos três países reafirmaram seu compromisso com a implementação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, em 2024. Em fevereiro de 2024, em visita ao país, o presidente Lula convidou a Guiana a participar da cúpula climática do G20.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Desde os anos 1990, observa-se um crescimento da comunidade brasileira na Guiana, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. Atualmente, estima-se um número de 11,8 mil brasileiros vivendo na Guiana, de modo que o país abriga a nona maior comunidade brasileira na América do Sul. O número, no entanto, não é preciso, em razão dos movimentos pendulares, da presença em regiões de difícil acesso e, em muitos casos, da situação migratória irregular. Há maior concentração de brasileiros em Georgetown, Bartica e Lethem. Por vezes, a presença de brasileiros na Guiana leva a problemas entre os dois países, em razão do garimpo irregular, considerado crime no Brasil, e do contrabando na região de fronteira[139]. Os contatos entre as duas comunidades são bastante fortes em Lethem e Bonfim, em razão do comércio, bem como do trânsito de pessoas para fins de educação e saúde.

Cultura: Em matéria de cooperação cultural, Brasil e Guiana assinaram acordo cultural ainda em 1968, e, em 1970, fundaram o Centro Cultural Brasil-Guiana, responsável pela difusão da língua portuguesa e pela realização de eventos tradicionalmente brasileiros, como a Festa Junina.

Saúde: Nos últimos anos, o Brasil realizou doações de medicamentos contra a leishmaniose, bem como de vacinas contra a COVID-19. A Guiana, por sua vez, contribuiu para o combate à filariose no Brasil.

[139] Os principais ilícitos na zona de fronteira estão relacionados a contrabando e receptação de automóveis e motocicletas roubados no Brasil; contrabando de mercúrio para utilização no garimpo; descaminho, em direção ao Brasil, de alho e mercadorias provenientes da China; e descaminho, em direção à Guiana, de bebidas alcóolicas.

Cooperação Científica e Tecnológica: Em 1982, Brasil e Guiana celebraram Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, que se encontra atualmente em vigor.

Cooperação Humanitária: Em abril de 2024, a pedido do governo guianense, foi enviada às regiões afetadas pelos incêndios que atingiram o país vizinho missão de assistência humanitária brasileira, composta por bombeiros militares especialistas em combate a incêndios florestais.

X. Relações Brasil-Haiti

Marcos: 1928: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1982: Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto do Haiti, Jean Robert Estimé, a Brasília; 2004: Estabelecimento da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob comando do Brasil; 2008: Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Porto Príncipe; 2010: Participação do presidente René Préval na I Cúpula Brasil – CARICOM; 2012: Visita da presidente Dilma Rousseff ao Haiti.

Embaixada: A legação do Brasil em Porto Príncipe foi elevada à condição de Embaixada em 1953 (Decreto nº 32.081, de 12 de janeiro 1953).

Coordenação Política

Visitas de Alto Nível: Do lado brasileiro, além da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, e da presidente Dilma Rousseff, em 2012, os chanceleres Antonio Patriota (fevereiro e julho de 2011), Luiz Alberto Figueiredo Machado (2013) e Aloysio Nunes Ferreira (2017) estiveram no Haiti. Do lado haitiano, além do ministro das Relações Exteriores e Culto do Haiti, em 1982, e do presidente René Préval, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, em 2010, estiveram no Brasil a primeira-dama do Haiti Sophia Martelly, em 2011, o primeiro-ministro do Haiti Laurent Lamothe, em 2013, e o, chanceler Duly Brutus, em 2014. Em junho de 2023, o presidente Lula e o primeiro-ministro Henry encontraram-se em Paris, à margem da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global. Em novembro, Vieira encontrou-se, no Suriname, com o primeiro-ministro Ariel Henry, quando conversaram sobre a situação regional e a cooperação técnica entre os dois países. Em junho de 2024, a secretária-geral, embaixadora Maria Laura da rocha, encontrou-se com a chanceler haitiana, Dominique Depuy, à margem da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando trataram do relacionamento bilateral, de iniciativas de cooperação e da conjuntura do país africano.

Discurso Oficial: O relacionamento bilateral é marcado pela cooperação técnica e pelo diálogo político de alto nível. Na última década, a política externa do Brasil, em suas relações bilaterais com o Haiti, esteve concentrada no apoio à reconciliação política nacional, coordenada no âmbito do *Core Group*[140]; na política migratória especial para cidadãos haitianos; na participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e na Missão das Nações

---

[140] A resolução do CSNU 1542, de 2004, determinou que haveria apoio à promoção do diálogo e da reconciliação nacional, à organização, supervisão e realização das eleições municipais, parlamentares e presidenciais. A resolução previu o estabelecimento de um *Core Group*, presidido pelo representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, como braço político e civil da MINUSTAH, destinado a apoiar e fomentar a pacificação, por meio, inter alia, da intermediação de contatos, da persuasão e da promoção do consenso entre as partes políticas. O grupo deliberava e se manifestava publicamente mediante notas à imprensa. Devido à relevância de sua presença militar e à liderança das tropas, o Brasil obteve o direito de participar do *Core Group*. Em dezembro de 2017, já no âmbito da MINUJUSTH, tomou-se decisão de relançar o *Core Group* como mecanismo de apoio ao mandato da nova missão. O *Core Group* reúne representantes especiais da ONU e da OEA e embaixadores de Brasil, Canadá, União Europeia, França, Alemanha, Espanha e EUA, para apoio à solução na corrente crise política naquele país. No contexto do grupo, o Brasil tem defendido a busca de soluções haitianas integradas, estruturantes e sustentáveis para os problemas do país, como única maneira de realizar a transição para um sistema político e administrativo livre da dependência internacional, que possa exercer plenamente a soberania em favor do povo haitiano e promover o desenvolvimento econômico e social. A participação no *Core Group* deu ao Brasil perfil elevado no contexto das relações exteriores do Haiti, já que o colegiado tem mantido constantes deliberações internas e frequentes contatos nos mais altos níveis da administração e do sistema político haitiano.

Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH); na prestação de assistência humanitária; e na cooperação técnica. Na OEA, o Brasil é membro do “Grupo de Amigos do Haiti” e mantém com a organização projeto de cooperação em apoio aos processos eleitorais e ao fortalecimento institucional daquele país. Em setembro de 2022, o governo brasileiro divulgou nota, corroborando os termos da “Declaração Especial sobre a necessidade de prestar apoio à República do Haiti”, emitida pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), conforme o compromisso do Brasil com a superação da crise multidimensional do Haiti. Em setembro, o chanceler Mauro Vieira recebeu a representante-especial do SGNU para o Haiti, María Isabel Salvador, que chefia o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH, na sigla em inglês), para conversa sobre como o Brasil poderia contribuir para solucionar a crise no país. Em outubro de 2023, o Brasil presidiu a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas que aprovou a renovação do regime de sanções aplicado a indivíduos designados pelo Comitê de Sanções sobre o Haiti. Em fevereiro de 2024, o Brasil e os EUA presidiram, à margem de encontros dos chanceleres do G20, reunião sobre o Haiti em prol da Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS), aprovada em outubro de 2023, durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em março de 2024, ante a grave deterioração da situação de segurança pública no Haiti, que levou à decretação do estado de emergência naquele país, o Brasil conclamou a comunidade internacional a adotar, com urgência, passos concretos para apoiar o país, em particular por meio da implementação da Resolução 2699 (2023) do Conselho de Segurança da ONU, que cria a MSS, bem como por meio de ações em prol do desenvolvimento do país. Ainda em março de 2024, o governo brasileiro saudou o entendimento alcançado em 11 de março, entre os principais grupos políticos haitianos, para o estabelecimento de Conselho Presidencial de Transição, que deverá dirigir o país até a realização de eleições. Em abril de 2024, o governo brasileiro saudou a publicação, no Haiti, de decreto de criação do Conselho Presidencial de Transição[141], órgão colegiado que governará o país até a realização de eleições, e cumprimentou o seu presidente Edgard Leblanc Fils, pela nomeação pelo colegiado haitiano.

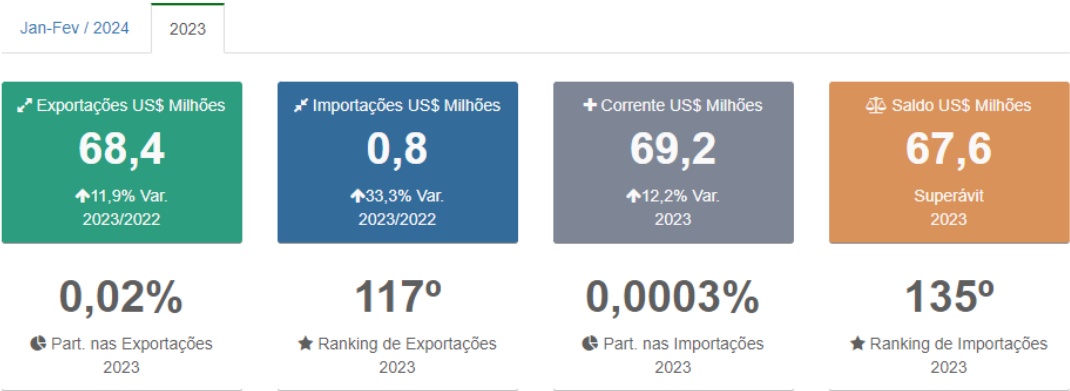
Segurança e Defesa: Merece destaque no histórico do relacionamento o papel desempenhado pelo Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês), entre 2004 e 2017. O Brasil foi o maior contribuinte de tropas da MINUSTAH, tendo aportado 26 contingentes militares, com um total de 37 mil soldados[142]. Ao Brasil coube o comando militar da missão durante os 13 anos de permanência no país, fato inédito na história das operações de paz das Nações Unidas. O Brasil adotou estratégia de ação baseada em apoio à população local, ações sociais, patrulhas a pé, ações de inteligência e uso mínimo da força. Essa linha de ação contribuiu para que resultados positivos fossem observados, tais como a queda na criminalidade e o controle de territórios antes dominados por gangues. Mesmo com o encerramento da MINUSTAH, o Brasil renovou seu comprometimento com o desenvolvimento institucional do Haiti e a melhora das condições de vida do povo haitiano por meio de engajamento na Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH, na sigla em inglês), que também já foi encerrada. O ex-chanceler Aloysio Nunes esteve naquele país em 2017, quando da cerimônia de passagem de comando do 25º para o 26º e último contingente militar de tropas

---

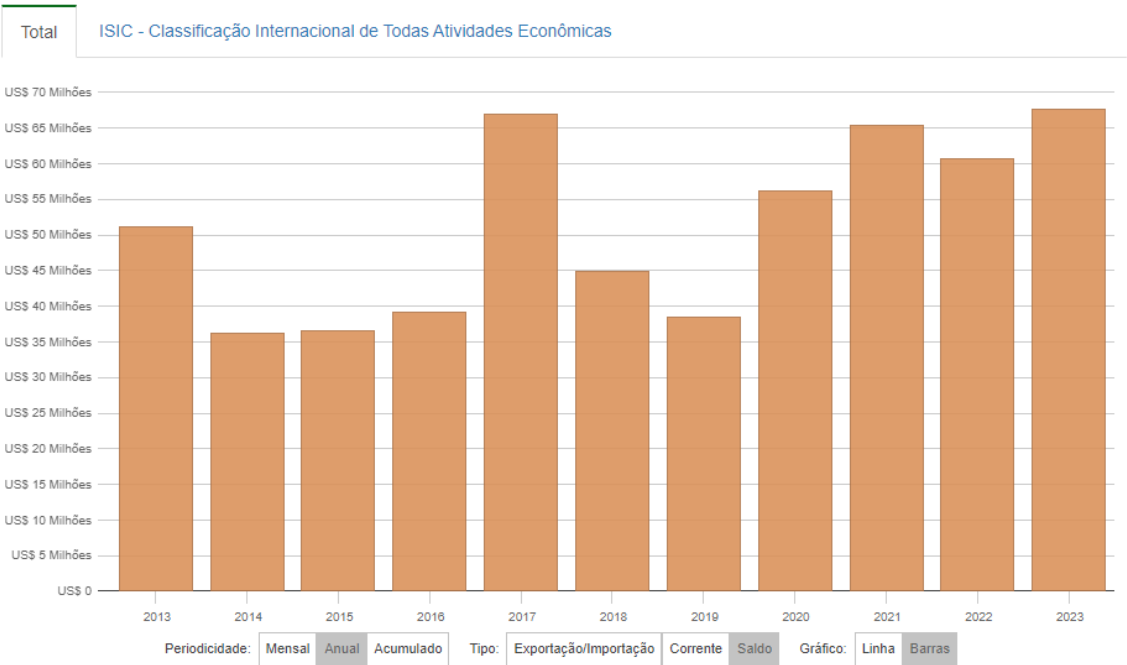
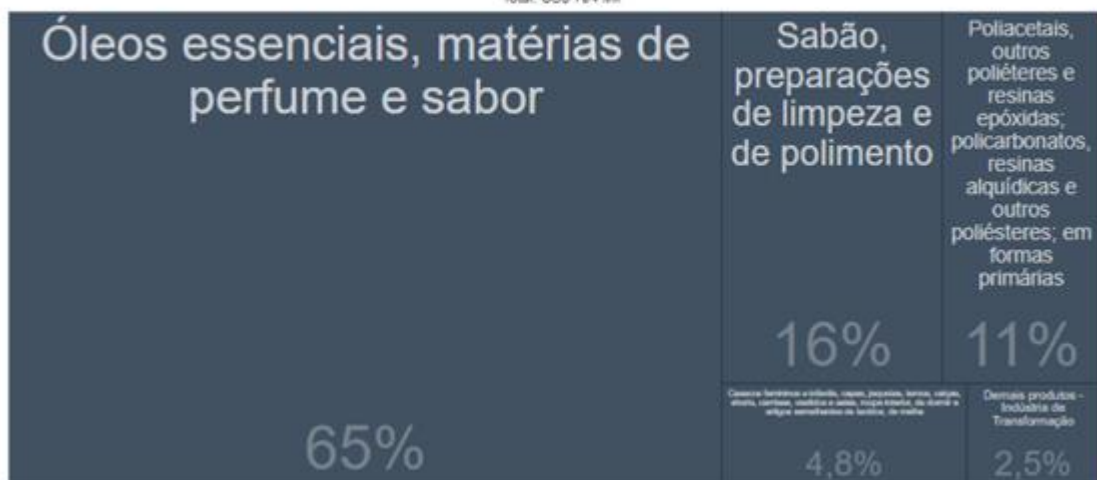
[141]A formação do Conselho Presidencial fundamenta-se no acordo alcançado entre as principais forças políticas haitianas, em reunião organizada pela CARICOM, em Kingston, em 11 de março de 2024.
[142] Ao todo, 18 soldados brasileiros morreram no terremoto de 2010, e outros seis morreram por causas diversas. Não há registro de morte de soldados brasileiros em operações militares de patrulhamento de ruas ou em confrontos armados contra gangues, apesar de terem sido expostos a situações de risco extremo.

brasileiras da MINUSTAH, marcando assim o período final da bem-sucedida atuação do Brasil no âmbito da missão. Mais de 36 mil militares brasileiros passaram pela missão desde seu estabelecimento, em 2004, fazendo do Brasil o maior país contribuinte de tropas. Durante todo este período, o componente militar da MINUSTAH esteve sob o comando de oficiais brasileiros. A cooperação na área de engenharia militar, concebida em 2013 e consubstanciada no Ajuste Complementar em Engenharia Militar (2014), previa a designação e o envio de militares brasileiros ao Haiti e a vinda de haitianos ao Brasil para receber treinamentos. Após consultas ao Ministério da Defesa, estimou-se que não haveria possibilidade de atender às solicitações haitianas no curto prazo, particularmente no que diz respeito ao acordo sobre engenharia militar. Além da implementação do ajuste complementar, autoridades haitianas têm solicitado apoio para o processo de remobilização das Forças Armadas do Haiti, bem como doações de equipamentos militares. O cerne da questão, no entanto, parece ser a preocupação de que eventual reaparelhamento das Forças Armadas haitianas possa reanimar ânimos golpistas dos períodos Duvalier (Papa Doc) e Jean-Bertrand Aristide. O Brasil indicou, em 2023, que dará apoio à formação e ao treinamento de policiais haitianos, por meio da ABC e da Academia Nacional de Polícia.

Comércio

Marcos: O valor total do comércio é ainda modesto e está aquém do potencial real, sobretudo se considerada a demanda do Haiti por alimentos e produtos agrícolas, áreas em que o Brasil é altamente competitivo. Tendo em conta que metade dos alimentos consumidos no país são importados, as perspectivas para o setor agropecuário brasileiro são positivas. O Haiti importa arroz, trigo, milho, carne de aves congeladas, miúdos bovinos congelados e carne suína congelada. Há alguma presença de produtos brasileiros em supermercados e fornecedores especializados, especialmente alimentos processados (biscoitos e massas), alimentos para animais de estimação e bebidas.

Série histórica - Parceiro: Haiti
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 70 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 30 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 10 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Haiti
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 70 Milhões
US$ 65 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 55 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 45 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 35 Milhões
US$ 30 Milhões
US$ 25 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 15 Milhões
US$ 10 Milhões
US$ 5 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Haiti

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Haiti

Cooperação

Cooperação Técnica: A cooperação entre Brasil e Haiti está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, firmado em 1982 e promulgado em 2004. A partir de 2010, ano do terremoto que vitimou mais de cem mil pessoas e gerou prejuízos no montante de 120% do produto interno bruto (PIB) haitiano, o país caribenho passou a contar com uma das mais expressivas carteiras de projetos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Além dos projetos financiados pela ABC, destacam-se os projetos no Haiti financiados pelo Fundo IBAS. O primeiro, "Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos: Uma Ferramenta para a Redução da Violência e Conflito", em Carrefour Feuilles (Fases I e II), em Porto Príncipe, foi um projeto que ajudou a desenvolver uma cultura em torno da coleta e disposição de resíduos intensivos em mão de obra e melhorou os meios de subsistência, ao auxiliar nos esforços de pacificação e ao reduzir a incidência de doenças. A primeira fase do projeto ocorreu entre 2006 e 2007 e a segunda, entre 2007 e 2011. O segundo projeto financiado pelo Fundo IBAS no Haiti foi o "Promover a integração socioeconômica de crianças e jovens vulneráveis", entre 2015 e 2017, que ofereceu treinamento profissional, incluindo o desenvolvimento de habilidades em empreendedorismo, além de educação básica e colocação no mercado de trabalho.

Saúde: A área da saúde constitui um dos principais eixos da cooperação com o país. Entre os projetos desenvolvidos em saúde, destaca-se o de fortalecimento da autoridade sanitária do Haiti (Projeto-saúde), assinado em 2010. No âmbito desse projeto, foram realizados: a construção de três Hospitais Comunitários de Referência (inaugurados em 2014, como parte de cooperação tripartite Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema e dos serviços públicos de saúde e de vigilância epidemiológica em execução desde 2010); a reforma de outras unidades de saúde e a aquisição de 30 ambulâncias; o pagamento de bolsas para a formação de recursos humanos; o fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica e do Programa Haitiano de Imunização e

Comunicação e Informação em Saúde[143]. Em continuidade à cooperação trilateral para fortalecimento da autoridade sanitária do Haiti, foi assinado o projeto Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti, financiado com recursos do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH) e orçado em US$ 20 milhões. O projeto visava à manutenção dos três Hospitais Comunitários de Referência (HCR) e do Instituto Haitiano de Reabilitação, além de fortalecer a gestão e a governança na saúde pública haitiana, bem como finalizar a transferência da administração dos HCR para o Haiti. O governo brasileiro, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do coronavírus, realizou doação para fortalecer a resposta do governo haitiano à COVID-19[144]. Além da doação concretizada com apoio do PMA, o governo brasileiro promoveu a realocação de US$ 2,4 milhões no âmbito de projeto de assistência. Em agosto de 2020, com apoio do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), foram entregues US$ 400 mil em equipamentos de proteção, além de US$ 100 mil em peças de manutenção para ambulâncias do *Centre Ambulancier National* (CAN), estruturado com recursos brasileiros. Em 2021, o Brasil doou amostras de kits de amplificação de testes para detecção do COVID-19 e, em março do mesmo ano, foi organizada missão oficial do Ministério da Saúde ao Haiti, em seguida à doação de 30 mil unidades de insumos de amplificação para teste RT-PCR.

Educação e Cultura: O projeto "Centro de Formação Profissional Brasil-Haiti"[145], de educação técnica, é resultado da parceria da ABC com o SENAI e o PNUD. O projeto já atingiu a fase da capacitação de gestores e instrutores dos futuros centros, mediante plataforma de ensino à distância desenvolvida em 2020, especialmente para o projeto, pelo SENAI/Brasil. O atual Instituto Guimarães Rosa em Porto Príncipe foi fundado simbolicamente ao final de 2006 como Centro Cultural Brasil-Haiti (CCBH), o qual começou suas atividades em 2008, tendo como objetivo fundamental realizar a promoção da cultura brasileira no Haiti, através de atividades culturais e da difusão da língua portuguesa de variante brasileira. O Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira é o carro-chefe das atividades desde a fundação do CCBH. O centro também oferece curso de informática em português, cursos de música brasileira, aulas de danças brasileiras e haitianas, aulas de capoeira, exposições de fotografia e de artes plásticas. Além disso, possui a Biblioteca Milton Santos, com livros brasileiros e haitianos, em um acervo com cerca de 6 mil livros, e uma videoteca, que desde 2013 oferece ao público em geral a possibilidade de assistir a filmes brasileiros.

Esporte: Está em vigor projeto de cooperação técnica em futebol, o "Inclusão social por meio da prática esportiva em futebol - FASE III". Foi concluída a Missão de técnicos do Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do Rio de Janeiro ao Haiti para capacitação de técnicos e alunos da Escola Nacional de Talentos Esportivos e o estudo de viabilidade para implementação de futuro projeto estruturante de cooperação técnica na área de desenvolvimento esportivo. Destaca-se ainda a atuação do time de futebol Pérolas Negras, criado no Haiti pela ONG Viva Rio. Em 2016, o Pérolas Negras foi convidado pela primeira vez para jogar a Copa São Paulo de Futebol Júnior e, em 2017, disputou pela primeira vez o Campeonato Carioca de Futebol, na série C. A CBF passou a considerar atletas refugiados e imigrantes por razões humanitárias como brasileiros,

---

[143] Foram construídos três depósitos de vacinas, em Fort Liberté, em Port de Paix e em Jérémie, e doadas quantidades significativas de vacinas.
[144] Os itens adquiridos pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), com os recursos brasileiros, incluem 20 mil máscaras FFP2/N95; 10 mil vestes de proteção; 56 mil luvas de nitrilo; e 6 mil "face shields".
[145] Também financiado com recursos do FRH, com contribuição brasileira no valor de US$ 17 milhões.

o que possibilita que o Pérolas Negras dispute torneios oficiais sem ultrapassar o limite de até cinco jogadores estrangeiros por partida.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Em razão do terremoto em 2010, o Brasil tem adotado, desde 2012[146], política migratória especial de caráter humanitário para haitianos. Além disso, mais de 43 mil haitianos que ingressaram irregularmente em território nacional através da fronteira da Bolívia com o Acre tiveram sua situação regularizada em 2015. O saldo estimado de haitianos com situação migratória regular no Brasil é de cerca de 120 mil pessoas. Em 2017, entraram em vigor a nova Lei de Migração e o Decreto 9.199/17, que regula a referida lei. A mudança no marco legal implicou alteração no regime de concessão de vistos e criou categoria específica de visto temporário para acolhida humanitária, o Visto Temporário III (VITEM III). Em abril de 2018, foi aprovada a Portaria Interministerial nº 10[147], que permitiu a manutenção da política migratória de acolhida humanitária em território brasileiro de cidadãos haitianos e apátridas residentes no Haiti. Nos anos seguintes à revogação do limite de 1.200 vistos anuais, a concessão de Vitem-III manteve-se por volta dos dois mil vistos anuais, até marcar significativa ascensão em 2018 (2.928 vistos) e 2019 (5.463 vistos). Em 2020, dos 6.422 vistos concedidos pela Embaixada do Brasil no Haiti, 5.381 foram Vitem III, cerca de 83% do total e mais de 4 vezes o limite inicial estabelecido pelo legislador em 2012. O estabelecimento da comunidade haitiana no Brasil, seja por meio de obtenção de visto humanitário, seja por imigração irregular posteriormente regularizada, tende a desencadear significativo fluxo migratório de reunião familiar (Vitem XI), em números crescentes, paralelamente ao fluxo originário da concessão de Vitem III, nos termos do art. 14 da Lei 13.445/17. Atualmente, o Brasil acolhe haitianos através da Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 37, de março de 2023, em razão do agravamento progressivo das condições internas naquele país. Segundo o “Informe sobre o mercado de trabalho formal para haitianos no Brasil”, publicado em agosto de 2023, o saldo de contratações de haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro é de 45.655 pessoas, entre janeiro de 2012 a agosto de 2023. Em 2023, a ACNUR estima haver 161 mil haitianos no Brasil. Estima-se haver 30 brasileiros residentes no Haiti[148].

Cooperação Humanitária: O Brasil atuou em várias frentes de assistência humanitária para o alívio do estado de emergência provocado pela passagem do furacão Matthew, em outubro de 2016. A contribuição brasileira[149] destinou-se à adoção de medidas emergenciais em apoio ao fortalecimento de mecanismos de resposta a emergências no país, realizadas no âmbito do projeto *Strengthening Emergency Preparedness and Resilience in Haiti*. A resposta humanitária do governo brasileiro também incluiu a doação de filtros e reservatórios de água, assim como a

[146] A Resolução Normativa CNIg 97, de 2012, tratou da regulamentação da concessão de visto humanitário a haitianos com fundamento na crise humanitária desencadeada pelo terremoto de 2010. Havia limite de 1200 vistos humanitários por ano, mas esse limite foi revogado pela Resolução CNIg 102, de 26/04/2013. A Resolução 97/2012 foi prorrogada, pelos quatro anos seguintes e sem qualquer menção ao limite original, pelas Resoluções CNIg 106/2013, 113/2014, 117/2015 e 123/2016.
[147] A Portaria Interministerial 10/2018 foi substituída, praticamente sem alterações, pela Portaria 12, de 20/12/2019 e pela Portaria 13, de 16/12/2020.
[148] O número de brasileiros residentes no Haiti consta no levantamento divulgado pelo Itamaraty em agosto de 2023, “Comunidades brasileiras no exterior – ano base 2022”. Em 10 de abril de 2024, no contexto do agravamento da situação de segurança no Haiti e do fechamento prolongado do aeroporto internacional de Porto Príncipe, o governo brasileiro realizou operação de evacuação em benefício de sete brasileiros que manifestaram a intenção de deixar aquele país. Segundo a Nota à Imprensa n° 151, para além dos sete repatriados, outros 59 nacionais identificados pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe decidiram permanecer no país ou optaram por sair por meios próprios.
[149] O governo brasileiro contribuiu com US$ 400 mil à FAO.

entrega de vacinas contra cólera. Em resposta ao terremoto de 2021, o Brasil enviou missão humanitária multidisciplinar, transportada por aeronave cargueira KC-390 Millenium, da Força Aérea Brasileira. Trinta e dois bombeiros e um representante do Ministério do Desenvolvimento Regional partiram de Brasília, acompanhados por carga de cerca de sete toneladas de materiais e equipamentos de emergência, além de 3,5 toneladas de medicamentos e insumos estratégicos do Ministério da Saúde. A equipe incorporou pessoal com a experiência adquirida na missão humanitária brasileira enviada a Moçambique, em 2019, para auxiliar no pós-desastre da passagem dos ciclones Idai e Kenneth sobre aquele país. A missão levou também kits de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica emergencial, doados pelo Ministério da Saúde, com capacidade de atendimento de até dez mil pessoas por um mês. Foi realizada também missão consular itinerante aos departamentos de Sud, Nippes e Grand`Anse.

Cooperação Diplomática: Em maio de 2013, foi celebrado Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cultos da República do Haiti sobre Cooperação em Formação de Diplomatas, o qual está em vigor desde julho de 2016.

XI. Relações Brasil-México

Marcos: 1834: Duarte da Ponte Riveiro entrega credenciais como encarregado de negócios perante governo do México[150]; 1914: Brasil, Argentina e Chile participam da Conferência de Niagara Falls, para mediação concernente ao conflito entre México e Estados Unidos (EUA)[151]; 1933: Assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação ("Pacto Saavedra Lamas"), entre Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai; 1945: O Brasil assina a Ata de Chapultepec, aprovada no âmbito da Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, realizada na Cidade do México; 1960: Adolfo Mateos realiza a primeira visita oficial de um presidente mexicano ao Brasil; 1962: Abstenção de Brasil e México, além de Argentina, Bolívia, Chile e Equador, em relação à proposta de exclusão de Cuba da OEA (*outer six*), e visita do presidente Goulart ao México; 1967: O Brasil assina o Tratado de Tlatelolco, celebrado na Cidade do México; 1978: Convênio de Amizade e Cooperação e visita de Geisel ao México; Década de 1980: Visita de Figueiredo ao México (1983) e três visitas de Sarney ao México (1985, 1987 e 1987), além de assinatura de acordos bilaterais em matéria de cooperação econômica, industrial, cultural e educacional, no contexto da visita do presidente José Portillo ao Brasil, em 1980; 1986: Criação do Grupo do Rio, com Brasil e México entre seus membros; Década de 1990: Visita de Collor para Cúpula Ibero-Americana (1991) e visitas de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao país vizinho (1996, 1999 e 2000); 2002: Assinatura do Acordo de Complementação Econômica (ACE) 53, entre Brasil e México – no contexto da visita de Vicente Fox –, e ACE-54 e ACE-55, estes entre México e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Embaixada: Em 1834, Duarte da Ponte Ribeiro faz entrega de credenciais como encarregado de negócios do Brasil junto ao Governo do México, contudo, a legação do Brasil só seria efetivamente criada em 1892, reunida com a da Venezuela. Após ser suprimida em 1895, a legação seria formalmente recriada em 1905. As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de embaixada em 1922. O Brasil não dispõe, atualmente, de consulado no México.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Binacional Brasil-México[152] (desde 2007, tendo-se reunido pela quinta e útima vez em 2023, na Cidade do México); Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais (a sexta reunião ocorreu em 2021 e 2022, em duas sessões); Conselho Empresarial Brasil-México (2019); e Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares (já se reuniu duas vezes).

[150] Seria o primeiro representante diplomático do Brasil perante o governo do México. Quatro anos antes, em 1830, os ministros plenipotenciários do México e do Império do Brasil em Washington haviam trocado correspondências quer versavam acerca da possibilidade do estabelecimento de relações bilaterais.

[151] Naquele ano, México e EUA romperam relações diplomáticas, e o Brasil passou a representar os interesses norte-americanos no México.

[152] Está subdivida nas seguintes subcomissões: a) Subcomissão de Assuntos Políticos; b) Subcomissão de Assuntos Econômicos, Comerciais e Financeiros; c) Subcomissão de Assuntos de Cooperação Técnico-Científica (VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, prevista originalmente para 2023, mas não realizada); e d) Subcomissão de Assuntos de Cooperação Educativo-Cultural. A próxima reunião da Comissão Binacional deverá ser realizada no Brasil, em 2025.

Visitas de Alto Nível: Entre os anos 2000 e 2015, todos os presidentes do México realizaram visita ao Brasil[153], embora Enrique Peña Nieto somente na condição de presidente eleito. O presidente Lula visitou o México, no decorrer dos seus governos anteriores, em 2003 e 2007. Desde 2015, foram realizadas quatro visitas brasileiras de alto nível ao México. A ex-presidente Dilma Rousseff realizou visita de Estado ao México, em maio de 2015, ao passo que os chanceleres Mauro Vieira e José Serra realizaram visitas oficiais à mesma cidade, em fevereiro e julho de 2016, respectivamente. Do lado mexicano, o chanceler José Antonio Meade visitou o Brasil, em maio de 2015, e Luis Videgaray visitou o País, em novembro de 2017. Os ex-presidentes Michel Temer e Enrique Peña Nieto reuniram-se à margem da Cúpula Aliança do Pacífico (AP)-MERCOSUL, em Puerto Vallarta, em julho de 2018. Em janeiro de 2023, houve a visita da primeira-dama Beatriz Gutiérrez Müller para a posse de Lula. Em abril de 2023, o chanceler Mauro Vieira visitou o México para a reunião da Comissão Binacional. À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com sua homóloga mexicana, Alicia Bárcena. Novo encontro aconteceu em fevereiro de 2024, à margem do G20, quando ambos trataram da agenda de visitas bilaterais de alto nível e dos avanços na implementação do visto eletrônico e manifestaram intenção de estreitar a cooperação bilateral, em especial na área de acesso a medicamentos e alimentos, bem como na programação cultural no contexto do ano Brasil-México. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone com o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, em abril de 2024. Na ligação, Lula prestou solidariedade a López Obrador após o episódio de invasão da embaixada do México em Quito, no Equador[154]. Lula aproveitou a conversa para expressar o desejo de visitar o México ainda este ano, antes do fim do mandato de López Obrador, que termina em setembro. Após a eleição de Claudia Sheinbaum, em junho, Lula telefonou para a presidenta-eleita, parabenizando-a pela vitória e reiterando a sua intenção de visitar o México para fortalecer as relações políticas e comerciais entre os dois países, no contexto do aniversário de 190 anos das relações Brasil-México.

Discurso Oficial: Brasil e México envidam esforços para a consolidação da relação bilateral madura, de alto nível e pragmática. Os países vivem, desde 2015, momento produtivo do relacionamento bilateral, caracterizado por entendimentos importantes em diversas áreas. Foram reativados diversos mecanismos bilaterais – com destaque para a Comissão Binacional, o Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais e o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica – e, em 2015 e 2016, retomadas as visitas de alto nível. Em todos os casos, trata-se de iniciativas que realçam a determinação política dos dois países de projetar visão estratégica para o relacionamento bilateral. O marco jurídico tem-se reforçado com a gradual entrada em vigor de importantes instrumentos assinados nos últimos anos, a exemplo dos acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), de Cooperação Aduaneira, de Serviços Aéreos e sobre Cachaça e Tequila, além de Memorandos de entendimento sobre cooperação em matéria de Defesa e de micro e pequenas empresas. Brasil e México têm experiência na área de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, fato importante na implementação da cooperação técnica. Trata-se de campo com grande potencialidade, especialmente em relação à cooperação trilateral na região latino-americana e caribenha. Em 2023, ambos os chanceleres reconheceram a

---

[153] Vicente Fox (2000, quando presidente eleito; 2002), Felipe Calderón (2006, quando presidente eleito; 2009) e Enrique Peña Nieto (2012, quando presidente eleito).

[154] Em uma operação policial, foi preso o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, que havia ganhado asilo político do governo mexicano e estava abrigado na sede diplomática. Um trecho da conversa entre os dois presidentes foi postado em vídeo na conta oficial de López Obrador.

necessidade de aprofundar a relação, inclusive por meio de troca de visitas presidenciais. Os atuais governos convergem em muitos temas, em especial prioridade para erradicação da pobreza e temas sociais.

Convergências

Convergências Multilaterais: Defendem a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), embora divirjam quanto ao formato, e expressaram mútuo reconhecimento pelo intercâmbio de apoios a suas candidaturas a membros não permanentes no CSNU, respectivamente para os biênios 2022-2023 e 2021-2022. Ambos os países integram com Argentina e Uruguai o grupo ABUM no âmbito do Comitê Especial sobre Operações de Paz das Nações Unidas (C-34). Ambos são promotores e signatários do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN) e integrantes da Coalizão da Nova Agenda e da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol), e acordaram, em 2023, estabelecer mecanismo bilateral de consultas sobre temas relativos ao desarmamento. Brasil e México, juntamente com Argentina e Chile, emitiram comunicado, em fevereiro de 2023, em que manifestam profunda preocupação com a decisão do governo israelense de expandir os assentamentos na Cisjordânia. Os países expressaram oposição a qualquer ação que comprometa a solução de dois Estados. O México manifestou disposição em trabalhar com o Brasil para o sucesso da 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), que será realizada em Belém.

Convergências Plurilaterais: O México é membro do G20, apoia a candidatura brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e integra o Grupo de Ottawa e o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como divergência, o México é do Unidos pelo Consenso nas discussões de reforma do CSNU.

Convergências Regionais: Ambos integram a Organização dos Estados Americanos (OEA) e apoiam o Grupo de Trabalho sobre a Nicarágua. O México foi um dos fundadores do Grupo de Lima, mas no atual governo não mais vem subscrevendo suas declarações. O Brasil apoia o processo de negociação, no México, entre governo e oposição venezuelanos, que já redundou, em novembro de 2022, em acordo parcial para a proteção social do povo venezuelano. Ambos apoiam esforços para estabilização da situação de segurança e política do Haiti. Ainda na esfera regional, mesmo durante a assunção da presidência mexicana (2020), o Brasil permaneceu com sua participação suspensa na CELAC, tendo indicado seu retorno ao mecanismo no início do terceiro mandato do presidente Lula. Os dois países apoiaram lados opostos no processo sucessório para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2020 e em 2022, e o México recebeu Evo Morales quando deixou a Bolívia em meio à crise eleitoral de 2019. Assim como o México, o Brasil é país garante na Mesa de Diálogos de Paz entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN). O segundo ciclo de negociações ocorreu entre 13 de fevereiro e 10 de março de 2023, na Cidade do México.

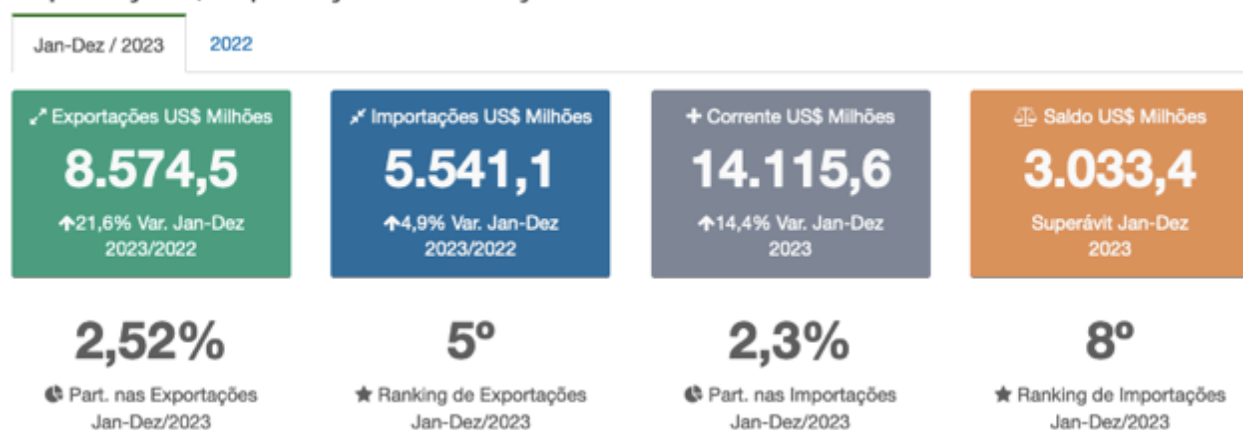
Segurança e Defesa: Em temas de segurança pública, destacam-se o Comitê Técnico sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, e para a Atenção e Proteção a suas Vítimas, e o Comitê de Cooperação contra o Narcotráfico, a Farmacodependência

e seus Delitos Conexos, cujas últimas reuniões se realizaram em fevereiro de 2022. Em matéria de defesa e segurança, concordaram em cooperar desde a troca de experiência envolvendo a participação em operações para manutenção da paz das Nações Unidas (inclusive entre CECOPAM e CCOPAB) até a exploração de sinergias na indústria da defesa. Em julho de 2017, houve a I Reunião de Chefes de Estado Maior das Forças Armadas dos dois países, assim como a realização, em abril do mesmo ano, de visita oficial ao México do então ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, ocasião em que participou de Seminário sobre Sinergias na Indústria de Defesa, à margem da Feira Aeroespacial México 2017. Em outubro de 2022, houve a II Reunião de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas. Em novembro de 2023, foi realizada a III Reunião de Coordenação entre o Comando do Exército Brasileiro e a Secretaria de Defesa Nacional mexicana (SEDENA). Está em consideração a elaboração de memorando de entendimento sobre segurança, intercâmbio de informações, pesquisa e capacitação.

Comércio

Marcos: Brasil e México são as duas maiores economias latino-americanas. O Brasil possui três Acordos de Complementação Econômica em vigor com o México (ACE-53, 54 e 55), todos assinados em 2002. O ACE 54 é um Acordo-Quadro que tem como objetivo criar uma área de livre comércio entre os Estados Partes do MERCOSUL e o México. Enquanto esse objetivo não é atingido, o comércio entre as partes é regulado por outros acordos atualmente em vigor – no caso do Brasil, pelo ACE-55 (MERCOSUL-México), que abrange produtos automotivos, e pelo ACE-53 (Brasil-México), que compreende produtos não automotivos. Entre 2016 e 2017, foram realizadas quatro reuniões negociadoras para a ampliação do ACE-53, que regula grande parte do comércio entre o Brasil e o México. O Brasil e o México estão negociando uma ampliação significativa do universo tarifário com preferências no âmbito do ACE-53, com a inclusão de novos produtos agrícolas e industriais. Atualmente, o ACE-53 estabelece a eliminação ou redução de tarifas de importação para um universo de aproximadamente 800 posições tarifárias (12% das linhas tarifárias), por meio da concessão de margens de preferências recíprocas entre Brasil e México. O instrumento prevê ainda que, no caso do Brasil, as importações de produtos constantes Acordo não estarão sujeitas à aplicação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). No último encontro negociador, reuniram-se os grupos de acesso a mercados, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio (por videoconferência), serviços, compras governamentais, coerência regulatória e solução de controvérsias. O relacionamento bilateral experimenta, ao longo dos últimos anos, dinâmica produtiva com a assinatura de diversos instrumentos, com destaque para os ACFI (2015, em vigor em 2018); de Serviços Aéreos (em vigor em 2018); de Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Aduaneiros (celebrado em 2018); de Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos[155] (em vigor em 2018); e de reconhecimento de operadores econômicos autorizados (de 2021). Brasil e México possuem relações econômicas e comerciais densas e significativas, que têm evoluído ainda mais com o estabelecimento, em março de 2019, do livre comércio de veículos leves, ao amparo do ACE-55. Em outubro de 2020, entrou em vigor o sétimo protocolo adicional ao Apêndice II do ACE-55, o qual estabeleceu que o comércio bilateral de veículos pesados (caminhões e ônibus) será

[155] Em fevereiro de 2016, Brasil e México concluíram negociações para o reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila. O principal objetivo é proteger a denominação de origem dos dois produtos. Ao reconhecer as indicações geográficas, o Acordo assegura a proteção dos dois países contra a concorrência desleal de produtos que queiram se beneficiar indevidamente da reputação dessas bebidas.

desgravado progressivamente até atingir o livre comércio em 1º de julho de 2023. O instrumento estabeleceu, também, o livre comércio das autopeças destinadas a esses veículos, a partir da data de sua entrada em vigor. Iniciativas recentes evidenciam como o comércio bilateral tem encontrado respaldo institucional para avançar de maneira sustentável. A abertura mútua dos mercados mexicano de arroz e brasileiro de feijão, acordada em maio de 2019, abriu caminho para a exploração de complementaridade em produtos agropecuários. Já a realização da reunião inaugural do Conselho Empresarial Brasil-México, na Cidade do México, em setembro de 2019, sinalizou a aproximação entre as comunidades empresariais dos dois países, com vistas ao aumento do conhecimento recíproco e à criação de novas oportunidades para dinamizar importantes fluxos econômicos bilaterais. Foram concluídos os textos de facilitação de comércio e coerência regulatória. Em 2018, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil e o Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia (COMCE) anunciaram o estabelecimento do Conselho Empresarial Brasil-México (CEBRAMEX), com o propósito de aproximar os empresários de diversos setores em ambos os países, além de propiciar maior e melhor conhecimento recíproco para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos bilaterais. O Conselho apoia o aprofundamento do ACE-53, com vistas ao livre comércio, e conta com a participação e o apoio do BID. Pode-se lembrar, ainda, que o Brasil e o México também se relacionam no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ou nos contatos entre MERCOSUL e AP. Em fevereiro de 2023, o México ampliou a abertura do mercado para a carne suína brasileira[156], após acordo, entre o Brasil e o país, concernente aos requisitos sanitários e ao Certificado Sanitário Internacional (CSI). No mês seguinte, houve a abertura do mercado mexicano para carne bovina brasileira. Em abril de 2023, o presidente Lula participou virtualmente de Cúpula da Aliança contra Inflação, convocada pelo presidente AMLO. Em outubro, abriu-se o mercado mexicano para sêmen equino brasileiro. Está em negociação protocolo modificativo do acordo bilateral sobre dupla tributação e prevenção da evasão fiscal em matéria de imposto de renda. Em janeiro de 2024, o México abriu seu mercado à importação de material genético asinino brasileiro; em maio, para o óleo de aves e o óleo de peixes, para alimentação animal, e pepsina suína produzidos no Brasil; e, em julho, para material genético avícola do Brasil.

[156] Com essa medida, o Brasil poderá exportar a carne *in natura*, sem a exigência de que tenha passado por processamento térmico. De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária, o México foi o segundo principal importador mundial de carne suína *in natura* em 2021.

Série histórica - Parceiro: México

Série histórica - Parceiro: México

Série histórica - Parceiro: México
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
US$ -500 Milhões
US$ -1 Bilhão
US$ -1,5 Bilhão
US$ -2 Bilhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: México
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 8,6 Bilhões
Veículos automóveis de passageiros
13%
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas
5,0%
Veículos rodoviários
2,7%
2,6%
2,0%
2,0%
Papel e cartão
1,8%
Soja
9,6%
Partes e acessórios dos veículos automotivos
4,3%
Açúcares e melaços
1,7%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais
5,8%
Demais produtos - Indústria de Transformação
3,9%
Milho não moído, exceto milho doce
4,9%
1,4%
Couro
Alumínio
Vidro
Celulose
Motores de pistão, e suas partes
5,2%
3,5%
3,4%

<u>Investimentos:</u> Assinado em 2015, o ACFI busca incentivar investimento recíproco por meio de mecanismo de diálogo intergovernamental. Ao abrigo do acordo, encontram-se a divulgação de oportunidades de negócios, o intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios e a adoção de mecanismo de prevenção e solução de controvérsias. Brasil e México são, também, os maiores captadores internacionais de investimentos na região. A previsibilidade do ambiente regulatório facilita os investimentos privados.

Investimentos do México no Brasil: O principal setor de investimentos mexicanos no Brasil é o de telecomunicações, com o Grupo Carso (Claro, Embratel e Net). Há também importantes investimentos em indústria de autopeças, sistemas de água, rede de cinemas e *free-shoppings*. Também se destacam a Coca-Cola Femsa, maior engarrafadora da Coca-Cola do mundo; a Bimbo, maior empresa panificadora do México; e a Mabe, empresa de eletrodomésticos com presença em mais de 70 países.

Investimentos do Brasil no México: O Brasil foi o 13º investidor no país entre 1999 e 2018, com estoque de US$ 3,4 bilhões. Há aproximadamente 650 empresas brasileiras ativas no México, entre as quais grandes companhias como Braskem, Gerdau, Odebrecht, Oxiteno, Stefanini, Totus, Unigel e WEG. O maior projeto brasileiro no México consiste na *joint-venture* entre a BRASKEM e a mexicana IDESA, para desenvolvimento do Projeto Etileno XXI, maior complexo petroquímico da América Latina, com investimentos de US$ 5,2 bilhões, financiados, em parte, pelo BNDES.

<u>Cooperação</u>
Cooperação Técnica: Os dois países possuem Grupo de Trabalho em Cooperação Técnica Brasil-México. Ambos os países também compartilham experiências reconhecidas no campo da

cooperação Sul-Sul (CSS) para o desenvolvimento: são os maiores ofertantes de CSS na região. Entre 2018-2021, houve programa de cooperação bilateral, integrado, entre outros, por projetos relacionados a políticas públicas para atenção à primeira infância; à unificação dos sistemas de informação dos programas sociais; e ao intercâmbio de experiências para o combate à obesidade. Para promover o intercâmbio de experiências entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), especialmente em temas como avaliação de projetos, valorização e quantificação da CSS, desenvolveram o projeto "Fortalecimento de Capacidades de Gestão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na América Latina – México-Brasil". Outras áreas de cooperação bilateral ou em conjunto com outros parceiros regionais incluem fortalecimento institucional das duas chancelarias, administração pública, cooperação humanitária, prevenção e combate a incêndios florestais, manejo de recursos hídricos, cooperação aeroespacial, nanotecnologia, biotecnologia, pesquisas físicas, cotonicultura, formação de técnicos especializados em agricultura, pecuária e silvicultura tropical, direitos humanos, desenvolvimento social, cooperação educacional e cooperação cultural. Em junho de 2024, ocorreu a VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México. O novo programa de cooperação entre as nações, adotado na ocasião, está composto de seis iniciativas nas áreas de: agricultura, especificamente no combate à mosca da fruta e apoio à produção de mamona; gênero, no combate à violência contra a mulher e política de cuidados; cooperação espacial, por meio do intercâmbio de conhecimentos sobre o programa Artemis; atenção a emergências, com treinamento de resgate em estruturas colapsadas; e programas sociais de inclusão digital.

Saúde: No México, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apoiou a expansão e a consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do México. A cooperação na área de saúde abrange a Rede de Bancos de Tumores da América Latina e Caribe (Reblac), a capacitação técnica em cancerologia e estratégias de combate à falsificação de medicamentos.

Cooperação Trilateral: Em termos de cooperação trilateral, a prioridade está na América Central. O programa bilateral de cooperação técnica tem ainda grande potencial a ser explorado, em particular no tocante a iniciativas de natureza trilateral na região latino-americana e caribenha.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira no México é estimada em 45 mil pessoas (2022). O Brasil recentemente fechou consulado-geral na capital mexicana, e os temas consulares voltaram à alçada da embaixada. Dada a reimposição de visto para brasileiros, os chanceleres dos dois países coincidiram na necessidade de chegar a uma solução negociada que permita a plena aplicação da supressão de vistos acordada bilateralmente. Em maio de 2023, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, afirmou que o México avaliava retirar a exigência de visto para brasileiros entrarem no país. Em julho, os dois países acordaram o estabelecimento, em futuro próximo, de sistema recíproco de vistos eletrônicos, sem perder de vista o objetivo comum da retomada gradual do Acordo de Isenção de Vistos.

Cooperação Jurídica: Durante visita do chanceler Mauro Vieira, em 2023, foi assinado acordo de extradição, atualizando marco anterior que data dos anos 1930. Estão em negociação Tratado sobre Cumprimento de Condenações Penais no Exterior e Acordo sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil.

Educação e Cultura: Há planos de trabalho para avançar a cooperação educacional e cultural bilateral. Entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, será realizado o Ano Dual "Presença do México no Brasil e do Brasil no México", em comemoração aos 190 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, que incluirá extenso programa de atividades culturais nas áreas de cinema, literatura, música, ensino de idiomas, gastronomia, artes visuais e artes plásticas, assim como diálogos bilaterais sobre temas e iniciativas de interesse comum e atividades esportivas. Os dois países deverão realizar atividades conjuntas para celebrar o 20º aniversário da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês). Há cúpulas de reitores de universidades dos dois países (a próxima será em 2024, no Brasil).

Cooperação Diplomática: Durante visita do chanceler Mauro Vieira, em 2023, foram assinados memorandos de entendimento em matéria de cooperação em pesquisa e atividades acadêmicas e de colaboração acadêmico-diplomática entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto Rio Branco (IRBr), do lado brasileiro, e a Secretaria de Relações Exteriores, do lado mexicano.

Turismo: Há memorando de cooperação turística de 2015. Chanceleres acordaram, em 2023, elaborar plano de ação a respeito.

XII. Relações Brasil-Nicarágua

Marcos: 1905: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1953: Visita do presidente Anastasio Somoza ao Brasil; 1971: Visita do ministro Mario Gibson Barboza, a primeira de um chanceler brasileiro à Nicarágua; 1985: Constituição do Grupo de Apoio ao Grupo da Contadora[157]; 1986: Visita do presidente Daniel Ortega ao Brasil; 1992: Visita da presidente Violeta Chamorro ao Brasil; 2018: O governo brasileiro condena a violência no contexto da crise política nicaraguense e insta o governo daquele país a criar as condições para a retomada do diálogo nacional. 2020: Brasil condena atos antidemocráticos e atentatórios aos Direitos Humanos e participa de resolução da OEA, como copatrocinador, que insta o governo da Nicarágua promover reformas eleitorais.

Embaixada: Em 1906, é criada a Legação do Brasil em Cuba, cumulativa com a Nicarágua. Em 1950, passar a haver uma legação própria do Brasil na Nicarágua, que é elevada à categoria de Embaixada em 1953.

Coordenação Política:
Visitas de Alto Nível: Em seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o presidente Arnoldo Alemán, em São José da Costa Rica, em 2000, e com o presidente Arnoldo Alemán, no Panamá, em 2002. Em 2007, o presidente Lula realiza uma visita de Estado a Manágua, a primeira visita oficial de um mandatário brasileiro à Nicarágua. No mesmo ano, uma missão interministerial nicaraguense visita o Brasil para tratar dos projetos hidrelétricos de Bobokê e Tumarín. No ano seguinte, ocorre encontro do chanceler Celso Amorim com o seu homólogo Samuel Santos López à margem da 63ª Assembleia-Geral da ONU, além de visita do chanceler Santos López ao Brasil. Ainda em 2008, o presidente Daniel Ortega participa da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe. Em 2010, o presidente Daniel Ortega retorna ao Brasil, para a primeira visita bilateral em seu segundo mandato. No ano seguinte, ocorre visita do chanceler Samuel Santos López ao Brasil.

Discurso Oficial: Tradicionalmente cordial, porém distante, o relacionamento Brasil-Nicarágua apresentou esboço de aproximação na década de 1980, por meio da atuação do Grupo de Apoio a Contadora, no contexto dos esforços pela promoção da paz na América Central. O relacionamento bilateral ganhou dinamismo e densidade a partir da primeira década do século XXI, quando um conjunto de iniciativas de alto nível contribuiu para elevar o diálogo com os países da América Central a um patamar inédito na história. No ano 2000, celebrou-se a primeira reunião de cúpula com os países do SICA (Sistema da Integração Centro-Americana), ainda sob o nome de Reunião de Cúpula entre o Brasil e os Países do Istmo Centro-Americano e a República Dominicana. O ano de 2016 foi marcado por distanciamento entre os dois países. A reação nicaraguense à mudança política no Brasil centrou-se na participação em gestos coletivos de repúdio dos países da ALBA na OEA e na ONU. No plano interno, a postura se manteve contida e nas relações bilaterais propriamente ditas repetiram-se as expressões de anseio de "respeito mútuo" no que se refere aos

[157] O Grupo da Contadora foi constituído em 1983 (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) em contexto de intervenções militares dos EUA na região e de guerra civil na Guatemala, Nicarágua e El Salvador. O Grupo surgiu para lançar um plano de paz que foi efetivamente lançado, mas nunca implementado. A ideia de articulação político diplomática de alguns países da América Latina era vista como uma alternativa à OEA, organismo no qual se percebia enorme influência dos EUA. Em 1985 foi criado o Grupo de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), que respaldava o Grupo da Contadora.

temas de política interna. Houve uma breve tendência de retomada, no curso de 2017 e início do ano seguinte. As relações bilaterais, porém, deterioraram-se outra vez a partir da crise política na Nicarágua, que se iniciou com as manifestações de abril de 2018 e que desataram quadro de repressão. No terceiro governo Lula, houve leve inflexão na posição que o Brasil adotava desde 2018, pois o governo passou a adotar postura ainda mais conciliatória.

Posição do Brasil sobre a crise na Nicarágua: Durante os governos Temer e Bolsonaro, o Brasil privilegiou o tratamento da crise nicaraguense no âmbito da Organização dos Estados Americanos, onde participa ativamente de todas as instâncias de discussão sobre a crise. Associou-se à Declaração de Apoio ao Povo da Nicarágua (aprovada na 48a Assembleia Geral da OEA, 5/6/2018) e à resolução intitulada "A Situação na Nicarágua" (49a Assembleia-Geral, 28/6/2019), além de haver estendido copatrocínio às resoluções do Conselho Permanente sobre o assunto (18/7, 2/8 e 12/9/2018; 21/5/2019; e 15/6/2021). No caso da resolução de junho de 2019, empenhou apoio à criação de grupo de trabalho específico - ao qual se integrou ativamente - de modo a contribuir em favor: i) do processo de diálogo nacional (incluindo medidas de apoio, acompanhamento e verificação); e ii) da busca de soluções pacíficas e sustentáveis para a crise. O referido grupo de trabalho é integrado pelo Brasil, Argentina, Canadá (presidente), Chile (vice-presidente), Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guiana, México, Panamá e Peru. Ainda em 2019, o Brasil endossou o relatório da Comissão da OEA sobre a Nicarágua no sentido de existir no país alteração da ordem constitucional e atuação sistemática, por parte do governo, de restrição aos direitos dos cidadãos. Em notas à imprensa (28/5, 18/6, 15/7, 24/7, 25/7 e 17/12/2018; 16/4 e 25/7/2019; e 22/12/2020), que obtiveram repercussão na mídia nicaraguense, o governo brasileiro condenou as situações de violência e intimidação, bem como a perseguição às entidades de defesa dos direitos humanos e a meios de comunicação. Instou também o governo da Nicarágua a restabelecer a convivência pacífica, o funcionamento das instituições democráticas e o diálogo nacional. Em 2020, o Brasil defendeu a implementação, pela Nicarágua, das medidas previstas na resolução AG/RES. 2962 (L-O/20) ("Restauração das instituições democráticas e do respeito pelos direitos humanos na Nicarágua por meio de eleições livres e justas"), adotada na Assembleia Geral da OEA, com vistas a promover reformas eleitorais que conduzam a eleições livres, justas, competitivas e legítimas, com observação eleitoral internacional independente. No terceiro governo Lula, houve leve inflexão na posição que o Brasil adotava desde 2018, pois o governo passou a adotar postura ainda mais conciliatória. Em organismos internacionais, tais como a OEA e ONU, o Brasil passou a defender que se mantivesse aberta a possibilidade de diálogo com o regime de Ortega. Em 2023, no âmbito da Assembleia Geral da OEA, o Brasil foi a favor da adoção de uma resolução que não só condenasse as violações de direitos humanos, mas que também manifestasse abertura ao diálogo. Ainda em 2023, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil não assinou uma declaração conjunta que denuncia os crimes contra a humanidade cometidos pelo regime Ortega, porque, segundo o chanceler Mauro Vieira, o documento traz "diferenças de linguagem e de enfoque" em relação ao que defende o governo do presidente Lula. No mesmo contexto, o Brasil reiterou o pedido de abertura de diálogo com Manágua. Também em 2023, Lula, após se reunir com o papa no Vaticano, anunciou que intercederia perante Ortega para que este libertasse o bispo Rolando Álvarez, condenado pelo regime Ortega a 26 anos de prisão. Em 2024, no âmbito da ONU, o Brasil reiterou o pedido de que sejam estabelecidos canais de diálogo com Manágua.

Convergências:

Multilaterais: A Nicarágua integra a mesma *constituency* do Brasil no Banco Mundial. Ademais, no comunicado conjunto da Cúpula Brasil-SICA, em 2008, foi reiterado o apoio da Nicarágua ao pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU.

Regionais: O Brasil é observador regional do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) desde 2008. São membros da SICA todos os países centro-americanos. Em dezembro de 2020, no contexto da LVII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, registrou-se no comunicado conjunto dos Estados Partes o seguinte parágrafo: "Valorizaram a apresentação a países da América Central e à República Dominicana de uma proposta de Termos de Referência para acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e os referidos países, com vistas a fortalecer a integração regional, mediante vínculos comerciais mais profundos". O MERCOSUL apresentou a todos os países da América Central proposta de início de negociações de acordo de livre comércio, em 2020. Em 2021, por ocasião da LIX Cúpula do MERCOSUL, afirmou-se o prosseguimento da atuação do MERCOSUL para expandir a fronteira de liberalização comercial do bloco na direção América Central e Caribe. Ademais, Brasil e Nicarágua são membros da CELAC e da OEA, e a Nicarágua está em adesão à ALADI.

Comércio:

Marcos: Foi firmado, em 1971, Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio, em vigor desde o mesmo ano.

Desafios: A redução do desequilíbrio e a eventual expansão do comércio entre os dois países enfrentam obstáculos de difícil transposição, como a composição da oferta exportável nicaraguense, com itens que o Brasil também produz, e as limitações estruturais da economia nicaraguense, de pequena dimensão e pouca diversidade. Em que pese o reduzido porte de sua economia, a Nicarágua oferece oportunidades a empresas brasileiras em processo de internacionalização, em particular quanto à possibilidade de acesso ao mercado dos EUA e da UE, decorrentes do Acordo de Livre Comércio EUA-América Central-República Dominicana (DR-CAFTA) e do Acordo de Associação América Central-União Europeia (AdA-UE). No âmbito do relacionamento MERCOSUL-SICA, também tem havido tentativas de aproximação.

Série histórica - Parceiro: Nicarágua
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 180 Milhões
US$ 160 Milhões
US$ 140 Milhões
US$ 120 Milhões
US$ 100 Milhões
US$ 80 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Nicarágua
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 180 Milhões
US$ 160 Milhões
US$ 140 Milhões
US$ 120 Milhões
US$ 100 Milhões
US$ 80 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Nicarágua

Jan-Fev / 2024 | 2023

Total: US$ 174 Milhões

Instalações e equipamentos de engenharia civil e contrutores, e suas partes 6,4%

Veículos automóveis de... 6,1%

Tratores 6,0%

Máquinas agrícolas (com exceção dos tractores) e suas partes 5,2%

Máquinas não elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos, e suas partes, n.e.p. 5,0%

Veículos rodoviários 3,1%

Demais produtos - Indústria de Transformação 2,8%

2,4%

Café torrado, extratos, essências e concentrados de café 2,4%

Máquinas e aparelhos elétricos 1,9%

1,3%

1,2%

Papel e cartão

Calçados

Milho não moído, exceto milho doce 38%

<u>Investimentos:</u> Em 8 de agosto 2007, o presidente Lula e o vice-presidente da Nicarágua, Jaime Morales, inauguraram, em Manágua, um Fórum de Comércio e Investimentos entre empresários brasileiros e nicaraguenses para explorar as oportunidades oferecidas pelo país centro-americano nos campos energético, têxtil e de infraestrutura. O Fórum incluiu quatro mesas de trabalho nas áreas de energia, infraestrutura, manufaturas leves e agroindustrial, que eram as áreas nas quais os empresários brasileiros haviam demonstrado maior interesse em investir na Nicarágua a curto e médio prazos. Em 2010, o Brasil colaborou com a Nicarágua ao autorizar o financiamento de US$ 342 milhões, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), para as obras da Usina Hidrelétrica de Tumarín que deveria atender aproximadamente 27% da demanda de energia elétrica do país. A difícil conjuntura política e econômica do Brasil a partir de 2015, contudo, impossibilitou a transferência de recursos do BNDES para a concretização da obra, o que obstaculizou o desenvolvimento do projeto. Em março de 2016, o governo nicaraguense decidiu pelo cancelamento amigável do empreendimento.

<u>Cooperação:</u>
Cooperação Técnica: A cooperação técnica figura entre os principais ativos diplomáticos do Brasil em suas relações com a Nicarágua. O programa bilateral está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Nicarágua, assinado em 2006 e promulgado em 2008.

Educação: Foi firmado, em 1971, já em vigor, Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Nicaraguenses. Nesse contexto, em

termos de cooperação educacional, foram selecionados, entre 2000 e 2016, 8 estudantes nicaraguenses para o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e 15 para o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB – "Becas Brasil"), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), 45 estudantes nicaraguenses foram selecionados para frequentar instituições de ensino superior brasileiras desde 2011. Ademais, em fevereiro de 2009, foi aberto o leitorado brasileiro na Nicarágua.

Cultura: Foi firmado, em 1953, Acordo Cultural entre Brasil e Nicaragua, que está em vigor desde 1956. Nesse contexto, foi inaugurado, em Manágua, em 1987, o Centro Cultural Brasil-Nicarágua (CCBN), atual Instituto Guimarães Rosa (IGR), que oferece cursos de língua portuguesa e promove atividades culturais como apresentações de música brasileira, espetáculos de dança e cultura brasileiras, exposições de artes plásticas e festivais de filmes brasileiros. No primeiro semestre de 2016, o CCBN recebeu cerca de 200 alunos em seus cursos de português e de cultura brasileira. O CCBN também conta com uma biblioteca com 3,8 mil títulos e mais de 600 vídeos. Em fevereiro de 2009, foi realizada a abertura de leitorado brasileiro na Nicarágua.

Cooperação Humanitária: O Brasil prestou assistência emergencial à Nicarágua, após a passagem do furacão Mitch, em 1998. Ademais, o Brasil vem, desde 2006, auxiliando a Nicarágua a recuperar-se de desastres naturais que frequentemente atingem seu território. Em 2013, foram doadas 1.695 toneladas de alimentos (arroz), com valor aproximado de US$ 804.479,42, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em 2014, foram doadas 600 toneladas de arroz, com valor aproximado de US$ 284.855,42, também por meio do PMA. Em 2015, foram doadas 100.800 cápsulas do medicamento Rifabutina 150mg, utilizado no combate à tuberculose.

Saúde: Foi inaugurado, em 2012, na Nicarágua, o primeiro Banco de Leite Humano, que beneficia cerca de 2.500 recém-nascidos por ano.

Telecomunicações: Em 2015, a Nicarágua confirmou a adoção do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T) de TV Digital. Também em 2015, foram colhidas assinaturas de acordos de cooperação entre o Instituto Nicaraguense de Telecomunicações e Correios (TELCOR) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Ministério das Comunicações e a empresa Embratel Star One.

Turismo: Foi firmado, em 2007, o acordo sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, que entrou em vigor em 2007. A crise política iniciada em 2018 afetou o fluxo de turistas. Segundo o Instituto Nicaraguense de Turismo (INTUR), o número de turistas brasileiros que visitou a Nicarágua, que oscilava acima de 4.000 pessoas até 2017, diminuiu para 3.147, em 2018, e para 3.009, em 2019. A cifra deve ter encolhido significativamente em função da pandemia do novo coronavírus. Mais de 20% dos turistas brasileiros ingressam na Nicarágua por via terrestre desde a Costa Rica. São jovens em busca do turismo de aventura e das praias de surf no litoral sul do país. Os dois terços restantes chegam pelo aeroporto internacional de Manágua.

Cooperação Financeira: Em 2002, Brasil e Nicarágua assinaram contrato de reestruturação da dívida nicaraguense, que previu abatimento de 95% do total, de acordo com parâmetros do Clube

de Paris para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). A Nicarágua tem quitado regularmente as parcelas. Em 2016, o Ministério da Fazenda constatou que o contrato jamais foi submetido à aprovação do Senado Federal, nos termos da resolução no 50, de 1993, daquela Casa Legislativa. O tema está sendo examinado no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE), que analisa a melhor maneira de encaminhar a questão.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Calcula-se, com base nos contatos mantidos pelo Setor Consular da Embaixada e na demanda por serviços consulares, que em 2022 não haja mais do que 180 brasileiros residentes na Nicarágua (contra estimadas 400 pessoas, em 2017). A crise política iniciada em 2018 levou muitos residentes brasileiros a deixarem o país. A comunidade encontra-se dispersa no país. Há contingente de missionários (evangélicos e católicos) de diversas denominações, incluindo familiares. A maioria, contudo, é de cônjuges de nicaraguenses que se radicaram na Nicarágua. Foi firmado, em 2007, acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, em vigor desde 2014. Em 2007, foi firmado Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua sobre Isenção de Vistos para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço, em vigor desde 2008. Em 2017, foi firmado acordo entre o Brasil e a Nicarágua sobre exoneração de vistos de turismo e de negócios.

XIII. Relações Brasil-Paraguai

Marcos: 1844: Brasil e Paraguai estabelecem relações diplomáticas, quando da designação de Pimenta Bueno como encarregado de negócios em Assunção; 1872: Assinatura do tratado de paz entre Brasil e Paraguai, substituído por novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1882; 1928: O presidente eleito do Paraguai, José Guggiari, visita o Brasil; 1932-1935: Brasil exerce papel de destaque na mediação da Guerra do Chaco, em relação ao qual manteve neutralidade; 1933: Assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação ("Pacto Saavedra Lamas"), entre Brasil e Paraguai, além de Argentina, Chile, Méxicoe Uruguai; 1941: Getúlio Vargas realiza a primeira visita oficial de chefe de Estado brasileiro ao Paraguai; 1943: Presidente Higinio Morínigo visita o Brasil; 1965: Inauguração da Ponte da Amizade; 1966: Ata das Cataratas, entre Brasil e Paraguai; 1969: Tratado da Bacia do Prata, entre Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia; 1973: Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai; 1979: Acordo Tripartite, entre Brasil, Argentina e Paraguai; 1975: Presidente Geisel realiza visita ao Paraguai, ocasião na qual é assinado o Tratado de Amizade e Cooperação, que estabeleceu a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaia; 1984: Inauguração da hidrelétrica de Itaipu; 1991: Tratado de Assunção; 1996-1998: Troca de visitas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1996 e 1998) e Raúl Cubas Grau (1998 e 1999[158]); Século XXI: intensificação de visitas de alto nível e de iniciativas de cooperação[159], com destaque para a assinatura do Acordo de Complementaridade Econômica (ACE) 74 e do primeiro protocolo adicional ao ACE (com o Acordo Automotivo), em 2020.

Embaixada: Há documentação indicando a existência do posto desde 1824. A legação brasileira foi elevada à categoria de embaixada em 1942. Há cinco postos consulares no Paraguai, além do setor consular na Embaixada em Assunção: consulados-gerais em Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá, e vice-consulados em Concepción e Encarnación. O Paraguai também tem uma grande rede de postos no Brasil. Além da embaixada em Brasília, tem consulados-gerais em Curitiba, Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e São Paulo e consulados em Guaíra, Ponta-Porã e Porto Murtinho[160].

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaia (1975); Comissão Binacional de Contas para Itaipu (2021); Mecanismo 2+2 entre Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos; Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Paraguai; Grupo de Cooperação Consular (1982); Comitês de Fronteiras.

---

[158] Também em 1999, o governo brasileiro concedeu asilo político a Raúl Cubas Grau, após sua renúncia.

[159] No período, destacam-se a doação de seis aeronaves T-25 Universal pela Força Aérea Brasileira (2005), a decisão de aumento do valor pago pelo Brasil pela cessão de energia de Itaipu (2005) e a doação de R$ 20 milhões ao Fundo de Apoio à Economia Paraguaia (2007), criado pelo Brasil. São, ainda, celebrados os acordos relativos à construção de segunda ponte internacional sobre o rio Paraná (2005), ao desenvolvimento sustentável e gestão integrada da Bacia do Rio Apa (2006), à cooperação em matéria de defesa (2007), aos serviços aéreos (2016), às localidades fronteiriças vinculadas (2017) e à construção de ponte internacional sobre o Rio Apa (2018).

[160] Em abril de 2024, o Paraguai confirmou o fechamento do consulado-geral de Porto Alegre e do consulado de Campo Grande, no âmbito de reestruturação do corpo de funcionários no exterior. Paraguaios residentes no Brasil, especialmente os membros da Comunidade de Paraguaios no Rio Grande do Sul, mobilizaram-se em reação ao anúncio do fechamento.

Visitas de Alto Nível: Houve frequentes visitas ao Paraguai dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, em seus primeiros mandatos, Dilma Rousseff e Michel Temer, seja bilaterais seja no contexto de cúpulas do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os presidentes Bolsonaro e Mario Abdo Benítez encontraram-se em Foz do Iguaçu, em agosto de 2022, ocasião na qual os chefes de Estado realizaram visita técnica na ponte que liga Foz do Iguaçu a Presidente Franco. Houve visita do presidente Mario Abdo Benítez a Brasília em 2021 e em 2019[161], e de Temer a Assunção em agosto de 2018, por ocasião da posse do presidente Benítez. Houve encontro de Benítez e Bolsonaro em Foz do Iguaçu, em 2020. Houve relevante frequência de visitas ao Paraguai pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para além da ocorrência de encontros bilaterais à margem das cúpulas do MERCOSUL, e pela presidente Dilma Rousseff. São, ademais, frequentes as visitas de chanceleres. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Mario Abdo Benítez para a posse de Lula. Em março de 2023, dois eventos destacaram-se: a visita oficial de Mauro Vieira ao Paraguai e o encontro entre o presidente Lula e o presidente Benítez, à margem da cerimônia de posse do novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, por sua vez, foi recebido em Assunção pelo chanceler do Paraguai, Júlio César Arriola. Durante a visita, os ministros discutiram os principais temas da agenda bilateral e houve troca de condecorações[162]. Ademais, o Paraguai foi convidado a participar dos trabalhos do G20 durante a presidência brasileira, em 2024[163]. No encontro presidencial, os líderes comemoraram a quitação da dívida relativa à construção de Itaipu, lembraram que, em 26 de abril de 2023, seriam celebrados os 50 anos do Tratado de Itaipu e discutiram temas da agenda bilateral, como cooperação em infraestrutura. Em maio, o presidente eleito Santiago Peña visitou o Brasil. No mesmo mês, Benítez voltou ao Brasil para a reunião de países sul-americanos. Em julho, houve nova visita de Peña. Lula, por sua vez, participou da posse do presidente eleito, em agosto. No mesmo mês, o novo chanceler paraguaio, Rubén Ramírez Lezcano, realizou uma visita de trabalho ao Brasil, em sua primeira missão no exterior desde que assumiu o cargo. Em setembro, Lula e Peña encontraram-se à margem da AGNU, quando trataram do acordo sobre a usina de Itaipu que está em negociação, das obras do corredor bioceânico e da conclusão da ponte entre Presidente Franco e Foz do Iguaçu. Em janeiro de 2024, Peña visitou Lula em Brasília, quando discutiram Itaipu, infraestrutura e MERCOSUL. Em abril de 2024, os ministros Mauro Vieira e Alexandre Silveira (Minas e Energia) reuniram-se, em Assunção, com os ministros de Relações Exteriores e da Indústria e Comércio do Paraguai e foram recebidos pelo presidente Peña, par iniciar as negociações sobre os critérios para o cálculo da tarifa de Itaipu no curto e médio prazos.

Discurso Oficial: O Paraguai tornou-se parceiro fundamental do País na região, em contraposição à histórica guerra, entre 1864 e 1870, que opôs o país à Tríplice Aliança e resultou no maior conflito armado entre países na América do Sul. O Paraguai tem grande potencial de crescimento e de intensificação das relações econômicas com o Brasil. Ademais, os dois países comungam do desejo de promover a democracia e a prosperidade compartilhada na América do Sul, e um relacionamento mutuamente benéfico e equilibrado, entre as duas partes, é essencial para a

[161] Abdo Benítez também visitou o Brasil três vezes em 2018.
[162] O ministro Mauro Vieira recebeu do chanceler do Paraguai a Condecoração da Ordem Nacional do Mérito em grau de Grã-Cruz Extraordinária; o chanceler do Paraguai recebeu do ministro do Brasil a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco.
[163] O país que ocupa a presidência de turno do mecanismo plurilateral é responsável por convidar países não membros do G20 a participarem dos trabalhos no ano em questão, em capacidade própria ou como representante de organizações regionais. O Brasil convidou, igualmente, o Uruguai.

promoção da integração política, econômica e física do continente. A relação política bilateral entre Paraguai e Brasil é marcada pela busca de construção de confiança mútua, com pontos estratégicos, e, nesse contexto, os principais temas tratados pelas chancelarias são cooperação energética, infraestrutura e combate a ilícitos transnacionais.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: As convergências multilaterais ocorrem em dimensões diversas. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH), em 2015, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai proferiram declaração conjunta sobre a incompatibilidade entre a pena de morte e os direitos humanos. Em 2017, o Brasil retirou sua candidatura à vaga de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), em favor do paraguaio Oscar Cabello. No âmbito comercial multilateral, os dois países, para além de terem participado da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), defendem a liberalização do comércio agrícola e a reforma da organização. O Paraguai é atualmente um dos representantes do grupo geográfico da América Latina e Caribe (GRULAC) no âmbito do CDH, com mandato até 2024.

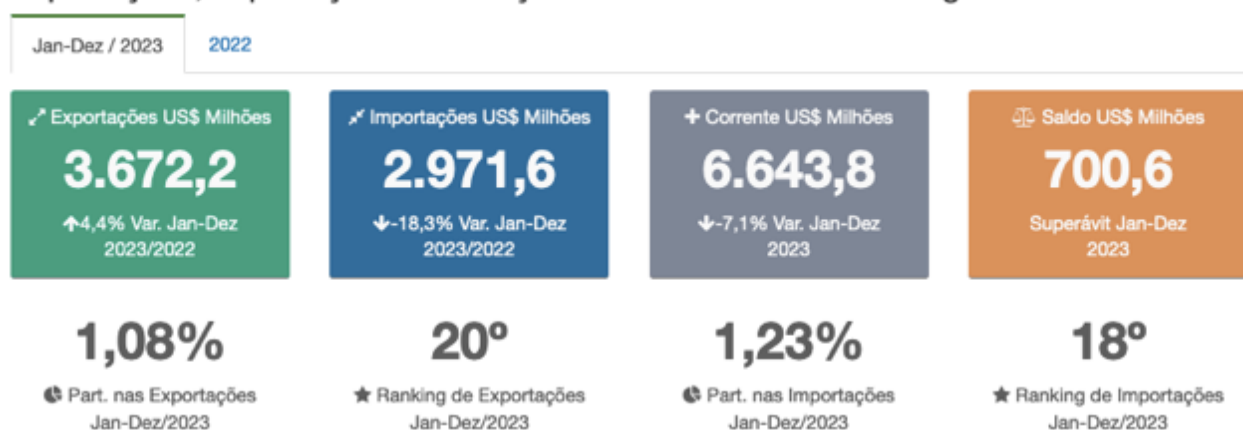
Convergências Plurilaterais: Na OMC, integram o Grupo de Cairns, que defende a liberalização do comércio agrícola. Na Organização das Nações Unidas (ONU), integram o G77+China. Em março de 2023, o governo brasileiro convidou o Paraguai a participar dos trabalhos do G20 durante a presidência brasileira, em 2024.

Convergências Regionais: No que diz respeito à situação da Venezuela, o Paraguai endossou a denúncia de Maduro ao Tribunal Penal Internacional (TPI) e, em 2019, rompeu relações com o país. Assim como o Brasil, o país fez parte do Grupo de Lima e reconheceu Guaidó como presidente interino da Venezuela. Além disso, os dois países são parceiros no âmbito do MERCOSUL – em relação ao qual são membros plenos e fundadores – e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e estiveram entre os criadores do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), mas o Paraguai não retornou para a UNASUL. Os países convergem na ênfase na dinamização do mercado interno do MERCOSUL e no fortalecimento da agenda negociadora externa, e defendem a redução da tarifa externa comum (TEC). Ambos os Estados são, ademais, membros da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol) e da CELAC.

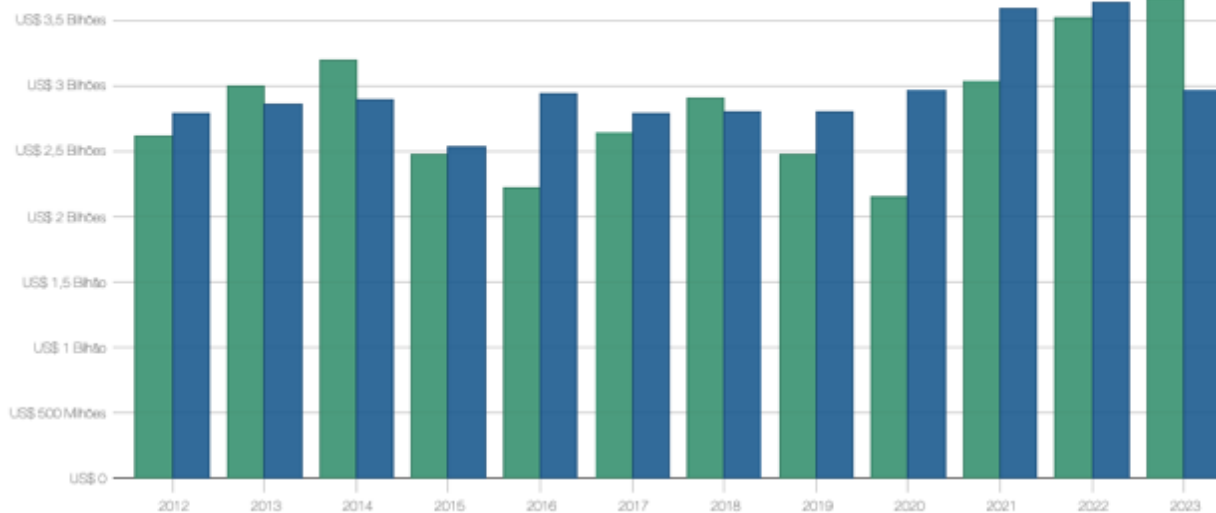
<u>Segurança e Defesa:</u> Brasil e Paraguai mantêm estreita cooperação nas áreas de defesa, segurança e inteligência. Os países firmaram Acordo de Cooperação Militar em 1995, e Acordo de Cooperação em Defesa em 2007; em 2016, foi estabelecido Mecanismo 2+2 entre Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, além de firmado Acordo sobre Serviços Aéreos. Houve, ainda, incorporação de militares paraguaios no contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês). Há parceria também no combate ao narcotráfico e ao crime organizado transnacional, envolvendo, além do Itamaraty, outros ministérios (sobretudo Defesa e Justiça, além das áreas de inteligência). Em 1996, foi criado o Comando Tripartite, composto por Brasil, Argentina e Paraguai, a fim de promover a cooperação para a garantia da segurança na Tríplice Fronteira. A criação de Equipes Conjuntas de Investigação para lidar com crimes específicos, como o tráfico internacional de pessoas, bem como a realização de operações policiais conjuntas, a exemplo da operação Nova Aliança (de combate ao narcotráfico) e da operação *Status* (de combate à lavagem de dinheiro), têm produzido resultados

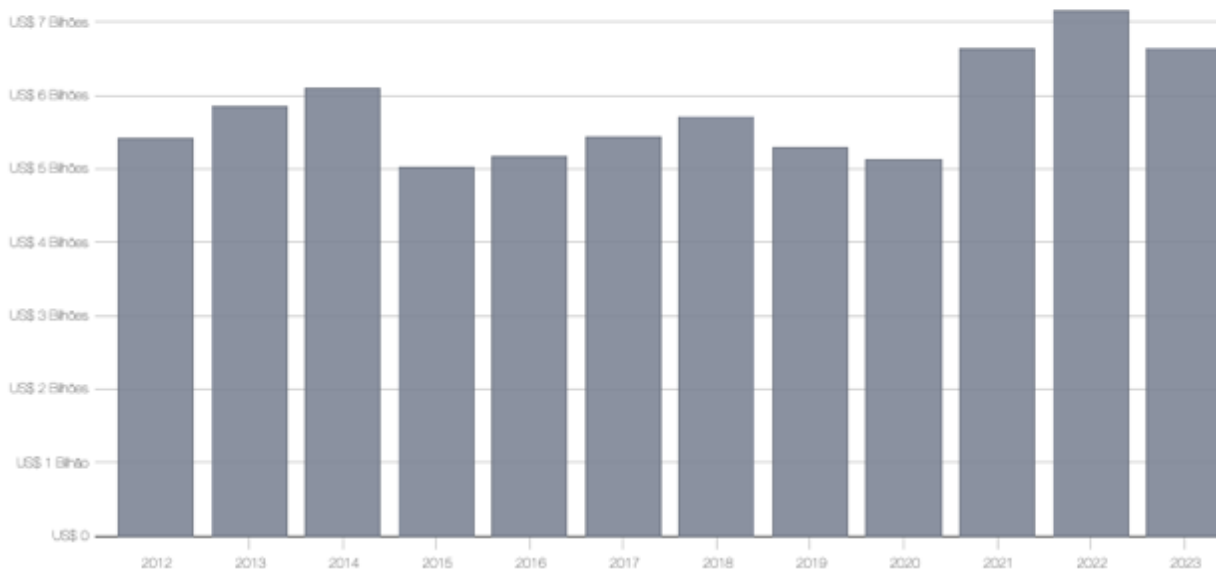
positivos. A cooperação em matéria penal também é bastante profícua, permitindo a célere extradição de criminosos brasileiros e paraguaios. Ressalta-se que, em 2019, ocorreu a VII Reunião da Comissão Mista Paraguaia-Brasileira sobre Drogas e Temas Conexos. Estão, ademais, em vigor os acordos sobre o combate ao tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas, o combate ao tráfico ilícito de madeira (1994), a restituição de veículos roubados (1994) e sobre o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas (1994). Em 2022, comemoraram-se os 40 anos da Missão Técnica da Aeronáutica Brasileira (MTAB) no Paraguai, criada com o objetivo de assessoramento técnico, operacional e administrativo ao Comando de Aeronáutica do Paraguai.

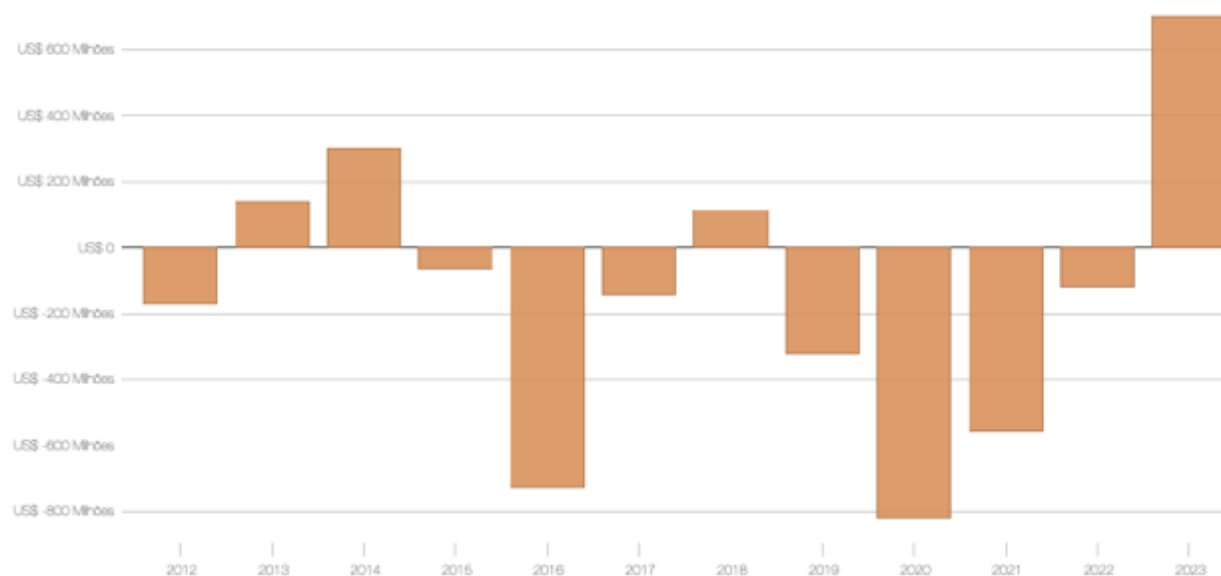
Comércio

Marcos: Em 2020, Brasil e Paraguai firmaram o ACE-74, que completa a rede de acordos bilaterais desse tipo entre Brasil e os parceiros do MERCOSUL no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Na mesma ocasião, firmou-se, como primeiro protocolo adicional do ACE-74, Acordo Automotivo entre os dois países. Segundo o texto, promulgado ainda em 2020, o Brasil concedeu livre comércio imediato para produtos automotivos paraguaios, com liberalização total do setor até 2022. No mesmo ano, foi também assinada ata bilateral relativa ao comércio fronteiriço. Estima-se que o protocolo poderá contribuir para a adequação do setor à União Aduaneira do MERCOSUL. Por conta de fatores como a vasta e povoada fronteira, o comércio entre Paraguai e Brasil é altamente integrado e complementar. De fato, o Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai e absorve mais de um terço das exportações do país[164]. O Brasil figura como maior mercado para as maquiladoras paraguaias[165]. Os bancos centrais do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, administram, em parceria, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), que possibilita a redução dos custos transacionais ligados aos contratos de câmbio. Em novembro de 2023, foi anunciada a abertura do mercado paraguaio para as exportações de sêmen e embriões caprinos e ovinos provenientes do Brasil.

[164] Em 75 anos, a dinâmica do comércio exterior do Paraguai sofreu grande alteração: hoje, o Brasil ultrapassou a Argentina como maior exportador regional ao mercado paraguaio. Porém, embora seja claro o impacto do contingente "brasiguaio" no aumento da produção de oleaginosas, em especial a soja, seu fluxo de exportações, pelo menor custo, foi desviado pela via fluvial a portos argentinos e uruguaios. Ou seja, há potencial para ampliar o valor comercializado. O Brasil é o principal destino das exportações paraguaias – 36,9% do total –, de acordo com informações do Banco Central do Paraguai. O significativo percentual da categoria "outros produtos" na pauta de importação do Brasil em relação ao Paraguai dá-se pela importação de energia elétrica – o produto corresponde a 39% das importações totais com origem no Paraguai.

[165] Indústrias voltadas à exportação que contam com benefícios tributários.

Série histórica - Parceiro: Paraguai

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Paraguai

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Paraguai

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Paraguai

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Paraguai

Jan-Dez / 2023 2022

Investimentos

Investimentos do Brasil no Paraguai: O Brasil possui o maior estoque de investimentos diretos no Paraguai, no valor de US$ 904 milhões (2021), segundo dados do Banco Central do Paraguai (BCP), com destaque para a atuação de empresas como o Banco do Brasil, o Itaú e a Camargo Correa (Yguazu Cimentos). Houve grande ampliação do investimento estrangeiro direto do Brasil no Paraguai, com interesse cada vez maior de empresas brasileiras em instalar-se no país vizinho.

Investimentos do Paraguai no Brasil: O Paraguai, por sua vez, possui investimentos menos expressivos no Brasil. Pode-se destacar, contudo, a presença do NBC Bank, filial do Banco Continental, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Cooperação

Cooperação Técnica: A cooperação técnica entre Brasil e Paraguai também é profícua, remontando a pelo menos à década de 1970[166], quando foi assinado o Acordo de Cooperação Educacional, Científica e Cultural (1973). Em 1987, por sua vez, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, ao qual se somaram mais de vinte ajustes complementares, nas últimas décadas, referentes a temas como educação e capacitação profissional, agricultura e acesso à terra, cooperação jurídica, transparência e governo eletrônico, energia, saúde, cultura e serviço postal.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Paraguai abriga a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior – e a primeira na América Latina. A presença de mais de 254 mil brasileiros vivendo no país estreita os laços sociais e humanos entre os vizinhos, fundamentando a criação de pontes (fisicamente e de diálogo) e o desenvolvimento de intercâmbios de experiência em áreas diversas. O tema migratório ganha relevo pelo contingente de centenas de milhares de brasileiros assentados no país vizinho. Um dos pontos em debate, a regularização migratória, avançou após o Paraguai ratificar, em 2009, os Acordos sobre Regularização Migratória Interna e Residência de

[166] Em 1969, já é firmado acordo de cooperação para o combate à febre aftosa.

Nacionais, firmados em 2002 no âmbito do MERCOSUL. Os países, além disso, coordenam-se no âmbito do Grupo de Cooperação Consular, estabelecido em 1982.

Energia: A hidrelétrica de Itaipu, cujas operações iniciaram em 1984, é marco fundamental do relacionamento, bem como um símbolo da amizade entre os dois países[167]. Administrada pela Itaipu Binacional, é uma das maiores geradoras de energia limpa e renovável do mundo, respondendo, em 2022, por 8,72% da energia elétrica consumida no Brasil e por 86,74% da consumida o Paraguai. Desde que entrou em operação, gerou mais de 2,9 bilhões de megawatts-hora. Em 2013, foi inaugurada linha de transmissão entre Itaipu e a paraguaia Villa Hayes, obra com aporte do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Em 2019, a assinatura de uma ata diplomática que previa uma redefinição de preços de maneira supostamente prejudicial ao Paraguai levou a uma crise política no país, com pedido de *impeachment* de Benítez.[168] Diante dessa situação, o acordo foi anulado e o Itamaraty e o Ministério de Minas e Energia emitiram nota de esclarecimento, declarando que a negociação não foi secreta e buscava corrigir uma histórica defasagem na contratação de energia por parte da Ande, que vinha adquirindo um volume de energia inferior ao efetivamente consumido (de forma a beneficiar-se da compra posterior de energia excedente, comercializada a um valor mais baixo). Em 2021, Brasil e Paraguai instituíram uma Comissão Binacional de Contas para Itaipu[169], um mecanismo independente com o fim de aprimorar a fiscalização contábil da empresa. Está em pauta, também, a renegociação do Anexo C, relativo às bases financeiras e à prestação dos serviços de eletricidade do tratado, cuja revisão previu aconteceria após 50 anos da entrada em vigor do acordo, isto é, a partir de 2023[170]. Em junho de 2022, acordaram-se diretrizes que permitiram a redução da tarifa de Itaipu que era aplicada desde 2009. Em fevereiro de 2023, a Itaipu Binacional quitou a dívida relativa à construção da hidrelétrica, o que levou tanto o ministro de Minas e Energia do Brasil, Alexandre Silveira, quanto o diretor-geral de Itaipu paraguaio, Manuel Cardozo, a afirmarem que teria passado a haver condições favoráveis para a revisão do Anexo C. Após a quitação total da dívida, a diferença entre o custo operacional da usina e o valor efetivo da tarifa foi utilizada, essencialmente, para ampliar o financiamento de Itaipu a projetos socioambientais em 434 municípios e na participação do financiamento da ponte entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho, gerando críticas do setor elétrico, favorável à redução da tarifa de energia. Em maio de 2024, Brasil

[167] Debates sobre o regime administrativo e jurídico de Itaipu foram suscitados ao longo da década de 1990: em 1995, os países assinaram novo Anexo sobre a estrutura institucional da Itaipu Binacional, o que viabilizaria a cogestão administrativa. A questão da dívida contraída pelo Paraguai durante a construção da hidrelétrica também gerou polêmicas: em 1997, primeira tentativa de acordo para perdão da dívida foi rejeitado pelo Congresso brasileiro; a segunda tentativa foi recebida com críticas pela imprensa e pelo Congresso paraguaio, sobretudo por parte da dívida ter sido reconhecida. Já no Governo Lula, no final da década de 2000, o presidente Fernando Lugo propôs discutir uma agenda com seis pontos, aceita pelo Brasil: recuperação da soberania hidrelétrica, pela livre disponibilidade da energia produzida; preço justo para a energia cedida ao Brasil; revisão da dívida e eliminação de sua porção ilegítima; cogestão plena; controle e transparência; e conclusão de obras faltantes (como a subestação seccionadora e as obras de navegação).

[168] Para mais detalhes, ver: https://folha.com/d9krx6am.

[169] Em novembro daquele ano, por ocasião da visita do chanceler Euclides Acevedo a Brasília.

[170] O Ministério de Minas e Energia estima que a liquidação do empréstimo, tomado para a construção da usina, pode resultar em uma queda considerável no preço da energia comprada pelo Brasil, no entanto, o resultado dependerá das novas regras negociadas para o Anexo C. Com relação ao anexo, ele previu sua própria revisão em 2023, o que é uma prioridade para a diplomacia brasileira – o Paraguai poderá optar pela elevação do valor pago por sua produção excedente ou pela possibilidade de vender seus excedentes a terceiros países. A negociação está em curso. Ainda sobre a questão energética, houve reajustes do fator de remuneração em 1992 e 2005.

e Paraguai fecharam acordo definitivo para tarifas, assegurando que reajustes não sejam repassados ao consumidor brasileiro e que a tarifa seja reduzida de maneira estrutural, no longo prazo. Até 2026, a tarifa de Itaipu[171] será de US$ 19,28; pelo lado brasileiro, a tarifa será mantida em US$ 16,71. A partir de 2027, o valor ficará entre US$ 10 (R$ 50,54) e US$ 12 (R$ 60,65) por kilowatt, remunerando apenas os custos de operação e manutenção da usina, uma queda de 30% em relação ao preço atual da energia gerada pela hidrelétrica e praticamente metade do valor praticado até 2021. Como contrapartida, a negociação do Anexo C, programada para ser concluída e apresentada ao Congresso até 31 de dezembro de 2024, será antecipada. A partir de 2027, o Paraguai poderá vender seus excedentes da energia de Itaipu ao mercado livre no Brasil, gerando competição de preços. Quanto a outras iniciativas em energia, Brasil e Paraguai divulgaram Declaração Conjunta, em 2007, na qual se afirma que a cooperação no setor foi fortalecida por meio do Memorando de Entendimento para o Plano de Ação para o Desenvolvimento de Biocombustíveis no Paraguai.

Cooperação Fronteiriça: A Ponte da Amizade, sobre o Rio Paraná, inaugurada em 1965, é exemplo eloquente da cooperação fronteiriça, tendo permitido ao Paraguai acesso rodoviário ao Atlântico, viabilizando opção competitiva para o escoamento da produção. Em 2017, os países firmaram o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Iniciativas bilaterais incluem escolas de fronteira e postos de saúde que atendem residentes das cidades lindeiras. Durante a pandemia, o Itamaraty buscou promover ações para facilitar o comércio fronteiriço, por meio de compras pela *internet*, resgatáveis em zonas aduaneiras na fronteira. O sistema econômico da região da fronteira Brasil-Paraguai[172] – considerando que a maior concentração demográfica e econômica está em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este – apresenta um complexo conjunto de atores, produtos e processos. Nesse contexto, a fronteira desempenha papel vital não como separação

---

[171] A tarifa de Itaipu, chamada de Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (CUSE) é um cálculo que considera diferentes variáveis, que vão desde as despesas com a operação e manutenção da empresa até encargos como o pagamento dos *royalties*. Já a tarifa de repasse, no Brasil, é formada pela soma do CUSE, e pela remuneração paga ao Paraguai pela energia cedida. Em maio de 2024, o valor do CUSE é US$ 16,71 (R$ 84,45) por kW e, pelo acordo, passará para US$ 19,28 (R$ 97,44); o Paraguai pedia US$ 22,70 (R$ 114,72). O efeito não afetará os consumidores finais brasileiros porque o aumento será neutralizado por uma espécie de "*cashback*" de US$ 300 milhões de Itaipu nas contas de luz: Itaipu venderá a energia que pertence ao Brasil para a ENBPar (estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia), que repassará esses custos às distribuidoras de energia. O aumento da tarifa para U$ 19,28 por kW gerará uma despesa adicional de US$ 300 milhões à ENBPar, que serão "devolvidos" por Itaipu via aporte à estatal brasileira.

[172] É possível o uso do termo Tríplice Fronteira, agregando a argentina Puerto Iguazú, na província de Misiones. Na área de confluência dos três países, a fronteira é percebida como vantagem, e não como problema, pois quase não representa corte territorial; pelo contrário, assemelha-se a um *continuum* com nuances próprias, onde os atores logram êxito em obter receitas das diferenças de fronteira. As manifestações econômicas, culturais e linguísticas da região fronteiriça apontam componente geopolítico: na prática, atos que reforçam o pertencimento à órbita brasileira. Por sua vez, cumpre mencionar a importância econômica e geoestratégica da barragem de Itaipu para o Paraguai, pelo desenvolvimento da região da bacia do Paraná que coincide com a faixa de fronteira leste, da serra de Amambay a Ciudad del Este. Ademais, é nítido o nexo entre o desenvolvimento da atividade agroexportadora e a imigração de brasileiros, mas também houve grande mudança no meio urbano. No Paraguai, o processo tem como símbolo Ciudad del Este, fundada na década de 1950 e, hoje, segundo centro urbano mais populoso do país, elemento fundamental para entender a região fronteiriça. A configuração territorial de Ciudad del Este permite a distinção entre dois modelos de estrutura e operação urbana, com usos e utilidades distintos: a franja oriental, menor parte do território, mas a de maior dinamismo, é composta de um centro de estabelecimentos que comercializam diversos produtos, em especial eletrônicos e de informática; o restante do território é a cidade "real", na qual estão as instituições locais e os conjuntos habitacionais. Surgem novos núcleos urbanos secundários na região, que acompanham a expansão da sojicultura e a impulsionam ao fornecer a logística necessária, além dos serviços ligados a uma área produtiva exitosa.

territorial, mas como delimitadora dos sistemas jurídicos e econômicos, o que confere grande dinamismo aos fluxos transfronteiriços. Subsiste, contudo, ponto de tensão quanto à Tríplice Fronteira: o processo de desenvolvimento de atividades comerciais por intermédio de Ciudad del Este levou ao crescimento de atividade à margem da lei – a atuação de "sacoleiros", que adquirem mercadorias no lado paraguaio e entram no território brasileiro sem o pagamento devido de impostos. A dinâmica levou o Brasil a adotar restrições e fiscalizações mais duras; ademais, houve a estigmatização da cidade paraguaia, que passou a ser vista como centro de pirataria, contrabando, lavagem de dinheiro e tráfico de armas. Houve distinção de abordagens pelos dois governos: o Paraguai buscou encarar a questão como problema regional, dentro da integração do MERCOSUL; o Brasil, por sua vez, insistiu em uma concepção repressiva. Em 2000, o Tríplice Acordo[173], ato com normas tributárias e de combate ao contrabando, acaba rejeitado pelo Congresso paraguaio. Nesse sentido, há também prioridade, quanto a temas fronteiriços, à segurança, sobretudo ao combate ao crime organizado transnacional. Foram, ainda, estabelecidos Comitês de Fronteiras nas cidades lindeiras de Pedro Juan Caballero/Ponta-Porá e Saltos del Guairá/Guaíra, em 1985, e em Puerto Presidente Stroessner/Foz do Iguaçu.

Infraestrutura e Integração Física: Em 2018, Brasil e Paraguai assinaram Declaração Presidencial Conjunta sobre Integração Física, prevendo a construção de duas novas pontes na faixa de fronteira. A primeira delas, a Ponte da Integração, cujas obras começaram em 2005, está sendo custeada pela margem brasileira de Itaipu, será a segunda ponte sobre o rio Paraná e ligará Foz do Iguaçu a Presidente Franco. O estágio de execução física das obras superava, em setembro de 2023, 98,88% e, para sua conclusão, restam apenas acabamentos. Está em curso a construção dos acessos viários. Com a conclusão da obra, a Ponte de Amizade será liberada para o tráfego de veículos de passeio. A outra ponte, custeada pela margem paraguaia, será construída sobre o rio Paraguai e ligará Porto Murtinho a Carmelo Peralta[174].Esse projeto integrará o corredor rodoviário bioceânico, ligando o Brasil a portos do Chile, passando por Paraguai e Argentina, e tem conclusão prevista para o fim de 2024. Também em 2018, assinou-se acordo para a construção de ponte internacional sobre o rio Apa, ligando Porto Murtinho a San Lazaro, cuja obra deverá ser integralmente financiada pelo governo paraguaio. Além da integração rodoviária, há, no marco da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e em planos ministeriais dos dois países, o intento de aprofundar os trabalhos de grupos técnicos para viabilizar a integração física em outros modais, como a interconexão ferroviária e a exploração das hidrovias Paraguai-Paraná[175] e Paraná-Tietê, novas alternativas para escoamento da produção agrícola paraguaia via portos de Paranaguá e Santos. Ademais, Brasil e Paraguai têm estudado a possível interconexão entre as redes de banda larga dos dois países. Com base em memorando assinado em 2016, há projeto ambicioso envolvendo o aperfeiçoamento e a viabilização da Hidrovia Paraguai-Paraná. O rio Paraguai tem passado por grave crise hídrica, a qual tem afetado a navegabilidade na hidrovia Paraná-Paraguai, fundamental para o escoamento das produções paraguaia e brasileira.

---

[173] Detalhadamente, a "Convenção Tributário Aduaneira" trata 1) de um regime para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, 2) da concessão recíproca de Depósito Franco e 3) do desenvolvimento de esforços para a prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho e à falsificação de produtos fumageiros.

[174] A declaração altera as disposições de acordo de 2005, que previa que a ponte sobre o rio Paraná seria financiada integralmente pelo Brasil, e de acordo de 2016, que previa que a ponte sobre o rio Paraguai teria seus custos repartidos entre os dois países.

[175] Há projeto ambicioso envolvendo o aperfeiçoamento e a viabilização da Hidrovia Paraguai-Paraná com base em memorando assinado em 2016. Acerca do tema, ressalta-se que, ainda na década de 1990, houve a busca da reativação do Sistema da Bacia do Prata, com ênfase à Hidrovia Paraná-Paraguai.

Nesse contexto, os dois países têm trabalhado em conjunto para mitigar os efeitos da crise, a qual, caso se agrave, poderá ter efeitos negativos sobre a produção energética de Itaipu.

Recursos Hídricos: Está em curso um projeto de capacitação em gestão de recursos hídricos no Paraguai, com ênfase nas zonas transfronteiriças das Bacias do Apa e de Itaipu.

Agricultura: Há cooperação em desenvolvimento agrário. Encontram-se em execução projetos de fortalecimento do setor algodoeiro, por meio da experiência do Brasil no tema, e de capacitação técnica para a melhoria da cadeia de produção de melado de cana no Paraguai.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Há memorandos de entendimento que tratam da conectividade e da comunicação, com ênfase em diplomacia pública e digital (2016, 2017).

Saúde: Destacam-se o apoio técnico para a expansão da Rede de Banco de Leite Humano do Paraguai, com participação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além da cooperação em vigilância sanitária.

Educação: Implementação de escolas técnicas no Paraguai. Um dos projetos de maior importância na área de educação, cujo início se deu em 2002, foi o do Centro de Formação e Capacitação Profissional em Hernandárias, município da região metropolitana de Ciudad del Este. O projeto, com participação do SENAI, teve como objetivo a contribuição para a recuperação socioeconômica da região do Alto Paraná e sua quarta fase foi concluída em 2015. Há, ademais, Comissão Mista de Cooperação Educacional e Cultural e parceria na formação do corpo diplomático do Paraguai – o Instituto Rio Branco oferta vagas para diplomatas do país.

Direitos Humanos: Em 2024, os países celebraram acordo para implementação de um Sistema de Monitoramento de Recomendações Internacionais de Direitos Humanos (SIMORE) pelo Brasil. O sistema vai permitir o monitoramento de ações sociais recomendadas ao Brasil por instâncias internacionais. A plataforma simplificará a coleta de dados do governo em relação às ações e a elaboração dos relatórios periódicos encaminhados a diferentes mecanismos internacionais de monitoramento.

XIV. Relações Brasil-Peru

Marcos: 1826: Início das relações diplomáticas no Império; 1851: Primeiro tratado de limites assinado e ratificado pelo Brasil[176] com um país amazônico; 1867: Rompimento das relações, em razão de manifestação de apoio do governo peruano ao Paraguai, e restabelecimento em 1869; 1879-1883: Brasil mantém posição de neutralidade durante a Guerra do Pacífico; 1942: Assinatura do Protocolo de Paz entre Peru e Equador, com a atuação de Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos (EUA) como países garantes do acordo; 1981: O presidente Figueiredo é o primeiro a visitar o Peru (com assinatura de Acordo sobre Interconexão Rodoviária); 1986: Criação do Grupo do Rio, com Brasil e Peru entre seus membros; 1987: Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB); 1998: Assinatura, em Brasília, do acordo de paz entre Equador e Peru; 2003: Brasil e Peru firmam Aliança Estratégica, ponto central das relações bilaterais, em sua vertente política, e o Peru torna-se Estado Associado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com o Acordo de Complementação Econômico (ACE) 58[177]; 2023: celebração dos vinte anos da Aliança Estratégica.

Embaixada: Simón Bolívar designa o primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro (1826); Brasil designa Duarte da Ponte Ribeiro como primeiro encarregado de negócios em Lima (1829); representação compartilhada com Chile e Equador até 1867; foi elevada à embaixada em 1934. Para além da embaixada em Lima, há consulado em Iquitos e, em fevereiro de 2022, foi criado o vice-consulado em Cusco, em processo de abertura, e determinou-se a transformação do consulado, em Iquitos, em vice-consulado. Há, ademais, consulados honorários em Arequipa, Cusco, Pucallpa e Puerto Maldonado.

Coordenação Política
Instâncias: Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (CVIF, 2009, última reunião em 2020, por videoconferência); Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON); Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB, 1987); Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos Brasil-Peru; Mecanismo de Consultas Políticas (última reunião em 2023).

Visitas de Alto Nível: Em seus governos anteriores, o presidente Lula realizou visita bilateral ao Peru em duas ocasiões – em 2003, quando foi lançada a Aliança Estratégica entre Brasil e Peru, e, em 2009, quando foi assinado o Acordo-Quadro para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, em vigor desde 2023. A presidente Dilma realizou visita ao Peru também em duas ocasiões – em 2011 e em 2013. O presidente Michel Temer, por sua vez, visitou o país vizinho em 2018. O vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita a Lima (2019), ocasião na qual se encontrou com o presidente, o chanceler e o ministro da Defesa. Também em 2019, houve encontro bilateral de chanceleres à margem da XVI Reunião de Ministros das

[176] Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites. Um tratado anterior, assinado em 1841, foi rejeitado pelo Império. O efetivo, de 1851, representa marco da doutrina de fronteiras do Brasil, primeiro negociado diplomaticamente e sem uso da força, define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no *uti possidetis*, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas (fronteira sucessivamente ratificada em 1904, 1909, 1925 e 1942).
[177] O ACE-58 (MERCOSUL-Peru) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia foram assinados no contexto da visita do presidente Lula a Lima, em 2003, e representam as bases da Aliança Estratégica entre os dois países.

Relações Exteriores do Grupo de Lima, em Brasília. Pedro Castillo encontrou-se Jair Bolsonaro durante visita em Porto Velho (fevereiro de 2022), a convite do Brasil, e ambos reafirmaram compromisso com a Aliança Estratégica entre os países[178]. Jair Bolsonaro foi o único presidente da América do Sul a não comparecer na posse de Pedro Castillo, que contou com a presença de Hamilton Mourão (julho de 2021). Em dezembro de 2022, os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Carlos França, e do Peru, Ana Cecilia Gervasi Díaz, mantiveram conversa telefônica. Foi discutida a evolução da situação política no Peru, e, na ocasião, França expressou o compromisso brasileiro com a promoção da democracia. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola Penaranda, para a posse de Lula. Em fevereiro, a embaixadora Maria Laura da Rocha, quando ministra interina das Relações Exteriores, e Ignacio Higueras, vice-ministro das Relações Exteriores do Peru, mantiveram reunião de consultas bilaterais, ocasião na qual foram discutidos temas como a integração fronteiriça, o meio ambiente e a cooperação em segurança e defesa, para além da iniciativa do Brasil de sediar reunião de cúpula dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Quanto ao contexto de instabilidade no Peru, a embaixadora brasileira reiterou o apoio do Brasil ao diálogo, nos esforços internos de estabilização do Peru, e à vigência da democracia e do Estado de Direito no país. Em maio, em razão do impedimento de saída do país imposto sobre a presidente Boluarte, o presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola, representou o Peru na cúpula de presidentes sul-americanos, em Brasília. Na ocasião, Otárola e a chanceler Ana Cecilia Gervasi Díaz encontraram-se com o chanceler Mauro Vieira. Em julho, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com a chanceler do Peru, Ana Cecilia Gervasi, à margem da III Cúpula CELAC-UE. Em agosto, Boluarte foi autorizada a viajar para o Brasil e participou da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em outubro, o ministro Mauro Vieira representou o Brasil na cerimônia de celebração dos 25 anos do Acordo de Paz de Brasília (Ata de Brasília) entre Equador e Peru. O ministro Mauro Vieira telefonou, em novembro, para cumprimentar o novo chanceler peruano, Javier Gonzáles-Olaechea. Ambos se encontraram, em dezembro, à margem da posse do presidente argentino Javier Milei. Em março de 2024, à margem da VIII Cúpula da CELAC, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o chanceler do Peru, Javier Gonzalez-Olaechea, quando trataram de temas bilaterais, regionais e globais, tendo coincidido quanto à urgência da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

Discurso Oficial: Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica desde 2003. Entre os principais temas da agenda bilateral estão o adensamento dos laços econômico-comerciais, a integração fronteiriça, o aprimoramento da infraestrutura regional e a cooperação. O Peru é objeto do mais extenso programa de cooperação do Brasil com um país sul-americano, que aborda múltiplos temas, em áreas como integração fronteiriça, segurança, combate ao narcotráfico, saúde, recursos hídricos, sistema agroflorestais, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento social, trabalho, etc.

[178] Houve incerteza quanto a como os dois países dialogariam após a eleição de Pedro Castillo, presidente de posições politicamente muito distintas das do governo de Jair Bolsonaro. Os sinais de possibilidade de cooperação em temas de interesse comum, no entanto, confirmaram-se durante a visita de Pedro Castillo ao Brasil (fevereiro de 2022), quando os mandatários manifestaram intenção de desenvolver os principais temas da agenda bilateral. Ainda no que se refere ao relacionamento bilateral, houve esfriamento na década de 2010, em razão dos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru. A assinatura do convênio de "colaboração eficaz" entre a Odebrecht e o Peru, no entanto, favoreceu a reaproximação.

Convergências

Convergências Multilaterais: O Peru converge com o Brasil em diversos regimes internacionais. O Peru é parte dos tratados de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), de Proibição Parcial (PTBT) e de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), sobre o Comércio de Armas (TCA), para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), de Tlatelolco, sobre Proibição de Armas Biológicas (CPAB), sobre Proibição de Armas Químicas (CPAQ), da Antártida, do Espaço Exterior, mas, diferentemente do Brasil, também dos tratados da Lua e de Armas *Cluster*. Ambos são partes do Acordo de Paris, apoiam a Agenda 2030 e são membros do Tribunal Penal Internacional (TPI). O Peru participou da composição 2018-2019 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); e de 2018-2020 do Conselho de Direitos Humanos (CDH), essa última junto da participação do Brasil, membro do Conselho entre 2017 e 2019 (e, subsequentemente, entre 2020 e 2022).

Convergências Plurilaterais: Ambos são candidatos à acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)[179]. O Peru já foi convidado a cúpulas do BRICS. Ambos são membros do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)[180], mas apenas o Peru assinou memorando de entendimento sobre a Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês, 2019). Diferentemente do Brasil, o Peru possui vasta gama de tratados de livre comércio[181]. Ambos são membros do *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) e do Grupo de Cairns no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ambos integram o G77+China.

Convergências Regionais: Brasil e Peru integram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI, 1980), e MERCOSUL e Peru tem acordo de complementação econômica (2003, ACE-58). Os dois países trabalham segundo o Plano de Ação de Puerto Vallarta (2018) para aproximação da Aliança do Pacífico (AP) e do MERCOSUL. Cooperam na Amazônia nas várias dimensões do TCA (1978) e sua organização (OTCA, 1995). Ambos os países suspenderam suas participações na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2018, embora a saída do Peru tenha ficado pendente[182], enquanto o Brasil saiu em 2019 e retornou em 2023 sob governo Lula. Os dois países foram fundadores do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) em 2019. Os países ainda são partes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Diferentemente do Brasil, o Peru não suspendeu sua participação na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), porque mantém interesse nas interações CELAC-China e CELAC-Rússia. Os dois países convergiram por muito tempo na questão venezuelana. Integraram o Grupo de Lima (2017), concertaram posições na Organização dos Estados Americanos (OEA), e o Peru, que sediou a Cúpula das Américas (8ª, Lima, 2018), desconvidou a Venezuela. Sob o governo Pedro Castillo, Peru e Venezuela reataram relações diplomáticas, e o Peru retirou-se do Grupo de Lima (agosto de 2021).

---

179 Comitê da OCDE aprovou roteiro de adesão de ambos em junho de 2022.

180 Ao ingressar em 2022, Peru se tornou o maior acionista na América Latina.

181 Entre os principais, destacam-se os tratados de livre comércio com EUA (2006), China (2009) e o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (TPP-11, 2018).

182 Projeto de lei para concluir o processo de denúncia do Tratado de Brasília está parado no Legislativo peruano. A Comissão de Relações Exteriores do Peru proveu parecer positivo para a aprovação da lei de denúncia em 2019.

Segurança e Defesa

Instâncias e Acordos Bilaterais: Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON, 3ª edição em agosto de 2022)[183]; Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos Brasil-Peru (10ª edição em setembro de 2021, tendo resultado em 16 compromissos nas áreas de controle de oferta de drogas, prevenção, cooperação jurídica internacional, cooperação em toxicologia forense, cooperação entre agências de inteligência e tratamento e reinserção social de usuários de drogas); reuniões anuais entre ministros da Defesa e Comandos das Forças Armadas; e Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa (2006, em vigor).

Temas Regionais: O Brasil patrocinou o processo de paz entre Peru e Equador, em disputa fronteiriça no Vale do Cenepa[184]. Brasil e Peru fazem parte do grupo Amigos do Haiti (ONU), participaram da Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo e participam de órgãos da OEA sobre drogas, terrorismo e crime organizado transnacional. Foram temas do encontro presidencial em Porto Velho, em Rondônia (fevereiro de 2022), combate a ilícitos transnacionais, cooperação de inteligência, segurança cibernética, Comando Militar da Amazônia, abertura do Peru à indústria de defesa brasileira[185], entre outros para além de questões de segurança.

Comércio

Marcos: Em 2016, foi assinado o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru[186] (AAEC). Em janeiro de 2019, completou-se o cronograma de desgravação do ACE-58 (MERCOSUL-Peru, ALADI), o que permitiu a formação de uma virtual área de livre comércio na América do Sul. O Brasil é, atualmente, o terceiro maior parceiro comercial do Peru e o principal no continente sul-americano. Em julho de 2023, após entendimentos decorrentes de queixa brasileira no Comitê TBT da OMC, houve eliminação de barreira para acesso de produtos brasileiros ao mercado peruano de alimentos e bebidas para o público infantil. Em dezembro de 2023, foi aberto mercado peruano às exportações brasileiras de farinha de carne e ossos de bovinos. Em maio de 2024, foi aberto o mercado peruano às exportações de hemoderivados bovinos e suínos destinados à alimentação animal.

---

[183] A reunião tratou dos temas de narcotráfico, operações policiais de fronteira, segurança cibernética, mineração ilegal, tráfico ilícito de armas e de madeira, organizações criminosas e migração irregular na fronteira comum. Ademais, o Peru mostrou-se interessado na realização de operações conjuntas ou espelhadas.

[184] Acordo de Paz de Brasília, 1998; celebração de vinte anos em 2018.

[185] Em 2019, durante a gestão Vizcarra, Hamilton Mourão viajou ao Peru para reunião com autoridades e empresários do Peru e reunião sobre a venda de submarinos usados brasileiros para Marinha peruana. Em 2020, a Marinha do Brasil emitiu proposta formal de transferência de dois submarinos Type 209/1400 (classe Tupi: Timbira (S32) e Tapajó (S33)), ao Peru.

[186] É o primeiro acordo assinado pelo Brasil que contempla compras governamentais. Também possui capítulos sobre bens, serviços, investimentos e facilitação do comércio. O acordo não se encontra em vigor, uma vez que se aguarda o avanço, na tramitação interna do documento, no lado peruano.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Peru

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
3.197,2	1.580,6	4.777,8	1.616,6
-8,1% Var. Jan-Dez 2023/2022	10% Var. Jan-Dez 2023/2022	-2,8% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

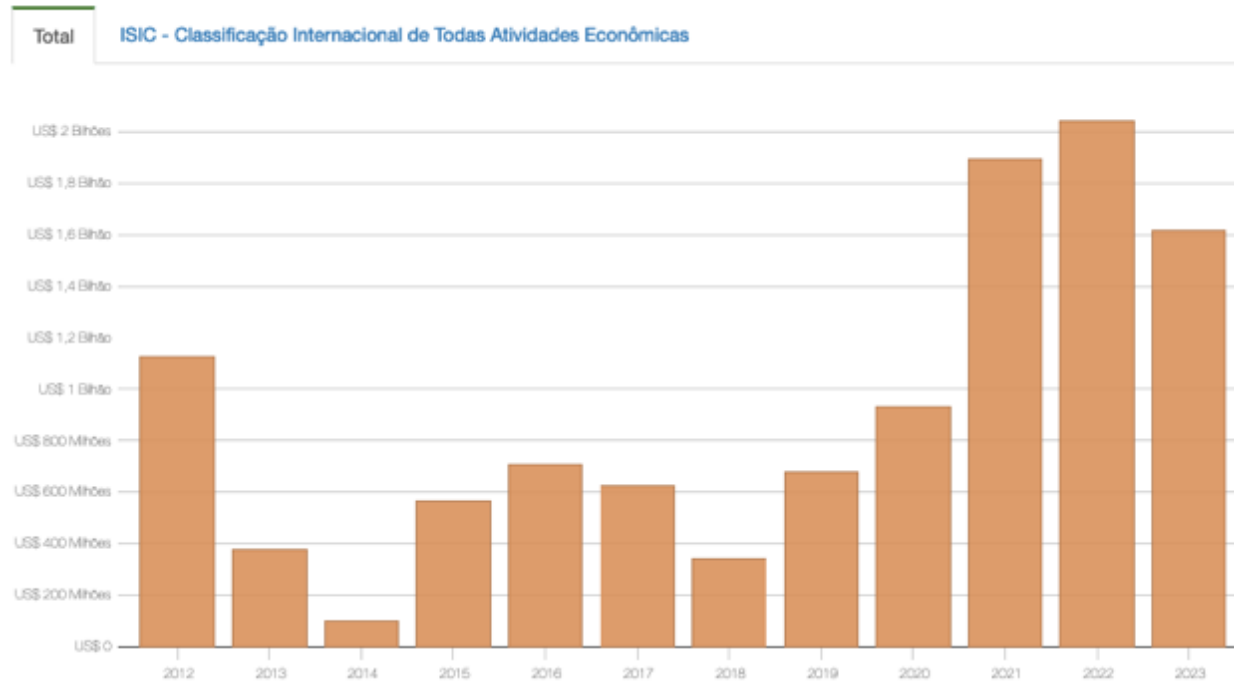
0,9%	26º	0,7%	29º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Peru

Série histórica - Parceiro: Peru

Série histórica - Parceiro: Peru

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Peru

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Peru

Desafios: O Peru abriu queixa na OMC contra o Brasil por tarifas sobre PET (DS596) e o tratamento tributário de outros produtos importados pelo Brasil do Peru. O país queixa-se da imposição de medidas antidumping pelo Brasil sobre o PET peruano e a cobrança de tarifas sobre produtos em geral. Está em fase de consultas, desde julho de 2020[187]. Questionamento comercial recente e anterior, sobre têxteis, foi resolvido bilateralmente sem recurso ao sistema de solução de controvérsias da OMC.

Investimentos[188]: O Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru[189] (2016) possui capítulos de investimento baseados no modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) brasileiro.

Investimentos do Brasil no Peru: O Peru é grande destino de investimentos brasileiro na América do Sul, com estoque superior a US$ 1,2 bilhão (quinto maior IED no Peru). Destacam-se os setores de mineração, indústrias, serviços, construção civil e grandes obras de infraestrutura de transporte, portos e energia. As maiores empresas brasileiras no Peru são Odebrecht e Votorantim.

Investimentos do Peru no Brasil: O Peru investe no Brasil através de empresas financeiras que atuam no microcrédito, companhias de alimentos, refrigerantes, embalagens plásticas e mineração. O estoque não ultrapassa US$ 1 bilhão.

Cooperação

Cooperação Técnica: O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Peru, celebrado em 1975, representa marco da cooperação técnica bilateral.

Cooperação Fronteiriça: No que concerne às iniciativas de integração fronteiriça, as relações entre Brasil e Peru apresentam a maior complexidade entre os vizinhos setentrionais brasileiros. Brasil e Peru compartilham 2.995 km de fronteira[190], de modo que a integração fronteiriça é pauta prioritária e é administrada pela CVIF[191], que trata de temas como controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas, pela COMBIFRON e seus grupos de trabalho temáticos. Destacam-se o Acordo-Quadro para o estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru[192] (ZIF, 2009; em vigor desde

[187] OMC: DS596: *Brazil – Measures concerning the Importation of PET Film from Peru and Imported Products in General*. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds596_e.htm.

[188] *ProInversión: Agencia de Promoción de Inversión Privada – Perú*: https://www.investinperu.pe/.

[189] Ainda não está em vigor, resta a ratificação pelo Peru. O Legislativo brasileiro, via Decreto Legislativo nº 42, de 2017, já autorizou o Governo Brasileiro a prosseguir com a sua ratificação. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2017/decretolegislativo-42-24-marco-2017-784522-acordo-152213-pl.html.

[190] Primeira maior para o Peru; segunda maior para o Brasil.

[191] Conforme o Acordo-Quadro para o estabelecimento de uma ZIF Brasil-Peru, assinado em 2009, a CVIF é responsável por aprovar os Planos Operativos da ZIF Brasil-Peru e orientar os trabalhos dos GTs binacionais. Exemplos de grupos de trabalho são o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF) e o Grupo de Trabalho de Saúde na Fronteira.

[192] Estabelece a ZIF Brasil-Peru, definida como áreas territoriais adjacentes para as quais serão adotadas políticas, planos, programas e projetos conjuntos ou coordenados a fim de promover a integração e o desenvolvimento sustentável. O documento prevê a divisão da ZIF em três setores (Norte, Central e Sul) e a criação de mecanismos institucionais bilaterais, entre eles a CVIF, os grupos de trabalho binacionais e os Comitês de Fronteira. Em 2020, os

2024) e o Acordo para eliminação da cobrança de *roaming* em serviços de telefonia na região de fronteira (2013). Existem as cidades-gêmeas de Assis Brasil (AC), Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia); Santa Rosa do Purus (AC) e Ucayali (Peru); e na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, entre Tabatinga (AM) e Letícia (Colômbia)[193]. Entre as iniciativas relacionadas à integração fronteiriça entre Brasil e Peru, também há a Estratégia de Desenvolvimento e Integração do Setor Sul da ZIF, ferramenta de gestão para articulação social e econômica entre municípios lindeiros da fronteira entre o Peru e o Acre, com programas e projetos em áreas como educação, saúde e sustentabilidade ambiental.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Peru detém a segunda menor comunidade brasileira na América do Sul (cerca de sete mil brasileiros). O Brasil abriga cerca de 50 mil peruanos[194], a nona maior comunidade de estrangeiros no País. O Brasil fretou duas aeronaves C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB) para repatriação de brasileiros retidos no Peru no contexto do agravamento da pandemia de COVID-19 em março de 2020.

Transporte e Infraestrutura: Acordo sobre Interconexão Rodoviária[195] (1981). Destacam-se a inauguração da primeira ponte entre os países, que se estende sobre o rio Acre (2006), de modo a conectar os municípios de Assis Brasil e Iñapari, e é parte do projeto de rodovia interoceânica[196] que parte do Acre (internamente, no território brasileiro, passa ainda por Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo) e chega aos portos no Pacífico peruano; além de projeto de nova ponte e rodovia que interligaria Cruzeiro do Sul a Pucallpa. Discutem-se novos corredores multimodais bilaterais, além do polêmico projeto da Ferrovia Transoceânica que ligaria o Atlântico ao Pacífico, entre o porto do Açu, no RJ, até o porto de Paita, no Peru, com possibilidade de financiamento chinês.

Energia: Declaração para cooperação na área de energia (2019) reafirma o interesse em aprofundar a cooperação em áreas como planejamento energético; segurança de barragens; mineração em pequena escala; energias renováveis; materiais radioativos; e estágios e capacitação. O Brasil desenvolve estudos de projetos para o aproveitamento hidrelétrico no Peru. Há grande exportação de petróleo bruto do Brasil para o Peru e de derivados processados do Peru para o Brasil.

Recursos Hídricos: Capacitação técnica para planejamento e operação de redes de monitoramento de recursos hídricos (Projeto Amazonas, desde 2012, em parceria com a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico – ANA – e Agência Brasileira de Cooperação – ABC).

Agricultura: Fortalecimento do setor algodoeiro, em âmbitos institucionais nacionais e regionais, mediante melhoria da competitividade de sistemas de produção agrícola familiar, com participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Organização das Nações

---

governos do Brasil e do Peru estabeleceram, por meio de troca de notas, os comitês de fronteira norte e sul (Comitê de Fronteira Amazônico Norte e Comitê de Fronteira Amazônico Sul), além de seu regulamento geral. Do lado brasileiro, o Comitê Norte trata da fronteira com o Amazonas, e o Comitê Sul, da fronteira com o Acre.

[193] Não há conurbação com área urbana peruana na tríplice fronteira.

[194] SISGRIMA: Sistema de Registro Nacional Migratório, Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública.

[195] É marco da cooperação técnica e de grande peso político no processo de integração do Brasil com países da fronteira setentrional, firmado no contexto da primeira visita presidencial do Brasil ao Peru.

[196] O início das obras da Rodovia Interoceânica foi em 2005, e a conclusão, em 2011.

Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF), no âmbito da CVIF. Brasil e Peru, na condição de países amazônicos, estão comprometidos com a promoção do desenvolvimento em bases inclusivas e sustentáveis, por meio de uma nova agenda comum de cooperação regional, que concilie proteção do bioma e de sua bacia hidrográfica com a promoção de desenvolvimento social.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Padrão ISDB-T de TV digital (nipo-brasileiro); projetos MATH e STIC AmSud, em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Educação: Terceiro maior parceiro no programa PEC-PG, além de haver cooperação via PEC-G e capacitação de diplomatas estrangeiros no Instituto Rio Branco.

Cultura: Lima possui um Instituto Guimarães Rosa (IGR), tendo sido uma das cinco primeiras cidades a receber uma unidade em substituição ao Centro Cultural Brasileiro[197].

Saúde: Grupo de Cooperação em Saúde na Fronteira, no âmbito da CVIF. Doações de vacinas e soros diversos via Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Butantã; doações de 330 ventiladores mecânicos e mais de 50 mil testes para apoiar na luta contra a COVID-19. Banco de leite humano de modelo brasileiro (2009).

Cooperação Humanitária: O Peru foi o maior destinatário de ajuda brasileira entre 2019-20. O Brasil tem realizado doação de medicamentos e dado apoio em situações de desastres naturais.

[197] As outras quatro seriam Luanda, Londres, Nova York e Tel Aviv.

XV. Relações Brasil-Suriname

Marcos: 1975: Brasil reconhece a independência do Suriname; 1976: Assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, do Acordo Cultural e do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica; 1983: Missão Venturini ao Suriname, com o intuito de influenciar o presidente Desi Bouterse a manter-se na esfera capitalista; Décadas de 1980 e 1990: Primeiras visitas presidenciais, com José Sarney (1989) e Ronald Venetiaan (1996); 2005: Assinatura do Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consultas; 2013: Assinatura do Acordo-Marco de Associação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Suriname.

Embaixada: O Decreto nº 76.670 (novembro/1975) criou a embaixada brasileira em Paramaribo. Não há consulado do Brasil no Suriname

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (2005, em nível de chanceleres, mas com primeira reunião somente em 2023[198]); e Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares (2011).

Visitas de Alto Nível: Lula realizou visita ao Suriname, em 2005, e a presidente Dilma, em 2013. Mais recentemente, houve visita do presidente Desiré Delano Bouterse (2018), quando foram assinados Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), acordos sobre produção sustentável de açaí, agricultura sustentável, alimentação escolar e zoneamento agroecológico e memorando de entendimento em cooperação interinstitucional entre a Polícia Federal e o corpo de polícia do Suriname; visita de Bolsonaro (2022), para tratar com o presidente do país vizinho, Chandrikapersad Santokhi, de acordos bilaterais em áreas como energia, infraestrutura, segurança e defesa. Houve também visitas recentes mútuas dos chanceleres dos dois países: Aloysio Nunes (2018), Ernesto Araújo (2020) e Albert Ramdin (2021). Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Chandrikapersad Santokhi para a posse de Lula. Em maio, o ministro Mauro Vieira foi ao Suriname, acompanhado do embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Luiz Alberto Figueiredo Machado, quando transmitiu convites para a cúpula de países sul-americanos, ainda em maio, e para a cúpula de países amazônicos, em agosto, ambas a serem realizadas no Brasil. No mesmo mês, Santokhi voltou ao Brasil para a reunião de países sul-americanos. Em agosto, os chanceleres Mauro Vieira e Albert Ramdin reuniram-se à margem do encontro ministerial preparatório da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em novembro, o ministro Mauro Vieira realizou visita oficial a Paramaribo para participar de reunião de consultas políticas e assistir aos atos de comemoração do 48º aniversário da independência do Suriname, tendo-se encontrado com o presidente Santokhi. Em junho de 2024, a secretária-geral Maria Laura da Rocha manteve encontro com o chanceler do Suriname, Albert Ramdin, à margem da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando trataram das relações bilaterais, de temas regionais e de questões relativas ao futuro da OEA.

Discurso Oficial: As relações entre o Brasil e o Suriname passam por excelente momento, como comprovam a quantidade de encontros de alto nível realizados e a assinatura do ACFI e do

[198] O sítio do Itamaraty indica que a primeira reunião teria ocorrido em 2007, mas a declaração da reunião de 2023 afirma ter sido a primeira no âmbito do mecanismo.

Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e a Polícia Surinamesa. Brasil e Suriname têm conseguido manter relacionamento bilateral dinâmico, não obstante as dificuldades de transporte: a fronteira entre Brasil e Suriname estende-se por 593 km, em região de baixa densidade demográfica e importantes barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por reservas indígenas. Trata-se do único país vizinho com quem o Brasil não tem ligação viária direta e da única fronteira brasileira onde inexistem cidades gêmeas. A agenda de cooperação é, no entanto, ampla e tradicional, e o componente humano da relação bilateral é particularmente importante, em razão da significativa comunidade brasileira no Suriname. No contexto dos violentos protestos em Paramaribo, que compreenderam a tentativa de invasão do Parlamento, no dia 17 de fevereiro de 2023, o governo informou que a embaixada em Paramaribo acompanhava a situação dos brasileiros e estava atuando na prestação de assistência. O Brasil condenou os atos violentos, na ocasião.

Convergências

Convergências Multilaterais: Destacam-se o compartilhamento de assento em diretorias colegiadas no Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo o Brasil apoiado o plano de estruturação da instituição para o Suriname, e no Banco Mundial e o apoio surinamês à candidatura brasileira ao assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2022-2023.

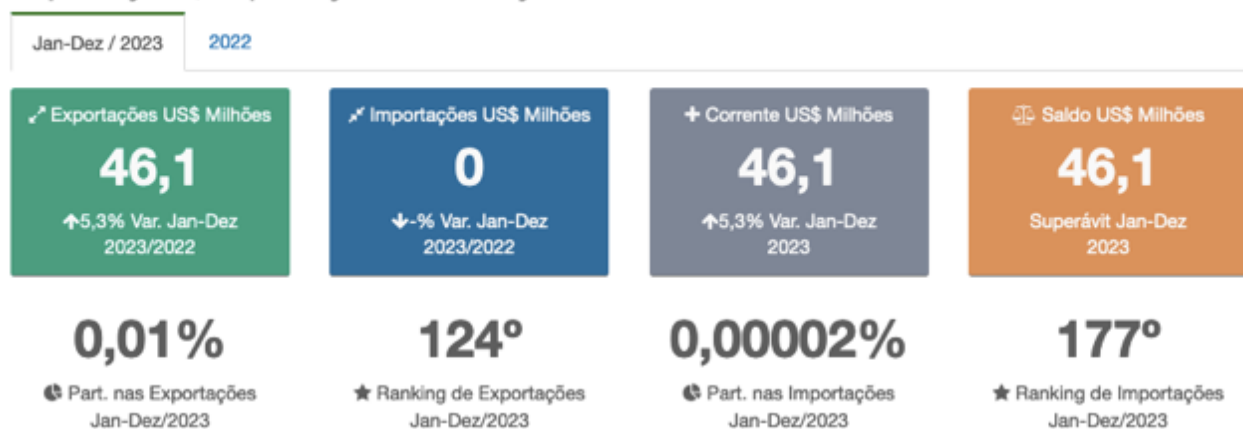
Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China.

Convergências Regionais: O Suriname é Estado Associado do MERCOSUL desde 2013; na terceira cúpula do Foro para o Progresso e Integração da América-Sul (PROSUL, 2022), o Suriname apresentou o desejo de seu país ingressar oficialmente como país-membro do mecanismo, o que foi aceito, e formalizar a sua saída da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o que jamais aconteceu. Os dois países enfatizam a importância de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais da região amazônica no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da qual são membros fundadores. Verificaram-se apoio mútuo nas candidaturas dos países à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH) e a convergência em relação às eleições para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ambos defendem a importância de instrumentos financeiros internacionais, que devem ser examinados minuciosamente e ajustados quando necessário, para promover financiamento mais eficaz de projetos para o desenvolvimento da Floresta Amazônica.

Segurança e Defesa: A cooperação em defesa e segurança é pilar importante da relação bilateral, tendo por base o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2012). Para combater ameaças transfronteiriças e promover a cooperação, destacam-se alguns instrumentos normativos, como o Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1989), o Tratado de Extradição (2004), o Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas (2005), o Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (2005) e o Memorando de Entendimento para Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal brasileira e o Corpo de Polícia do Suriname (2018). Além de ações de patrulhamento conjunto nas fronteiras e de iniciativas relacionadas à segurança cibernética, policiais e militares surinameses já participaram de treinamentos em instituições brasileiras, como

o Centro de Cooperação Policial Internacional, no Rio de Janeiro. Em 2023, os chanceleres dos dois países reiteraram a relevância de fortalecer a cooperação em segurança pública, inclusive segurança cibernética, e intensificar ações conjuntas para combater o crime organizado transnacional nos âmbitos bilateral e regional. Também reafirmaram o compromisso de ambos os países com a agenda de cooperação em defesa, especialmente no fortalecimento de capacidades e treinamento.

Comércio

Marcos: O instrumento comercial bilateral mais importante é o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (2004), que consiste na concessão brasileira de quota anual de dez mil toneladas de arroz, cifra alcançada somente em 2017. Apesar de o Suriname não ser membro, o acordo deve seguir o modelo adotado no Regime Geral de Origem da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Série histórica - Parceiro: Suriname

Série histórica - Parceiro: Suriname

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Suriname

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 46,1 Milhões

Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas
12%
Despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados
8,3%
Calçados
5,6%
Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço
5,1%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,6%
Materiais de construção de argila e materiais de construção refratários
4,3%
Açúcares e...
4,2%
4,2%
Gorduras e óleos vegetais, "soft", bruto, refinado ou fracionado
3,9%
Bombas para líquidos, elevadores de líquidos e suas partes
3,8%
Tratores
3,3%
Outros produtos comestíveis e preparações
3,1%
1,8%
1,4%
1,3%
1,3%
1,2%
2,3%
2,1%
1,9%
1,1%
1,0%
Milho não moído, exceto milho doce
7,6%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Suriname

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 48,2 Mil

Charutos, cigarros e outros produtos de tabaco
97%

Desafios: As reduzidas dimensões da economia do Suriname, bem como a ausência de linha de navegação e de rota terrestre, limitam as possibilidades do comércio bilateral, apesar de haver espaço substantivo para a ampliação do fluxo comercial.

Investimentos: Encontra-se em processo de ratificação o ACFI, assinado em 2018. Ademais, existem a perspectiva de realização de um seminário bilateral envolvendo as comunidades empresariais dos dois países, a ser coordenado, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), com foco em novas oportunidades no setor de petróleo e gás, e a previsão de realização de uma missão da ApexBrasil a Paramaribo, com o objetivo de compartilhar a experiência brasileira na criação e na operação de uma agência de promoção comercial.

Cooperação:
Cooperação Técnica: A agenda bilateral de cooperação e assistência técnica é ampla e tradicional. O Brasil mantém com o país vizinho um dos seus maiores programas de cooperação técnica Sul-Sul. O programa de cooperação é executado ao amparo do Acordo Básico de Cooperação (1976), que abrange projetos nas áreas de agricultura (produção de mandioca e industrialização e alimentos), geologia, desenvolvimento institucional, meio ambiente, combate ao crime organizado (relação com a exploração mineral na região), saúde (prevenção à sífilis, HIV/AIDS e doença de Chagas) e formação de pessoal diplomático. Trata-se do maior programa bilateral de cooperação mantido pelo Brasil nas Américas. Na visita de Bolsonaro, o presidente surinamês destacou a longa parceria, em especial, a cooperação técnica por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Segundo Santokhi, são 25 projetos, dos quais alguns estão em via de implementação, outros já foram assinados formalmente e estão prontos para serem implementados, além de outros, ainda, em estágio de negociação em áreas como agricultura, educação, recursos naturais, administração pública, saúde, segurança cibernética, tecnologia da informação e comunicação, cooperação entre os bancos centrais, justiça e polícia. Estão previstas a realização da II Reunião de Monitoramento e Avaliação do Programa de Cooperação Técnica na República do Suriname no segundo trimestre de 2024 e de uma subsequente missão de prospecção em preparação para a III Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica, também no Suriname, no quarto trimestre de 2024, com o objetivo de ampliar e aprofundar o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Suriname existente.

Cooperação Humanitária: Além de doar luvas e máscaras cirúrgicas durante a pandemia, o Brasil apoiou os esforços de vacinação surinameses, oferecendo a doação de doses de vacinas contra a COVID-19 e várias outras doenças. Adicionalmente, doou, com o apoio do Ministério da Saúde, em 2020, comprimidos de medicamentos antirretrovirais para o tratamento de portadores do vírus HIV/AIDS, testes rápidos para diagnóstico do vírus HIV/AIDS e frascos de isetionato de pentamidina para o tratamento de leishmaniose.

Energia: Impulsionado pelas descobertas recentes de hidrocarbonetos, o governo brasileiro ofereceu apoio para a formação da indústria de petróleo e gás *offshore* no Suriname, a construção de capacidade técnica e institucional e o desenvolvimento de conteúdo local e de energias renováveis. A cooperação bilateral pode ampliar a oferta de possíveis serviços relacionados ao setor energético ao Brasil, respondendo, assim, às necessidades dos estados do Norte. Brasil e Suriname apoiam a colaboração no campo da interconexão elétrica, envolvendo ainda a Guiana e a Guiana Francesa. Há discussões entre a Petrobras e a Staatsolie Maatschappjj Suriname N.

V. (Companhia Nacional Estatal de Óleo) para explorar possibilidades de cooperação nas áreas de exploração e produção; captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS, na sigla em inglês); energia renovável; infraestrutura; planos de contingência, prontidão e resposta a derramamento de óleo.

Recursos Hídricos: Houve, em 2019, missão técnica brasileira no contexto do projeto "Fortalecimento Institucional para Gestão Estratégica dos Recursos Hídricos no Suriname", que consistiu em encontros com instituições públicas surinamesas encarregadas da gestão dos recursos hídricos com o objetivo de apoiar o estabelecimento de um marco jurídico e de expandir o escopo de atuação dessas instituições no país vizinho.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A presença de significativa comunidade brasileira traz importante componente humano para as relações bilaterais. Estima-se que haja, atualmente, 30 mil brasileiros residentes[199], conforme dados de 2022, muitos dos quais se dedicam a atividades de exploração mineral. Em 2004, foi assinado o Acordo sobre Regularização Migratória, e, no ano seguinte, um ajuste. A regularização migratória desse contingente é objeto de contatos políticos de alto nível, além de ser tratada no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, criado em 2011. Em 2022, foi realizada, em Brasília, a segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre Migração e Assuntos Consulares Brasil-Suriname. A terceira Reunião do Grupo de Trabalho sobre Migração e Assuntos Consulares deverá ser realizada no segundo semestre de 2024, em Paramaribo.

Cooperação Fronteiriça: A fronteira comum de 593 km apresenta baixa densidade demográfica, sobretudo por ser coberta por barreiras naturais (serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena, locais onde se verificam inúmeros conflitos entre nativos surinameses e garimpeiros brasileiros. A ausência de linha de navegação e de rota terrestre representa desafio para o aumento das relações econômico-comerciais. O Suriname é único país vizinho com quem o Brasil não tem ligação viária direta e é a única fronteira brasileira onde inexistem cidades-gêmeas. Para superar essa barreira, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, retomou, em 2019, as discussões sobre a extensão da BR-163, conectando a cidade de Óbidos, no estado do Pará, à fronteira do Suriname.

Cooperação Diplomática: Destaca-se também a exitosa cooperação entre Academias Diplomáticas. Desde os anos 1980, diplomatas surinameses têm frequentado o curso de formação no Instituto Rio Branco.

---

[199] Trata-se da sexta maior comunidade brasileira na América do Sul.

XVI. Relações Brasil-Uruguai

Marcos: 1828: Estabelecimento das relações diplomáticas pela Convenção Preliminar de Paz que pôs fim à Guerra da Cisplatina; 1851: Celebração de cinco tratados, entre Brasil e Uruguai, incluindo os temas de aliança, limites, comércio e navegação; 1854: Intervenção do Brasil no Uruguai para prover apoio a Venancio Flores; 1857: Autorização para o funcionamento do Banco Mauá, MacGregor & Cia. no país vizinho, e assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, no Rio de Janeiro; 1864: Ruptura das relações diplomáticas bilaterais pelo governo uruguaio, após resistência às demandas ligadas à missão Saraiva; 1865: Tratado da Tríplice Aliança, entre Brasil, Uruguai e Argentina; 1909: Assinatura, sob a liderança do Barão do Rio Branco, de tratado com o Uruguai que concede o condomínio sobre a Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão; 1933: Assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação ("Pacto Saavedra Lamas"), entre Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai; 1934: Visita do presidente uruguaio Gabriel Terra ao Brasil; 1935: Visita do presidente Getúlio Vargas ao Uruguai, no contexto da realização de viagem ao Prata; 1969: Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, entre Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e Paraguai; 1975: Assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica; 1978: Visita do presidente Geisel ao Uruguai; 1985: Criação do Grupo de Apoio a Contadora[200] Brasil, Uruguai, Argentina e Peru, e Uruguai é destino da primeira viagem oficial ao exterior do presidente Sarney; 1991: Assinatura do Tratado de Assunção; 2012: Criação do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN); 2013: Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração; 2015: Assinatura do 76º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) 2 (Acordo Automotivo)

Embaixada: O Brasil tem embaixada em Montevidéu e Consulado-Geral em Montevidéu e Rivera, além de consulado no Chuí e vice-consulados em Artigas e Rio Branco. As primeiras nomeações brasileiras, como encarregados de negócios, datam de 1831. Em 1933, a representação diplomática do Brasil no Uruguai é elevada à categoria de embaixada. Além da embaixada, o Uruguai tem ampla rede consular no Brasil. Há consulados-gerais em Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo e consulados em Bagé, Belo Horizonte, Chuí, Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento.

Coordenação Política

Instâncias: GAN (2012)[201], dividido em seis subgrupos e voltado à consolidação de projetos em áreas prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral. Essas iniciativas se concentram, notadamente, nos âmbitos da: integração produtiva; ciência, tecnologia e inovação; comunicação e informação; integração da infraestrutura de transportes; livre circulação de bens e serviços; e livre circulação de pessoas.

Visitas de Alto Nível: Com relação aos anos 2000 e 2010, houve uma série de visitas presidenciais, de ambas as partes, no decorrer dos governos Lula e Dilma. Nesse período, o presidente Tabaré Vázquez realizou visita de Estado ao Brasil, em 2005 e em 2015; os presidentes Lula e José Alberto

---

[200] Em 1986, ocorreria a criação do Grupo do Rio, com Brasil e Uruguai entre seus membros.

[201] Em 2013, o GAN aprovou o "Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai". Não tem havido reunião da instância nos últimos anos.

Mujica privilegiaram a região de fronteiras, no encontro em Santana do Livramento-Rivera[202], em 2010, e, em 2012, os presidentes Dilma e Mujica divulgaram comunicado conjunto no contexto da visita do presidente uruguaio a Brasília, que estabelece um "Novo Paradigma para a Relação Brasil-Uruguai" e prevê, nesse contexto, a criação do GAN. Ademais, o então presidente Michel Temer realizou visita ao Uruguai, por ocasião da LIII Cúpula do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 2018. Bolsonaro participou da cerimônia de posse do presidente uruguaio Lacalle Pou (março de 2020)[203], cuja eleição pôs fim ao domínio da Frente Ampla, coalizão de centro-esquerda, e este escolheu o Brasil como destino de sua primeira visita oficial ao exterior, em fevereiro de 2021, quando se encontrou em Brasília com o presidente brasileiro. O chanceler uruguaio visitou Brasília em fevereiro e junho de 2021. O ministro Carlos França, por sua vez, visitou Montevidéu em outubro de 2021 e maio de 2022, quando discutiu com sua contraparte a modernização do MERCOSUL. O ministro brasileiro avistou-se, ainda, com o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH), o uruguaio Ricardo Manrique. Os chanceleres de Brasil e Uruguai se encontraram em Los Angeles, às margens da Cúpula das Américas, em junho de 2022. Houve visita do vice-presidente Hamilton Mourão a Montevidéu, na primeira semana de maio de 2022, encontrando-se com sua contraparte uruguaia Beatriz Argimón. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Lacalle Pou e dos ex-presidentes Julio Mária Sangunetti e Mujica para a posse de Lula. O presidente brasileiro realizou visita ao Uruguai em janeiro de 2023, onde se encontrou com Mujica e com Lacalle Pou. A visita de Lula teve como objetivo, não oficialmente anunciado, demover o presidente uruguaio da intenção de celebrar um acordo de livre comércio com a China, ação que, sob a perspectiva brasileira, fragilizaria o MERCOSUL[204]. Após a reunião, Lula afirmou que o Brasil buscaria intensificar as negociações relativas ao acordo entre MERCOSUL e União Europeia (UE) e que, posteriormente, seria possível discutir um acordo com a China. O presidente uruguaio, por sua vez, demonstrou estar aberto à inclusão dos outros países do bloco nas tratativas com o país asiático. Em março de 2023, houve reunião em nível ministerial[205], em Brasília, na esteira do exitoso encontro presidencial em janeiro. A Declaração Conjunta, por ocasião do evento, prevê medidas para a aceleração de projetos no campo da infraestrutura e da cooperação fronteiriça, como a criação de um Grupo de Trabalho Binacional, a intenção de retomada dos mecanismos de consultas e de coordenação política de alto nível. O documento expressa, além disso, uma posição comum quanto às perspectivas do MERCOSUL, além do convite ao governo uruguaio para que participe da reunião de cúpula do G20, que ocorrerá no Brasil, em 2024. Quanto ao MERCOSUL, especificamente, os governos concordaram em

[202] Na ocasião, foram assinados documentos nas áreas de transporte na hidrovia Uruguai-Brasil, defesa e cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

[203] A posse de Lacalle Pou inaugurou um período de maior convergência entre esses dois países. O governo de Montevidéu elegeu como prioridades a defesa da democracia, a integração física, a cooperação fronteiriça, a implementação de reformas econômicas liberalizantes e o combate à criminalidade, programa que se aproxima das linhas de ação da política externa brasileira.

[204] Especula-se que, entre as vantagens que poderiam ter sido oferecidas ao Uruguai como fatores de dissuasão, estariam a retomada de obras de infraestrutura bilaterais e o compromisso do Brasil de realizar as contribuições ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e de não recorrer às reduções unilaterais nas tarifas de importação de produtos com origem externa ao bloco.

[205] Do lado brasileiro, participaram da reunião os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, da Fazenda, Fernando Haddad, dos Transportes, Renan Filho, de Portos e Aeroportos, Márcio França, além do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Márcio Rosa; do lado uruguaio, os ministros das Relações Exteriores, Francisco Bustillo, da Economia e Finanças, Azucena Arbeleche, de Transporte de Obras Públicas, José Luis Falero, além do subsecretário de transporte e obras públicas. Também estiveram presentes o embaixador do Brasil em Montevidéu, Marcos Leal Raposo Lopes, e o do Uruguai em Brasília, Guillermo Valles.

incentivar o atual processo de modernização da organização, mencionando, inclusive, a necessidade de ampliação da rede de acordos externos, e comprometeram-se com esforços conjuntos para a negociação do acordo MERCOSUL-UE e para o estabelecimento de acordos comerciais equilibrados com outros países e blocos. Em maio, Lacalle Pou voltou ao Brasil para a reunião de países sul-americanos. Em agosto, os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e de Portos e Aeroportos, Márcio França, acompanhados do diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Pereira, fizeram visita de trabalho a Montevidéu. O ministro Mauro Vieira telefonou, em novembro, para cumprimentar o novo chanceler uruguaio, Omar Paganini. Ambos se reuniram, em dezembro, à margem da Cúpula do MERCOSUL. Também em dezembro, Vieira esteve em Rivera, para a cerimônia de reinauguração do aeroporto local. Em abril de 2024, em telefonema com o vice-chanceler uruguaio, Nicolás Albertoni, a ministra substituta das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, abordou temas da agenda regional e bilateral e acordou a realização de consultas políticas entre os dois países este ano em Brasília. Em julho, o ministro Mauro Vieira reuniu-se em Assunção com o chanceler uruguaio Omar Paganini, à margem da reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), para passarem em revista temas da pauta bilateral e regional.

Discurso Oficial: O Uruguai é um dos principais parceiros do Brasil na América do Sul, no contexto de uma relação bilateral cujos vínculos históricos, políticos e humanos permitiram um elevado grau de confiança mútua, que permeia todos os aspectos do relacionamento. A convergência entre os dois países manifesta-se por meio da cooperação abrangente, que compreende os âmbitos político, econômico, tecnológico, cultural e social. No campo econômico, a crescente integração tem beneficiado a economia e a indústria dos países. Na esfera política, a criação do GAN conferiu renovado impulso ao relacionamento bilateral. A cooperação fronteiriça é dimensão de grande relevância para Brasil e Uruguai, que compartilham uma fronteira de 1.069 quilômetros, dotada de expressivo contingente populacional.

Convergências

Convergências Multilaterais: O Uruguai apoia incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e votou favoravelmente ao mandato brasileiro como membro rotativo para o biênio 2022-2023. Ambos defendem a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Convergências Plurilaterais: Brasil e Uruguai fazem parte do G77+China. Na OMC, são membros do *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) e fazem parte do Grupo de Cairns, agrupamento de grandes exportadores agrícolas que compartilham, entre outros, o objetivo de defender, multilateralmente, uma reforma "significativa" dos subsídios agrícolas distorcivos à produção e ao comércio e, consequentemente, uma maior liberalização do comércio desses produtos. No regime de clima, o Uruguai integra grupo negociador com Argentina e Brasil (ABU). Em março de 2023, o governo brasileiro convidou o Uruguai a participar dos trabalhos do G20 durante a presidência brasileira, em 2024[206].

Convergências Regionais: Houve distanciamento uruguaio do regime de Nicolás Maduro, considerado ilegítimo. Tanto o presidente quanto o chanceler uruguaios afirmaram haver uma ditadura na Venezuela, mas o Uruguai não integrou o Grupo de Lima, conforme sua posição de

[206] O Paraguai também foi convidado.

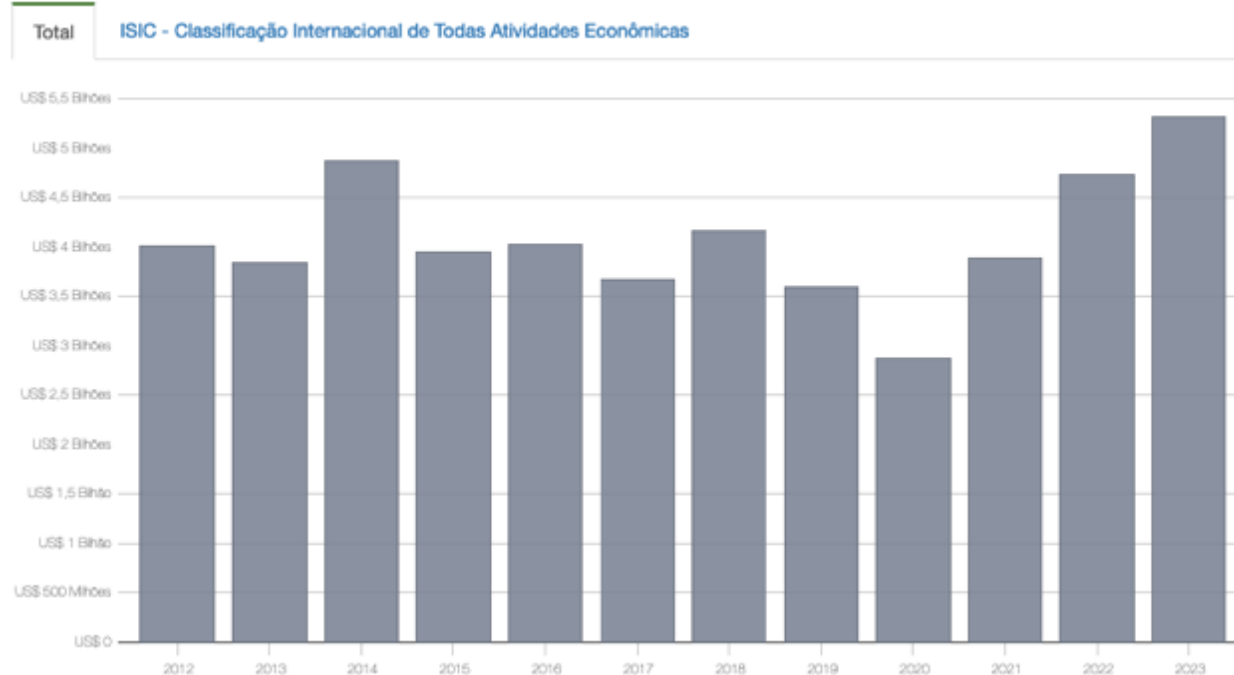
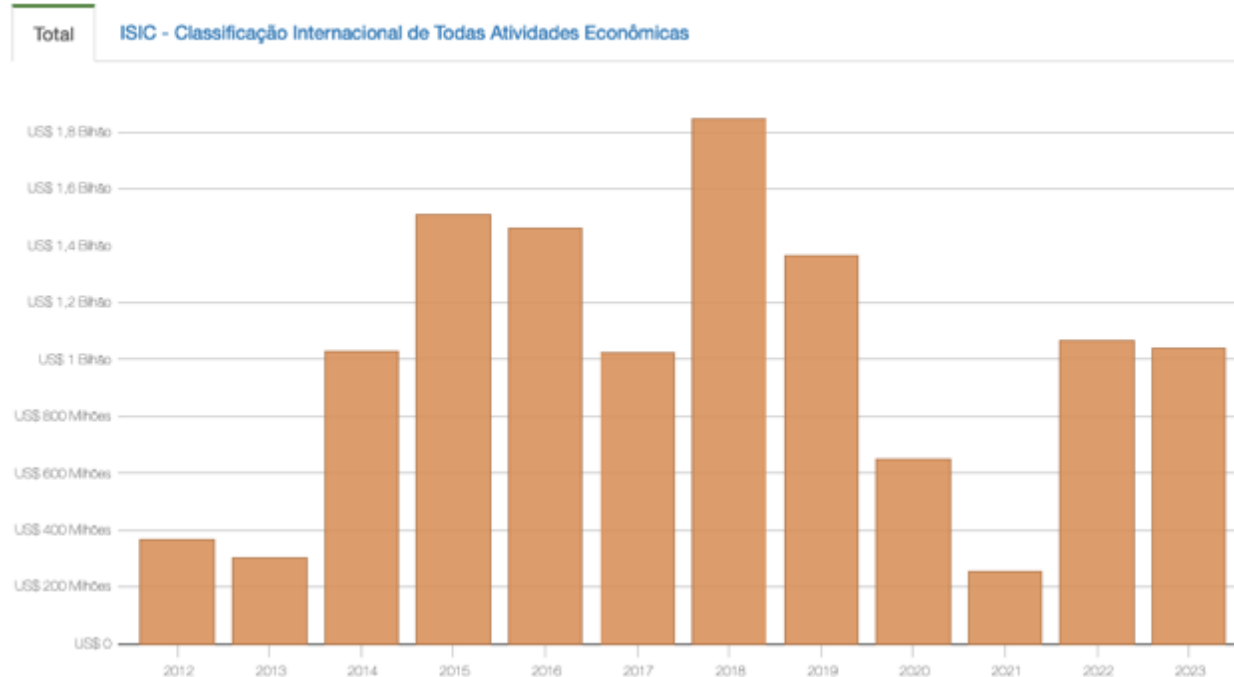
neutralidade crítica. O Uruguai manifestou apoio à candidatura brasileira de Rodrigo Mudrovitsch à CtIDH. O Brasil apoiou reeleição do secretário-geral (SG-OEA) Luís Almagro na Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil apoiou adesão uruguaia ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês). Os dois países são membros da Agência para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL, na sigla em espanhol), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Ambos apoiaram resolução da "Situação na Nicarágua" (outubro de 2021), na OEA, reiterando o apelo à liberação dos candidatos presidenciais e dos presos políticos, com vistas à realização de eleições livres e justas, e sublinhando a deterioração da situação dos direitos políticos e dos direitos humanos na Nicarágua. Ambos se retiraram da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), mas o Uruguai, diferentemente do Brasil, não chegou a integrar o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) – participou esporadicamente como convidado nas cúpulas. No MERCOSUL, ambos apoiam sua modernização e defenderam a redução da tarifa externa comum (TEC) e a flexibilização das negociações externas. O Uruguai defende flexibilização da Decisão do Conselho Mercado Comum (CMC) nº 32/00, a fim de permitir a negociação bilateral de acordos comerciais com terceiros países ou bloco de países extrazona. A intenção do Uruguai quanto a essa flexibilização, é, de modo geral, tornar-se mais competitivo no comércio exterior, e, mais especificamente, avançar em negociações para celebrar um acordo comercial com a China. Como o Uruguai não conseguiu consenso para essa flexibilização, o país ficou sem assinar, entre 2021 e meados de 2023, as declarações de Estados Partes das cúpulas de chefes de Estado do MERCOSUL.

Segurança e Defesa: Brasil e Uruguai celebraram acordo sobre cooperação em matéria de defesa em 2010, na ocasião do encontro presidencial entre Lula e Mujica. O tratado encontra-se ainda em tramitação no Executivo brasileiro e foi emendado em julho de 2022, para ser atualizado. Ademais, estão em vigor o Acordo-Quadro para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, além dos acordos que tratam do combate ao tráfego de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, da cooperação policial e da cooperação para combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, entre Brasil e Uruguai.

Comércio

Marcos: Quanto aos acordos bilaterais, destacam-se o ACE-2, assinado em 1982, no âmbito da ALADI, e três protocolos adicionais a esse acordo de complementação econômica: o PA-76 (Acordo Automotivo, 2015) e os recentes PA-83, firmado em junho e em vigor desde outubro de 2022, que estabelece desgravação total e imediata da TEC ou de impostos nacionais de importação em relação a produtos oriundos das Zonas Francas e das Áreas Aduaneiras Especiais de Brasil e Uruguai, estabelecendo, na prática, o livre comércio relativo a mercadorias produzidas nessas áreas; e PA-84, também firmado em junho e em vigor desde outubro de 2022, que facilita as exportações brasileiras de erva-mate para o mercado uruguaio. No âmbito do GAN, há duas comissões de interesse para as relações econômicas: Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva e a Comissão de Comércio Bilateral. Atualmente, a China é principal parceiro comercial de Brasil e Uruguai; o Brasil é o maior fornecedor do Uruguai e o segundo maior destino das exportações uruguaias, depois da China. Os bancos centrais do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, administram, em parceria, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), que possibilita a redução dos custos transacionais ligados aos contratos de

câmbio. Em agosto de 2023, foi aberto o mercado uruguaio para material genético suíno proveniente do Brasil.

Série histórica - Parceiro: Uruguai

Série histórica - Parceiro: Uruguai

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Uruguai

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Uruguai

Investimentos: O Brasil representa terceira fonte de investimento estrangeiro direto no Uruguai. Destaca-se a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai particularmente em setores agroexportadores, de infraestrutura e energia, além de frigoríficos, finanças, construção civil e mineração. Quase a metade da exportação de carne e de arroz, um dos principais produtos de exportação uruguaios, é realizada por empresas de capitais brasileiros instaladas no Uruguai. A maior construtora uruguaia é de propriedade de capitais brasileiros, e grandes empresas brasileiras, como Itaú, Ambev e Votorantim, têm presença consolidada no mercado uruguaio. Entre 2009 e 2016, Montevidéu abrigou um escritório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES). Em 2019, foi celebrado acordo bilateral para eliminar a dupla tributação, que entrou em vigor em 2023.

Cooperação

Cooperação Técnica: Brasil e Uruguai celebraram Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, em 1975, que tem servido de arcabouço para a incorporação de ajustes complementares com ampla diversidade temática, como ciência, tecnologia e comunicações, saúde e cooperação jurídica. Em 2020, os países assinaram convênio interinstitucional para que se implementasse a transferência da tecnologia da plataforma "Consumidor.gov.br" no Uruguai. Em novembro de 2023, foi realizada a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Uruguai, que culminou na assinatura de quatro novos projetos de cooperação em saúde e de um projeto de cooperação em defesa civil.

Cooperação Fronteiriça: Com mais de 1.060 km de fronteira comum, em boa parte expressivamente povoada (a exemplo do binário Sant'Ana do Livramento-Rivera), os dois países desenvolveram complexo mecanismo de formulação de políticas para suas zonas lindeiras, encabeçado pela Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, estabelecida em 2002, que atua em coordenação com os níveis estadual e local dos governos brasileiro e uruguaio, buscando atender às demandas da população fronteiriça mediante políticas acordadas bilateralmente. Entre as medidas formuladas no âmbito da Nova Agenda, encontra-se o Projeto de Saneamento Integrado Aceguá-Aceguá, financiado com aportes do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para criar sistemas de saneamento integrado entre as duas cidades-gêmeas. Brasil e Uruguai concordaram também em convocar Comitês de Fronteira, como o de Integração Fronteiriça Trinacional, que se reuniu pela primeira vez em junho de 2022. No contexto da pandemia, Brasil e Uruguai coordenaram-se para que os fechamentos de fronteiras não fossem determinados de forma unilateral e atuaram conjuntamente para combater o contágio de coronavírus nas cidades-gêmeas fronteiriças. Negociaram protocolos sanitários conjuntos para Sant'Ana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión. Tratou-se do primeiro acordo fronteiriço de combate ao novo coronavírus de ambos os países. Durante a pandemia, o Itamaraty buscou promover ações para facilitar o comércio fronteiriço, por meio de compras pela *internet*, resgatáveis em zonas aduaneiras na fronteira.

Integração Física: Destacam-se projetos como a construção da segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, que visa à melhoria do tráfego internacional de transporte de carga e de passageiros entre Brasil e Uruguai[207]; a restauração do patrimônio histórico e arquitetônico da Ponte Internacional Barão de Mauá, entre as cidades de Jaguarão (RS) e Rio Branco (Uruguai); e a dragagem de canais da Hidrovia Uruguai-Brasil[208], entre as Lagoas Mirim e dos Patos. Essa via fluvial é considerada central para aumentar o comércio bilateral, e os estudos de sua viabilidade econômica foram concluídos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Brasil. No encontro ministerial realizado em Brasília, em março de 2023, anunciou-se que o Brasil lançará em breve a licitação do projeto básico e executivo para a dragagem, com o objetivo de que a obra comece antes do próximo ano. Na mesma ocasião, os governos comprometeram-se com a

---

[207] Na reunião ministerial bilateral de março de 2023, o Ministério dos Transportes do Brasil anunciou que abrirá licitação para a construção de nova ponte sobre o Rio Jaguarão. O Uruguai, por sua vez, comprometeu-se a iniciar os preparativos para a reforma da Ponte Internacional Barão de Mauá. Em dezembro, houve o anúncio da licitação.
[208] Em dezembro de 2023, houve o anúncio de licitações para projetos e obras da hidrovia Uruguai-Brasil.

assinatura do acordo de binacionalização do aeroporto de Rivera, a ser realizada em encontro entre ministros, previsto para ocorrer trinta dias após a reunião. Ademais, com o Uruguai, há pontes binacionais em Chuí-Chuy e em Jaguarão-Río Branco, além da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva.

Integração e Infraestrutura Aeroportuária: Em agosto, os ministros Mauro Vieira e Márcio França assinaram, com suas contrapartes uruguaias, declaração ministerial sobre a binacionalização do Aeroporto de Rivera "General Oscar Gestido", e o diretor-presidente da ANAC firmou, com a Direção Nacional de Aviação Civil e Infraestrutura Aeronáutica do país vizinho (DINACIA), um memorando de entendimento interinstitucional sobre o uso da infraestrutura do aeroporto. O Memorando de Entendimento ANAC-DINACIA permitirá que o Aeroporto de Rivera, localizado em cidade uruguaia gêmea de Sant'Ana do Livramento (RS), receba voos domésticos de empresas aéreas brasileiras, o que irá facilitar e baratear a conexão daquela região fronteiriça no extremo sul do Brasil com o resto do País e com o Uruguai. Além desse avanço imediato, o memorando cria grupo de trabalho que discutirá formas de aprofundar, por meio de um acordo bilateral, o arranjo de binacionalização do aeroporto. Em dezembro de 2023, em cerimônia que contou com a participação do ministro Mauro Vieira e de outras autoridades brasileiras, houve a reinauguração do Aeroporto de Rivera, no Uruguai, reformado pelo país vizinho, que servirá também à cidade fronteiriça de Sant'Ana do Livramento (RS) e sua região.

Energia: O relacionamento bilateral tem sido intensificado, em particular no que tange ao comércio de energia elétrica, no contexto das crises hídrica e energética enfrentadas na região. O Brasil e o Uruguai contam com infraestrutura de transmissão compartilhada. O Uruguai gera excedentes de energia elétrica, em boa parte de origem eólica, que estão sendo usados para suprir parte da demanda brasileira. A parceria bilateral desenvolve projetos hidrelétricos, a exemplo da usina de Aceguá-Aceguá, e há uma linha de transmissão entre Candiota (RS) e San Carlos, além do Parque Eólico Artilleros, inaugurado em 2015 e decorrente da parceria entre a Eletrobras e a uruguaia UTE. Os dois países realizaram encontros ministeriais sobre comércio de energia, mobilidade elétrica e energias renováveis. Além disso, as iniciativas conjuntas compreendem o desenvolvimento de biocombustíveis. Ademais, encontra-se em vigor o Acordo-Quadro de Interconexão Energética entre Brasil e Uruguai, incorporado ao ACE 2.

Meio Ambiente: No âmbito do GAN Brasil-Uruguai, foi elaborado Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável. Ademais, encontra-se em vigor o acordo de 1992 sobre cooperação em matéria ambiental.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Em 2011, Brasil e Uruguai lançaram um Plano de Ação Conjunta na área de massificação do acesso à Internet em banda larga e telecomunicações em geral (2011-2015). O Uruguai é parte do Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO).

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se haver cerca de 59 mil brasileiros no Uruguai[209]. Além do setor consular na Embaixada brasileira em Montevidéu, há postos consulares em quatro cidades fronteiriças uruguaias: Rivera, Chuy, Artigas e Río Branco. Brasil e Uruguai têm acordo sobre residência permanente, em vigor desde 2017.

[209] Trata-se da quarta maior comunidade brasileira na América do Sul.

Saúde: O Brasil coopera com o Uruguai em temas como pesquisa e combate ao HIV/AIDS. Em 2011, os dois países celebraram memorando de entendimento em saúde, que prevê, entre as diversas áreas de cooperação, o acesso a medicamentos e os temas de fronteiras e atenção básica. Destaca-se, ademais, a Comissão Binacional Assessora de Saúde na Fronteira Brasil-Uruguai (CBBU), que, para além de outras funções, atua para o fortalecimento das ações dos Comitês de Fronteira na Área da Saúde.

Cooperação Humanitária: Em 4 de maio de 2024, o Uruguai foi o primeiro país estrangeiro a oferecer ajuda ao Rio Grande do Sul atingido por inundações, enviando um helicóptero Bell 212, da Força Aérea Uruguaia, com equipamento de resgate aéreo e tripulação.

XVII. Relações Brasil-Venezuela

Marcos: 1842: Estabelecimento de relações diplomáticas; 1859: Tratado de Limites e Navegação Fluvial[210]; 1905: Assinatura dos protocolos relativos à demarcação das fronteiras, em conformidade com o Tratado de 1859; 1964: Venezuela rompe relações com Brasil, fundamentada na Doutrina Betancourt[211], tendo sido as relações restabelecidas em 1966; 1973: Encontro presidencial no ponto fronteiriço "Marco BV-8", seguido de visita do presidente Emílio Médici à cidade de Santa Elena do Uairén – primeira visita de um presidente do Brasil à Venezuela; 1979: Visita do presidente Figueiredo à Venezuela (1979); Década de 1980: Três visitas do Presidente Sarney (1985; 1987; 1989), além de criação do Grupo do Rio (1986), com Brasil e Venezuela entre seus membros; 1990: Estabelecimento do Mecanismo Político de Consulta; 1994: Criação da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), no contexto da visita do presidente Itamar Franco à Venezuela; 2003: Criação do "Grupo de Amigos do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Venezuela"[212], por iniciativa brasileira; 2004: Acordo de Complementação Econômica (ACE) 59; 2005: Estabelecimento da Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela; 2006: Governo venezuelano assina protocolo de adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); 2012: Incorporação da Venezuela ao MERCOSUL e assinatura do ACE-69, entre Brasil e Venezuela; 2016-2018: Mudança de estratégia e deterioração das relações bilaterais[213]; 2016-2017: Venezuela é suspensa do MERCOSUL; 2017: Formação do Grupo de Lima[214], e embaixador brasileiro na Venezuela é declarado *persona non grata* – Brasil recorreu a resposta recíproca; 2018: Estabelecimento Operação Acolhida; 2019[215]: Reconhecimento de Guaidó como presidente encarregado; 2020: Fechamento da Embaixada do Brasil em Caracas e

[210] O Tratado de Limites de 1852 não havia sido ratificado.

[211] A doutrina fundamenta-se na defesa dos regimes democráticos do continente.

[212] Grupo composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos (EUA), México e Portugal, estabelecido com o fito de apoiar o diálogo e a conciliação na Venezuela.

[213] Houve mudança brusca de discurso após o *impeachment* da Dilma Rousseff. Inicialmente, o chanceler José Serra adotou uma postura mais ríspida em relação ao governo anterior (exemplo: "instauração de um estado de exceção na Venezuela", "usurpação das atribuições do Legislativo"). Após, o chanceler Aloysio Nunes moderou o discurso, de modo a reforçar o diálogo – mas, ainda assim, distinto do governo Rousseff. Nesse período, a política externa foi orientada por quatro eixos: 1) isolamento da Venezuela nos organismos regionais; 2) desvalorização de mecanismos regionais recentes, notadamente a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); 3) pressão contra o regime de Maduro a partir de iniciativas regionais fragmentadas (Grupo de Lima); 4) criação de infraestrutura para a recepção e a interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos (Operação Acolhida).

[214] Proposta peruana para, inicialmente, coordenar posições entre países americanos no âmbito da OEA em relação à Venezuela. O grupo, então, tornou-se o principal fórum de interesse do Brasil sobre a crise. Houve publicação de notas diplomáticas conjuntas e notas individuais, tendo o Brasil adotado uma postura mais rígida em relação à Venezuela. A atuação do grupo não resultou na esperada transição de regime venezuelana, e suas atividades foram bastante reduzidas em 2020.

[215] A partir de 2019, com o governo Bolsonaro, as relações bilaterais tornaram-se mais combativas, e a política externa baseou-se em três pontos: 1) adotou tom mais ríspido, de confronto, contra o regime venezuelano; 2) buscou cooperação com o Grupo de Lima e organizações internacionais; 3) atuou em parceria com o governo Trump para pressionar o regime. O Brasil reduziu os canais de comunicação com o governo Maduro, ampliou a rede de suporte a Guaidó, e pressionou pela mudança de regime. O chanceler Ernesto Araújo referiu-se ao regime de Maduro como "mecanismo de crime organizado, baseado na corrupção generalizada, no narcotráfico, no tráfico de pessoas, na lavagem de dinheiro e no terrorismo internacional".

apoio à Moldura Institucional para a Transição na Venezuela[216]; 2021: Brasil subscreve declaração do Grupo de Lima expressando o não reconhecimento da Assembleia Nacional instalada em 5 de janeiro devido a “processo eleitoral ilegítimo” [217];; 2023: Decisão de normalização das relações bilaterais com o governo Maduro, com o início do governo Lula.

Resumo dos eventos e posições brasileiras em relação à Venezuela (2016-2020)

Decisão	Data
Criação do Grupo de Lima às margens das organizações multilaterais	Setembro de 2017
Suspensão da Venezuela do Mercosul	Dezembro de 2017
Declaração do embaixador da Venezuela no Brasil como *persona non grata*	Dezembro de 2017
Instalação da Operação Acolhida na fronteira Brasil-Venezuela	Fevereiro de 2018
Visita do ministro da Defesa brasileiro à Venezuela	Setembro de 2018
Reconhecimento de Juan Guaidó como o presidente oficial da Venezuela	Janeiro de 2019
Operação para envio de ajuda humanitária à Venezuela com Estados Unidos e Colômbia	Fevereiro de 2019
Reconhecimento do representante de Juan Guaidó no BID e na CII	Março de 2019
Impedimento unilateral da entrada de altos funcionários do regime Maduro no Brasil	Agosto de 2019
Brasil nega participação na invasão da embaixada venezuelana por apoiadores de Juan Guaidó	Novembro de 2019
Retirada dos diplomatas e funcionários brasileiros da embaixada, do consulado-geral e dos demais consulados na Venezuela	Março de 2020
Restrição temporária da entrada de venezuelanos no país devido à pandemia de covid-19[1]	Março de 2020
Apoio à proposta de Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela sugerida pelos Estados Unidos	Abril de 2020
Declaração do corpo diplomático do regime de Nicolás Maduro como *personae non gratae*	Setembro de 2020
Última manifestação do Grupo de Lima	Janeiro de 2021
Brasil não envia representantes para a Cúpula da Celac	Setembro de 2021

Fonte: *Site* do Ministério das Relações Exteriores (2022).
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Portaria nº 159, de 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-158-de-31-de-marco-de-2020-250477893>.

Fonte: IPEA

Embaixada: A informação sobre o estabelecimento da primeira embaixada brasileira em Caracas é confusa, pois o processo de criação dos Estados no território correspondente hoje ao do Equador, da Venezuela, de Nova Granada, do Panamá e da Guiana Inglesa foi lento e complexo. Os representantes brasileiros eram enviados para missões itinerantes na região em missão especial. Em 1842, é recebido o primeiro volume de ofícios da legação de Caracas, e, em 1852, é criada uma legação na Venezuela, que seria reunida com a do México, em 1891, sendo separada em 1899. O Brasil deixou de manter o posto diplomático em três ocasiões: entre 1899 e 1904, entre 1915 e 1917 e logo após o regime militar em 1964. A legação foi elevada à condição de embaixada em

---

[216] Proposta pelos EUA, que previa a criação de um Conselho de Estado bipartidário para um processo de transição política, com a retirada de forças estrangeiras do território venezuelano (China e Rússia) e a eliminação das sanções dos Estados Unidos (EUA).
[217] Após a troca de ministros das Relações Exteriores, há moderação do tom de discurso, embora o Brasil ainda manifestasse repúdio às violações de direitos humanos na Venezuela. O Brasil passou a priorizar então dois temas: 1) o processo de diálogo e negociação entre o regime e a oposição democrática no México, sob a facilitação da Noruega; e 2) a realização de eleições regionais e locais na Venezuela, em novembro de 2021, e suas repercussões junto à comunidade internacional. O Brasil reconheceu, junto à Colômbia, os esforços das forças democráticas venezuelanas para restaurar a democracia, no marco do processo de negociação facilitado pela Noruega;

1938. Em dezembro de 2017, Venezuela declarou o embaixador brasileiro como *persona non grata*. Em janeiro de 2018, o Brasil passa a ter apenas encarregado de negócios em Caracas. Em março de 2020, o Brasil retirou seu corpo diplomático na Venezuela. Em setembro de 2020, o Brasil declarou o corpo diplomático do regime de Maduro no Brasil como *personae non gratae*. Em janeiro de 2023, foi enviada missão diplomática brasileira a Caracas, a fim de proceder à reabertura da Embaixada do Brasil na Venezuela e a restabelecer o atendimento consular à comunidade brasileira na Venezuela – a representação brasileira funcionaria, inicialmente, em nível de encarregado de negócios. No mesmo mês, o Brasil concedeu *agrément* ao embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vicente Vadell Aquino, decisão divulgada no contexto da reunião do chanceler Mauro Vieira com o ministro das relações exteriores venezuelano Yván Gil à margem da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), realizada em Buenos Aires. Em novembro de 2023, o governo venezuelano concedeu o *agrément* à embaixadora Glivânia Maria de Oliveira para o exercício do cargo de embaixadora do Brasil na Venezuela. O Brasil atualmente não dispõe de consulado na Venezuela, que, por sua vez, tem a embaixada em Brasília e um consulado-geral em São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Binacional de Alto Nível – COBAN (1994), criada pelo Protocolo de la Guzmanía e presidida por chanceleres; Mecanismo Político de Consulta, em nível de vice-chanceleres; Grupo de Trabalho para Assuntos Econômico-Comerciais; e Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço e seus subgrupos.

Visitas de Alto Nível: Durante os governos anteriores do presidente Lula, houve intensificação das visitas presidenciais, tendo Lula ido mais de dez vezes à Venezuela, incluindo visitas de Estado e participação em cúpula sul-americana, do G15 e da ASA. No decorrer do governo Dilma Rousseff, a presidente visitou a Venezuela em 2011, compareceu à cerimônia de posse do presidente Nicolás Maduro, em 2013, e esteve novamente no país em 2014, por ocasião da XLVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. Entre 2016 e 2019, o governo brasileiro não se reuniu nenhuma vez com Maduro ou com o chanceler venezuelano, mas recebeu o presidente da Assembleia Nacional, em 2017. Em 2019, Bolsonaro recebeu o presidente encarregado da Venezuela Juan Guaidó. Entre 2020 e 2022, não houve encontros presidenciais (seja Maduro, seja Guaidó). Em janeiro de 2023, especulou-se a visita do presidente Nicolás Maduro para a posse de Lula, que não se confirmou. Em março de 2023, foi enviada delegação do Brasil à Venezuela, liderada pelo assessor especial da Presidência, Celso Amorim, para encontro de alto nível com Nicolás Maduro. Objetivou-se a discussão da situação política na Venezuela e a questão das eleições presidenciais de 2024, nesse contexto, para além de assuntos da agenda bilateral, como a dívida em relação ao Brasil. Em maio de 2023, após quase oito anos sem visitar o País, houve visita de trabalho do presidente Maduro ao Brasil, no contexto da cúpula de presidentes sul-americanos[218]. Em agosto, a vice-presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez,

[218] Os dois mandatários mantiveram reunião de trabalho com vistas a repassar os avanços no processo de normalização das relações bilaterais, iniciado em 1º de janeiro de 2023, incluindo a reabertura das respectivas embaixadas e setores consulares e a designação do embaixador da Venezuela no Brasil. Houve conversa presidencial a respeito dos processos de diálogo interno na Venezuela, com vistas à realização das eleições de 2024. Na reunião, os dois mandatários examinaram temas prioritários para o adensamento do diálogo em todas as áreas da relação, inclusive missão multidisciplinar à capital venezuelana, organizada pela ABC; temas fronteiriços, como a questão dos yanomami; temas da agenda regional, a exemplo da integração sul-americana e da cooperação amazônica; e temas da

participou da Cúpula da Amazônia, em Belém. Em outubro, Lula e Maduro conversaram ao telefone sobre as eleições venezuelanas previstas para 2024, medidas para facilitar o comércio na fronteira bilateral, a retomada da exportação de energia elétrica da Venezuela para o Brasil e propostas para a retomada do pagamento da dívida bilateral da Venezuela com o Brasil. O presidente Lula saudou a assinatura dos Acordos para Promoção dos Direitos Políticos e Garantias Eleitorais e para Garantia dos Interesses Vitais da Nação entre o governo e a oposição da Venezuela. À margem da VIII Cúpula da CELAC, em 2024, os presidentes Lula e Nicolás Maduro mantiveram reunião bilateral, na qual trataram, entre outros assuntos, do combate conjunto ao garimpo ilegal em territórios Yanomami; do comércio entre os dois países; e do cenário regional. Em junho de 2024, Lula e Maduro tiveram conversa por telefone, na qual o mandante brasileiro reiterou o apoio do Brasil aos acordos de Barbados e ressaltou a importância da ampla presença de observadores internacionais durante a eleição presidencial venezuelana. Os dois líderes discutiram o início das tratativas para a celebração de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e a renegociação da dívida bilateral. Ademais, Lula agradeceu o apoio venezuelano à eleição da ministra Sonia Guajajara à presidência do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (FILAC). Também em junho, o ministro Mauro Vieira manteve reunião bilateral com o ministro de Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, à margem da reunião de chanceleres dos BRICS, em Nizhny Novgorod, Rússia.

Discurso Oficial: Brasil e Venezuela compartilham laços históricos de amizade e de cooperação, além de extensa fronteira, a terceira maior fronteira terrestre do Brasil, o que contribui para o reconhecimento do país vizinho como um parceiro essencial para a revitalização da integração regional. No contexto da grave crise da venezuelana, o Brasil apoia uma solução pacífica, constitucional e liderada pelos próprios venezuelanos para colocar fim à grave situação por que passa o país. O Brasil defende engajamento construtivo e manifesta a disposição de facilitar o entendimento entre as forças políticas venezuelanas. O Brasil defendeu que o Acordo de Barbados, de 2023, para a realização de eleições na Venezuela fosse respeitado, após decisão da Suprema Corte do país que impediu a candidatura de Maria Corina Machado, principal líder da oposição a Nicolás Maduro. A decisão provocou a imposição de sanções pelos EUA. Nesse contexto, o Brasil reiterou, ainda, sua posição contrária a sanções unilaterais e entrou em contato com os governos estadunidense e venezuelano, com o objetivo de distensionar a situação. Esgotado o prazo de registro de candidaturas para as eleições presidenciais venezuelanas, em 25 de março, o governo brasileiro emitiu nota em que disse acompanhar com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral naquele país. Na nota, foi ressaltada a situação de Corina Yoris, substituta de María Corina Machado. Segundo o governo brasileiro, não pairavam decisões judiciais sobre Yoris, contudo ela foi impedida de registrar-se, o que não seria compatível com os acordos de Barbados, conforme o Brasil[219].

agenda multilateral, como paz e segurança e mudança do clima. Foram adotados uma declaração conjunta, um memorando de entendimento para o estabelecimento do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela e um memorando de entendimento em matéria agroalimentar.

[219] Em resposta, a chancelaria venezuelana publicou uma nota em que “repudia a declaração cinzenta e intrometida, redigida por funcionários do Itamaraty, que parece ter sido ditada pelo Departamento de Estado dos EUA, onde são emitidos comentários carregados de profunda ignorância sobre a realidade política na Venezuela”.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: O Brasil apoia a Venezuela no repúdio à aplicação de medidas unilaterais de natureza coercitiva. Ambos frisam a urgência de os países desenvolvidos cumprirem com suas responsabilidades de provisão de recursos previsíveis e adequados para auxiliar os países em desenvolvimento em ações de mitigação e adaptação à mudança do clima. Houve apoio venezuelano à candidatura brasileira para a realização da 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), na cidade de Belém do Pará, em 2025. A Venezuela apoia a reforma do Conselho do Segurança das Nações Unidas (CSNU), com a inclusão do Brasil como membro permanente, posição reiterada durante a visita do Presidente Nicolás Maduro ao Brasil em maio de 2023. Durante o Governo Bolsonaro, as divergências marcaram as relações na arena multilateral. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH), o Brasil apoiou a Resolução 42/25, de 2019, que criou uma missão internacional independente de averiguação de fatos referentes a violações de direitos humanos cometidas na Venezuela desde 2014. Em outubro de 2022, o Brasil copatrocinou a Resolução 51/29 do CDH para estender o mandato da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos para a Venezuela (FFM, na sigla em inglês) por mais dois anos. A FFM publicou quatro relatórios condenatórios documentando evidências de crimes contra a humanidade, cumplicidade judicial, responsabilidade de autoridades (cadeia de comando, incluindo abusos por parte dos serviços de inteligência), e violações de direitos humanos em áreas de mineração. A resolução também insta o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) a continuar a monitorar a situação no país. Em 2019, Brasil e Venezuela foram eleitos para compor o CDH no período 2020 a 2022. Enquanto o Brasil não poderia candidatar-se, em 2022, após dois mandatos subsequentes no CDH, a Venezuela candidatou-se, como representante do grupo geográfico da América Latina e Caribe, e não foi eleita. Em 2023, no âmbito da 52ª sessão do CDH, o Brasil reconheceu a maior cooperação da Venezuela com o ACNUDH e defendeu que o país aprofundasse essa disposição em relação aos mecanismos do CDH, inclusive por meio da implementação das recomendações da Revisão Periódica Universal e da cooperação com a FFM.

Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China.

Convergências Regionais: Na arena regional, o afastamento data do governo Temer. Exemplo do isolamento da Venezuela foram suas duas suspensões do MERCOSUL: em 2016, devido ao descumprimento dos compromissos assumidos de incorporação da normativa vigente no bloco, e, em 2017, por motivo de ruptura da ordem democrática. Durante o governo Bolsonaro, as divergências marcaram as relações também na arena regional. Em 2019, o Brasil apoiou resolução da OEA, de janeiro, pela qual se considerou ilegítimo o novo mandato de Maduro, e defendeu que a representação do país na organização passasse a ser feita por representantes de Guaidó. Na 2ª sessão da 30ª reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), sanções foram impostas a Maduro e a 28 altos funcionários do governo por motivos de envolvimento com narcotráfico, terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro e violações de direitos humanos. A edição da lista de pessoas envolvidas é feita a partir do trabalho da rede operacional do TIAR. Como medida adicional, as pessoas listadas foram impedidas de ingressar ou transitar no território brasileiro ou no de qualquer um dos 19 Estados Partes do TIAR. Internamente, o Brasil adotou a Portaria Interministerial nº 7 do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores, que estipulou as primeiras sanções unilaterais de sua história

recente contra um país vizinho, a fim de impedir o ingresso de altos funcionários do regime venezuelano no país. O ato foi revogado no final do governo Bolsonaro. A saída do Brasil da UNASUL em 2019 e a suspensão de sua participação na CELAC em 2020, às quais retornou em 2023, estão vinculadas à crise venezuelana e à continuidade da participação de Caracas nesses mecanismos. Assim como a Venezuela, o Brasil é país garante na Mesa de Diálogos de Paz entre o governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em 2023, os dois governos coincidiram em retomar discussões a respeito da suspensão da Venezuela no MERCOSUL. Ambos defendem a necessidade de fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O Brasil tem buscado atuar como mediador, a partir de dezembro de 2023, entre a Venezuela e a Guiana, na questão do Essequibo. Nesse sentido, em janeiro de 2024, ocorreu em Brasília a I Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela, que reuniu os chanceleres de ambos os países[220].

Segurança e Defesa

Instâncias Regionais: Brasil e Venezuela têm visões diferentes sobre cooperação em segurança na América do Sul. Tradicionalmente, o Brasil queria mais autonomia, mediar problemas regionais, coordenar posições em fóruns e limitar intervenções extrarregionais na América do Sul. Já a Venezuela queria unificar forças armadas sul-americanas e criar doutrina militar conjunta. No Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), prevaleceu a visão do Brasil. Com a denúncia brasileira do tratado constitutivo da UNASUL, em 2019, o conselho deixou de existir como instância relevante.

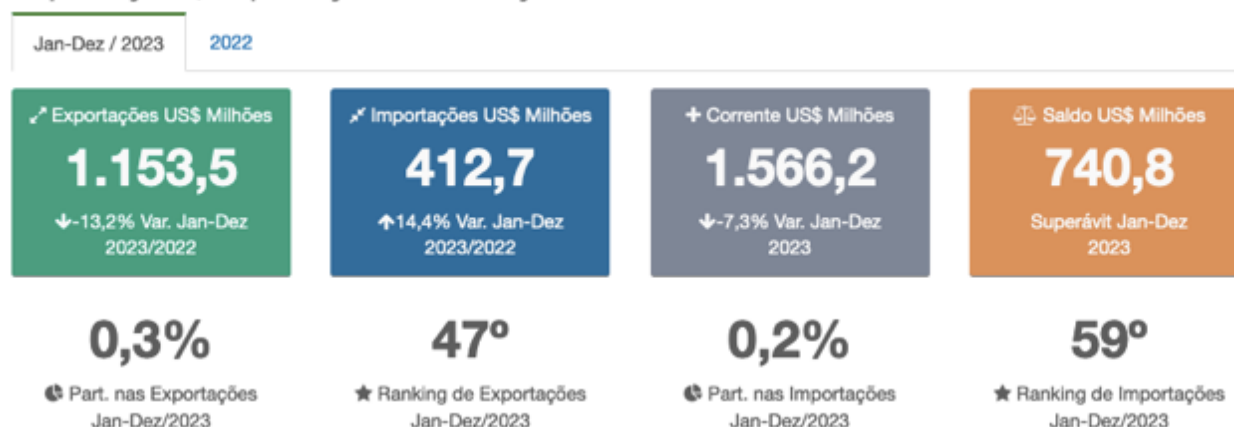
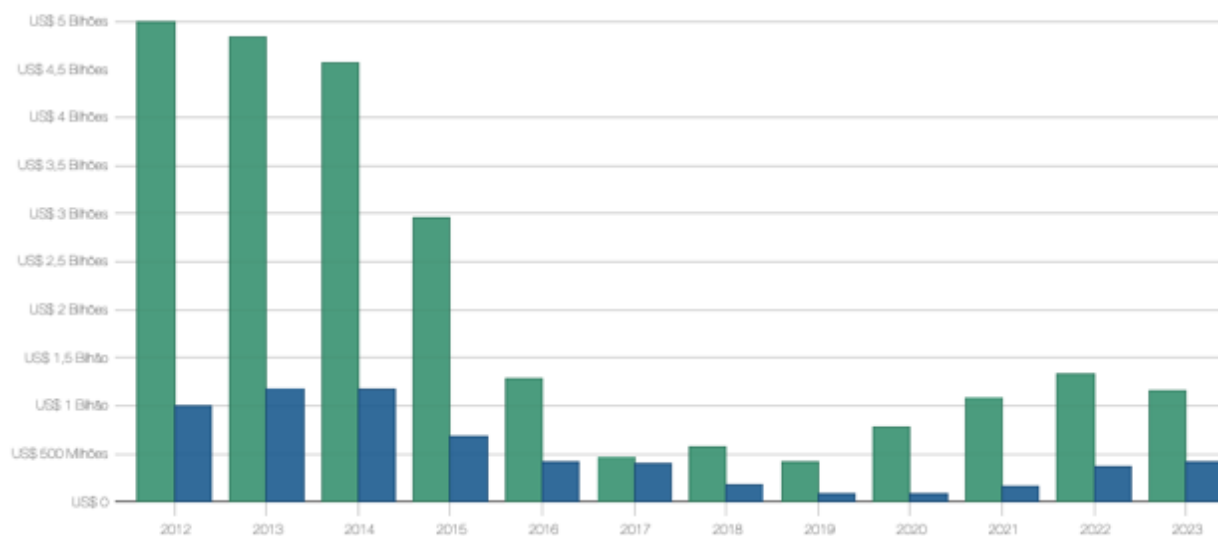
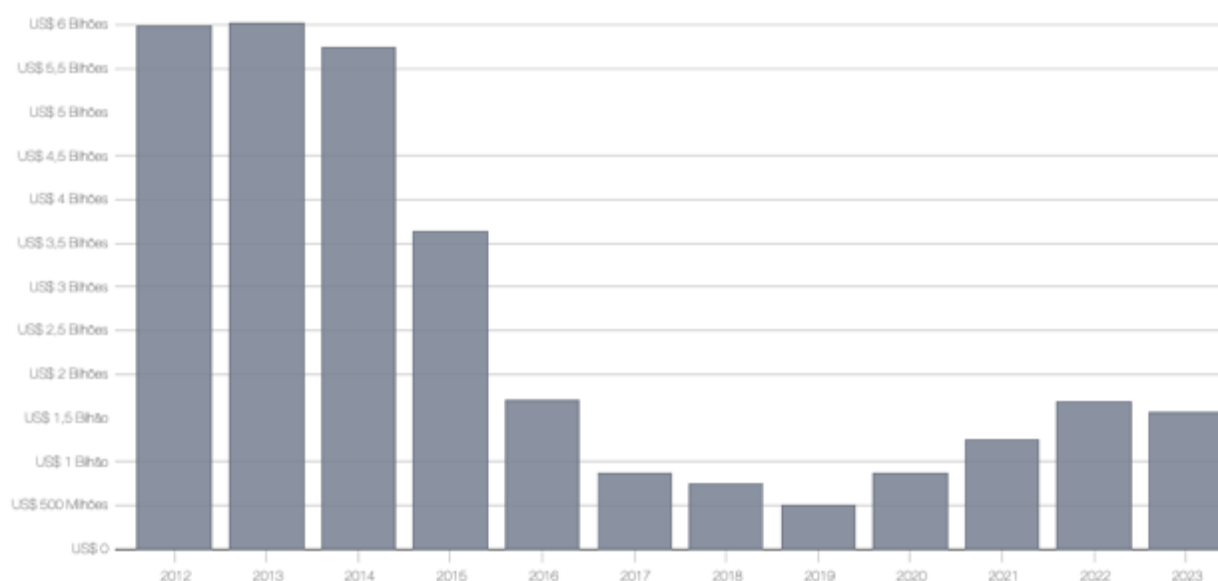
Instâncias Bilaterais: Há ausência de transferências de armamentos ou projetos militares conjuntos entre Brasil e Venezuela, e os intercâmbios militares entre os países alternam entre proximidade e distanciamento. Em 2013, o governo venezuelano apresentou ao lado brasileiro minuta de Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa. No mesmo ano, o ministro da Defesa da Venezuela realizou visita ao Brasil. A partir de 2015, o Brasil passou a reduzir os intercâmbios militares com o país vizinho, inclusive em cursos, conforme mostra o gráfico abaixo:

Fonte: IPEA

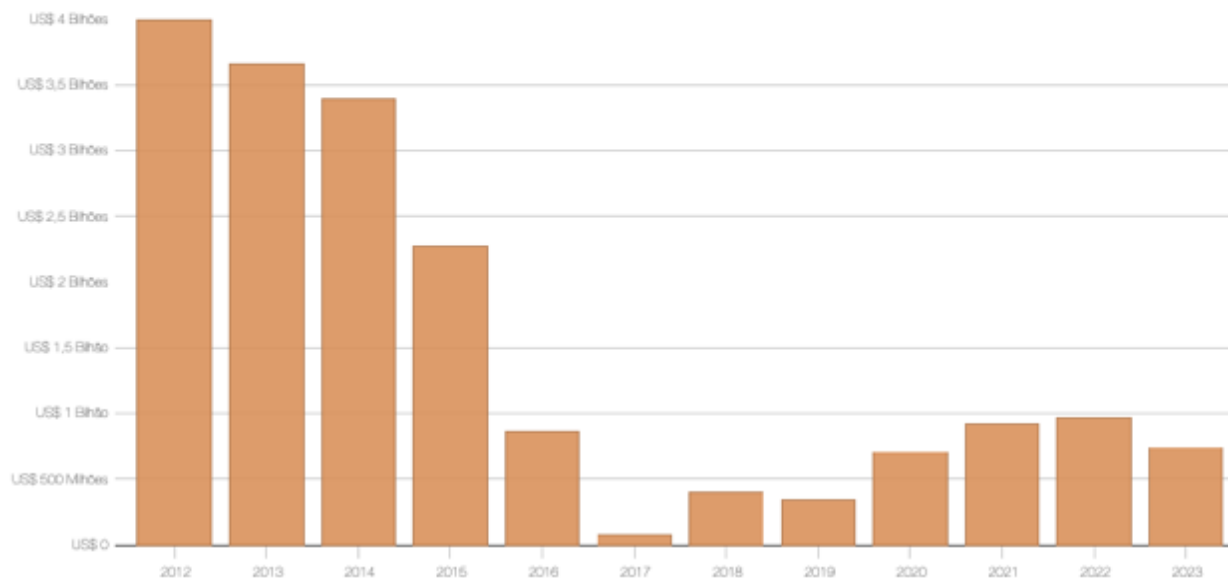
[220] A Comissão Conjunta foi estabelecida por meio da Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela, firmada em dezembro de 2023. A primeira reunião da instância foi acompanhada pelo ministro Mauro Vieira e pelo embaixador Gareth Bynoe, de São Vicente e Granadinas, país que atualmente exerce a presidência da CELAC.

Nota-se que, a partir de 2018, com a crise das relações diplomáticas entre Brasil e o regime de Maduro, essas interações bilaterais no campo militar cessam. O Brasil também retirou seus adidos militares da Venezuela em 2020, acompanhado da retirada dos diplomatas brasileiros. No mesmo ano, na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), o Brasil reconheceu a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, com novas emergências no cenário internacional e com o aumento da presença de potências externas no entorno brasileiro, sendo a primeira vez que o Brasil menciona a possibilidade de um conflito regional desde a redemocratização. Em 2023, há parceria entre os países para o combate à grilagem ilegal nos territórios fronteiriços, em especial no contexto dos esforços conjuntos para a proteção do povo yanomami. Foi acordada a realização de ações conjuntas para estabelecer mecanismos de coordenação binacional visando a combater o crime organizado, o tráfico de drogas e armas de fogo e outros crimes. Ademais, ambos se comprometeram a agir conjuntamente com vistas a identificar e coibir crimes transfronteiriços ligados à mineração, inclusive em áreas de preservação ambiental e em terras indígenas, e ao comércio ilegal do ouro, a abrir diálogo entre as forças de segurança pública rodoviária e a aumentar a articulação dos órgãos de inteligência e fortalecer as redes informacionais.

Comércio

Marcos: ACE-59 (2004) entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela. ACE-69 (2012) entre Brasil e Venezuela, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 2014. No início do século XXI, o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela apresentou resultados expressivos qualitativa e quantitativamente, uma vez que o fluxo bilateral chegou a atingir US$ 6 bilhões em 2013, a Venezuela era importante destino das exportações brasileiras de maior valor agregado, e o Brasil tinha um de seus maiores saldos comerciais com o país. Ocorreu, posteriormente, tanto a gradual substituição do comércio de bens industrializados por gêneros alimentícios e derivados, nas exportações brasileiras destinadas à Venezuela, quanto a queda de quase 92% da corrente comercial bilateral entre 2013 e 2019. A recuperação do comércio bilateral a partir de 2020 decorre da dinamização econômica das regiões de fronteira, visto que fatores externos (como as sanções econômicas impostas ao país andino) impulsionaram e reorganizaram a dinâmica fronteiriça entre o estado de Roraima e a Venezuela. Roraima tem tido um desempenho econômico robusto, melhor do que a média brasileira, com recordes em seu comércio exterior. As transferências de renda para venezuelanos, via programas sociais, em resposta à crise migratória, também contribuíram para o aquecimento do fluxo de comércio informal.

Série histórica - Parceiro: Venezuela

Série histórica - Parceiro: Venezuela

Série histórica - Parceiro: Venezuela

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Venezuela

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Venezuela

Jan-Dez / 2023 2022

Desafios: Nota-se que, em 2016, com a mudança de governo no Brasil, houve também alterações de entendimentos bilaterais com a Venezuela, afetando diretamente os resultados comerciais, como a redução da complacência brasileira com relação às dívidas da Venezuela com o Brasil[221], sobretudo por parte de autarquias, notadamente o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2023, lançou-se mesa técnica[222] para discutir as dívidas venezuelanas, concordou-se em trabalhar conjuntamente para impulsionar e diversificar o intercâmbio comercial bilateral, em favor de ambos os povos, e assumiu-se compromisso de imediata retomada do comércio de fertilizantes. Em junho, foi enviada a Caracas missão conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura e Pecuária para tratar da liberação de cargas de produtos de origem animal e vegetal retidas pela Venezuela na fronteira entre os dois países[223]. Lula e Maduro conversaram ao telefone, em outubro, sobre as medidas para facilitar o comércio na fronteira bilateral, diante da retenção de cargas, e sobre propostas para a retomada do pagamento da dívida bilateral da Venezuela com o Brasil.

[221] Em razão da garantia aos contratos de financiamento a exportações, a União indenizou os financiadores e tornou-se credora da Venezuela após a inadimplência do lado venezuelano desde 2017. Até 31/10/2023, o governo brasileiro já havia indenizado quase US$ 1,2 bilhão, e ainda restam obrigações a vencer do governo venezuelano até 08/01/2025, estimadas em US$ 90 milhões. Para além das discussões relativas ao principal da dívida, também estão em curso negociações acerca dos juros devidos.

[222] A mesa técnica já se reuniu em duas oportunidades. Na primeira reunião, realizada em julho de 2023, foram retomadas as discussões concernentes à dívida e definidos os pontos focais; na segunda, em setembro do mesmo ano, a situação econômica da Venezuela foi apresentada, e houve cobrança pelo Brasil da retomada dos pagamentos a vencer. Espera-se que, em breve, o governo venezuelano apresente uma proposta de pagamento da dívida, no âmbito de nova reunião.

[223] A interrupção dos contatos oficiais, em 2019, ocasionou a suspensão do diálogo entre autoridades agrícolas, prejudicando as negociações relativas à habilitação ou reabilitação de frigoríficos, além das negociações sanitárias e fitossanitárias referentes à abertura de mercado. Em decorrência desse contexto, as autoridades venezuelanas vêm retendo cargas de alimento exportadas para o país.

Investimentos: Petrobras e PDVSA realizaram pesquisas e projetos conjuntos, havendo investimento venezuelano no setor de refino no Brasil e participação brasileira na exploração do óleo pesado venezuelano. O projeto de construção da refinaria Abreu e Lima (PE) foi um marco da parceria energética Brasil-Venezuela, mas o país vizinho não cumpriu com o cronograma de aportes e a construção da refinaria foi alvo de investigações relacionadas a corrupção e superfaturamento. A Caixa financiou projetos relacionados à moradia e a créditos para população de baixa renda na Venezuela. O BNDES financiou a internacionalização de empresas brasileiras para atuar naquele país. Ademais, houve financiamento do BNDES para exportação de bens e serviços brasileiros em áreas como infraestrutura, energia, construção civil (linhas de metrô, indústria siderúrgica, estaleiro), aeronaves (Embraer) etc. Empresas como Marcopolo, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Embraer foram beneficiadas. Esses financiamentos foram, posteriormente, investigados na Operação Lava-Jato e em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI, em 2016 e 2017). Em 2023, os presidentes dos dois países decidiram lançar diálogo exploratório em matéria de investimentos, com o objetivo de negociar um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Cooperação

Cooperação Técnica e em Infraestrutura: O Convênio Básico de Cooperação Técnica (1973) é marco da cooperação bilateral. Para o Brasil, as relações bilaterais foram baseadas na internacionalização de agências governamentais, como a Caixa, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), para promover a cooperação entre os países. Essas agências instalaram escritórios na Venezuela e depois fecharam suas representações a partir de 2014. Houve projetos de cooperação nas áreas de agricultura (mandioca, café, cítricos), sanidade agropecuária, saúde (banco de leite humano), segurança alimentar (resíduos e contaminantes, controladoria sanitária), desarmamento e controle de armas e munições, e infraestrutura. Alguns resultados da cooperação foram: a interconexão elétrica "Linhão de Guri" (2001); a segunda ponte sobre o Rio Orinoco (2006); a quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo (2006); a interconexão de fibra ótica entre Manaus e a cidade de Santa Helena (2011); o apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas (2012); e o desenvolvimento institucional do Instituto de Altos Estudos de Saúde Pública Dr. Arnoldo Gabaldón. Em maio de 2023, o governo brasileiro enviou missão à Venezuela, chefiada pelo diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para reuniões de atualização dos compromissos vigentes entre os dois países sobre cooperação técnica e humanitária e de identificação de novos possíveis temas para o programa de cooperação bilateral no período 2023-2025[224]. No contexto da visita do presidente Maduro ao Brasil, também em maio, foi estabelecido o Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela 2023-2025, cuja primeira reunião ocorreu em novembro de 2023, em Caracas, e foi assinado memorando de entendimento para a cooperação técnica em matéria agroalimentar. Ambos os países identificam a América Central e o Caribe, incluindo o Haiti, como áreas de interesse prioritário para as iniciativas de cooperação trilateral conjunta.

Cooperação Fronteiriça: Brasil e Venezuela compartilham 2.199 km de fronteira, a terceira maior fronteira terrestre do Brasil, sendo Santa Elen de Uairén/Pacaraima o único passo de

[224] O Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela 2023-2025 apresenta, como áreas prioritárias, temas agroalimentares, saúde, pesca e aquicultura, temas sociais e gestão de riscos, desastres e proteção civil.

fronteira que conta com autoestrada. A cooperação fronteiriça tem importância, igualmente, sob a dimensão humana, uma vez que a solução de questões transfronteiriças interessa à população brasileira, especialmente às comunidades indígenas presentes nas áreas do Arco Norte limítrofes à Venezuela. Entre os temas discutidos nos mais de oitenta encontros entre autoridades de ambos os países realizados em 2023, estiveram a cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, além da crise sanitária no Território Indígena Yanomami.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A Operação Acolhida (2018) foi criada como resposta humanitária brasileira ao crescente fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos que ingressavam no Brasil. Trata-se de uma força-tarefa composta por governo, sociedade civil e organismos internacionais, sob liderança governamental, cujos principais eixos são: 1) ordenamento da fronteira; 2) acolhimento; e 3) interiorização. Todos os migrantes e refugiados venezuelanos que ingressaram em território brasileiro e se apresentaram a autoridades migratórias foram documentados como residentes temporários ou solicitantes de refúgio. Em 2023, havia mais de 510 mil venezuelanos entre migrantes e refugiados no Brasil, sendo mais de 53 mil com *status* de refugiado. Segundo a Polícia Federal, de 2017 até junho de 2022, mais de 763 mil venezuelanos entraram no País e 301 mil solicitaram regularização migratória para buscar oportunidades e melhores condições de vida. Quanto a migrantes e refugiados, o Brasil defende o princípio do compartilhamento de responsabilidades, além de destacar o papel primordial dos países receptores e a necessidade de financiamento sustentável, previsível e eficiente. Em 2021, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do Processo de Quito, iniciativa informal de coordenação técnica entre países latino-americanos que recebem migrantes e refugiados venezuelanos. A comunidade brasileira na Venezuela é composta por cerca de 11,8 mil pessoas.Em 2023, os dois países concordaram em respeitar e reforçar a proteção dos migrantes e reconheceram a importância de serem desenvolvidas normas e procedimentos que facilitem e simplifiquem a regularização de migrantes e refugiados na região.

Cooperação Humanitária: Quanto à ajuda humanitária, em 2019, Brasil, Colômbia e EUA, junto com Guaidó, mobilizaram caminhões com doações para a Venezuela, saindo de Pacaraima e Cúcuta, os quais foram impedidos de entrar, causando confrontos entre grupos internos na Venezuela. Após, Rússia e China enviaram ajuda humanitária, além de especialistas militares russos para a Venezuela.

Direitos Humanos: Em 2023, os dois países acordaram estabelecer reuniões técnicas para consultas bilaterais sobre direitos humanos, com particular ênfase na cooperação com o sistema universal de direitos humanos, nas políticas de igualdade para mulheres e LGBTI+ e na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Também há interesse em fortalecer o protagonismo dos povos indígenas nas duas sociedades.

Agricultura e Segurança Alimentar: Em 2023, foi assinado memorando de cooperação técnica em matéria agroalimentar, que cobre as áreas de agricultura, de pecuária e de soberania e segurança alimentar e nutricional. Os dois países reconhecem a importância e a urgência do aprofundamento do combate à fome e da promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional e comprometeram-se a trabalhar em iniciativas regionais, em particular o Plano para a Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2025 da CELAC e a Rede de Alimentação Escolar Sustentável. Os dois países acordaram discutir proposta de consolidação de um Complexo Latino-

Americano de Produção e Distribuição de Fertilizantes Orgânicos e Sintéticos, e de sementes de alto rendimento e insumos biológicos, para garantir o controle e a inocuidade dos alimentos.

Saúde: Em encontro entre a secretária-geral das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, e o embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vadell, realizado em fevereiro de 2023, as duas partes discutiram a possibilidade de cooperação no enfrentamento da situação de emergência na Terra Indígena Yanomami. De fato, foi iniciada a colaboração nesse campo, como demonstra a realização de reunião, no dia 10 de março, acerca da cooperação em saúde na fronteira, que possibilitou a coordenação de ações de assistência ao povo *yanomami*. Participaram do encontro representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Saúde e dos Povos Indígenas[225]. Entre as áreas de interesse para cooperação bilateral em saúde estão saneamento ambiental adequado, vigilância epidemiológica, ações conjuntas de atenção em saúde e nutrição dos povos indígenas, e combate ao HIV, à tuberculose, à malária, à oncocercose, a hepatites virais, e a outras doenças transmissíveis, em especial por meio do oferecimento de diagnóstico e tratamento adequados, além do incremento da cobertura vacinal.

Energia: Com a Venezuela, há dois temas de interesse: a integração elétrica com o estado de Roraima[226], que não está interligado à rede brasileira (Sistema Interligado Nacional), além da tentativa de cooperação no campo petrolífero[227]. Em maio de 2023, os dois presidentes decidiram avaliar a reativação da conexão para o fornecimento de energia elétrica entre a Venezuela (Bolívar) e o Brasil (Roraima), por meio da realização de missões técnicas bilaterais em ambos os países. Em outubro do mesmo ano, o ministro de Minas e Energia realizou visita à Venezuela, a fim de tratar da retomada de importação de energia elétrica da usina hidrelétrica de Guri, na Venezuela, ocasião na qual foi estabelecido grupo de trabalho bilateral relativo à integração energética. Há também interesse na promoção da integração do conhecimento geológico entre os dois países e no aprofundamento da cooperação técnica no âmbito da exploração de minério de ferro e de produtos siderúrgicos.

[225] O tema é prioritário para o Brasil, tendo sido declarado Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. As discussões compreenderam os temas de combate a malária, tuberculose e HIV/AIDS; fortalecimento de ações de cobertura vacinal; desnutrição e insegurança alimentar; saneamento, e saúde materno-infantil. A delegação da Venezuela foi liderada por Rander Peña, vice-ministro para América Latina, que foi recebido pela secretária-geral as Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha.

[226] O estado de Roraima foi abastecido com energia elétrica originada da Venezuela com base em um contrato firmado entre a Eletronorte e a estatal venezuelana Corpoelec (junho de 2001 a junho de 2021). A expiração do contrato ocasionou o recurso a termoelétricas a diesel para o abastecimento do estado. Para além de representar alternativa de menor impacto ambiental, o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica pela Venezuela poderia gerar uma economia de R$ 120 milhões ao ano para o consumidor brasileiro, segundo o Ministério de Minas e Energia, e contribuiria para a estabilidade energética de Roraima. O Decreto n° 11.629 de 4 de agosto de 2023 representa marco legal que trata da importação de energia elétrica de países vizinhos a fim de abastecer sistemas isolados em território brasileiro. No que concerne a marcos históricos de cooperação bilateral em energia, destaca-se o contrato de compra e venda de energia elétrica da Venezuela para o Brasil entre a Eletronorte e a Electrificación del Caroni (EDELCA), firmado em 1997.

[227] A Venezuela detém as maiores reservas provadas de petróleo do mundo, cerca de 304 bilhões de barris, o que corresponde a 18% das reservas conhecidas de petróleo no mundo. Apesar disso, o país experimentou queda de 75% em sua produção petrolífera na última década, em meio à conjuntura de crise multidimensional e, em particular, em razão das sanções unilaterais adotadas por terceiros países. Após os Acordos de Barbados, entre oposição e governo venezuelano, os EUA anunciaram levantamento parcial das sanções, as quais foram parcialmente reintroduzidas em fevereiro de 2024. Destaca-se, ainda, que a Petrobras não tem operações na Venezuela desde 2012.

Transportes: Em 2023, os dois países decidiram dar continuidade aos entendimentos entre os Organismos de Aplicação do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre o Brasil e a Venezuela, com o objetivo de tratar dos aspectos técnicos e operacionais do transporte de carga e passageiros. Os mandatários de Brasil e Venezuela advogaram pela abertura de novas rotas aéreas bilaterais.

Educação e Cultura: Em 2023, ambos se comprometeram a fortalecer a cooperação educacional bilateral, mediante a promoção de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa, e iniciativas de mobilidade acadêmica. Houve a retomada da participação de estudantes venezuelanos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Na área cultural, há interesse na troca de experiências e boas práticas sobre mecanismos de fomento à cultura e participação social para garantir o exercício de direitos culturais. Serão estabelecidos planos de cooperação nas diversas áreas das artes e da economia criativa.

Ciência e Tecnologia: Os temas de interesse identificados para reativar e ampliar a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação são: divulgação científica, soberania alimentar, Amazônia, vigilância genômica e pesquisas nas áreas de biologia e biotecnologia; intercâmbios em matéria de governo digital e Tecnologias da Informação e Comunicação com suas múltiplas aplicações, tudo com vistas a retomar e promover vínculos entre as instituições e centros de pesquisa científica de ambas as nações, para o desenvolvimento de programas e projetos colaborativos binacionais.

XVIII. Relações contemporâneas do Brasil com países da América Central e do Caribe

a) Relacionamento político entre Brasil e os países da América Central

O Brasil possui embaixada em todos os países centro-americanos (a de Belize, última a ser aberta, foi em 2006). O Brasil é observador regional do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) desde 2008. Todos os países centro-americanos são membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Panamá abriga a maior comunidade brasileira na América Central e Caribe, cerca de 3,5 mil brasileiros, seguido pela Costa Rica, com cerca de 1,8 mil brasileiros residentes.

Com a Guatemala, os dois países compartilham visão de mundo baseada em valores, o que tem gerado iniciativas recorrentes de cooperação, apoios mútuos a candidaturas a órgãos internacionais e ação coordenada em foros multilaterais, com destaque para o Grupo de Lima e a OEA. A ativação do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, cuja primeira reunião ocorreu em maio de 2018, na Cidade da Guatemala, representou ocasião para a discussão dos principais temas da agenda bilateral. No mesmo ano, o presidente Michel Temer visitou a Guatemala por ocasião da XXVI Cúpula Ibero-Americana e manteve encontro com o então presidente Jimmy Morales. Em 2019, o Governo brasileiro felicitou Alejandro Eduardo Giammattei Falla pela vitória na eleição presidencial. A visita oficial do ministro Ernesto Araújo à Guatemala, em fevereiro de 2020, representou marco do processo de aproximação entre os dois países, alavancando iniciativas na área de defesa e segurança, comércio e investimentos, entre outras. Em 2023, o governo brasileiro manifestou grave preocupação com a situação política na Guatemala, após o anúncio da suspensão provisória da personalidade jurídica do *Movimiento Semilla*, partido do presidente eleito Bernardo Arévalo. Posteriormente, reiterou sua preocupação com as sucessivas perturbações que comprometiam o normal andamento do processo de transição de poder na Guatemala e, em especial, com tentativas de questionar o processo eleitoral já concluído, com a eleição internacionalmente reconhecida de Bernardo Arévalo. O ministro Mauro Vieira conversou, em dezembro, por telefone, com o presidente eleito e renovou o apoio brasileiro diante das medidas jurídico-administrativas de contestação do resultado do pleito. Recordou, ademais, o posicionamento comum do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em favor de um processo de transição harmônico, que foi objeto de comunicado dos Estados Partes durante a Cúpula do Rio. O Brasil fez-se representar na posse agendada de Arévalo, em 14 de janeiro de 2024, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Na ocasião, em decorrência dos atrasos na cerimônia, que apenas se realizou na madrugada seguinte, Alckmin participou de ato organizado pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro, que contou com a participação de outros representantes de países americanos, do alto representante da UE e da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB). Em maio de 2024, a secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty, Gisela Padovan, reuniu-se para consultas políticas com a vice-ministra de Relações Exteriores da Guatemala, Mónica Bolaños, de maneira preparatória para a programada visita do chanceler guatemalteco Carlos Ramiro Martínez, em junho.

Em Honduras, além de temas de interesse na cooperação bilateral (agropecuária, energia, biocombustíveis e permuta de aeronaves), Ernesto Araújo e seu homólogo discutiram aspectos da agenda regional em visita do chanceler brasileiro, em 2020. O chanceler hondurenho Lisandro Rosales também manteve encontro bilateral com o ministro Ernesto Araújo, em Brasília, em novembro de 2019, à margem da XVI Reunião de Chanceleres do Grupo de Lima. O presidente

Juan Orlando Hernández participou da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro. Em 2018, os presidentes Michel Temer e Juan Orlando Hernández participaram de reunião bilateral à margem da VII Cúpula das Américas, em Lima. O governo hondurenho se candidataria à vaga destinada a países da América Latina e do Caribe no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2022-2023, mas abriu mão para o Brasil, que antes se candidataria para o período entre 2033-2034.

Com o Panamá, em 2020, foi realizada I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, via videoconferência. Em 2019, o governo brasileiro felicitou o presidente eleito do Panamá, Laurentino Cortizo, pela vitória nas eleições gerais. Em 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantêm encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo. No plano multilateral, há boa coincidência de posições entre o Brasil e o Panamá, com apoio mútuo na indicação de candidatos para organismos e foros multilaterais. O Panamá integra a mesma *constituency* do Brasil no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com a Costa Rica, os entendimentos registrados entre os dois países em matéria de candidaturas a organismos internacionais e a coordenação em temas hemisféricos vêm dando tom positivo à agenda bilateral. Em 2020, o chanceler Rodolfo Solano encontrou-se com o Ministro Ernesto Araújo, à margem da reunião ministerial do Grupo de Lima, em Ottawa. Em 2018, houve encontro entre os então chanceleres Aloysio Nunes e Manuel González Sanz, à margem do Foro Econômico Mundial, em São Paulo. Em setembro de 2022, Brasil e Costa Rica alcançaram um entendimento acerca das compensações decorrentes da aplicação de salvaguardas pelo governo costa-ricense às importações de açúcar brasileiro. O governo da Costa Rica comprometeu-se com duas medidas: concessão de quota tarifária de açúcar isento da taxa durante o período restante da salvaguarda (até 19 de agosto de 2023) e redução a zero do imposto de importação do etano no primeiro ano de execução do projeto de mistura de gasolina com etanol, que será implementado na Costa Rica[228]. Em agosto de 2023, foi realizada, em Brasília, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Costa Rica. Em março de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro das relações exteriores da Costa Rica, Arnoldo Tinoco, à margem da VIII Cúpula da CELAC, quando trataram de temas bilaterais, sobretudo comerciais.

Quanto Belize, em 2019, o governo brasileiro, que foi um dos criadores do Grupo de Amigos do Processo de Transição Guatemala-Belize na OEA em 2003, congratulou o governo de Belize pela realização de referendo pelo qual se decidiu levar a julgamento da Corte Internacional de Justiça (CIJ) a questão fronteiriça com a Guatemala. O governo brasileiro recordou, a esse propósito, que o povo da Guatemala também votou, em abril de 2018, pela submissão do tema à CIJ. Ao saudar a demonstração de ambos os países de compromisso com uma solução pacífica para o diferendo, o Brasil ratificou seu apoio a iniciativas que levem à promoção da estabilidade na região.

Quanto El Salvador, a visita do então chanceler Hugo Martínez ao Brasil, em outubro de 2017, simbolizou o relançamento das relações bilaterais e a plena retomada do diálogo entre os dois países. Na ocasião, foram assinados instrumentos para a criação de um mecanismo bilateral de consultas políticas; para a colaboração entre as academias diplomáticas de ambos os países; e para o estabelecimento de cooperação em matéria de defesa. Em 2019, o governo brasileiro

[228] A divergência comercial tem origem, em agosto de 2020, em virtude da imposição de sobretaxa adicional de 34,27%, pelo governo da Costa Rica, sobre o açúcar, após investigação de salvaguardas iniciada em 2019. Após fracasso na negociação de acordo, o governo brasileiro suspendeu a concessões à importação de certos produtos agrícolas originários da costa Rica.

congratulou o presidente eleito de El Salvador, Nayib Bukele, pela vitória nas eleições gerais. Em agosto de 2023, realizou-se, em São Salvador, a II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

A questão da Nicarágua precisaria ser singularizada. Atualmente, a Nicarágua passa por uma profunda crise política que decorre do crescente autoritarismo do governo sandinista de Daniel Ortega, que governa o país continuamente desde 2007. O estopim da crise foi o corte dos benefícios sociais em abril de 2018, que desencadeou grandes protestos populares em Manágua e em outras cidades. Nesse contexto, as relações bilaterais entraram em compasso de espera. Conforme seção sobre a Nicarágua no capítulo 9, o Brasil apoiou resoluções na OEA em condenação à repressão a adversários políticos, mas não emitiu notas específicas sobre a eleição de 2021. O Brasil, em conjunto com outros países da região, tem insistido pela normalização do quadro político da Nicarágua e acompanha a situação de deterioração democrática na Nicarágua principalmente por meio da OEA, apoiando iniciativas de mediação da crise nicaraguense. O País é parte do Grupo de Trabalho do Conselho Permanente da OEA para a Nicarágua, composto por doze Estados-Membros. Durante o governo Bolsonaro, a chancelaria brasileira foi especialmente vocal contra as ofensivas de Ortega contra a liberdade expressão e contra a Igreja Católica, emitindo nota sobre o fechamento de sete rádios católicas na Nicarágua. No governo Lula, o Brasil tem buscado atenuar as críticas contra o regime Ortega seja na OEA seja no Conselho de Direitos Humanos (CDH). Como ponto adicional, menciona-se que a Nicarágua integra a mesma *constituency* do Brasil no Banco Mundial.

b) Relacionamento político entre Brasil e os países do Caribe

As relações bilaterais com a maioria dos países caribenhos tiveram impulso em 2010, em cúpula que reuniu o Brasil e os países da Comunidade do Caribe (CARICOM) em Brasília. Até há pouco tempo, o Brasil mantinha embaixadas residentes em todos os países do Caribe, mas, no governo Bolsonaro, foram fechadas cinco: em Dominica, Antígua e Barbuda, Granada, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Em novembro de 2023, decreto recriou a embaixada em Kingstown (São Vicente e Granadinas).

Em termos de concertação política regional, Bahamas, Haiti, Jamaica e República Dominicana concertaram posições com Brasil no processo eleitoral sobre a sucessão na presidência do BID. O Brasil é membro não mutuário do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Em termos multilaterais, República Dominicana, Haiti e Trinidad e Tobago integram a mesma *comstituency* do Brasil no Banco Mundial e no FMI. Ressalta-se, ademais, coordenação de candidaturas no âmbito do GRULAC.

Quanto à CARICOM, o Brasil reconheceu o trabalho da Missão de Observação Eleitoral da CARICOM, nas últimas eleições gerais na Guiana. O Grupo de Lima também concordou em promover aproximação com o CARICOM na questão venezuelana. Em fevereiro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, como convidado principal, da 46ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM. Na ocasião manteve reuniões bilaterais e trilaterais com os presidentes da Guiana e do Suriname, para aprofundar o diálogo entre os países, com ênfase nas áreas de energia e integração da infraestrutura física e digital. Em seu discurso, o presidente Lula destacou que a partir de 2003, o Brasil passou a aproximar-se dos vizinhos latino-americanos e caribenhos, chegando a ter embaixadores fixos em todos os países da CARICOM. O presidente rememorou a primeira participação brasileira na cúpula da CARICOM em 2005 e a cúpula Brasil-CARICOM, realizada em 2010, da qual resultou a associação do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, além de diversas iniciativas de cooperação técnica. Lula convidou os

países da região a juntarem-se à Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza, que será lançada pela presidência brasileira do G20. No tema de mudança do clima, como anfitrião da COP30, o Brasil quer trabalhar com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), e exortou os países do Caribe a unirem-se aos esforços da "Missão 1,5°C", bem como à Declaração "Unidos por nossas Florestas". Lula anunciou que o Brasil e a CARICOM decidiram fortalecer a gestão integrada de riscos de desastres, por meio do Mecanismo de Resposta Regional da Agência Caribenha de Gerenciamento de Emergências em Desastres (CDEMA). Lula singularizou a situação do Haiti e ressaltou os esforços da ONU e da CARICOM na mediação da crise haitiana.

Em termos bilaterais, com relação ao Haiti, o relacionamento é marcado pela cooperação técnica e pelo diálogo político de alto nível. Nesse contexto, merece destaque no histórico do relacionamento o papel desempenhado pelo Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês), entre 2004 e 2017. Mesmo com o encerramento da MINUSTAH, o Brasil renovou seu comprometimento com o desenvolvimento institucional do Haiti e a melhora das condições de vida do povo haitiano por meio de engajamento na Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH, na sigla em inglês), que também já foi encerrada. O ex-chanceler Aloysio Nunes esteve naquele país em 2017, quando da cerimônia de passagem de comando do 25º para o 26º e último contingente militar de tropas brasileiras da MINUSTAH, marcando assim o período final da bem-sucedida atuação do Brasil no âmbito da missão. Mais de 36 mil militares brasileiros passaram pela missão desde seu estabelecimento, em 2004, fazendo do Brasil o maior país contribuinte de tropas. Durante todo este período, o componente militar da MINUSTAH esteve sob o comando de oficiais brasileiros. Na OEA, o Brasil é membro do "Grupo de Amigos do Haiti" e mantém com a organização projeto de cooperação em apoio aos processos eleitorais e ao fortalecimento institucional daquele país. O Brasil também integra o *core group* – representantes especiais da Organização Nações Unidas (ONU) e da OEA e embaixadores de Brasil, Canadá, União Europeia (UE), França, Alemanha, Espanha e EUA – para apoio à solução na corrente crise política naquele país. Em setembro de 2022, o governo brasileiro divulgou nota, corroborando os termos da "Declaração Especial sobre a necessidade de prestar apoio à República do Haiti", emitida pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), conforme o compromisso do Brasil com a superação da crise multidimensional do Haiti. Em junho, o presidente Lula e o primeiro-ministro Henry encontraram-se em Paris, à margem da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global. Em setembro, o chanceler Mauro Vieira recebeu a representante-especial do SGNU para o Haiti, María Isabel Salvador, que chefia o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH, na sigla em inglês), para conversa sobre como o Brasil poderia contribuir para solucionar a crise no país. Em novembro, Vieira encontrou-se, no Suriname, com o primeiro-ministro Ariel Henry, quando conversaram sobre a situação regional e a cooperação técnica entre os dois países. Em fevereiro de 2024, o Brasil e os EUA presidiram, à margem de encontros dos chanceleres do G20, reunião sobre o Haiti em prol da Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS), aprovada em outubro de 2023, durante a presidência brasileira do CSNU. Com relação à República Dominicana, em dezembro de 2020, foi realizada a I Reunião de Consultas Políticas bilateral, em nível de Vice-Ministros, ocasião em que foram avaliadas as relações bilaterais, bem como temas regionais e multilaterais de importância para ambos os países; cooperação no combate à COVID-19; cooperação técnica; e a preparação para a II Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimento (CCCI). Em 2018, o chanceler Miguel Vargas visitou o Brasil e participou da cerimônia oficial de lançamento da pedra fundamental da sede da embaixada dominicana em Brasília. Na ocasião, foi mantida reunião de trabalho em que foram abordadas questões no campo

do comércio e da cooperação técnica, bem como foram assinados acordos em áreas como defesa, vistos de turismo e de negócios, consultas políticas, serviços aéreos, formação diplomática, comércio e investimento. No mesmo ano, foi realizada a I Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos (CCCI) Brasil – República Dominicana.

As relações entre Brasil e Jamaica, país com uma das maiores populações e economias do Caribe, têm potencial de crescimento significativo. Além disso, a Jamaica é sede e membro ativo da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês), organismo da ONU sobre o Direito do Mar e de grande relevância para o Brasil. Durante a Cúpula Brasil-CARICOM, em 2010, foi firmado Memorando de Entendimento para estabelecimento de comissão bilateral para promoção da cooperação nas áreas cultural, social, econômica e técnica, denominada "Comissão Binacional Brasil-Jamaica". A última visita de um ministro das Relações Exteriores brasileiro à Jamaica ocorreu em 2014, por ocasião da I Reunião da referida Comissão. Em fevereiro de 2024, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com sua homóloga Kamina Smith, que participou de reunião sobre a situação no Haiti, realizada à margem de encontro de chanceleres do G20, e trocou impressões sobre os desafios políticos e sociais haitianos.

Com Santa Lúcia, além do fato de ser sede da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO), reforça sua importância para o Brasil o engajamento santa-lucense nos esforços do Grupo de Lima para solução da crise multidimensional venezuelana.

Com Barbados, Lula encontrou-se, em julho de 2023, em Bruxelas, à margem da Cúpula CELAC-UE, com a primeira-ministra Mia Mottley.

Com Granada, em março de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o seu homólogo, Joseph Andall, com quem tratou de temas regionais e assuntos da agenda da CELAC.

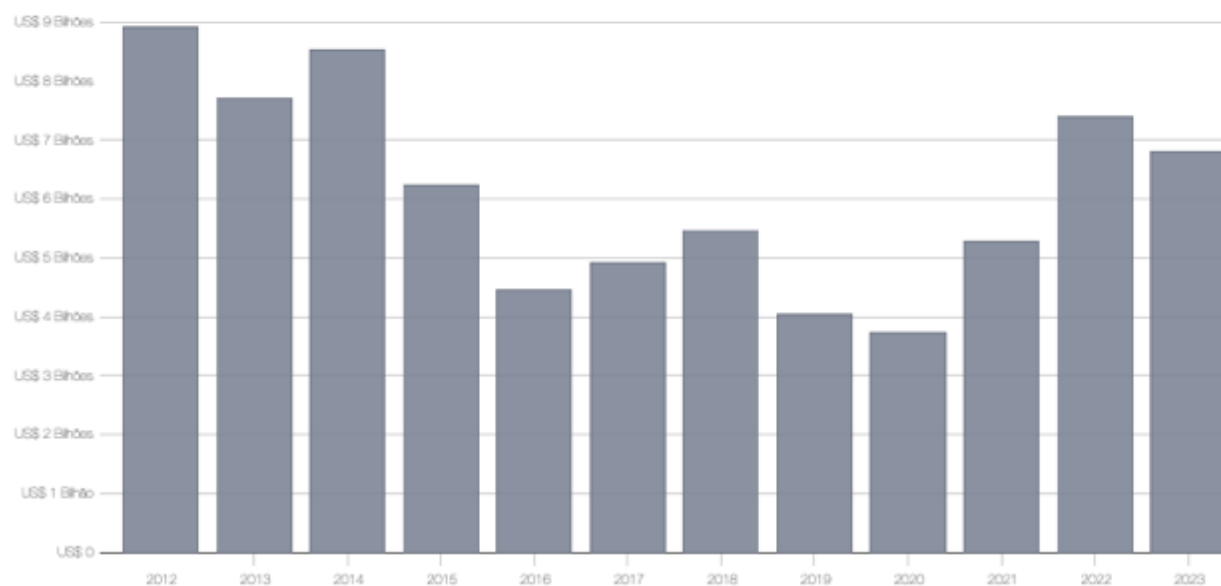
Com Trinidad e Tobago, em março de 2024, à margem da VIII Cúpula da CELAC, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo, a ambos coincidiram no interesse de aproximação bilateral decidiram realizar visitas oficiais a Port-of-Spain e a Brasília no futuro próximo.

O relacionamento bilateral entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracteriza-se pelo diálogo fluido e pela aproximação ligada à cooperação técnica e assistência humanitária. Em janeiro de 2023, o chanceler Mauro Vieira e o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonçalves, encontraram-se à margem da VII Cúpula da CELAC. Na ocasião, o ministro brasileiro expressou seu compromisso tanto com a reabertura da embaixada do Brasil em Kingstown quanto com o aprofundamento das relações com os países da CARICOM.

Sobre as relações com Cuba, ver seção anterior.

c) Relações econômicas entre Brasil e países da América Central e do Caribe

Série histórica - Parceiro: América Central e Caribe

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: América Central e Caribe

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: América Central e Caribe

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: América Central e Caribe

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: América Central e Caribe

Exportações por País - Destino: América Central e Caribe

Em dezembro de 2020, no contexto da LVII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, registrou-se no comunicado conjunto dos Estados Partes o seguinte parágrafo: “Valorizaram a apresentação a países da América Central e à República Dominicana de uma proposta de Termos de Referência para acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e os referidos países, com vistas a fortalecer a integração regional, mediante vínculos comerciais mais profundos.” O MERCOSUL apresentou a todos os países da América Central proposta de início de negociações de acordo de livre comércio, em 2020. Em 2021, por ocasião da LIX Cúpula do MERCOSUL, afirmou-se o prosseguimento da atuação do MERCOSUL para expandir a fronteira de liberalização comercial do bloco na direção América Central e Caribe. Nesse contexto, o MERCOSUL e a República Dominicana firmaram Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio, dos Investimentos e do Encadeamento Produtivo. Foi acordado o início do diálogo exploratório com El Salvador em 2022, a fim de se proceder à negociação de um acordo comercial. Na PPTU 2022, houve a primeira reunião do Grupo de Trabalho para a Promoção do Comércio, os Investimentos e o Encadeamento Produtivo com a República Dominicana. Na PPTB 2023, houve avanço nas negociações dos termos de referência para um possível acordo comercial com El Salvador e manifestação de disposição de lançar, o quanto antes, as negociações de um acordo comercial e mutuamente benéfico com a República Dominicana.

Embora não tenha acordo de comércio preferencial específico com o Panamá, o Brasil integra a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) juntamente com o país centro-americano. O Panamá foi o país de crescimento mais rápido na América Latina ao longo da última década, o que desperta o interesse da comunidade empresarial brasileira. Em anos recentes, os Brasil e Panamá desenvolveram significativos laços de investimentos. Cada vez mais os brasileiros fazem uso das conexões pelo Panamá para viajar para as Américas do Norte e Central e para o Caribe. O desenvolvimento panamenho como centro logístico beneficia o Brasil e suas empresas.

No âmbito econômico-comercial, São Cristóvão e Névis aderiu, em 2010, ao Acordo de Alcance Parcial no 38 (AAP-38) assinado originalmente entre Brasil e Guiana, em 2001.

Em fevereiro de 2024, o governo da Costa Rica anunciou a aprovação sanitária relativa ao ingresso de produtos à base de células-tronco mesenquimais (cães, gatos e equinos) com fins terapêuticos, medida que pode contribuir positivamente para o comércio bilateral. Em março, o Brasil obteve a aprovação sanitária que autoriza a exportação de gelatina e colágeno originados de pele bovina, suína e de outros ruminantes, ovos e carne de aves para El Salvador.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), além do fato de que Costa Rica e Guatemala são parceiros do Brasil no Grupo de Cairns, a Guatemala também tem contencioso com a Índia sobre apoio do país asiático ao seu setor açucareiro.

d) Cooperação entre o Brasil e os países da América Central e do Caribe

Na América Central, El Salvador é o principal beneficiário da cooperação técnica prestada pelo Brasil em toda a América Central. A XII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – El Salvador foi realizada em São Salvador, no período de 10 a 14 de setembro de 2018, e resultou na elaboração de novos projetos nas áreas de agricultura, proteção social, defesa civil e biodiversidade. No campo da agricultura e do meio ambiente, estão em curso projetos de fortalecimento institucional para o melhoramento de hortaliças adaptadas à mudança do clima e para a gestão de recursos hídricos. Na esfera da saúde, há cooperação na área da vigilância e regulação sanitária, além do apoio técnico para a implementação do programa de certificação da qualidade da rede de banco de leite humano em El Salvador. No âmbito da cooperação técnica trilateral, o Brasil promove ações de segurança pública, em parceria com o governo do Japão, em favor de El Salvador. Na seara da cooperação humanitária, o Brasil prestou solidariedade a El Salvador e aos demais governos e populações afetadas no contexto das tempestades em 2011, agravadas pela Depressão Tropical XII-E[229], do furacão “Sandy”, em 2012, e da tempestade “Nate”, em 2017.

O Brasil mantém com Honduras significativa carteira de projetos em bases bilaterais e trilaterais. Foi realizada, em julho de 2023, a VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Honduras. No encontro anterior do GT, em 2019, oram acordadas cinco novas iniciativas em temas de capacitação do serviço público e do corpo de bombeiros, irrigação e produção de hortaliças, inspeção sanitária e desenvolvimento da cadeia de alimentos frios (refrigerados) e saúde. As autoridades hondurenhas têm manifestado interesse em aumentar a cooperação no campo agrícola e pecuário. O acordo trilateral com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) é considerado particularmente bem-sucedido, ao promover boas práticas de segurança alimentar e nutricional por meio da instalação de refeitórios e cozinhas em escolas públicas hondurenhas. As instituições parceiras em Honduras – Secretarias de Inclusão Social e de Educação – têm prestado valioso apoio para a implantação dos projetos. O governo brasileiro também doou a Honduras, Belize e Panamá, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), US$ 25 mil cada, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta. Entre os projetos em execução no ano de 2022, destacam-se a área da saúde – com as iniciativas de apoio técnico para implantação de dois bancos de leite humano em Honduras e a cooperação no desenvolvimento de capacidades na área de saúde mental – e os programas de capacitação, tanto de militares quanto do corpo de bombeiros de Honduras.

---

[229] Perante a catástrofe, que vitimou 90 pessoas, o governo brasileiro proveu assistência humanitária em El Salvador, na Guatemala, na Nicarágua e em Honduras.

Em julho de 2019, Brasil e Guatemala assinaram novo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, que moderniza o arcabouço jurídico utilizado nos projetos de cooperação. Com a Guatemala o Brasil também possui grupo de trabalho de cooperação técnica. Quanto à cooperação humanitária, em abril de 2020, o Brasil prestou assistência para o combate aos incêndios em Petén, na Guatemala. Em novembro do mesmo ano, destinou US$ 25 mil ao governo guatemalteco, em caráter humanitário, no contexto dos danos causados pelos furacões Eta e Iota. Em março de 2021, em resposta a apelo da Guatemala e a título de cooperação humanitária, o Brasil viabilizou o uso de avião-tanque, disponível naquele país, dedicado ao combate a incêndios florestais. O alvo da ação é a área do vulcão Atitlán, na região de Sololá[230]. Entre os projetos em execução no ano de 2022, estavam o apoio técnico para a implantação do programa de certificação da qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano da Guatemala, a cooperação no fortalecimento do sistema de proteção à infância contra as piores formas de trabalho infantil e a cooperação na área de polícia comunitária.

Em julho de 2022, representantes da ABC, do Escritório Regional da FAO para a Mesoamérica, do Escritório FAO Brasil, do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e dos países do Corredor Seco Centro-Americano[231] reuniram-se para elaborar uma agenda trilateral conjunta voltada para a mitigação dos efeitos das secas nesses países, com ênfase nas áreas de agricultura familiar e desenvolvimento rural. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento rural com foco na convivência com o semiárido e na busca por alternativas tecnológicas que permitam valorizar as potencialidades e vocações compatíveis com as condições naturais dos países.

A Nicarágua é um dos países que adotou o padrão nipo-brasileiro de TV digital. O programa bilateral está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Nicarágua, assinado em 2006 e promulgado em 2008. A cooperação técnica figurava, até o início da crise política nicaraguense, entre os principais ativos diplomáticos do Brasil em suas relações com o país centro-americano.

Com o Panamá, há oportunidades para dinamizar a cooperação bilateral em áreas de interesse prioritário do governo daquele país, como genética bovina, segurança alimentar e economia agrária de maneira geral. Em 2023, foi assinado memorando de entendimento entre os governos do Brasil e do Panamá, na área de cooperação humanitária e redução de desastres.

Brasil e Costa Rica dedicam-se à retomada da cooperação técnica bilateral, e discutem iniciativas que abordem temas diversos como saúde, meio ambiente, agricultura, entre outros. Em termos de cooperação humanitária, em 2019, houve o lançamento do Programa Brasileiro de Reassentamento para Refugiados do Norte da América Central, no marco do Acordo de Transferência de Proteção entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Costa Rica.

Quanto ao Caribe, em maio de 2021, o embaixador Ruy Pereira, diretor da ABC, participou da reunião virtual relativa à V Conferência de Cooperação Internacional da Associação de Estados Caribenhos, organização de consulta, cooperação e ação concertada nas áreas de comércio, transporte, turismo sustentável e desastres naturais no Grande Caribe. Foram discutidas as prioridades e estratégias de cooperação, com particular atenção para os efeitos da pandemia na região.

---

[230] Em julho de 2021, houve reconhecimento pela assistência prestada pelo governo brasileiro. A embaixadora do Brasil na Guatemala, Vera Cintia, Álvarez, recebeu uma placa em nome da Embaixada do Brasil pelo auxílio fornecido.

[231] Guatemala, El Salvador e Honduras.

Com Haiti, desde 2010, ano do terremoto que vitimou mais de cem mil pessoas e gerou prejuízos no montante de 120% do produto interno bruto (PIB) haitiano, esse país caribenho passou a contar com uma das mais expressivas carteiras de projetos da ABC. Cumpre sublinhar a cooperação na área da saúde, com a construção de três hospitais de referência (inaugurados em 2014, como parte de cooperação tripartite Brasil-Cuba-Haiti para o fortalecimento do sistema e dos serviços públicos de saúde e de vigilância epidemiológica em execução desde 2010), bem como na área de formação profissional, com a construção de centros de educação técnica. Há projetos em andamento nas áreas de metrologia, recursos hídricos, cotonicultura, saneamento e sistema prisional. O Brasil atuou também em várias frentes de assistência humanitária para o alívio do estado de emergência provocado pela passagem do furacão Matthew, em outubro de 2016. Cabe também mencionar que, desde 2012, o Brasil tem adotado política migratória especial de caráter humanitário para haitianos. Com a entrada em vigor, no Brasil, da nova legislação sobre migrações e a publicação de portaria interministerial, em abril de 2018, foi mantida a política de acolhida humanitária de cidadãos haitianos. O Brasil também indicou, em 2023, que dará apoio à formação e ao treinamento de policiais haitianos, por meio da ABC e da Academia Nacional de Polícia.

Aspectos relevantes da relação bilateral com a República Dominicana são o Programa de Cooperação Técnica e o Centro Cultural Brasil-República Dominicana, que formou mais de 600 alunos em cursos de português. Atualmente, estão em execução projetos nas áreas de meio ambiente (Programa Produtor de Água), direitos humanos (Plano de Acesso à Justiça e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência) e saúde (Banco de Leite Humano). O Grupo de Trabalho para Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana ocupa-se desses e de outros projetos em negociação e deverá reunir-se em 2021 para discutir o estabelecimento de novas linhas de cooperação.

Com Antígua e Barbuda, sobrelevam áreas como agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento agrícola. Merece destaque a assinatura do acordo-quadro sobre cooperação em matéria de defesa, que possibilita o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre as Forças Armadas, além de apoio logístico, parceria em pesquisa e desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa. Em março de 2024, Brasil e Antígua e Barbuda assinaram o Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA), com os objetivos de fomentar voos bilaterais, contribuindo para o turismo local, e de aprofundar a relação aeroespacial.

Com Bahamas, a cooperação em turismo, importante setor na economia desse país caribenho, também apresenta perspectivas de incremento, tendo sido assinado Acordo sobre Serviços Aéreos, em 2016.

Com Barbados, por meio da ABC, o Brasil realizou, nos últimos anos, diversas iniciativas com esse país que tem sediado oficinas com a participação dos demais países do Caribe.

Na área de saúde, por exemplo, a realização de workshops sobre bancos de leite humano, em parceria entre a ABC e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem sido fundamental para expansão dessas iniciativas no entorno caribenho.

Com Dominica, em 2014, foi assinado importante Acordo Básico de Cooperação Técnica. No âmbito da iniciativa Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos foram realizados vários cursos de capacitação de técnicos caribenhos na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos, sendo um desses cursos em território dominiquense. Em 2017, a temporada de furacões afetou gravemente a ilha de Dominica. Nesse contexto, o governo brasileiro destinou US$ 200 mil em recursos do projeto Brasil-FAO (Gestão de Riscos e de Desastres Socioambientais para Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe) com a finalidade de apoiar a reconstrução do país caribenho.

Com Granada, o programa de cooperação bilateral possui como marcos o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, em vigor desde 2010, e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica em Agricultura, em vigor desde 2012. Além disso, Granada tem participado de diversos cursos de capacitação oferecidos pelo Brasil em países da CARICOM. Em 2017, atendendo à solicitação do governo granadino, o ministério da Saúde do Brasil realizou doação de 150 frascos de Imunoglobulina Humana, em caráter de cooperação humanitária, para tratamento da síndrome de Guillain-Barré, em Granada.

Com a Jamaica, em 2014, foi inaugurado o Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica, iniciativa de cooperação que se destaca pelo êxito alcançado, atendendo demanda jamaicana por qualificação de mão de obra. Também em 2014, no contexto da I Reunião da Comissão Binacional Brasil-Jamaica, foram assinados acordos em diferentes áreas, incluindo cooperação em matéria de defesa e intercâmbio de informações sobre matéria tributária. Outras importantes iniciativas bilaterais concentram-se na área de saúde, em especial no combate à anemia falciforme, área em que o Brasil detém relevante conhecimento.

Com Santa Lúcia, há memorandos de entendimento nas áreas de cooperação técnica em segurança pública e em agricultura, além de acordos sobre cooperação técnica e cooperação educacional, que aguardam a ratificação santa-lucense. Em 2020, por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil realizou doação de recursos para aquisição, para Santa Lúcia, de 6 mil *kits* de testagem para COVID-19. A chegada da doação humanitária foi amplamente noticiada pela imprensa local, o que levou a repercussão positiva para a imagem do Brasil e estreitamento dos laços de afinidade entre os dois países.

Com São Cristóvão e Névis, em 2015, celebrou-se Entendimento Recíproco, por troca de Notas, para estabelecimento de Isenção de Vistos para nacionais de ambos os países. Além disso o Congresso Nacional aprovou, em outubro de 2022, acordo de cooperação técnica bilateral, assinado em 2016, por meio do qual poderão ser executadas ações nas áreas de formação profissional, saúde, esportes, horticultura, fruticultura e etanol.

Com São Vicente e Granadinas, entrou em vigor, em abril de 2023, novo acordo de cooperação técnica assinado em 2017. Há expectativa de que o acordo contribua para aprimorar o conhecimento mútuo e dinamizar os contatos entre os povos dos dois países e as relações bilaterais.

Com Trinidad e Tobago, a afinidade cultural que une os dois países cria possibilidades de cooperação em temas como produção de espetáculos de carnaval, indústria relevante para a economia trinitária. Também têm sido explorados vínculos em setores como turismo e agricultura, potencialmente atrativos para investimentos. Em 2016, no âmbito da cooperação humanitária, o Brasil realizou doação de vinte mil doses de vacina contra influenza (trivalente H1N1) ao país.

Deve-se recordar projetos no âmbito do Fundo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Fundo IBAS) que beneficiam Granada, Haiti e Santa Lúcia.

3.4. União Europeia

Marcos: 1960: Brasil e Comunidade Econômica Europeia (CEE) estabelecem relações diplomáticas; 1980: Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e a CEE; 1992: assinatura do Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum (CMC) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comissão Europeia; 1995: Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional MERCOSUL-Comunidade Europeia; 2004: Celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia (UE); 2007: Estabelecimento da Parceria Estratégica, no contexto da 1ª Cúpula Brasil-UE e lançamento do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011); 2008-2011: Realização anual de novas cúpulas Brasil-UE; 2013: Primeira Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-UE; 2019-2020: Conclusão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE.

Missão: Em 1963, foi criada a Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (Comunidade Econômica Europeia, Comunidade Europeia de Energia Atômica e Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), com sede em Bruxelas. Em 2010, ela é renomeada para Missão do Brasil junto à União Europeia. Do lado europeu, a Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil foi criada em 1984.

Coordenação Política
Instâncias: Cúpula Brasil-UE (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014); Comissão Mista Bilateral (1982)[232]; Cúpula CELAC-UE (2013, 2015 e 2023); Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos (a mais recente, a décima segunda, ocorreu em julho de 2024); Diálogo Político de Alto Nível Brasil-UE (2007, em nível de secretário, última edição, a oitava, foi realizada em 2023); Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia (instância do acordo de 2007, cuja décima reunião ocorreu em 2021); e reuniões em nível de altos funcionários. Atualmente, há mais de trinta diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança; comércio; investimentos; regulação; serviços; energia; sociedade da informação; desenvolvimento sustentável; mudança do clima; educação e cultura. Há, ainda, encontros regulares entre representantes da sociedade civil e do empresariado, que contribuem para aproximar as sociedades de ambas as partes, a fim de debater ideias sobre como explorar novas oportunidades e superar desafios.

Visitas de Alto Nível: Em 2006, o então presidente da Comissão Europeia, José Manual Durão Barroso visitou o Brasil. No ano seguinte, o presidente Lula esteve em Lisboa para a I Cúpula Brasil-UE. Em 2008, o presidente *pro tempore* do Conselho da UE, Nicolas Sarkozy, e Durão Barroso estiveram no Brasil para a II Cúpula Brasil-UE. Em 2009, Lula foi a Estocolmo para a III Cúpula. No ano seguinte, Durão Barroso e o presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, visitaram o Brasil para a IV Cúpula. Em 2011, a presidente Dilma Rousseff foi a Bruxelas para a V Cúpula. Em 2013, Dilma foi a Santiago para a I Cúpula CELAC-UE, e van Rompuy e Durão Barroso estiveram no Brasil para a VI Cúpula Brasil-UE. No ano seguinte, Dilma foi a Bruxelas para a VII Cúpula. Em 2015, a presidente retornou a Bruxelas, dessa vez para a

[232] A comissão coordena a ampla agenda temática bilateral. Foi mantida no acordo de 1992. Até 2017, foram dezessete edições.

II Cúpula CELAC-UE. Em 2017, no marco dos dez anos da Parceria Estratégica, o chanceler Aloysio Nunes Ferreira manteve encontros com mandatários da UE, incluindo a alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, mas uma planejada Cúpula Brasil-UE não ocorreu. Houve, no entanto, a retomada de mecanismos bilaterais, como os Diálogos sobre Políticas no Campo Cibernético; Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável; Político de Alto Nível; e de Direitos Humanos. Em 2019, houve encontro entre o então chanceler Ernesto Araújo e Mogherini, à margem da reunião do Acordo MERCOSUL-UE, e, em 2020, Araújo participou de reunião Ministerial virtual UE-América Latina e Caribe sobre o mundo pós-pandemia[233]. Em outubro de 2020, realizou-se, ainda, em Brasília o evento "Diálogo com Embaixadores da UE no Brasil: crescimento, sustentabilidade e políticas públicas". Estavam previstas, para 2020, visita ao Brasil do novo Alto Representante da UE, Josep Borrell, e da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, por ocasião de Cúpula Brasil-UE, mas tiveram de ser adiadas em função da COVID-19. Borrell realizou visita oficial ao Brasil em novembro de 2021. Na ocasião, ele e o chanceler Carlos França discutiram a revisão da Parceria Estratégica, o Acordo de Associação MERCOSUL-UE, a acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), temas ambientais, a recuperação econômica pós-pandemia e temas regionais. Também reafirmaram o compromisso do Brasil e das instituições europeias em favor da assinatura e ratificação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, e assinaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação Internacional na modalidade trilateral. No mês seguinte, ocorreu o X Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos. Em janeiro de 2023, a secretária-geral das Relações Exteriores Maria Laura da Rocha reuniu-se com o vice-presidente executivo da Comissão Europeia para o Pacto Ecológico Europeu, Frans Timmermans[234], em Brasília. Os representantes discutiram temas diversos da agenda bilateral, centrando-se em meio ambiente e segurança alimentar, e ressaltaram a dimensão econômica como aspecto fundamental do relacionamento. Ambos concordaram quanto à existência de condições para o relançamento da parceria estratégica Brasil-UE. O presidente Lula e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, discutiram temas como o desmatamento, o Acordo de Associação MERCOSUL-UE e a democracia no Brasil, em conversa telefônica realizada em fevereiro de 2023. Ao referir-se à conversa, a presidente da Comissão Europeia ressaltou a intenção de levar o acordo com o MERCOSUL "até a linha de chegada". Von der Leyen visitou o Brasil, em junho de 2023, quando reiterou comprometimento com a finalização das negociações com o MERCOSUL até o final do ano. Durante o encontro com o presidente Lula, ambos trataram, ainda, de preservação ambiental e da possibilidade de negociações para a paz entre Rússia e Ucrânia. Para Lula, as exigências extras na área ambiental apresentadas pela UE nas negociações com o MERCOSUL, que preveriam sanções ao Brasil, precisam de revisão. Em julho, Lula reuniu-se com altas autoridades da EU à margem da Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas. Em setembro, reuniu-se com os presidentes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu à margem da Cúpula do G20, na Índia. Em outubro, Lula conversou ao telefone com Charles Michel sobre o conflito entre Israel e o Hamas. Lula voltou a encontrar-se com von der Leyen à margem da 28ª Conferência do Clima (COP28), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do

---

[233] Na ocasião, adotou-se declaração conjunta, na qual os países reafirmaram o compromisso mútuo com o fortalecimento da cooperação entre as regiões, a fim de lidar com as consequências econômicas e sociais da pandemia.
[234] Durante a visita ao Brasil, Frans Timmermans encontrou-se, igualmente, com outras autoridades, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, e com representantes da sociedade civil. O representante da UE esteve também na cidade de Belém, candidata para sediar a COP30 do clima, em 2025.

Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), em dezembro. Em janeiro de 2024, o vice-presidente Geraldo Alckmin reuniu-se com Borrell, na Guatemala, onde ambos participaram da posse do presidente Arévalo. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o comissário de Comércio da UE, Valdis Dombrovskis, à margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando trataram dos temas da agenda da conferência, da necessidade de construir consensos na OMC e do atual estágio das negociações do Acordo de Associação entre MERCOSUL e União Europeia, tendo o chanceler brasileiro reiterado a disposição do bloco sul-americano em avançar na conclusão do acordo. Em maio, Vieira reuniu-se novamente com o comissário de Comércio da UE, Valdis Dombrovskis, à margem da reunião ministerial da OCDE, quando trataram da negociação MERCOSUL-UE, no contexto da eleição para o Parlamento da UE, em junho, e da posterior escolha das autoridades da Comissão Europeia. Em junho, o presidente Lula se encontrou com Ursula von der Leyen durante a Cúpula do G7, realizada na Itália, quando trataram do acordo entre MERCOSUL e UE e da importância do empoderamento feminino na política.

Discurso Oficial: O Brasil nutre importante relação com a UE, baseada em laços históricos e culturais. O País foi um dos primeiros a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1960. O relacionamento passou por diversas mudanças, mas manteve sempre elevada importância no quadro da política externa brasileira. Há raízes históricas, identidades e valores comuns que os unem, como a promoção da paz, a democracia e a defesa das liberdades fundamentais e do multilateralismo. A elevação do relacionamento à condição de Parceria Estratégica aumentou a densidade do relacionamento Brasil-UE, o que ocasionou tanto o aumento das oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades bilaterais, ou birregionais, quanto o aprofundamento da relação bilateral em suas dimensões política, econômica e de cooperação. A relação estratégica traduz-se em interlocução intensa e consultas sistemáticas, realização de cúpulas, além de ampla diversidade de diálogos setoriais. Embora a agenda de cooperação seja intensa, Brasil e UE têm buscado desenvolver estruturas, como a cooperação trilateral, por meio das quais o escopo da cooperação possa ser ampliado. Esta modalidade complementa a cooperação Sul-Sul, prioritária para a política externa brasileira, pois promove o intercâmbio de experiências sobre como lidar com desafios comuns aos países em desenvolvimento. Em julho de 2024, o Brasil celebrou a eleição do português António Costa como presidente do Conselho Europeu.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: Apoio à reforma da governança global, inclusive do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e da OMC; defesa de multilateralismo, democracia e livre comércio. Nas discussões sobre governança da *internet*, Brasil e UE têm identificado convergência de posições. Entre elas, sobrelevam a defesa de modelo multissetorial, democrático e transparente de governança; e o entendimento de que as tecnologias da informação e da comunicação podem constituir poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

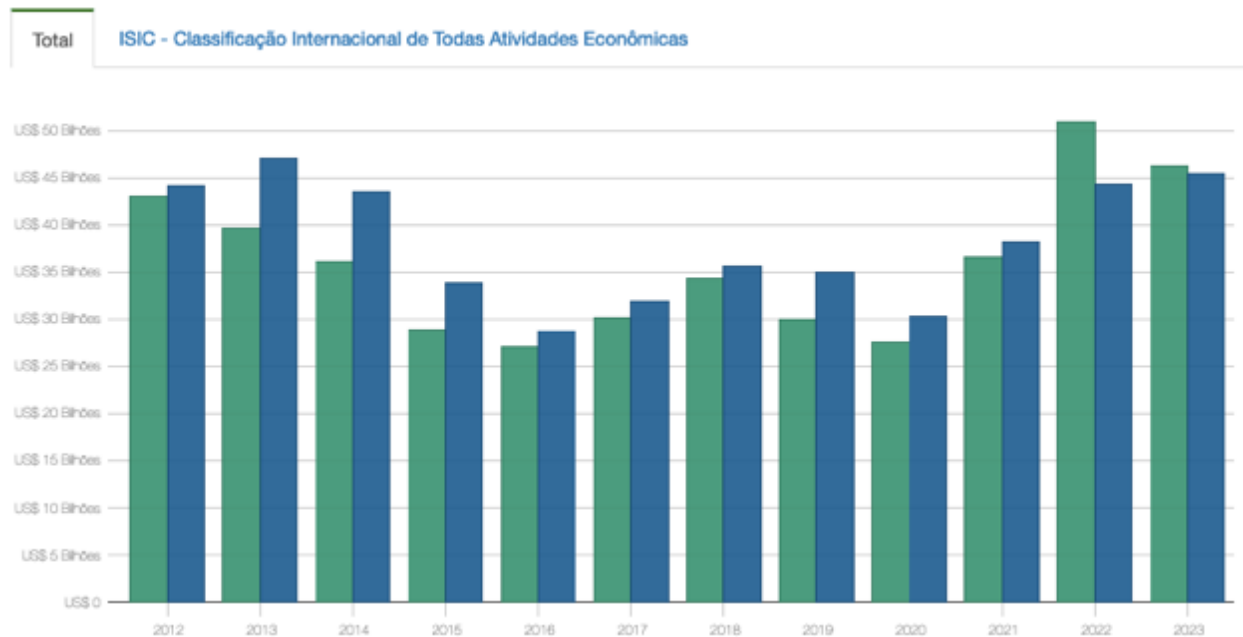
Convergências Plurilaterais: Na OMC, participam do Grupo de Ottawa e do *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA). Na reforma do CSNU, a Alemanha integra o G4, e França, Reino Unido e Alemanha apoiam Brasil como membro permanente. Outros países europeus, como Itália e Espanha, integram o Unidos pelo Consenso.

Convergências Inter-Regionais: Brasil e Comissão Europeia apoiam a conclusão das negociações entre MERCOSUL e EU. Brasil e UE participam das Cúpulas CELAC-UE.

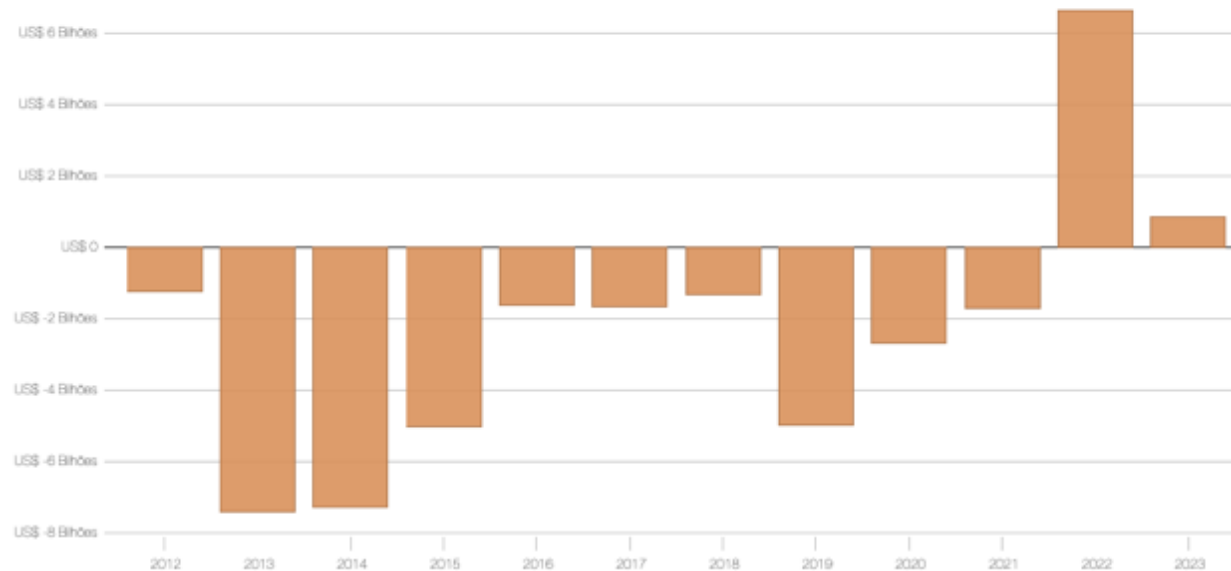
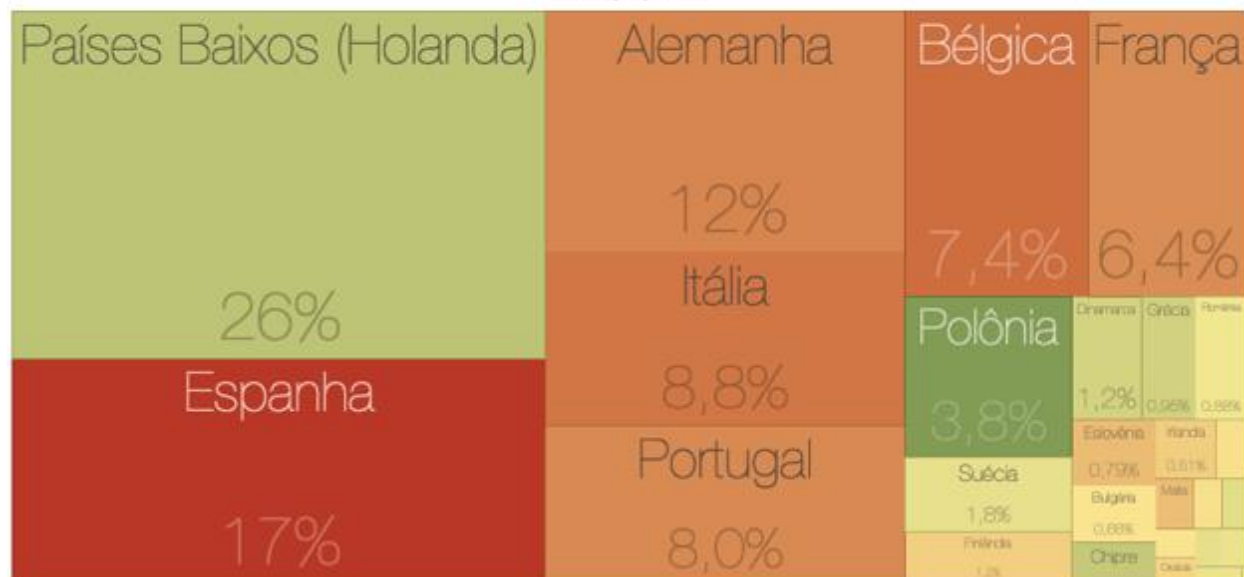
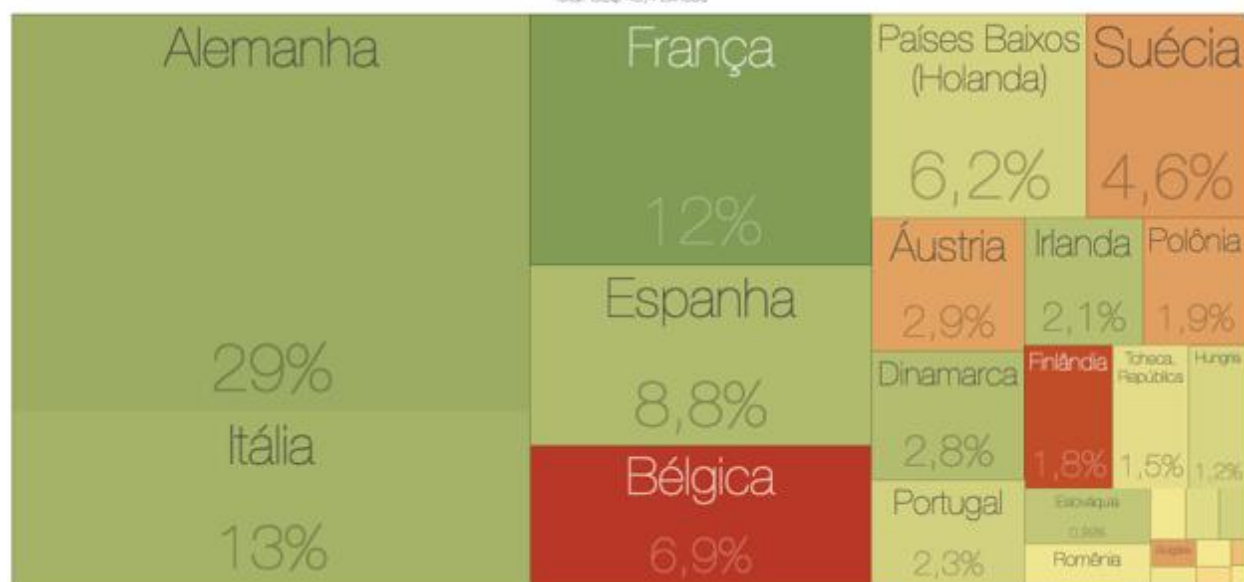
<u>Comércio</u>

Marcos: O Acordo de Associação MERCOSUL-UE é composto por três pilares: o comercial, o político e o de cooperação. Após vinte anos, as negociações do primeiro pilar concluíram-se em junho de 2019; as dos demais, em junho de 2020. O acordo está sob revisão jurídica, devendo ser assinado e aprovado nos parlamentos, antes de ser ratificado e entrar em vigor. Está em discussão proposta europeia de novas exigências ambientais. É o convênio mais amplo já negociado pelo MERCOSUL. Seu pilar econômico engloba temas como investimentos, regras ambientais e preferências tarifárias. Relativamente às últimas, prevê desgravação para mais de 90% do comércio bilateral em até quinze anos. O Acordo tem potencial para aumentar a produtividade da economia brasileira, bem como para reduzir os preços de insumos e de bens finais. Ademais, pode gerar incrementos anuais do produto interno bruto (PIB) nacional e do fluxo de investimentos realizados no país, além de outros benefícios. Para mais detalhes sobre o Acordo de Associação MERCOSUL-UE, ver a subseção sobre o tema na seção sobre MERCOSUL no capítulo 7.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: União Europeia - UE

Série histórica - Parceiro: União Europeia - UE

Série histórica - Parceiro: União Europeia - UE

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: União Europeia - UE

Exportações por País - Destino: União Europeia - UE

Importações por País - Origem: União Europeia - UE

Desafios: O maior desafio é a assinatura e a ratificação do Acordo MERCOSUL-UE. O Itamaraty acompanha, atentamente, a evolução das iniciativas legislativas que, a pretexto de combater o desmatamento, estabelecem requisitos para a importação de *commodities* agrícolas pela UE. Em 2022, o Parlamento Europeu aprovou, com alterações, projeto da Comissão Europeia que impõe ao setor privado mecanismos de diligência devida para impedir a importação de produtos alegadamente associados ao desmatamento. A matéria aprovada no Parlamento Europeu foi objeto de acordo político preliminar posterior com a Comissão Europeia e com o Conselho Europeu. O governo brasileiro transmitiu à Comissão Europeia, em mais de uma oportunidade, sua visão e suas preocupações sobre o tema. Causa preocupação ao Brasil que o imperativo legítimo de proteção ao meio ambiente possa servir de pretexto para estabelecer legislação que imponha medidas restritivas ao comércio internacional de natureza unilateral, extraterritorial e discriminatória, em prejuízo sobretudo dos países em desenvolvimento. O Brasil confia em que a iniciativa de lei não venha a discriminar indevidamente contra produtos da agropecuária brasileira e seus derivados, nem viole regras da OMC. Em junho de 2023, a legislação antidesmatamento entrou em vigor. Ela cobre pecuária bovina, cacau, café, óleo de palma, soja, madeira, borracha, carvão e produtos da indústria de papel e celulose. Contém cláusulas referentes a direitos humanos, com atenção especial às comunidades indígenas. Não há regras que banem as importações de países específicos, mas os parceiros da UE serão classificados conforme um sistema de risco, que determinará a complexidade dos procedimentos aplicados para verificar proveniência de áreas não associadas a desmatamento. O presidente Lula criticou a referida legislação durante a visita da presidente da Comissão Europeia ao Brasil, em junho de 2023. Em setembro, junto com outros 16 países em desenvolvimento, o Brasil enviou carta a altas autoridades europeias sobre a legislação. Na visão brasileira, a lei europeia, além de conflitar com os princípios que regem o comércio internacional e com os entendimentos multilaterais sobre clima e biodiversidade, apresenta equívocos e desequilíbrios nos aspectos econômicos, sociais e ambientais do problema que visa a abordar, de modo incompatível com a efetiva garantia do desenvolvimento sustentável. Espera-se que os principais produtos impactados no Brasil sejam carne bovina, soja e café. Para desafios no contexto do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, ver a subseção sobre o tema na seção sobre MERCOSUL no capítulo 7.

Investimentos

Investimentos do Brasil na UE: O estoque de investimentos brasileiros em países da UE somou cerca de US$ 132 bilhões em 2019. O investimento produtivo anunciado pelo Brasil na União Europeia entre 2006 e 2015, segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (ApexBrasil)[235], esteve bastante concentrado em três setores: “Energias alternativas ou renováveis”, em razão de projeto, anunciado pela Petrobras em Portugal, em maio de 2010, de manufatura no subsetor de biocombustíveis; “Alimentação e Fumo” e “Aeroespacial”.

Investimentos da UE no Brasil: O Brasil se destaca como o maior destino do investimento estrangeiros diretos (IED) dos países da UE na América Latina, com quase metade do estoque localizado na região (€ 353 bilhões). Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico, principalmente nos setores de manufatura, infraestrutura de *internet* e serviços de negócios, o que indica seu alto valor agregado. Tomados em conjunto, os países da UE constituem o principal investidor estrangeiro no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), com cerca de R$ 79 bilhões. Ademais, um dos programas do qual

[235] Dados do Mapa de Investimentos Bilaterais Brasil-UE, da ApexBrasil.

o Brasil participa por meio da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) é o *AL-Invest 5.0*, da Comissão Europeia, que apoia o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas na América Latina, a partir do fortalecimento das capacidades produtivas, empresariais e associativas.

<u>Cooperação:</u>

Cooperação Econômica Bilateral: Foi firmado, em 1980, Acordo-Quadro de Cooperação, com foco na cooperação econômica e comercial. O instrumento, que entrou em vigor em 1982, previu o estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação). O Acordo-Quadro de Cooperação de 1992 entrou em vigor em 1995 e expandiu a agenda da cooperação bilateral. A Comissão Mista de Cooperação foi mantida e teve seu mandato estendido, passando a exercer papel de coordenação da cooperação em ampla agenda temática bilateral. Entre projetos bilaterais recentes com a UE está o Regulariza Amazônia (Apoio à Política de Regularização Fundiária na Amazônia Legal nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Amapá), conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Brasil também se beneficia bilateralmente de iniciativas da EU em caráter inter-regional com a América Latina e o Caribe.

Cooperação Trilateral: Brasil e EU assinaram memorando de entendimento sobre cooperação internacional em 2021. Brasil, EU e Alemanha aprovaram, em 2023, propostas de cooperação trilateral com a República Dominicana (competitividade de pequenas e médias empresas, com apoio técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI), com a Comunidade do Caribe (CARICOM, digitalização da educação e treinamento técnico-profissional, também com apoio do SENAI) e com Honduras (distribuição de energia e luz em comunidades isoladas, em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL).

Cooperação com Novos Atores: A UE trabalha com atores não estatais, como organizações da sociedade civil (OSCs) e autoridades subnacionais para implementar projetos no Brasil. Atualmente, a UE financia cerca de cem projetos em diversas áreas, que enfocam principalmente em grupos vulneráveis, como comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas, mulheres negras, crianças e jovens, e mudanças em políticas públicas, a fim de aumentar a capacidade das OSCs e associações de autoridades locais (como associações de prefeituras) para desempenharem de maneira mais eficaz o seu papel de atores independentes do desenvolvimento. Entre as OSCs, destacam-se projetos com instituições como a Abong (Associação Brasileira de Organização Não Governamentais) e GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). A primeira iniciativa, implementada pela Abong, pretende qualificar e ampliar o ambiente de atuação de 650 OSCs, tornando-as instituições de referência na produção, sistematização e compartilhamento de informações. A segunda, gerida pelo GIFE, destina-se ao reforço de capacidades de OSCs e órgãos governamentais para lidar com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.019/2014, o Marco Regulatório da Sociedade Civil, bem como para promover alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições de sustentabilidade política e econômica das OSCs (revisão de tributos e aprimoramento de incentivos fiscais, por exemplo). Com autoridades locais, a UE possui projetos com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM). Essas associações dos movimentos municipalistas buscam fortalecer as capacidades institucionais a partir da cooperação interurbana. A ABM, por exemplo, iniciou em 2017 um projeto para fortalecer a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em mais de 200 pequenos e

médios municípios, por meio de oficinas de capacitação destinadas a gestores, autoridades locais e multiplicadores, oferecendo apoio a planos de desenvolvimento sustentável nessas cidades.

Direitos Humanos: Houve projeto apoiado pela UE de fortalecimento do Programa de Proteção dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio de trocas de materiais como manuais, oficinas, e criação de Manual de Proteção e Autoproteção para Defensores Brasileiros dos Direitos Humanos para disponibilização impressa e online. Também foi fruto de cooperação com a UE o Programa "Zero Discriminação". Em 2017, criou-se o GLO.ACT, uma iniciativa conjunta de quatro anos (2015-2019) da UE e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, na sigla em inglês) para combater o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes. O GLO.ACT visa a fornecer assistência a autoridades governamentais e organizações da sociedade civil em treze países estrategicamente selecionados, entre os quais o Brasil.

Segurança e Justiça: O Brasil beneficia-se de projetos da UE, como o El PacCTO, com o auxílio do qual o Brasil tem reforçado sua polícia penitenciária (penal) e desenvolveu uma rede de escolas de serviços penais, e o Programa de Cooperação entre a América Latina, Caribe e da União Europeia sobre a Políticas de Droga (COPOLAD), com a realização de capacitações e seminários sobre a temática de drogas.

Educação: No âmbito do Programa Erasmus Mundus, criado em 2004, mais de 2 mil estudantes brasileiros já receberam bolsas de estudos de pós-graduação. Já o Programa de Bolsas Erasmus+, iniciativa mais abrangente, responsável pela concessão de bolsas para intercâmbio entre faculdades Erasmus+, cujo primeiro período de implementação foi de 2014-2020, depois estendido ao período 2021-2027, permitiu a criação de novas possibilidades de cooperação. A UE reservou cerca de € 57 milhões para a cooperação com o Brasil no período 2014-2020.

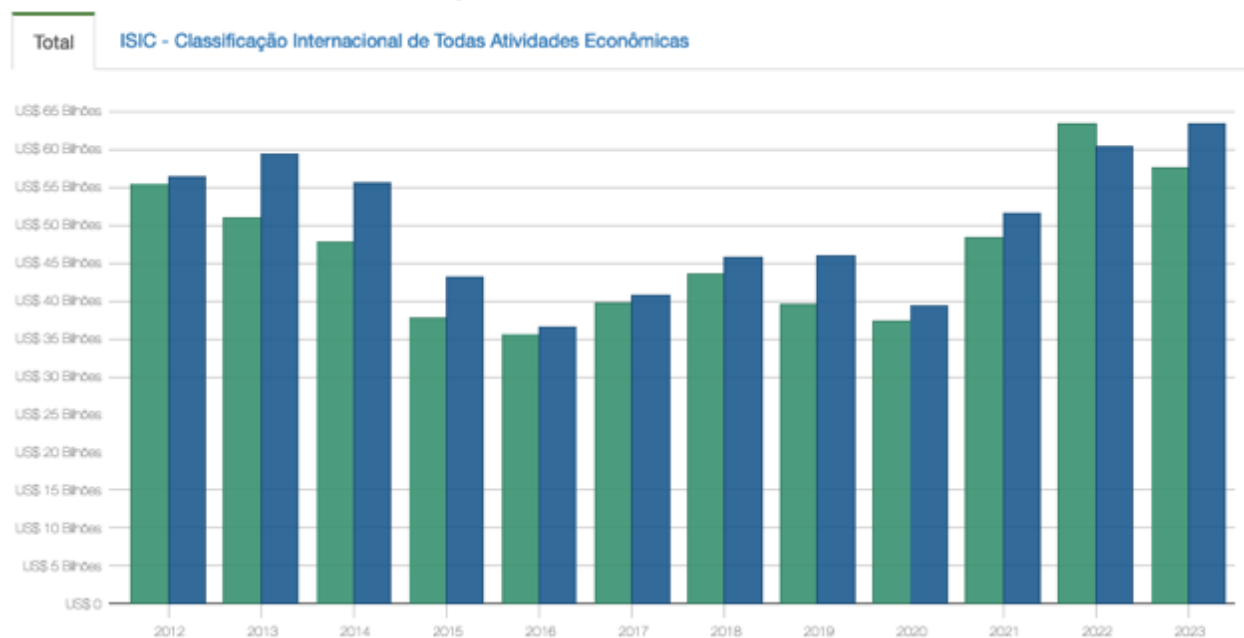
Meio Ambiente e Energia: De 1992 a 2009, a CE financiou o maior programa de florestas do mundo, o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7). O projeto URBAN LEDS (2012-2015), que promove estratégias de desenvolvimento urbano de baixo carbono, envolveu o Brasil. Os programas EUROCLIMA, RALCEA e WATERCLIMA também incluem o Brasil. Durante sua visita ao Brasil, em 2023, Ursula von der Leyen anunciou que, para além das contribuições individuais dos países-membros, o bloco contribuirá com € 20 milhões para o Fundo Amazônia. A presidenta da Comissão Europeia também destacou o fato de que o Brasil possui uma matriz energética de fontes predominantemente limpas e afirmou que o bloco irá investir € 2 bilhões na produção de hidrogênio verde no Brasil. Em novembro, foi confirmado o investimento na construção de uma usina para produção de hidrogênio verde e amônia na Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, como parte da expansão de projetos dentro do Programa Nacional de Hidrogênio (PNH2).

Ciência, Tecnologia e Inovação: Há Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-UE (2004). Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro. Em 2021, entrou em operação o cabo transatlântico submarino

EllaLink – primeiro projeto de ligação direta de fibra ótica de alta capacidade entre a América do Sul e a Europa (Fortaleza-Sines). O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Marcos Pontes, representou o Brasil no evento *Leading the Digital Decade* e na cerimônia de inauguração do cabo, em Sines, Portugal (2021).

3.5. Europa

I. Relações Brasil-Europa

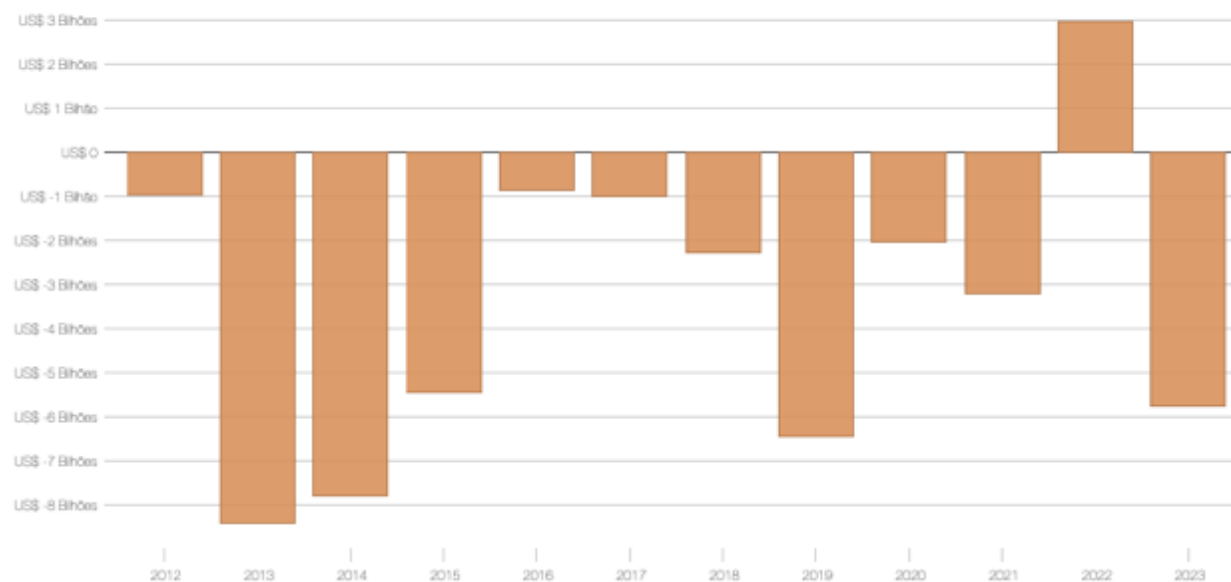
Comércio

Série histórica - Parceiro: Europa

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Europa

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Europa

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Europa

Exportações por País - Destino: Europa

Importações por País - Origem: Europa

II. Relações Brasil-Alemanha

Marcos: Década de 1820: início da colonização alemã no Brasil[236]; 1871: estabelecimento das relações diplomáticas; 1905: caso *Panther*; 1917: rompimento das relações diplomáticas, após navio alemão torpedear a embarcação brasileira *Paraná*, e reconhecimento do estado de guerra; 1920: retomada das relações diplomáticas; 1926: veto brasileiro à entrada da Alemanha na Liga da Nações; década de 1930: incremento do comércio bilateral, com base no sistema de marcos de compensação; 1942: rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, no contexto da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, e reconhecimento do estado de beligerância; 1951: restabelecimento das relações diplomáticas (com a República Federal da Alemanha – RFA); 1954: instalação da Siderúrgica Mannesmann, no Brasil; 1959: instalação da Volkswagen em São Bernardo do Campo; 1968: visita do ministro das Relações Exteriores da RFA, ocasião na qual o representante propõe uma "parceria ampliada" bilateral; 1974: acordos de cooperação nas áreas cultural, espacial, econômica (estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação Econômica – COMISTA); 1975: acordo sobre usos pacíficos da energia nuclear; 1978: presidente Ernesto Geisel visita a RFA; décadas subseqüentes: intensificação das visitas de alto nível e das iniciativas de cooperação bilateral; 1990: visita do presidente eleito Fernando Collor de Mello; 1995: primeira visita de Fernando Henrique Cardoso (FHC); 1996: assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica e do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico; 1999: segunda visita de FHC; 2002: elevação do relacionamento ao *status* de Parceria Estratégica; 2015: estabelecimento do Mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível; 2023: o presidente Lula recebeu o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, ocasião marcada pela decisão de relançamento da parceria estratégica Brasil-Alemanha, e visitou a Alemanha, para a segunda reunião do mecanismo, quando foi lançada a Parceria Brasil-Alemanha para uma Transformação Ecológica e Socialmente Justa, a Parceria Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Global e o Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática Brasil-Alemanha.

Embaixada: O Brasil tem embaixada em Berlim e consulado-geral em Frankfurt e em Munique. Em 1826, foi aberto o consulado do Brasil em Hamburgo, que já não existe mais. A legação brasileira em Berlim foi elevada ao *status* de embaixada em 1936, tendo sido fechada em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. O Brasil reabriu sua embaixada, em Bonn, capital da RFA, em 1951, após o restabelecimento das relações diplomáticas. Em 1990, foi extinta a embaixada do Brasil na República Democrática Alemã (RDA) e, no ano 2000, o Brasil transferiu a sede da embaixada para Berlim, com extinção do posto em Bonn.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (a primeira edição foi realizada em 2015, em Brasília, com a presença de Merkel[237], e a segunda edição foi realizada em

---

[236] Os primeiros imigrantes alemães estabeleceram-se na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1850, seria fundada a cidade de Blumenau.

[237] Na ocasião, foram assinados 18 documentos conjuntos: Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima; Declaração Conjunta sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com foco em Pequenas e Médias Empresas (PMEs); Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação Bilateral em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação; Declaração Conjunta para o estabelecimento da Parceria Brasil-Alemanha em Urbanização; Ata das Negociações da Cooperação em Desenvolvimento Sustentável.

Berlim, em dezembro de 2023, com a presença de Lula); Reunião de Consultas Políticas; Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha (COMISTA), cuja 49ª reunião ocorreu em março de 2023, em conjunto com a 39ª edição do Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA)[238]; Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática Brasil-Alemanha[239] (lançado em 2023); o Diálogo sobre a Rota 1.5[240] (lançado em 2023).

Visitas de Alto Nível: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Alemanha em 2003, 2007, no contexto da Cúpula do G8, e em 2009, em visita de Estado. Em 2012, a presidenta Dilma visitou a Alemanha[241], tendo havido retribuição do presidente alemão Joachim Gauck no ano seguinte[242]. Houve visita da chanceler Angela Merkel ao Brasil em 2014 e 2015. O ministro do Exterior Heiko Maas visitou o Brasil em 2019. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente alemão Frank-Walter Steinmeier para a posse de Lula. No dia 30 de janeiro de 2023, o chanceler federal da Alemanha, Olaf Scholz, encontrou-se com o presidente Lula, em Brasília, contexto no qual os representantes decidiram relançar a parceria estratégica Brasil-Alemanha e discutiram as principais questões globais[243], inclusive a preocupação concernente aos efeitos do conflito da Ucrânia na segurança alimentar e energética, tendo manifestado apoio à Iniciativa do Mar Negro de Comércio de Grãos. Além disso, os líderes destacaram a intenção de acelerar a conclusão das negociações de um acordo equilibrado entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União Europeia (UE)[244]. Lula e Scholz expressaram, ademais, o compromisso com a democracia, os direitos humanos e a inclusão social, e ressaltaram a importância de uma governança global legítima e representativa. Nesse contexto, houve convergência quanto à necessidade de intensificação do trabalho do G4. Decidiu-se, ademais, pela realização da Segunda Reunião de Consultas Intergovernamentais no segundo semestre de 2023. Por ocasião da visita de Olaf Scholz

---

[238] A 50ª edição ocorrerá em setembro de 2024, na Alemanha.

[239] Para implementar o Diálogo Estratégico, acordou-se a criação de um “Grupo de Trabalho do Diálogo Estratégico” em nível de trabalho para demandar tarefas e preparar reuniões conforme necessário. Idealmente, realizar-se-ão três a quatro reuniões por ano (virtual ou presencialmente) em nível de secretários de Estado dos dois ministérios de Relações Exteriores, com convites a todos os outros ministérios relevantes de cada país. Os intercâmbios técnicos realizar-se-ão com a frequência necessária e por todos os meios disponíveis. A primeira reunião do Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática Brasil-Alemanha ocorreu em 27 de março de 2024, em Brasília. Na ocasião, discutiram a "Missão 1.5" liderada pela *troika* das presidências da COP28, COP29 e COP30; a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) para o financiamento climático; a implementação do consenso dos EAU (acordo final da COP28) e a próxima rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

[240] O “1.5” refere-se ao objetivo do Acordo de Paris, de fazer esforços para limitar o aumento da temperatura média do planeta a 1,5ºC em relação aos níveis pré-industriais. O Diálogo sobre a Rota 1.5 será composto por instituições científicas e da sociedade civil, para contribuir para encontrar soluções para questões acordadas, aprofundar os laços entre peritos de ambos os lados, criar uma plataforma de aprendizagem mútua e demonstrar a liderança multilateral de ambos os países em matéria de clima e desenvolvimento sustentável. O diálogo terá uma copresidência: a delegação da Alemanha no Diálogo sobre a Rota 1.5 será liderada pelo presidente da Agência Alemã de Meio Ambiente, enquanto a delegação do Brasil será liderada pelo representante do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). Esses copresidentes sugerirão participantes de organizações científicas, organizações não governamentais e empresas para participarem e decidirão sobre o programa de trabalho.

[241] Ocasião marcada pela inauguração da CeBIT (feira internacional em tecnologias de informação e comunicações), com Brasil como país-tema.

[242] Na ocasião, o presidente alemão participou da abertura do EEBA.

[243] Entre os principais desafios globais identificados, destacam-se a promoção da paz e da segurança, a expansão das energias renováveis, o combate às alterações do clima e o combate à pobreza.

[244] No contexto da visita, o presidente Lula comprometeu-se a concluir o acordo, ressaltando a necessidade de discussão de alguns pontos, particularmente o de compras governamentais. O acordo representaria uma alternativa à polarização entre China e EUA e uma manifestação de reforço do multilateralismo.

ao Brasil, a ministra federal da cooperação econômica da Alemanha, Svenja Schulze, anunciou um pacote de medidas de cooperação, na esfera ambiental, no valor de cerca de € 200 milhões[245]. Em encontro realizado à margem do G20, em março de 2023, o ministro Mauro Vieira debateu a negociação MERCOSUL-UE, além de temas da agenda bilateral, com a ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Annalena Baerbock. Em março, o ministro da Agricultura da Alemanha, Cem Özdemir, foi ao Brasil. Em maio, Lula encontrou-se com Scholz à margem da reunião do G7, em Hiroshima. Em junho, a ministra federal do Exterior da Alemanha, Annalena Baerbock, e o ministro federal de Trabalho e Temas Sociais, Hubertus Heil, realizaram visita a Brasília, São Paulo e Belém, como parte do processo de revitalização da Parceria Estratégica entre Brasil e Alemanha. Durante a visita, a ministra Baerbock e a ministra substituta das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, adotaram Comunicado Conjunto Brasil-Alemanha sobre Ambição e Ação Climáticas. Lula e Scholz voltaram a reunir-se em julho, em Bruxelas, à margem da Cúpula CELAC-UE. Em agosto, a embaixadora Maria Laura da Rocha encontrou-se com o secretário de Estado do Ministério Federal de Cooperação Econômica e o Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), Niels Annen, no contexto da sua participação no Fórum Estratégico de Bled[246]. À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o presidente Lula encontrou-se novamente com Scholz, quando voltou a tratar do acordo MERCOSUL-UE e da guerra na Ucrânia. Em outubro, a secretária-geral do ministério das Relações Internacionais presidiu, em Brasília, Reunião de Consultas Políticas com a Alemanha, conjuntamente com o secretário de Estado do Ministério Federal do Exterior, Embaixador Thomas Bagger. A secretária-geral recebeu, em outubro, a secretária de Estado do Ministério de Economia e Ação Climática da Alemanha, Franziska Brantner. O presidente Lula visitou a Alemanha em dezembro de 2023, onde presidiu, ao lado do chanceler federal Olaf Scholz, a II Reunião de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, que contou com a participação de Ministros brasileiros e alemães[247]. A segunda edição do mais elevado mecanismo teuto-brasileiro foi o ponto culminante do processo de revitalização da Parceria Estratégica entre os dois países. Por ocasião das Consultas de Alto Nível, Brasil e Alemanha ampliaram a aliança, na direção de Parceria para Transformação Ecológica e Socialmente Justa. O presidente Lula também se reuniu com o presidente Frank-Walter Steinmeier e com a presidenta do Conselho Federal, Manuela Schwesig, governadora do Estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, e participou de fórum empresarial. No mesmo contexto, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com sua contraparte alemã, quando assinaram o Memorando de Entendimento para a instauração de Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática, e com a ministra da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, quando assinaram o Memorando de Entendimento sobre Parceria para o Desenvolvimento Global. Em

---

[245] As medidas compreendem os seguintes temas: apoio a um fundo garantidor de eficiência energética para pequenas e médias empresas, projeto de consultoria para o fomento de energias renováveis na indústria e no setor de transportes, reflorestamento de áreas degradadas, empréstimo a juros reduzidos, apoio a estados da Amazônia na implementação de ações ambiciosas para maior proteção florestal, liberação de € 35 milhões para o Fundo Amazônia e apoio a cadeias de abastecimento sustentáveis.

[246] O Fórum é um dos principais eventos regionais dos Bálcãs e, após 17 edições, tem-se consolidado como importante plataforma de debates da Europa Central e Oriental.

[247] As conversações ocorreram sob a égide do lema "Brasil e Alemanha: Parceiros Firmes para o Progresso e a Sustentabilidade" e enfocaram-se na cooperação econômica, energias renováveis, desenvolvimento sustentável, meio ambiente e proteção do clima, digitalização, ciência, tecnologia e inovação, agricultura, combate à fome e à insegurança alimentar, temas sociais e a luta contra ameaças à democracia, como a desinformação e o discurso de ódio. Adicionalmente, discutiram-se uma variedade de questões internacionais, incluindo-se o Acordo MERCOSUL-UE, a guerra na Ucrânia, o conflito israelo-palestino, na esteira dos atos terroristas de 7 de outubro, e a reforma do CSNU, assim como temas das relações bilaterais.

junho de 2024, o presidente Lula reuniu-se com o chanceler Olaf Scholz, durante a Cúpula do G7, realizada na Itália.

Discurso Oficial: O relacionamento entre Brasil e Alemanha é sólido e denso, no nível de Parceria Estratégica e de Parceria para uma Transformação Ecológica e Socialmente Justa, sendo fundamentado em percepções, valores e interesses comuns. Na dimensão dos laços humanos entre os dois países, tem importância a diáspora alemã no Brasil e brasileira na Alemanha, além dos vínculos históricos e culturais. Brasil e Alemanha também compartilham interesses econômicos e comerciais e posição convergente quanto ao papel de cada país em suas regiões. Brasil e Alemanha convergem em pautas centrais da agenda global contemporânea, como meio ambiente e mudança do clima, transição energética, digitalização e reforma da governança global. Todos esses fatores fortalecem a contínua aproximação bilateral. O fortalecimento da relação é consolidado pela troca de visitas de alto nível, por instâncias bilaterais de articulação política e pela cooperação, tanto na esfera econômica quanto em áreas diversas, com particular importância dos setores de meio ambiente e energia. A Parceria Brasil-Alemanha para uma transformação ecológica e socialmente justa, lançada em 2023, visa a acelerar a transformação de suas economias e sociedades para garantir um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, promover a neutralidade climática, deter a perda da biodiversidade, combater a poluição, acabar com a pobreza e erradicar a fome. Os objetivos dessa parceria incluem a proteção, restauração e utilização de forma sustentável dos recursos naturais e ecossistemas; indústrias neutras em termos climáticos; pesquisa climática; melhoria de meios de vida locais por meio de cooperação sobre matérias-primas, produção com valor agregado e cadeias de abastecimento resilientes; promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da criação de empregos; e transformação socialmente justa.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: Na arena multilateral, convergem em direitos humanos (destacam-se a convergência em direito à privacidade na era digital e o mecanismo bilateral de consultas cooperação sobre temas cibernéticos), Agenda 2030 e mudança do clima, defesa do multilateralismo e do livre comércio baseado em regras. Defendem, ademais, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A Alemanha saudou a candidatura brasileira para sediar a 30ª Conferência do Clima (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês).

Convergências Plurilaterais: Em outubro de 2020, a Comissão Mista Brasil-Alemanha pautou acessão brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Brasil e Alemanha convergem, ademais, no âmbito do G4 (Res. A/59/L.64), em favor da reforma do CSNU. Ambos integram o G20.

Convergências Regionais: Brasil e Alemanha apoiam a pronta assinatura do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Ademais, nos últimos anos, ambos os países apoiaram uma transição democrática na Venezuela e deixaram de reconhecer Guaidó como presidente interino do país.

Segurança e Defesa: Há cooperação bilateral por meio de mecanismo de consulta bienal entre Chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que explora novas áreas de projetos para

atuação conjunta. No tema de missões de paz, ocorre intercâmbio de boas práticas para o adestramento militar entre o Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o *German Armed Forces UN Training Centre*. Há, ademais, mecanismo bilateral de consultas e cooperação em temas cibernéticos, cuja última reunião ocorreu em 2016, e os contatos mantidos entre órgãos de inteligência alemão e brasileiro para lidar com o tema das *fake news*. O governo alemão vetou recentemente a venda de 28 blindados Guarani para as Filipinas[248]. O modelo, produzido no Brasil e desenvolvido em parceria com a empresa italiana Iveco, tem componentes alemães, fato utilizado para fundamentar a medida, uma vez que a venda a terceiros implicaria necessidade de autorização do governo alemão. É possível que a decisão tenha sido tomada em represália à recusa do governo brasileiro de enviar munições para tanques Leopard-1[249], que o problema tenha sido a inexistência de consulta prévia à Alemanha ou que a represália seja, em verdade, dirigida às Filipinas[250].

Comércio

Marcos: A COMISTA reúne-se anualmente desde 1974. A Alemanha é o principal parceiro comercial brasileiro na Europa, e o Brasil é o principal parceiro alemão na América do Sul (perdeu posto na América Latina para o México).

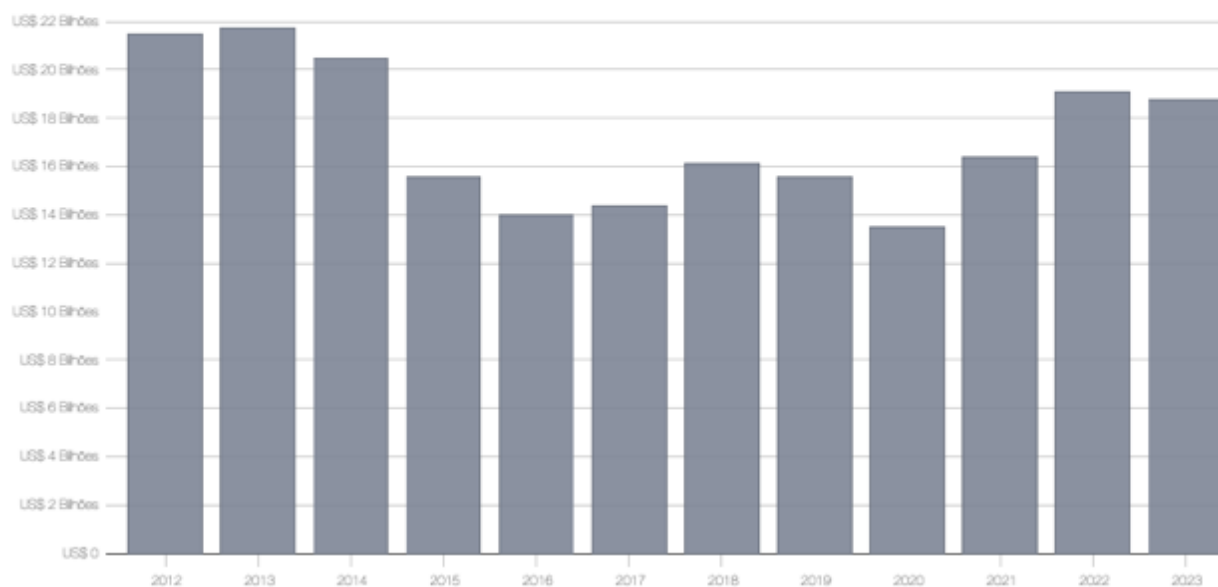
[248] A venda ocorreria por meio da empresa israelense Elbit Systems, que havia escolhido o modelo brasileiro, no negócio com as Filipinas.

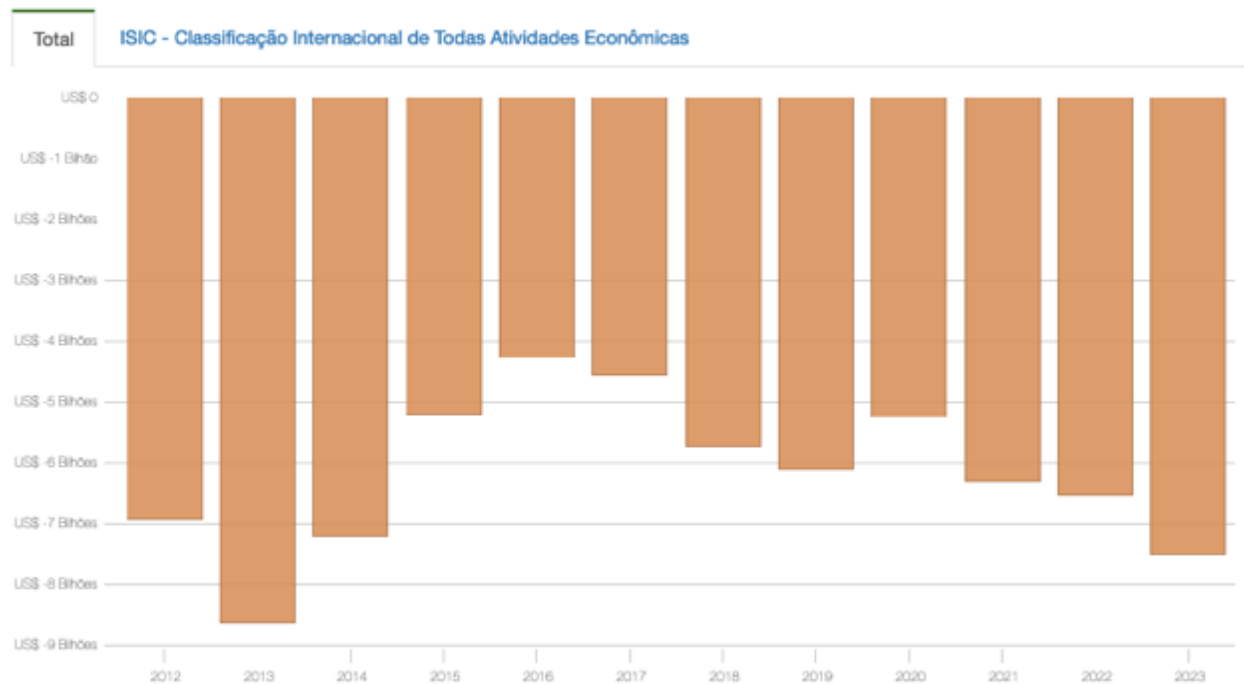
[249] O pedido havia sido feito pelo governo alemão, no contexto da guerra na Ucrânia.

[250] As Filipinas suspenderam as importações de frango e de alguns produtos agrícolas alemães, em razão da gripe aviária.

Série histórica - Parceiro: Alemanha

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Alemanha

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Alemanha

Jan-Dez / 2023 2022

Total: US$ 13,1 Bilhões

Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários 8,2%
Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas 7,5%
Partes e acessórios dos veículos automotivos 5,3%
Outros medicamentos, incluindo veterinários 5,1%
Demais produtos - Indústria de Transformação 4,9%
Veículos automóveis de passageiros 3,8%
Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle 3,5%
Motores de pistão, e suas partes 2,5%

Investimentos

Investimentos da Alemanha no Brasil: A Alemanha é origem tradicional de investimentos no Brasil, com um estoque de cerca de US$ 20 bilhões, em setores como o automotivo e o químico. Aproximadamente 1.600 empresas alemães estão instaladas no Brasil, principalmente em São Paulo – uma das maiores concentrações industriais alemãs fora daquele país –, correspondendo a percentual significativo do produto interno bruto (PIB) industrial brasileiro[251]. A importância do investimento alemão no Brasil remonta às primeiras décadas do século XX. Em 1954, instala-se a primeira grande companhia alemã no Brasil, a Siderúrgica Mannesmann e, em 1959, a montadora da Volkswagen estabelece-se em São Bernardo do Campo. O investimento alemão adensa-se nos anos 1960 e 1970, no contexto do desenvolvimento e modernização do setor industrial brasileiro. Atualmente, a disputa sino-americana, a questão ambiental e a pandemia de COVID-19 estimulam a Alemanha a repensar suas cadeias de suprimento, criando oportunidades ao Brasil, pela confiabilidade da parceria tradicional e pelo "elo indissociável da imigração alemã", reforçado pelo tamanho e pela importância do mercado brasileiro e sua condição de "principal potência agroambiental". Concomitantemente, o tema ambiental cria oportunidades de ação comercial, havendo demanda na Alemanha por investimentos ESG (*Environmental, Social and Governance*), produtos com selo de sustentabilidade e compromisso com a transição energética, criando possibilidades de negócio, como o hidrogênio verde (importação de sustentabilidade).

Investimentos do Brasil na Alemanha: Em 2014, o estoque de investimentos brasileiros na Alemanha era estimado em US$ 208 milhões. Conforme dados de 2018, cerca de 50 empresas brasileiras atuam no país, entre elas a CSN, a Braskem, a WEG, a Tupy, a Tramontina, a Magnesita e a BRF.

[251] Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, 8-10% do PIB.

<u>Cooperação</u>

Contatos Humanos e Temas Consulares: Ressaltem-se a "diáspora alemã no Brasil" (10 milhões de brasileiros reconhecem ascendência) e uma comunidade de cerca de 160 mil brasileiros na Alemanha[252], havendo Acordo de Isenção de Contribuições Sociais (2007) e Memorando de Entendimento sobre Programa de Férias-Trabalho de 2015.

Cooperação Técnica e Financeira Bilateral: O principal marco jurídico é o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1996). Entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2023, foi realizada a Reunião de Negociações Intergovernamentais Brasil-Alemanha, encontro bienal que permite revisar a pauta de cooperação bilateral desenvolvida no Brasil, bem como negociar continuidade, revisão e início de novas ações. A cooperação bilateral Brasil-Alemanha envolve mais de 50 iniciativas, entre projetos regulares e atividades desenvolvidas no Brasil, resultantes de programas regionais e globais da cooperação alemã, em quatro áreas principais: florestas; energias renováveis e eficiência energética; desenvolvimento urbano sustentável; e educação vocacional. A Alemanha é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil no âmbito da cooperação técnica internacional e permanece sendo o maior provedor bilateral de cooperação técnica e financeira. Os dois governos acertaram montantes adicionais de até € 561 milhões de cooperação alemã para o Brasil, nas vertentes técnica e financeira, para o período 2023-2024. Esse montante final é quase o dobro dos compromissos assumidos pela Alemanha na edição bienal das negociações intergovernamentais anteriores, em 2021. Os dois governos também decidiram incorporar mais uma área principal para a cooperação bilateral técnica e financeira, com foco em desenvolvimento econômico sustentável, treinamento técnico-vocacional e empregos. Essa nova área se junta às outras duas áreas principais pré-existentes: conservação e uso sustentável de florestas tropicais; e energias renováveis e eficiência energética, sendo nesta última incluídos projetos voltados ao desenvolvimento urbano sustentável.

Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento: No contexto da 2ª Reunião de Consultas Intergovernamentais Brasil-Alemanha, em dezembro de 2023, foi adotada a Declaração Conjunta de Intenções sobre a Parceria para o Desenvolvimento Global entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha. Pela parceria, as partes elevam a sua tradicional relação de cooperação internacional, por meio do lançamento da Parceria Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Global. O objetivo desta parceria será combinar os instrumentos e as capacidades, bem como as vantagens comparativas que os seus sistemas nacionais possuem na cooperação internacional para o desenvolvimento, para promover ações de alcance regional e global através de melhores práticas e estratégias que tenham em conta a situação global e os desafios do desenvolvimento internacional. As partes decidiram incentivar um diálogo de alto nível sobre questões globais de desenvolvimento e realizar uma Conferência Regional sobre Cooperação Trilateral na Bahia em maio de 2024.

Meio Ambiente: Em 2015, foi criado Comitê Conjunto Brasil-Alemanha sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima, que coordena projetos como a Iniciativa Internacional da Proteção

[252] Trata-se da quinta maior comunidade de brasileiros na Europa.

do Clima (IKI)[253] e a "Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal"[254]. Brasil e Alemanha têm, além disso, Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais. Em janeiro de 2023, o governo alemão anunciou o aporte de € 200 milhões ao Brasil para o financiamento de medidas, na área ambiental, incluindo a previsão de € 35 milhões para o Fundo Amazônia. Em dezembro de 2023, foi adotada, durante a visita do presidente Lula, a Declaração Conjunta de Intenção sobre o Estabelecimento de um Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ação e Ambição Climática Brasil-Alemanha, que também estabelece o Diálogo sobre a Rota 1.5 entre instituições científicas e da sociedade civil. Também no contexto da 2ª Reunião de Consultas Intergovernamentais Brasil-Alemanha, foram assinados o Memorando de Entendimento para Cooperação sobre Transformação Ecológica, a Declaração Conjunta de Intenções sobre Ambição e Cooperação Ambientais, contratos de financiamento do Programa Floresta Viva e do projeto de mobilidade entre o BNDES e o KfW e a Declaração Conjunta de Intenções sobre o Programa Áreas Protegidas da Região Amazônica (ARPA). Ainda durante visita oficial do presidente Lula e da ministra Marina Silva a Berlim, a Alemanha anunciou o repasse de € 101,8 milhões (cerca de R$ 540 milhões) para projetos ambientais no Brasil, resultado de cooperação técnica e financeira entre os países[255].

Ciência, Tecnologia e Inovação: A cooperação teuto-brasileira em ciência, tecnologia e inovação é também fundamental (2010-2011: Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação), havendo foco atual nos temas ambientais, cujas prioridades são definidas pelas Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Técnica e Financeira, cujas reuniões bianuais. Aprovado nas Negociações Intergovernamentais de 2017, o "Projeto DKTI para o Armazenamento de Energia" (2018-2022) visa criar os pré-requisitos para o uso generalizado de tecnologias de armazenamento de energia de modo a melhorar a estabilidade da rede e segurança no serviço elétrico do Brasil. Ainda, destaca-se a cooperação digital, tema sobre o qual se realizou o 1º Diálogo Digital Brasil-Alemanha em 2021, tendo sido adotado Plano de Trabalho (2021-2022),

---

[253] A IKI constitui o principal mecanismo do governo alemão para o financiamento internacional da proteção do clima e da biodiversidade, através do qual apoia soluções em países em desenvolvimento e emergentes. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a IKI destina verbas para projetos de cooperação ambiental em áreas prioritárias, a exemplo da preservação do Cerrado. Em março de 2024, após cinco anos sem chamadas bilaterais sobre o tema, o governo alemão convidou o governo brasileiro a desenvolver conjuntamente uma chamada de projetos no âmbito IKI. A Alemanha disponibilizará financiamento de até 65 milhões de euros para projetos de descarbonização dos setores industriais intensivos em emissões no Brasil (até 25 milhões de euros); de combate ao desmatamento em biomas não amazônicos (até 30 milhões de euros); e de cidades sustentáveis e resilientes (até 10 milhões de euros).

[254] O projeto "Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal" foi anunciado pelo governo federal em dezembro de 2019 e busca levar inovação para as cadeias produtivas da carne, soja e madeira para que aumentem a produtividade e valor dos produtos alinhados com o uso sustentável dos recursos naturais e conservação da Floresta Amazônica. A previsão é que o projeto seja implantado de 2020 a 2024 em cinco estados: Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. A iniciativa insere-se no esforço de cooperação ambiental teuto-brasileira, para a qual o governo alemão vai doar € 37,5 milhões.

[255] Distribuídos em € 30 milhões para a estruturação dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDs) de Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga e Pampa; € 25 milhões para o Progreen, parceria global para paisagens sustentáveis e resilientes; € 22 milhões para o ARPA Comunidades; € 10 milhões para o PoMuC II, programa de políticas sobre mudança do clima; € 4,5 milhões destinados a parcerias para a inovação, em apoio aos PPCDs e à Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade; € 4 milhões para o TerraMar III, iniciativa de proteção e gestão integrada da biodiversidade marinha e costeira; € 4 milhões para o Action4Forests, em apoio à proteção florestal no Brasil; € 2 milhões para o ProAdapta e a implementação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima; e € 300 mil para a estruturação de protocolo federal de monitoramento ambiental do mercúrio na Amazônia.

com três áreas de cooperação: governança da internet e políticas de dados, tecnologias emergentes, oportunidades e modelos de negócios digitais. Ressalta-se, ademais, o Acordo-Quadro sobre Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (1996). No contexto da 2ª Reunião de Consultas Intergovernamentais Brasil-Alemanha, em dezembro de 2023, foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Campo da Bioeconomia, a Declaração Conjunta de Intenções para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, a Declaração Conjunta de Intenções para a Continuidade da Cooperação Científica no Observatório da Torre Alta da Amazônia (ATTO, na sigla em inglês) e o Memorando de Entendimento sobre o Laboratório de Nível de Biossegurança 4.

Energia: Os dois países têm uma Parceria Energética. Destacam-se, entre os marcos normativos, o Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética (2008) e o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1975). No decorrer do ano de 2020, houve intercâmbio de experiências pelas áreas técnicas sobre leilões de energia, a superação de impactos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico e a estratégia nacional de hidrogênio alemã. Há intenção de ambas as partes de reativar o Comitê de Alto Nível da Parceria, cuja última reunião foi realizada em 2017. A Alemanha está em processo de transição de tecnologias intensivas em carbono e nuclear para energias renováveis, especialmente a eólica e a solar. A experiência e a tecnologia alemães em áreas como geração descentralizada de energia, redes e monitoramento inteligente, bem como hidrogênio, armazenamento e eficiência energética, por exemplo, poderiam ser pontos de diálogo de interesse para o Brasil. No contexto da 2ª Reunião de Consultas Intergovernamentais Brasil-Alemanha, em dezembro de 2023, foi assinada a Declaração Conjunta de Intenções no campo da Pesquisa e Desenvolvimento de Energias Renováveis. Também foi assinado Memorando de Entendimento entre o INMETRO e o PTB, que renova a parceria entre as duas instituições para o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade nas áreas de energias renováveis e eficiência energética.

Agricultura: Foi assinado, em janeiro de 2020, Memorando de Entendimento para o Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha. A iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e do Ministério Federal de Alimentação e Agricultura da Alemanha (BMEL) visa a troca de experiências, informações e perspectivas entre atores relevantes do agronegócio brasileiro e alemão[256]. No contexto da 2ª Reunião de Consultas Intergovernamentais Brasil-Alemanha, em dezembro de 2023, foram assinados Memorando de Entendimento sobre o Diálogo em Política Agrícola e carta solicitando adoção, na próxima COMISTA, do Adendo ao Instrumento Constitutivo da Iniciativa de Trabalho sobre Agronegócio e Inovação.

Cooperação Aerospacial: Carta de Intenções entre o INPE e a DLR (2023).

Cultura: Ano da Alemanha no Brasil (2013-2014); apoio alemão à reconstrução do Museu Nacional e Acordo sobre Coprodução Cinematográfica de 2005.

[256] O diálogo visa a propiciar melhor entendimento mútuo das questões centrais da política agrícola e o incremento das redes de cooperação teuto-brasileiras vinculadas à agropecuária, em temas como bioeconomia, gestão sustentável do solo e da água, cadeias agroalimentares sustentáveis, financiamento rural, política agrícola e conectividade.

Educação: Cooperação no âmbito do Ciência Sem Fronteiras. Os governos brasileiro e alemão manifestaram interesse no estabelecimento de Centro de Estudos Alemães e Europeus no Brasil.

Saúde: Memorando de Entendimento para Cooperação Internacional entre a FIOCRUZ e o Roberto Koch (2023).

Combate à Desinformação: Declaração Conjunta de Intenções sobre Integridade da Informação e Combate à Desinformação (2023).

III. Relações Brasil-Bélgica

Marcos: 1830: Império do Brasil reconhece o Reino da Bélgica; 1834: Tratado de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Bélgica; 1863: Arbitramento do rei Leopoldo I em favor do Brasil na "questão Christie"; 1890: Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil; 1919: Epitácio Pessoa, enquanto presidente eleito, é recebido em Bruxelas pelo rei Alberto I; 1920: Alberto I, rei dos Belgas, realiza a primeira visita de um chefe de Estado estrangeiro ao Brasil; 1956: Visita do presidente eleito Juscelino Kubitschek à Bélgica; 1995: Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Bélgica.

Embaixada: Um relatório de 1833 do MRE indica que a Regência brasileira nomeou um Encarregado de Negócios para Bruxelas (José Marques Lisboa) apenas após os reis da Bélgica terem nomeado um encarregado de negócios no Rio de Janeiro. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil manteve sua legação funcionando normalmente. A legação foi elevada à categoria de embaixada em 1921. Entre 17/05/1940 e 18/01/1941, em decorrência da invasão alemã, houve breve ruptura das relações, retomadas com a nomeação de um encarregado de negócios junto ao governo belga exilado em Londres. O Reino da Bélgica, por sua vez, abriu sua embaixada em Brasília em 1974.

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (criado com base no Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas, de 2009, já se reuniu quatro vezes, todas em Brasília[257]).

Visitas de Alto Nível: Em 2000, o ministro da Defesa belga visitou o Brasil e iniciou conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar. Em 2009, o presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou à Bélgica, que foi retribuída, no ano seguinte, pelo príncipe Philippe. Em 2011, a presidente Dilma Rousseff realizou visita à Bélgica. Em 2013, o chanceler belga Didier Reynders visitou o Brasil. Em 2014, houve encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Elio Di Rupo em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia. Em 2015, houve encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia. Em 2016, o presidente Michel Temer encontrou-se com o primeiro-ministro da Bélgica, à margem da 71ª sessão da AGNU. Em 2017, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, realizaram visitas à Bélgica. Em 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva reuniu-se com o rei dos Belgas, Filipe, e com o primeiro-ministro do Reino da Bélgica, Alexander de Croo, por ocasião da Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas. Em 2024, o diretor-geral para Assuntos Bilaterais da Bélgica visitou Brasília para a IV Reunião de Consultas Políticas.

[257] Em 2010 e 2014, em nível de secretários-gerais, e em 2015, em nível de subsecretários. Em fevereiro de 2019, fora do âmbito do mecanismo, ocorreu uma reunião entre o secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África e a diretora-geral de Assuntos Bilaterais da chancelaria da Bélgica. Na ocasião, foram passados em revista os principais temas do relacionamento bilateral. Em 2024, foi realizada a quarta reunião, em nível de secretários, quando foram discutidos cooperação em ciência, tecnologia e inovação e o combate aos crimes transnacionais, além de temas regionais e globais.

Discurso Oficial: O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência dos dois países. As relações bilaterais estão ancoradas em valores partilhados e em densos fluxos comerciais e de investimento, que proporcionam uma base sólida para um diálogo regular sobre oportunidades de cooperação. O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central. Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Bélgica defendem uma ordem global baseada em regras, especialmente na OMC, e no respeito à soberania e nos direitos humanos. Ambos os países são membros fundadores da ONU e da OMC. Há convergências em relação a temas como o respeito ao direito internacional e aos direitos humanos, reforma dos mecanismos políticos e financeiros multilaterais e defesa do meio ambiente. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do CSNU e indica ser favorável à candidatura do Brasil à OCDE

Convergências Inter-regionais: Em relação ao Acordo de Associação MERCOSUL-UE, mantém-se vivo o debate público na Bélgica, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento.

Comércio e Investimentos

Marcos: Em 1911, foi fundada a Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica. Em 1918 e 1938, foram constituídas, respectivamente, a Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro e de São Paulo. Desde o início do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira, sobretudo no ramo siderúrgico. Em 1921, a Companhia Siderúrgica Mineira se associou à belga ARBED e passou a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcellor-Miwal, constituindo um dos empreendimentos pioneiros no País. Em 1999, o príncipe herdeiro Philippe visitou o Brasil, à frente de missão empresarial. Em reunião com o primeiro-ministro belga, em 2023, foi combinada a ida ao Brasil de uma missão comercial belga em 2024, a ser liderada pelo próprio primeiro-ministro. A Bélgica possui organização regionalizada, com três níveis de governo: federal, regional e comunidade linguística. Há, pois, possibilidades de aproximação com o Brasil que não se limitam ao plano federal. Recentes missões brasileiras à Bélgica mantiveram interlocução direta com governos regionais. Há mais de dez anos, o Governo regional da Valônia mantém, em São Paulo, escritório de sua agência de promoção de exportações e investimentos (AWEX). Aproximadamente 85% do PIB da Bélgica depende do comércio exterior e é crescente o interesse da comunidade empresarial local em diversificar os parceiros comerciais fora da União Europeia. Mais de 37.000 empregos belgas dependem das exportações para o MERCOSUL e 1.640 empresas belgas, boa parte pequenas e médias empresas, exportam para o bloco sul-americano. A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo por possuir importantes portos, como o da Antuérpia, Gante e Liège, que servem como porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a

Votorantim e a Braskem, escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.

Série histórica - Parceiro: Bélgica
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras

Série histórica - Parceiro: Bélgica
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 1,8 Bilhão
US$ 1,6 Bilhão
US$ 1,4 Bilhão
US$ 1,2 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Bélgica

Jan-Fev / 2024 | 2023

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Bélgica

Jan-Fev / 2024 | 2023

Desafios: Um dos maiores desafios na relação comercial bilateral é a persistência do padrão de comércio Norte-Sul, com cerca de metade das exportações brasileiras concentrada em produtos de baixo valor agregado. Outro desafio é a pressão de agricultores da União Europeia contra o Acordo de Associação MERCOSUL-UE, o que dificulta a entrada de produtos da agroindústria brasileira na região.

Investimentos

Investimentos da Bélgica no Brasil: A Bélgica é tradicionalmente um grande investidor no Brasil. Os dois países têm economias complementares. O Brasil possui um grande mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica; esta, por sua vez, com seu pequeno e quase saturado mercado, tem elevada liquidez e *know-how* em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil. Em termos de investimentos, de acordo com dados do Banco Central para o ano de 2022, a Bélgica apresentou um estoque de investimentos de US$ 5,26 bilhões pelo critério de investidor imediato (19º maior) e de US$ 26,5 bilhões pelo critério de controlador final (10º maior). É importante notar, no entanto, que a posição do país vem caindo nos últimos anos. Em 2012 e 2013, por exemplo, a Bélgica ocupava o 2º lugar no ranking pelo critério de controlador final. Em 2014, foi para 3º lugar, retomando a 2ª posição em 2015. Em 2016, 2017 e 2018 voltou a ser 3º. Em 2019 e 2020, caiu para 4º. Em 2021, caiu ainda mais e passou a ocupar a 7ª posição. Por fim, em 2022, passou a ocupar a 10ª posição. Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. O porto de Antuérpia fez investimentos no porto de Açu, no Rio de Janeiro.

Investimentos do Brasil na Bélgica: Os investimentos brasileiros na Bélgica são ainda modestos e concentrados em agricultura, pecuária e extrativa mineral. De acordo com os dados do Banco Central, em 2022, segundo o critério de participação no capital, o Brasil investiu US$ 1,781 bilhão na Bélgica, o que representa apenas 0,4% do investimento brasileiro direto. Mesmo assim, o país europeu é o 16º maior destino dos investimentos brasileiros. Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB-Inbev e da parceria Embraer-Sonaca-FNH.

Cooperação

Cooperação Técnica: O porto de Antuérpia é um dos maiores do mundo, e seu Centro de Treinamento e Capacitação (APEC) é internacionalmente reconhecido como vanguarda na área de ensino portuário. Desde 2010, o Brasil mantém relações com o APEC, e gestores portuários e profissionais brasileiros foram treinados na Bélgica. Em 2013, foi assinado, entre a Secretaria de Portos do Brasil (SEP/PR) e o APEC, um Acordo de Cooperação Técnica que previa duas fases. Na primeira, o APEC organizou seminários pelo Brasil, abrangendo diferentes temas; a segunda fase previa o estabelecimento do APEC do país, mas o cenário de crise econômica e política inviabilizou o andamento das operações. Em maio de 2022, ações de aproximação institucional entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o APEC foram iniciadas durante missão internacional daquela agência à Bélgica, quando foram discutidas as possibilidades de cooperação entre as instituições, considerando as atribuições da agência e a crescente importância da temática da governança portuária e do crescimento sustentável. Em maio de 2023, ANTAQ e APEC celebraram um Memorando de Entendimento com vistas ao oferecimento de oportunidades de capacitação internacional continuada ao corpo funcional da Agência e para fomentar as atividades do APEC no Brasil.

Infraestrutura: O porto de Antuérpia atua, no Brasil, com investimentos no porto de Açu, no Rio de Janeiro, por meio de sua subsidiária, a Porto de Antuérpia Internacional (PAI), dedicada a projetos de consultoria, administração e investimentos

Ciência, Tecnologia e Indústria: Em 1985, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial, que criou uma Comissão Mista com o objetivo de formular programas bianuais e plurianuais de atividades. No setor aeroespacial, a Awex, agência de comércio e investimento da Valônia, e o Parque Tecnológico São José dos Campos cooperam ativamente, inclusive por meio da presença da subsidiária brasileira da Sonaca, fabricante belga de aeroestruturas.

Educação e Cultura: A cooperação na área educacional está restrita a iniciativas de institutos e universidades públicas brasileiras em estabelecer parcerias com suas contrapartes belgas. Como exemplos, em 2022, representantes da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e da Université de Liège, da Bélgica, assinaram um acordo de cooperação técnica que permitirá a mobilidade acadêmica entre as instituições, favorecendo a internacionalização e o aumento da qualidade da produção científica nas instituições; recentemente, em janeiro de 2024. foi assinado um acordo de cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Haute École Libre de Bruxelles, da Bélgica. A FAPESP possui três acordos de cooperação com a Bélgica. Na área cultural, Brasil e Bélgica possuem um Acordo Cultural, de 1960, que segue vigente. O referido acordo promove a cooperação entre universidades, institutos de ensino superior, técnico, médio, normal e artístico, com vistas a intensificar os estudos ou pesquisas de ordem científica, artística ou técnica e estimular um melhor conhecimento de seus respectivos patrimônios culturais, através da realização de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, programas de rádio, televisão e cinema, possibilitando a criação do sistema de troca de estudantes de nível superior ou técnico, mediante a concessão eventual de bolsas de estudo.

Energia: No contexto da preparação da missão econômica no final de 2024, o estado do Ceará recebeu, em março, uma comitiva de empresários da Bélgica com o propósito de explorar novas possibilidades e reforçar parcerias com o Estado, principalmente no que diz respeito à produção de energias renováveis. A comitiva visitou universidades da capital e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém

Cooperação Jurídica: Em 1953, Brasil e Bélgica firmaram um Tratado de extradição; em 1955, foi assinada a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre os dois países; em 1958, um Acordo Complementar estendeu a aplicação do Tratado de Extradição de 1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas; em 2009, foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se haver cerca de 40.000 brasileiros residindo na Bélgica, sobretudo nas cidades de Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Ghent. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas. Desde 1957, encontra-se em vigor o Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns. Em 1972, foi assinada a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda (alterada em 2002, por meio de Convenção Adicional). Em 1983, foi assinado o Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores. Em 2009, foram firmados um Acordo sobre Previdência Social e um Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.

IV. Relações Brasil-Espanha

Marcos: 1834: Início das relações diplomáticas, com reconhecimento espanhol da independência brasileira[258]; Década de 1880: Início da imigração espanhola oficial em grande escala; 1956: Visita de Juscelino Kubitschek (JK), como presidente eleito, a Espanha; Décadas de 1980 e 1990[259]: Assinatura de acordos em diferentes temas – extradição, cooperação judiciária, seguridade social, transferência de presos; 1983: Visita do rei Juan Carlos, que se reúne com o presidente Figueiredo; 1993: Visita do rei Juan Carlos, que participa da Cúpula Ibero-Americana em Salvador; 2000: Visita do rei Juan Carlos, que se reúne com o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC); 2003: Plano de Parceria Estratégica, assinado durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia[260], complementado pelo Plano de Ação (também conhecido como Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica – 2005) e pelo "Mapa do Caminho" para uma Associação Estratégica Renovada Brasil – Espanha (2023); 2012: Visita do rei Juan Carlos, em fevereiro, e emissão da Declaração de Madri, em novembro (criação da Comissão Ministerial de Diálogo Político); 2017: Declaração Conjunta (Brasília): nova orientação das relações bilaterais; 2021: Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha; 2023: Parceira Estratégica Renovada Brasil-Espanha.

Embaixada: A legação do Brasil em Madri foi unida à de Lisboa, em 1891, tendo sido separada no ano seguinte. Em 1933, foi elevada à categoria de embaixada. O Brasil tem consulado-geral em Madri, para além da embaixada, e consulado-geral em Barcelona. A Espanha tem embaixada em Brasília e consulados-gerais em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismos de consultas periódicas (as consultas políticas são levadas a cabo, geralmente, em nível de secretários-gerais; na mais recente edição, em junho de 2024, a secretária de Europa e América do Norte, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, recebeu a secretária de Estado do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia (EU) e Cooperação da Espanha, Susana Sumelzo Jordán) e reuniões presidenciais anuais previstos no Acordo de Parceria/Associação Estratégica (2003); Comissão Ministerial de Diálogo Político[261] (prevista em 2012, estabelecida em 2014); Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha[262] (2021).

---

[258] Trata-se de informação do sítio virtual do Ministério das Relações Exteriores. Segundo Eugênio Vargas Garcia, a formalização do reconhecimento da independência do Brasil pela Espanha ocorre apenas em 1835, com a recepção da representação brasileira em Madri.

[259] Nota-se que as relações entre Brasil e Espanha foram, por muitas décadas, distantes. Essa situação passou por profundas transformações a partir da década de 1990, com a consolidação da democracia em ambos os países, a abertura econômica brasileira e o impulso econômico aos investimentos espanhóis fornecido pela adesão do país à Comunidade Econômica Europeia (CEE) anos antes.

[260] O Plano de Associação Estratégica foi anunciado em julho de 2003, no contexto da visita de Lula à Espanha. Em outubro do mesmo ano, há a apresentação de um documento de associação estratégica pela Espanha, durante visita de Aznar ao Brasil. Finalmente, há a assinatura do documento durante Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra.

[261] Foi o principal instrumento de consultas bilaterais regulares, em nível ministerial. Sua última reunião ocorreu em maio de 2021.

[262] Foi criada para promover adensamento das relações bilaterais e agilidade na implementação dos compromissos assumidos, com "mapa do caminho" para os diálogos setoriais, seguindo modelo já existente da Comissão Permanente Bilateral Brasil-Portugal. Presidida pelos chanceleres dos dois países, deverá reunir-se em anos alternados, com a

Visitas de Alto Nível: Lula foi a Espanha seis vezes (duas em 2003, incluindo uma visita de Estado; em 2005, para a Cúpula Ibero-Americana; em 2007, para visita de Estado; em 2008, para visita de Estado; e em 2010, para cúpulas entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e UE e América Latina e Caribe e UE). Dilma foi à Espanha em 2012. Os presidentes de Governo José María Aznar e José Luis Zapatero visitaram o Brasil em 2003 e em 2005 e 2008, respectivamente. Nos anos recentes, destacam-se: visita do ex-chanceler José Serra à Espanha (2016); visita do presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil (2017); visita do ex-chanceler Aloysio Nunes a Madri (2018); visita da então presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, para cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro (2019); visita do então ministro do Turismo, Marcelo Teixeira Dias a Madrid (2019); visita do ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, a Barcelona (2019); encontro entre o ex-chanceler Ernesto Araújo e o então chanceler Borrell durante a 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, 2019); viagem oficial do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a Espanha (2020); visita da então ministra de Assuntos Exteriores, Arancha González (2021). Na visita do chanceler Carlos França a Espanha (2022), o Brasil aderiu à Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência contra Mulheres, firmada na XXVIII Cúpula (2021), em Andorra. Na visita do vice-presidente Hamilton Mourão a Espanha (2022), houve encontros com o secretário-geral ibero-americano, Andrés Allamand, e com a diretoria da Fundação Conselho Espanha-Brasil. Em janeiro de 2023, houve a visita do rei da Espanha Felipe VI para a posse de Lula, e, no mês de março, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, José Manuel Albares, ocasião na qual os representantes discutiram o relançamento das relações bilaterais. Em abril de 2023, o presidente Lula visitou a Espanha, quando se encontrou com o rei Felipe VI e com o primeiro-ministro Pedro Sánchez[263]. O presidente Lula conversou, por telefone, em novembro, com Sánchez, sobre a necessidade de acelerar a conclusão do acordo MERCOSUL-UE, quando ambos exercem as presidências de seus blocos até o fim do ano. Lula voltou a encontrar-se com Sánchez à margem da 28ª Conferência do Clima (COP28), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), em dezembro. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o ministro da Economia, Comércio e Empresa da Espanha, Carlos Cuerpo, à margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), da necessidade de reforma da OMC e das negociações do acordo entre MERCOSUL e UE. Em março de 2023, o presidente de Governo Pedro Sánchez visitou o presidente Lula no Brasil[264], quando os dois mandatários passaram em revista o relacionamento bilateral e discutiram temas relevantes da conjuntura regional e global, tais como a crise no Oriente Médio, em particular a situação humanitária em Gaza e as perspectivas de avanço de uma solução de dois Estados; o conflito na

primeira reunião prevista para 2024, em Madri. Nos anos em que não se realiza reunião da CPB, consultas políticas serão mantidas em nível de vice-ministros e secretários. A CPB Brasil-Espanha abordará os seguintes temas: 1) Assuntos políticos bilaterais, regionais e multilaterais; 2) Comércio, investimentos, infraestrutura e finanças; 3) Cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável; 4) Defesa; 5) Educação, cultura e turismo; 6) Ciência, tecnologia e inovação; 7) Meio Ambiente; 8) Assuntos consulares, migratórios e trabalhistas; 9) Luta contra a criminalidade.

[263] Do encontro com Sánchez, resultou declaração sobre o "Mapa do Caminho" para uma Associação Estratégica Renovada Brasil – Espanha.

[264] Durante a visita, foram assinados quatro memorandos de entendimento, um sobre telecomunicações via satélite, um sobre aperfeiçoamento de pessoas no âmbito da Escola Virtual de Governo, um sobre cooperação em CTI e outro sobre cooperação entre a FioCruz e o Instituto de Saúde Carlos III.

Ucrânia; as negociações do acordo MERCOSUL-UE; e a reforma das instituições de governança global.

Discurso Oficial: Brasil e Espanha estão tradicionalmente ligados por laços históricos, culturais, humanos e políticos. Compartilham compromisso com os valores fundamentais de liberdade, democracia, direitos humanos, igualdade de gênero e defesa do Estado de Direito. A partir da década de 1990, a dimensão econômica assumiu o protagonismo no relacionamento bilateral, em função do volume de investimentos espanhóis no país. Os frequentes encontros de alto nível, em convergência com a condição de Parceria Estratégica do relacionamento, consolidam a profícua relação entre os dois países, que é, ademais, positivamente impactada pelo apoio da Espanha ao acordo MERCOSUL-UE. A coordenação por meio de diferentes instâncias bilaterais permite a consolidação de um diálogo permanente entre as partes. Atualmente, Brasil e Espanha mantêm diversos mecanismos de diálogos em uma miríade de áreas, como ciência e tecnologia, turismo, investimentos e comércio.

Convergências

Convergências Multilaterais: Ambos os países são membros de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a OMC, o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial. Ambos ratificaram acordos como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Tratado de Proibição Parcial (PTBT, na sigla em inglês) e de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), sobre Comércio de Armas Convencionais (TCA), sobre Proibição de Armas Biológicas (CPAB), sobre Proibição de Armas Químicas (CPAQ), da Antártida e do Espaço Exterior. A exceção é o Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TPAN). A Espanha apoia a conclusão do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. É importante notar, contudo, que a Espanha é forte defensora da Política Agrícola Comum (PAC), no seio da UE, em apoio à postura protecionista do bloco, afastando-a do Brasil em discussões comerciais na OMC. Ademais, é importante notar a divergência em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Quanto à guerra na Ucrânia, ambos reafirmam resoluções da AGNU condenando a invasão russa e as tentativas de anexação territorial, e reafirmando os princípios de soberania e integridade territorial. O presidente Lula apresentou sua iniciativa de paz para o primeiro-ministro Sánchez, que a acolheu com interesse.

Convergências Plurilaterais: A Espanha apoia o pleito brasileiro de entrada na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo reiterado tal apoio em diversas ocasiões. A Espanha é convidada regular do G20. A Espanha, que compõe a coalizão chama de “Unidos pelo Consenso”, opõe-se ao modelo de reforma do CSNU proposto pelo G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), portanto não apoia o pleito brasileiro a um assento permanente no CSNU. Ambos os países são membros da coalizão Apoiadores do “W52” sobre indicação geográfica, no âmbito da OMC[265].

Convergências Regionais: Os dois países participam das Cúpulas Ibero-Americanas. Na XXVII Cúpula (Cimeira) Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (2021), em Andorra, o Brasil e a Espanha (juntos a outros seis países) firmaram a Convenção-Macro para Impelir a Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano (2021), cujo objetivo é facilitar trânsito

[265] Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/negotiating_groups_e.htm.

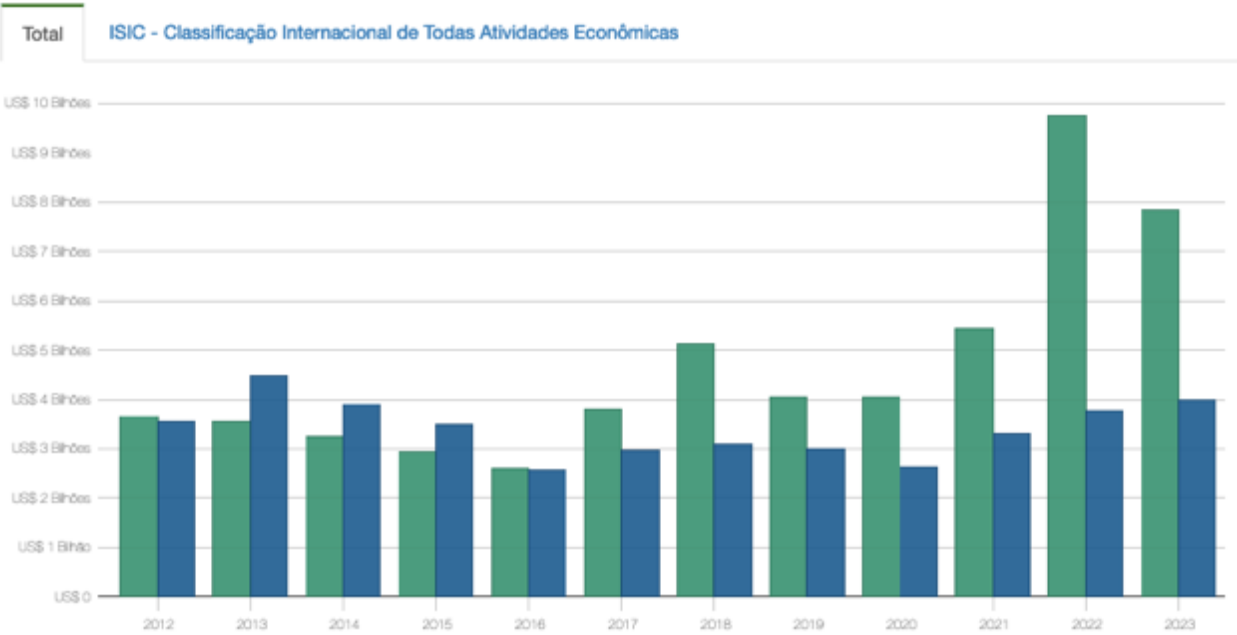
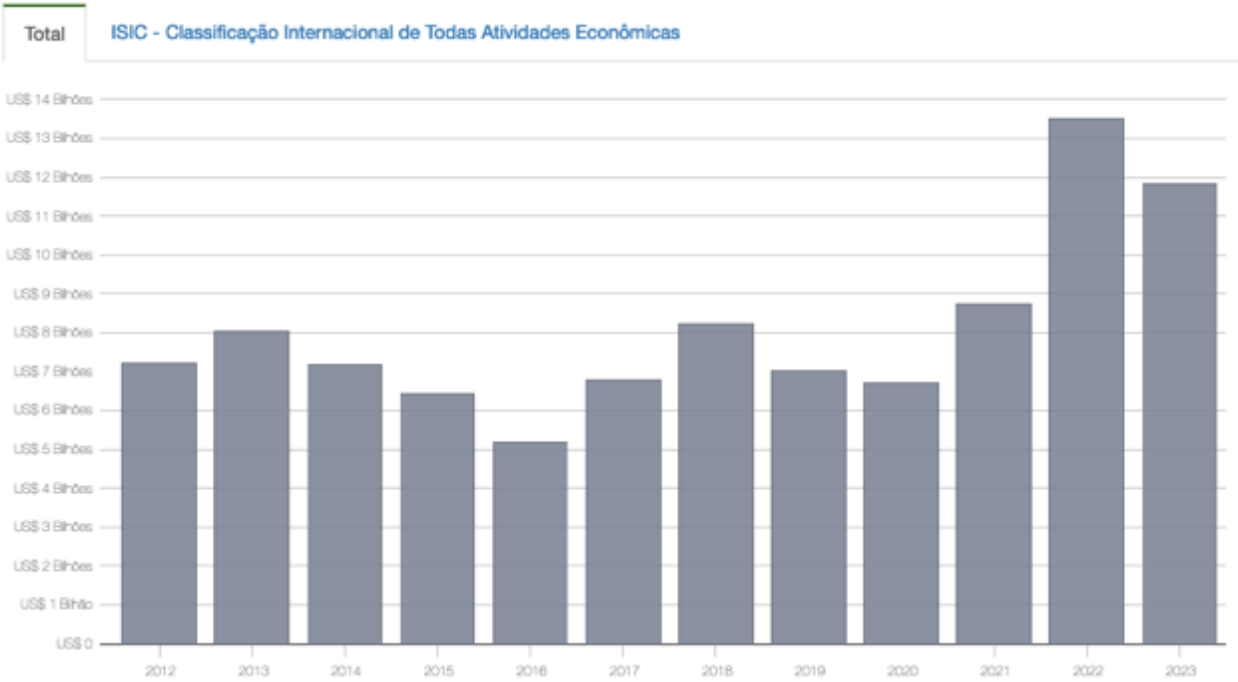
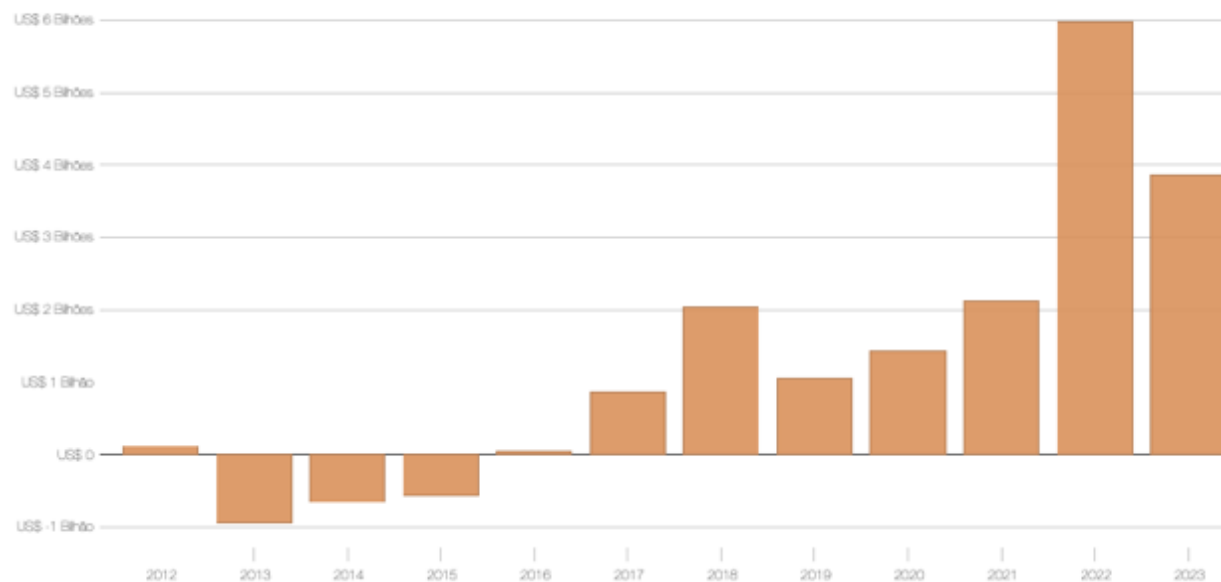
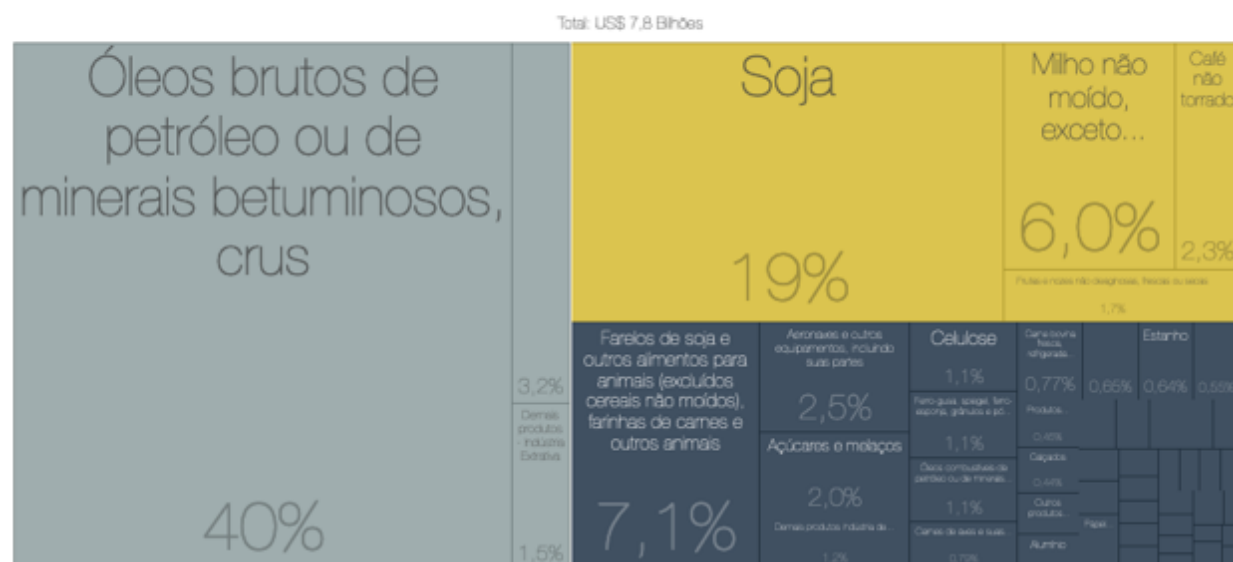
interempresarial de executivos e trabalhadores especializados. Ambos os países participaram também das Cúpulas da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-UE e comprometeram-se a trabalhar juntos, na próxima cúpula, em julho de 2023, para gerar resultados equilibrados que contemplem os interesses dos governos e das sociedades das duas regiões e para que resulte também em um substancial reforço das relações entre duas regiões altamente compatíveis em modelos políticos, sociais e econômicos, e inseridas de maneira responsável em uma comunidade internacional baseada nos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Segurança e Defesa: Existem o Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa (2010) e o Acordo de Cooperação para Indústria de Defesa (2012). Nesse quadro, a Espanha fornece aeronaves, cuja utilização recai sobre a proteção e monitoramento da Amazônia, além de contribuir para a modernização da aviação brasileira. Realiza-se, também, intercâmbio para a formação de militares, parceria renovada para os anos de 2022 e 2023, durante a VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha (2021). Já a instalação de adidância policial (2012) na Embaixada do Brasil em Madri corrobora a cooperação no combate de ilícitos transnacionais. No final de 2022, ocorreu a IV Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Cooperação Industrial na Área de Defesa (GTBCID), entre Brasil e Espanha, ocasião na qual foram debatidos temas como o SISFRON, possibilidades de cooperação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, aquisição de produtos em defesa, e foi assinado memorando de entendimento que trata da cooperação bilateral em material, armamento e indústria de defesa.

Comércio

Marcos: Há Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e Infraestrutura, cuja última reunião foi em dezembro de 2019. Ambos os países se comprometeram, durante as suas próximas presidências da UE e do MERCOSUL, no segundo semestre de 2023, a impulsionar a assinatura de um acordo entre as duas regiões que permita o aumento do comércio e dos investimentos em ambas as direções e a promoção da prosperidade compartilhada.

Série histórica - Parceiro: Espanha
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 10 Bilhões
US$ 9 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Espanha
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 14 Bilhões
US$ 13 Bilhões
US$ 12 Bilhões
US$ 11 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 9 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Espanha

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Espanha

Investimentos

Investimentos da Espanha no Brasil: O Brasil é o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina (40% do total). A Espanha é o segundo maior emissor de investimentos diretos no Brasil (estoque de US$ 59 bilhões), com fluxo anual de cerca de US$ 3,3 bilhões nos últimos anos e cerca de 1.150 empresas atuando no Brasil, em setores como financeiro, comunicações, eletricidade e gás – a exemplo de empresas como Telefônica/Vivo, Santander, Repsol e Zara. A participação espanhola nos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) concentra-se nos setores de aeroportos, energia, petróleo, gás e de telecomunicações 5G. Os investimentos espanhóis no Brasil ganharam tração na década de 1990, quando coincidiu a abertura econômica e política brasileira e a expansão internacional da Espanha, também no contexto de redemocratização e adesão à UE. Em termos conjunturais, a Espanha reivindica a posição de facilitadora das relações entre América Latina e a UE, sobretudo devido à proximidade política e cultural com a região. Ambos apoiam o desenvolvimento de uma agenda europeia de investimentos público-privados em áreas de interesse comum na América Latina, como economia verde, transição digital e investimento social, que também promova a conectividade econômica, de infraestruturas e digital entre ambas as regiões.

Investimentos do Brasil na Espanha: De acordo com o Relatório de Investimento Direto (RID) 2021, a Espanha é o nono maior destino de investimentos diretos no exterior (IDE) do Brasil. Esses investimentos totalizam cerca de US$ 7 bilhões, o que representa 1,6% do total de IDE brasileiro. Entre as principais empresas brasileiras presentes na Espanha estão Grupo Votorantim, Havaianas e Queiroz Galvão.

Cooperação

Cooperação Técnica: O Brasil possui com a Espanha o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Espanha, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela homóloga espanhola,

AECID. Os focos do Programa são governança democrática, inclusão social e promoção do tecido econômico empresarial, abrangendo temas transversais como meio ambiente, gênero e participação de minorias. O foco desta iniciativa recai sobre a região nordeste e aqueles núcleos com altos índices de pobreza. Na modalidade de cooperação triangular, Brasil e Espanha cooperam para a doação e transporte de alimentos para países em necessidade, sobretudo Haiti e Bolívia, e identificaram o Haiti e a África como áreas prioritárias para novas iniciativas. Realizou-se, em abril de 2023, reunião da Subcomissão de Cooperação Técnica da Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, na qual foi decidido que este novo programa bilateral terá as seguintes áreas de cooperação prioritárias iniciais: 1) desenvolvimento sustentável na região amazônica, incluindo a gestão de recursos hídricos; 2) meio ambiente e mudança do clima, na perspectiva de transição justa; 3) gênero; 4) fomento de políticas públicas relativas aos direitos dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes e de outros grupos de população vulnerável; 5) fomento do diálogo social, incluindo os intercâmbios entre organizações sindicais; 6) promoção da formação dos atores da cooperação descentralizada; e 7) capacitação em temas de pesca e aquicultura, incluindo aspectos relacionados ao bioma amazônico. Em 2023, os chefes de Governo de Brasil e Espanha manifestaram o desejo mútuo de aprofundar e aperfeiçoar o diálogo para definir os elementos de um novo programa de cooperação para o desenvolvimento sustentável entre os dois países.

Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI): Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação: 1ª reunião em Brasília (2017). Abrange temas como biotecnologia, saúde, nanotecnologia, energia, cidades inteligentes e indústria 4.0. Há cooperação no projeto de cabo submarino entre América do Sul e a Europa EllaLink. Foi assinada carta de intenção entre os ministérios dos dois países, durante a visita do presidente Lula, em 2023, para coordenação de projetos bilaterais de desenvolvimento e inovação tecnológica, estabelecendo como áreas prioritárias pesquisa em saúde, meio ambiente e mudança do clima, transição energética, alimentos de maior qualidade e valor agregado, novos recursos para a indústria 4.0, produção mais limpa e sustentável, mobilidade e transporte avançado, e tecnologias da informação e comunicação. Durante a visita do presidente Sánchez ao Brasil, em 2024, foram assinados memorandos de entendimento sobre cooperação em CTI e telecomunicações via satélite.

Saúde: O destaque é a doação de medicamentos para intubação no contexto da pandemia (2021). Durante a visita do presidente Sánchez ao Brasil, em 2024, foi assinado memorando de entendimento de cooperação entre a FioCruz e o Instituto de Saúde Carlos III.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A Espanha auxiliou a repatriação de brasileiros na China durante a pandemia de COVID-19 (2020). Atualmente, aproximadamente 165 mil brasileiros vivem no país, de modo que a Espanha abriga a terceira maior comunidade de brasileiros na Europa. Os episódios de racismo sofridos pelo jogador de futebol Vinícius Júnior suscitaram protestos do governo brasileiro, em maio de 2023, junto a autoridades governamentais e esportivas da Espanha. Em junho de 2024, o governo brasileiro celebrou a conclusão do processo, pela Justiça espanhola, relativo aos insultos racistas sofridos por Vinícius Júnior, que culminou na condenação dos torcedores.

Cultura: Destaca-se a proximidade cultural, devida, sobretudo, à imigração em massa de espanhóis ao Brasil. As três grandes ondas de imigração espanhola ao Brasil[266] redundam em aproximadamente quinze milhões de brasileiros com ascendência espanhola[267]. No que tange ao ensino do castelhano, o Instituto Cervantes, no Brasil, é o maior do mundo. Em 2023, os chefes de Governo acordaram a convocação de um grupo de trabalho para estudar medidas normativas e de apoio que contribuam para fomentar o ensino de espanhol no Brasil, inclusive no ensino médio brasileiro. Há diversas iniciativas brasileiras para o ensino de língua portuguesa na Espanha, tais como os leitorados brasileiros na Universidade Complutense de Madri e na Universidade Santiago de Compostela, as atividades da unidade do Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Barcelona. Há interesse em explorar novas possibilidades de cooperação entre o Instituto Cervantes e o IGR para a promoção das línguas espanhola e portuguesa e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nos domínios cultural e educacional. Há também cooperação em educação e bolsas de estudo, por meio do Programa Erasmus Mundus e das atividades do Grupo Tordesilhas. Existe ainda memorando de entendimento para aprofundar a cooperação acadêmica e educacional e melhorar a capacitação de servidores e gestores da área de educação (2018), além do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva (2021). Durante a visita do presidente Lula, em 2023, foi assinado memorando de entendimento sobre cooperação no ensino superior universitário. Em termos históricos, destaca-se a atuação do poeta João Cabral de Melo Neto, que, como diplomata brasileiro em Sevilla, atuou como força de divulgação do modernismo brasileiro, redundando num esforço de diplomacia cultural que originou Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro (1962).

Cooperação Jurídica: Os dois países já firmaram Tratado de Extradição (1988), Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil (1989) e Tratado sobre Transferência de Presos (1996).

Gênero: Compartilham objetivo mútuo de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Coincidem quanto à importância de colaborar para a promoção de políticas públicas de gênero e abordagens feministas em suas políticas exteriores, com o objetivo final de alcançar a igualdade efetiva entre mulheres e homens.

Turismo: Há memorando de entendimento, assinado em março de 2023, durante visita da ministra do Turismo do Brasil a Madri.

Cooperação Tributária: Há interesse de ambas as partes em atualizar o acordo existente entre os dois países para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre os rendimentos, para incorporar as medidas BEPS que os dois países se comprometeram a implementar no marco do acordo da OCDE e do G20 sobre erosão de base tributável e transferência de lucros.

Meio Ambiente e Mudança do Clima: O primeiro-ministro Sánchez saudou a candidatura do Brasil para a realização da COP30, na cidade de Belém do Pará em 2025. O governo espanhol toma nota de que o Brasil apresentou a candidatura da cientista brasileira Thelma Krug para

[266] A primeira no século XIX para trabalhar nas lavouras de café; depois na década de 1920 por conta da Gripe Espanhola; finalmente, na década de 1930 por conta da Guerra Civil.

[267] Para mais informações, consultar: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/04/opinion/1401910096_876304.html#:~:text=Segundo%20estimativas%2C%20existem%2015%20milh%C3%B5es,v%C3%A9u%20de%20mist%C3%A9rio%20e%20sil%C3%AAncio

presidir o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Há Fundo Geral de Cooperação da Espanha no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O primeiro-ministro Sánchez apresentou a Aliança Internacional para a Resiliência à Seca, iniciativa lançada pela Espanha juntamente com Senegal na COP27, realizada no Egito. O presidente Lula expressou disposição de estudar a possiblidade de unir-se ao grupo de países e organismos internacionais que a compõem.

Recursos Hídricos: Há memorando de entendimento entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil e a Direção Geral de Águas (DGA) da Espanha para intensificar a cooperação técnica na gestão dos recursos hídricos e na regulação dos serviços de saneamento e melhoria da eficiência no uso da água.

Trabalho: Durante visita do presidente Lula, em 2023, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério do Trabalho e Economia Social do Reino de Espanha e o Ministério do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil.

V. Relações Brasil-França

Marcos[268]: 1825: reconhecimento da Independência do Brasil pela França e, dois anos mais tarde, é assinado Tratado de Amizade, Navegação e Comércio; 1880, D. Pedro II nomearia Tomás Fortunato de Brito para compor a comissão arbitral na disputa entre França e Estados Unidos (EUA); 1900: sentença arbitral encerraria a questão do Amapá, com decisão favorável para o Brasil; 1963: a Guerra das Lagostas seria motivo de tensão entre as partes; 1964: Charles de Gaulle é o primeiro presidente francês a visitar o Brasil; 1976: Ernesto Geisel é o primeiro presidente brasileiro a visitar a França; 1981: visita de João Figueiredo; 2002: é celebrado acordo bilateral de cooperação para o uso pacífico de energia nuclear[269]; 2003: o Brasil participa, a convite da França, na Cúpula do G8 em Evian; 2004: por iniciativa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac, é lançada a Ação contra a Fome e a Pobreza; com apoio francês, o Brasil participa da criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês); 2005: no Ano do Brasil na França, o presidente Lula visita o país europeu; 2006: a Parceria Estratégica Brasil-França é lançada por ocasião da visita do presidente Jacques Chirac ao Brasil; 2008: os presidentes Lula e Nicolas Sarkozy encontram-se na Guiana Francesa, em fevereiro, ocasião na qual o presidente francês manifesta seu apoio à participação do Brasil no G-8, além do ingresso do país como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e, em dezembro, é celebrado o Plano de Ação de Parceria Estratégica Brasil-França, no Rio de Janeiro; 2009: no Ano da França no Brasil, ocorrem visitas do presidente Lula à França e do presidente Sarkozy ao Brasil; 2017: foi inaugurada a ponte sobre o Rio Oiapoque, entre Brasil e Guiana Francesa; 2018: o submarino Riachuelo, desenvolvido em parceria com a França, foi lançado ao mar; 2019: ocorre encontro informal entre os presidentes Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron à margem da cúpula do G20; 2022: o presidente Macron parabenizou Lula pela eleição para novo mandato presidencial e manifestou interesse em relançar a parceria estratégica; 2024: Visita do presidente Emmanuel Macron ao Brasil, com assinatura do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França.

Embaixada: A legação em Paris foi elevada à categoria de embaixada em 1919[270]. O Brasil mantém ainda consulado-geral em Paris e, em 2022, criou um novo consulado-geral em Marselha. Também mantém consulado-geral em Caiena, e consulado em Saint-Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa. Há igualmente consulados honorários do Brasil em Angers, Bastia, Bordeaux, Clermont-Ferrand, Dijon, Estrasburgo, Le Havre, Lille, Lyon, Nantes, Nice, Toulouse, Fort-de-France (Guiana Francesa) e Pointe-à-Pitre (Guiana Francesa). A França mantém uma embaixada em Brasília e consulados-gerais em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

[268] Em 1485, foi celebrado o Tratado de Aliança e Comércio entre D. João II e Carlos VIII, iniciando o relacionamento diplomático entre Portugal e França. Os primeiros titulares portugueses em Paris após a Restauração apresentaram credenciais em março de 1641. Seis representantes foram nomeados para Paris no Período Joanino no Brasil. A França foi o primeiro país europeu a reconhecer a Independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o novo país (1825).

[269] O acordo entraria em vigor em 2005.

[270] Fundado em 1814, o posto de negócios emite o primeiro ofício após a Independência do Brasil em 1822 (AHI-RJ 224/4/13). O posto foi elevado à categoria de embaixada pelo Decreto nº 3.772, de 24 de setembro de 1919.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Geral franco-brasileira, integrada por representantes dos dois Governos, sob a presidência dos Ministros das Relações Exteriores, foi prevista por Acordo-Quadro (1996) [271]; Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT)[272], cuja última reunião em Caiena, no início de julho de 2023, ocasião na qual houve compromisso com a retomada da emissão da carteira de circulação transfronteiriça, que havia sido suspensa em 2020[273]; Mecanismo sobre Questões Migratórias, cuja última reunião ocorreu em 2019; Foro Econômico, com sete edições, a última realizada em 2021, por videoconferência; exercício periódico de Diálogo Político-militar, no formato 2+2 (chancelarias e ministérios da Defesa), criado em 2009; mecanismo regular de Consultas Políticas (última reunião em 2023); Diálogo entre Diretores de Nações Unidas; Diálogo Informal entre Secretários-Gerais de Relações Exteriores; Diálogo sobre temas de não proliferação e desarmamento nucleares; Diálogo Estratégico entre Conselheiros Diplomáticos dos Presidentes; Mecanismo de Diálogo Regular entre a Assessoria Especial de Planejamento Diplomático do Itamaraty (SPD) e o Centro de Análise, de Previsão e de Estratégia do *Quai d'Orsay* (CAPS).

Visitas de Alto Nível: A relação bilateral é marcada por contatos frequentes de alto nível, a exemplo das viagens à França de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1996 e 2001), Lula (2005 e 2009) e Dilma Rousseff (2012 e 2015), e, ao Brasil, de Chirac (2006), Sarkozy (2008), François Hollande (2012, 2013 e 2016). O ministro Aloysio Nunes visitou Paris, onde realiza reunião de trabalho com o ministro da Europa e Relações Exteriores da França, Jean-Yves Le Drian (2017). O secretário-geral do Ministério da Europa e Relações Exteriores da França visitou o Brasil (2018). Em reunião informal, os presidentes Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron se encontraram à margem da cúpula do G20 no Japão (2019). O ministro Ernesto Araújo viajou a Paris, onde realizou uma reunião de trabalho com o ministro Jean-Yves Le Drian. (2019). O ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, visitou a França e o ministro Jean-Yves Le Drian visitou o Brasil (2019). Os ministros Jean-Yves Le Drian e Carlos França se reuniram à margem da cúpula do G20 na Itália (2021). Em janeiro de 2023, houve a visita do ministro do Comércio Exterior, Olivier Becht, para a posse de Lula, e no final do mesmo mês, o chefe de Estado brasileiro recebeu telefonema do presidente Emmanuel Macron, ocasião na qual os líderes discutiram a Parceria Estratégica bilateral, além de temas regionais e globais, como o conflito na Ucrânia[274] e a utilização da arquitetura financeira global como instrumento para o financiamento da transição climática e do combate à fome. Lula tanto realizou convite ao presidente francês, para que visite o Brasil, quanto foi convidado a participar do *One Forest Summit*[275]. Em fevereiro do mesmo ano, a ministra da Europa e dos Negócios Estrangeiros da

---

[271] O Acordo prevê, ainda, a criação de Grupos de Trabalho em função dos acordos de cooperação setorial em vigor, que deverão relatar bianualmente seus trabalhos à Comissão Geral franco-brasileira. Também com base no mesmo Acordo, foi criada a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT)

[272] A CMT possui subgrupos de trabalho em áreas de interesse para as populações ribeirinhas, como saúde, defesa civil, meio ambiente, cooperação policial e formação técnica

[273] A retomada da emissão da carteira de circulação transfronteiriça para o ingresso de brasileiros na Guiana Francesa foi confirmada em janeiro de 2024,

[274] Durante a discussão do tema, o presidente Lula ressaltou a necessidade de maior engajamento dos líderes globais no âmbito da ONU e de um "G20 político".

[275] França e Gabão foram os anfitriões do evento, realizado em Libreville, em março de 2023, com foco na preservação e no manejo sustentável das florestas tropicais. O evento foi realizado no âmbito da iniciativa francesa *One Planet*, lançada pelo presidente Macron em 2017.

França, Catherine Colonna, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião na qual a representante francesa e o ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira discutiram a retomada da parceria estratégica bilateral, com especial atenção para os temas de meio ambiente, questões transfronteiriças, defesa[276], ciência e tecnologia, além de coordenação nos foros multilaterais. A visita da autoridade francesa, que marcou a retomada das reuniões bilaterais em nível ministerial desde 2019, também compreendeu encontro com a ministra Marina Silva e com o presidente Lula, ocasião na qual a ministra tratou da visita de Emmanuel Macron, prevista para 2023, mas não realizada nesse ano, e afirmou que o líder brasileiro é convidado permanente a Paris. Em abril, foi realizada reunião de consultas políticas, em Brasília, entre as secretarias gerais das duas chancelarias. Em maio de 2023, Lula encontrou-se com Macron à margem da reunião do G7, em Hiroshima. Em junho, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com a ministra Colonna em Paris, e a embaixadora Maria Laura da Rocha recebeu, em Brasília, o ministro delegado encarregado do Comércio Exterior, da Atratividade e dos Franceses no Exterior da França. O presidente Lula foi a Paris em 22 e 23 de junho para a Cúpula para o Novo Pacto de Financiamento Global, convocada pelo presidente Macron, e manteve almoço de trabalho com o presidente francês. Em agosto, a secretária-geral manteve, em Paris, almoço de trabalho com a sua homóloga francesa. Em setembro, Lula e Macron reuniram-se à margem da Cúpula do G20, em Nova Delhi. No mesmo mês, à margem da 78ª Sessão da AGNU, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com sua homóloga francesa, que expressou interesse em estreitar a relação com os países amazônicos, por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Em outubro, Lula e Macron conversaram ao telefone sobre a crise no Oriente Médio e a situação dos reféns. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro da Europa e das relações exteriores da França, à margem da reunião de chanceleres do G20, ocasião na qual trataram de temas da agenda bilateral, em particular a visita do presidente Emmanuel Macron ao Brasil. O presidente Macron realizou visita ao Brasil entre 26 e 28 de março de 2024, passando por Belém, Itaguaí, São Paulo e Brasília. Em Belém, foram tratados temas ambientais relacionados à Amazônia[277], e foram assinados o Chamado Brasil-França à ambição climática de Paris a Belém e Além e o Plano de Ação sobre a Bioeconomia e a Proteção das Florestas Tropicais. Em Itaguaí, os presidentes participaram do lançamento ao mar do terceiro submarino convencional fabricado no Brasil desenvolvido em parceria com a França. Em São Paulo, o presidente francês participou do 8º Fórum Econômico Brasil-França, da inauguração do Instituto Pasteur e de eventos sociais. Em Brasília, Macron foi recebido com honras de chefe de Estado, condecorado com a Ordem Cruzeiro do Sul, e foram assinados mais 21 atos[278] entre os países, entre eles, o Novo Plano de Ação da

---

[276] Os avanços do PROSUB foram saudados e foram discutidas formas de acelerar os projetos em curso.
[277] Foi feita também a condecoração por parte do governo francês do líder indígena da etnia *Kayapó*, cacique Raoni Metuktire, com a Ordem Nacional da Legião de Honra pelas mãos do presidente Macron.
[278] Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França; Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal; Declaração de Intenções sobre a Retomada do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica; Carta de Intenções sobre a Cooperação entre o Parque Amazônico da Guiana e o Parque das Montanhas do Tumucumaque; Declaração de Intenções Relativa ao Reforço da Cooperação na Luta contra o Garimpo Ilegal; Declaração de Intenções sobre Diálogo para Transição e Segurança Energética e Minerais Estratégicos (DTSEM); Declaração de Intenções sobre Matérias Primas Críticas; Memorando de Entendimento sobre Modernização da Gestão Pública; Declaração de Intenções em Matéria de Proteção e Defesa Civil; Memorando de Entendimento para a Cooperação em Projetos de Desenvolvimento Sustentável Regional; Memorando de Entendimento com o Ministério das Cidades; Carta de Intenções sobre a Cooperação em Saúde; Declaração de Intenção Destinada a Reforçar a Cooperação Franco-Brasileira a Fim de Garantir a Integridade do Espaço Informativo; Declaração de Intenções no Domínio da Formação de Profissionais de Educação Básica e da Promoção do

Parceria Estratégica Brasil-França. Em maio de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo, Stéphane Séjourné, à margem da reunião ministerial da OCDE, quando trataram das relações bilaterais e deram seguimento aos temas debatidos entre os presidentes, quando da visita de Macron ao Brasil, como a guerra na Ucrânia e a crise israelo-palestina, bem como o impacto desta no Líbano e em Gaza. Em junho, os presidentes Lula e Macron voltaram a encontrar-se durante a Cúpula do G7, realizada na Itália.

Discurso Oficial: Brasil e França mantêm laços expressivos, que transcendem os vínculos entre a América Latina e a Europa. A França ocupa posição de destaque na formação cultural, intelectual e institucional brasileira. As ideias políticas, filosóficas e religiosas, bem como as referências escolares, universitárias e militares daquele país contribuíram para o desenvolvimento desses campos no Brasil. Ambas as sociedades estão enraizadas em valores democráticos e direitos humanos. O interesse recíproco deve-se a uma série de fatores, dentre os quais se destacam: 1) fronteira compartilhada de 730 quilômetros (Guiana francesa-Amapá – a maior fronteira terrestre da França com outro país); 2) desenvolvimento conjunto de projetos em áreas sensíveis e de alta tecnologia; 3) forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada por seu mercado interno e como ponto de apoio regional; 4) existência de expressiva comunidade brasileira na França; 5) atuação conjunta e apoio recíproco em foros multilaterais; 6) intensificação recente da cooperação no campo da segurança e da inteligência; 7) forte intercâmbio educacional; 8) influência cultural mútua. A Parceria Estratégica Brasil-França (2006) centra-se sobre eixos como diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países, em particular na África. O Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira (2008) coordena os programas e projetos da Parceria. Durante o governo de Jair Bolsonaro, interpretações díspares sobre queimadas na Amazônia e leituras divergentes sobre Amazônia e soberania causaram desinteligências entre os presidentes. Em agosto de 2019, após os incêndios ocorridos na Amazônia, o presidente francês procurou mobilizar a comunidade internacional no âmbito da reunião do G7 em Biarritz, a fim de ajudar os Estados afetados. O Brasil recusou a colaboração da França e do G7 por considerar que o país colocava em questão sua soberania sobre seu território amazônico. A ajuda da França e da comunidade internacional se concentrou assim no Paraguai e na Bolívia. O presidente Macron parabenizou Lula pela eleição para novo mandato presidencial no dia 30 de outubro e manifestou interesse em relançar a parceria estratégica (2022). Durante a visita ao Brasil em março de 2024, foi assinado um Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (NPAPE) franco-brasileira[279], com o intuito de atualizar a parceria,

---

Plurilinguismo; Carta de Intenções sobre a Cooperação Esportiva; Acordo de Segurança Relativo à Troca de Informações Classificadas e Protegidas; Memorando de Entendimento sobre Financiamento ao Desenvolvimento, Clima e Gênero; Protocolo de Intenções entre o BNDES e a AFD; Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica EMBRAPA-CIRAD; Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica EMBRAPA-IRD; Protocolo de Intenções entre o Banco da Amazônia (BASA) e a AFD.

[279] O Novo Plano de Parceria Estratégica está dividido nos seguintes eixos: (i) proteger os povos e trabalhar por um planeta sustentável, em que há compromisso com o combate à pobreza, a proteção do meio ambiente, citando o apoio dos países à Agenda 2030 e ao Acordo de Paris, bem como com a defesa de uma reforma no sistema financeiro internacional para maior dotação de capitais ao combate à pobreza; (ii) reformar a governança global, defender a paz e o multilateralismo, com apoio francês à candidatura brasileira a assento permanente no CSNU; (iii) defender uma ordem digital sustentável e igualitária; (iv) diálogo político, com a promoção de mecanismos bilaterais, incluindo a

e os presidentes, além de reafirmar a parceria entre os países, fizeram declaração conjunta pedindo ações mais ambiciosas contra a mudança do clima.

Convergências

Convergências Multilaterais: A França apoia a expansão do CSNU nas duas categorias de membros, com um assento permanente para o Brasil, apoio reafirmado em 2024 durante a visita de Macron e no NPAPE. Há convergência em foros multilaterais ("Aliança para Mudança", 2009[280]); os dois países apoiam ordem multipolar e democrática e mecanismos inovadores de financiamento para o desenvolvimento (por exemplo, a UNITAID, para compra de medicamentos, dirigida por Celso Amorim de 2016 a 2018). No NPAPE, os países expressaram seu o apoio à OMS e à adoção de um acordo internacional sobre prevenção, preparação e combate a pandemias e de um novo texto para o Regulamento Sanitário Internacional (RSI)[281]. Os dois países também manifestaram apoio ao objetivo de atingir a neutralidade de emissões no transporte aéreo até 2050 conforme definido na OACI. França e Brasil têm interesses convergentes em temas como paz e segurança, direitos humanos, comércio, finanças, desenvolvimento sustentável e meio ambiente (houve coordenação de posições desde 2009, inclusive na COP21 em Paris). Há, no entanto, divergência quanto à guerra na Ucrânia, uma vez que o Brasil não se alinha a nenhum dos lados em conflito, embora tenha condenado a agressão russa. Durante a coletiva de imprensa conjunta realizada ao final da visita de Macron ao Brasil, em março de 2024, os presidentes afirmaram concordar no respeito à paz e na condenação à ação russa, mas que podem discordar quando as ações a serem tomadas.

Convergências Plurilaterais e Inter-regionais: A França apoia a candidatura do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), posição reiterada no

---

retomada do programa de intercâmbio de diplomatas e a cooperação entre o IRBr e a *École pratique des métiers de la diplomatie* (EDI); (v) cooperação na área de defesa e cooperação em armamento, incluindo a realização anual de encontros entre os Estados Maiores e a implementação de um comitê de armamento visando a registrar novos progressos na cooperação em armamento; (vi) cooperação transfronteiriça; (vii) cooperação econômica e financeira; (viii) cooperação em agricultura e agronomia; (ix) cooperação em energia e mineração; (x) na área de aeronáutica e transporte aéreo; (xi) cultural; (xii) Ano Cultural Brasil-França 2025, em comemoração aos 200 anos das relações diplomáticas entre os países; (xiii) cooperação acadêmica; (xiv) cooperação em educação; (xv) cooperação no domínio linguístico; (xvi) cooperação em ciência tecnologia e inovação; (xvii) cooperação na área de inteligência artificial; (xviii) cooperação na área espacial; (xix) cooperação em temas de saúde mundial e esportivos, (xx) cooperação pela igualdade de gênero, pelo combate às discriminações baseadas na origem e à violência contra as mulheres e meninas, e pela defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ ; (xxi) cooperação em segurança alimentar e nutricional; (xxii) cooperação em gestão pública, transformação e modernização do Estado e promoção da transparência pública; e (xxiii) cooperação jurídica e judiciária. A implementação do Plano de Ação será acompanhada em base anual, sob a coordenação dos secretários-gerais das duas chancelarias.

[280] "As organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, precisam dar maior peso às economias emergentes mais dinâmicas nos seus processos de tomada de decisões. O Brasil e a França desejam oferecer ao mundo sua visão compartilhada de um novo multilateralismo adaptado ao mundo multipolar. Não podemos lidar com os problemas do século XXI com instituições internacionais que são legados do século XX. Junto com outros líderes mundiais, precisamos forjar uma 'Aliança para Mudança', a fim de promover essa visão de uma ordem mundial mais democrática, fundada em maior solidariedade e justiça. Isso é o que os cidadãos do mundo esperam de nós. Somente assim estaremos à altura dos desafios do nosso século". LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, presidente do Brasil, e NICOLAS SARKOZY, presidente da França. Trecho do artigo originalmente publicado no jornal *International Herald Tribune*, 07/.07/2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0707200908.htm

[281] O Brasil também tomou nota da inciativa PREZODE, uma iniciativa francesa lançada em 2021 para prevenção de zoonoses.

contexto da visita da ministra da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, em fevereiro de 2023. Ambos integram o G20. O Brasil ingressou, em 2023, Parceria Internacional para a Informação e a Democracia, durante visita da secretária-geral Maria Laura da Rocha à França. Os países apoiam a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, dentro da Comissão Internacional das Baleias (CIB). Na visita de Macron ao Brasil, em 2024, foi renovado o compromisso com a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, proposta pelo Brasil no âmbito do G20, e com a Cúpula Nutrição para o Crescimento (N4G) que será organizada em Paris em 2025. Brasil e França são copresidentes da Coalizão Global para a Alimentação Escolar.

Segurança e Defesa[282]: A oitava edição do Diálogo Político-Militar (2+2) foi realizada em fevereiro de 2022. Os setores estratégicos e de defesa, que envolvem tecnologias sensíveis e sujeitas a controles mais rígidos, são ponto chave da parceria estratégica. As iniciativas implementadas no setor de defesa, com dois grandes programas em submarinos e helicópteros, e o desenvolvimento da cooperação nos setores espacial e de supercomputadores, tornaram-se emblemáticas do alto nível de entendimento. Além disso, Brasil e França também coincidiram na participação ativa em duas operações de paz das Nações Unidas: a MINUSTAH (de 2004 a 2017) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês, de 2011 a 2020). A cooperação bilateral na área de segurança aprofundou-se consideravelmente no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Contatos bilaterais entre as forças de segurança e inteligência (do lado brasileiro, em especial a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN) permitiram conhecer a experiência da Polícia Nacional francesa e demais órgãos de segurança pública na prevenção e gestão de crise associadas a ataques terroristas. Adidância da ABIN foi instalada na Embaixada do Brasil em Paris (2017); a Embaixada também conta com adido da Polícia Federal. Em março de 2024, foi assinado Acordo de Segurança Relativo à Troca de Informações Classificadas e Protegidas. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), orçado em € 8,6 bilhões de euros, é o maior projeto de cooperação internacional na área de defesa desenvolvido pelo Brasil. O objetivo da iniciativa, com transferência de tecnologia sensível, é dotar o Brasil da capacidade de projetar e construir submarinos. O programa prevê a construção de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétrica) e um submarino de propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval. O primeiro dos submarinos de propulsão convencional, o Riachuelo, está em operação (2022), tendo sido lançado pela primeira vez ao mar em 2018; o segundo, o Humaitá, lançado pela primeira vez ao mar em 2020, foi comissionado pela Marinha em janeiro de 2024; o terceiro, o Tonelero, foi lançado ao mar em março de 2024; o quarto, o Angostura deve ser lançado ao mar em 2025, e o submarino de propulsão nuclear tem previsão de ser lançado ao mar em 2029. Para gerir a cooperação na área, há o Comitê de Cooperação Conjunto Brasil-França para Submarinos, cuja última reunião foi em novembro de 2023. O Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) envolve a aquisição, para emprego pelas três Forças Armadas e pela Presidência da República, de 47 (dos 50 originalmente previstos) helicópteros H-225M Caracal, em produção pela Helibrás, filial brasileira da Airbus Helicopters (ex-Eurocopter). O custo total é de € 1,8 bilhão, e o programa prevê a transferência gradativa de tecnologia para o desenvolvimento das aeronaves. A primeira entrega foi feita em 2014. A conclusão, prevista para 2022, será adiada, devido a restrições orçamentárias no Brasil, e deverá ser concretizada em 2026. Em 2022, foi firmado contrato para a compra de 27 helicópteros do modelo Airbus/Helibras H-125. No âmbito do Programa FX-2 de renovação da

[282] A cooperação em segurança e defesa é muito antiga e foi inaugurada com a Missão Militar Francesa no Brasil, sob a chefia do general Maurice Gamelin (1920-1939).

frota de caças da Força Aérea Brasileira (FAB), foi anunciada pelo presidente Lula a compra de 36 caças franceses Dassault Rafale por US$ 4 bilhões (2009). Em troca, os franceses comprariam dez jatos multimissão C-390 Millennium, então em desenvolvimento pela Embraer. No entanto, a compra não foi concretizada; o Comando da Aeronáutica preferiu o caça sueco SAAB Gripen E, por motivos de eficiência, baixo custo de operação, elevada disponibilidade e capacidade tecnológica avançada, ao custo de US$ 5,4 bilhões (2015). Em 2024, foi acordada a criação de um comitê de armamento (composto por representantes dos Ministérios da Defesa dos dois países), visando a registrar novos progressos na cooperação, levando em conta a balança comercial no setor.

Comércio

Marcos: Em 2024, foi firmado um protocolo de intenção entre Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e entre *BusinessFrance* (Agência Nacional de Apoio à Internacionalização da Economia Francesa), com a finalidade de que as duas instituições colaborem para desenvolver as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a França, alinhadas com os desafios da transição energética, da sustentabilidade e da promoção da participação das mulheres nos negócios internacionais. Durante sua visita ao Brasil em março de 2024, Macron participou do 8º Fórum Econômico Brasil-França, onde participou de reunião com Geraldo Alckmin (vice-presidente e ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio), Fernando Haddad (ministro da Fazenda), banqueiros e empresários.

Série histórica - Parceiro: França

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: França

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: França

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: França

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 2.9 Bilhões

Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais 28%

Celulose 4,8%

Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço 2,6%

2,4%

2,0%

2,0%

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) 3,7%

Calçados 2,0%

1,8%

1,3%

Demais produtos - Indústria de Transformação 3,5%

2,7%

Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus 9,7%

Minério de ferro e seus concentrados 9,4%

Café não... 5,8%

Soja 1,1%

Desafios: A posição francesa durante a negociação do capítulo comercial do Acordo de Associação Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-União Europeia (UE) foi defensiva, e perdura a incerteza sobre o processo de assinatura e ratificação pela França devido a divergências quanto a clima, meio ambiente e protecionismo agrícola. Durante a visita ao Brasil, Macron fez duras crítica ao acordo entre MERCOSUL e UE, ressaltando que o acordo já está sendo negociado a vinte anos e que não aborda temas atuais essenciais, principalmente no que diz respeito a exigências ambientais, e defendendo que fosse negociado um novo acordo do zero. As autoridades brasileiras, no entanto, defenderam o acordo.

Investimentos

Investimentos da França no Brasil: Para as empresas francesas, o Brasil é, mais que um simples mercado, um elemento de sua estratégia global de desenvolvimento. O país é, atualmente, o segundo principal destino dos investimentos franceses entre os países emergentes, tendo sido ultrapassado pela China. Encontram-se instaladas no Brasil aproximadamente 900 filiais (861, em 2021) de empresas francesas, responsáveis pela criação de 500 mil empregos. A França se encontra no pelotão de liderança dos países que mais investem no Brasil: é o 3º maior investidor no Brasil, pelo critério de controlador final, com cerca de US$ 38 bilhões investidos, e 5º maior pelo critério de investidor imediato, com investimentos de cerca de US$ 32 bilhões, segundo os dados do Banco Central para 2021. Os recursos voltam-se majoritariamente para setores como automóveis, varejo, setor bancário, eletricidade e metalurgia. Destacam-se os investimentos em energia, principalmente após a compra de uma rede de gasodutos no Nordeste (€ 7,7 bilhões) por um consórcio liderado pela Engie (2019). Outras parcerias são os investimentos da empresa francesa Total no Pré-Sal, a aquisição da subsidiária da Petrobras TAG pela Engie e a parceria Areva-Eletrobras para Angra 3. A França também investe em energias renováveis no Brasil: a GDF-Suez participa da construção da hidrelétrica de Jirau; a Voltalia investe desde 2015 no *cluster* eólico e

solar de Serra Branca, Rio Grande do Norte. A empresa francesa especializada em energia solar Exosun abriu sede em Salvador, Bahia (2015). Em 2024, o braço da Agência Francesa de Desenvolvimento dedicado ao setor privado, a Proparco, assinou uma carta de interesse com a BRK Ambiental para financiar, junto com o BID Invest, investimentos na água e nos sistemas de recuperação e tratamento de águas residuais em duas cidades do estado do Maranhão. No NPAPE, previu-se também a promoção de investimentos franceses nos setores de mineração e transformação de minerais estratégicos no Brasil**.**

Investimentos do Brasil na França: Entre 2006 e 2016, os investimentos brasileiros na França mais que dobraram; mesmo assim, representam menos que 1% dos investimentos do Brasil no mundo. A indústria de transformação recebeu 57% dos investimentos brasileiros no país (US$ 177 milhões), seguida das atividades imobiliárias com 26% (US$ 82 milhões); atividades financeiras com 9% (US$ 27 milhões); e atividades profissionais, científicas e técnicas com 3% (US$ 9 milhões). Em 2017, o Brasil foi o maior investidor da América do Sul na França, com novos investimentos em áreas como saneamento, consultoria, biotecnologia e nanotecnologia. Em 2021, estima-se o estoque de investimentos diretos brasileiros na França em US$ 1,1 bilhão. Vale e Natura se encontram entre as cinco empresas da América Latina que mais geram empregos na França. Outras empresas brasileiras presentes na França incluem Itaú, Granado (cosméticos), Sislor (tratamento de resíduos domésticos), MJV (consultoria digital), Nanoskin Medical's (biotecnologia e nanotecnologia) e a *startup* Nanoraven (telecomunicações para nanossatélites).

Cooperação

Contatos Humanos e Temas Consulares: Segundo estatísticas oficiais francesas, a comunidade brasileira na França metropolitana é composta por 23.004 pessoas. Se incluídos os cidadãos com dupla nacionalidade, o total de brasileiros atingiria 36.859 nacionais. O consulado-geral em Paris estima haver cerca de 90 mil brasileiros na França metropolitana, inclusive contingente irregular. Na Guiana Francesa, seriam cerca de 91,5 mil (mais do que na Argentina). No total, portanto, vive na França a 6ª maior comunidade brasileira no exterior. No Brasil, há cerca de vinte mil franceses registrados como residentes; segundo dados da Polícia Federal, o número chega a trinta mil. Encontra-se em vigor o Acordo bilateral por troca de Notas sobre Supressão de Vistos para permanência máxima de três meses, em um período de seis meses (1996). Em agosto de 2023, a França prestou apoio ao Brasil na retirada de nacionais brasileiros do território do Níger.

Cooperação Jurídica e Policial: Durante a visita do presidente francês ao Brasil em março de 2024, foi assinado Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal. Em matéria policial, foi assinada Declaração de Intenções Relativa ao Reforço da Cooperação na Luta contra o Garimpo Ilegal, com o intuito de reforçar o dispositivo brasileiro no centro de cooperação policial franco-brasileiro, implementar ações coordenadas, especialmente na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa e aprimorar o compartilhamento de técnicas da Polícia Federal do Brasil para determinar a origem geográfica do ouro e a legalidade de sua exploração, no Brasil e na Guiana Francesa.

Assuntos Transfronteiriços[283]: A cooperação transfronteiriça é uma particularidade da relação bilateral, uma vez que Brasil e França compartilham mais de 700 km de fronteira terrestre. O principal mecanismo de coordenação é a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-

---

[283] Por arbitragem suíça, a questão da fronteira do Brasil com a França é definitivamente resolvida (1900).

França (CMT), criada pelo Acordo Quadro de Cooperação (1996). A CMT, que tem como instância consultiva o Conselho do Rio Oiapoque, possui subgrupos de trabalho em áreas de interesse para as populações ribeirinhas, como saúde, defesa civil, meio ambiente, cooperação policial e formação técnica. Sua última reunião ocorreu em Caiena (2023). Na ocasião, o governo francês decidiu retomar a emissão das carteiras de circulação transfronteiriça para cidadãos brasileiros e anunciou o aumento do número e da duração dos vistos de circulação para homens e mulheres de negócios e agentes de cooperação. O Brasil, por sua vez, decidiu aderir à Convenção Transportes Internacionais Rodoviários (TIR), que trata do transporte de cargas e deverá facilitar o comércio entre o Amapá e a Guiana Francesa. Comunicou, igualmente, a pavimentação, até o final do ano, de 10 km adicionais do trecho norte da BR-156, bem como a licitação da pavimentação de outros trechos da rodovia federal. O Brasil anunciou, ainda, aumento do efetivo no Centro de Cooperação Policial bilateral (CCP). Durante a visita de Macron em 2024 foi acordada a retomada das reuniões anuais da CMT. A cooperação fronteiriça entre Brasil e França tem, para além das vertentes de fortalecimento da ligação terrestre e de combate a ilícitos transfronteiriços, uma dimensão de cooperação para o desenvolvimento regional, que compreende como principais objetivos os setores de saúde, educação e desenvolvimento sustentável, com a participação da *Agence française de Développement* (AFD). Esta cooperação permite trazer respostas às preocupações de ambas as partes sobre os riscos transfronteiriços (imigração clandestina, segurança, garimpo e pesca ilegais, questões sanitárias e fitossanitárias); encorajar as trocas humanas e comerciais (educação, circulação); e desenvolver a economia da região amazônica, respeitando as populações locais e seu meio ambiente excepcional. O NPAPE reafirma o compromisso dos países com essa cooperação, acrescentando, entre os compromissos na matéria, a coordenação em segurança civil, combate a eventos climáticos extremos, luta contra incêndios e a gestão conjunta das bacias hidrográficas compartilhadas. Pronta desde 2011, a ponte sobre o rio Oiapoque foi aberta ao público em 2017. Além das obras físicas, a abertura da ponte exigiu a negociação de acordos que regulamentam o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias. Embora o comércio com a Guiana Francesa seja incipiente, a corrente comercial, composta basicamente pelas exportações brasileiras, aumentou em 2023, tendo alcançado o valor de US$ 8,1 milhões. Em 2024, foi assinada Carta de Intenções sobre a Cooperação entre o Parque Amazônico da Guiana e o Parque das Montanhas do Tumucumaque, com o intuito de identificar eixos de cooperação e melhorar o compartilhamento de experiências técnicas e de conhecimento científico em matéria de preservação de áreas naturais e áreas ameaçadas, gestão de recursos hídricos e gestão de resíduos, recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento do ecoturismo.

Cooperação Técnica Trilateral: Brasil e França firmaram Declaração de Intenção sobre Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países (2012). Os países cooperam em programas na África (Benim, Gabão, Moçambique) e no Haiti. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a *France Coopération Internationale* (FCI), com apoio da AFD e da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF) realizou "Seminário Brasil-França de Cooperação Cruzada para o Haiti e África" (2010). O NPAPE renovou o compromisso dos países com a cooperação trilateral.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O Brasil é o parceiro de cooperação científica mais importante da França na América Latina, sendo dada especial atenção à pesquisa e à inovação tecnológica (a França é o terceiro maior parceiro científico do Brasil). Nessa área, o diferencial francês está na disposição e autonomia para incluir a transferência de tecnologia nos acordos de cooperação. Os

resultados mais emblemáticos da parceria estratégica entre Brasil e França são projetos de alta tecnologia, grande complexidade e de longo prazo. Dois desses projetos estão concluídos: o Supercomputador Santos Dumont e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC). O computador mais potente da América Latina, adquirido da empresa francesa Athos/Bull como primeira etapa de possível cooperação na área de supercomputação, funciona hoje em Petrópolis. O NPAPE prevê compromisso com a atualização e aumento da capacidade do supercomputador. Em 2021, a mesma empresa lançou um centro de excelência em computação quântica, em Salvador, o *Latin America Quantum Computer Center* (LAQCC). O SGDC foi lançado a partir da base de Kourou, na Guiana Francesa (2017). O satélite, construído pela empresa Thales Alenia Space em Cannes, com a presença de técnicos brasileiros e transferência de tecnologia, permitiu a conexão de todo o território com *internet* de banda larga e o oferecimento de canal seguro para comunicações militares, sob o controle das autoridades brasileiras. Os programas dedicados às tecnologias inovadoras vêm tendo desenvolvimento significativo, com destaque para o Programa CAPES-COFECUB, que formou cerca de dois mil doutores brasileiros desde o seu lançamento, em 1978. No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, foi criado o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (2009). O Centro promove projetos conjuntos de pesquisa científico-tecnológica, transferência de tecnologia, formação e capacitação de recursos humanos e atividades no campo da biodiversidade.

Cooperação Aeroespacial: O NPAPE prevê o compromisso com a atualização de projetos conjuntos e intercâmbios entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES), e entre o Centro Espacial Guianense em Kourou, na Guiana Francesa, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro de Lançamentos de Alcântara. Prevê o lançamento de um diálogo anual para identificar novas oportunidades de cooperação entre a AEB e a CNES.

Educação: A França continua sendo o primeiro parceiro europeu do Brasil em matéria universitária. Desde os anos 1930, professores como Pierre Monbeig, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide se empenharam em tecer os densos laços universitários que existem entre a França e o Brasil, participando da fundação da Universidade de São Paulo[284] – atualmente, a melhor universidade da América Latina. A *École Nationale d'Administration* (ENA) cultiva uma parceria histórica com a Escola Nacional de Administração Pública brasileira (ENAP) na formação de altos funcionários públicos, que foi intensificada e enriquecida com novas possibilidades de intercâmbio (2016). Tradicionalmente o segundo país em número de estudantes brasileiros e o segundo principal parceiro do Brasil em produção científica, em 2017, a França, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), superou os Estados Unidos (EUA) e se tornou o país de destino do maior número de bolsistas do governo. Em 2019, havia cerca de 750 acordos e convênios bilaterais sobre o tema firmados diretamente entre universidades brasileiras e francesas, ante um número de 300 acordos do tipo em 2009. Durante o período de vigência do Programa Ciência sem Fronteiras (2011-2016), a França foi o terceiro país que mais recebeu estudantes universitários e pesquisadores depois de EUA e Canadá, com mais de sete mil bolsistas, 947 instituições brasileiras e 165 francesas. Durante a vista de Macron em março de 2024, foram assinados uma carta de intenção sobre a formação de professores e promoção do plurilinguismo em ambos os países e uma parceria entre o Museu das Letras e a *Cité*

[284] A Universidade de São Paulo é fundada com o apoio da Missão Acadêmica Francesa (1934); também é fundada a Casa do Brasil, no *campus* da Universidade de Paris (1959).

internationale de la langue française, além de ter sido feito o anúncio de receber oito mil estudantes brasileiros na França até 2025. O NPAPE prevê cooperação para a formação de profissionais da educação básica, o intercâmbio de professores e cooperação na educação profissional (com base no protocolo de 2008 sobre Cooperação no Domínio de Ensino Profissional).

Cultura[285]: Na cultura, é intenso o interesse recíproco entre os dois povos. Na França, a música brasileira é omnipresente, a literatura brasileira é traduzida, lida e valorizada, e o estudo da história e da sociedade brasileiras ocupa espaços de prestígio nas melhores universidades francesas. Com uma francofilia viva, o Brasil desenvolveu com a França uma relação amparada em uma base de cooperação especialmente sólida e diversificada, que teve como marcos o Ano do Brasil na França (2005) e o Ano da França no Brasil (2009). A ação em favor do francês e dos intercâmbios culturais também ocupa um lugar importante na nossa cooperação. Três liceus franceses (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília) reúnem, no total, mais de 2,5 mil alunos, dentre os quais cerca de 1,5 mil são franceses. As Alianças Francesas do Brasil representam a rede mais antiga e densa do mundo (37 associações e 63 unidades), acolhendo 24 mil alunos. Para promover a língua portuguesa e a literatura brasileira nas universidades francesas, o Itamaraty financia atualmente professor selecionado pela CAPES na Universidade de Clermont-Ferrand. O Collège e o Lycée de l'Est Parisien são instituições públicas, localizadas na cidade de Noisy-Le-Grand, que possuem Seção Internacional Brasileira, oferecendo aos alunos o estudo do português em sua variante brasileira em regime de imersão. No campo editorial, as relações entre editores e escritores dos dois países são estreitas: o Brasil é o primeiro mercado para livros franceses na América do Sul. O tratado franco-alemão de Aix-la-Chapelle (2019) prevê a implantação de um centro cultural franco-alemão no Rio de Janeiro nas instalações da *Maison de France*. A França abriga, em Paris, a *Maison du Brésil*, que funciona como polo de difusão da cultura brasileira na França. A Casa França-Brasil, projetada pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny e localizada no Rio de Janeiro, representa outro marco da cooperação cultural. O Brasil repatriou, em dezembro de 2023, quase mil fósseis da bacia do Araripe, retirados ilegalmente do País e apreendidos no porto francês de Le Havre, após coordenação junto ao governo francês no ano anterior. O NPAPE prevê o lançamento de novos programas para difusão das línguas francesa e portuguesa, especialmente por meio do Programa Leitorados Guimarães Rosa, pelo lado brasileiro, e pelo lado francês, pelo Programa ALVE. Em 2025 acontecerá a Ano Cultural França – Brasil com a abertura da Temporada na França, em abril, com programação até setembro, e a etapa brasileira de agosto a dezembro de 2025. Em julho de 2024, foram repatriados mais de 500 itens etnográficos emprestados pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas ao Museu de Lulla, em 2005.

Saúde: Como apoio à luta contra a COVID-19, a França doou ao Brasil vacinas e soros diversos via Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Butantã; doações de 330 ventiladores mecânicos e cerca de 50 mil testes Com o apoio da Firjan, França e Brasil têm parcerias em andamento ou em perspectiva na área de vacinas, de novas tecnologias de RNA e de doenças emergentes, como zika, dengue, chikungunya, de especial interesse para a França porque essas doenças existem no Caribe e no oceano Índico, além da Guiana Francesa. Foi inaugurado, em 27 de março, o Instituto Pasteur em São Paulo, envolvendo coordenação com a Fiocruz. Os dois países também deverão lançar o Centro de Imunologia, em Eusébio-CE, em cooperação entre o Instituto Pasteur e a Fiocruz. O NPAPE estabelece compromisso para o financiamento de

[285] O longo histórico de cooperação com o Brasil remonta à Missão Artística Francesa no período colonial (1816).

pesquisa científica sobre mudança do clima e para o desenvolvimento de soluções e tecnologia que façam uso dos conhecimentos tradicionais para aprimorar o uso sustentável das riquezas da amazônicas.

Gênero: Em março de 2024, foi lançado o projeto "Poderosas da Amazônia", capitaneado pela França e pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), pelo qual serão destinados quase um milhão de euros para reduzir a mortalidade materna, lutar contra a violência baseada no gênero e reforçar os direitos e a saúde sexuais e reprodutivos nos estados de Roraima e do Amazonas. No NPAPE, os países se comprometeram com a defesa da descriminalização da homossexualidade ao redor do mundo e com a promoção de políticas públicas em prol da igualdade de genêro.

Meio Ambiente e Clima: Foi o principal tema de convergência durante a visita de Macron ao Brasil em março de 2024. Além do Chamado Brasil-França à ambição climática de Paris a Belém e além[286] e do Plano de Ação sobre a Bioeconomia e a Proteção de Florestas Tropicais[287], o tema foi ponto central dos discursos e integra grande parte dos atos firmados, como o relançamento do Centro Franco-Brasileiro sobre a Biodiversidade Amazônica, de caráter virtual, e a extensão de suas atribuições à bioeconomia; a implementação de um Fundo Equipe França (FEF) para que o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) possam efetuar pesquisas sobre a mudança climática e seus impactos na bacia amazônica brasileira, elaboradas em conjunto com seus parceiros locais; e a assinatura de um memorando de entendimento sobre a programação do Grupo AFD no Brasil (2024-2027) com o Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, a fim de reforçar a cooperação em matéria de desenvolvimento pelo alinhamento com os objetivos ecológicos e sociais do Brasil.

Agricultura e Segurança Alimentar: Durante a visita de Macron ao Brasil, em março de 2024, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação técnica entre a EMBRAPA e o IRD (*Institut de Recherche pour le Développement*) e entre a EMBRAPA e o CIRAD (*Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développemen*t), além da previsão de novos projetos no quadro dos memorandos de entendimento já existentes entre a EMBRAPA e o INRAE (*Institut national de recherche pour l'agriculture*, *l'alimentation et l'environnement*) e o CIRAD. Os países também se compromenteram com o desenvolvimento de técnicas de produção eficientes e sustentáveis (bioinsumos, agroecologia e agrossilvicultura) e com o desenvolvimento de indicações geográficas.

---

[286] No texto, os países destacaram a importância do multilateralismo, saudaram o "Consenso dos Emirados Árabes" e a conclusão do Balanço Global do Acordo de Paris, fizeram chamados para as COP29 e principalmente a COP30, conclamando os países a aumentarem os esforços em prol do combate às mudanças climáticas com a revisão dos NDCs, além de destacar o papel das comunidades tradicionais e dos povos indígenas no combate às mudanças climáticas. Também foi destacada a determinação dos países em trabalhar para a um novo quadro de governança da arquitetura financeira internacional, para que seja possível financiar de forma eficaz a luta contra a pobreza e a proteção do planeta. Foi reiterado compromisso de adotar nova meta coletiva quantificada (NCQG) com piso de U$S 100 bilhões.

[287] O plano prevê a promoção de investimentos públicos e privados para a bioeconomia; um programa para alavancar € 1 bilhão em investimentos públicos e privados em bioeconomia nos próximos quatro anos para a Amazônia brasileira e guianense; a defesa de padrões para o mercado de carbono; e a promoção de novas parcerias e instrumentos para proteção de florestas tropicais.

Inteligência Artificial e Ordem Digital: Em 2024, houve a assinatura de declaração de intenção para reforçar a coordenação franco-brasileira nas instâncias multilaterais e implementar várias ações de cooperação com o objetivo de reduzir a desinformação; para tanto, a França acompanhará o Brasil na formação de 300 mil professores e instrutores na área de educação para a mídia e a informação até 2027. Os países de comprometeram, no NPAPE, a colaborar com o desenvolvimento responsável e sustentável da IA, com o combate ao uso inadequado da IA, e com o intercâmbio de boas práticas regulatórias informações sobre estratégias, políticas, programas e plano no setor de IA.

Energia e Mineração: Em 2024, no NPAPE, foi estabelecido o Diálogo de Alto Nível para a Transição Energética e os Minerais Estratégicos (DTEME), mecanismo bilateral com o objetivo de promover a transição energética de forma planejada e segura. O DTEME incluirá uma reunião ministerial bienal e será coordenado por Comitê Gestor, responsável por implementar prioridades e linhas de trabalho. Os países se comprometeram a profundar sua cooperação nas áreas da transição energética, notadamente a da energia nuclear civil, dos minerais críticos, das fontes renováveis de energia, do hidrogênio descarbonizado, das redes elétricas, da eficiência energética, dos transportes de baixo carbono, bem como dos serviços essenciais da cidade sustentável, notadamente nas áreas de infraestrutura urbana, de parcerias público-privado e de concessões (gestão dos resíduos, água, saneamento, mobilidade de baixo carbono). Ademais, comprometeram-se a colaborar com iniciativas de financiamento à transição energética em países em desenvolvimento. Brasil e França apoiam os objetivos estratégicos da Aliança Solar Internacional com vistas a mobilizar, até 2030, US$ 1 trilhão em investimentos. O NPAPE prevê, ainda, incentivo para ações para ampliação do uso da bioenergia sustentável e para a certificação e regulamentação do uso de hidrogênio renovável.

VI. Relações Brasil-Itália

Marcos: 1861: O Brasil reconhece o Reino da Itália; 1870: Início da imigração italiana para o País; 1891: Reconhecimento da República brasileira pelo Estado italiano; 1944: Embarque do primeiro contingente de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália e restabelecimento pleno das relações diplomáticas, após ruptura (1942); 1956: Juscelino Kubitschek (JK), como presidente eleito, visita a Itália; 1965: Giuseppe Saragat realiza primeira visita de um presidente italiano ao Brasil; 1975: Visita do chanceler Azeredo da Silveira; 1997: Visita de Estado à Itália do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC); 2003: Grupo Parlamentar Brasil-Itália; 2007: Parceria Estratégica; 2010: Plano de Ação da Parceria Estratégica[288]; 2024: Comemoração dos 150 anos da imigração italiana ao Brasil.

Embaixada: Eleva-se a representação brasileira ao nível de embaixada em 1919. Para além da embaixada em Roma, o Brasil tem dois consulados-gerais na Itália: Milão e Roma. A Itália tem embaixada em Brasília e diversos postos consulares no Brasil. Há consulados-gerais em Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, e consulados em Recife e Belo Horizonte.

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (2010; 5ª reunião em 2024, Roma); Conselho de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento (1997; última reunião em 2015, Brasília); Comissão Mista de Ciência e Tecnologia (última reunião em 2015, Brasília); Grupo Parlamentar Brasil-Itália (2003).

Visitas de Alto Nível: O presidente Lula realizou duas visitas à Itália (2005 e 2008)[289] e encontrou-se com o primeiro-ministro Silvio Berlusconi à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear (2010). Do lado italiano, houve visita de Estado do presidente Carlo Azeglio Ciapi em 2000. Os primeiros-ministros Romano Prodi e Silvio Berlusconi vieram ao Brasil em 2007 e 2010, respectivamente. Em 2013, a presidente Dilma Rousseff encontrou-se com o presidente Giorgio Napolitano na Itália. Em 2015, ela voltou ao país, tendo visitado a Expo Milão. No governo Temer, houve visita de Aloysio Nunes ao seu homólogo italiano (2017), que retribui encontro mediante reunião de trabalho realizada no Brasil (2018). Bolsonaro reuniu-se com o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos (2019). Em maio de 2019, Ernesto Araújo encontrou-se com o vice-primeiro-ministro e ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, com a ministra da Defesa, Elisabeta Trenta, e com autoridades do Ministério das Relações Exteriores italiano. No mesmo mês, o vice-presidente Mourão visitou o Monumento Votivo de Pistoia em maio de 2019, no contexto das celebrações dos 75 anos dos combates na região por soldados brasileiros. Em 2020, em conversa por vídeo, o ministro Ernesto Araújo e sua contraparte italiana discutiram a possibilidade de lançar um Programa Econômico Brasil-Itália voltado para temas de defesa, inovação e investimentos em infraestrutura e energia, bem como para maior cooperação no combate à corrupção. Ademais, diversos ministros brasileiros visitaram a Itália em razão de eventos do G20. Além de reunião entre os ministros das Relações Exteriores,

[288] Formado por 16 pontos-chaves em temas de defesa, economia e comércio, diálogo político e cultural, entre outros, para operacionalizar a Parceria. Em 2019, acordou-se em atualizar o Plano de Ação da Parceria Estratégica bilateral e retomar o diálogo regular nas instâncias já estabelecidas.
[289] Lula também voltou à Itália para o G8 e para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009.

Bolsonaro e o presidente Sergio Mattarella encontram-se no âmbito do G20 (2021)[290]. Em 2022, subsecretário da chancelaria italiana foi recebido no Brasil pelo chanceler Carlos França. Em junho de 2023, o presidente Lula visitou a Itália, onde se encontrou com o presidente Sergio Mattarella e a primeira-ministra Giorgia Meloni, enquanto o chanceler Mauro Vieira se reuniu com seu homólogo italiano, Antonio Tajani. Em abril de 2024, o ministro Mauro Vieira falou ao telefone com seu homólogo italiano, ocasião em que trataram de questões bilaterais e do trabalho do Brasil na presidência do G20 e da Itália no G7. Em maio, a convite do governo italiano, Vieira participou de cerimônia em Ímola, na Itália, em memória do piloto Ayrton Senna e do piloto austríaco Roland Ratzenberger, falecidos naquela cidade há trinta anos. Vieira teve reuniões bilaterais com seus homólogos italiano, Antonio Tajani, e austríaco, Alexander Schallenberg, nas quais foram debatidos temas da agenda bilateral, regional e multilateral, e foram aprofundados o diálogo e a cooperação bilateral em torno das referidas presidências de turno. Em junho, o presidente Lula reuniu-se com a primeira-ministra Giorgia Meloni durante a Cúpula do G7 na Itália. Em julho, o presidente Matarella visitou o Brasil, quando elogiou a Aliança Global contra a Fome, proposta pelo Brasil, defendeu a celebração de acordo entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União Europeia (UE), comemorou 150 anos da imigração italiana ao Brasil e presenciou a assinatura de acordos bilaterais.

Discurso Oficial: Brasil e Itália compartilham longa tradição de relacionamento, com intenso intercâmbio político-econômico, o qual se fundamenta na estreita relação entre os dois povos, que compartilham proximidade social e cultural. O expressivo número de brasileiros de origem italiana, bem como a presença de comunidades brasileiras na Itália, lastreia o diálogo bilateral norteado por temas como comércio, defesa, investimentos e ciência, tecnologia e inovação. Temas como combate à corrupção, facilitação de viagens e meio ambiente, também fazem parte da agenda bilateral.

Convergências

Convergências Multilaterais: Convergência de posições favoráveis à paz e à segurança internacionais, ao desarmamento e não proliferação e à promoção do desenvolvimento. Ambos os países reiteram a importância de uma reforma abrangente da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual deve incluir o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A colaboração entre os dois países no âmbito da Força das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês) exemplifica essas diretrizes, visto que o Brasil possui contingentes em atuação nessa missão[291]. A Itália vem demonstrando renovação da valorização do multilateralismo, o que é corroborado, por exemplo, pela presidência italiana do G20 e pela copresidência, ao lado do Reino Unido, da 26ª Conferência das Partes (COP26, na sigla em inglês), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), em 2021.

Convergências Plurilaterais: Destaca-se o apoio de Roma à conclusão do Acordo de Associação MERCOSUL-UE e ao pleito brasileiro de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Reitera-se, também, o papel do G20, de que ambos

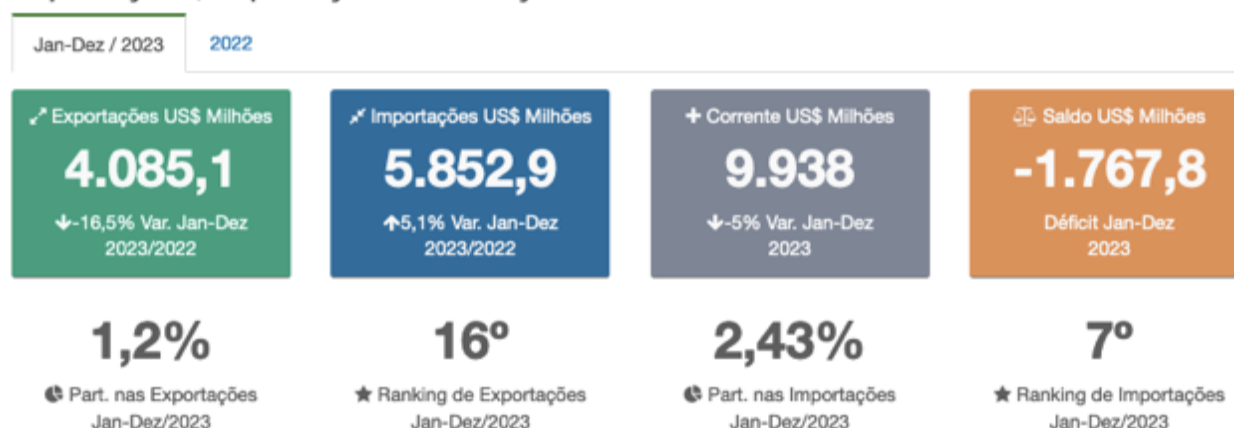
---

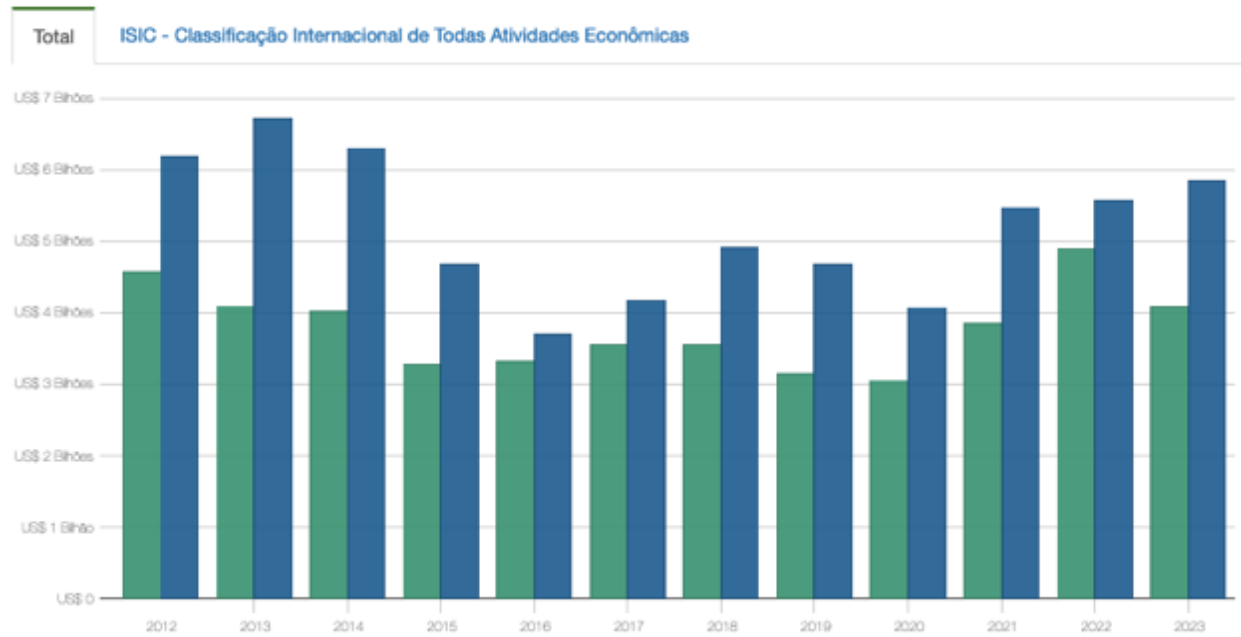
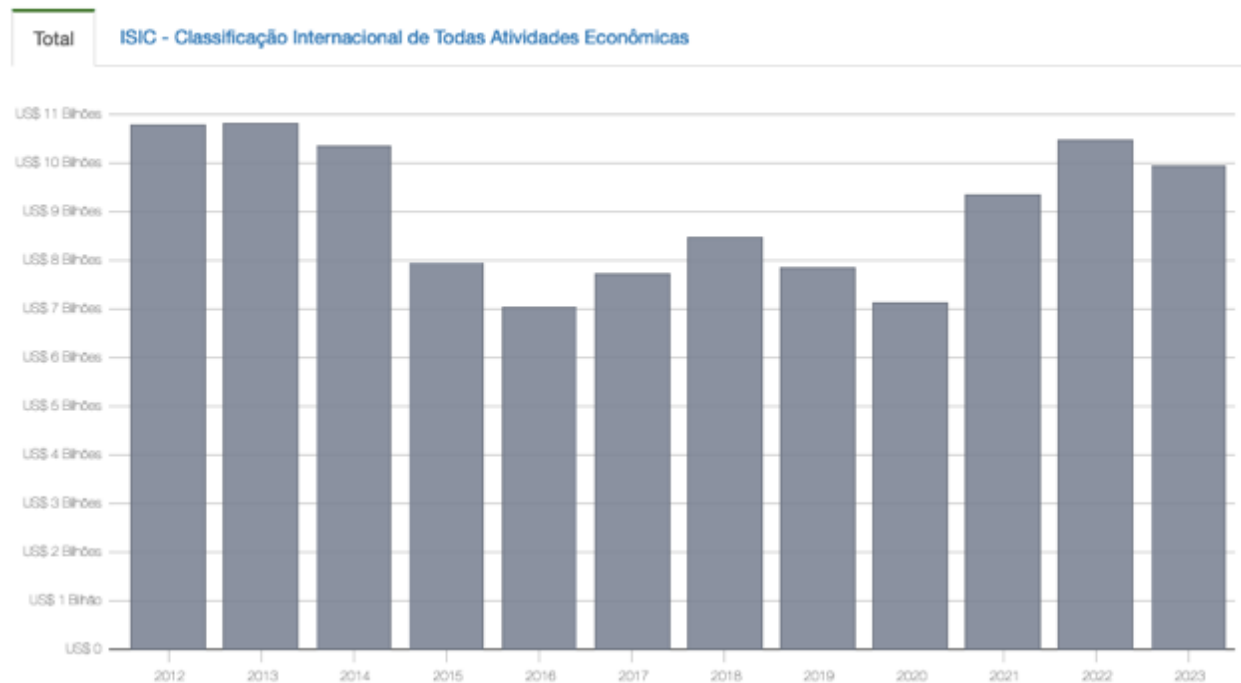
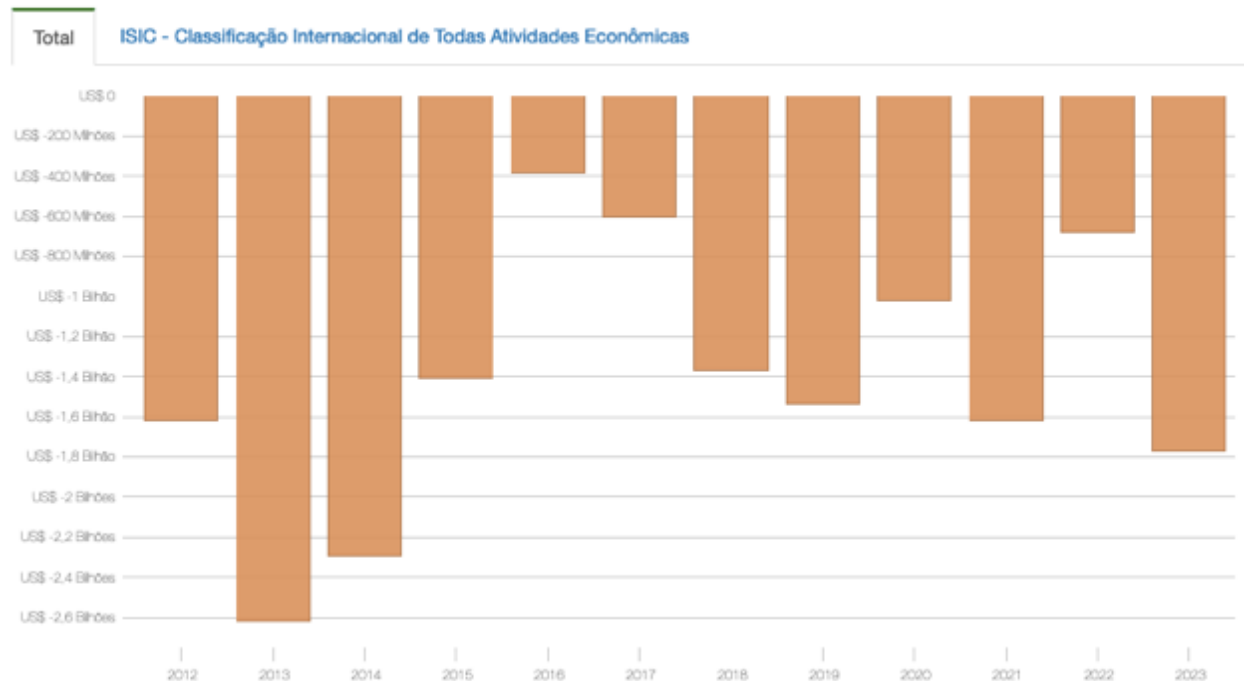
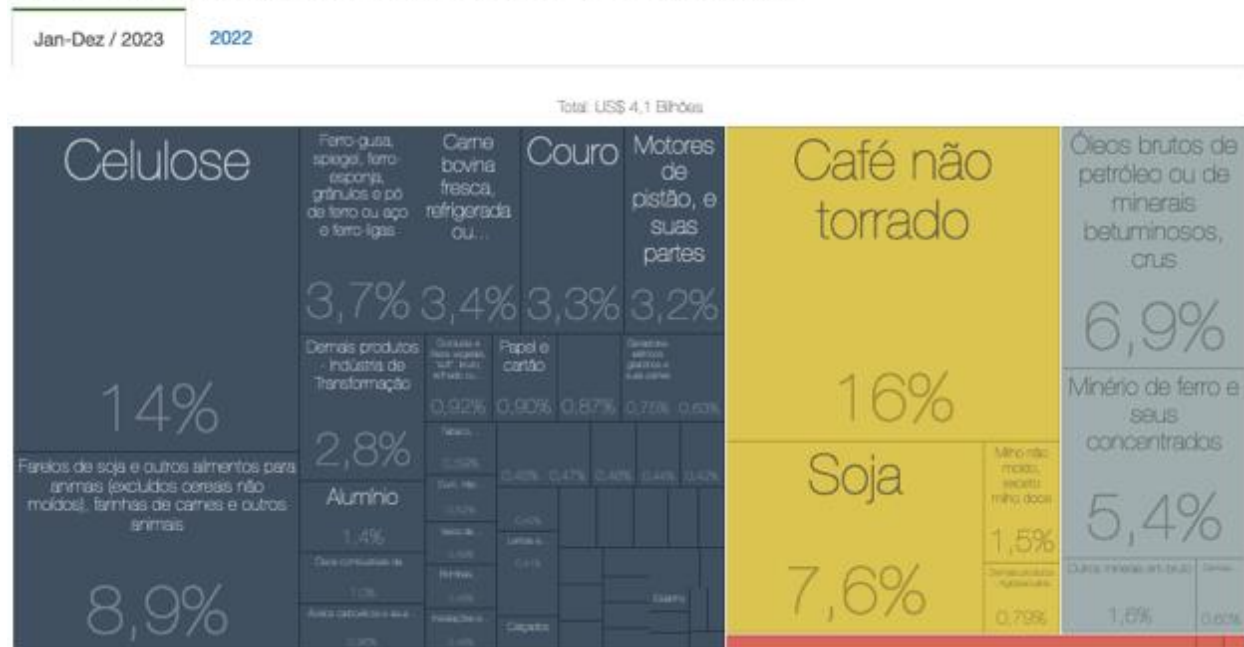
[290] Carlos França também acompanha Bolsonaro em Pistoia, na cerimônia em memória dos pracinhas falecidos na Segunda Guerra Mundial (2021).
[291] Até fevereiro de 2022, a missão estava sob comando de um major italiano. A Itália contribui com um contingente de 1.077 militares (o segundo maior). Conforme dados de novembro de 2023, o Brasil possui oito tropas.

participam, como agrupamento relevante na reestruturação da governança financeira internacional. Como divergência, a Itália é integrante do Unidos pelo Consenso nas discussões sobre reforma do CSNU.

<u>Segurança e Defesa:</u> Brasil e Itália celebraram Acordo de Cooperação em Defesa, em 2008, e, em 2014, firmaram o Ajuste Técnico sobre Cooperação no Campo Aeroespacial, complementar ao documento anterior. Destaca-se, ainda, a histórica cooperação entre indústrias dos dois países, orientada para o intercâmbio tecnológico e o desenvolvimento conjunto. Nesse contexto, observa-se o bem-sucedido desenvolvimento conjunto do avião de combate AMX (produzido pelas empresas Aeritalia e Aeramacchi e pela Embraer). Ainda, as Forças Armadas brasileiras empregam os veículos táticos protegidos e blindados, desenvolvidos em conjunto pelo Exército Brasileiro e pela IVECO DV, entre outros. Em dezembro de 2021, assinou-se carta de intenções voltada para o fortalecimento da participação em atividades conjuntas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação e de incremento a aquisições brasileiras de produtos do setor de defesa italianos. No setor aeroespacial, busca-se o desenvolvimento conjunto de sistemas de controles de veículos aéreos não tripulados. Ademais, encontra-se em vigor o Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1997).

<u>Comércio</u>

Marcos: Existe o Conselho Ítalo-Brasileiro para a Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento[292]; até 2015, houve seis reuniões. O relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Itália pode ganhar novo fôlego à luz da conclusão do acordo de cooperação birregional MERCOSUL-UE. A Itália deverá ser um dos principais beneficiários do acordo, tendo em conta a proximidade cultural com os países da região, o histórico de investimentos italianos na economia do MERCOSUL e a tradição exportadora de sua indústria.

[292] Estabelecido conforme o Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento (1997).

Série histórica - Parceiro: Itália

Série histórica - Parceiro: Itália

Série histórica - Parceiro: Itália

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Itália

<u>Investimentos:</u> Em 2015, foi assinado memorando de entendimento sobre troca de informações quanto a processos de concessões públicas.

Investimentos da Itália no Brasil: O país representou, em 2021, o 15º maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil, o qual constitui mercado estratégico para a internacionalização de empresas italianas[293]. Destacam-se as empresas FIAT, Pirelli, Tim e ENEL. Cerca de 1.200 empresas desse país atuam no mercado brasileiro, que geram 150 mil empregos diretos, com destaque para os setores de empreendimentos imobiliários, telefonia, comércio atacadista, peças e acessórios para veículos, entre outros. O setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica também é objeto de investimentos, com destaque para projetos em fontes de energia eólica, solar e hidrelétrica[294]. Brasil e Itália buscam renovar o setor de investimentos mediante o incentivo a inversões em setores mais dinâmicos e pouco explorados. Nota-se o surgimento de *joint ventures* entre empresas dos dois países, com destaque para pequenas e médias empresas (PMEs) e *startups*. Visa-se modernizar a agenda de investimentos por meio de diversificação temática: energia, meio ambiente, biotecnologia e infraestrutura constituem áreas de potencial interesse mútuo. Os dados disponíveis (2021) indicam estoques de investimentos italianos da ordem de US$ 7,7 bilhões, segundo o critério de participação no capital[295]. Vale recordar que, em 2018, a ENEL adquiriu a Eletropaulo pelo valor de US$ 1,48 bilhão.

Investimentos do Brasil na Itália: Os investimentos na Itália compreendem desde manufatura e serviços a segmentos de alta tecnologia, com um valor aproximado de US$ 593 milhões, conforme

[293] No setor industrial, apenas Romênia e Estados Unidos (EUA) representam destinos com maior volume de investimentos italianos.
[294] Deve-se mencionar a mudança no perfil do investimento italiano no Brasil. Há, por um lado, tendência de declínio do volume total da participação no capital como controlador final investimento direto no país (IDP). Por outro, ocorre aumento da participação como investidor imediato. Nesse conjunto, salienta-se o aumento quantitativo de investidores, o que sugere uma desconcentração do capital italiano.
[295] A ApexBrasil divulgou volumes muito maiores, de US$ 17,7 bilhões, sem especificar o critério.

o critério de posição em participação no capital (2021). Destacam-se os setores bancário, alimentício, de transporte aéreo, de processamento de couro, de comunicações, de compressores para refrigeração e de comercialização de calçados. Cerca de vinte empresas de grande porte brasileiras atuam em território italiano, como o Banco do Brasil, a Rigamonti (alimentício), a Rádio Antena 1 (comunicação), a Embraco (compressores para refrigeração) e a Alpargatas (calçados). O Brasil representa o 25º maior investidor em termos de investimento estrangeiro direto (IED), com destaque, para operações intercompanhia[296].

<u>Cooperação</u>

Cooperação Técnica: Em 1972, Brasil e Itália celebraram Acordo Básico de Cooperação Técnica, que se encontra atualmente em vigor.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Dado o grande intercâmbio entre as duas nações, Brasil e Itália possuem uma série de acordos bilaterais, que regulam temas como migração (1960), previdência social (1974) e sistema tributário (1978). É denso o intercâmbio educacional universitário, com destaque para o setor da indústria criativa e da arquitetura. Na esfera legislativa brasileira, discutem-se iniciativas de inserção do ensino da língua italiana no currículo escolar[297]. A nível de intercâmbio intermunicipal, diversas cidades compartilham *status* de *gemellaggio* (geminação de cidades). Estima-se haver 157 mil brasileiros na Itália, de modo que o país abriga a quinta maior comunidade de brasileiros na Europa e a oitava maior no mundo. No Brasil, há cerca de 35 milhões de brasileiros com ascendência italiana, resultando na maior diáspora italiana no mundo. Em 2024, foram celebrados os 150 anos da imigração italiana para o Brasil, com a visita do presidente Sergio Matarella, que resultou na assinatura de acordo sobre o reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação para fins de conversão.

Intercâmbio Legislativo: O Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Itália (2003), voltado ao fortalecimento dos laços econômicos, políticos e culturais, debate, além das questões consulares, assuntos como imigração, combate à criminalidade e defesa.

Cooperação Aeroespacial: Programa de Cooperação em Formação de Recursos Humanos Qualificados na Área Espacial Brasileira entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Italiana (ASI, na sigla em italiano), assinado em 10 de outubro de 2013; a cooperação destina-se à formação de recursos humanos qualificados na área espacial e ao intercâmbio de especialistas em projetos de interesse comum por meio do Programa Ciências sem Fronteiras.

Saúde: No contexto de combate à pandemia de COVID-19, o governo brasileiro manifestou interesse na compra de medicamentos do "*kit* intubação" e no desenvolvimento conjunto de vacinas. Brasil e Itália participam do Grupo de Coordenação Ministerial sobre COVID-19, voltado para a troca de informações e a cooperação sobre a situação e o combate à pandemia. Destaca-se, também, o Memorando de Entendimento de Cooperação da Saúde (2008).

---

[296] De maneira similar ao contexto italiano, houve uma pulverização do capital brasileiro investido nesse país: entre 2010 e 2017, o número de investidores passou de 157 para 672.

[297] Há três representantes da comunidade ítalo-brasileira no Parlamento italiano: dois na Câmara dos Deputados e um no Senado.

Cooperação Jurídica: Em matéria penal, na ocasião da entrega de Cesare Battisti[298] à Itália pelo governo da Bolívia, o Brasil ofereceu facilitar o embarque do indivíduo mediante envio de aeronave da Polícia Federal ao país vizinho. Há, ademais, acordos bilaterais em vigor sobre extradição e sobre cooperação judiciária em matéria penal, ambos celebrados em 1989. O Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em 2008, encontra-se em tramitação. No âmbito civil, menciona-se o Tratado de Cooperação Judiciária e de Reconhecimento de Sentenças em Matéria Civil (1989).

Ciência, Tecnologia e Inovação: Há uma Comissão Mista de Ciência e Tecnologia[299], que se reuniu em 2013 e 2015. Assinou-se o primeiro Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica (2019), no contexto do Memorando de Entendimento para cooperação em Ciência & Tecnologia (2019). O Programa contemplará projetos nas áreas de inteligência artificial (IA), ciências básicas, doenças transmissíveis, geração de energia a partir de fontes renováveis, nutrição e doenças metabólicas, agricultura de precisão, ciências espaciais, produção sustentável e uso de minerais estratégicos. Durante a visita do presidente Matarella, em 2024, foi assinado memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Centro Internacional de Física Teórica.

Cultura: Brasil e Itália têm Acordo de Cooperação Cultural, celebrado em 1997, atualmente em vigor, além de Acordo de Coprodução Cinematográfica, firmado em 2008.

Cooperação Humanitária: Em 2024, a Itália doou vários itens emergenciais ao Rio Grande do Sul, após as enchentes que acometeram o estado.

Cooperação Agrícola: Durante a visita do presidente Matarella, em 2024, foi assinado memorando de entendimento entre a Embrapa e a Universidade de Turim, na área de pesquisa agropecuária.

Energia: Durante a visita do presidente Matarella, em 2024, foi assinado memorando de entendimento entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Enel Brasil S.A, na área de desenvolvimento do conhecimento e formação de recursos humanos nos setores de energia e sustentabilidade.

Cooperação Acadêmica: Durante a visita do presidente Matarella, em 2024, foi assinado memorando de entendimento entre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Turim, em matéria de cooperação acadêmica.

[298] Em março de 2007, Battisti foi detido no Rio de Janeiro e recebeu *status* de exilado político, mas o STF julgou que os crimes que ele cometeu eram comuns, não políticos. Em 2010, o presidente Lula decidiu não extraditá-lo.
[299] Criada conforme previsão do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

VII. Relações Brasil-Países Baixos

Marcos: 1828[300]: Após a independência do Brasil, foram estabelecidas relações diplomáticas em 1828, com a assinatura do Tratado entre o Império do Brasil e o Reino dos Países Baixos de Amizade, Navegação e Comércio; 1906: Tratado relativo aos Limites entre o Brasil e a Guiana Holandesa (atual Suriname); 2000: Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) aos Países Baixos; 2007: Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Países Baixos.

Embaixada: No Período Joanino no Brasil, foram nomeados dois representantes para a "Legação de Bruxelas/Haia". Entre 1821 e 1852, foram nomeados dez representantes brasileiros, mas apenas em 1852 se criou a legação. De forma intermitente, ela foi conjunta com a representação brasileira em Londres, Moscou e Bruxelas até 1906, ano em que foi definitivamente criada em caráter residente, sendo elevada ao nível de embaixada em 1952. O consulado-geral do Brasil no país fica em Amsterdã. Os Países Baixos, por sua vez, além de embaixada em Brasília, possuem consulados-gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Países Baixos (2007[301]; última reunião em 2023); Reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Países Baixos (ocorre bienalmente desde 2011).

Visitas de Alto Nível: Nos últimos vinte anos, as visitas de alto nível entre os dois países têm sido frequentes. Do lado neerlandês, houve visitas da rainha Beatrix, do príncipe herdeiro Willem-Alexander e da princesa Máxima, em 2003. A princesa Máxima visitou o Brasil em 2005, a convite do Banco Central do Brasil (BACEN), por suas funções na Organização das Nações Unidas (ONU) e no G20 no campo do financiamento de inclusão. O príncipe herdeiro Willem-Alexander veio ao Brasil em 2012, enquanto o rei Guilherme Alexandre e o primeiro-ministro Mark Rutte realizaram visita por ocasião dos Jogos Olímpicos, em 2016. Do lado brasileiro, destacam-se as visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, dos chanceleres Celso Amorim e Antonio Patriota, respectivamente em 2009 e 2013, e do vice-presidente Michel Temer, no contexto da Cúpula de Segurança Nuclear na Haia, em 2014. Em fevereiro de 2023, a ministra do Comércio Exterior e da Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Baixos veio ao Brasil e encontrou-se com a então ministra interina das Relações Exteriores, a embaixadora Maria Laura da Rocha. Em maio, acompanhado de delegação empresarial, o primeiro-Ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, visitou[302] o País, ocasião em que esteve em São Paulo, Brasília e Ceará e em que se encontrou com Lula[303]. Em setembro, Lula e Rutte reuniram-se à margem da Cúpula do G20, em Nova Delhi. Em novembro de 2023, foi realizada em Brasília a VII Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Países Baixos.

[300] Os contatos entre Brasil e Países Baixos remontam à história compartilhada do período da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro, no século XVII.

[301] Desde o estabelecimento do mecanismo, foram realizadas sete reuniões (duas em 2014, 2015, 2017, 2019, 2022 e 2023), todas em nível de secretários.

[302] Ele anunciou a compra de cinco aviões KC-390 (atual C-390 Millennium) produzidos pela EMBRAER e viajou ao Ceará para conhecer o porto de Pecém, que tem uma parceria de € 75 milhões com o porto de Roterdã.

[303] Ambos discutiram o documento "Mapa do Caminho", que deverá tornar-se marco das relações bilaterais.

Discurso Oficial: Os contatos entre Brasil e Países Baixos remontam à história compartilhada do período da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro, no século XVII. O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em alguns valores e interesses políticos comuns. Dado o crescente peso específico e a atuação no âmbito regional e internacional do Brasil, os Países Baixos identificam no País ator relevante na estabilização e modernização da América do Sul e na construção de novo paradigma de crescimento econômico. O substrato econômico a amparar a parceria tem sido o eixo estruturador das relações. A Reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Países Baixos tem sido ocasião para aprofundar discussões sobre as temáticas consideradas prioritárias, assim como para possibilitar o contato direto entre as principais entidades brasileiras e neerlandesas do setor. Na última visita do premiê neerlandês ao Brasil, foram discutidos temas como as relações econômicas e comerciais entre os dois países, investimentos para transição energética e cooperação técnica em diferentes áreas. Rutte afirmou que a visita teve como objetivo "celebrar a amizade entre os nossos países" e falar de negócios. Lula, por sua vez, exaltou a parceria entre os dois países, que não se dá apenas no campo comercial, mas também nos valores partilhados: "Nós temos uma coisa em comum: nós amamos a democracia. Outra coisa em comum: nós queremos a preservação do clima, a preservação das nossas florestas e nós queremos fazer uma revolução energética nesse mundo".

<u>Convergências</u>
Convergências Multilaterais: Brasil e Países Baixos conferem grande importância ao multilateralismo. De fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a orientação da política externa neerlandesa fundamenta-se no multilateralismo, no livre comércio e no Direito Internacional. Ambos são membros da ONU e da Organização Mundial do Comércio (OMC) e defendem o multilateralismo, o livre comércio e o Direito Internacional como pressupostos virtuosos da ordem internacional. Os dois países ratificaram o Estatuto de Roma e são partes do Acordo de Paris e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB).

Convergências Plurilaterais: Ambos (os Países Baixos como parte da União Europeia – UE) integram o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) no âmbito da OMC. Os Países Baixos são membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o Brasil é candidato à acessão à organização.

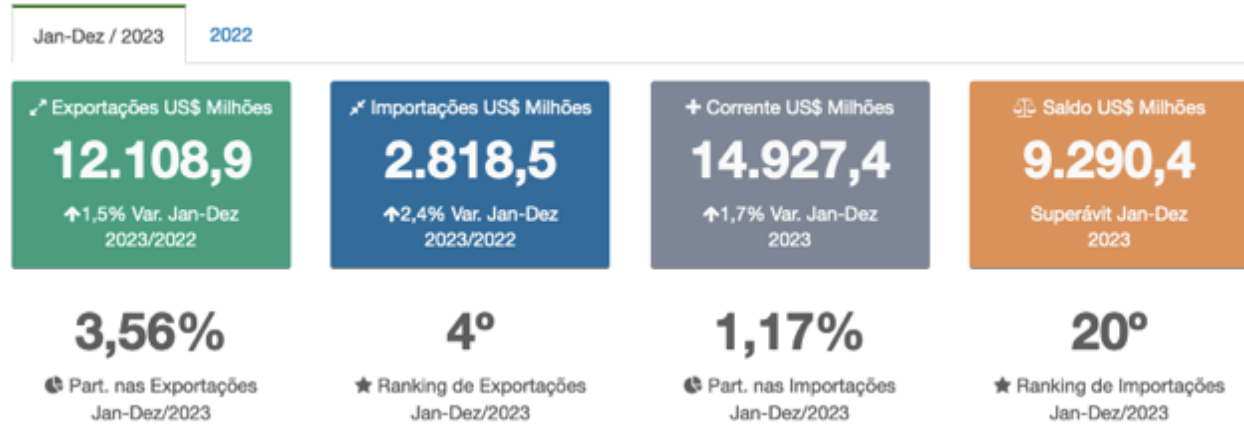
<u>Segurança e Defesa</u>: Em 2011, Brasil e Países Baixos assinaram um Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, que entrou em vigor em 2019. Dentre seus objetivos, destacam-se os seguintes: promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; intercambiar informações e experiências operacionais, incluindo aquelas vinculadas a operações de manutenção da paz; compartilhar experiências na área de tecnologia de defesa; e realizar exercícios militares conjuntos e ações combinadas de treinamento e instrução militar. A Embaixada na Haia conta com o apoio dos adidos militares residentes em Berlim.

<u>Comércio</u>
Marcos: A balança comercial entre os dois países tem grande importância e é tradicionalmente superavitária para o Brasil, uma vez que os Países Baixos e seus portos são utilizados como porta de entrada para os produtos brasileiros na Europa.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Países Baixos (Holanda)

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
12.108,9	**2.818,5**	**14.927,4**	**9.290,4**
↑1,5% Var. Jan-Dez 2023/2022	↑2,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	↑1,7% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

3,56%	**4º**	**1,17%**	**20º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Países Baixos (Holanda)

Série histórica - Parceiro: Países Baixos (Holanda)
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 16 Bilhões
US$ 14 Bilhões
US$ 12 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Países Baixos (Holanda)
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 11 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 9 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Países Baixos (Holanda)
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 12,1 Bilhões
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais
7,4%
Sucos de frutas ou de vegetais
4,3%
3,8%
3,3%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus
29%
Soja
5,6%
Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas
6,5%
2,5%
1,4%
1,2%
1,2%
Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas
3,8%
2,3%
Alumínio
1,8%
Celulose
4,6%
1,8%
Minério de ferro e seus concentrados
6,5%
Café não torrado
2,0%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Países Baixos (Holanda)
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 2,8 Bilhões
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)
49%
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
5,8%
Outros produtos comestíveis e preparações
2,2%
1,6%
1,5%
1,5%
1,3%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,9%
1,1%
1,1%
1,1%
1,1%
Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários
3,3%
Partes e acessórios dos veículos automotivos
2,9%

Desafio: O governo dos Países Baixos não se comprometeu com uma posição acerca do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, apesar de atuar de maneira construtiva, propondo compromisso que atenda às preocupações ambientais, climáticas e de sustentabilidade da UE, sem prejuízo do acordo comercial. Resistências ao acordo no Parlamento neerlandês e na sociedade civil do país geralmente apontam para supostos efeitos negativos que possam ser engendrados pelo tratado à agricultura local. Relatório encomendado pelo próprio Parlamento neerlandês à Universidade de Wageningen, entretanto, já chegou à conclusão de que os potenciais efeitos do acordo sobre a economia dos Países Baixos são, em geral, positivos.

Investimentos

Investimentos dos Países Baixos no Brasil: De acordo com o critério de investidor imediato do BACEN, os Países Baixos são os segundos maiores investidores estrangeiros no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA). Em 2021, o estoque de investimentos neerlandeses foi de cerca de US$ 126 bilhões, o que representa cerca de 19% dos investimentos estrangeiros no Brasil. Esses dados, contudo, devem ser tomados com cautela, diante da possibilidade de representarem operações de triangulação de terceiros países, atraídos pelo favorável regime tributário neerlandês. No critério de controlador final, o estoque de investimentos neerlandeses no Brasil foi de US$ 19 bilhões (13º maior) no mesmo ano. Os investimentos neerlandeses no Brasil concentram-se em indústrias de transformação e atividades financeiras, além de significativos aportes recentes no setor portuário nacional pelo Porto de Roterdã. Grandes empresas neerlandesas, como Shell, Unilever, Heineken, AkzoNobel, Makro, KLM, Philips e Boskalis e Arcadis, além de instituições financeiras – Banco ABN Amro e Rabobank –, têm fortes interesses no Brasil.

Investimento do Brasil nos Países Baixos: Registra-se também aumento da presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, atraídas pelo ambiente empresarial favorável e pela rede de infraestrutura. PETROBRAS, EMBRAER, Braskem, Cutrale, BRF e Seara Foods são algumas das principais empresas brasileiras instaladas no país. Em 2021, segundo o BACEN, os Países Baixos figuravam como principal destino dos investimentos direitos do Brasil no exterior, com estoque de cerca de US$ 81 bilhões, representando cerca de 19% do total.

Cooperação

Cooperação Técnica: O Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre Brasil e Países Baixos em 1969, encontra-se em vigor.

Ciência, Tecnologia e Inovação: A cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) tem sido aprofundada desde 2011, quando foi firmado um memorando de entendimento sobre a matéria. O Brasil foi escolhido como um dos 16 parceiros prioritários para atividades conjuntas em CT&I, em reconhecimento da boa infraestrutura científica brasileira, bem como da presença significativa de empresas neerlandesas no País. O mais importante mecanismo permanente de diálogo e cooperação em CT&I é a Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Países Baixos (também chamada Comitê Conjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Países Baixos), cuja quinta reunião ocorreu em março de 2022, na Haia.

Energia: O governo brasileiro avalia que a transição energética pode ser tema fundamental da cooperação entre os dois países. Nessa área, o interesse principal são os biocombustíveis para o setor marítimo e hidrogênio de baixa emissão.

Cultura e Educação: Na promoção da cultura brasileira, a embaixada tem centrado nas manifestações que encontram maior ressonância na sociedade local. Uma das áreas que se destacam é o cinema. O Itamaraty faz, anualmente, contribuição financeira à produção do Festival Internacional de Cinema de Roterdã para incrementar a presença de diretores, atores e produtores de filmes nacionais exibidos na mostra. No que diz respeito à cooperação educacional entre universidades neerlandesas e brasileiras, destaca-se a cooperação com a Universidade de Leiden, a mais antiga dos Países Baixos. A cooperação se desenvolve, em particular, em torno da Cátedra Rui Barbosa, a única existente no país a dedicar-se exclusivamente a estudos brasileiros. Ainda nesse sentido, foi assinado, em 2016, um memorando de entendimento entre o Instituto Humanize e a Universidade de Leiden, que prevê a cooperação entre as duas entidades para o desenvolvimento de atividades conjuntas em áreas de interesse, inclusive no âmbito da Cátedra Rui Barbosa.

Infraestrutura: Por mais de uma década, arrastou-se uma disputa judicial envolvendo os dois países. O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE era réu em uma ação nos Países Baixos em que o país cobrava uma indenização de aproximadamente R$ 800 milhões por falta de pagamento das parcelas de operações da dragagem parcialmente concluída. No final de 2022, chegou-se a um entendimento, e a empresa Van Oord retomou os trabalhos. O acordo estipula que a empresa retire as ações judiciais e que o governo de Pernambuco pague R$ 480 milhões, sendo R$ 140 milhões para a finalização da obra, e R$ 340 milhões para a quitação da dívida com os Países Baixos.

Cooperação Jurídica: Os dois países assinaram Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita (1959) e Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos (2009), ambos em vigor. Em março de 2023, ocorreu na Haia reunião para negociação de Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas. Os representantes dos dois países realizaram apresentações sobre as leis e os regulamentos afetos à proteção de informações classificadas e suas estruturas institucionais que tratam do tema, bem como sobre a tramitação dos documentos classificados após a formalização do acordo entre os países.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 35 mil brasileiros regularizados nos Países Baixos, além de cerca de 35 mil em situação irregular. Conforme dados de 2022, estima-se que há aproximadamente 76,5 mil brasileiros nos Países Baixos, que compõem, portanto, a oitava maior comunidade brasileira na Europa.

VIII. Relações Brasil-Portugal

Marcos: 1825: Reconhecimento da Independência brasileira por Portugal pelo Tratado de Paz e Aliança; 1894: Rompimento das relações diplomáticas com Portugal, no contexto da Revolta da Armada – as relações seriam restabelecidas no ano seguinte; 1922: O presidente de Portugal Antônio José de Almeida visita o Brasil, por ocasião das comemorações do centenário da Independência; 1953: Assinatura do Tratado de Amizade e Consulta; 1955: Café Filho visita Portugal; 1960: Juscelino Kubitschek (JK) realiza visita; 1972: Entrega ao Brasil dos restos mortais do imperador D. Pedro I e viagem do primeiro-ministro português Marcelo Caetano ao Brasil; década de 1980: Figueiredo e Sarney realizam visita a Portugal, em 1981 e 1986, respectivamente; 1989: Realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa; 1991: I Cimeira Brasil-Portugal; 1996: Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 2000: Assinatura de Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC), que pauta atualmente as relações bilaterais[304]; 2012/2013: Realização do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal no Brasil; 2022: Bicentenário da Independência do Brasil.

Embaixada: As representações diplomáticas de Brasil e Portugal foram elevadas à categoria de Embaixadas em 1914[305]. Em Portugal, para além da embaixada em Lisboa, o Brasil tem três consulados-gerais: Faro, Lisboa e Porto. Portugal tem embaixada em Brasília, consulados-gerais em Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, assim como consulado em Belo Horizonte e vice-consulado em Belém.

Coordenação Política

Instâncias: Cimeira Brasil-Portugal (Chefes de Governo): a XII edição ocorreu em 2016 e a XIII foi realizada em abril de 2023[306]; Comissão Permanente Bilateral Luso-Brasileira (CPB; altos funcionários do Itamaraty e do Ministério dos Negócios Estrangeiros) – acompanha a execução do TACC por meio de plenárias (ao menos uma vez ao ano) e de subcomissões temáticas[307]; Mecanismo de Consultas Políticas (chanceleres ou altos funcionários do Itamaraty e do Ministério

---

[304] É um relacionamento bilateral *sui generis*, de natureza única, devido aos laços históricos, humanos, culturais e linguísticos que unem os dois países. Embora não sejam designadas como "aliança estratégica" ou "parceria estratégica", as relações bilaterais Brasil-Portugal são consideradas de mais alto nível.

[305] Somente em 1834, passou a ocorrer o envio de representantes diplomáticos de forma permanente e estável, e, em 1892, a legação do Brasil em Portugal foi reunida com a da Espanha.

[306] Entre os documentos assinados, estão memorando de entendimento entre as agências espaciais do Brasil e de Portugal; protocolo de cooperação entre as agências de cinema dos dois países para produção audiovisual; memorando de entendimento sobre cooperação internacional entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e diversos ministérios de Portugal; acordo complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (2000), relativo à concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário); memorando de entendimento para criação de instância bilateral sobre direitos humanos de pessoas com deficiência; memorandos de entendimento sobre energia e geologia e minas; memorando de entendimento sobre reconhecimento mútuo de títulos de condução (carteira de motorista); memorando de entendimento sobre turismo; e declaração de intenções na área de saúde.

[307] Há cinco subcomissões ativas, que dão um bom panorama do relacionamento bilateral: de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas; de Educação, Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desporto e de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e de matérias relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício (recentemente fundidas); de Ciência, Tecnologia e Inovação; e de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais; e uma recém-criada, em 2023, sobre a Cooperação no Domínio da Justiça e Assuntos Internos.

dos Negócios Estrangeiros; reuniões anuais): estabelecido em 2008, com vistas a intensificar as consultas e a cooperação política.

Visitas de Alto Nível: Há tradicionalmente intensa troca de visitas de Alto Nível entre os países. O presidente Lula realizou seis visitas a Portugal no decorrer de seus governos anteriores, em 2003 (visita de Estado), 2005 (Cimeira), 2007 (Cúpula Brasil-União Europeia – UE), 2008 (Cúpula da CPLP), 2009 (Cúpula Ibero-Americana), 2010 (visita de Estado). A presidente Dilma Rousseff esteve em Portugal em 2011, 2013 e 2014. Michel Temer recebeu, em Brasília, o primeiro-ministro de Portugal, por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal, realizada em 2016. O presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, visitou o Brasil em oito ocasiões, sendo quatro delas durante o governo Bolsonaro: posse de Jair Bolsonaro[308] (2019); reinauguração do Museu da Língua Portuguesa (2021)[309], acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pela Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio; voo comemorativo do centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul[310] (2022); e celebração do bicentenário da Independência (2022), juntamente a outros Chefes de Estado e Enviados Especiais da CPLP. Em 2021, Marcelo Rebelo recebeu o ministro Carlos Alberto França em visita oficial, tendo por resultado a assinatura de acordo sobre serviços aéreos, e se reuniu com o vice-presidente do Brasil à margem da XIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Em janeiro de 2023, houve a visita do presidente Marcelo Rebelo de Sousa para a posse de Lula. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal realizou visita oficial ao Brasil pela segunda vez[311], em 2023, tendo sido recebido pelo ministro Mauro Vieira, pelo presidente Lula e pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Foram tratados temas como a CPLP, as expectativas concernentes ao Acordo de Associação Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-UE[312] e o conflito na Ucrânia. Em abril de 2023, o presidente Lula visitou Portugal, no contexto de realização da XIII Cimeira Brasil-Portugal e da entrega do Prêmio Camões a Chico Buarque. Em agosto, a embaixadora Maria Laura da Rocha encontrou-se com o secretário de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal, Tiago Antunes, à margem do Fórum Estratégico de Bled, na Eslovênia. O chanceler português, João Homes Cravinho, realizou visita oficial ao Brasil em dezembro de 2023, quando se encontrou com seu homólogo brasileiro. Entre os temas discutidos estiveram a avaliação e o seguimento da XIII Cimeira Brasil-Portugal, realizada em abril passado, em Lisboa; os preparativos para a XIV Cimeira, a realizar-se em 2024, em Brasília; a cooperação bilateral em comércio e investimentos, energia, indústria aeronáutica e inovação; a presidência brasileira do G20 e o convite a Portugal para participar dos trabalhos do grupo; o Acordo MERCOSUL-UE; a CPLP; e a situação na Ucrânia e no Oriente Médio. Os ministros encontraram-se novamente à margem da reunião de chanceleres do G20, em fevereiro de 2024, ocasião na qual o representante português destacou a importância dos temas da agenda, principalmente a reforma da governança global e a aliança contra a fome e a pobreza. Em abril de 2024, o chanceler brasileiro felicitou o novo ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo

---

[308] Os presidentes se reuniram no dia 2 de janeiro de 2019 para tratar sobretudo do Acordo de Associação Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-UE.

[309] Nessa viagem, Marcelo Rebelo se reuniu com os ex-presidentes Temer, Lula, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Sarney em São Paulo, bem como com o governador João Doria. Na sequência, reuniu-se com o presidente Jair Bolsonaro em Brasília, tendo como pauta a reativação dos mecanismos de diálogo bilateral (em especial a preparação para a próxima Cimeira Brasil-Portugal) e as celebrações do bicentenário da Independência.

[310] A primeira travessia aérea do Atlântico Sul aconteceu em 1922, como parte das celebrações do centenário da Independência.

[311] A primeira ocasião deveu-se à presença na posse do presidente Lula.

[312] O governo português é um dos principais defensores do acordo.

Rangel, por sua investidura no cargo e pela trajetória em defesa da aproximação entre MERCOSUL e UE. Ao telefone, falaram ainda ao sobre a XIV Cimeira Brasil-Portugal e sobre o papel da comunidade brasileira em Portugal. Ainda em abril, o presidente Lula telefonou para o novo primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, para parabenizá-lo por sua vitória recente na eleição do país. No mesmo mês, o chanceler Mauro Vieira foi recebido por seu homólogo Paulo Rangel, na primeira reunião entre ambos, quando revisaram a agenda bilateral, trataram de temas regionais e globais e debateram acerca da CPLP, do diálogo MERCOSUL-UE e da comunidade ibero-americana. Em junho de 2024, a ministra, substituta, das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Portuguesa, Nuno Sampaio.

Discurso Oficial: As relações entre Brasil e Portugal têm natureza *sui generis*, embora não sejam designadas como aliança ou parceria estratégica, são consideradas do mais alto nível ou "únicas"[313] e são pautadas no sentimento de fraternidade decorrente dos laços histórico-culturais que unem os dois países. O relacionamento supera, no entanto, a dimensão histórica, havendo interesse mútuo na utilização do capital político bilateral para o incremento do comércio e dos investimentos bilaterais e para o estabelecimento de novas parcerias nos campos científico, tecnológico, cultural e educacional. Há uma parceria densa, dinâmica e de excelência, sobretudo nos campos político, cultural, econômico-comercial e de ciência, tecnologia e inovação. A importância da agenda tecnológica, no relacionamento bilateral, é ressaltada pelas recentes iniciativas em inovação, nanotecnologia, biotecnologia e energia. Ademais, Brasil e Portugal realizam frequentes reuniões bilaterais de alto nível e estão engajados na promoção da língua portuguesa e expressam ampla convergência principiológica – *e.g.* defesa da liberdade, da soberania nacional, do multilateralismo e da reforma da governança mundial, inclusive do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Portugal mantêm contínua convergência em foros multilaterais e defendem reformas no sistema multilateral. Portugal reitera periodicamente o seu apoio à candidatura do Brasil a membro permanente do CSNU. O Brasil, por sua vez, apoiou a recondução de António Guterres como secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) – em seu primeiro mandato, a embaixadora brasileira Maria Luiza Ribeiro Viotti foi nomeada sua chefe de gabinete. Assim como o Brasil, Portugal é parte do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), mas não é signatário do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN). Ambos são Estados Partes do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Convergências Plurilaterais: Portugal é membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no âmbito da qual apoia a candidatura brasileira e participa de iniciativas junto ao Brasil, como o evento "Brasil e Portugal: Construindo uma Economia Sustentável", realizado na esteira do bicentenário da Independência.

Convergências Inter-regionais: Portugal teve papel fundamental para a conclusão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, sendo notória a carta de apoio ao acordo subscrita pelos líderes de Portugal, Alemanha, Espanha, Tchéquia, Letônia, Suécia e Países

[313] Termo utilizado pelo ministro Mauro Vieira no contexto da comemoração de 50 anos da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 2024.

Baixos (2019). Além disso, mantém-se engajado na defesa do acordo, o que se comprova pelas diversas manifestações de apoio aprovadas durante a presidência portuguesa do Conselho da UE (2021). Destaca-se também a concertação política via CPLP, Conferência Ibero-Americana, Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-UE e Cúpula Brasil-UE. Na Conferência "Brasil-Portugal: Perspectivas de Futuro" (2022), evento realizado em Portugal na esteira do bicentenário da Independência, o presidente de Portugal menciona que, para uma potência como o Brasil, "pode ser tentador, e foi muitas vezes tentador, preferir a política bilateral ao papel da CPLP", ao que encadeia uma defesa da CPLP como *locus* da política externa dos países de língua portuguesa. Brasil e Portugal também participam[314] de encontros "Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África" (XII edição realizada em 2023), organizados pelo Instituto para a Promoção da América Latina (IPDAL)[315], que debate uma agenda triangular para o Atlântico Sul.

Segurança e Defesa

Temas Bilaterais: Em 2005, os países assinaram o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, que prevê compartilhamento de conhecimentos e promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar. Já foram realizadas nove Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa, a última em 2020. Também mantêm cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança, com destaque para cooperação policial e troca de informações, gestão e desenvolvimento de fronteiras, vigilância e patrulhamento marítimo, e formação de agentes de segurança. O TACC, por sua vez, prevê cooperação militar entre os países em seu art. 65, sobretudo por troca de informações e de experiências, e, em 2003, os países assinaram o Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes. Nos últimos anos, o Brasil tem aprimorado o comércio de produtos da indústria da defesa com Portugal, com destaque para a aquisição, por Portugal, de cinco aeronaves KC-390 e de um simulador de voo produzidos pela EMBRAER (2019). A primeira aeronave KC-390 (atualmente C-390 Millennium) adquirida por Portugal foi entregue em outubro de 2023. Em 2023, foi assinado Memorando entre a Embraer, o Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CeiiA), a Indústria Aeronáutica de Portugal (OGMA), ao Grupo Mecânica do Voo – Soluções em Inovação (GMV) e a Empresa Portuguesa de Defesa (EMPORDEF) – Tecnologias de Informação (ETI) para o estabelecimento de uma parceria que permita a produção de uma versão da aeronave Super Tucano (A-29) passível de utilização por países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Há militares brasileiros no contingente português da Missão de Treino da UE na República Centro-Africana (RCA).

Temas Regionais: A segurança no Atlântico Sul tem destaque. No âmbito da CPLP, Brasil e Portugal participam do Colégio de Defesa e da "Operação Felino" (série de exercícios militares integrados pelos membros da CPLP), tendo subscrito a sua Estratégia para os Oceanos (de abordagem multissetorial) e sua a Identidade no Domínio da Defesa, ao amparo do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (2004). O Brasil aderiu, no lançamento, em 2021, ao

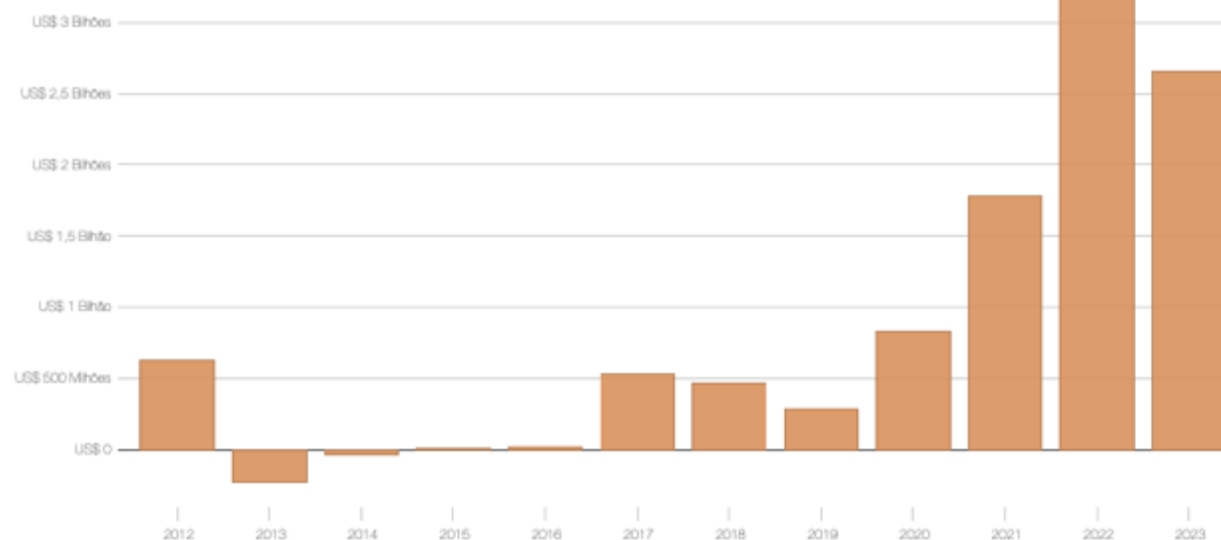
[314] Brasil não participou de todos – não esteve presente nas duas últimas edições, por exemplo.
[315] Estabelecido em 2006, tinha por objetivo inicial a promoção da América Latina em Portugal, tornando-se também um meio de internacionalização de empresas portuguesas a partir de 2009. Atualmente, dedica-se sobretudo à organização de missões empresariais à América Latina e ao Caribe. Também organiza o Encontro "Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África", que reúne membros de governos de Portugal e países latino-americanos, bem como organizações e instituições internacionais.

Centro do Atlântico, iniciativa de Portugal que integra 16 países[316] da Europa, África e Américas, com o objetivo de criar uma "nova frente de apoio à paz e à estabilidade no oceano Atlântico". Ambos os governos se apoiam mutuamente em iniciativas relacionadas ao golfo da Guiné.

<u>Comércio</u>

Marcos: O comércio entre as partes vem crescendo nos últimos anos, bem como o contato entre os setores empresariais dos dois países – *e.g. Web Summit* ocorrido em Portugal que reuniu cerca de cem empresários e empreendedores brasileiros (2021). Há interesse mútuo em valer-se do capital político bilateral para aumentar os fluxos de comércio e investimentos. Além disso, o Acordo de Associação MERCOSUL-UE pode trazer um adensamento sem precedentes das relações econômicas entre os dois países. No contexto da visita do presidente Lula, em abril de 2023, foi realizada a XIII Cimeira Brasil-Portugal, em cuja abertura foi anunciada a abertura de um escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em Lisboa, e foi realizado o Fórum de Negócios Portugal-Brasil. Em 2022, foi assinando memorando de entendimento entre a Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para a promoção da competitividade, do crescimento e do desenvolvimento sustentável das empresas em Portugal e no Brasil, com um foco especial nas suas micro, pequenas e médias empresas e negócios.

[316] Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, EUA, França, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Marrocos, Portugal, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Senegal e Uruguai.

Série histórica - Parceiro: Portugal

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Portugal

<u>Investimentos</u>

Investimentos do Brasil em Portugal: Segundo o Relatório de Investimentos Estrangeiros Diretos (RID), com dados consolidados até o final de 2019, Portugal é o 14º destino de investimentos direitos brasileiros no exterior, posição que se eleva quando se desconsideram países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado montante. O valor costuma oscilar em torno de US$ 4 bilhões desde 2014 – oscilou positivamente de 2019 para 2020, de US$ 3,82 bilhões para US$ 4,04 bilhões. O Brasil é hoje o segundo maior investidor direto fora da UE em Portugal. A Embraer é o grande exemplo de investimento brasileiro no país europeu. Conforme maço ostensivo de 2021, "os investimentos brasileiros em Portugal concentram-se nos setores financeiro, imobiliário, cosméticos, metalomecânico, turismo, construção civil e saúde". Destaca-se o recente movimento dos bancos Itaú e Bradesco para Portugal, os quais se juntam ao Banco do Brasil, que já tem presença consolidada no país.

Investimentos de Portugal no Brasil: O Brasil é o país que mais recebe investimento português no mundo. Há cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil. Segundo o RID, Portugal é o 16º maior investidor direto no Brasil (critério do controlador final), com investimentos na casa de US$ 10 bilhões (pequena oscilação negativa em relação a 2019), sobretudo no setor de indústrias extrativas (56% do total). Segundo o mesmo maço ostensivo, mais da metade dos investimentos se referem à atuação da estatal GALP em campos de extração de petróleo, tendo na sequência investimentos nos setores de eletricidade e gás, financeiro, construção e indústrias de transformação. No setor energético brasileiro, há destaque para o campo das energias renováveis, designadamente na geração de energia hidroelétrica e na exploração de parques eólicos e solares, bem como no reforço da rede de distribuição nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Portugal é também um dos maiores investidores nos projetos da carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI, figurava em sétimo em 2021), tendo interesse sobretudo no setor de energia,

em particular nas rodadas de licitação de blocos de óleo e gás, nos leilões de transmissão e de geração de energia nova e renovável A-6 (solar).

Cooperação

Aspectos Gerais: A cooperação entre países lusófonos e a afirmação da língua portuguesa são consideradas estratégicas na política externa portuguesa, o que encontra ecos na política externa brasileira. Além disso, os dois países são partes de diversos instrumentos bilaterais de cooperação, abrangendo diversos domínios, como os de economia e indústria (acordo de 1981), arquivos (protocolo de 2001), turismo (acordo de 2005) e promoção da igualdade de gênero (memorando de entendimento de 2010). Em 2023, os dois países concordaram em estabelecer um mecanismo regular de coordenação em matéria de cooperação para o desenvolvimento, a ser implementado entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se que haja cerca de 360 mil brasileiros vivendo em Portugal (252 mil vivendo legalmente), algo em torno de um terço dos migrantes legais vivendo naquele país. É a segunda maior comunidade brasileira no exterior e a maior na Europa, o que justifica a grande importância dada aos temas consulares nas relações bilaterais Brasil-Portugal. Em 1991, os países assinaram acordo para estabelecer um grupo de cooperação consular luso-brasileiro. Atualmente, destacam-se os esforços de modernização do atendimento consular, como o acordo para dispensa da declaração de autenticidade consular para troca da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pela carteira de motorista portuguesa (2022) e memorando de entendimento sobre reconhecimento mútuo de títulos de condução (2023). Os países mantêm o Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas (2003) e são signatários do Acordo de Mobilidade da CPLP (2021). Em março de 2023, Portugal estabeleceu mecanismo de emissão automática de certificados de autorização de residência para cidadãos nacionais de países da CPLP. Entre final de janeiro e meados de abril de 2021, houve suspensão de voos entre Portugal e Brasil devido à pandemia de COVID-19 – mais de uma dezena de voos comerciais extraordinários foram realizados no período, frutos de intenso esforço diplomático. Pode-se destacar, ademais, no âmbito dos contatos humanos, a realização, no biênio 2012-2013, do Ano do Brasil e Portugal e do Ano de Portugal no Brasil. Mais recentemente, em meio às atividades de celebração do Bicentenário da Independência, o coração de D. Pedro I foi transladado ao Brasil, onde permaneceu por cerca de duas semanas. Em fevereiro de 2024, em preparação para Cimeira Luso-Brasileira, houve reunião da Subcomissão Brasil-Portugal de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, na qual se discutiram o reconhecimento da CNH brasileira em território português, o acordo sobre seguridade social e a cooperação jurídica internacional.

Cooperação Técnica: Brasil e Portugal celebraram o Acordo Básico de Cooperação Técnica em 1966. Os países mantêm tradicional cooperação técnica bilateral em Bancos de Leite Humano (BLH) desde o final dos anos 2000, exemplo clássico de cooperação Sul-Norte. Ademais, há cooperação na área de administração pública, notadamente a que ocorre entre o Instituto Nacional de Administração de Portugal e a Escola Nacional de Administração Pública do Brasil, regida por protocolo de 2005. Os países também mantêm cooperação antártica, regida por memorando de entendimento assinado em 2016. Em 2017, a CPLP estabeleceu uma Rede de BLH própria, com participação dos dois países. Ainda na modalidade "cooperação em bloco", os países participam de iniciativas no âmbito Ibero-Americano, como o Ibermuseus – Programa Ibero-

Americano de Museus, principal programa de cooperação entre museus da Ibero-América, estabelecido em 2007 e que atua presentemente como órgão intergovernamental dedicado à promoção de políticas públicas articuladas para o setor.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Em 1986, Brasil e Portugal celebraram o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. A cooperação em ciência e tecnologia vem se expandindo e se intensificando desde a assinatura do TACC. Recentemente, tem-se dado atenção às áreas de nanotecnologia, física de altas energias, biocombustíveis e parques tecnológicos. Brasil, Espanha e Portugal assinaram uma carta de intenções para cooperação científica em nanotecnologia em 2021. Nesse mesmo ano, houve a assinatura de Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Científica e sobre Física Nuclear e a respectiva criação dos grupos de trabalho para assegurar a implementação das iniciativas conjuntas previstas na carta de intenções e nesses dois memorandos. Ademais, realizam, desde 2012, as “Interações Atlânticas”, que deram origem a uma agenda científica colaborativa que abrange os campos aeroespacial, energético, de meio ambiente, de infraestrutura e dos oceanos. Em 2016, foi iniciado um processo de “diplomacia científica” em meio a essas interações, que resultou em maior institucionalização, notadamente por meio do estabelecimento do *Atlantic International Research Centre – AIR Centre* (2017). Em 2019, dois escritórios do AIR Centre foram instalados no Brasil e foi recomendada uma abordagem *mission-oriented* para o período 2020-2030. Atualmente, há 18 projetos ativos no âmbito do AIR Centre. Em âmbito Ibero-Americano, destaca-se o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), estabelecido em 1984 a fim de promover a cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Em 2021, começou a operar cabo de fibra ótica da EllaLink, que liga Sines, em Portugal, a Fortaleza, no Brasil, para o desenvolvimento tecnológico e empresarial dos dois países, configurando a primeira ligação direta de alta velocidade por cabo submarino entre a Europa e a América Latina. Em 2022, foi realizada a quarta edição do Dia da Inovação Brasil-Portugal, organizado pela Embaixada do Brasil, em Lisboa, pela ApexBrasil e pelo SEBRAE. O evento promove a força da inovação brasileira e incentiva a internacionalização de empresas de base tecnológica do Brasil.

Cultura: O intercâmbio cultural é uma “convergência natural que permaneceu através dos tempos”, nas palavras de Marcelo Rebelo na Conferência “Brasil Portugal: Perspectivas de Futuro”. O Dia da Língua Portuguesa (5 de maio), criado pela CPLP em 2009, tornou-se Dia Mundial da Língua Portuguesa por meio de proclamação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) em 2019. Desde 2016, os países da CPLP pautam que o português se torne uma língua oficial da Organização das Nações Unidas (ONU). Há outras iniciativas da CPLP no campo da cultura encampadas por Brasil e Portugal, como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e o seu Vocabulário Ortográfico Comum. Em 2017, Brasil e Portugal assinaram protocolo adicional ao tratado de amizade para criar o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, que deverá ser concedido pela primeira vez em 2024. Ademais, os países colaboram no âmbito da Biblioteca Digital Luso-Brasileira e do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo), o qual se tornou Membro Honorário da Ordem Camões em 2021. Ainda, os países mantêm cooperação no domínio do patrimônio cultural edificado e da colaboração cinematográfica (protocolos celebrados em 2005). Portugal foi o país homenageado da edição de 2022 da Bienal Internacional do Livro de São Paulo. O Instituto Guimarães Rosa e o Instituto Camões estão trabalhando em formas de aprofundar para

a promoção da língua portuguesa e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nos domínios cultural e educacional.

Educação: Pode-se destacar o intenso intercâmbio acadêmico existente entre as duas nações. Em 2023, foi assinado acordo complementar sobre a concessão de equivalência de estudos no ensino fundamental/básico e médio/secundário entre os dois países.

Cooperação Jurídica: Os países são partes do Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal (1991). Em 2023, foi assinado Acordo sobre a Proteção de Testemunhas.

Cooperação Humanitária: Portugal doou medicamentos do "*kit* intubação" ao Brasil em abril de 2021.

Direitos Humanos: Em 2023, foi estabelecido diálogo bilateral no tema de pessoas com deficiência, e houve a reativação da cooperação entre o Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura (Núcleo Braille/INR, I.P.) de Portugal e a Comissão Brasileira do Braille (CBB) com vista à uniformização da simbologia Braille de ambos os países. Portugal apoia a candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no mandato de 2024-2026.

Serviços Aéreos e Turismo: O lado brasileiro está a ultimar as providências para a assinatura do decreto de implementação do Acordo de Serviços Aéreos, de 2021. Em 2023, foi assinado um Memorando entre o Instituto do Turismo de Portugal e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR).

Meio Ambiente: Memorando de Entendimento para a Cooperação em matéria de gestão de recursos hídricos e saneamento, assinado em Lisboa, em 8 de novembro de 2021. Portugal apoia a candidatura brasileira para a 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), assim como a candidatura de Thelma Krug à Presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês).

IX. Relações Brasil-Reino Unido

Marcos: 1825: Reconhecimento britânico da Independência do Brasil e mediação para o reconhecimento do Brasil por Portugal; 1826: Convenção para a Abolição do Tráfico de Escravos; 1827: Tratado de Amizade, Comércio e Navegação; 1828: Mediação britânica para o fim da Guerra da Cisplatina, com reconhecimento da independência do Uruguai; 1845: Aprovação do *Bill Aberdeen*, ocasionando protesto brasileiro; 1851: O estabelecimento do serviço postal a vapor entre o Brasil e a Grã-Bretanha inaugura a primeira linha de vapores entre o continente europeu e a América do Sul; 1863: Questão Christie, com subsequente ruptura as relações diplomáticas, que seriam restabelecidas em 1865; 1871: D. Pedro II recebe pedido dos governos norte-americano e britânico para indicação de árbitro, para compor a comissão arbitral concernente ao Caso Alabama; 1890: Reconhecimento da República Brasileira pelo Reino Unido; 1895: Mediante os bons ofícios do governo britânico, Brasil e Portugal restabelecem relações diplomáticas; 1904: Decisão arbitral acerca da Questão do Pirara; 1916: O Reino Unido perde, pela primeira vez, o posto de maior fornecedor dos bens importados pelo Brasil, e os Estados Unidos (EUA) tornam-se o maior parceiro comercial do país sul-americano; 1944: Representantes do governo britânico e do governo soviético opõem-se à proposta norte-americana de inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, no âmbito da Conferência de Dumbarton Oaks; 1968: A rainha Elizabeth II realiza primeira visita oficial de membro da realeza britânica ao Brasil; 1976: Geisel realiza visita ao Reino Unido; 1982: O Brasil mantém-se neutro na Guerra das Malvinas, embora reconheça soberania argentina desde 1833; 1997: O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realiza visita de Estado ao Reino Unido; 2000: O primeiro-ministro Tony Blair realiza primeira visita bilateral de chefe de governo britânico ao Brasil; 2003: O Reino Unido declara apoio ao pleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), posição reiterada pelo primeiro-ministro Gordon Brown em 2007; 2006: O presidente Lula realiza visita de Estado ao Reino Unido; 2012: Parceria Estratégica, com lançamento do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido; 2018: Brasil e Reino Unido lançam Ano Conjunto da Ciência e Inovação.

Embaixada: Elevação das legações em Londres e Rio de Janeiro à categoria de Embaixadas (1919). O Brasil possui consulado-geral em Londres e um recém-inaugurado, em 2022, em Edimburgo, além de quatro consulados honorários: Cardiff, Edimburgo, Glasgow e Manchester. O Reino Unido dispõe de Embaixada em Brasília, instalações consulares em Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte, além de sete consulados honorários (Belém, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Porto Alegre e Salvador).

Coordenação Política

Instâncias: Diálogo Estratégico de Alto-Nível Brasil-Reino Unido (a última reunião, a sexta edição, do Diálogo Estratégico ocorreu em Brasília, em maio de 2023, durante visita do secretário do Exterior britânico James Cleverly)[317]; Comitê Conjunto Econômico e Comercial Brasil-Reino

[317] Na ocasião, os ministros debateram o adensamento da cooperação bilateral em temas como meio ambiente – incluindo a efetivação da doação britânica ao Fundo Amazônia, anunciada durante a visita do presidente Lula a Londres –, saúde, ciência, tecnologia e inovação, entre outros. Trataram também do fortalecimento dos fluxos de comércio e investimentos, da cooperação em organismos multilaterais e de temas regionais e globais, a exemplo da evolução da situação política na Venezuela, da crise multidimensional no Haiti e de uma solução negociada para o

Unido (JETCO, na sigla em inglês), cuja última reunião ocorreu em novembro de 2020[318]; Diálogo Econômico e Financeiro (DEF), que teve quatro edições, a última em dezembro de 2020; Diálogo Digital e de Segurança Cibernética, cuja segunda reunião ocorreu em abril de 2021; Comitê Conjunto de Agricultura (CCA) Brasil-Reino Unido[319], criado em 2021, por Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura e o Departamento do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido; Diálogo Político-Militar Brasil-Reino Unido (Mecanismo 2+2), cujo último encontro ocorreu em 2021.

Visitas de Alto Nível: Após a redemocratização, a primeira visita oficial de um presidente em exercício ao Reino Unido foi a do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1997). O presidente Lula visitou o Reino Unido diversas vezes em seus mandatos: 2003 (Cúpula Governança Progressista), 2005 (no âmbito da Cúpula do G8, em Gleneagles), 2006, 2007 (visita privada para assistir partida de futebol entre Brasil e Inglaterra), 2009 (Cúpula G20 e posteriormente para receber prêmio Chatham House e participar do Seminário de Investimento no Reino Unido). Outros estadistas brasileiros fizeram diversas visitas desde então, a saber: a presidente Dilma Rousseff (2012), o então vice-presidente Michel Temer (2012 e 2013) e o ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes (2017, última visita, em nível de chanceleres, ao Reino Unido). Durante o governo anterior, registra-se a visita do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (2019) e do presidente Jair Bolsonaro (setembro de 2022), que esteve em Londres para participar do funeral da rainha Elizabeth II. Ocorreu, ademais, reunião bilateral entre o então presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Boris Johnson, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, 2021). No sentido inverso, destacam-se a visita oficial da rainha Elizabeth II ao Brasil em 1968; as quatro visitas do rei Carlos III (na condição de príncipe), em 1978, 1991, 2002 e 2009; e a do primeiro-ministro Tony Blair em 2001 – sendo esta a primeira visita oficial de chefe de Governo britânico ao Brasil. Em anos recentes também houve outras visitas de membros do governo britânico ao Brasil, a saber: visita do primeiro-ministro David

---

conflito na Ucrânia, além da reforma do CSNU. Na edição anterior do diálogo, em 2020, por videoconferência, houve concordância no que foi chamado de "refundação da amizade" entre os dois lados, pautada no compartilhamento de valores como democracia, liberdade e economia de mercado. Devido ao contexto de pandemia de COVID-19, os temas de saúde e recuperação econômica também marcaram o tom do diálogo. Ambos os países concordaram com a necessidade de abrir conversas sobre futuro Acordo de Dupla Tributação e acelerar preparativos para um tratado de livre comércio. Em continuidade a este último tópico, em outubro de 2022, em conversa telefônica entre o chanceler Carlos França e o secretário do Exterior do Reino Unido, James Cleverly, os dois ministros trataram novamente das negociações de um Acordo para Evitar Dupla Tributação, além de perspectivas futuras de uma "Parceria Ampliada de Comércio" ("Enhanced Trade Partnership").

[318] Mecanismo de diálogo, criado em 2006, entre os ministérios de ambos os países responsáveis por comércio e indústria. O objetivo é debater projetos que visem à melhora do ambiente de negócios e ampliação do comércio bilateral. Na última reunião, os representantes dos dois países reconheceram a alteração de cenário internacional com a saída do Reino Unido da União Europeia e a crise da pandemia de COVID-19, mantendo, contudo, o comprometimento com o esforço de reforçar os laços comerciais bilaterais. Foi compartilhado o interesse em um acordo de livre comércio futuro, foi reconhecido a mudança da lei brasileira de indicações geográficas para permitir o registro de gentílicos (no caso britânico, o interesse recai sobre o "Scotch Whisky") e, ainda, a importância do comércio livre para a recuperação econômica pós-COVID-19 e em direção a uma economia sustentável.

[319] O objetivo é criar um espaço de consultas bilaterais sobre questões relacionadas ao comércio de bens agropecuários, assim como possibilitar debates acerca de potenciais arranjos comerciais no futuro. O fórum é desenhado para permitir discussões de uma ampla gama de temas como: comércio agrícola e de alimentos, e acesso aos mercados; regulamentações e certificações técnicas pertinentes às matérias agrícolas; medidas de segurança alimentar e segurança de alimentos; sustentabilidade de produção agropecuária; pesquisa e inovação na área de agricultura e abastecimento, e normas sanitárias e fitossanitárias internacionais. O fórum ainda não se reuniu.

Cameron (2012); do vice-primeiro-ministro Nick Clegg (2011 e 2012, na ocasião da Rio+20); do secretário do Exterior William Hague (2014); dos ministros do Comércio, Liam Fox (2016); e do Erário, Philip Hamond (2017) – os dois últimos durante a gestão da primeira-ministra Theresa May. Após conversa, por telefone, entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Boris Johson em 2020, foram agendadas visitas mútuas entre os ministros de relações exteriores dos dois países para meados de 2020, que, no entanto, foi adiada devido à pandemia de COVID-19 e não ocorreram. Em janeiro de 2023, na ocasião da posse presidencial, a embaixadora do Reino Unido no Brasil, Stephanie Al-Qaq, entregou carta do rei Carlos III a Lula, na qual o monarca destacou a luta contra as emergências climáticas e lembrou uma visita à Amazônia, realizada em 2009 – a temática ambiental é particularmente cara ao monarca inglês. Em março de 2023, o presidente Lula e o rei Carlos III conversaram por telefone[320]. Em maio de 2023, o presidente Lula visitou o Reino Unido, tendo participado da cerimônia de coroação de Carlos III e tendo-se reunido com o primeiro-ministro Rishi Sunak. No mesmo mês, o secretário do Exterior britânico James Cleverly esteve em Brasília, para realização do VI Diálogo Estratégico de Alto Nível Brasil-Reino Unido, e em Manaus, com agenda focada na cooperação em ciência e meio ambiente. Durante a visita de Cleverly, foi anunciada, junto aos ministros Mauro Vieira e Marina Silva, a Declaração Conjunta para o lançamento da Parceria Brasil-Reino Unido sobre Crescimento Verde e Inclusivo. Em novembro, o ministro Mauro Vieira conversou, por telefone, por duas vezes, com seus homólogos (James Cleverly e David Cameron), respectivamente, sobre a situação securitária e humanitária em Gaza e sobre o fortalecimento das relações bilaterais e a participação de ambos os países na 28ª Conferência das Partes (COP28), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês). No mesmo mês, a secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, realizou visita ao Reino Unido, tendo sido recebida por autoridades do Ministério do Exterior, *Commonwealth* e Desenvolvimento. Com o subsecretário permanente daquele ministério, foram discutidas as bases de um "mapa do caminho" para as relações bilaterais, bem como a conjuntura internacional e a promoção da diversidade nas Chancelarias. O "mapa do caminho", que deverá ser adotado em 2024, tratará de temas como desenvolvimento sustentável e transição energética, cooperação em organismos multilaterais, comércio e investimentos, defesa, e ciência, tecnologia e inovação. Em dezembro, Vieira e Cameron conversaram novamente ao telefone e trataram do diferendo entre Venezuela e Guiana sobre a região do Essequibo, bem como da presidência do Brasil no G20. Ambos se encontraram, em fevereiro, à margem da reunião de chanceleres do G20, quando discutiram a promoção de comércio e investimentos e trataram da situação em Gaza. Em julho de 2024, o chanceler Mauro Vieira felicitou, por ligação telefônica, o novo secretário britânico do Exterior David Lammy pela assunção ao cargo.

Discurso Oficial: O Reino Unido possui importância histórica para o Brasil, do período colonial aos primeiros anos de formação do Brasil como um Estado independente. Apesar do período de diminuição da presença britânica no país ao longo do século XX, ambas as nações reconhecem a inflexão desse quadro a partir do início do século XXI. Politicamente, as relações com o Brasil destacam-se na atuação diplomática britânica devido não só à convergência de valores – como democracia e promoção dos direitos humanos – como também por causa da percepção positiva

[320] O rei Carlos III ressaltou o papel multilateral do Brasil nos temas de mudança do clima e desenvolvimento sustentável, e o líder brasileiro lembrou a profícua agenda bilateral, entre Brasil e Reino Unido, destacando as áreas de comércio e investimentos, intercâmbio cultural, ciência e tecnologia, além da cooperação entre a Fiocruz e a Universidade de Oxford na produção da vacina AstraZeneca.

sobre a capacidade diplomática brasileira. Ao lançar as diretrizes sobre o futuro diplomático do Reino Unido pós-*Brexit* em 2017, a então primeira-ministra, Theresa May, singularizou o Brasil, tido como grande país em desenvolvimento, na estratégia de parcerias globais "*Global Britain*". As convergências políticas entre os dois Estados são observadas ainda na parceria em temas como meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia, defesa e investimentos.

Convergências

Convergências Multilaterais: Os dois países são membros dos principais fóruns multilaterais do sistema global atual. Ambos os países são membros de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Tribunal Penal Internacional (TPI), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial. De forma geral, Reino Unido e Brasil convergem dentro de inúmeros regimes internacionais. Ambos ratificaram acordos como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Tratado de Proibição Parcial (PTBT, na sigla em inglês) e de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), sobre Comércio de Armas Convencionais (TCA), sobre Proibição de Armas Biológicas (CPAB), sobre Proibição de Armas Químicas (CPAQ), da Antártida e do Espaço Exterior. O Reino Unido, entretanto, não assinou o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Na OMC, agora que o Reino Unido passa a atuar de maneira independente da União Europeia (UE), o país acredita haver espaço para cooperação bilateral em temas como o Acordo sobre Compras Governamentais (GPA, na sigla em inglês), de Comércio Eletrônico e de Facilitação de Investimentos. Na ONU, é importante destacar que Reino Unido apoia o pleito brasileiro de a um assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), desde 2003. Com efeito, em relação ao assento no CSNU, o apoio foi reforçado em conversa telefônica entre primeiro-ministro Gordon Brown e o então presidente Lula, em 2007, e, novamente, em 2020, em conversa telefônica com o então ministro Ernesto Araújo. Recentemente, em outubro de 2022, em conversa telefônica entre o chanceler Carlos França e o secretário do Exterior do Reino Unido, James Cleverly, os dois ministros conversaram sobre o conflito na Ucrânia. Na ocasião, o Brasil defendeu a imediata cessação de hostilidades e a resolução pacífica da disputa, com base na Carta das Nações Unidas. O Reino Unido comprometeu-se com a presidência brasileira da COP30 da CQNUMC.

Convergências Plurilaterais: O Reino Unido apoia o pleito brasileiro de entrada na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sob o discurso de que a adequação aos padrões da organização facilita não só o comércio entre os dois países, como do mundo todo. Em relação a esse tema, o Reino Unido espera colaborar com até R$ 10 milhões em apoio técnica para que o Brasil se adapte aos padrões da OCDE. Na OMC, ambos compõem o "Grupo de Ottawa", criado, em 2018, com o objetivo de estabelecer um processo de debates – na lógica *bottom-up* – visando a reformas realistas e pragmáticas na organização. Ademais, ambos os países são membros do G20. O Reino Unido acolheu e confirmou que está pronto para compartilhar experiências e apoiar a presidência do G20 do Brasil e a Reunião Ministerial sobre Energia Limpa em 2024.

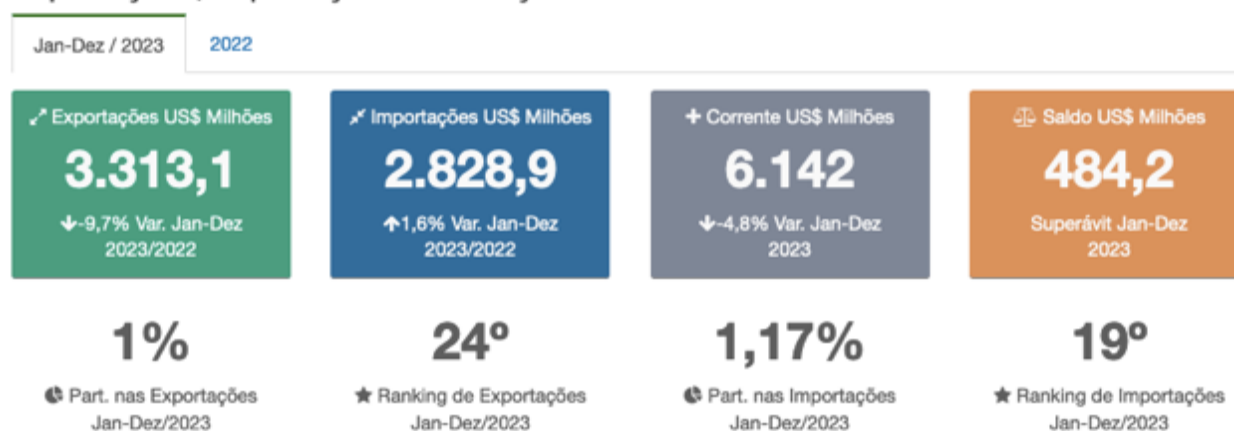
Segurança e Defesa: Brasil e Reino Unido possuem Acordo de Cooperação em Defesa, em vigor desde 2019. Em 2021, foi realizado o II Diálogo Digital e de Segurança Cibernética, iniciativa voltada para o compartilhamento de experiências entre entidades governamentais a respeito de inteligência artificial (IA), proteção de dados, economia digital e acesso digital, implementação da

rede 5G e cibersegurança. Ambos também mantêm Diálogo Político-Militar Brasil-Reino Unido (Mecanismo 2+2). Na V Reunião do Mecanismo 2+2, em dezembro de 2021, as partes discutiram desafios globais de defesa e segurança e exploraram possibilidades da pauta bilateral nessa matéria. Foram, ainda, realizadas duas edições do Diálogo de Indústrias de Defesa entre Brasil e Reino Unido (2018 e 2019). Em fevereiro de 2024, os dois chanceleres assinaram acordo de cooperação em tecnologias e capacidades industriais de defesa. É importante destacar que no passado houve momentos de divergências do Brasil em relação a posições adotadas pelo Reino Unido em termos de defesa e segurança, como as críticas brasileiras à invasão do Iraque (2003), à invasão da Líbia (2011) e à condução do caso Jean Charles (brasileiro morto no metrô de Londres em 2005). Em 2018, houve aquisição, pela Marinha do Brasil, do navio porta-helicópteros HMS Ocean. Uma vez de posse do Brasil, HMS Ocean (renomeado NAM Atlântico) representa o maior navio da marinha brasileira, permitindo realizar operações anfíbias com tropas de fuzileiros navais e missões de controle de área marítima para proteção e linhas de comunicação, além de conduzir missões de caráter logístico e humanitário. A tradicional cooperação entre as Marinhas do Brasil e do Reino Unido baseia-se no Acordo sobre Programa de Intercâmbio de Oficiais da Marinha, celebrado em 1981.

<u>Comércio</u>

Marcos: Memorando de entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o UK Export Finance sobre cooperação em matéria de créditos para exportação (2018). Em julho de 2022, o Reino Unido retirou as medidas tributárias protetivas sobre a importação de chapas de aço e de produtos de aço laminados a frio (sobretaxa de 25%, imposta em meados de 2021). Como consequência, o aço brasileiro tornou-se mais competitivo no mercado siderúrgico britânico. O Ministério da Economia afirma que os britânicos foram convencidos pelo argumento brasileiro de que o volume da exportação do País se enquadrava nos parâmetros de isenção tributária autorizada por acordos assinados no âmbito da OMC. Em novembro de 2022, após mais de quatro anos de negociações, Brasil e Reino Unido firmaram memorando de entendimento concernente à repartição do volume das quotas tarifárias de importação da UE entre o bloco europeu e o Reino Unido. As negociações com a UE haviam sido concluídas em setembro de 2022, e, mediante o acerto com o Reino Unido, garante-se que o *Brexit* não impactará negativamente os fluxos comerciais do Brasil com as duas partes. Em julho de 2023, o Reino Unido acabou com os chamados “controles reforçados” às exportações brasileiras de produtos cárneos e anunciou a retomada plena do sistema de habilitação de estabelecimentos por indicação das autoridades sanitárias brasileiras, o chamado “*pre-listing*”. Em março de 2024, o Reino Unido autorizou as exportações brasileiras de gelatinas e colágenos derivados de suínos para o país.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Reino Unido

Série histórica - Parceiro: Reino Unido

Série histórica - Parceiro: Reino Unido

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Reino Unido

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Reino Unido

<u>Investimentos:</u> Foi celebrado, em novembro de 2022, acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão e a elisão fiscais[321].

Investimentos do Reino Unido no Brasil: O Reino Unido é o sétimo investidor no Brasil, contando com mais de 800 empresas atuando no País e uma área de atuação ampla e diversa: extração de petróleo e gás, energia, mineração, bancos múltiplos com carteira comercial. Em 2018, foram US$ 18 bilhões de investimentos diretos britânicos em solo brasileiro. Em 2021, estima-se que o Reino Unido tinha US$ 22,6 bilhões investidos no Brasil, segundo o critério de investidor direto, e US$ 36 bilhões, pelo critério de controlador final. Importante destacar também que o Reino Unido ocupa o 2º lugar do *ranking* de maior investidor potencial do Brasil, perdendo apenas para China. Entre as principais empresas, pode-se citar: Anglo American, BG Group, HSBC, JCB, Lloyds, Rio Tinto, entre outras. Em termos de investimentos recentes, também há a Shell (2017) e a Jaguar Land Rover (2017). No caso da Shell, os novos investimentos inserem-se no contexto dos leilões do pré-sal, no qual a empresa arrematou três áreas em consórcio na Bacia de Santos. Além disso, em 2019, a British Petroleum conclui a formação de uma *joint venture* com a Bunge Bionergia, no Brasil, para combinar negócios de bioenergia e etanol de cana-de-açúcar. Em 2021, o Ministério do Desenvolvimento Regional assinou memorando de cooperação técnica com a British Water, organização representativa da cadeia de abastecimento da indústria de água e esgoto no Reino Unido, com o objetivo de atrair investimentos privados para ações de saneamento básico a serem realizadas no Brasil. A parceria visa a proporcionar a troca de experiência entre as partes sobre questões ligadas ao ambiente regulatório, por meio de estudos e eventos em uma plataforma *online*, que sediará seminários com representantes do setor de saneamento dos dois países. Além disso, em setembro de 2022, a Lightsource BP confirmou investimento de R$ 700 milhões para a construção de complexo de energia solar em Abaira (CE), composto de cinco parques solares.

[321] O acordo encontra-se, em dezembro de 2023, em processo de tramitação no Ministério das Relações Exteriores.

Investimentos do Brasil no Reino Unido: No que tange aos investimentos recentes do Brasil, o maior destaque vai para o caso da Natura, que adquiriu, em 2017, a The Body Shop em negócio estimado em £ 1 bilhão.

<u>Cooperação</u>

Cooperação Técnica e Desenvolvimento: Parceria Brasil-Reino Unido para o Desenvolvimento Mundial: iniciativa de cooperação destinada a promover políticas de redução da pobreza, de erradicação da fome e de combate das desigualdades sociais e a superação dos desafios do desenvolvimento socioeconômico no mundo. Em 2020, os dois países concordaram que ampliar os esforços no âmbito dessa iniciativa, inicialmente nos campos de gerenciamento de mudanças demográficas e de transformação dos mercados agrícolas para recuperação da crise econômica. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o For*eign, Commonwealth and Development Office* (FCDO) atuam conjuntamente em iniciativas-piloto de cooperação com a África, nas áreas de sistemas agroalimentares sustentáveis e inclusivos e de dados para gestão da transição demográfica.

Ciência, Tecnologia e Inovação: A área de ciência, tecnologia e inovação é um dos campos mais férteis na relação entre Brasil e Reino Unido, acumulando diversas iniciativas de cooperação ao longo dos anos. O Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em 1997, entrou em vigor em 2001. Em termos de apoio à pesquisa, ciência e inovação, pode-se mencionar o Newton Fund, que, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), já financiou um total de R$ 2,5 milhões, distribuídos em projetos de pesquisa e inovação, desde 2016 – caracterizando o Brasil como um dos quatro países que mais receberam recursos do fundo. Já o *Prosperity Fund* – fundo interministerial de promoção do desenvolvimento do Reino Unido – deve investir £ 110 milhões no Brasil em projetos de desenvolvimento nas áreas de facilitação de comércio, ambiente de negócios, saúde, educação, energia, finanças verdes, cidades inteligentes e acesso digital. Ademais, o British Gas (BG) investe na construção de um centro global de desenvolvimento de tecnologia, localizado no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estimado em US$ 1,5 bilhão. O Reino Unido ainda mantém o programa *Chevening Scholarships*, uma iniciativa que já concedeu 50 mil bolsas de estudo no Reino Unido, das quais dois mil foram destinadas a estudantes brasileiros. Em anos recentes, uma série de iniciativas merece destaque. Em 2018-2019 ocorreu o Ano Conjunto de Ciência e Inovação, que visava à celebração da cooperação em curso entre os dois países, em eventos como missões conjuntas, seminários, chamadas conjuntas de agências de financiamento e outras oportunidades de cientistas divulgarem seus trabalhos. Já em 2020, o Reino Unido comprometeu-se com o estabelecimento de um Comitê Conjunto de Ciência e Inovação, com atores governamentais, representantes de agências de financiamento e instituições de pesquisa, para examinar um plano de ação para os próximos cinco anos. Ademais, foi assinado memorando de entendimento para cooperação na área de transformação digital, entre o Ministério da Economia e a encarregada de Negócios da Embaixada Britânica, Liz Davidson. O acordo abrange cooperação em áreas como digitalização, transparência e governança de dados. Em agosto de 2022, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Paulo Alvim, e a encarregada de negócios da Embaixada do Reino Unido no Brasil realizaram uma reunião com o objetivo de discutir a ampliação da cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Na ocasião, o Brasil destacou que as áreas prioritárias para o país são: agricultura e produção sustentável de alimentos; biodiversidade e bioeconomia; ciência do clima e energia limpa; inovação e inteligência artificial

(IA). No contexto de redinamização da cooperação bilateral neste campo, os países articulam-se para a criação do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a priorização dos temas de saúde e ciências da vida, agricultura e segurança alimentar, clima e biodiversidade, e tecnologias emergentes e inovação.

Saúde: O principal tema em cooperação em saúde nos últimos anos gira em torno da COVID-19. O Reino Unido exerceu papel importante para o esforço de vacinação contra a COVID-19. Parte da vacinação levada a cabo no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Bio-Manguinhos ocorreu com base nas vacinas desenvolvidas pela AstraZeneca/Oxford – parceria que posteriormente foi aprofundada no âmbito da COVAX Facility. O Memorando de Entendimento com a AstraZeneca foi assinado em 2020, e, em 2022, após o fim do processo de transferência tecnológica, a capacidade de produção 100% nacional da vacina, pela Fiocruz, foi reconhecida. Além disso, o Newton Fund financiou pesquisas anglo-brasileiras relacionadas ao sequenciamento genético do coronavírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, e outras relacionadas à epidemia de zika. Em 2019, iniciou-se a parceria entre Brasil e o Reino Unido no âmbito do programa Saúde Melhor, com recursos do *Prosperity Fund*, para disponibilizar ao Brasil £ 14 milhões (executados diretamente pelo governo britânico) para a execução de projetos, que visam ao fortalecimento de áreas estratégicas, como a atenção primária à saúde.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Itamaraty estima que vivem no Reino Unido aproximadamente 220 mil brasileiros, sendo esta a segunda maior comunidade brasileira na Europa (atrás apenas de Portugal).

Meio Ambiente: No âmbito do *Prosperity Fund*, o Reino Unido financia projetos de aceleração da transição econômica brasileira para uma economia de baixo carbono. Como exemplo, cita-se o projeto de estabelecimento de uma bio-refinaria, para produção de biodiesel, diesel verde e bio-querosene em Juiz de Fora (MG). Em encontro com o presidente Lula em Londres, em maio de 2023, o primeiro-ministro Rishi Sunak anunciou que o Reino Unido doará £ 80 milhões ao Fundo Amazônia. O Brasil acolheu com satisfação o lançamento do *UK PACT Country Fund* para fornecer assistência técnica e intercâmbio de conhecimentos nas áreas da parceria, e o apoio do Reino Unido a ações destinadas a fomentar a sociobioeconomia, a promover a participação, os direitos e os meios de subsistência dos povos indígenas e comunidades locais, e a combater a degradação florestal, restaurar florestas e outros ecossistemas, fomentando a agricultura sustentável e finanças verdes. Ambos os países trocaram visões sobre a necessidade de oferecer oportunidades de negócios, empregos e melhor acesso de mercado para produtos e cadeias de valor sustentáveis, com repartição justa e equitativa de benefícios. A Parceria Brasil-Reino Unido sobre Crescimento Verde e Inclusivo, lançada em 2023, está calcada no compromisso e disposição para enfrentar a crise climática global, promover o desenvolvimento sustentável e promover uma transição ecológica justa e inclusiva. A parceria será implementada por meio de diálogos de alto nível entre os governos e tem como pilares as áreas de clima, florestas, agricultura, energia e finanças. A parceria incluirá colaboração por meio do intercâmbio sobre políticas públicas, compartilhamento de conhecimento e experiência, inclusive em ciência e inovação, cooperação financeira, mobilização de financiamento novo e adicional, inclusive do capital privado, e colaboração entre as indústrias, incluindo a oportunidade de acessar até £ 4 bilhões em apoio financeiro para projetos sustentáveis da agência britânica de crédito à exportação, *UK Export Finance*. No âmbito da COP28, o Reino Unido anunciou uma nova doação de £ 35 milhões para

o Fundo Amazônia, totalizando £ 115 milhões (R$ 715 milhões) com o que já havia sido anunciado em maio.

Agricultura: O Reino Unido importa mais de 50% dos alimentos que consome, e cerca de 70% dos produtos são provenientes da UE. Nesse quadro, apesar do Acordo de Comércio e Cooperação celebrado entre Reino Unido e a UE, a imposição mútua de verificações sanitárias e fitossanitárias nas fronteiras pode favorecer a competitividade dos produtos brasileiros. Como exemplo, o Reino Unido passou a desregulamentar algumas frutas importadas do Brasil, para as quais não se exige mais Certificação Fitossanitária.

Indústria: À margem da COP28, em Dubai, Brasil e o Reino Unido firmaram um acordo de cooperação em projetos de apoio à descarbonização do setor industrial. A estrutura de cooperação recebeu no memorando a denominação de *Hub* de Descarbonização Industrial no Brasil (HDIB)[322]. Funcionará como um centro de articulação de parcerias internacionais com interesse na descarbonização do setor industrial, incluindo provedores de assistência técnica, doadores internacionais de financiamento climático, investidores privados e outras iniciativas industriais com a finalidade de facilitar a identificação, o alinhamento e a correspondência das medidas propostas. O plano de trabalho do memorando também prevê apoio britânico na elaboração da Estratégia Nacional de Descarbonização da Indústria para implementar a missão 5 da Nova Indústria Brasil; suporte à implementação de planos setoriais de descarbonização para as indústrias de cimento e de siderurgia; e apoio à pesquisa e inovação, como o Plano de Incubação para Descarbonização da Indústria. Em março de 2024, o Reino Unido anunciou que investirá R$ 6,3 milhões (£1 milhão) em projetos de redução das emissões de carbono na indústria do Brasil como parte do HDIB.

Serviços Aéreos: Em abril de 2024, os dois países assinaram um novo Acordo sobre Serviços Aéreos, que, ao atualizar o tratado de 1946[323], prevê que as empresas aéreas brasileiras e britânicas poderão determinar livremente a oferta de voos bilaterais para passageiros e carga.

---

[322] O *hub* é uma plataforma que facilitará o envolvimento entre atores nacionais e internacionais e será implementado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, na sigla em inglês).

[323] Ao atualizar o marco legal bilateral de 1946, o novo acordo contempla o direito de transportar passageiros e carga entre os territórios do Brasil e do Reino Unido e o território de um terceiro Estado, em voos com origem ou destino aos países signatários (direitos conhecidos no setor como “Quinta Liberdade do Ar”). O acordo amplia, além disso, a permissão para operações de serviços cargueiros, possibilitando que as empresas aéreas dos dois países realizem transporte de carga internacional sem a exigência de que a operação se inicie ou termine no país de origem da empresa (“Sétima Liberdade do Ar”).

X. Relações Brasil-Suécia

Marcos: 1826: Estabelecimento de relações diplomáticas; 1876: D. Pedro II realiza visita à Suécia; 1984: Visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia ao Brasil e criação da Comissão Mista Bilateral; 1991: Presidente Collor realiza visita à Suécia; 2009: Parceria Estratégica e estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas; 2014: Assinatura do contrato comercial relativo à aquisição e ao desenvolvimento de aeronaves de combate Gripen NG; 2015: Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica[324] (atualização do Plano de 2009); 2019: Entrega da primeira unidade dos 36 caças Gripen.

Embaixada: O Brasil possui embaixada em Estocolmo, enquanto a Suécia possui embaixada em Brasília. A legação brasileira na Suécia só foi formalmente estabelecida em 1852, embora, entre 1829 e 1852, o Brasil já tivesse nomeado sete representantes para defender os interesses do País junto à Suécia. A legação, responsável, primeiramente, por defender os interesses do Brasil junto à Suécia e à Noruega e, em 1910, junto à Bélgica e à Suécia, foi separada em 1917. Em 1930, um decreto governamental tornaria extensiva à Finlândia a legação na Suécia, o que durou em parte daquela década. Em 1956, a missão diplomática na Suécia seria elevada ao nível de embaixada.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas[325] (2009; última edição em 2024); Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984, 2ª edição em 2007); Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN, 2015, 8ª edição em 2022); Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI, 2009, 7ª edição em 2022); Diálogo Político-Militar 2+2 (2015, 5ª edição em 2022); Conselho de Líderes Empresariais.

Visitas de Alto Nível: A visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia[326] ao Brasil, em 1984, representou um marco para a aproximação bilateral. Realizaram visitas à Suécia os presidentes Collor (1991), Fernando Henrique Cardoso (FHC, 2002), Lula (visita de Estado em 2007; 2009) e Dilma Rousseff (2015, com participação no Seminário Empresarial Suécia-Brasil, Estocolmo). No que concerne ao lado sueco, visitaram o Brasil os primeiros-ministros Göran Persson (2003, na ocasião da posse do presidente Lula), Fredrik Reinfeldt (2011; 2012, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento – Rio+20) e Stefan Löfven (2015, no contexto da posse da presidente Dilma). Houve, igualmente, nos últimos anos, visitas de representantes parlamentares e, em nível ministerial, há particular relevância das visitas dos ministros da Defesa dos dois países. Com relação a eventos mais recentes, destacam-se a visita ao Brasil do rei e da rainha da Suécia, em 2017, para participação na reunião do Conselho de Líderes

---

[324] O novo plano visa a adensar os laços bilaterais e compreende iniciativas divididas em nove eixos: diálogo político regular; comércio e investimentos; cooperação em matéria de defesa; cooperação em ciência, tecnologia, inovação e educação; energia sustentável; meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável; cooperação em previdência social; cooperação em intercâmbio cultural; implementação.

[325] Ocorreram seis reuniões do mecanismo, a última em 2023, em Brasília. Com exceção da segunda e da sexta reuniões da instância, em 2006 e em 2023, em nível de secretários-gerais, todas as demais foram realizadas em nível de subsecretários.

[326] Ambos os representantes da realeza sueca estiveram no Brasil posteriormente, em diferentes ocasiões, tendo participado de iniciativas em campos diversos, compreendendo as áreas de economia, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, direito das crianças e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Empresariais Brasil-Suécia e no Fórum Global da Criança[327], e a visita do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, a Linköping, em 2019, por ocasião da cerimônia de entrega do primeiro caça Gripen à Força Aérea Brasileira (FAB). Em julho de 2023, Lula encontrou-se com o primeiro-ministro Ulf Kristersson, em Bruxelas, à margem da Cúpula CELAC-UE. Em outubro, a ministra substituta das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Suécia, embaixador Jan Knutsson, para a VI Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia. Em junho de 2024, a secretária-geral, embaixadora Maria Laura da Rocha, copresidiu, em Estocolmo, a VII Reunião de Consultas Políticas, com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, embaixador Jan Knutsson.

Discurso Oficial: A relação de amizade entre Brasil e Suécia tem raízes nos laços entre a Família Real brasileira e a sueca (dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da rainha Josefina, consorte do rei Oscar I da Suécia) e no estabelecimento de colônia sueca no Brasil, no final do século XIX. O relacionamento bilateral mudou de patamar, após a visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia[328] ao Brasil, em 1984, inaugurando um padrão frequente de visitas e de contatos entre autoridades. Em 2009, a relação foi novamente alçada a nível superior, com o estabelecimento da parceria estratégica entre os dois países, que se tornou ainda mais relevante após o início do projeto Gripen NG, em 2014. A cooperação bilateral abrange áreas diversas, compreendendo os temas de comércio e investimentos, defesa, educação, meio ambiente, energias renováveis, seguridade social e cultura. O campo da ciência, tecnologia e inovação é particularmente importante, uma vez que a Suécia é considerada um dos países mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *start-ups* e de novas tecnologias.

Convergências

Convergências Multilaterais: A política externa da Suécia é marcada pela promoção da paz e do multilateralismo, temas de grande importância para o Brasil. Ambos os países reconhecem a Organização das Nações Unidas (ONU) como o grande foro internacional para a harmonização de interesses e a solução de crises internacionais. Os países são defensores da reforma da ONU, tendo integrado o Grupo dos 16, em 1995, coalizão criada a fim de promover esse objetivo[329]. O meio ambiente é tema prioritário para ambas as partes, que foram sedes de duas emblemáticas reuniões na área, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em Estocolmo, em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992. Além disso, tanto o rei da Suécia quanto o primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt estiveram presentes na Rio+20. Nesse contexto, Brasil e Suécia apoiam o engajamento multilateral no campo, tendo manifestado satisfação com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e defendido a adoção de um acordo justo, ambicioso, durável e abrangente no contexto da 21ª Conferência das Partes (COP21, na sigla em inglês), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do

[327] O Fórum Global da Criança, fundado pelo rei Carlos XVI Gustavo e pela rainha Sílvia, em 2009, é uma fundação não lucrativa, localizada em Estocolmo, que visa à defesa dos direitos da criança. A edição regional do fórum ocorreu pela primeira vez na América do Sul, no Brasil, em 2017, e contou com a participação do presidente Michel Temer.

[328] Curiosidade de dimensão humana no relacionamento da monarquia sueca com o Brasil: a rainha Sílvia nasceu na Alemanha, seu pai é um empresário alemão que comandou uma subsidiária de uma metalúrgica no Brasil, onde conheceu sua mãe, que é brasileira. Ela morou, durante a infância, no interior de São Paulo.

[329] O Grupo dos 16 foi estabelecido por iniciativa da Suécia, a fim de promover a reforma da ONU, no contexto do 50º aniversário da organização. O grupo é composto por Austrália, Brasil, Canadá, Côte d'Ivoire, Tchéquia, Egito, Índia, Indonésia, Irlanda, Jamaica, Japão, Coreia do Sul, México, Países Baixos, África do Sul e Suécia.

Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês). Em 2014, o então primeiro-ministro Stefan Löfven expressou a intenção de transformar a Suécia em um *strong player* internacional, e, nesse sentido, o país visa a projetar sua imagem como a de uma potência humanitária, compreendendo iniciativas de interesse para o Brasil, na arena multilateral, como a participação em operações de paz, a doação de ajuda para o desenvolvimento e a promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos. Com relação ao tema de desarmamento, a Suécia votou favoravelmente à resolução da AGNU para a negociação de um instrumento juridicamente vinculante para proibir as armas nucleares, que teve o Brasil como um de seus proponentes.

Convergências Plurilaterais: Em 1998, a Suécia participou da formação da Coalizão da Nova Agenda (CAN), juntamente com o Brasil, embora o país europeu tenha deixado o grupo posteriormente. Ademais, Brasil e Suécia cooperam no âmbito da Reuniões Ministeriais de Energia Limpa (CEM, na sigla em inglês).

Segurança e Defesa: Brasil e Suécia celebraram Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa em 2014. No mesmo ano, foi firmado o contrato comercial, entre a FAB e a empresa sueca SAAB, referente à aquisição e ao desenvolvimento de 36 caças Gripen, no âmbito do Programa FX-2. O compromisso, no valor de US$ 5,4 bilhões, foi o maior contrato de exportação da história da SAAB, e a parceria, na qual a EMBRAER exerce papel estratégico, prevê um extenso programa de transferência de tecnologia, com grandes benefícios para a indústria de defesa brasileira. Com relação às atividades ligadas à iniciativa, em 2016, EMBRAER e SAAB inauguraram o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen (GDDN, na sigla em inglês), um *hub* para a transferência de tecnologia da empresa sueca para os parceiros brasileiros; em 2018, foi inaugurada a primeira fábrica de aeroestruturas da SAAB fora da Suécia, em São Bernardo do Campo, em São Paulo, onde, desde 2020, se produzem peças da cadeia de fornecimento global da SAAB relativa aos caças Gripen; em 2019, ocorreu cerimônia de entrega do primeiro caça, em Linköping, na Suécia; em 2020, foi inaugurado o Centro de Ensaios em Voo do Gripen (GFTC, na sigla em inglês); em dezembro de 2022, quatro caças entraram em operação no Brasil; em maio de 2023, foi inaugurada a linha de produção da aeronave na fábrica da EMBRAER em Gavião Peixoto[330], em São Paulo, e foram entregues dois novos caças Gripen, de modo que o Brasil tem, atualmente, seis aeronaves do tipo em operação. Brasil e Suécia contam com Diálogo Político-Militar, no formato 2+2, cuja quinta edição ocorreu em 2022. Há, ademais, adidância de defesa do Brasil na Suécia, aberta em 2015, e acordo bilateral sobre troca e proteção mútua de informação classificada (2014) em vigor.

Comércio

Marcos: A Suécia apoia o Acordo de Associação Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-União Europeia (UE). Em 2019, a ministra de Comércio Exterior sueca, Anna Hallberg, defendeu o livre comércio e ressaltou que acordos como o celebrado com o bloco sul-americano são importantes para o país europeu. A atual embaixadora da Suécia no Brasil, Karin Wallensteen, reforçou a posição favorável em relação ao acordo. Destaca-se, ademais, o estabelecimento da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em 1953, em São Paulo.

[330] Essa etapa, parte de um dos maiores programas de transferência de tecnologia da história do Brasil, possibilita que o Brasil se torne um centro de produção e de exportação de caças. Considerados o GDDN e o GFTC, a EMBRAER passa a deter os estágios de desenvolvimento, produção e testes da aeronave desse tipo.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Suécia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
812,6	**2.087,2**	**2.899,8**	**-1.274,6**
↑2,7% Var. Jan-Dez 2023/2022	↓-4,2% Var. Jan-Dez 2023/2022	↓-2,4% Var. Jan-Dez 2023	Déficit Jan-Dez 2023

0,2%	**52º**	**0,9%**	**25º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Suécia

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Suécia

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Suécia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Suécia

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Suécia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 2,1 Bilhões

Partes e acessórios dos veículos automotivos 20%

Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes 9,7%

Outros medicamentos, incluindo veterinários 6,5%

Motores de pistão, e suas partes 5,0%

Demais produtos - Indústria de Transformação 4,8%

Produtos laminados planos, de ligas de aço 3,8%

Veículos automóveis de passageiros 3,8%

2,9%

2,4%

Papel e cartão 1,9%

Tratores

<u>Investimentos</u>

Investimentos da Suécia no Brasil: Os investimentos da Suécia no Brasil começaram com a Ericsson, em 1924. Atualmente, estima-se que haja US$ 3,8 bilhões de capital do país europeu no Brasil, pelo critério de participação no capital, e US$ 2,3 bilhões, pelo critério de controlador final, segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2021)[331]. As cerca de 220 empresas suecas no Brasil atuam em setores como telecomunicações, farmacêutico, além de aviação e defesa, e são responsáveis pelo emprego de cerca de 60 mil brasileiros. Instituições suecas de relevância mundial estão presentes no Brasil, como Volvo, Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso, SKF e Tetra Pak. Nesse contexto, São Paulo é considerada a segunda cidade industrial da Suécia, em razão da concentração de empresas do país europeu na metrópole nacional brasileira. A atuação de maior importância no Brasil refere-se à empresa SAAB.

Investimentos do Brasil na Suécia: Na Suécia, estão presentes as empresas brasileiras Stefanini, do setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC), Fitesa, tecidos de polipropileno *nonwoven* para aplicação em áreas de higiene e especialidades médicas e industriais, e WEG, equipamentos eletroeletrônicos. Estima-se que, em 2021, o estoque de investimentos brasileiros diretos na Suécia tenha atingido US$ 787 milhões.

<u>Cooperação</u>

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se que cerca de vinte mil pessoas compõem a comunidade brasileira na Suécia, com distribuição predominantemente em Estocolmo (30%), Gotemburgo (16%) e Malmö (15%). Os laços humanos representam importante dimensão do relacionamento bilateral, tendo os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegado ao brasil em 1890. Em 1909, seria criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre Brasil e

[331] Entre 2009 e 2014, os investimentos da Suécia no Brasil triplicaram.

Suécia. Encontram-se em vigor a convenção para evitar a dupla tributação concernente aos impostos sobre a renda (1975) e o acordo para supressão de vistos em passaportes (1959).

Ciência, Tecnologia e Inovação: O Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, que foi celebrado em 1984 e estabeleceu a Comissão Mista, encontra-se em vigor, assim como o Protocolo Adicional ao Acordo, celebrado em 2009, que estabeleceu o GTATI[332]. O Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB)[333], criado em 2011, com apoio financeiro da empresa sueca SAAB, representa outra importante iniciativa bilateral na área. Destaca-se, ademais, a Missão Real Tecnológica (1998), liderada pelo rei Carlos XVI Gustavo, que também realizou missão ao Brasil, em 2013, acompanhado da Real Academia de Engenharia. Mais recentemente, foi realizada a III Semana da Inovação Brasil-Suécia (2022).

Cooperação Aeroespacial: Brasil e Suécia cooperam por meio do GAN[334], cuja criação se relaciona com a compra de caças Gripen[335] e com a intenção de ampliar a cooperação bilateral em aeronáutica, de modo a compreender projetos civis e militares. Em 2022, foi realizada a oitava reunião do grupo, ocasião na qual se aprovou novo Plano Estratégico de Longo Prazo.

Meio Ambiente: Brasil e Suécia celebraram memorando de entendimento sobre cooperação em proteção ao meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável (2013) e, mais recentemente, sobre cooperação em mineração sustentável (2015). A área representa um dos eixos de cooperação, no contexto de adensamento das relações bilaterais, explicitamente mencionados no Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (2015).

Energia: Brasil e Suécia celebraram memorando de entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis, em 2007. Em 2017, foi realizado o Seminário sobre a Bioeconomia, em Estocolmo.

Cultura: Há particular relevância da literatura na cooperação na área cultural. De fato, a Suécia é o sétimo maior mercado consumidor de obras de escritores brasileiros, e o Brasil participa da Feira do Livro de Gotemburgo desde 2014, ano em que o País foi homenageado como *country in focus*. No campo audiovisual, destaca-se a realização do Festival BrasilCine, na Suécia, desde 2005. Ademais, a Embaixada do Brasil realiza anualmente, desde 2010, o festival *Brazilian Day*, com o objetivo de promover a imagem do Brasil como destino turístico.

---

[332] A terceira reunião do grupo ocorreu em 2018, em Brasília, oportunidade na qual se decidiu prosseguir com a cooperação nas áreas de saúde humana e bioeconomia. A primeira reunião do grupo ocorreu em 2016. A mais recente ocorreu em 2022.

[333] Trata-se de empresa não lucrativa que exerce a função de *hub* internacional para a promoção da cooperação em tecnologia e inovação entre Brasil e Suécia. As áreas de interesse compreendem os setores de aeronáutica, defesa e segurança, energia sustentável, desenvolvimento urbano e transporte e logística. O setor de aeronáutica é particularmente estratégico, uma vez que se espera que a cooperação bilateral do projeto Gripen, com o necessário uso de tecnologias avançadas nessa iniciativa, gere transbordamentos para áreas da indústria de inovação.

[334] O GAN foi criado no âmbito de reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Comercial e Tecnológica.

[335] De fato, o governo considerou, na decisão pela compra dos Gripen, as vantagens que a empresa sueca oferecia em comparação com suas concorrentes, notadamente: a transferência de tecnologia e a possibilidade de inserção das empresas brasileiras na cadeia de fornecimento global da SAAB.

Promoção da Democracia: Desde 2016, o Brasil faz parte e participa ativamente do *Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA International)[336], organização internacional com sede em Estocolmo, voltada para a promoção da democracia globalmente. Em 2015, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), José Antonio Dias Toffoli, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, visitaram a Suécia, no contexto da celebração do 20º aniversário do IDEA International.

Desenvolvimento: Brasil e Suécia celebraram, em 2012, o Memorando de Entendimento para a Parceria e Diálogo sobre o Desenvolvimento Global, com o objetivo de promover a redução da pobreza global.

[336] Os principais doares do instituto (Suécia, Noruega, Suíça e Países Baixos) têm reduzido o engajamento e as contribuições na organização.

XI. Relações Brasil-Suíça

Marcos: 1826: O governo da Confederação Suíça reconhece a independência do Brasil; Década de 1990: Jean Pascal Delamuraz é o primeiro conselheiro federal da Suíça a visitar o Brasil (1994), e Fernando Henrique Cardoso (FHC) é o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar visita oficial à Suíça (1998); 2007: Criação da Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais; 2008: Parceria Estratégica[337,338] e estabelecimento do mecanismo de consultas políticas.

Embaixada: O Brasil conta com embaixada em Berna e consulados-gerais em Genebra e Zurique. A Suíça tem embaixada em Brasília e consulados-gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de oito consulados honorários no Brasil. Em diferentes momentos do século XIX, os interesses brasileiros na Suíça foram defendidos pela legação em Berlim. Em 1855, houve designação do primeiro representante diplomático do Brasil na Suíça, José Francisco Guimarães, como cônsul em Berna, enquanto, em 1907, ocorreu a designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios. Em 1958, tanto a legação brasileira em Berna[339] quanto a legação suíça no Rio de Janeiro foram elevadas ao nível de embaixada. Em 1959, Afrânio de Mello Franco assumiria a posição de primeiro embaixador do Brasil na Suíça.

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (2008); Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais[340] (2007); Comissão Mista em Ciência e Tecnologia (2009); Diálogo Brasil-Suíça sobre Direitos Humanos (2017; 6ª edição em 2024, ocasião na qual se conversou sobre a cooperação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos – CDH – e na Organização das Nações Unidas – ONU). Brasil e Suíça mantêm, ademais, diálogos regulares em áreas como temas consulares e migratórios.

Visitas de Alto Nível: Na década de 1990, ocorreram as primeiras visitas de alto nível entre os países. Do lado suíço, houve a vinda do chefe do Departamento Federal de Economia, o conselheiro federal Jean Pascal Delamuraz, e do ministro do Exterior suíço, o conselheiro federal Flavio Cotti, ao Brasil, em 1994 e 1997, respectivamente. Do lado brasileiro, a viagem de FHC a Berna, em 1998, representou a primeira visita presidencial. As visitas das conselheiras federais de Assuntos Econômicos, Doris Leuthard (2007), e de Assuntos Estrangeiros, Micheline Calmy-Rey (2008), resultaram na assinatura de dois memorandos de entendimento de grande importância no relacionamento bilateral: o primeiro estabeleceu a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais; o segundo, o Plano de Parceria Estratégica entre Brasil e Suíça. Em 2007, também ocorreu visita do presidente Lula à Suíça. Em 2016, o presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann, realizou visita ao Brasil. Mais recentemente, em 2019, ocorreu encontro entre os presidentes Ueli Maurer e Jair Bolsonaro, à margem do Fórum Econômico Mundial (WEF, na

[337] Desde 2005, a Confederação Suíça vem buscando maior aproximação dos países dos BRICS, entre outros parceiros, em uma estratégia de diversificação.
[338] O Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Plano de Parceria Estratégica fundamenta-se em três pilares: 1) o mecanismo regular de consultas políticas de alto nível; 2) projetos comuns de cooperação; e 3) coordenação nos organismos internacionais, principalmente no âmbito das Nações Unidas.
[339] Decreto nº 43.394, de 12 de março de 1958.
[340] Em junho de 2022, ocorreu a XI Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Suíça.

sigla em inglês) em Davos, além de visita oficial do conselheiro federal de Assuntos Estrangeiros Ignazio Cassis ao Brasil, em sua primeira visita à América do Sul. Em maio de 2023, o presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Federal Suíça realizou visita ao Brasil, em viagem que compreendeu as idas a Belém, onde foram discutidos os temas de proteção ambiental e bioeconomia da Amazônia; a Brasília, onde a delegação suíça se reuniu com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e com o líder do grupo parlamentar Brasil-Suíça; e a São Paulo, onde houve encontro com dirigentes de empresas suíças instaladas no Brasil. Em julho, no contexto da visita do Conselheiro Federal responsável pelas pastas de Economia, Educação e Pesquisa, Guy Parmelin, foi realizado em Brasília o Fórum Brasil-Suíça de Investimentos e Inovação em Infraestrutura e Sustentabilidade, com a participação do vice-presidente Geraldo Alckmin. Após o evento, Parmelin foi recebido, no Palácio do Itamaraty, pelo chanceler Mauro Vieira. À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o presidente Lula encontrou-se com Alan Berset, presidente da Confederação Suíça, quando trataram das negociações Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) e do interesse suíço em participar das discussões do G20 durante a presidência brasileira. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com a secretária de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça, Hélène Budliger Artieda, à margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), como agricultura, e das negociações do acordo entre MERCOSUL e EFTA. Em abril de 2024, o ministro Mauro Vieira realizou visita oficial à Suíça, sendo recebido por seu homólogo, o conselheiro federal Ignazio Cassis, no cantão de origem de antepassados do chanceler brasileiro. Ambos trataram dos principais temas da relação bilateral, da agenda multilateral e dos cenários regionais e global, e discutiram oportunidades para o aprofundamento da cooperação entre os dois países, especialmente, na seara ambiental e de sustentabilidade, bem como a parceria em ciência, tecnologia e inovação. Vieira também se reuniu com Guy Parmelin, conselheiro federal para temas como Relações Econômicas, Educação e Pesquisa, com quem discutiu a relação econômica bilateral e a negociação do acordo de livre comércio MERCOSUL-EFTA, da qual a Suíça faz parte. Em junho de 2024, o presidente Lula manteve uma reunião bilateral, em Genebra, com a presidenta da Confederação Suíça, Viola Amherd. A líder suíça convidou Lula a participar da cúpula de paz organizada pela Suíça, mas o mandatário brasileiro recusou o convite e reafirmou a necessidade da participação de representantes dos dois lados do conflito, além de reiterar o interesse do Brasil em ajudar a viabilizar discussões de paz. Em julho, o chefe do Departamento de Assuntos Estrangeiros da Suíça, Ignazio Cassis, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo chanceler Mauro Vieira.

Discurso Oficial: O Brasil e a Suíça mantêm relações tradicionalmente cordiais, que foram substancialmente elevadas, em 2008, com a assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, no contexto da visita da ministra de Negócios Estrangeiros, Micheline Calmy-Rey, ao Brasil. Nos anos 2000, o interesse da Suíça na manutenção de um relacionamento estratégico com os países dos BRICS, segundo a sua chamada "Estratégia BRICS", traduziu-se também na criação da Comissão Mista de Relações Econômico-Comerciais. A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é parte importante do relacionamento bilateral, com destaque para projetos em áreas como neurociências, saúde, energia e meio ambiente, além de perspectivas futuras de cooperação nos setores de nanotecnologia, tecnologias de informação e das comunicações, energias renováveis, ciências humanas e sociais. Os países

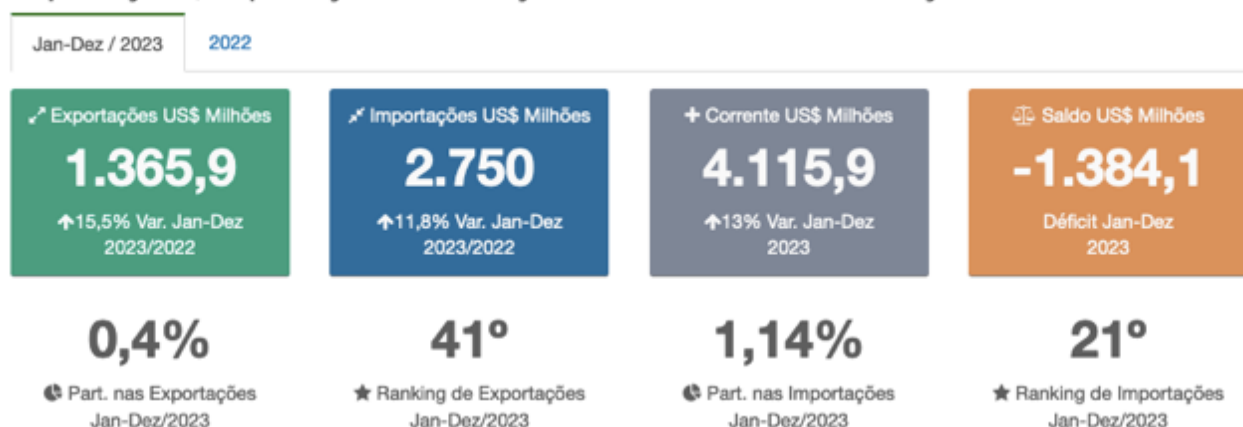
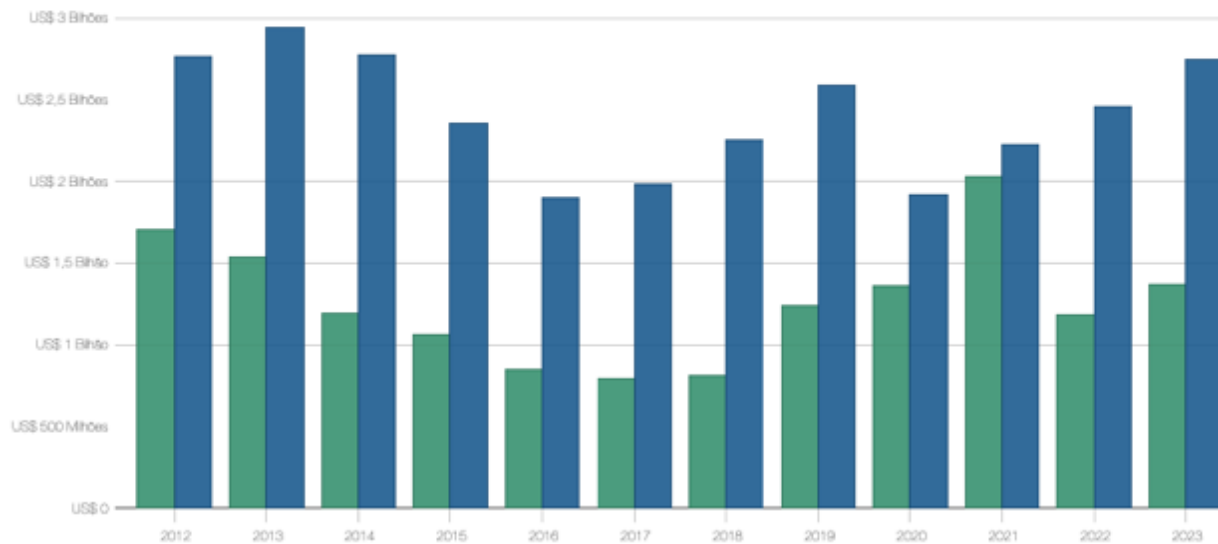
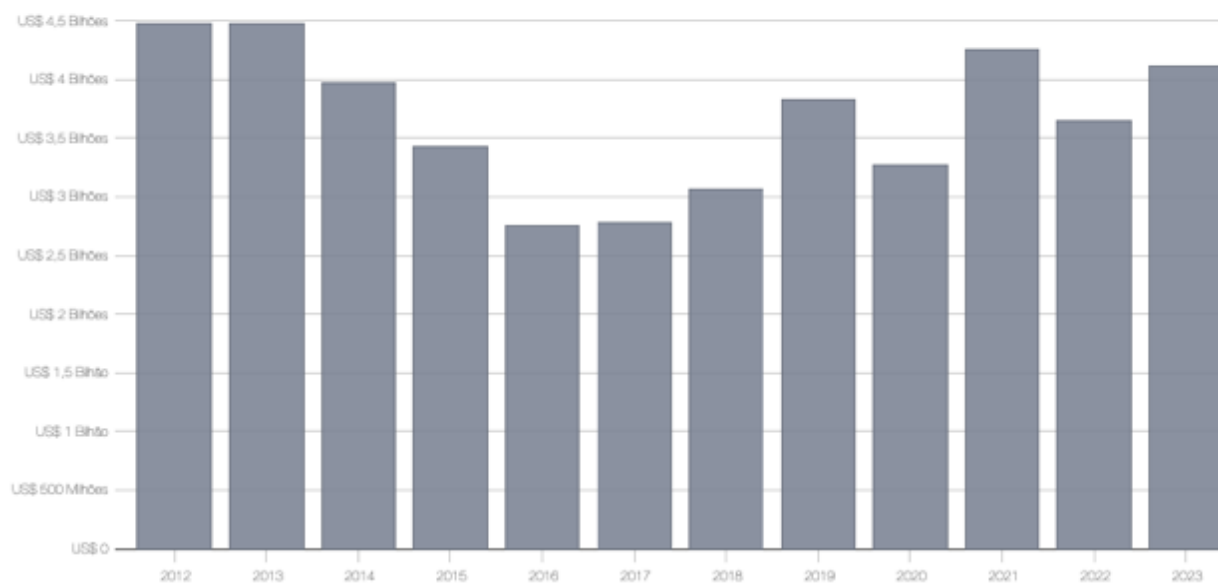
também mantêm fluida cooperação em matéria judiciária e tributária, dimensão relevante para o combate à corrupção. Ademais, a Suíça está entre os principais países investidores no Brasil.

Convergências

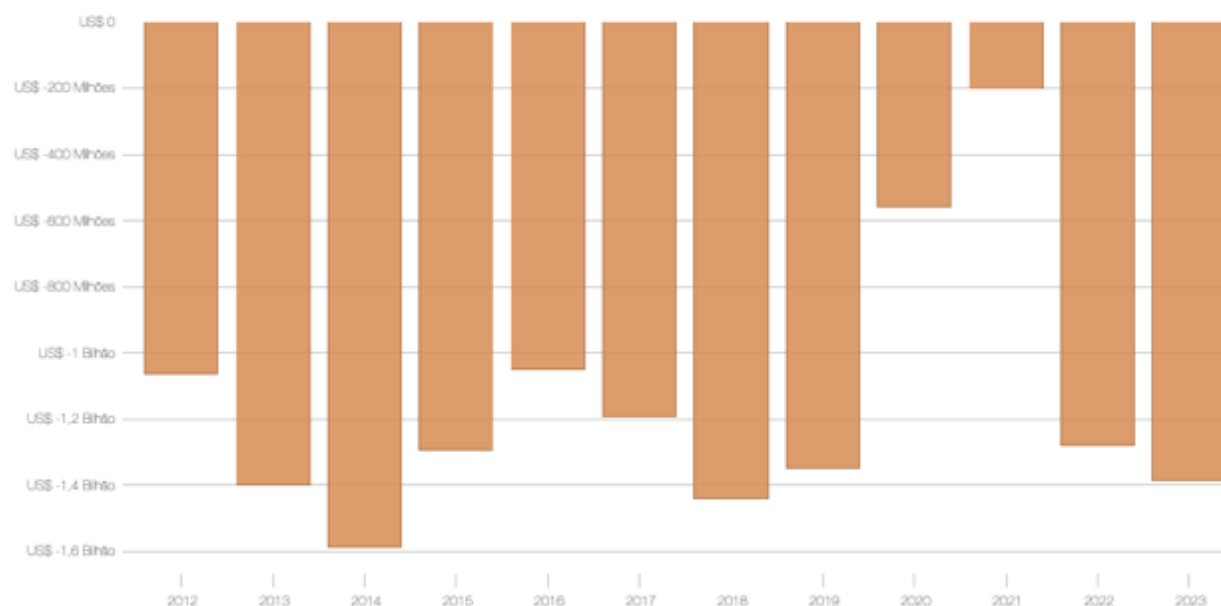
Convergências Multilaterais: Na dimensão multilateral, Brasil e Suíça mantêm diálogo fluido em matéria econômica, comercial, tributária e fiscal, em sinergia com o objetivo de promover práticas de boa governança e transparência nos negócios, além do combate à corrupção e à evasão e à elisão fiscais. A relevância do âmbito multilateral, nas relações internacionais, representa outro ponto de convergência entre os dois países. De fato, a Suíça abriga mais de vinte organizações internacionais, incluindo a OMC e o segundo maior escritório da ONU. O país europeu apresentou, pela primeira vez e após intenso debate, candidatura para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2023-2024. Assim, o Brasil, eleito para o biênio 2022-2023, e a Suíça exercem ambos, no ano de 2023, a função de membros não permanentes do CSNU. Nesse contexto, foi divulgada declaração conjunta, em março de 2023, no âmbito da reunião do órgão sobre a situação no Oriente Médio e ações de ajuda humanitária à Síria pós-terremoto, em que as delegações de Brasil e Suíça ressaltaram a gravidade da crise e a necessidade de que todas as modalidades de auxílio fossem disponibilizadas para atores humanitários atuando no país. Ambas as partes convergem, além disso, em temas como meio ambiente, direitos humanos e promoção da paz, e, nessa esfera, a Suíça vale-se de sua tradicional imagem como mediador neutro em sua atuação internacional. Durante a Conferência de Revisão do Estatuto de Roma, em Campala, em 2010, no âmbito da qual foi tipificado o crime de agressão, a "proposta ABS", de Argentina, Brasil e Suíça, teve importância na construção do consenso.

Convergências Plurilaterais: A Suíça apoia o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Brasil e Suíça integram o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA), no âmbito da OMC.

Comércio

Marcos: O Brasil é o principal parceiro econômico da Suíça na América Latina. Em 2017, o governo brasileiro simplificou a utilização do Sistema Geral de Preferências da Suíça. A Câmara de Comércio Suiço-Brasileira (Swisscam) atua no Brasil desde 1945. A Suíça é a principal economia da EFTA, organização intergovernamental com a qual o MERCOSUL concluiu as negociações do acordo de livre comércio em 2019[341].

Série histórica - Parceiro: Suíça

Série histórica - Parceiro: Suíça

Série histórica - Parceiro: Suíça

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Suíça

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Suíça

Jan-Dez / 2023 2022

Total: US$ 2,8 Bilhões

Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários 27%
Compostos de função nitrogênio 15%
Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas 9,5%
Outros medicamentos, incluindo veterinários 8,1%
Demais produtos - Indústria de Transformação 4,8%
Outros artigos manufaturados diversos 3,1%
2,5% 2,5% 2,2%
2,0%
Relógios 1,9%
1,6%

<u>Investimentos</u>

Investimentos da Suíça no Brasil: A Suíça é o 11º investidor estrangeiro direto no Brasil, pelo critério de controlador final, com US$ 19,8 bilhões em estoque de investimentos no País, equivalentes a 3% do total. No que diz respeito ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a Suíça é o 18º investidor entre 24, com R$ 1,5 bilhões em investimentos e R$ 678 milhões em outorgas aos cofres públicos. Trata-se dos aeroportos de Florianópolis/SC, Vitória/ES e Macaé/RJ – concedidos à Zurich Airport Intl. AG. O Brasil conta com a presença de cerca de 350 empresas suíças, com destaque para a Nestlé, do setor de alimentos, a Syngenta, de biotecnologia, fertilizantes e defensivos agrícolas, a Novartis, a Clariant e a Roche, as três do setor fármaco-químico, e a AAB, de tecnologia em energia e automação industrial. Os países celebraram acordo bilateral de promoção e proteção de investimentos (APPI, 1994) que não foi, no entanto, ratificado pelo governo brasileiro. O lado suíço considera essencial que um novo acordo na matéria preveja um mecanismo de solução de controvérsias do tipo investidor-Estado[342]. Em julho de 2023, foi realizado em Brasília o Fórum Brasil-Suíça de Investimentos e Inovação em Infraestrutura e Sustentabilidade.

Investimentos do Brasil na Suíça: A Suíça é o 19º destino de investimentos brasileiros no exterior, abrigando aproximadamente US$ 1,5 bilhões, ou 0,34% do total. Empresas brasileiras de grande porte têm instalado suas sedes europeias na Suíça. Instituições como o Banco Safra, o Itaú Private Bank e a Vale atuam no país.

[342] Para a Suíça, acordos de investimentos no formato do APPI, acordos de livre comércio e acordos para evitar a dupla tributação compõem a base ideal para o relacionamento econômico com outros países. O governo brasileiro, por sua vez, tem defendido o modelo brasileiro de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), fundamentado em três pilares: 1) mitigação de riscos; 2) governança institucional; e 3) agendas temáticas para a cooperação e facilitação de investimentos. Tal formato compreende cláusulas clássicas de proteção, com exceção do recurso a mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

<u>Cooperação</u>
Cooperação Técnica: Encontra-se em vigor o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, celebrado pelos governos do Brasil e da Suíça em 1968. Na cooperação bilateral, destacam-se projetos em áreas como neurociências, saúde, energia e meio ambiente – com perspectiva de cooperação em nanotecnologia, tecnologias da informação e das comunicações, energias renováveis, ciências humanas e sociais.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O ano de 1818 marca importante evento relativo aos laços humanos entre Brasil e Suíça, quando D. João VI autoriza a vinda de cem famílias suíças para a fazenda do Morro do Queimado, no Rio de Janeiro. Em 1820, com o aumento da imigração, é fundada a vila de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Segundo dados de 2019, o governo suíço estima que cerca de 14 mil nacionais residam no Brasil, correspondendo à segunda maior comunidade suíça na América Latina, atrás apenas da Argentina. Conforme dados de 2022, cerca de 64 mil brasileiros residem na Suíça[343]. Brasil e Suíça têm, ademais, acordo previdenciário (em vigor desde 2019), entendimento recíproco sobre isenção de vistos para nacionais (via troca de notas, 2015) e acordo sobre serviços aéreos (em vigor desde 2021)[344]. Em 2013, os países celebraram memorando de entendimento para o estabelecimento de um mecanismo de consultas consulares e migratórias.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Brasil e Suíça celebraram, em 2009, Acordo sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, que determinou o estabelecimento da Comissão Mista no tema. O embaixador da Suíça no Brasil, Pietro Lazzeri, reuniu-se com o então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, em 2021, ocasião na qual o representante suíço defendeu o fortalecimento da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação e discutiu os temas de financiamento de pesquisas e sustentabilidade.

Cooperação Financeira e Tributária: O acordo bilateral para evitar a dupla tributação e para prevenir a evasão e a elisão fiscais[345], de 2018, entrou em vigor em 2021, e o acordo para a troca de informações em matéria tributária, celebrado em 2015, entrou em vigor em 2019. Também em 2019, começou a funcionar o mecanismo bilateral para troca automática de informações bancárias, com o objetivo de combater a evasão e a elisão fiscais. O combate à corrupção é relevante tema da agenda bilateral, tendo sido ressaltado no contexto da visita do então procurador-geral suíço, Michael Lauber, ao Brasil, em 2019.

Cooperação Jurídica: Acordo sobre a transferência de pessoas condenadas (celebrado em 2015; em vigor desde 2023); tratado sobre cooperação jurídica em matéria penal (celebrado em 2004; em vigor desde 2009).

[343] Conforme dados dos consulados-gerais brasileiro em Genebra e Zurique. De acordo com o governo suíço, no entanto, cerca de 14 mil pessoas compõem a comunidade brasileira no país. Acredita-se que o número de controle dos suíços esteja subestimado, uma vez que não se consideram nem os brasileiros com nacionalidade suíça, nem aqueles que ingressaram com passaporte europeu, nem os que estão em condição irregular. Em 2018, havia quase vinte mil eleitores brasileiros registrados na Suíça; em 2022, esse número dobrou.
[344] Ressalta-se que o ano de 1948 marca a primeira ligação aérea entre Brasil e Suíça com a Panair.
[345] O acordo não só visa a garantir maior segurança jurídica às relações econômicas e financeiras entre os dois países, mas também incorpora os padrões mínimos do Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferências de Lucros, também conhecido como Projeto BEPS, da OCDE.

Patrimônio Histórico e Cultural: O governo suíço ofereceu auxílio, por meio da atuação de especialistas do país, para a cooperação na recuperação do relógio histórico que pertenceu a D. João VI e que estava em exposição no Palácio do Planalto, danificado nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Meio Ambiente: Em julho de 2023, no contexto de visita do conselheiro federal da Confederação Suíça, Guy Parmelin, a Suíça anunciou doação de cerca de R$ 30 milhões ao Fundo Amazônia. O acordo foi formalizado em outubro do mesmo ano.

3.6. Rússia e espaço pós-soviético

I. Relações Brasil-Rússia

Marcos: 1828: Brasil e Rússia estabelecem relações diplomáticas; 1876: D. Pedro II visita o Império Russo em caráter privado; 1917: Rompimento de relações diplomáticas, em decorrência do não reconhecimento pelo Brasil do governo bolchevique; 1945: Brasil e União Soviética (URSS) reatam relações diplomáticas por pressão norte-americana, na condição de aliados na Segunda Guerra Mundial; 1947: Novo rompimento de relações diplomáticas, sob Dutra, que seria revertido com a Política Externa Independente (PEI); 1961: Restabelecimento de relações diplomáticas; 1965: Missão Roberto Campos à URSS e primeira reunião da Comissão Mista Brasil-URSS; 1988: Sarney é o primeiro (e único) presidente brasileiro a visitar a então URSS; 1997: Criação da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN); 2000: Tratado de Parceria; 2002[346]: Parceria Estratégica de Longo Prazo; 2002: Rússia manifesta apoio ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); 2004: Vladimir Putin realiza visita ao Brasil, a primeira de um chefe de Estado da Rússia, e é estabelecida a Aliança Tecnológica; 2006: Por iniciativa do governo russo, há uma proposta, em paralelo ao RIC (Rússia-Índia-China), de reunião dos chanceleres do BRIC; 2008: Primeira reunião de chanceleres do BRIC fora do contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Ecaterimburgo, seguida de cúpula no ano seguinte; 2010: Plano de Ação da Parceria Estratégica (atualizado em 2012); 2017: Declaração Conjunta sobre Diálogo Estratégico em Política Externa[347], adotado durante a visita do presidente Temer à Rússia; e 2021: Plano de Consultas Políticas para 2022-2025, adotado durante viagem do chanceler Carlos França à Rússia.

Embaixada: O Brasil tem embaixada em Moscou, e a Rússia tem embaixada em Brasília. A legação brasileira em São Petersburgo funcionou de forma regular até ser extinta em 1891, tendo sido restabelecida em 1892 e reaberta em 1899. Com a invasão das forças alemãs no final da Primeira Guerra Mundial, o encarregado de negócios saiu de São Petersburgo em 1918, mas o encarregado brasileiro nunca assumiu o posto em Moscou em decorrência da situação política. Posteriormente, a representação brasileira em São Petersburgo foi suprimida em 1920, tendo sido restabelecida em 1945, como embaixada em Moscou. Em 1947, houve novo fechamento da representação, e o posto foi recriado em 1961, após o restabelecimento das relações diplomáticas. O Brasil não tem consulado na Rússia, mas a Rússia tem consulados-gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Coordenação Política

Instâncias: CAN (1997, sétima e mais recente reunião em Moscou, em 2015[348]), a mais alta instância de coordenação intergovernamental bilateral, copresidida pelo vice-presidente do Brasil e pelo primeiro-ministro da Rússia; Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação

[346] Parceria estratégica celebrada no contexto da visita oficial do presidente FHC à Rússia.
[347] Os dois presidentes se comprometeram a promover o diálogo estratégico bilateral sobre diferentes temas de política externa e da agenda internacional. Ficaram estabelecidos compromissos com o esforço global de combate à mudança do clima e com a implantação do Acordo de Paris; e o combate à corrupção e ao terrorismo.
[348] Segundo a declaração conjunta emitida após o encontro entre os presidentes Bolsonaro e Putin, em fevereiro de 2022, a oitava reunião da CAN deveria ocorrer no primeiro quadrimestre de 2022, no Rio de Janeiro, mas foi cancelada pelo governo brasileiro, dois dias após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC; 1981, 12ª e mais recente reunião em Moscou, em 2024[349]), mecanismo técnico-operacional da CAN[350], copresidido pelo secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil e pelo vice-ministro de Desenvolvimento Econômico da Rússia, contando com diversas subcomissões setoriais[351]; Comissão Política (Comissão para Assuntos Políticos, 1997, reunião amis recente em 2020), mecanismo de consultas políticas entre os responsáveis das chancelarias por temas multilaterais e globais, como sistema onusiano, desarmamento e assuntos de paz e segurança.

Visitas de Alto Nível: A relação bilateral é marcada por contatos frequentes de alto nível, a exemplo das viagens de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 2002), Lula (2005, 2009 e 2010), Dilma (2012, 2013 e 2015[352]), Temer (2015, 2017[353]) e Bolsonaro (2022, dias antes da invasão da Ucrânia pela Rússia). Putin realizou a primeira visita de chefe de Estado russo ao Brasil (2004), comparecendo no Brasil em outras duas ocasiões (2014 e 2019), para cúpulas do BRICS. Medvedev também visitou o país (2008 e 2010). O presidente da Duma, Vyacheslav Volodin, esteve presente na posse de Bolsonaro (2019). Bolsonaro e Putin tiveram encontro às margens do G20, em Osaka (2019). Ainda, mantiveram contato telefônico (2020), no qual enfatizaram a cooperação bilateral, inclusive no combate à COVID-19, e participaram da XII Cúpula do BRICS (2020), quando Putin teceu elogios a Bolsonaro, e da XIII Cúpula dos BRICS (2021), ambas por videoconferência. Também em 2021, o ministro das relações exteriores do Brasil, Carlos França, realizou visita à Rússia. Para a questão da autorização da vacina Sputnik V no Brasil, da certificação de frigoríficos e da cooperação na indústria de defesa e em ciência, tecnologia e inovação, os presidentes mantiveram novo contato telefônico (2021). Na visita mais recente de Bolsonaro à Rússia (2022), os presidentes trataram do comércio de fertilizantes, entre diversos outros assuntos relativos à cooperação bilateral e as perspectivas futuras das relações. A presidente do Conselho da Federação, Valentina Matvyienko, compareceu à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023). Em encontro realizado à margem da reunião ministerial do G20, em março de 2023, o ministro Mauro Vieira discutiu temas da agenda internacional com o ministro Sergey Lavrov, inclusive as perspectivas da guerra da Ucrânia. Em abril de 2023, Lavrov visitou o Brasil, quando tratou com seu homólogo brasileiro sobre a parceria estratégica brasileiro-russa e sobre o conflito na Ucrânia. No mesmo mês, Celso Amorim, assessor especial para assuntos internacionais da presidência, visitou a Rússia, onde foi recebido pelo presidente Vladimir Putin. Em maio de 2023, por telefone, Lula recusou convite de Putin de visitar a Rússia por ocasião do Fórum Internacional de São Petersburgo. Em junho, Vieira e Lavrov realizaram encontro bilateral à margem do encontro de chanceleres dos BRICS, na África do Sul. À margem da 78ª Sessão da

---

349 Na reunião foram debatidos, entre outros, temas de cooperação econômica, comercial e industrial; agrícola; científica e tecnológica; educacional; cultural e esportiva; espacial e energética. A CIC constitui etapa preparatória à 8ª reunião da CAN.

350 Embora a CIC seja atualmente o mecanismo técnico-operacional da CAN, a CIC precede à CAN em tempo de existência.

351 Quando se tratou da cooperação econômica, comercial e industrial; agrícola; científica e tecnológica; aduaneira; técnico-militar; e espacial e energética; interbancária; uso pacífico de energia nuclear; esporte e turismo; e educação e cultura.

352 Em 2015, a visita da presidente Dilma ocorreu por ocasião da participação da VII Cúpula do BRICS. No mesmo ano, o então vice-presidente Temer esteve na Rússia para participar da VII Reunião da Comissão Brasil-Rússia de Alto Nível de Cooperação.

353 Durante a visita de Estado a Moscou, Temer reuniu-se com o presidente Putin, com o primeiro-ministro Medvedev, com os presidentes da Duma e do Conselho Federal da Assembleia Nacional, além de empresários (Seminário de Captação de Investimentos Russos no Brasil).

AGNU, em setembro de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo russo, quando trataram retomada do calendário de mecanismos de contato de alto nível entre os dois países, como a CAN. Os ministros encontraram-se novamente, à margem da reunião de chanceleres do G20, ocasião na qual discutiram temas das agendas bilateral e global, com destaque para a reunião de alto nível em Moscou. Aproveitando sua passagem pelo Brasil, Lavrov encontrou-se com o presidente Lula, sobre temas da agenda bilateral, os debates ocorridos no G20 e questões globais, incluindo a reiteração do apoio russo ao pleito brasileiro de assento permanente no CSNU, a importância de uma nova governança global para lidar com temas como inteligência artificial e mudança do clima, as iniciativas brasileiras e de outros detentores de florestas para combater o desmatamento e buscar formas mais justas de remuneração pela preservação desses biomas, e a manifestação de disposição brasileira para colaborar com os esforços em favor da paz entre Rússia e Ucrânia. Em telefonema, em março de 2024, Vieira transmitiu a Lavrov condolências pelas vítimas do ataque à sala de espetáculos "Crocus" e a condenação brasileira a quaisquer atos terroristas. Lavrov agradeceu e transmitiu condolências às vítimas das enchentes no Espírito Santo. Em abril de 2024, Celso Amorim reuniu-se, na Rússia, com Lavrov, discutindo temas como a guerra na Ucrânia e outras questões relacionadas ao BRICS, tendo defendido que o agrupamento pode contribuir para o diálogo entre os governos de Putin e Zelensky e que a solução para o conflito no leste europeu só será possível com a participação da Rússia. Amorim também conversou com o secretário do Conselho de Segurança da Rússia, Nikolai Patrushev, e com funcionários de inteligência e segurança do governo russo. Em junho de 2024, ao final das sessões de trabalho do primeiro dia da reunião de chanceleres dos BRICS, em Nizhny Novgorod, na Rússia, o ministro Mauro Vieira manteve encontro de trabalho com o anfitrião, Serguei Lavrov. Também em junho, Lula e Putin mantiveram conversa por telefone, na qual Lula defendeu a participação russa nas negociações para obtenção da paz no conflito na Ucrânia, nos termos acertados entre Brasil e China em maio, e Putin expressou solidariedade com as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

Discurso Oficial: Os dois países possuem determinação de fortalecer a parceria estratégica, de ampliar o diálogo político e de elevar o relacionamento bilateral, com base nos princípios compartilhados, especialmente no que tange à construção de um sistema multipolar, multilateral e cooperativo. Desde a elevação do relacionamento bilateral à condição de parceria estratégica, houve frequentes encontros de alto nível e o diálogo sobre temas de interesse comum, tanto bilateral quanto em foros internacionais, foi ampliado. A relação dá-se em atmosfera de cordialidade e confiança mútua, reflexo dos laços históricos de amizade e cooperação entre o Brasil e a Rússia.

Segurança e Defesa: Os principais acordos bilaterais são o Acordo sobre Cooperação Técnico-Militar (2008) e Acordo de Cooperação em Defesa (2012). São frequentemente realizadas reuniões da Subcomissão de Cooperação Técnico-Militar da CIC, reuniões de chefes de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, encontros entre ministros da Defesa e intercâmbios de oficiais e participação em feiras militares, como a *Forum Army* (2020). O Brasil já importou mísseis antiaéreos portáteis Iglá, doze helicópteros Mi-35M e um centro de manutenção dos helicópteros. As negociações para compra do sistema de defesa antiaérea Pantsir S-1 e de aeronaves de treinamento e combate classe Yak-130, além de não serem os mais modernos que a Rússia tinha para oferecer naquele momento, não prosperaram, em razão sobretudo de limitações orçamentárias do Brasil. O diálogo e a cooperação entre órgãos policiais, de segurança e inteligência se dá

bilateralmente e via BRICS. Simultaneamente à viagem de Bolsonaro a Moscou (2022), ocorreu a primeira edição da Reunião de Consultas em Relações Exteriores e Defesa, no formato 2+2, em nível ministerial. A cooperação Brasil-Rússia na área de segurança passou por adensamento desde 2017, em razão da intensificação do diálogo de alto nível entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e o Conselho de Segurança da Federação da Rússia (CSFR), com base na identificação de desafios compartilhados, como o combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional. O Brasil tem participado das edições anuais da Reunião Internacional de Altos Representantes Responsáveis por Assuntos de Segurança, organizada pelo CSFR.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Rússia compartilham esforços por um sistema internacional multipolar e pelo fortalecimento e reforma do sistema multilateral, com vistas à construção de uma arquitetura institucional mais condizente com o mundo contemporâneo. Ademais, reiteram o compromisso fundamental com o princípio da soberania, respeito mútuo e igualdade e com o objetivo comum de construir um mundo pacífico, estável e próspero. Na ONU, a Rússia apoia formalmente o Brasil, mas não o G4, como membro permanente do CSNU, além de ter apoiado recentemente a candidatura brasileira como membro não permanente (2021). Ambos apoiam o processo de reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC), e o Brasil apoiou a acessão russa à organização. A Rússia, por sua vez, apoiou, junto com a Alemanha, as iniciativas brasileiras concernentes ao tema de privacidade na era digital na AGNU e no Conselho de Direitos Humanos (CDH). Os dois Estados são partes do Acordo de Paris (a Rússia ratificou em 2019). Em desarmamento e não proliferação, Brasil e Rússia, na ocasião da viagem de Bolsonaro a Moscou (2022), defenderam a adoção de protocolo vinculante à Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas (CPAB, 1972), com o objetivo de fortalecê-la. Algumas divergências, além da rejeição ao pleito do G4, dizem respeito à falta de apoio russo ao Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), à imposição de barreiras não tarifárias russas ao comércio bilateral e as diferenças em relação a alguns temas de interesse no Oriente Médio, como o conflito israelo-palestino. Quanto à invasão da Ucrânia pela Rússia (2022), o Brasil reafirmou a necessidade de buscar solução negociada, com base nos Acordos de Minsk, além de apelar à suspensão imediata das hostilidades. No CSNU, o Brasil, assim como outros dez membros, votou a favor do malogrado projeto de resolução que coloca a invasão da Ucrânia como em violação da Carta da ONU, alvo de veto russo. Na AGNU, o Brasil acompanhou outros 140 membros ao votar favoravelmente à resolução que exige a retirada imediata das tropas russas na Ucrânia. No CDH, o Brasil foi favorável à resolução que criou Comissão de Inquérito para investigação da situação de direitos humanos na Ucrânia após a agressão russa. No entanto, o país absteve-se, ao contrário da maior parte de seus vizinhos sul-americanos, na resolução que suspendeu a Rússia do CDH, entendendo que a iniciativa implicaria polarização e politização das discussões do CDH. O Brasil lamentou a decisão da Rússia de revogar a sua ratificação do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBT), anunciada em novembro de 2023. O governo brasileiro tomou nota do anúncio do governo russo de que, a despeito da anulação da ratificação do CTBT, o país não pretende retomar a realização de ensaios nucleares.

Convergências Plurilaterais: Brasil e Rússia utilizam o G20 e o BRICS como plataformas de concertação. Os países apoiam as iniciativas de cooperação econômica e financeira e as demais áreas de cooperação intra-BRICS.

Convergências Regionais: Brasil e Rússia divergiram, durante o governo Bolsonaro, quanto à questão venezuelana. O Mecanismo Permanente do Diálogo Político e Cooperação CELAC-Rússia, criado em 2015, era canal de diálogo inter-regional, e tinha como antecedente diálogo entre a Rússia e o Grupo do Rio. Esse fórum poderia vir a ser reativado com o reengajamento do Brasil na CELAC no terceiro mandato do presidente Lula, mas há posições divergentes em âmbito latino-americano e caribenho sobre o relacionamento com a Rússia diante do conflito na Ucrânia. Devido ao conflito em curso entre Rússia e Ucrânia, a CELAC omitiu a menção à Rússia como parceiro extrarregional nas declarações de suas últimas cúpulas, uma prática que diverge de sua abordagem habitual em declarações anteriores.

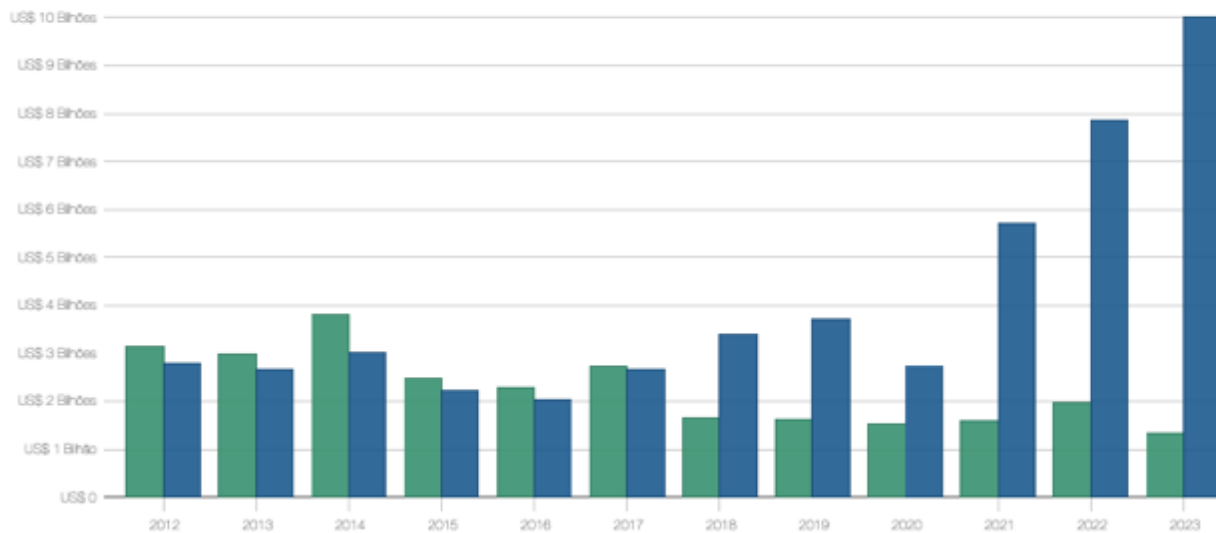
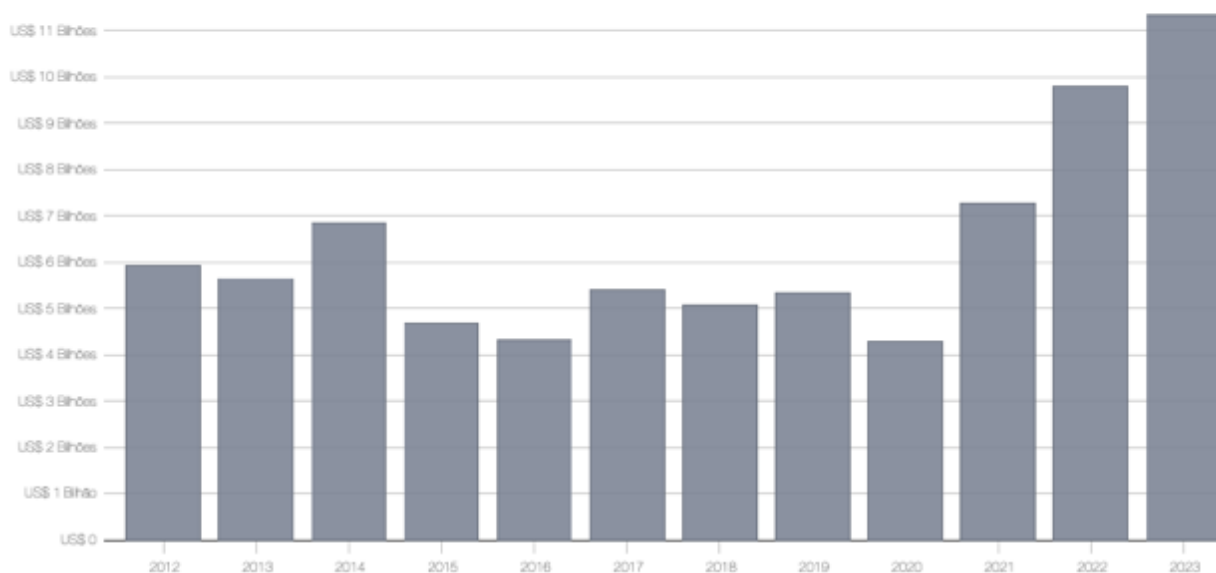
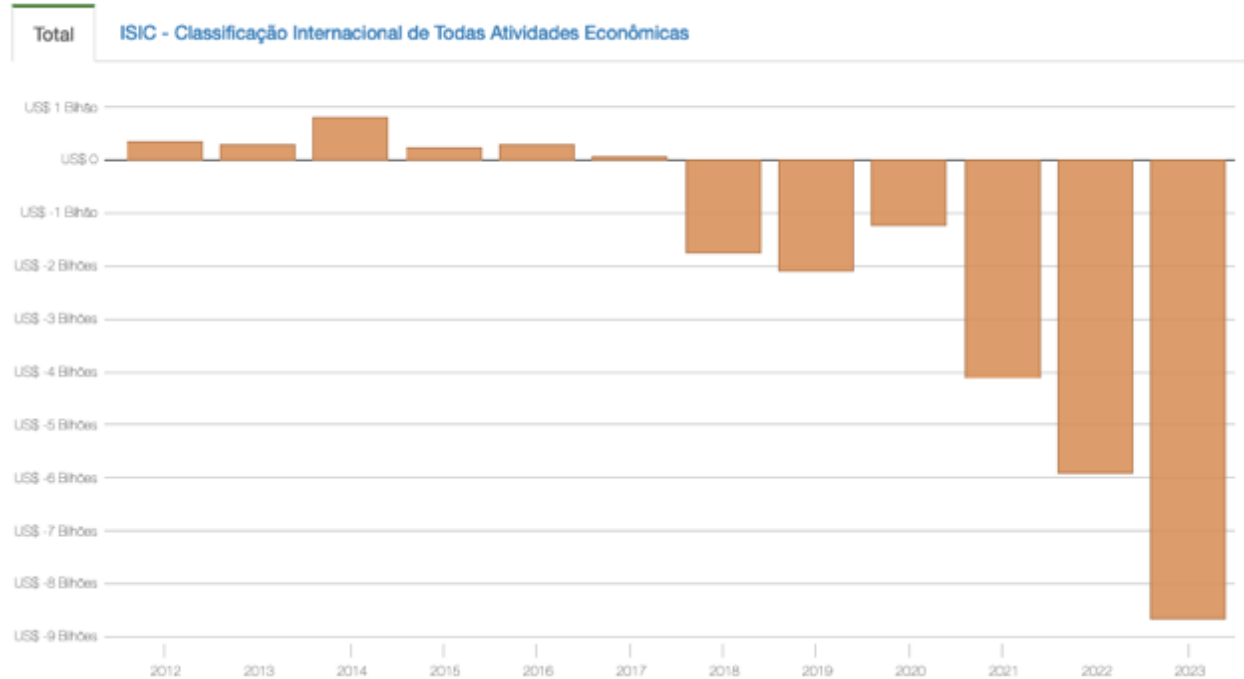
Comércio

Marcos: A atualização do Plano de Ação para a Parceria Estratégica (2012) fixou meta de curto prazo de fluxo comercial de US$ 10 bilhões anuais, diante de um auge, até aquele momento, de US$ 7,9 bilhões em 2008[354]. Em 2014, em visita de Putin ao Brasil, foi adotado Plano de Ação de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Rússia 2014-2015, com meta de US$ 10 bilhões anuais em trocas comerciais. Historicamente, o Brasil era superavitário, mas, desde 2018, tem apresentado déficits comerciais com a Rússia, dadas às restrições russas impostas à importação de carne bovina e suína brasileira por motivos sanitários (2017) e a maior importação de fertilizantes russos, decorrente do vigor do agronegócio brasileiro (um quarto do total dos fertilizantes importados pelo Brasil provém da Rússia). Já foi firmado Memorando de Cooperação Comercial e Econômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Econômica Eurasiática (UEE, 2018), que sucede o Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o MERCOSUL e a Rússia (2006), mas ainda não há negociação em curso. Originalmente, o Mecanismo de Diálogo Político focava em fortalecer a cooperação política, excluindo considerações econômicas. No entanto, a transição para o Memorando de Cooperação expandiu seu escopo, permitindo a inclusão de discussões econômicas, embora ainda não abranja negociações em prol do livre comércio birregional. O Conselho Empresarial Brasil-Rússia é atualmente presidido, pelo lado brasileiro, pelo proprietário da Marfrig, líder em produção de carnes, e, pelo lado russo, pelo presidente da Phosagro, grande produtora de fertilizantes. Em setembro de 2023, foi anunciado a abertura do mercado de bovinos vivos na Rússia e em países membros da UEE, incluindo a Rússia. Todos os referenciais supramencionados contribuíram para o aumento do fluxo comercial, porém os resultados não alcançam os patamares observados nos anos que precederam 2017. Em 2024, a Rússia abriu seu mercado para a exportação de ovos e derivados provenientes do Brasil. No mesmo ano, também houve abertura dos mercados da Rússia e dos demais países da UEE às exportações brasileiras de sêmen e embriões bovinos.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Rússia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
1.344,1	10.005	11.349,1	-8.660,9
-31,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	27,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	15,7% Var. Jan-Dez 2023	Déficit Jan-Dez 2023
0,4%	42º	4,15%	5º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Rússia

Série histórica - Parceiro: Rússia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Rússia

Desafios: Restrições russas impostas à importação de carne bovina e suína brasileira por motivos sanitários (2017). As restrições sobre as carnes foram levantadas parcialmente (2018), mas em nível ainda insuficiente. Em 2021, após viagem da ministra Tereza Cristina à Rússia, garantiu-se a importação de 300 mil toneladas de carnes com tarifa zero. Ademais, no que tange aos suínos, o mercado russo tem apostado em produção interna, com menor abertura para o comércio internacional, deixando de ser o principal destino das exportações brasileiras desse produto, como em 2017. Na visita de Bolsonaro à Rússia (2022), ressaltou-se a contínua interação entre as agências regulatórias do Brasil e da Rússia, com a expansão do número de estabelecimentos habilitados a exportar produtos de natureza animal e vegetal. Diante do protecionismo russo, crescente desde a criação da UEE (2010), aumenta a importância da diversificação da pauta comercial bilateral. Destacam-se possibilidades de expansão das exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado (tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, móveis, cosméticos, calçados e vestuário); outros produtos agrícolas (lácteos, frutas tropicais); farinhas e gordura de origem animal (recentemente a UEE abriu seu mercado para este produto) e serviços de alta tecnologia para produção agrícola. A UEE excluiu o Brasil, entre outros países em desenvolvimento, de seu sistema de preferências tarifárias (2021), o que aumenta o interesse brasileiro em um acordo comercial, conforme salientado por Bolsonaro e Putin no último encontro bilateral, em Moscou[355]. Os fluxos de comércio a partir de 2022 são impactados pelo conflito

[355] Ademais, durante o encontro entre Bolsonaro e Putin em Brasília, em 2019, a ampliação dos fluxos de comércio e investimentos foi objeto de especial atenção. As duas partes discutiram a remoção de entraves ao comércio de produtos do setor agropecuário (após adiamento de missão de inspeção de estabelecimentos exportadores de proteína animal em abril) e a diversificação da pauta comercial. Manifestaram disposição de estudar iniciativas para a promoção de investimentos recíprocos. O lado russo demonstrou interesse em novos aportes no setor de energia (inclusive em relação a Angra 3, com base em acordo de cooperação entre a Rosatom e a Eletrobras). Saudou, ainda, a realização de um evento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em Moscou, no final daquele mês, para apresentar oportunidades em infraestrutura.

russo-ucraniano[356]. Em 2023, houve aplicação de restrições temporárias à importação de carne bovina brasileira, em razão de caso atípico de "vaca louca" registrado no Pará.

Investimentos: Ambientes de negócios imperfeitos, excesso de burocracia e complexidades regulatórias e normativas limitam os investimentos diretos. O Brasil apresentou à Rússia o programa brasileiro de parceria de investimentos (2017) e propôs Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI, 2019), ainda em análise pelo lado russo. Em 2018, entrou em vigor a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda (2004).

Investimentos do Brasil na Rússia: Não há investimento brasileiro de peso na Rússia, mas empresas brasileiras mantêm representação comercial no país (setores de carnes, café, joias, refrigeradores, aviação e motores). Há nichos de oportunidade no setor financeiro, logística, medicina, serviços hospitalares e publicidade. Há produção conjunta de ônibus pela empresa brasileira Marcopolo e a russa Kamaz.

Investimentos da Rússia no Brasil: A Rússia investiu cerca de US$ 1,8 bilhão no Brasil, especialmente no projeto de hidrocarbonetos na Bacia do Solimões (US$ 1,5 bilhão da Rosneft) e em energia elétrica, fertilizantes, portos, armazenamento de produtos agrícolas e processamento de soja. Nessas áreas há investimentos de empresas de fertilizantes, como Eurochem (a qual assumiu a Fertilizantes Tocantins em 2016), Uralkali, Phosagro e Acron, bem como da Sodrugestvo (maior importadora de soja brasileira) e da Power Machines (no setor hidrelétrico). Há interesse russo em investir em ferrovias (Ferrogrão e Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL), em novos terminais portuários, em especial nas regiões Sul e Sudeste, e na usina de Angra 3.

Cooperação

Ciência, Tecnologia e Inovação: O principal marco de cooperação é o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (1997). Em 2004, em visita de Putin ao Brasil, foi celebrada a "Aliança Tecnológica" entre os dois países. Mais recentemente, representantes de duas instituições russas (Fundação Skolkovo e incubadora de negócios da *High School of Economics* de Moscou) visitaram o Brasil, e três parques tecnológicos brasileiros visitaram Moscou (2018), como parte do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), que tem estimulado a criação do *iBRICS Network* (2019), com base em proposta brasileira apoiada pela Rússia. Durante a visita de Putin em 2019, ambos os lados reforçaram sua disposição de aprofundar o intercâmbio em áreas como geolocalização, tecnologia espacial e biotecnologia. O Itamaraty vem desenvolvendo projetos de incubação cruzada e inserção *soft landing* para *startups* brasileiras na Rússia, ao mesmo tempo que busca atrair talentos e investimentos para o Brasil. Na visita de Bolsonaro à Rússia (2022), os presidentes manifestaram intenção em incrementar a Aliança Tecnológica

[356] O *overcompliance* por parte das empresas de logística e de seguro pode, em certa medida, ter impactado os resultados comerciais desde 2022, uma vez que o contexto de conflito impõe um ônus maior às referidas empresas. Ao mesmo tempo, os dados comerciais revelam um aumento das importações de petróleo russo. Em resposta ao conflito em curso, nações europeias diminuíram significativamente suas aquisições dessa *commodity*, o que, por sua vez, resultou em um excedente de oferta no mercado global e, consequentemente, na redução do preço desse bem e no aumento das importações brasileiras.

Brasil-Rússia, em áreas como nanotecnologia, biotecnologia, inteligência artificial, tecnologias de informação e comunicação, pesquisas em saúde e oceanos.

Cooperação Aeroespacial: O início da cooperação bilateral deu-se com Acordo de Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos (1997). O astronauta Marcos Pontes foi à Estação Espacial Internacional a bordo da nave russa Soyuz (2006). Em 2004, firmou-se parceria entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a empresa State Rocket Center Makayev, para a modernização do Veículo Lançador de Satélites (VLS) brasileiro, que não prosperou, uma vez que o projeto de VLS-1 foi cancelado em 2016. O Brasil é o maior hospedeiro do sistema de geolocalização GLONASS[357] fora da Rússia (quatro estações, com uma quinta em construção e a perspectiva de uma sexta). Em 2017, foi inaugurada estação russa de monitoramento de detritos espaciais no Observatório Pico dos Dias, em Brazópolis, Minas Gerais.

Energia: Em 2017, ficou acertada a colaboração entre os dois países em temas como exploração do petróleo (a Rússia é o 3º maior produtor – devendo confirmar-se como o 2º em 2023 –, 2º maior exportador, 8ª maior reserva e não é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP –, ainda que se coordene com a organização por meio do OPEP+ desde 2016) e do gás natural (a Rússia era, até antes do conflito com a Ucrânia, o maior exportador, o segundo maior produtor e o detentor da maior reserva de gás do mundo), além de exame das possibilidades de ampliação da cooperação na área do uso da energia nuclear para fins pacíficos. Destaca-se que o Brasil, via Petrobras, importa GNL russo, proveniente do projeto Yamal, no Ártico, quanto derivados de petróleo. A estatal Gazprom, a maior produtora e exportadora de gás natural do mundo, tem um escritório de representação no Rio de Janeiro, mas não realizou investimentos no Brasil até o momento. Por sua vez, Rosneft, maior petroleira de capital aberto do mundo em termos de produção, investe em produção de petróleo e gás na bacia do Solimões (AM). Em energia nuclear, ressalta-se que Brasil e Rússia mantêm acordo sobre uso pacífico da energia nuclear e que a ROSATOM abriu escritório no Rio de Janeiro, fornece radioisótopos e concentrado de urânio ao Brasil e tem interesse em investir na conclusão de Angra 3. O Instituto Kurchatov, referência em pesquisa nuclear, tem interesse em colaborar com a Eletronuclear na extensão da vida útil de Angra 1. Na visita de Bolsonaro à Rússia (2022), Brasil e Rússia manifestaram intenção em aprofundar o diálogo em temas como exploração de petróleo e gás em mar e desenvolvimento de energia de hidrogênio, além de nuclear.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se que cerca de 970 brasileiros residam na Rússia. Conforme informações da Embaixada da Federação Russa no Brasil e dos consulados, 35 mil russos residiam no Brasil em 2018. Está em vigor, desde 2010, o acordo bilateral de isenção de vistos para viagens de turismo ou negócios de até 90 dias (2008) e tratado de extradição bilateral (2002). Há incentivos mútuos ao turismo, inclusive com Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo (2001). Na Copa do Mundo de 2018, na Rússia, foi mobilizada força-tarefa para atendimento consular de aproximadamente 27 mil brasileiros. Os atendimentos foram prestados pelo setor consular da embaixada do Brasil em Moscou e pelos escritórios consulares temporários criados em Sochi, São Petersburgo, Rostov-sobre-o-Don, Samara e Kazan. Em 2019, cerca de 25 mil russos visitaram o Brasil. O brasileiro Robson Oliveira, preso por levar medicamentos ilegais na Rússia, recebeu indulto presidencial de Putin (2021). Em 2022, o suposto espião russo Sergey Cherkasov, que foi preso ao tentar se infiltrar, com passaporte brasileiro, no Tribunal Penal

[357] GLONASS: Sistema de Navegação Global por Satélite.

Internacional (TPI), em Haia, foi condenado no Brasil por uso de documento falso. Sua pena foi reduzida em 2023. Ele também está sendo investigado por outras suspeitas, como de prática de lavagem de dinheiro. Cherkasov deverá permanecer preso no Brasil, e o governo brasileiro já teria negado os pedidos de extradição, feitos pela Rússia e pelos Estados Unidos (EUA)[358]. A Rússia alega que Cherkasov não seria um espião, mas, sim, um traficante de heroína, com conexões com grupo criminoso.

Educação, Cultura e Esporte: Brasil e Rússia celebraram Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (1997). Instituições de ensino superior dos dois países mantêm diversos acordos. Há programa de leitorado brasileiro junto a universidade em Moscou, com apoio do Itamaraty, e atualmente dez universidades russas ensinam a língua portuguesa. Cerca de 480 estudantes brasileiros residem na Rússia. Na área cultural, tem destaque a Escola de dança do Teatro Bolshoi em Joinville, Santa Catarina[359], única filial fora da Rússia. No campo da dança clássica, em 2021 havia 17 bailarinos brasileiros em toda a Rússia, quatro deles no balé Bolshoi de Moscou. A Embaixada do Brasil em Moscou realiza iniciativas de promoção da cultura brasileira como festivais de cinema, desfile de escola de samba e incentivo a edições em russo de autores brasileiros. Exemplo recente dessa atuação ocorreu em dezembro de 2022, com a inauguração da exposição “Expedição Langsdorff – Diante dos Olhos” em Moscou, que celebra a missão do explorador e cônsul russo no Rio de Janeiro Georg Von Langsdorff[360]. Há, ainda, Acordo de Cooperação na Área de Cultura Física e Esporte (2004). Nesse âmbito, Brasil e Rússia cooperaram na realização de grandes eventos: Jogos Olímpicos (2014 e 2016) e Copas do Mundo (2014 e 2018).

Saúde: A Rússia estabeleceu parceria com o grupo privado União Química, com capital 100% brasileiro, que contempla transferência de tecnologia para a produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina russa contra COVID-19 Sputnik V no Brasil. A empresa brasileira produziu o primeiro lote em março de 2021. No mesmo mês, o Ministério da Saúde firmou contrato com o Fundo Russo de Investimento Direto para compra de dez milhões de doses da Sputnik V. A Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (ANVISA), entretanto, denegou os pedidos de autorização de importação da vacina.

[358] Os EUA pedem a extradição para que Cherkasov responsa por crimes que cometeu quando viveu em Washington, como estudante, sob a identidade falsa de cidadão brasileiro.
[359] Na visita de Temer à Rússia em 2017, o presidente acompanhou concurso do Balé Bolshoi.
[360] A exposição insere-se no contexto das celebrações do bicentenário da Independência e conta com o apoio do Instituto Guimarães Rosa (IGR).

II. Relações Brasil-Ucrânia

Marcos: 1991: Reconhecimento da independência da Ucrânia pelo governo brasileiro, em dezembro, após o colapso da União Soviética (URSS); 1992: Estabelecimento das relações diplomáticas em 11 de fevereiro; 1995: Visita do presidente Leonid Kuchma ao Brasil; 2002: Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) à Ucrânia; 2009: Lançamento da parceria estratégica em visita de Lula à Ucrânia.

Embaixada: Em 1993, ocorre a abertura de embaixada ucraniana em Brasília, gesto que foi retribuído pelo governo brasileiro em 1995, quando foi instalada a embaixada brasileira em Kiev.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC; 1995, prevista no Acordo de Cooperação Econômico-Comercial[361]; primeira reunião em 2001; última reunião em 2013); Reunião de Consultas Políticas (mais recente reunião em 2024).

Visitas de Alto Nível: Em 2003, o Presidente Leonid Kuchma visita o Brasil. No ano seguinte, em escala durante viagem à China, Lula encontra-se com Kuchma em Kiev. Em 2009, ocorre visita de Estado de Lula à Ucrânia. Dois anos mais tarde, Viktor Yanukovich vem ao Brasil para uma visita de Estado. Em 2012, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Kostyantyn Gryshchenko, vem ao Brasil. No ano seguinte, Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores, viaja à Ucrânia. Recém-empossado, o presidente Jair Bolsonaro se encontrou, em Davos, em janeiro de 2019, com Petro Poroshenko, o predecessor do atual presidente ucraniano, o que representou o primeiro encontro de alto nível em muitos anos entre presidentes dos dois países. Em outubro, o presidente Bolsonaro voltou a reunir-se com um mandatário ucraniano, desta feita o recém-eleito presidente Volodymyr Zelensky. Durante a reunião, ocorrida em Tóquio, Zelensky reiterou convite formulado por seu antecessor para que o presidente brasileiro visite oficialmente a Ucrânia e deixou claro o forte interesse ucraniano em se aproximar do Brasil. Em maio de 2023, Celso Amorim, assessor especial, visitou Kiev, onde se encontrou com o mandatário ucraniano. Em setembro, o chanceler Mauro Vieira conversou ao telefone com seu homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, quando reiterou a posição brasileira em favor do respeito à integridade territorial da Ucrânia. No mesmo mês, Lula e Zelensky encontraram-se à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York. Durante a reunião, os presidentes conversaram sobre maneiras de aprofundar as relações entre os dois países e também falaram sobre a importância de se encontrar uma solução que leve à paz no conflito entre a Ucrânia e a Rússia. O presidente Lula disse que um representante continuará participando das reuniões do Processo de Copenhague[362], para discutir possibilidades de paz. Em janeiro de 2024, o chanceler Mauro Vieira conversou por telefone com o ministro dos negócios estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, ocasião na qual foram discutidas as perspectivas para uma solução diplomática do conflito com a Rússia, além de

[361] O acordo, prevendo a criação da CIC, dá início a um diálogo comercial e tecnológico entre os dois países.

[362] Em junho de 2023, houve uma reunião, em Copenhague, entre enviados especiais dos países do G7, da Ucrânia e de alguns países do Sul Global (como Brasil, Índia, África do Sul, Turquia e Arábia Saudita). O assessor do presidente Lula, o ex-chanceler Celso Amorim, participou do encontro. Em agosto, a Arábia Saudita sediou conferência de seguimento, com a presença de cerca de trinta países, incluindo os EUA, países europeus, o Brasil (novamente com o embaixador Celso Amorim), a China, a Índia e outros países em desenvolvimento. A Ucrânia esteve representada, mas a Rússia não foi convidada. Novas reuniões do processo foram realizadas em Malta, em outubro de 2023, e em Davos, em janeiro de 2024, com a participação de Celso Amorim.

temas da agenda bilateral. Em março, no Fórum Diplomático de Antália, a secretária-geral Maria Laura da Rocha manteve encontro bilateral com o vice-ministro das relações exteriores da Ucrânia, Mykola Tochytskyi, no qual, além de temas bilaterais, reiterou a defesa do Brasil da busca de solução pacífica para a guerra em curso. Em junho de 2024, a embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, Secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, presidiu, junto com Iryna Borovets, vice-ministra dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, reunião de consultas políticas.

Discurso Oficial: Em 11 de fevereiro de 2022, Brasil e Ucrânia celebraram o aniversário de trinta anos do estabelecimento das relações diplomáticas. Desde que o governo brasileiro reconheceu a independência ucraniana, em dezembro de 1991, Brasil e Ucrânia mantiveram múltiplos contatos de alto nível entre seus mandatários. Em 2009, os dois países estabeleceram parceria estratégica, com importantes desdobramentos nos setores espacial, de defesa e saúde.

Convergências

Convergências Multilaterais: A Ucrânia tem assumido posições favoráveis ao Brasil no âmbito da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ao defender a necessidade de sua expansão nas duas categorias de membros, permanentes e não permanentes, bem como ao apoiar a pretensão brasileira de ocupar um assento permanente. Os apoios recíprocos para candidaturas em organizações internacionais são frequentes. Além de conceder seu voto à Ucrânia para seu último mandato (2016-2017) junto ao CSNU, o Brasil também respaldou a candidatura de Kiev a assento no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), para o mandato 2019-2021. A Ucrânia, por sua vez, apoiou, entre outras, candidaturas recentes do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), ao Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI, na sigla em inglês), ao Conselho de Administração e ao Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (UPU). A Ucrânia ressentiu-se, no passado, da falta de apoio mais concreto do Brasil por ocasião da discussão do *status* do Donbass e da Crimeia no âmbito da AGNU e do CDH, palcos de atrito diplomático entre Rússia e Ucrânia. Nesses foros, a Ucrânia costumava apresentar sucessivas resoluções de condenação à Rússia, quase sempre logrando êxito, dado o apoio do Ocidente e de muitos países do Oriente Médio, da Ásia e da América Latina. Nessas votações, o Brasil tem adotado posição de abstenção. No que diz respeito às relações entre Rússia e Ucrânia**,** em 2014, na AGNU, o Brasil absteve-se na votação a respeito do apoio à integridade territorial ucraniana e da condenação do referendo na Ucrânia. Desde o início da guerra, em fevereiro de 2022, a posição do Brasil na ONU tem sido ou a favor, ou de abstenção. No CSNU, o Brasil votou a favor da condenação da agressão russa à Ucrânia e da convocação da 11ª sessão especial de emergência da AGNU. Ainda no CSNU, o país absteve-se na condenação dos referendos no leste ucraniano e das ações ilegais na Rússia. Na AGNU, o Brasil votou a favor da condenação dos referendos no leste ucraniano e das ações ilegais da Rússia e absteve-se na resolução que visava a suspender a Rússia do CDH. A posição oficial do Brasil é de condenação à violação da integridade territorial ucraniana e de discordância da tentativa de isolamento da Rússia nos foros internacionais[363]. Declarações do presidente Lula, no sentido de que tanto a Rússia quanto a Ucrânia eram culpadas pela guerra, incomodaram os ucranianos. Em maio de 2023, Celso Amorim visitou Kiev e encontrou-se com Zelensky. O objetivo do encontro era que Amorim ouvisse de representantes ucranianos quais são as principais

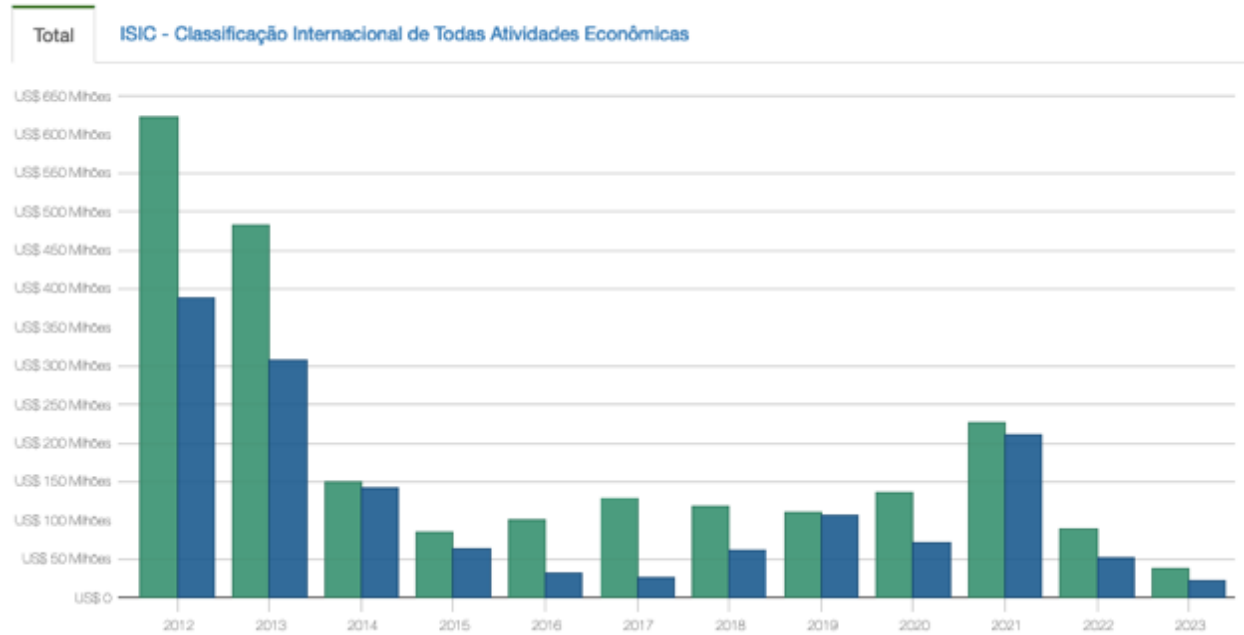
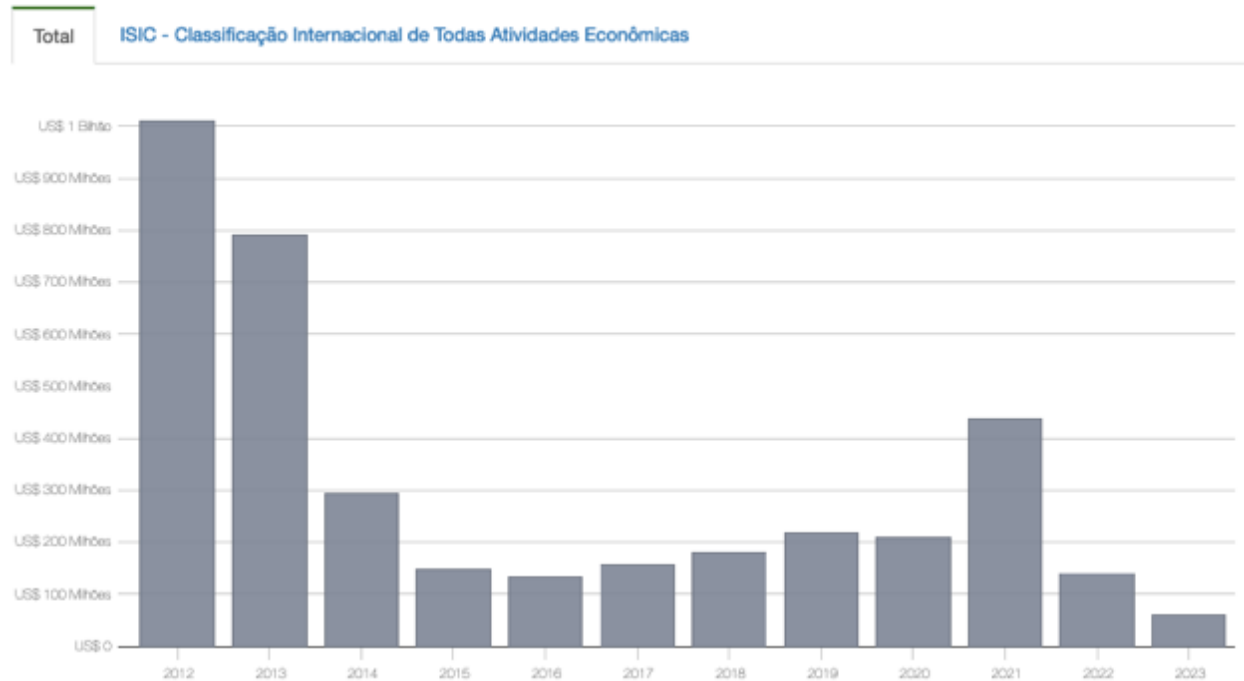
[363] Nesse sentido, o Brasil absteve-se em uma votação da Assembleia Mundial da Saúde (órgão decisório da Organização Mundial da Saúde – OMS), em maio deste ano, para condenar a Rússia pela agressão à Ucrânia.

exigências para poder dar início a negociações de paz que possam encerrar o conflito com a Rússia. Em publicações nas redes sociais, o governo ucraniano ressaltou que "o Brasil pode desempenhar um papel importante para cessar a agressão russa e alcançar uma paz duradoura e justa".

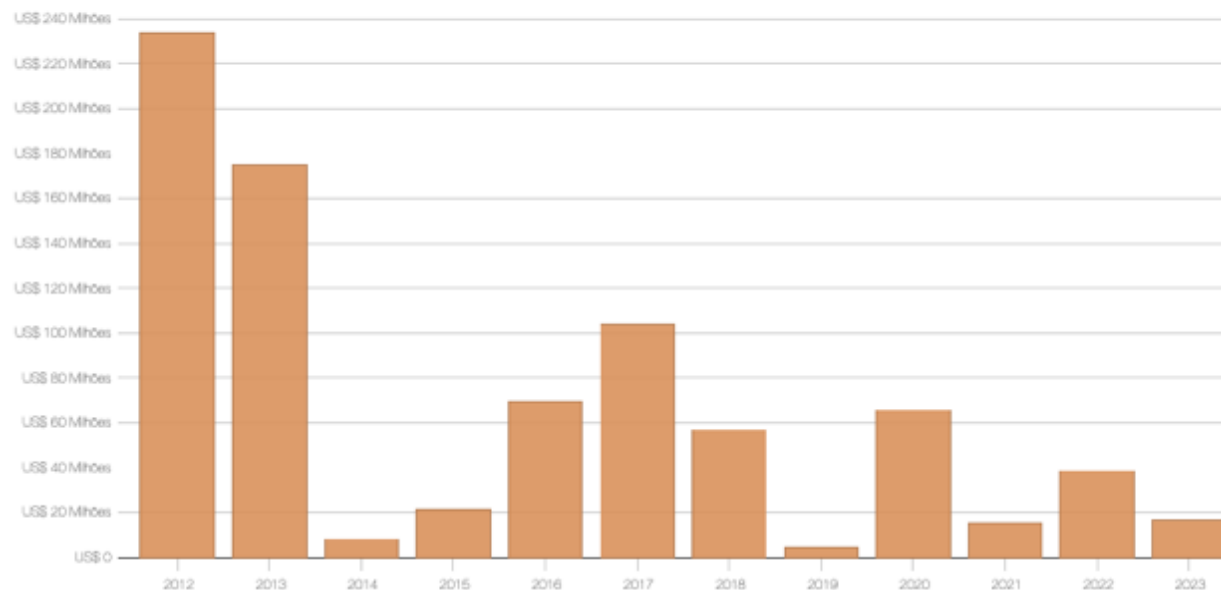
Convergências Plurilaterais: Ambos integram o *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segurança e Defesa: Foi assinado em 2010 um Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa. Está em tramitação no Congresso Nacional um Tratado de Cooperação Técnico-Militar assinado entre os dois países em 2011. Dentre seus objetivos, destacam-se: cooperação em produção e aquisição de produtos e serviços de defesa; transferência de tecnologias; e licenças de produção de armamento militar.

Comércio

Marcos: O comércio bilateral, equilibrado nas vendas de lado a lado, praticamente triplicou, em 2021, na comparação com o período inicial das relações diplomáticas, na década de 1990. As exportações brasileiras tiveram comportamento dinâmico nos anos que antecederam a revolução *Euromaidan* em 2013, marcados por grande expansão econômica na Ucrânia. A partir de então, retrocederam nos três anos seguintes e voltaram a crescer a partir de 2016. As importações seguiram trajetória análoga. O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$ 1 bilhão em 2011-2012, caiu para US$ 133 milhões em 2016, mas vem recuperando-se desde então, embora em ritmo relativamente modesto. O Brasil apresentou superávit em todo o período. A recuperação econômica da Ucrânia a partir de 2016 voltou a torná-la mercado capaz de absorver ampla gama de produtos brasileiros.

Série histórica - Parceiro: Ucrânia

Série histórica - Parceiro: Ucrânia

Série histórica - Parceiro: Ucrânia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Ucrânia

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Ucrânia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 21,3 Milhões

Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários 22%

Equipamento para distribuição de energia... 20%

Tubos, canos e mangueiras, e seus acessórios, de matérias plásticas 11%

Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios 11%

Demais produtos - Indústria de Transformação 4,7%

Papel e cartão 4,1%

Pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas 3,5%

Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle 3,0%

2,3%

1,6%

1,6%

Selas e arreios 1,4%

Talheres 1,4%

1,2%

1,1%

1,1%

Investimentos: A recuperação econômica da Ucrânia em 2016 e a aceleração do crescimento econômico em 2018 e 2019 tornaram o país um mercado de importante oportunidade para aumentar a penetração de produtos e marcas brasileiros. Havia potencial na Ucrânia para que indústrias e o agronegócio do Brasil buscassem maior acesso ao mercado europeu. Não tem havido nos últimos anos, entretanto, nem missões comerciais, nem registros de investimentos brasileiros nesse país, especialmente a partir de 2022, devido ao contexto de conflito russo-ucraniano.

Cooperação

Cooperação Aeroespacial: A cooperação espacial com a Ucrânia iniciou-se em 1995, com a vinda ao Brasil do presidente ucraniano Leonid Kutchma. Começou, pouco depois, a se consolidar a ideia de utilização do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para a realização de lançamentos de cargas-úteis brasileiras, ucranianas e de outros países. Ao Brasil caberia ceder o local e a infraestrutura do CLA, e, aos ucranianos, desenvolver o veículo Cyclone-4. Os dois países concluíram, ainda, outros importantes acordos em matéria aeroespacial: o Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em 1999; o Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia em lançamentos a partir do CLA, em 2002; e o Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre Futuros Projetos Espaciais Bilaterais, em 2003. Em 21 de outubro de 2003, foi assinado, em Brasília, o Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4. Esse documento ensejou a criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que teve sob sua responsabilidade promover a realização de lançamentos comerciais. O Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 foi denunciado pelo Brasil em 2015, deixando de vigorar a partir de 2016. A justificativa apresentada foi a de que, ao longo da execução do tratado, verificou-se a ocorrência de desequilíbrio na equação tecnológico-comercial que justificou a constituição da parceria entre os dois países na área do espaço exterior.

Cultura e Educação: Até 2022, a Ucrânia oferecia atmosfera propícia à cooperação na área cultural pela ampla importância da literatura, do teatro e da música no país. A embaixada do Brasil em Kiev mantém parceria com a Filarmônica Nacional da Ucrânia, que tornou possível a realização de vários concertos brasileiros em 2018 e 2019. A embaixada do Brasil na Ucrânia promoveu, em anos anteriores à eclosão da guerra, mostras de cinema brasileiro em Kiev e em outras cidades.

Saúde: Os dois países mantêm parceria na área de saúde pela qual o Brasil importa insulina recombinante NPH da empresa ucraniana Indar, a qual se comprometeu, em troca, a produzir esse medicamento no Brasil, mediante instalação de planta de produção de insulina em território brasileiro, em *joint venture* com alguma empresa brasileira, com plena transferência de tecnologia para esta última. Após a resolução de dificuldades do lado brasileiro que levaram, por alguns anos, ao atraso no pagamento pelos lotes de insulina importados da Ucrânia, o programa de importação passou a funcionar sem contratempos. Desde o início de 2018, ao abrigo de contrato assinado com o Ministério da Saúde do Brasil, por meio da Bahiafarma, a Indar já forneceu ao Brasil mais de quinze milhões frascos de insulina NPH e R, mas a guerra na Ucrânia impactou o envio da insulina. Com o objetivo de oficializar essa parceria, delegação do estado da Bahia, liderada pelo então governador Rui Costa, visitou Kiev em setembro de 2017, ocasião em que foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado da Bahia, representado pela Bahiafarma, e a Indar para a construção da planta no Brasil, a qual seria implementada a partir da adequação de instalações da BahiaFarma. A fábrica jamais foi construída.

Cooperação Jurídica: Os países possuem Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal (2002) e Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia (2003).

Turismo: Há Acordo Cooperação na Área de Turismo (1999).

Energia: Há Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia sobre a Cooperação na Área de Produção de Petróleo e Gás (2002).

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se que vivam na Ucrânia cerca de 50 cidadãos brasileiros[364], aos quais é prestada assistência consular por meio da embaixada em Kiev. Desde 2012, brasileiros e ucranianos estão mutuamente dispensados de vistos em viagens de curta duração. A Ucrânia mantém no Brasil consulados honorários em Blumenau (SC), Paranaguá (PR) e São Paulo (SP). Já o Brasil conta com consulados honorários em Lviv (principal polo turístico e de informática no oeste do país), Dnipropetrovsk (outro importante polo e cidade industrial no leste do país, que abriga o principal centro de produção aeroespacial da Ucrânia) e Kharkov (segunda cidade mais populosa e principal polo industrial do país). Em 2014, a embaixada propôs a criação de um consulado honorário em Odessa, principal porto do país, localizado no mar Negro, mas ainda não foi possível efetivar sua criação. O Brasil celebra a valiosa contribuição da comunidade de ucranianos e seus descendentes no País, estimada em 500 mil pessoas, para o desenvolvimento nacional há mais de 130 anos. Nomes célebres, como a escritora Clarice Lispector, nascida na Ucrânia, marcaram a formação cultural do povo brasileiro. No início de março de 2022, poucos dias após o começo da guerra, o Itamaraty abriu[365] dois postos de

[364] Eram 300 logo antes da eclosão da guerra russo-ucraniana de 2022.
[365] Os postos já foram fechados.

atendimento consular para aperfeiçoar os mecanismos emergenciais de assistência aos cidadãos brasileiros que desejavam deixar a Ucrânia: um na cidade de Lviv, localidade próxima à fronteira com a Polônia para onde se dirigiu grande fluxo de nacionais brasileiros; e outro em Chisinau, capital da Moldávia, a fim de facilitar a assistência a brasileiros que buscavam a saída da Ucrânia via Romênia. Em 10 de março, concluiu-se a Operação Repatriação, quando chegou a Brasília um grupo de 68[366] pessoas repatriadas da Ucrânia em duas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). No final de julho de 2022, o Ministério das Relações Exteriores informou que a embaixada do Brasil em Kiev permaneceu aberta desde o início do conflito e que cerca de 250 brasileiros foram atendidos pelo ministério na região. O Itamaraty apontou, ainda, que os postos de atendimento consular que haviam sido temporariamente instalados em Lviv e em Chisinau foram fechados após a evacuação de brasileiros que desejavam deixar a Ucrânia.

[366] Trata-se de 43 brasileiros, sendo doze menores; 19 ucranianos com familiares brasileiros, três deles menores de idade; cinco argentinos, sendo um menor; e um colombiano. Também estavam no voo dez animais de estimação.

3.7. China

Marcos: 1961: Vice-presidente João Goulart chefia missão comercial à República Popular da China (RPC); 1971: Brasil vota contra o ingresso da RPC na Organização das Nações Unidas (ONU); 1974: Estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC e consequente suspensão de relações diplomáticas com a República da China (ROC, na sigla em inglês)[367]; 1982: Assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica; 1984: João Figueiredo realiza primeira visita presidencial do Brasil à RPC[368]; 1988: Presidente José Sarney realiza visita à China, e tem início o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS, na sigla em inglês); 1990: Primeira visita presidencial da RPC ao Brasil[369]; 1993: "Parceria Estratégica", primeira do Brasil e primeira entre países em desenvolvimento; 1999: Lançamento do CBERS-1; 2004: Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e estabelecimento do Conselho Empresarial Brasil-China[370]; 2007: 1º Diálogo Estratégico; 2010: Plano de Ação Conjunta (2010-2014); 2011: I Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação; 2012: "Parceria Estratégica Global" (PEG), "Diálogo Estratégico Global" (DEG) e Plano Decenal de Cooperação 2012-2021; 2014: I Reunião do Diálogo Estratégico Global; 2015: Plano de Ação Conjunta (2015-2021); 2019-2022: Durante o governo Bolsonaro, houve alguns momentos de desentendimentos entre as partes[371]; 2022: Plano Executivo (2022-2026) e Plano Estratégico Brasil-China (2022-2031)[372], organizados em torno de três eixos: 1) político; 2) economia, investimento, comércio e cooperação; e 3) ciência, tecnologia e inovação.

Embaixada: Abertura recíproca de embaixadas em Brasília e Pequim (1974). Há consulados-gerais do Brasil em Xangai, Cantão, Chengdu e Hong Kong, e consulados-gerais da China no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

---

[367] Os impérios do Brasil e da China estabeleceram relações diplomáticas em 1881, e, em 1913, o Brasil reconheceu formalmente a ROC.

[368] Além de Figueiredo (1984), visitaram a China: Sarney (1988), Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995), Lula (2004, 2008 e 2009), Dilma (2011), Temer (2016 e 2017) e Bolsonaro (2019).

[369] Além de Yang Shangkun (1990), visitaram o Brasil: Jiang Zemin (1993 e 2001), Hu Jintao (2004 e 2010) e Xi Jinping (2014 e 2019).

[370] Trata-se de uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países, reconhecida oficialmente como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países.

[371] Quanto às divergências, sempre pontuais, ao longo de 2019, houve ajustes na posição do governo Bolsonaro em relação à China, após demonstrações de aproximação de Bolsonaro com Taiwan durante a campanha presidencial de 2018 e críticas posteriores ao modelo econômico e político chinês. Em 2020, apesar do agradecimento brasileiro pela cooperação chinesa na repatriação de cidadãos que estavam em Wuhan, houve trocas de críticas de representantes do Executivo e do Legislativo brasileiro e o embaixador chinês no Brasil e o cônsul-geral chinês no Rio de Janeiro, particularmente em razão da gestão da pandemia. Em 2021, houve novos episódios de referências negativas à China por altas autoridades brasileiras.

[372] São as bases que orientam as relações bilaterais ao longo da presente década e o marco institucional para que ações específicas sejam acordadas, tais como iniciativas para diversificar e ampliar o comércio bilateral e novos projetos de cooperação entre os dois países.

Coordenação Política
Instâncias: COSBAN (2004; última reunião em 2024[373]), a mais alta instância permanente de diálogo e cooperação bilateral; DEG (2012; última reunião em janeiro de 2024[374]), mecanismo que acompanha a agenda bilateral e permite o intercâmbio de opiniões sobre temas do contexto internacional.

Visitas de Alto Nível: Após Figueiredo (1984) e Sarney (1988), Fernando Henrique Cardoso (FHC) visitou a China em 1995. Além de Yang Shangkun (1990), visitaram o Brasil: Jiang Zemin (1993 e 2001), Hu Jintao (2004 e 2010) e Xi Jinping (2014 e 2019). Em seus dois primeiros mandatos, o presidente Lula foi acompanhado por grande comitiva, composta por ministros governadores e empresários, em sua visita à China em 2004, e, em 2009, o presidente brasileiro realizou visita de Estado à China. Os presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer também realizaram visita de Estado ao parceiro asiático, em 2011 e 2017, respectivamente. No governo Bolsonaro, destacam-se os seguintes marcos: visita do vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão à China, no contexto da V Reunião da COSBAN (2019); visitas de ministros de Estado brasileiros à China (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; 2019); visita de ministros de Estado chineses ao Brasil (Negócios Estrangeiros; Defesa; 2019), além de visita de membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China (2019), no contexto de reunião setorial do BRICS; visita de Estado do presidente Jair Bolsonaro a Pequim (2019) no

[373] Sua sétima e mais recente reunião ocorreu em Pequim, em junho de 2024. As demais sessões plenárias ocorreram em Pequim (2006), Brasília (2012), Cantão (2013), Brasília (2015), Pequim (2019) e Brasília (2022). Está constituída por estrutura com três níveis: 1) Sessão Plenária: copresidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China (originalmente era o vice-primeiro-ministro chinês, mas o nível foi elevado a partir de 2018); 2) Secretaria-Executiva: cabe ao secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil e ao vice-ministro de Comércio da China; e 3) Subcomissões: coordenadas pelos ministérios de ambos os países, têm entre seus objetivos promover a implementação dos compromissos firmados pelos países e identificar novos campos e modalidades de cooperação. Os principais resultados da VI Reunião (2022), em meio à comemoração dos dez anos de PEG, foram: 1) anúncio do Plano Executivo 2022-2026 e do Plano Estratégico 2022-2031, que orientarão as relações sino-brasileiras nos próximos anos; 2) aprovação do novo formato da COSBAN, que passou a contar com dez subcomissões temáticas: 1) Política; 2) Econômico-Comercial e de Cooperação; 3) Econômico-Financeira; 4) Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; 5) Agricultura; 6) Temas Sanitários e Fitossanitários; 7) Energia e Mineração; 8) Ciência, Tecnologia e Inovação; 9) Espacial; e 10) Cultura e Turismo. Deixaram de existir as subcomissões de Inspeção e Quarentena e de Saúde (fundidas e renomeadas para Temas Sanitários e Fitossanitários); e Educacional (provavelmente integrada à de Cultura e Turismo). Em abril de 2023, durante a visita do presidente Lula à China, foi acordada a criação da Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Alguns dos resultados da VII Reunião (2024) foram: 1) Declaração de Intenções para a construção conjunta de satélite geoestacionário meteorológico (CBERS-5); 2) Primeiro Aditivo ao Memorando de Entendimento entre a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) e a Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China (CSRC) para a Cooperação Regulatória de Valores Mobiliários, que ampliará as possibilidades de assistência mútua e a intercâmbio de informações, e aprofundará a cooperação regulamentar nos mercados financeiros e de capitais; e 3) Acordo de empréstimo de US$ 800 milhões entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para projetos de infraestrutura, energia elétrica, manufatura, petróleo, gás, agricultura, mudança do clima, desenvolvimento verde, economia verde e outras áreas.
[374] Reúne-se em nível de ministros das Relações Exteriores. Na III Reunião do DEG (2019), os ministros debateram maneiras de impulsionar o intercâmbio econômico-comercial, os investimentos, a cooperação em temas como educação, turismo e cultura, além de temas consulares e de cooperação jurídica, e também demonstraram interesse em reconvocar ou criar reuniões específicas de diálogo político sobre temas como Oriente Médio e América Latina. Na IV Reunião do DEG (2024), os ministros trataram de questões econômico-comerciais, de segurança em Gaza e na Ucrânia, da mudança do clima e da facilitação do trânsito de pessoas; assinaram acordo sobre vistos em passaportes comuns; e adotaram um logotipo elaborado conjuntamente, que será empregado nos eventos de comemoração dos 50 anos das relações diplomáticas.

marco dos 45 anos de estabelecimento de relações diplomáticas – os temas centrais debatidos foram comércio e investimento[375]; visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil (2019), no contexto da XI Cúpula do BRICS. Em janeiro de 2023, o vice-presidente chinês, Wang Qisha, compareceu à cerimônia de posse do presidente Lula, e, no mês de março, o ministro Mauro Vieira manteve encontro com Qin Gang, ministro dos Negócios Estrangeiros da China, à margem da reunião do G20. Os ministros trataram da preparação para futura visita do presidente Lula à China. A visita de Lula foi realizada em 13 e 14 de abril, embora estivesse originalmente prevista para 26 a 31 de março de 2023[376]. Na ocasião, no contexto dos trinta anos da parceria estratégica, Lula e Xi Jinping relançaram a parceria bilateral, tendo adotado declaração conjunta sobre o aprofundamento da PEG e declaração conjunta sobre o combate às mudanças climáticas e tendo assinado quinze acordos[377]. Em setembro de 2023, o presidente Lula recebeu delegação chinesa chefiada por Li Xi, membro do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China (PCCh). No fim de novembro, o ministro Mauro Vieira manteve reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, em Nova York, quando trataram das relações bilaterais e do conflito israelo-palestino, no contexto da presidência chinesa do CSNU. Em janeiro de 2024, o chanceler Wang Yi realizou visita oficial ao Brasil para copresidir a IV Reunião do DEG Brasil-China e para celebrar os 50 anos de relações diplomáticas. Em fevereiro, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o vice-ministro dos negócios estrangeiros da China, Ma Zhaoxu, no âmbito da reunião de chanceleres do G20, ocasião na qual trataram de temas da agenda bilateral, com destaque para a próxima plenária da COSBAN, prevista para 2024. Ainda em fevereiro, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com o ministro do Comércio chinês, Wang Wentao, à margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e reiterou a importância de que a MC13 estabelecesse mandato abrangente para negociações agrícolas, para que se alcancem resultados concretos até a MC14. O vice-presidente Geraldo Alckmin esteve em Pequim, em junho de 2024, para a VII Reunião da COSBAN. Na ocasião, reuniu-se, ainda, com Xi Jinping, que destacou a importância do relacionamento bilateral, sua natureza estratégica e o interesse da China em continuar aprofundando os laços com o Brasil. Alckmin ressaltou o comprometimento do governo brasileiro com o crescimento inclusivo e sustentável e a defesa

[375] Foram assinados oito instrumentos bilaterais: 1) Memorando de Entendimento para o Fortalecimento da Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China; 2) Protocolo Sanitário para exportação de Carne Bovina Termoprocessada; 3) Protocolo Sanitário para exportação de Farelo de Algodão; 4) Acordo para Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados (AEO); 5) Memorando de Entendimento sobre Programa Bilateral de Intercâmbio de Jovens Cientistas; 6) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Renovável e Eficiência Energética; 7) Termo de liberação para Operação do Empreendimento de Energia Elétrica Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.-XRTE; e 8) Memorando de Entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Nacional de Ciência Natural da China. Durante evento empresarial com a delegação brasileira também foram assinados documentos adicionais.

[376] A visita foi adiada em razão de diagnóstico de pneumonia do presidente Lula.

[377] Foram assinados protocolo relativo ao CBERS-6, complementar ao acordo sobre cooperação espacial; acordo de coprodução televisiva; Plano de Cooperação Espacial 2023-2032; acordo de cooperação entre agências estatais de notícias; memorandos de entendimento sobre grupo de trabalho de facilitação de comércio, pesquisa e inovação, cooperação em tecnologias da informação e comunicação, promoção do investimento e cooperação industrial, fortalecimento da cooperação em investimentos na economia digital, cooperação econômica e financeira, cooperação em informação e comunicações, cooperação em mídia e imprensa, e cooperação para o desenvolvimento social e rural e combate à fome e à pobreza; plano de trabalho de cooperação na certificação eletrônica para produtos de origem animal; e protocolo sobre requisitos sanitários e de quarentena para proteína processada de animais terrestres a ser exportada do Brasil para a China. Ademais, entidades privadas ou do governo brasileiro assinaram outros vinte acordos com suas contrapartes chinesas.

conjunta, com a China, pelo multilateralismo e pelo comércio livre. Ambos celebraram o 50º aniversário dos laços diplomáticos. Também em junho, o ministro Mauro Vieira manteve reunião bilateral com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, ao final do primeiro dia de sessões da reunião de chanceleres dos BRICS, em Nizhny Novgorod, na Rússia.

Discurso Oficial: As relações bilaterais são caracterizadas por seu notável dinamismo, com uma agenda densa que tem como destaque a cooperação econômico-comercial e a cooperação espacial. A relação, elevada à condição de PEG em 2012, conta com as instâncias da COSBAN e com o DEG para a manutenção de profundo diálogo e cooperação entre as partes. O relacionamento entre China e Brasil supera, no entanto, o âmbito bilateral e compreende o diálogo em mecanismos como o BRICS, o G20 e o BASIC e em organizações internacionais. Os princípios basilares das relações sino-brasileiras são "soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não interferência no processo político interno de cada país". Ademais, convergem no apoio ao multilateralismo e, em termos gerais, a processos de reforma da governança global. O Brasil adere firmemente ao princípio de uma só China, reconhece o governo da RPC como o único governo legal que representa toda a China e defende que Taiwan é uma parte inseparável do território chinês.

<u>Segurança e Defesa</u>

Instâncias Bilaterais: O Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China (2010) e o Diálogo em Assuntos Militares e de Defesa (Diálogo Def-Mil) foram estabelecidos no contexto do Plano de Ação Conjunta 2010-2014. Também foram assinados o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa (2011) e o Protocolo Complementar ao Acordo sobre Defesa (2014). Também em 2014, a empresa chinesa CEIEC venceu a licitação feita pela Força Naval brasileira para a reconstrução da base brasileira na Antártida (Estação Antártica Comandante Ferraz), serviço que foi realizado sob a supervisão da Marinha do Brasil. Temas de segurança e defesa figuravam no Plano de Ação Conjunta 2015-2021, que priorizava, assim como o protocolo complementar de 2014, os campos de tecnologia da informação, telecomunicações e sensoriamento remoto. Contudo, a cooperação em matéria de segurança e defesa perdeu importância recentemente, não havendo menções a ela em declarações oficiais nos últimos anos ou registros de reuniões das instâncias supracitadas, no entanto, houve visita, em junho de 2023, de comitiva de altos oficiais chineses ao Quartel-General do Exército brasileiro. No Plano Executivo 2022-2026, há apenas menção ao aprofundamento da cooperação em temas de segurança pública, como combate ao crime transnacional. No âmbito do DEG, há reuniões específicas para debater temas como Oriente Médio e América Latina.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: Brasil e China concordam com o papel central das Nações Unidas no sistema internacional e têm o compromisso de promover a democratização das relações internacionais e o multilateralismo. Têm participação ativa em missões de paz da ONU e apoiam uma reforma abrangente dessa organização, incluindo o aumento da representação de países em desenvolvimento em instâncias como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Embora a China compreenda e apoie "a aspiração do Brasil de desempenhar papel ainda mais proeminente nas Nações Unidas", não apoia formalmente a candidatura brasileira a um assento permanente, nem as aspirações do G4. A China apoiou a candidatura brasileira para membro rotativo do CSNU no biênio 2022-2023. Os países também convergem sobre a necessidade de reforma do sistema financeiro internacional, notadamente a reforma das quotas do Fundo

Monetário Internacional (FMI) e o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), pauta que aglutinou os BRICS em sua origem e sobre a qual trabalham ativamente em iniciativas de cooperação com instituições como o Banco Mundial e o NDB. Quanto à OMC, Brasil e China apoiam reformas necessárias da organização, a fim de fortalecer o sistema multilateral de comércio baseado em regras; contudo, divergem em questões fulcrais, como os subsídios industriais e agrícolas, e a caracterização da economia chinesa (Brasil ainda não a reconheceu formalmente como economia de mercado). Ambos estiveram juntos no lançamento do *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) e compõem o Grupo de Amigos de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento. O Brasil apoiou a candidatura e a reeleição do ex-vice-ministro de agricultura e assuntos rurais da China, o chinês Qu Dongyu para a direção-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês)[378]. Os países também convergem na pauta ambiental, dando especial importância ao desenvolvimento sustentável em seus três pilares, são signatários do Acordo de Paris e participam da Plataforma para o Biofuturo. O Brasil saúda a Iniciativa de Desenvolvimento Global proposta pela China como forma de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Embora os países expressem "forte compromisso com o desarmamento nuclear", a China não é parte do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês) nem do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN). A China não é parte do Tribunal Penal Internacional (TPI), diferentemente do Brasil. Em termos de direitos humanos, a China não é parte de algumas convenções ou protocolos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e seus dois protocolos, e está entre os países em que o direito à liberdade religiosa sofre limitações. A China também é parte do Pacto Global de Migrações. No conflito da Ucrânia, Brasil e China reconhecem os esforços de ambos em favor da promoção da paz.

Convergências Plurilaterais: Brasil e China participam de mecanismos e coalizões como o BRICS, o BASIC (articulação entre Brasil, África do Sul, Índia e China na área do meio ambiente), o G20 e o G77+China (coalizão de 134 países que visa a promover os interesses econômicos coletivos de países em desenvolvimento). A China expressou seu respaldo e apoio à presidência brasileira do G20, iniciada em 1º de dezembro de 2023, vista como uma oportunidade para fortalecer as prioridades dos países em desenvolvimento no âmbito do grupo. Apesar da reticência inicial brasileira com a pressão chinesa pela entrada de novos integrantes no BRICS, ambos apoiam a promoção de discussões ativas entre os BRICS sobre o processo de expansão do agrupamento e ressaltam a necessidade de esclarecer os princípios norteadores, normas, critérios e procedimentos para esse processo de expansão com base em ampla consulta e consenso.

Convergências Regionais e Inter-Regionais: Em 2018, com esforço sobretudo do Uruguai, foi relançado o Diálogo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-China, que debate temas comerciais. Entretanto, o Uruguai busca um tratado de livre comércio com a China e, nos últimos anos, tem defendido a possibilidade de um membro do MERCOSUL negociar individualmente com parceiro externo. Em 2022, o presidente argentino propôs que os Estados Partes do MERCOSUL analisem conjuntamente um tratado de livre comércio com a China. O Brasil se preocupa com o progressivo

[378] O presidente Lula e o diretor-geral da FAO encontraram-se no dia 24 de janeiro de 2023, à margem da VII Cúpula da CELAC, ocasião na qual os representantes discutiram o fortalecimento da parceria Brasil-FAO para o combate à fome, a promoção da segurança alimentar e nutricional e o apoio ao desenvolvimento rural e sustentável no Brasil e no mundo.

ganho de espaço econômico-comercial chinês na região, uma vez que os produtos industrializados brasileiros têm sofrido a concorrência de produtos chineses em diversos mercados. Como parte da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o Brasil participa do Fórum CELAC-China, embora, por estar com sua participação na CELAC suspensa naquele momento, não compareceu à terceira reunião ministerial desse fórum (2021). Ambos os países divergiram, durante o governo Bolsonaro, quanto à situação da Venezuela: a China permanecia como um dos principais apoiadores do regime Maduro. A China também contestou a saída de Evo Morales do poder na Bolívia, diferentemente do Brasil, que condenou a tentativa de fraude eleitoral do então presidente. No que diz respeito à Ásia, o Brasil não participa da Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês), mas é membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) e ratificou seu Acordo Constitutivo em 2020. Em relação a ambos os seus subcontinentes, os dois participam do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). O Brasil também participa do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau)[379].

Comércio

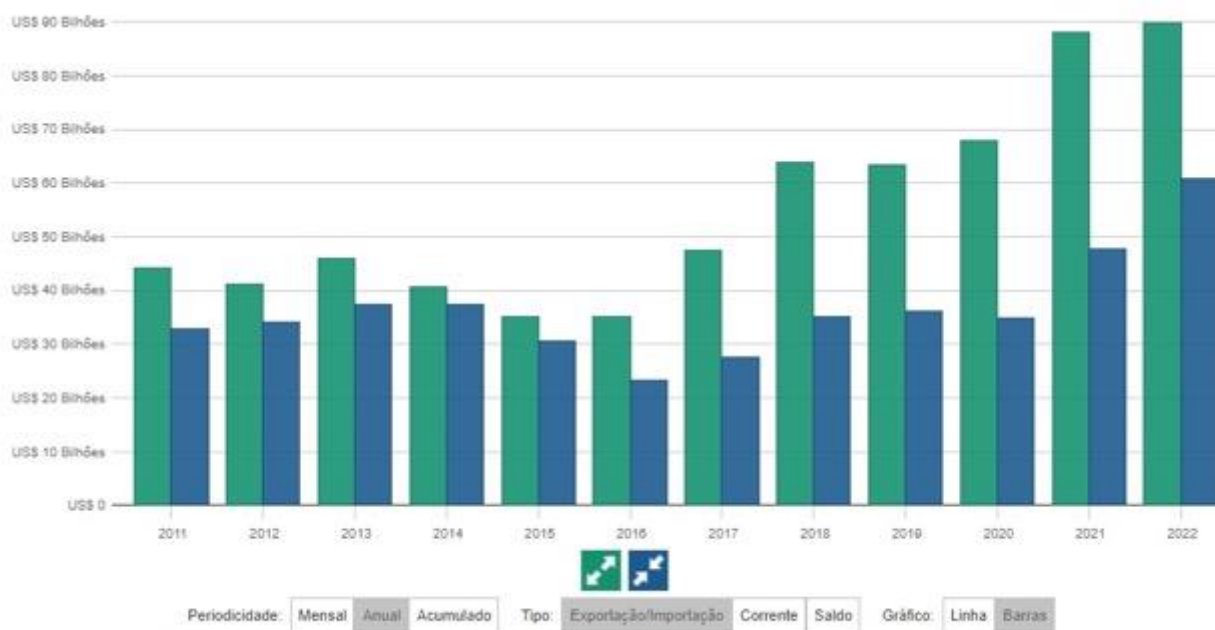
Marcos: Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Desde 2019, foram assinados importantes acordos sobre questões sanitárias e fitossanitárias[380], que, consoante ao aumento de sinergias entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Administração Geral de Aduanas da China (GACC, na sigla em inglês), corrobora a ampliação e diversificação do comércio agrícola entre as partes. O Brasil é o principal fornecedor de produtos do agronegócio à China e, em 2019, a partir de ideia da ministra Tereza Cristina, foi criado um "Núcleo China", unidade estratégica para tratar de China diretamente vinculada ao seu gabinete no MAPA. Em abril de 2023, durante a visita de Lula, foi adotado novo protocolo sanitário para as exportações de proteína animal brasileira para a China. Em 29 de março de 2023, realizou-se, em Pequim, o Seminário Econômico Brasil-China, que contou com a participação de mais de 500 empresários brasileiros e chineses, teve por objetivo contribuir para o adensamento e a diversificação das relações comerciais e dos fluxos de investimento, com foco em transição energética, inovação e sustentabilidade, e resultou em vinte acordos firmados entre ambos os lados, por empresas e também pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Na mesma data, Brasil e China anunciaram a criação de uma câmara de compensação, isto é, a utilização de uma instituição bancária, no caso o ICBC (Banco Industrial e Comercial da China, na sigla em inglês), que permita o fechamento de negócios e a concessão de empréstimos entre os dois países sem que o dólar americano tenha que ser usado para viabilizar a transação internacional. No começo de outubro, Brasil e China completaram a primeira operação

---

[379] Criado pelo governo chinês em 2003 como um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental, sem caráter político, centrado no desenvolvimento econômico e comercial. Tem como objetivos consolidar o intercâmbio econômico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau enquanto plataforma de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa e fomentar o desenvolvimento mútuo.

[380] Durante a V COSBAN 2019, as partes concordaram em promover atividades de inspeção e quarentena, a fim de conceder acesso a mercados para produtos dos dois países: pera e pescado chineses; melão, produtos lácteos, carne termoprocessada, miúdos suínos, proteína de soja para ração animal, material genético avícola e soro sanguíneo bovino brasileiros. Na visita do presidente Bolsonaro, em 2019, foram assinados Protocolo Sanitário para exportação de Carne Bovina Termoprocessada e Protocolo Sanitário para exportação de Farelo de Algodão. Durante a VI Reunião da COSBAN, as partes anunciaram a conclusão de negociações para o início de exportações de milho e amendoim brasileiro à China, bem como planos de assinatura de novos protocolos relativos às exportações brasileiras de farelo de soja, proteína concentrada de soja, polpa cítrica e soro fetal bovino. Estão em negociação protocolos para permitir exportações brasileiras de noz-pecã, gergelim, sorgo e arroz.

comercial realizada somente com moedas locais. Em março, a China habilitou 38 novas plantas para receber carne importada do Brasil, o que fez com que o número de plantas saltasse de 107 para 145. No mês seguinte, a China habilitou sete frigoríficos nacionais a exportar soro fetal bovino para aquele mercado.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: China

Série histórica - Parceiro: China
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 160 Bilhões
US$ 140 Bilhões
US$ 120 Bilhões
US$ 100 Bilhões
US$ 80 Bilhões
US$ 60 Bilhões
US$ 40 Bilhões
US$ 20 Bilhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: China
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 50 Bilhões
US$ 45 Bilhões
US$ 40 Bilhões
US$ 35 Bilhões
US$ 30 Bilhões
US$ 25 Bilhões
US$ 20 Bilhões
US$ 15 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: China

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: China

Desafios: Ambos concordam na necessidade de incrementar qualitativa e quantitativamente os fluxos bilaterais de comércio e coincidem na avaliação de que a atual pauta exportadora brasileira se encontra excessivamente concentrada em poucos produtos. Às vésperas da visita do vice-presidente Mourão para a V COSBAN, em 2019, Brasil e China chegaram a um entendimento nas consultas que estavam sendo realizadas no âmbito do contencioso do açúcar iniciado pelo Brasil na OMC. As consultas haviam sido solicitadas pelo Brasil em vista da aplicação, pela China, de

salvaguardas na forma de sobretaxas às importações de açúcar. Em 2019, a China aplicou tarifas *antidumping* contra o frango brasileiro, o que levou as empresas brasileiras a celebrarem acordos privados de preços, comprometendo-se a praticarem preços mais elevados, não tem sido acionado o Sistema de Solução de Controvérsias das OMC. Após atuação do governo brasileiro ao longo de 2023, em fevereiro de 2024, o governo chinês decidiu não renovar as medidas *antidumping*. Em 2020, a China suspendeu a importação de frangos brasileiros de alguns frigoríficos, em razão de teste positivo para o coronavírus. Após identificação de casos atípicos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em 2021 e em fevereiro de 2023, as exportações de carne bovina para a China foram temporariamente suspensas, conforme o protocolo sanitário bilateral. O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, encontrou-se com o embaixador da China no Brasil, Zhu Quigqiao, para prestar esclarecimentos quanto à questão. O mercado foi reaberto em 23 de março de 2023. Em janeiro de 2023, o governo brasileiro comunicou a possibilidade de derrubada da suspensão das exportações de três plantas frigoríficas brasileiras para a China. Para incrementar o comércio bilateral de produtos agrícolas, o Brasil defende aprovação de mais Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) pela China e o aumento da venda de proteína animal, com a habilitação de mais estabelecimentos.

Investimentos: Em 2019, foi assinado memorando de entendimento sobre o fortalecimento da cooperação em assuntos relacionados a investimentos.

Investimentos do Brasil na China: É menos significativo que o fluxo inverso, mas tem crescido nos últimos anos. Atualmente, o estoque passa dos US$ 350 milhões. Até 2020, a China posicionava-se no quarto lugar no *ranking* de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior. Principais setores: energia, mineração e atividades de serviços financeiros, com destaque para as empresas Vale, Petrobrás, Banco do Brasil[381], BRF, Embraer, Itaú, Odebrecht, Queiroz Galvão, Marfrig, WEG, Suzano, Tramontina, JBS, BTG, entre outras.

Investimentos da China no Brasil: Até 2020, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses na América do Sul e a China foi a principal origem de investimentos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Conforme dados do Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019, abaixo apenas dos Estados Unidos (EUA). Entre 2007 e 2020, empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam US$ 66,1 bilhões. Houve ainda 64 projetos não concretizados, com valor estimado em US$ 44,5 bilhões. Entre 2003 e 2018, 89% dos investimentos chineses foram para a aquisição de empresas já existentes (compraram 72 empresas) e 11% para novos projetos. O estado de São Paulo lidera com 31% do número de projetos confirmados no período, seguido por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e Pará. Em 2019, o Nordeste atraiu o maior número de projetos pela primeira vez, seguido pelo Sudeste. Principais setores: energia elétrica (48% do valor de estoque); extração de petróleo e gás (28%); extração de minerais metálicos (7%); indústria manufatureira (6%); obras de infraestrutura (5%); agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%); e atividades de serviços financeiros (2%). Há grande interesse das empresas chinesas no setor energético brasileiro e os dois países mantêm importante e tradicional cooperação no setor mineral. Em 2023, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a Associação Sino-Brasileira de Mineração (ASBM), que visa a

[381] O Banco do Brasil conta com agência em Xangai desde maio de 2014. Trata-se da primeira agência de um banco latino-americano na China.

possibilitar investimentos no setor mineral no estado, incluindo a instalação de um laboratório de gemas para certificação da qualidade e procedência dos minerais preciosos visando a exportação. A cooperação financeira tem-se intensificado ainda nos âmbitos bilateral e multilateral, e diversos bancos chineses atuam no Brasil. O Brasil segue sem aderir à BRI[382].

Cooperação

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 300 mil chineses e descendentes vivendo no Brasil. Há cerca de 7,6 mil brasileiros vivendo na China ou em Taiwan, correspondendo à segunda maior comunidade de brasileiros na Ásia. Em 2018, instituiu-se, por meio de Lei Federal, o Dia da Imigração Chinesa no Brasil. Houve cooperação com a China na repatriação de cidadãos brasileiros que moram em Wuhan, em decorrência do surto de coronavírus, em 2020.

Cooperação Técnica: Em 2023, as partes decidiram iniciar diálogo entre as autoridades responsáveis por cooperação internacional para o desenvolvimento e por cooperação humanitária com o propósito de ampliar o conhecimento mútuo, o intercâmbio de boas práticas, a troca de informações sobre as prioridades temáticas e geográficas e a possível coordenação de posições em foros multilaterais sobre cooperação para o desenvolvimento. Concordaram em trabalhar conjuntamente para estimular a cooperação trilateral.

Cooperação Humanitária: Em 2020, houve registro de uma ação coordenada pela Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) de doação de máscaras da China para o Brasil, no contexto da pandemia de COVID-19.

Cooperação Parlamentar: No Congresso Nacional, há o Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados (1993) e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal (2004). Mais recentemente, foram estabelecidas as Frentes Parlamentares Brasil-China e BRICS. Em 2006, foi assinado do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo. Esse mecanismo foi estabelecido em 2012.

Meio Ambiente: Brasil e China são parte do Acordo de Paris e concertam-se no âmbito do BASIC. Além disso, a Universidade de Tsinghua e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mantêm conjuntamente o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia. No auge da crise das queimadas na floresta, com forte pressão sobre o Brasil principalmente dos países europeus, a China deu uma declaração de que a Amazônia é uma questão brasileira, o que rendeu agradecimento de Bolsonaro. Em declaração sobre o combate à mudança do clima, no contexto da visita do presidente Lula a Xi em 2023, ambos os mandatários "reconheceram que a mudança do clima representa um dos maiores desafios de nosso tempo e que o enfrentamento dessa crise contribui para construir um futuro compartilhado de prosperidade com equidade para toda a humanidade". Defenderam responsabilidades comuns, porém diferenciadas,

[382] Na declaração conjunta resultante da visita de Bolsonaro à China em 2019, "as Partes tomaram nota das possíveis sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive o PPI, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a BRI". Na declaração da visita de Lula em 2023, "Brasil e China manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive nos esforços da integração sul-americana, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a BRI".

ação urgente para o clima combinada com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cumprimento dos compromissos de financiamento climático, liderança dos países desenvolvidos no processo de redução de emissões e fortalecimento do multilateralismo, tendo mencionado o G77+China, mas não o BASIC. Anunciaram diálogos políticos e compartilhamento de experiências sobre investimentos e finanças climáticas. A China apoiou a candidatura exitosa do Brasil para sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês).

Agricultura: Em 2019, foi adotado Plano de Ação na área da agricultura (2019-2023). Há iniciativas de cooperação agropecuária desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com instituições chinesas, por meio, por exemplo, de laboratórios virtuais.

Combate à Fome e à Pobreza: Em 2023, ambos acordaram estreitar a cooperação bilateral no sentido de estabelecer um plano de trabalho conjunto para abordar temas relativos ao combate à fome e à pobreza e ao desenvolvimento rural, incluindo a cooperação em políticas e troca de experiências destinadas a aprimorar as transferências de renda, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade da produção de alimentos, seja por meio de cooperação técnica, maquinário adequado, ou por soluções de energia renovável adaptadas a pequenas propriedades rurais.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Segundo dados do Relatório "Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional" (COBRADI), a China é de longe o principal parceiro do Brasil em ciência e tecnologia, destacando-se o Programa CBERS. No âmbito da COSBAN, há a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os países também mantêm acordos de cooperação em ciência e tecnologia (2016), Diálogo de Alto-Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (última edição em 2019), bem como o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (CBCIN), que tem apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em suas ações. Em 2019, Bolsonaro e Xi concordaram em incentivar a mobilidade de cientistas, a realização de pesquisas conjuntas e a colaboração entre parques tecnológicos, incubadoras e empresas de base tecnológica do Brasil e da China. Na visita de Bolsonaro, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Programa Bilateral de Intercâmbio de Jovens Cientistas. No mesmo ano, foi estabelecido, dentro do *campus* Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, o Centro Sino-Brasileiro de Inovação em Iluminação de Estado-Sólido, a fim de apoiar o desenvolvimento e a inovação em áreas como *smart-building*, *smart cities*, agronegócio, comunicações, energia solar fotovoltaica, saúde, entre outras. Há, ainda, no âmbito do BRICS, a *iBRICS Network* (rede de parques tecnológicos do BRICS) e seus programas de incubação cruzada para *startups*. No âmbito do programa *Startout Brasil* – iniciativa conjunta entre Itamaraty, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ApexBrasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) –, quinze *startups* brasileiras participaram de programa de internacionalização com destino a Xangai e pós-missão em Hong Kong, em dezembro de 2019. A companhia chinesa Huawei poderá participar como fornecedora de equipamentos para as empresas de telecomunicações vencedoras do leilão de tecnologia 5G no Brasil. Em 2023, os dois países concordaram em trabalhar em conjunto para desenvolver a nova geração de tecnologia de luz síncrotron, em parceria entre o Sirius brasileiro e o *High Energy*

Photon Source (HEPS) chinês, por meio de memorando de entendimento entre o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) do Brasil e o Instituto de Física de Alta Energia (IHEP, na sigla em inglês), vinculado à Academia de Ciências da China.

Cooperação Aeroespacial: O programa CBERS tem destaque na cooperação sino-brasileira (1988). Foi um projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia, tendo por objetivo a construção e lançamento de satélites de sensoriamento remoto de recursos terrestres. Foram lançados, desde então, seis satélites (1999, 2003, 2007, 2013, 2014 e 2019). Nesse contexto, ressaltam-se a cooperação trilateral *CBERS for Africa*, o Plano Decenal de Cooperação Espacial (2013-2022) e seu sucessor Plano de Cooperação Espacial 2023-2032. Estão em desenvolvimento mais dois satélites até 2028: o CBERS-5 e o CBERS-6. No âmbito do BRICS, a Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS é exemplo de cooperação Sul-Sul com benefícios para todos os envolvidos. A China apoia o desenvolvimento do Radiotelescópio BINGO, atualmente em construção no Brasil, voltado a pesquisas sobre matéria escura.

Energia: Os dois países participam da Plataforma para o Biofuturo (2016). A CTG Três Gargantas Brasil é atualmente a segunda maior geradora de energia do País de capital privado. Em 2019, foram assinados Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Renovável e Eficiência Energética e Termo de liberação para Operação do Empreendimento de Energia Elétrica Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.-XRTE. Há interesse chinês em Angra 3 e participação chinesa em bloco no Pré-Sal. Em 2023, o Governo do Estado do Ceará assinou diversos memorandos de entendimento em matéria de energia, incluindo um com a State Power Investment Corporation (SPIC), para estudar projetos de energias renováveis eólica *onshore* e *offshore*, solar, e hidrogênio azul e verde no Ceará.

Infraestrutura: O Fundo de Cooperação Brasil-China para Expansão da Capacidade Produtiva, anunciado em 2015, visa a classificar projetos de investimento considerados como prioridade pelo governo brasileiro em setores de infraestrutura e que possam facilitar a cooperação de capacidade industrial entre Brasil e China. Em 2019, foi assinado memorando de entendimento de cooperação entre autoridades de transportes. Há interesse chinês em participar do Corredor Bioceânico Viário e de parte da construção das Ferrovias Bioceânica e Transcontinental, além de concessões de portos, aeroportos, outras ferrovias e outras rodovias. Em 2023, os dois países concordaram em fortalecer o diálogo sobre a promoção do papel efetivo do Fundo de Cooperação Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva na promoção de cooperação de investimento bilateral. No mesmo ano, foi assinado Memorando de Entendimento entre as empresas Vale e a CCCC South America Regional Company, para promover cooperação na área de transporte ferroviário entre as duas empresas no Pará.

Relações Interpessoais, Educação e Cultura: Os dois países almejam promover o conhecimento e a compreensão mútuos, em particular em temas relacionados ao futebol e coproduções audiovisuais, intensificar a cooperação educacional e incrementar o turismo. No Brasil, há Institutos Confúcio instalados em instituições de ensino superior públicas e privadas nas cinco regiões do país. Há a perspectiva de instalação de um Instituto Guimarães Rosa (IGR) e o compromisso de promover o ensino do português brasileiro na China. Entre novembro e dezembro de 2022, foi realizada a 14ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, em Macau, em formato híbrido. Durante a visita presidencial à China, em 2019, foram assinados

memorando de entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Nacional de Ciência Natural da China e memorando de cooperação sobre intercâmbio cultural e audiovisual. Durante a visita presidencial de 2023, as duas partes concordaram que o futuro de todos os países está estreitamente interligado e que é preciso promover a tolerância, a coexistência, o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre diferentes civilizações. A parte brasileira tomou nota da Iniciativa da Civilização Global (ICG) apresentada pela parte chinesa. As duas partes decidiram promover os acordos sobre a coprodução televisiva e cinematográfica, que permitirá intercâmbios na área de produção audiovisual, promover o incremento da mobilidade acadêmica de estudantes chineses para o Brasil e facilitar o entendimento sobre os mecanismos de revalidação de títulos em vigor nos dois países.

Turismo: O presidente Bolsonaro anunciou, durante sua visita de 2019, a isenção de visto a turistas chineses, mas a medida não foi implementada. Antes da pandemia, cerca de 60 mil chineses visitavam o Brasil por ano. O foco da isenção seria lazer e negócios. Em janeiro de 2024, foi assinado acordo sobre vistos em passaporte comum. Quando entrar em vigor, o acordo permitirá que as autoridades consulares dos dois países concedam vistos de até dez anos de validade, dobrando o prazo máximo de concessão atual. A iniciativa facilitará as viagens, incentivará a promoção de negócios e impulsionará o turismo entre os países. Em 2023, mais de 37 mil chineses visitaram o Brasil. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), a China é o país com maior número de turistas viajando pelo mundo, com cerca de 141 milhões de chineses (em torno de 10% da população chinesa) viajando ao exterior anualmente antes da pandemia. A estimativa é de que, em 2030, sejam mais de 300 milhões de chineses viajando anualmente. O Brasil foi incluído na lista de países cujos nacionais foram autorizados a voltar a fazer turismo na China no pós-pandemia. Ambas as partes estão dispostas a impulsionar a assinatura do Memorando de Entendimento para a Cooperação em Turismo.

Cooperação Jurídica: Em 2019, foi assinado acordo sobre transferência de pessoas condenadas, conforme a declaração conjunta presidencial de abril de 2023.

Saúde: A aproximação bilateral na área de saúde teve início ainda nos anos 1980, tendo-se institucionalizado entre as décadas de 2000 e 2010, cujos marcos são o Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde (2011-2021) e o Plano de Ação entre o Brasil e a China no campo da saúde para o período 2018-2020. Em 2015, foi criada a Subcomissão de Saúde da COSBAN, que foi extinta e recriada como Subcomissão de Temas Sanitários e Fitossanitários em 2022. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) tem memorandos de entendimento para cooperação internacional na área de pesquisa e desenvolvimento com algumas instituições chinesas, como o Centro de Controle e Prevenção de Doenças Chinês (CDC, na sigla em inglês). Em 2019, houve assinatura de memorando de entendimento sobre medicina tradicional, complementar e integrada. Durante a pandemia, a cooperação em saúde ganhou novo destaque. Houve doação recíproca de produtos médicos em 2020, mesmo ano em que o Instituto Butantan estabeleceu parceria com a Sinovac. Em fevereiro de 2021, o governo chinês liberou a exportação do primeiro lote de insumos farmacêuticos ativos (IFA) para a produção da AstraZeneca/Oxford no Brasil. Até outubro de 2021, 75% das vacinas oferecidas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações haviam sido produzidas com insumos originários da China. Ambos apoiam o Sistema de Alerta Precoce para Epidemias e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Em 2023, foi assinado Memorando de Entendimento para Cooperação Internacional entre a Fiocruz e o Centro

de Excelência CAS-TWAS para Doenças Infecciosas Emergentes da Academia Chinesa de Ciências, que estabelece, reciprocamente, laboratório da Fiocruz na Academia Chinesa de Ciências e laboratório da Academia de Ciências na Fiocruz. Brasil e China comprometem-se, ainda, a fomentar o intercâmbio científico bilateral em áreas como produção de vacinas e de fármacos e combate precoce a doenças com potencial epidêmico.

Esporte: Brasil e China estão dispostos a impulsionar a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, conforme a declaração conjunta presidencial de abril de 2023, buscando encorajar os intercâmbios em diversas modalidades esportivas, assim como em medicina e ciência do esporte.

3.8. Índia

Marcos: 1948: Brasil reconhece a independência da Índia; 1968: Visita do chanceler Magalhães Pinto à Índia, ocasião em que é assinado o acordo de comércio entre Brasil e Índia; visita da primeira-ministra Indira Gandhi ao Brasil, ocasião em que é celebrado acordo cultural bilateral; assinatura de acordo de cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear; 1996: Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) realiza visita de Estado à Índia; 1998: Governo brasileiro denuncia memorando de entendimento para cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, após Índia realizar testes nucleares; 2002: Criação da Comissão Mista[383], cuja primeira reunião ocorreria no ano seguinte; 2003: Criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); 2006: Parceria Estratégica; 2007: Diálogo Estratégico; 2008: Mecanismo de monitoramento do comércio Brasil-Índia; 2009: Entrada em vigor do acordo de preferência comercial entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Índia e realização da I Cúpula do BRICS; 2012: I Reunião da Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica; 2015: I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Índia; 2020: visita de Estado do presidente Jair Bolsonaro à Índia.

Embaixada: Anúncio do estabelecimento de legações (abril de 1948); abertura da Missão indiana no Rio de Janeiro (maio de 1948); elevação da missão diplomática brasileira à categoria de embaixada (outubro de 1948); abertura da adidâncias militares no Brasil e na Índia (2009). Há, ademais, consulado-geral do Brasil em Mumbai e consulados honorários em Bangalore, Calcutá e Hyderabad. A Índia tem consulado-geral em São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural – Comissão Mista (2002; última edição em 2022), em nível de chanceleres; Diálogo Estratégico (2007; última reunião em 2015), em nível de chanceler da parte brasileira e de assessor de segurança nacional da indiana; Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica (2012; última reunião em 2018), oficialmente em nível ministerial, mas, na prática, em nível de secretário do Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação; Reunião de Consultas Políticas (2015; última reunião em 2023), em nível de secretário do Ministério das Relações Exteriores; Comitê Conjunto e Defesa (2010; a última em 2019), a nível de secretário do Ministério da Defesa, que já teve seis reuniões; Diálogo Econômico e Financeiro (2011; a última em 2013), em nível de secretário do Ministério da Fazenda; Mecanismo de Monitoramento do Comércio Bilateral (sexta e mais recente edição em outubro de 2023); além de instâncias bilaterais em matéria de cooperação em defesa, ciência e tecnologia, bioenergia, petróleo e gás, segurança cibernética, consultas sobre temas relacionados à ONU, entre outros temas; Grupo Parlamentar Brasil-Índia na Câmara dos Deputados; Grupo Parlamentar no Senado (2022); Fórum Empresarial (2007) entre presidentes-executivos de empresas.

Visitas de Alto Nível: Em seus mandatos anteriores, o presidente Lula realizou visita à Índia em 2004 (de Estado), 2007 e, por ocasião da III Cúpula do IBAS, em 2008. A presidente Dilma Rousseff visitou o país em 2012, em visita de Estado na sequência de Cúpula do BRICS, e o presidente Michel Temer, em 2016, para Cúpula do BRICS. O primeiro-ministro Narendra Modi veio pela primeira vez ao Brasil em 2014, para participar da Cúpula do BRICS em Fortaleza. O

[383] Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural.

premiê Manmohan Singh veio ao Brasil em 2006, quando foi estabelecida a parceria estratégica, em 2010 e em 2012, por ocasião da Rio+20. Os presidentes K.R.Narayanan e Pratibha Patil vieram ao Brasil respectivamente em 2008. O premiê Narasimha Rao veio ao Brasil em 1992 para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). No governo Bolsonaro, houve visita de Modi ao Brasil (2019) por ocasião da XI Cúpula do BRICS, e encontro bilateral à margem da Cúpula do G20 (Osaka, 2019); Bolsonaro realizou visita de Estado à Índia (janeiro de 2020[384]), ocasião em que houve aprofundamento da parceria estratégica de 2006, com assinatura de memorandos, acordos (foram assinados 15 atos bilaterais, com destaque para o ACFI, o Acordo de Previdência Social e os memorandos de entendimento sobre cooperação em bioenergia, cooperação no setor de petróleo e gás natural e cooperação no campo da geologia e recursos minerais) e um Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica[385]; e visita do chanceler Jaishankar, para a 8ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural (2022)[386], para encontro com o então vice-presidente do Brasil

[384] O presidente Bolsonaro foi o convidado de honra das celebrações do 71º Dia da República da Índia, que celebra a entrada em vigor da Constituição indiana, em 1950. O evento representou a terceira ocasião na qual um chefe de Estado Brasileiro foi agraciado com tal distinção, após os presidentes Lula (2004) e Fernando Henrique Cardoso (1996).

[385] Objetivos do Plano de Ação: 1) Fortalecer os mecanismos institucionais estabelecidos e as consultas políticas e promover a coordenação em temas bilaterais, plurilaterais e multilaterais de interesse comum, com base nos princípios da igualdade e confiança mútua; 2) Acompanhar de modo coordenado os resultados e as atividades dos mecanismos institucionais existentes e a implementação das iniciativas de cooperação em todas as áreas do relacionamento bilateral, bem como promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo; e 3) Possibilitar o monitoramento do progresso alcançado em todas as áreas de cooperação. Considerado um documento abrangente e inovador, foram previstas ações em todas as esferas de cooperação, inclusive Coordenação Político-Estratégica; Comércio, Investimentos, Agricultura, Aviação Civil e Energia; Ciência, Tecnologia e Inovação, Cooperação Espacial, Técnica e em Meio Ambiente e Saúde; Defesa e Segurança; Cultura e Educação; Temas Consulares, Previdência Social e Cooperação Jurídica. Em relação aos acordos, memorandos e outros instrumentos, foram assinados durante a visita: 1) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), prioritariamente; 2) Acordo de Previdência Social; 3) Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; 4) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia; 5) Programa de Intercâmbio Cultural para o período 2020-2024; 6) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética; 7) Memorando de Entendimento em Cooperação no Campo da Saúde e da Medicina; 8) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo dos Sistemas Tradicionais de Medicina e Homeopatia; 9) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais; 10) Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural; 11) Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para implementação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2020-2023); 12) Memorando de Entendimento na Área de Primeira Infância; 13) Declaração Conjunta sobre Colaboração na Área de Pecuária e Produção Leiteira; 14) Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Estabelecer Centro de Excelência na Índia para Conduzir Pesquisa em Bioenergia; e 15) Memorando de Entendimento entre Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e Invest India.

[386] A reunião ocorreu no marco do Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica. Foram discutidos temas como comércio, investimentos, cooperação, situação na Ucrânia, segurança alimentar e energética e questões da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), inclusive sua reforma – já que os dois países integram o órgão em 2022. Foram examinados, ainda, temas relativos a BRICS e Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e coordenação em foros internacionais sobre desenvolvimento sustentável. Os ministros congratularam-se pelo 75º Aniversário da Independência da Índia (15 de agosto de 2022) e pelo Bicentenário da Independência do Brasil (7 de setembro de 2022), uma vez que a reunião ocorreu em data próxima a essas efemérides. Na ocasião, um selo comemorativo especial foi lançado pelos Correios para marcar os 75 anos de independência da Índia. Os ministros também manifestaram expectativa de comemorar, em 2023, os 75 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Durante a visita, o chanceler indiano também proferiu palestra para os alunos do Instituto Rio Branco (IRBr), e houve assinatura do protocolo à Convenção Bilateral para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal e do memorando de entendimento entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a indiana Prasar Bharati, instituição pública de comunicação.

e para participação em sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 75 anos da independência indiana. Em março de 2023, o ministro Mauro Vieira esteve em Nova Delhi, para participar da reunião ministerial do G20, e manteve encontro de trabalho com o ministro de Negócios Exteriores da Índia. Foram discutidas questões da agenda bilateral, nas áreas de economia e de cooperação no setor de energias renováveis. Em maio de 2023, Lula encontrou-se com Modi à margem da reunião do G7, em Hiroshima. Em junho, os chanceleres dos dois países realizaram encontro bilateral à margem da reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS. Em setembro, Lula encontrou-se com Modi, em Nova Delhi, à margem da Cúpula do G20, ocasião em que emitiram comunicado conjunto no marco dos 75 anos de relações bilaterais[387]. Em junho de 2024, o presidente Lula se encontrou com Narendra Modi à margem da Cúpula do G7, realizada na Itália.

Discurso Oficial: Brasil e Índia são países democráticos, de vasta extensão territorial e com grande população. O aumento do contato de alto nível desde a década de 2000 favoreceu a identificação de oportunidades de cooperação e o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Índia, em 2006, que se tem aprofundado ao longo dos anos para abranger vários setores. Essa parceria é baseada em valores democráticos compartilhados, visão semelhante sobre temas globais, objetivos comuns de busca da paz, cooperação e desenvolvimento sustentável e compromisso de fomentar o crescimento econômico com inclusão social para o bem-estar de seus povos. Os dois países também cooperam amplamente em organizações multilaterais, como as Nações Unidas, mecanismos inter-regionais, e fóruns plurilaterais como G20, BRICS, IBAS, BASIC[388] e G4. Os dois países têm aspirações comuns, além de enfrentarem desafios semelhantes. A coordenação da relação bilateral desenvolve-se principalmente por meio da Comissão Mista, em nível ministerial. Ambos os países são modelos para a democracia em suas respectivas regiões. Segundo o então embaixador brasileiro em Nova Delhi, André Corrêa do Lago, a relação bilateral se desenvolveu de forma extremamente particular, partindo do âmbito multilateral – haja vista as interações no âmbito de instâncias como, por exemplo, na Organização das Nações Unidas (ONU), no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) e na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês) – passando ao âmbito plurilateral e, mais recentemente, alcançando aprofundamento das relações bilaterais.

Segurança e Defesa: Em segurança, há Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética (2020). A cooperação bilateral em defesa é uma das áreas de maior potencial no relacionamento entre Brasil e Índia. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas embaixadas desde 2009. O marco para cooperação na área é o Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa (2003), que criou o Comitê Conjunto de Defesa[389]. Sob o Comitê Conjunto, há Comissão Conjunta de Trabalho sobre Cooperação Industrial na Área de Defesa. Os exercícios marítimos IBSAMAR têm contribuído para aumentar a segurança marítima das partes. A Embraer está participando com o C390 de licitação do governo indiano para a compra de 40 aeronaves de transporte militar. Nesse contexto, em fevereiro de 2024, foi assinado memorando

[387] O comunicado celebra os 75 anos de relações diplomáticas e reafirma o compromisso com a parceria estratégica.
[388] No agrupamento, criado em 2009, ambos defendem o fortalecimento da Aliança Solar Internacional (ASI) e da Plataforma para o Biofuturo. A Índia manifestou desejo de que o Brasil ratifique o Acordo-Quadro de Estabelecimento da Aliança Solar Internacional.
[389] Prevê colaboração em amplo espectro de atividades militares e cria o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, que se reúne, desde 2010, em tese, anualmente e alternadamente no Brasil e na Índia. A mais recente reunião do Comitê Conjunto ocorreu em novembro de 2019, em Nova Delhi.

de entendimento entre a Embraer e a indiana Mahindra, que visa a cumprir as exigências da Força Aérea Indiana para aumentar as chances de escolha do C390, em um futuro processo de aquisição.

Convergências

Convergências Multilaterais: Ambos apoiam mutuamente seus pleitos por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Destaca-se a coincidência, em 2022, pela 4ª vez[390], de Brasil e Índia como membros não permanentes do CSNU, onde buscaram trabalhar em conjunto em temas centrais da agenda do Conselho, inclusive com vistas a tornar o órgão mais representativo, transparente e eficiente. O Brasil apoia a candidatura indiana para assento rotativo no período 2028-2029. Ambos têm contribuição importante nas missões de paz das Nações Unidas. Houve divergência recente importante entre os dois países no que diz respeito à agenda do comércio internacional. No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil de Bolsonaro adotou um discurso mais próximo da liberalização dos mais diferentes setores e passou a investir também em negociações plurilaterais na organização. A Índia segue em posicionamento distinto, atrelado à defesa inflexível do tratamento especial e diferenciado (TED) e do cumprimento do mandato agrícola de Doha. É exemplo desse afastamento o fato de que Brasil e Índia lideravam o G20 agrícola, coalizão que deixou de operar na OMC. Com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, Índia e Brasil passaram a distanciar-se também no contexto da questão israelo-palestina, quando a Índia manteve um perfil de defesa internacional da causa palestina, enquanto o Brasil altera sua rota em direção a uma maior aproximação com Israel. No governo Lula a assimetria se conserva, porém com a aproximação do governo Modi com os israelenses, enquanto o Brasil busca se manter equidistante, postura que é interpretada como pró-Palestina por alguns analistas. A Índia não é parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), recusa-se a ingressar no Tribunal Penal Internacional (TPI) e não faz parte de alguns importantes tratados de direitos humanos, como o de combate à tortura e os protocolos adicionais ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

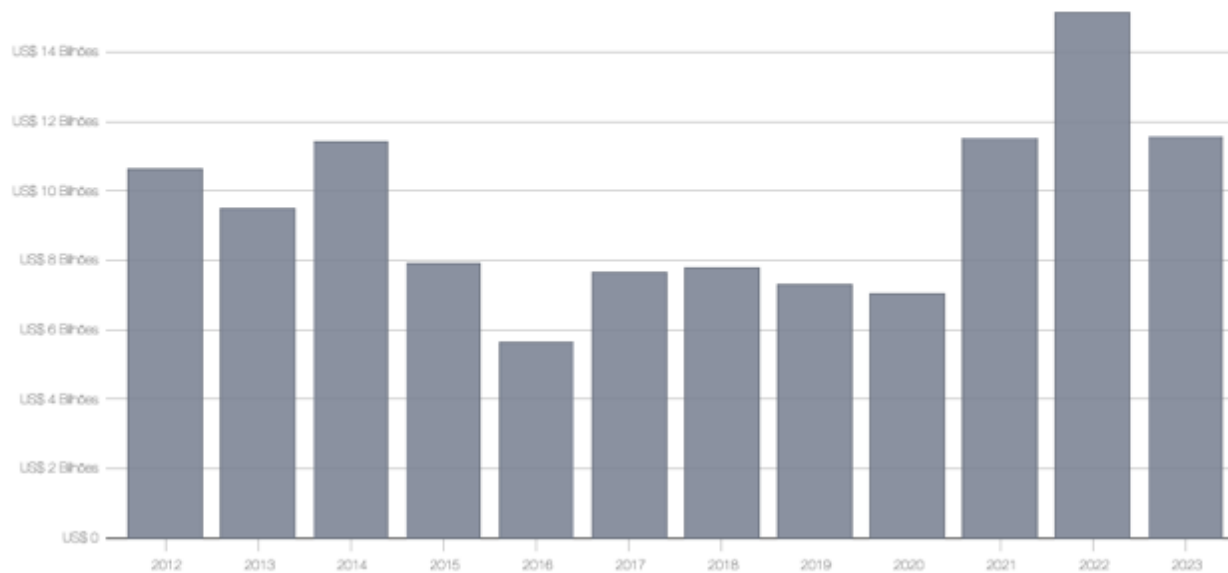
Convergências Plurilaterais e Regionais: No âmbito plurilateral, destacam-se G4, G20, G77+China, BRICS, BASIC e IBAS (a reunião ministerial mais recente do IBAS ocorreu em setembro de 2023). Ademais, o presidente Bolsonaro reiterou o apoio brasileiro à candidatura da Índia ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG, na sigla em inglês). Na última reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, ambos os ministros destacaram a importância do G20 e concordaram em cooperar estreitamente durante as presidências da Índia (2023) e do Brasil (2024). O encontro entre o ministro da Agricultura e da Pecuária, Carlos Fávaro, e o embaixador da Índia no Brasil, Suresh Reddy, em fevereiro de 2023, corrobora essa disposição. Os representantes reuniram-se na busca de um alinhamento de posições, no âmbito do encontro de ministros de agricultura do G20, que ocorreu em junho 2023. Como divergência regional importante, não houve, durante o governo Bolsonaro, entendimento comum em relação à questão da legitimidade dos poderes na Venezuela. Nova Delhi reconhece a legitimidade do mandato presidencial de Nicolás Maduro, diferentemente do Brasil, que desconhecia o resultado do último processo eleitoral e entendia como sendo presidente encarregado legítimo da Venezuela Juan Guaidó, deputado outrora eleito presidente da Assembleia Nacional. Com Lula, que reestabeleceu relacionamento com o governo Maduro, os dois países voltam a ter uma postura parecida no dossiê venezuelano.

[390] A Índia foi eleita para o biênio 2021-2022; e o Brasil, para o 2022-2023.

Comércio

Marcos: Mecanismo de Monitoramento do Comércio (2008); Acordo de Preferências Comerciais MERCOSUL-Índia (2004, em vigor desde 2009); ACFI (2020, em tramitação)[391]; Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Invest India (2020); cumpriu-se a meta de alcançar US$ 15 bilhões no comércio bilateral até 2022. Em outubro de 2023[392], foi realizada a 6ª reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Bilateral, em que se discutiram oportunidades de cooperação e avanços na remoção de barreiras não-tarifárias ao comércio bilateral, tanto em produtos agrícolas quanto industriais. No mesmo mês. o governo brasileiro lançou consulta pública para obter contribuições do setor produtivo sobre uma possível expansão do acordo MERCOSUL-Índia. Em fevereiro de 2024, houve anúncio de aprovação sanitária, pelo governo da Índia, para a importação de açaí em pó do Brasil, o que pode contribuir positivamente para o comércio bilateral.

Série histórica - Parceiro: Índia

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Índia

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Índia

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Índia

Desafios: Em dezembro de 2021, o painel da OMC (DS 579, 580, 581) sobre a política indiana de apoio doméstico à produção de cana-de-açúcar e concessão de subsídios às exportações de açúcar deu vitória ao Brasil[393]. De acordo com o Anexo 2 ao Acordo de Marraquexe (ESC), a Índia tem 60 dias para apresentar apelação, porém a paralisação do Órgão de Apelação (OA) desde dezembro de 2019 poderá impedir a garantia do cumprimento da decisão, visto que a Índia não faz parte do (*Multi-Party Interim Arbitration Arrangement*) MPIA e já "apelou no vazio"[394]. Outros desafios estão na alta tarifa indiana sobre as importações de carne de frango, nas barreiras não tarifárias para abacate, cítricos e madeira de ipê, provenientes do Brasil, e para milheto, sorgo, canola e algodão, da Índia, e no alto volume de subsidiação indiano para açúcar.

Investimentos: Os fluxos estão aquém de seu potencial. O governo Bolsonaro esforçou-se em ampliar esse investimento, como demonstram a organização do Fórum Empresarial Brasil-Índia e assinatura do ACFI Brasil-Índia, ambos em janeiro de 2020. Na última Comista, os dois ministros concordaram quanto ao potencial de ampliação dos setores nos quais as empresas têm investido tanto no Brasil quanto na Índia. Os ministros saudaram a assinatura do Protocolo ao Acordo de Dupla Tributação, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, que deverá aumentar a competitividade das empresas e fomentar novos investimentos entre os dois países. Na visita de Bolsonaro em 2020, o primeiro-ministro Modi convidou o empresariado brasileiro a explorar oportunidades de negócios na Índia em infraestrutura, processamento de alimentos, biocombustíveis e outras fontes de energia renovável, bem como nos setores de pecuária e agricultura. O presidente Bolsonaro, por sua vez, convidou empresários indianos a identificar oportunidades de negócios no Brasil nos setores automotivo, de couros, petróleo e gás, inclusive refino, farmacêutico, elétrico e químico.

Investimentos do Brasil na Índia: Investimentos em torno de US$ 1 bilhão, concentram-se nos setores indianos de motores elétricos, siderurgia, automação bancária e comercial e mineração. No último encontro de chanceleres, o ministro das Relações Exteriores da Índia tomou nota dos investimentos brasileiros em áreas como serviços e equipamentos de tecnologia da informação, maquinário, energia, autopeças, produtos de defesa, *fintech* e equipamentos de saúde.

Investimentos da Índia no Brasil: Índia possui fortes investimentos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) brasileiro[395], notadamente na transmissão de energia elétrica, mas também em indústrias de transformação e extrativas, atividades financeiras, seguros e serviços na ordem de US$ 7 bilhões. Na última Comista, o ministro das Relações Exteriores brasileiro reconheceu que número significativo de empresas indianas tem investido no Brasil em setores como petróleo, mineração, engenharia, fabricação de tratores, tecnologia da informação, produtos farmacêuticos, agroquímicos e transmissão de energia. Em 2022, foram anunciados investimentos adicionais na exploração de petróleo, na transmissão de energia e na fabricação de tratores e motocicletas.

---

[393] Entre as temporadas 2014-2015 e 2018-2019, a Índia concedeu subsídios acima de 10% do valor total da produção de cana do país, contrariando as regras da OMC. O painel foi instalado em 2019, após o Brasil ter iniciado consultas sobre o tema em fevereiro/2019. Guatemala e Austrália se juntaram ao Brasil contra a Índia. O país asiático é o segundo maior produtor e segundo maior exportador de cana-de-açúcar do mundo, atrás apenas do Brasil (além de maior produtor, corresponde a cerca de 40% das exportações mundiais do produto).

[394] Segundo o Itamaraty, o Brasil espera que a Índia ajuste sua legislação e práticas às decisões do painel e segue disposto a negociar com aquele país o pronto encerramento do contencioso.

[395] A Índia encontra-se entre os dez maiores investidores no PPI.

<u>Cooperação</u>

Meio Ambiente: Destacam-se as convergências que culminaram na presença de ambos no BASIC, mecanismo pelo qual Brasil e Índia, juntamente com outros emergentes, atuam em defesa de suas posições e dos princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), do Acordo de Paris e do Protocolo de Quioto. A Índia apoia o Brasil como sede da COP30 da UNFCCC. O Brasil é parte da Coalizão por uma Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI, na sigla em inglês), lançada pela Índia em 2019, que tem como missão promover a resiliência dos sistemas de infraestruturas, tanto novos quanto existentes, aos riscos climáticos e de catástrofes, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Destacam-se o Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia (1985) e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2006), que criou a Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica, presidida pelos ministros de Ciência e Tecnologia de cada país e executada a nível de secretários. Na visita de Bolsonaro à Índia (2020), foi assinado o Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para implementação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2020-2023). O potencial mais imediato de cooperação em ciência, tecnologia e inovação com a Índia apresenta-se nas áreas ligadas a biotecnologia[396], em particular ciências biomédicas, e a biocombustíveis, mas também há interesse nas tecnologias de supercomputadores indianos e turbinas brasileiras para a geração de hidroeletricidade. Em 2019, ocorreram encontros entre *startups*, promovidos pelo Itamaraty para diálogo entre *fintechs* e *agritechs* e, em cooperação da ApexBrasil com a India Invest, foi lançado o *India Brasil Startup Bridge*.

Cooperação Aeroespacial: O marco da cooperação é o Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (2004). A Índia destaca-se no desenvolvimento de tecnologias satelitais e sensoriamento remoto. Exemplos de iniciativas de cooperação: recebimento de imagens de sensoriamento remoto de satélites indianos, utilizadas no monitoramento dos biomas brasileiros e do desflorestamento; lançamento do satélite brasileiro Amazônia-1 a partir de um foguete indiano, em instalações na Índia (2021, com presença do então ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes). Há iniciativas de cooperação em veículos lançadores e bases de lançamento, nanossatélites e intercâmbio de cientistas, com diálogo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO, na sigla em inglês).

Energia: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia (2020); Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural (2020). No contexto da visita de delegação indiana do setor de petróleo e gás ao Brasil (2022), foi firmado contrato, com duração inicial de seis meses, entre a Petrobras e a *Indian Oil Corporation*, com opção de fornecimento de até 12 milhões de barris de petróleo pela empresa brasileira, que também assinou contrato com a *Bharat Petroleum*. Há grandes possibilidades para ambos os países advindas da cooperação em matéria de energia, dada a relevância que ambos os países têm no mercado externo um do outro. Tais complementaridades ocorrem tanto nos mercados de energia limpa, como no que diz respeito à produção de biocombustíveis, ou em relação à produção ligada ao petróleo. O aprofundamento da cooperação em mineração foi aventado no último encontro bilateral de alto nível. Na última

---

[396] Existe Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Biotecnologia, de 2012.

Comista, os ministros observaram com satisfação os progressos feitos na cooperação em bioenergia e biocombustíveis. Eles se referiram à visita do ministro de Minas e Energia brasileiro à Índia em abril de 2022 e reiteraram a decisão tomada naquela ocasião de continuar trabalhando para o estabelecimento de uma Aliança Brasil-Índia em Bioenergia e Biocombustíveis. Eles reconheceram o potencial para maior cooperação nesse setor, bem como seu importante papel na promoção do desenvolvimento sustentável. Durante a visita, mostrou-se interesse mútuo no aprofundamento da cooperação em etanol, compreendendo motores *flexfuel*. O Brasil reiterou apoio à candidatura indiana ao NSG, ambos defendem o fortalecimento da Aliança Solar Internacional (ASI) e da Plataforma para o Biofuturo e integram o BASIC. Brasil e Índia são fundadores da Aliança Global para Biocombustíveis.

Agricultura: No último encontro bilateral de alto nível, foi enfatizada a importância do avanço da relação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o *Council of Agricultural Research*. O setor agrícola brasileiro pode se beneficiar das características indianas, por tratar-se de um país com a segunda população do mundo e que pode realizar suas compras em um mercado agrícola poderoso como o brasileiro. O mercado indiano de tecnologia também pode representar uma boa oportunidade de fornecimento para vários setores no Brasil. Na última Comista, ambos os lados expressaram satisfação com os recentes progressos na cooperação bilateral em pecuária leiteira. Durante a visita de Bolsonaro em janeiro de 2020, foi anunciado que a Índia aceitou abrir seu mercado para a entrada do gergelim do Brasil. De seu lado, o Brasil anunciou que passaria a permitir a entrada de semente de milho indiano.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira na Índia é de cerca de 800 pessoas.

Cultura e Educação: Acordo de Cooperação Cultural (1968); Acordo de Coprodução Audiovisual (2007); Programa de Intercâmbio Cultural para o período 2020-2024. Na última Comista, os ministros saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e a Prasar Bharati, para promover o intercâmbio de conteúdos. Ambos também fizeram referência ao Programa de Intercâmbio Cultural 2020-2023 e destacaram a realização de atividades sob os seus auspícios, com destaque para a exibição "Brasília 60+ e a Construção do Brasil Moderno", em Nova Delhi, entre maio e julho de 2022. Igualmente, saudaram a realização de atividades, pelo governo indiano, das comemorações do 75° Aniversário da Independência, desde março de 2021. Há cursos de português para indianos na Índia e convênios de intercâmbio entre professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação.

Saúde: Memorando de Entendimento em Cooperação no Campo da Saúde e da Medicina (2020); a Índia conta com importantes laboratórios e destaca-se na produção de medicamentos e vacinas[397], bem como conta com setores especializados em medicina para o tratamento de doenças tropicais comuns no Brasil. Em função da pandemia de COVID-19, o Brasil adquiriu na Índia parte do imunizante AstraZeneca/Oxford consumido pela sua população. Em abril de 2020, a Índia enviou ao Brasil, após pedido do presidente Bolsonaro ao primeiro-ministro Modi, matéria-prima para a

[397] A Índia é a maior produtora de vacinas do mundo, notadamente pela presença da *Serum Institute of India* (STI) – responsável por 60% das vacinas mundiais antes da pandemia. O STI produziu centenas de milhões de doses da vacina contra COVID-19 da anglo-sueca AstraZeneca/Oxford.

produção de hidroxicloroquina. Em janeiro de 2021, chegaram dois milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford produzidas no Instituto Serum, na Índia. O Brasil emitiu nota quando do agravamento da situação da COVID-19 na Índia, em que afirmou que o Itamaraty atuou junto ao governo indiano e aos principais produtores, em especial por meio da Embaixada do Brasil em Nova Delhi, para viabilizar o fornecimento de imunizantes e insumos e cumprir os trâmites necessários para aprovação regulatória e importação do imunizante Covaxin.

Cooperação Jurídica: Há Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas (2013, em vigor desde 2019), Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (2020, ainda em tramitação no Congresso).

Cooperação Técnica: Há memorando de entendimentos bilateral de 2012. Junto com a África do Sul, os dois países mantêm o Fundo IBAS.

3.9. Japão

Marcos: 1895: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação; 1908: Início da imigração japonesa, com a chegada do navio Kasato Maru; 1940: Acordo cultural, primeiro documento dessa natureza celebrado entre o Japão e um país americano; 1942: Rompimento das relações diplomáticas, no contexto da Segunda Guerra Mundial, seguido de reatamento em 1952; 1970: Acordo Básico de Cooperação Técnica entre as duas partes; 1976: Presidente Geisel realizaria a primeira visita de um chefe de Estado do Brasil ao Japão, num contexto de importante crescimento de investimentos japoneses no país; 1979: Início da execução do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), idealizado cinco anos antes; 1984: Visita do presidente João Figueiredo; 1989: Lançamento do mecanismo de consultas políticas[398]; 1996: Visita de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao Japão; 2004: Criação do G4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); 2006: Adoção do padrão de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T; 2008: Visita do príncipe herdeiro Naruhito, no contexto do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão e do centenário da imigração japonesa no Brasil; 2014: Visita do então primeiro-ministro Shinzo Abe ao Brasil, elevação da relação ao nível de Parceria Estratégica e Global e estabelecimento do diálogo entre chanceleres; 2024: Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes, lançada no contexto da visita do premiê Fumio Kishida ao Brasil, na comemoração do décimo aniversário da Parceria Estratégica e Global.

Embaixada: A abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897[399] abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908, com a chegada do navio Kasato Maru no porto de Santos. A legação do Brasil em Tóquio foi elevada à condição de embaixada em 1923. Em relação à rede consular, o Brasil tem consulados em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu, e o Japão tem em Belém, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, além de escritório Porto Alegre.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (MCP; 1989; 10ª e mais recente edição em 2023), principal foro de coordenação bilateral; Diálogo de Chanceleres Brasil-Japão (2014; periodicidade oficialmente anual[400], mas ocorrência de apenas três reuniões, a última em 2023[401]); Diálogo Trilateral Japão-Estados Unidos-Brasil (JUSBE[402],, na sigla em inglês; 2020). Entre os demais mecanismos bilaterais, destacam-se (local e data da última reunião indicados em seguida): Comitê Conjunto de Ciência e Tecnologia (Tóquio, 20 de novembro de 2015, com compromisso de

[398] Em 2002, o comunicado conjunto, por ocasião da visita do ministro Celso Lafer ao Japão, expressaria o fortalecimento do mecanismo. Em 2004, ocorreria a institucionalização do mecanismo de consultas políticas Brasil-Japão.

[399] A legação brasileira em Tóquio foi estabelecida em 1917, com a dissociação das representações para o Japão e para a China. Anteriormente, o representante diplomático no Japão ficou acreditado cumulativamente no Império da China, com base em decreto de 1898.

[400] Conforme inscrito no Comunicado Conjunto da visita do então primeiro-ministro Shinzo Abe.

[401] Discutiram-se temas como a ampliação de comércio e investimentos, segurança energética e alimentar, cooperação para descarbonização, políticas de vistos para viagens de curta duração, integração da comunidade brasileira no Japão, cooperação técnica, e diálogo multilateral.

[402] Possui três pilares fundamentais: intensificação da coordenação de políticas sobre questões regionais; busca de uma prosperidade econômica compartilhada; e fortalecimento da governança democrática.

realizar a próxima edição em 2025); Foro Consular Brasil-Japão (mais recente edição em Brasília, em maio de 2024); Grupo de Notáveis Brasil-Japão (reunião virtual em 16 de setembro de 2021); Grupo de Trabalho para Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no setor de Infraestrutura (Tóquio, 10 de junho de 2019); Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos (São Paulo, 26 de agosto de 2019); Comitê Conjunto de Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial (São Paulo, 17 de outubro de 2019); Conselho Empresarial Brasil-Japão: Confederação Nacional da Indústria (CNI)-Federação das Organizações Econômicas do Japão (Keidanren) (reunião virtual em 29 de setembro de 2020); e Conselho Brasil-Japão para o Século XXI (2005).

Visitas de Alto Nível: O presidente Lula realizou visita ao Japão em 2005, e o presidente Michel Temer, em 2016. Em 2019, houve encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Shinzo Abe à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos (23 de janeiro); encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Shinzo Abe à margem da Cúpula do G20 (Osaka, 29 de junho); e visita do presidente da República, Jair Bolsonaro, a Tóquio, para a cerimônia de entronização do imperador Naruhito (21 a 23 de outubro). Em 2021, houve visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Toshimitsu Motegi ao Brasil (8 de janeiro)[403]. Em janeiro de 2023, houve visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Yoshimasa Hayashi ao Brasil, no marco Parceria Estratégica e Global entre os dois países, estabelecida em 2014. Na ocasião, o ministro japonês e o ministro Mauro Vieira realizaram a 3ª edição do Diálogo de Chanceleres, em que se procedeu à discussão de ampla agenda temática, compreendendo comércio e investimentos, segurança energética e alimentar, cooperação para descarbonização, políticas de vistos para viagens de curta duração, integração da comunidade brasileira no Japão, cooperação técnica e diálogo multilateral, e foi assinado instrumento bilateral que trata do estabelecimento de uma rede de monitoramento genômico para a COVID-19. Em maio, os dois chanceleres voltaram a encontrar-se, à margem da cúpula do G7, quando passaram em revista diversos aspectos da relação bilateral, com ênfase em expansão do comércio e de investimentos e temas migratórios, e discutiram questões da agenda internacional, nas áreas de paz e segurança e de combate à mudança do clima. Também à margem do G7, houve encontro entre Lula e Kishida. Em junho, o presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês) realizou visita a Brasília, São Paulo, Belém e Tomé-Açu (PA), participou do seminário de celebração dos 115 anos da imigração japonesa ao Brasil e reuniu-se com a secretária-geral das Relações Exteriores. Em julho, Toshimitsu Motegi, como secretário-geral do Partido Liberal Democrático do Japão, voltou ao Brasil e reuniu-se com o chanceler Mauro Vieira. À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com sua homóloga, a nova chanceler japonesa, Yoko Kamikawa. Ambos se reencontraram à margem do G20, em fevereiro de 2024, quando trataram de planejada visita do primeiro-ministro Kishida ao Brasil, ainda em 2024, e das comemorações dos 130 anos das relações bilaterais, em 2025, além de ter conversado sobre o diálogo entre Japão e MERCOSUL, energias renováveis e possibilidades de cooperação ambiental, sobretudo em preservação de biomas. Em maio de 2024, Fumio Kishida visitou o Brasil, quando celebrou com o presidente Lula os dez anos da Parceria Estratégica e Global, e foram adotados o Comunicado Conjunto sobre o Fortalecimento da Parceria Estratégica e Global Brasil -Japão, a

[403] Tratou-se da primeira visita de um chanceler japonês a Brasília desde 2013.

Declaração Conjunta da Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes e uma série de outros documentos[404].

Discurso Oficial: O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia, sendo o relacionamento bilateral caracterizado como uma Parceria Estratégica e Global, desde 2014. A parceria fundamenta-se nos tradicionais laços humanos entre as duas partes e é também marcada pelo interesse brasileiro no aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, área prioritária da agenda bilateral, pelo setor de comércio e investimentos e pela coordenação em temas internacionais. Os dois países têm visões e objetivos compartilhados a respeito de temas centrais da agenda internacional, como democracia, direitos humanos, desarmamento, desenvolvimento sustentável, reforma da governança global, defesa do direito de navegação e do livre comércio, compromisso com a paz e a estabilidade, entre outros. Ambos os países ressaltam a importância da segurança cibernética na agenda internacional e a necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo ambos participantes do G4. Historicamente, a cooperação técnica esteve relacionada com dois processos importantes no desenvolvimento nacional, o fortalecimento do complexo minerador de ferro, a partir da década de 1950, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, a partir da década de 1970. Recentemente, Brasil e Japão também estabeleceram cooperação para a organização de megaeventos esportivos, tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro (2016) e de Tóquio (2020, adiados para 2021 devido à pandemia de COVID-19).

Convergências

Convergências Multilaterais: Os dois países apoiam suas candidaturas para assento permanente no CSNU e integram o G4. Durante a visita de Kishida ao Brasil, em maio de 2024, os dois líderes, além de expressarem preocupação com a estagnação das negociações intergovernamentais (IGN) sobre a reforma do CSNU, sublinharam a urgência da reforma, com um aumento das categorias de membros permanentes e não permanentes. Ademais, destacaram a importância da Cúpula do Futuro em 2024 e do 80º aniversário das Nações Unidas em 2025 para, no processo de reforma do CSNU, avançar-se significativamente e alcançarem-se resultados tangíveis. O Brasil e o Japão reiteraram o seu apoio mútuo para a obtenção de assentos permanentes em um CSNU reformado. Ambos os líderes também expressaram apoio ao fortalecimento do papel da Comissão de Consolidação da Paz, especialmente na Revisão da Arquitetura de Consolidação da Paz de 2025. Ambos os países contribuem para o treinamento e o reforço de capacidades para a manutenção da paz, inclusive no âmbito do Programa de Parceria Triangular das Nações Unidas (TPP) e apoiam

---

[404] Na ocasião, ambos destacaram o 115º aniversário do início da imigração japonesa no Brasil, comemorado em 2023. Ademais, anunciaram a celebração, em 2025, do "Ano do Intercâmbio da Amizade Brasil-Japão", como parte da comemoração dos 130 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Japão. O primeiro-ministro Kishida, ainda, convidou o Presidente Lula a visitar o Japão por ocasião das festividades de aniversário das relações diplomáticas entre os dois países. Foram adotados Memorando de Cooperação entre o Ministério da Agricultura e Pecuária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Brasil, e a Agência de Cooperação Internacional do Japão, para fins de cooperação mútua no campo da agricultura, no âmbito da Iniciativa "Parceria Verde Japão-Brasil"; Memorando de Cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão sobre a Iniciativa de Cocriação Industrial Japão-Brasil; Memorando de Entendimento entre a ApexBrasil e a Organização para o Comércio do Japão (Jetro); Memorando de Cooperação no Campo da Segurança Cibernética entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão; além de inúmeros atos entre entes públicos e privados brasileiros e japoneses.

a promoção da agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Os dois países buscam coordenar posições na Organização Mundial do Comércio (OMC), como na defesa da reforma da organização e do aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio. Na visita de maio de 2024, os dois líderes reafirmaram compromisso em manter e reforçar um sistema de comércio multilateral justo, livre, inclusivo e baseado no direito, centrado na OMC, e em trabalhar para uma necessária reforma da OMC, com o intuito de aprimorar a organização, inclusive em negociação, monitoramento e solução de controvérsias, de modo a que possa responder aos atuais desafios relacionados ao comércio. Ambos os países têm participação de relevo também na agenda ambiental e de desenvolvimento sustentável: o Japão sediou conferências das partes que redundaram em importantes documentos, como o Protocolo de Quioto (mudança do clima) e de Nagoia (diversidade biológica); e o Brasil sediou a Rio-92 e a Rio+20. Ambos são promotores do Direito Internacional Humanitário e dos direitos humanos, tendo compromisso de reforçar e aprimorar a efetividade do Conselho de Direitos Humanos (CDH), do qual são membros no mandato 2024-2026. São partes do Estatuto de Roma do TPI. Em desarmamento nuclear, ambos os países se engajam no tema. O japonês Yukiya Amano dirigiu Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) por uma década, entre 2009 e 2019, e Izumi Nakamitsu é alta representante da ONU para desarmamento desde 2017. Contudo o Japão não apoia o Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), defendendo uma abordagem progressiva. Os dois países, no entanto, defendem o início imediato de negociações, há muito esperadas, sobre um Tratado sobre Banimento da Produção de Materiais Físseis (FMCT). Outro desencontro entre os países na área multilateral relaciona-se à caça das baleias. Brasil e Japão, no entanto, tiveram posição antagônica na Comissão Internacional da Baleia (CIB): o país sul-americano é um dos grandes defensores do estabelecimento de um santuário de baleias no Atlântico Sul e é contrário à caça do animal, e o país asiático decidiu deixar a CIB e restaurou a caça comercial. Durante a visita de Kishida ao Brasil, em maio de 2024, Brasil e Japão manifestaram preocupação com o atual ambiente de crescentes tensões geopolíticas e com o enfraquecimento do sistema multilateral, e salientaram a necessidade de um multilateralismo revitalizado para enfrentar adequadamente os desafios globais contemporâneos do século XXI e para tornar a governança global mais representativa, efetiva, transparente e responsável. Para os líderes de ambos os países, a diplomacia continua a ser a abordagem mais eficaz para prevenir conflitos e garantir a paz e a segurança internacionais. Além disso, reconhecem o papel de liderança de ambos os países nas questões globais e buscam a ampliação da cooperação em matéria de paz e segurança internacionais. Com relação ao conflito no Oriente Médio, os dignitários expressaram séria preocupação com a continuação do conflito na Faixa de Gaza. Reafirmaram rejeição e condenação inequívocas aos ataques terroristas e à tomada de reféns perpetrados em 7 de outubro. Os líderes sublinharam que todas as partes devem cumprir o direito internacional humanitário, incluindo a proteção dos civis, e enfatizaram a urgência de alcançar um cessar-fogo sustentável para pôr fim à catástrofe humanitária; assegurar o fornecimento seguro, protegido e contínuo de ajuda humanitária essencial à Faixa de Gaza; e providenciar a libertação de todos os reféns restantes. Igualmente, reiteraram compromisso com uma solução de dois Estados, com um Estado da Palestina viável, vivendo lado a lado com Israel em paz e segurança, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas. Manifestaram, também, apoio à admissão da Palestina como membro pleno da ONU. Com relação ao conflito na Ucrânia, expressaram grande preocupação com as graves consequências humanitárias, destacando os riscos para a paz e a segurança na Europa com impacto global. Ainda com relação a essa situação, disseram que o uso ou a ameaça do uso de armas nucleares é inadmissível. Observaram, ainda, que a situação afeta negativamente a segurança alimentar e energética global, especialmente nos países

em desenvolvimento. No que diz respeito à República Popular Democrática da Coreia, condenaram veementemente o desenvolvimento contínuo de armas nucleares e mísseis balísticos, bem como o aumento de lançamentos utilizando tecnologia de mísseis balísticos, em violação das resoluções pertinentes do CSNU.

Convergências Plurilaterais: Brasil e o Japão são membros fundadores do G20. Em maio de 2024, em visita de Kishida ao Brasil, além de comprometerem-se a trabalhar em estreita colaboração para o sucesso da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, os líderes dos dois países enfatizaram a importância de o G20 dar prioridade à luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade; promover transições energéticas e o desenvolvimento sustentável; e pressionar por avanços na reforma da governança global, incluindo as Nações Unidas. O Japão tem dado enfático apoio à acessão brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No que diz respeito às negociações sobre um imposto mínimo global e sobre o combate à erosão da base tributária, conduzidas por OCDE e G20, os dois líderes reafirmaram o compromisso com a rápida implementação da "Solução de Dois Pilares". A esse respeito, concordaram sobre a importância de assinar a Convenção Multilateral sob o Primeiro Pilar até ao final de junho de 2024, conforme determinado pelo G20. Na OMC, ambos fazem parte do Grupo de Ottawa, criado em 2018 para promover a reforma e a modernização da OMC, e do *Multi-Party Interim Arbitration Arrangement* (MPIA) e integram as *Joint Statement Initiatives* (JSIs), mecanismos de negociação plurilateral sobre temas como comércio eletrônico (coordenada pelo Japão), facilitação de investimentos (concluída em 2023) e regulamentação doméstica de serviços (concluída em 2021). Há desencontro de Brasil e Japão, contudo: o país asiático faz parte do G10, coalizão de países protecionistas em agricultura. Na ONU, Brasil e o Japão integram, ao lado da Alemanha e da Índia, o G4, grupo que defende a reforma do CSNU.

Convergências Regionais: Ambos participam do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), mecanismo informal, criado em 1999, com o objetivo de aumentar as oportunidades de diálogo e de cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste.

Segurança e Defesa: A cooperação entre Brasil e Japão na área da defesa é positiva, porém ainda limitada. A criação, em 2014, da Adidância de Defesa do Japão em Brasília abriu novas possibilidades de entendimento. Trata-se da primeira adidância militar do Japão na América Latina, o que representou o reconhecimento das credenciais e capacidade de interlocução do Brasil em diversos temas de defesa que interessam ao Japão, como operações de paz, defesa cibernética e indústria de defesa. Em 15 de dezembro de 2020, durante videoconferência entre o então ministro da Defesa do Brasil, general Fernando Azevedo e Silva, e seu homólogo japonês, Nobuo Kishi, foi assinado Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa entre os ministérios da Defesa dos dois países[405]. O Exército Brasileiro estabeleceu com a Força de Autodefesa Terrestre do Japão mecanismo de diálogo. A primeira Reunião Bilateral (RBI) ocorreu entre 18 e 21 de abril de 2016, em Tóquio. Foram planejados, no encontro, eventos entre as duas Forças até o ano de 2020. Até meados de 2024, foram realizadas três RBI. Em maio de 2024, durante a visita de Kishida ao Brasil, foi assinado Memorando de Cooperação no Campo da Segurança Cibernética entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

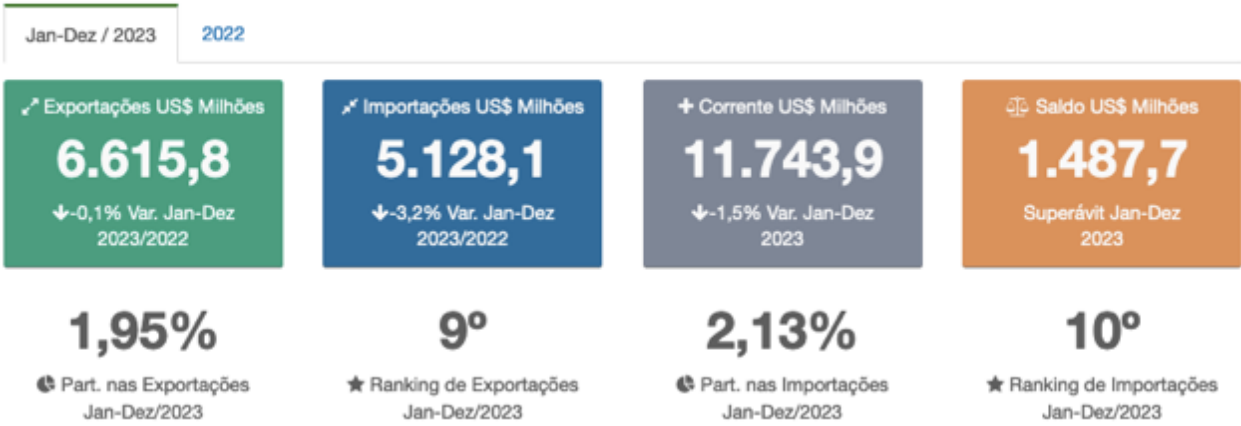
---

[405] O texto do instrumento trata: 1) de visitas recíprocas de autoridades; 2) do compartilhamento de perspectivas sobre políticas de defesa e segurança, missões de paz e conjuntura internacional; 3) da participação em cursos, seminários e conferências promovidos pelas partes; e 4) da cooperação em outros temas de defesa.

Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. Os dois líderes coincidiram quanto à importância de reforçar a cooperação em segurança marítima por meio do aprimoramento das atividades de cooperação, inclusive na luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Comércio

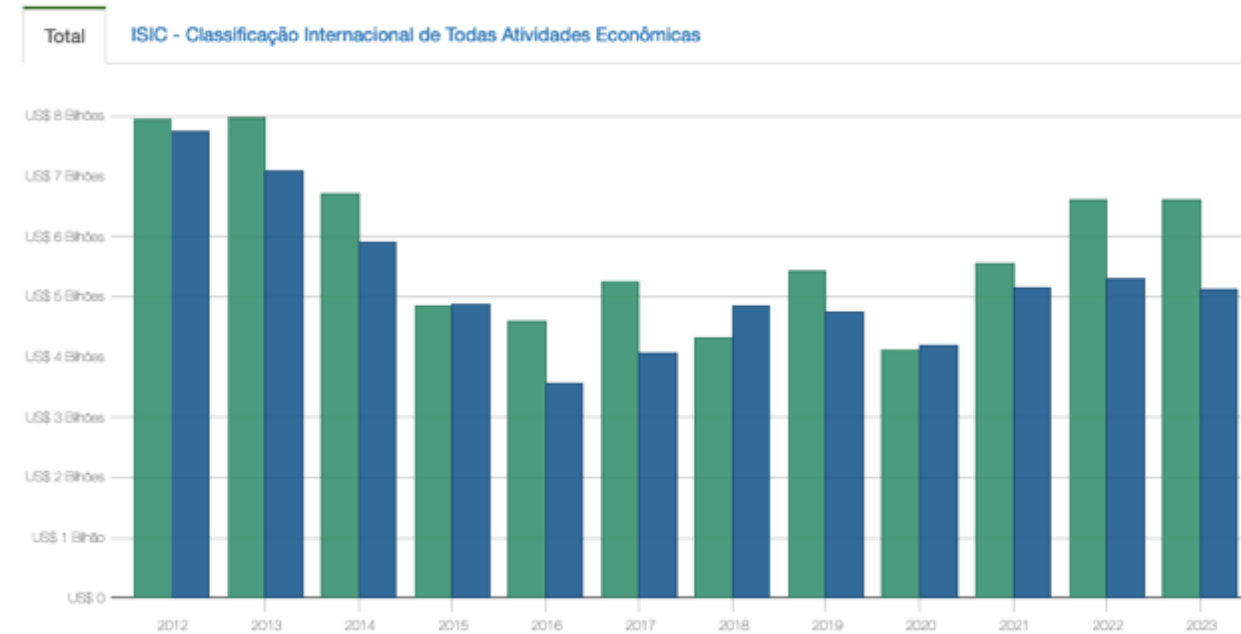
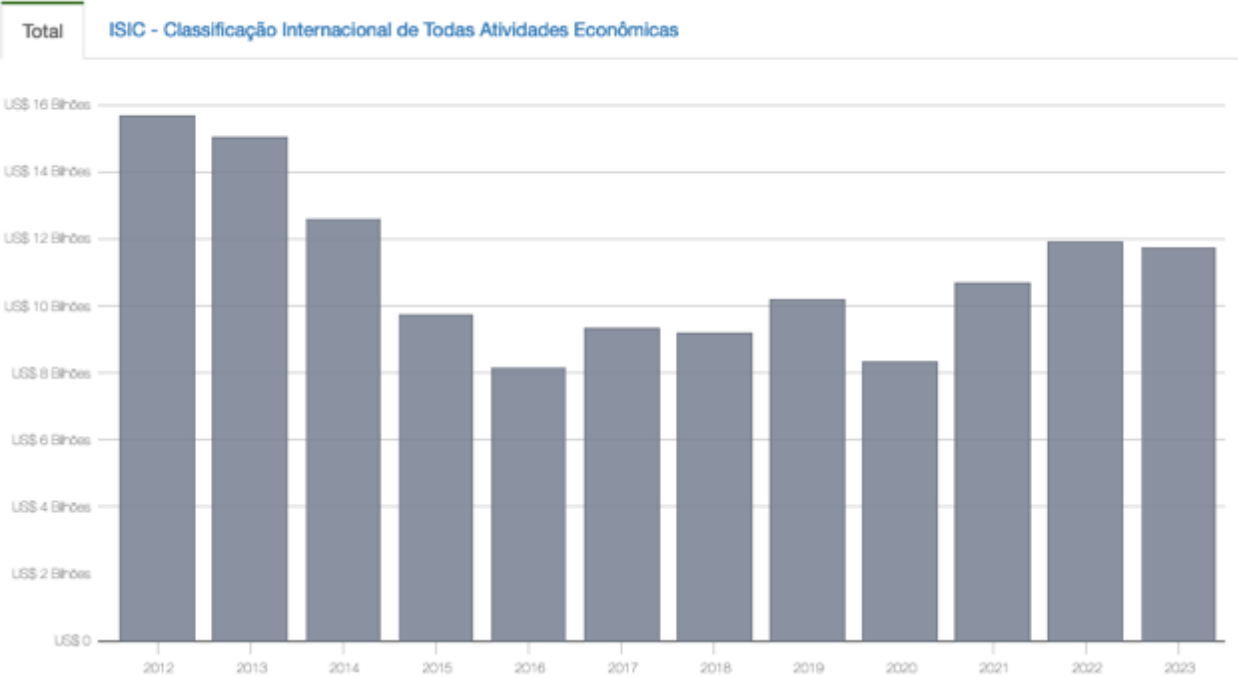
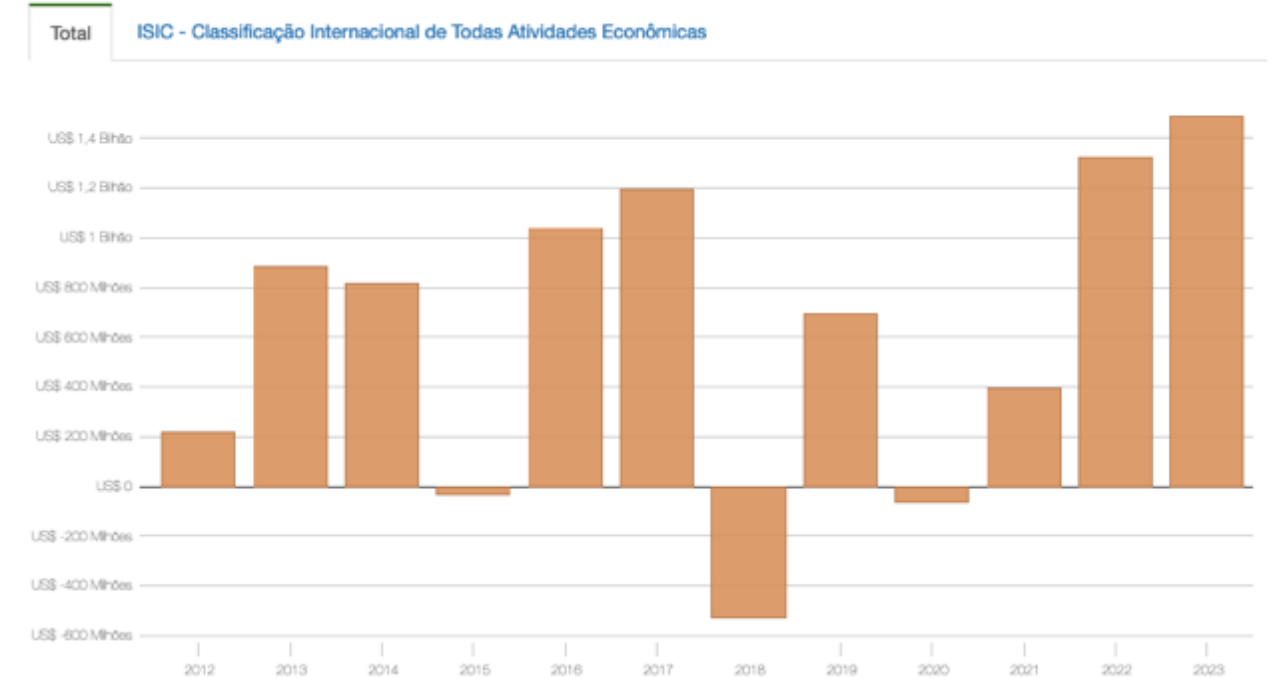
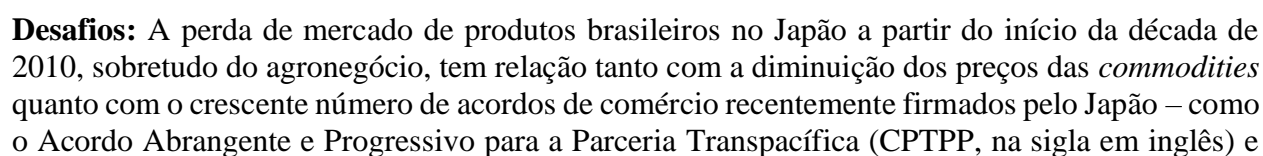
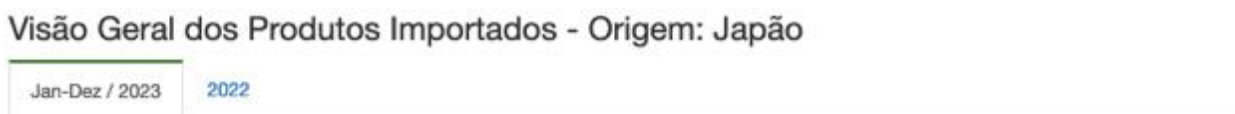
Marcos: Bilateralmente, há diversas instâncias para o diálogo econômico-comercial, como o Conselho Empresarial Brasil-Japão, secretariado pela CNI e pela Keidanren; o Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos; o Grupo de Notáveis, integrado por personalidades e empresários que pensam o futuro da relação, como os CEOs da Toyota e da Vale; e o Grupo de Trabalho para promoção de investimentos no setor de infraestrutura. Em 2017, foi firmado Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros. O Brasil costuma ser o segundo principal parceiro comercial do Japão na América Latina, atrás do México. Em novembro de 2023, foram abertos os mercados japoneses de carne enlatada bovina e suína, bem como extratos de carne bovina e suína provenientes do Brasil. Por ocasião de sua reunião em maio de 2024 no Brasil, o presidente Lula e o primeiro-ministro Kishida, comprometeram-se a aumentar o comércio e os investimentos bilaterais, especialmente na transição energética, nas tecnologias digitais e nas indústrias sustentáveis. Ainda, reconheceram o papel desempenhado pelo Grupo de Notáveis, pelo Conselho Empresarial Brasil-Japão e pelo Comitê Conjunto Brasil-Japão sobre Promoção do Comércio, Investimentos e Cooperação Industrial (MDIC-METI) no desenvolvimento do comércio bilateral e dos fluxos de investimento. Saudaram não apenas a assinatura do Memorando de Cooperação entre a *Japan External Trade Organization* (JETRO) e a ApexBrasil, mas também a assinatura do Memorando de Cooperação entre o MDIC e o METI acerca da Iniciativa de Cocriação da Indústria Japão-Brasil e o lançamento de diálogo entre as autoridades financeiras em Brasília, em dezembro passado, para discutir questões econômicas e financeiras globais. Além disso, o primeiro-ministro Kishida afirmou que aguarda estabelecimento de um escritório da ApexBrasil no Japão. Kishida também participou, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, do Fórum Empresarial Brasil-Japão, no qual foram adotados mais de trinta atos entre entes públicos e privados brasileiros e japoneses, em áreas como mineração, logística, esportes, comércio, finanças, investimentos e biocombustíveis, além de cooperação em agropecuária sustentável, soluções para mudanças do clima, manejo florestal, saúde e ensino superior, entre outros. Com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), existe o Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas MERCOSUL-Japão, mecanismo de aproximação econômico-comercial proposto pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Takeaki Matsumoto, em 2011. O diálogo entre MERCOSUL e Japão foi estabelecido com o propósito de estreitar as relações econômicas e conduzi-las a um novo patamar, criando um espaço para a busca de novas possibilidades de relacionamento em vários campos econômicos, entre eles comércio e investimentos. O mecanismo já se reuniu em quatro ocasiões, sendo a mais recente em maio de 2017, na Argentina. Na ocasião, MERCOSUL e Japão salientaram a relevância mútua como fator chave para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos em seus países, além de apresentarem suas visões sobre negociações em diversas áreas, como comércio de bens e serviços, medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), barreiras técnicas ao comércio (TBT), mecanismos de defesa comercial e regras de origem, entre outros. Por fim, ressaltaram a importância do encontro e a intenção de continuar o diálogo. Não se consubstanciou ainda, contudo, “diálogo exploratório”, fase anterior ao lançamento de negociações comerciais efetivas. Em maio de 2024, Lula e Kishida saudaram a

5ª reunião do Diálogo para Fortalecer as Relações Econômicas entre o MERCOSUL e o Japão, realizada em abril de 2024, e confirmaram seu compromisso em promover discussões sobre o fortalecimento das relações econômicas entre o bloco e o país asiático.

Série histórica - Parceiro: Japão

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Japão

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Desafios: A perda de mercado de produtos brasileiros no Japão a partir do início da década de 2010, sobretudo do agronegócio, tem relação tanto com a diminuição dos preços das *commodities* quanto com o crescente número de acordos de comércio recentemente firmados pelo Japão – como o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, na sigla em inglês) e

os acordos com a União Europeia (UE) e os EUA. Esses acordos acarretaram perdas de mercado para produtos brasileiros. Nesse sentido, um acordo comercial entre MERCOSUL e Japão é essencial para a recuperação do comércio e para o aumento dos investimentos bilaterais. Nas palavras do embaixador Eduardo Saboia, há certa resistência no *lobby* ligado ao setor agrícola japonês, cauteloso em relação à vantagem comparativa do bloco nessa área. O Brasil busca mostrar que há complementaridade entre as economias e que pode contribuir para a segurança alimentar japonesa sem prejudicar a economia do país asiático. Há também a necessidade de superar barreiras sanitárias impostas pelo Japão a produtos brasileiros, em especial em relação às carnes suína e bovina. Em julho de 2023, o Japão suspendeu temporariamente as importações de carne de frango e ovos produzidos em Santa Catarina, após aquele estado confirmar foco de gripe aviária. A restrição foi levantada em agosto. Em setembro, houve suspensão imposta à compra de carne, ovos e subprodutos de aves produzidas no Mato Grosso do Sul, revertida em outubro.

Investimentos:

Investimentos do Brasil no Japão: O Brasil está presente no Japão por meio de diferentes empresas, especialmente nos setores bancário (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú), de alimentos (BRF, Citrosuco, Seara/Grupo JBS), siderúrgico (Vale), de motores (WEG), editorial (Mauricio de Sousa Produções) e de advocacia.

Investimentos do Japão no Brasil: As empresas japonesas têm sido importantes e históricas investidoras no Brasil[406]. Atualmente, cerca de 700 empresas japonesas atuam no Brasil, o Japão é o 6º maior investidor estrangeiro no Brasil em estoque, com estoque de US$ 25 bilhões (2019), tendo chegado a alcançar US$ 34 bilhões em 2011. Destacam-se Honda e Toyota na área de automóveis (inclusive a primeira fábrica da Toyota de fora do Japão); Panasonic na área de eletrônicos; Daiso, na área de varejo. Segundo dados divulgados pela *Japan External Trade Organization* (JETRO), o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) japoneses no Brasil em 2020, a despeito da pandemia, foi de US$ 2,82 bilhões, enquanto o Banco Central do Brasil (BACEN) estima US$ 2 bilhões, o que faria do Japão o quinto maior investidor em fluxo em 2020, isso corresponde a 21,5% superior ao registrado no ano anterior e o maior resultado desde 2014. Trata-se do terceiro ano consecutivo de crescimento dos fluxos de IED do Japão para o Brasil. Em contraste, os investimentos japoneses caíram mais de 30% no resto do mundo no mesmo ano. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), o Japão é a maior fonte de IED no mundo, com investimentos no exterior de US$ 227 bilhões em 2019. Em 2021, foram anunciados importantes investimentos japoneses no Brasil, com destaque para o setor automotivo. Ademais, outros setores têm atraído interesse do Japão. Nesse sentido, saneamento, hidrelétrica e energia eólica também foram áreas de destaque.

[406] Nas décadas de 1960 e 1970, houve crescimento exponencial de investimentos japoneses em áreas como alumínio, celulose e siderurgia. Nos anos 1980 e 1990, o IED procedente do Japão deixou de exibir o mesmo ritmo de crescimento, ainda que se tenha mantido estável em termos absolutos. De 2001 a 2010, os investimentos japoneses no Brasil voltaram a se expandir, somando US$ 13,1 bilhões, numa participação de 4,67% do total de IED recebidos pelo País. Em decorrência da crise econômica brasileira a partir de meados da década 2011-2020, verificou-se queda acentuada da participação japonesa no fluxo de investimentos diretos no Brasil, que chegou a atingir o piso de 0,9% em 2017 (US$ 537 milhões). Nesse período, os investimentos japoneses privilegiaram os setores primário (mineração) e secundário (aço e metais, máquinas e equipamentos e transporte).

<u>Cooperação</u>

Cooperação Técnica: A JICA é o órgão de governo japonês responsável pelo planejamento e pela execução de ações de cooperação técnica. A cooperação técnica entre o Japão e o Brasil desenvolve-se, de modo ininterrupto, desde 1959, e mantém-se como uma das mais significativas parcerias no setor. O Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1970, entrou em vigorem agosto de 1971. Em 1976, dois anos após sua fundação, a JICA iniciou seus trabalhos no Brasil, funcionando inicialmente como um escritório anexo à Embaixada do Japão. Exemplo emblemático dessa cooperação foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que começou a ser executado em 1979 e que revelou o grande potencial agroexportador desse bioma brasileiro, com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em maio de 2024, foram comemorados os 50 anos do PRODECER. O histórico de relacionamento entre os dois países no campo da cooperação técnica representa forte base de confiança mútua. Na modalidade bilateral, destacam-se: cooperação em prevenção de riscos de desastres, com intensa e tradicional troca de experiência e treinamento de profissionais no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais (Projeto GIDES-JICA), encerrado em 2017, e o projeto de capacitação para detecção, em tempo real, de indicativos de desflorestamento na Amazônia a partir de imagens do satélite japonês ALOS-2, entre outros. Em 2019, a JICA aprovou a realização de cinco novos projetos de cooperação a serem desenvolvidos com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Em 2024, ambas as partes saudaram o progresso do Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Medidas Estruturais contra Desastres relacionados a Sedimentos para Cidades Resilientes, adotado em 2020. Na modalidade trilateral, desde o ano 2000, existem programas de cooperação técnica trilateral de Brasil e Japão com diversos países da América Latina, África e Ásia. O Japão é o parceiro mais antigo do Brasil em cooperação técnica trilateral, respaldada no Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP, na sigla em inglês), de março de 2000. Sobressaem, entre os projetos trilaterais realizados em coordenação com o Japão, o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSavana), desenvolvido com apoio da Embrapa e encerrado em 2020; o sistema nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T: padrão originalmente japonês, que recebeu contribuições tecnológicas brasileiras, sobretudo em *software*), adotado na maior parte da América Latina, além de alguns países da África e Ásia; e o projeto KOBAN, desenvolvido com países da América Central, na área de policiamento comunitário, a partir da experiência japonesa e brasileira. Outros projetos triangulares que poderiam ser mencionados, no âmbito do Programa de Parceria, são aqueles que beneficiam Moçambique (mandioca, saneamento básico, saúde), Angola (sistema de saúde, formação profissional), México (frutas tropicais), Paraguai (fortalecimento da capacidade administrativa de governos locais) e Bolívia (pequenos agricultores). Ademais, concordaram quanto à importância da redução do risco de desastres. Em maio de 2024, os dois líderes notaram com satisfação os resultados positivos dos projetos em curso de cooperação trilateral e iniciativas implementadas com países da América Latina e Caribe e nações africanas. Concordaram em promover a cooperação trilateral por meio do projeto sobre a gestão florestal para terceiros países, incluindo outras regiões além da América Latina. Nesse contexto, ambos os lados saudaram o vindouro seminário virtual para os países do Pacífico, liderado pela ABC e pela JICA, sobre conservação florestal usando tecnologia de sensoriamento remoto, por meio da Capacitação em Monitoramento Florestal – Um Projeto Piloto na Bacia Amazônica.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 2,7 milhões de nipodescendentes no Brasil e mais de 210 mil brasileiros (*dekasseguis*) no Japão: Brasil abriga o maior contingente de descendentes de japoneses no exterior (maior diáspora japonesa no mundo); o Japão, a quinta maior comunidade brasileira fora do País e a maior na Ásia. A comunidade brasileira é a quinta maior comunidade estrangeira no Japão (depois dos chineses, coreanos, vietnamitas e filipinos). Em 1960, foi firmado Acordo de Migração e Colonização. No ano seguinte, foi firmado Acordo Cultural. Em 1967, foi a vez da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos. Existem diversos mecanismos e acordos específicos sobre temas consulares, tais quais: o Fórum Consular e o Programa Conjunto sobre a Comunidade Brasileira no Japão; o Acordo de Previdência Social (2010); o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (2014); memorando sobre a facilitação de emissão de vistos de múltiplas entradas (2016). Ademais, o Japão foi beneficiado pelo programa de vistos eletrônicos do Brasil (eVisa, 2018), e, desde 2019, houve isenção unilateral de vistos para turistas japoneses ingressarem no território nacional. Em agosto, os governos do Brasil e do Japão chegaram a entendimento para a isenção recíproca de vistos de visita para portadores de passaporte comum que viajem por período de até 90 dias[407]. A isenção terá validade inicial de três anos, e vigorará a partir de 30 de setembro de 2023. Com a medida, turistas brasileiros e japoneses poderão visitar o Japão e o Brasil sem a necessidade de obtenção de vistos. Em maio de 2024, os dois líderes manifestaram expectativa com relação à retomada dos voos entre São Paulo e Tóquio, uma medida que promoverá o turismo e os negócios e que se beneficiará da isenção de visto para estadias de curta duração.

Cultura e Educação: Na área cultural, destacam-se o Museu Histórico da Imigração Japonesa (Bunkyo), a Japan House e a Associação Brasil-Hibakusha pela Paz (sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki), todos em São Paulo. Brasil e Japão enaltecem o papel crucial e as contribuições do Instituto Guimarães Rosa, do Ministério das Relações Exteriores, e da Japan Foundation, JICA e Japan House São Paulo, no que diz respeito à promoção de suas respectivas culturas, idiomas e atividades de cooperação educacional internacional. Em 2025, será celebrado o "Ano do Intercâmbio da Amizade Brasil-Japão", comemorando os 130 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, estabelecidas por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (1895). A iniciativa incluirá uma série de eventos e projetos para promover ainda mais o intercâmbio interpessoal em diversas áreas, como cultura, turismo, esporte, entre outros. Durante a visita de Kishida, em maio de 2024, os dois líderes sublinharam a importância dos intercâmbios acadêmicos e educacionais, incluindo os intercâmbios interuniversitários, e concordaram em apoiar os esforços para aprimorar esses intercâmbios. Nesse sentido, saudaram a assinatura da Carta de Intenções entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Tsukuba e o estabelecimento da Cúpula de Reitores Brasil-Japão. Em termos de cooperação no desenvolvimento de recursos humanos, Kishida anunciou que o Japão realizaria intercâmbios de aproximadamente mil pessoas, incluindo pessoas *nikkei* entre o Japão e os países da América Latina e do Caribe ao longo dos próximos três anos como participantes de programas de intercâmbio e formação da JICA.

Meio Ambiente: Brasil e Japão coorganizam, desde 2002, a Reunião Informal sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima, tradicional evento que congrega, sempre no início de cada

[407] Em março de 2023, havia sido anunciado o restabelecimento da exigência de vistos de visita para cidadãos do Japão – além de Austrália, Canadá e EUA –, com base nos princípios da reciprocidade e da igualdade de tratamento. Em maio de 2023, durante encontro entre Lula e Kishida à margem do G7, sinalizou-se que o Japão deverá introduzir a dispensa de vistos de curta duração para turistas brasileiros.

ano, negociadores de mais de vinte de países e instituições-chave do regime internacional de mudança do clima, para uma primeira reflexão, fora do ambiente negociador, sobre os principais temas a serem tratados pela Conferência das Partes (COP, na sigla em inglês) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris. A mais recente edição da Reunião Informal Ações Futuras contra a Mudança do Clima, copresidida pelo secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente, embaixador André Corrêa do Lago, e pelo diretor de Meio Ambiente Global do Japão, embaixador Takeshi Akahori, teve lugar em Tóquio, em fevereiro de 2024. Em março de 2020, o Japão doou o equivalente a R$ 3,7 milhões para ajudar a combater incêndios na Amazônia brasileira. Na visita do chanceler Motegi ao Brasil, em janeiro de 2021, foram assinados "Memorando de Cooperação de Tomé-Açu entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia" e "Ajuste Complementar por Troca de Notas para Projeto para o Aperfeiçoamento do Controle de Desmatamento Ilegal por Meio de Tecnologias Avançadas Radar de Abertura Sintética (SAR, na sigla em inglês) e Inteligência Artificial (IA) na Amazônia Brasileira". Em maio de 2024, foi lançada, por declaração conjunta de Lula e Kishida, a Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes. Os dois países reconhecem a importância de abordar a segurança energética, a mudança do clima e o meio ambiente, em consonância com as três dimensões do desenvolvimento sustentável, e anunciaram seus compromissos em matéria de descarbonização. Segundo a declaração conjunta, a Iniciativa visa a mostrar a liderança desses dois países na cooperação ambiental, inclusive para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica, por meio de projetos de cooperação técnica bilateral e trilateral. O Japão confirmou compromisso recém-anunciado de desembolso imediato de contribuição financeira para o Fundo Amazônia e expressou disposição de participar das discussões sobre Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos durante a Presidência brasileira do G20. Reconhecendo a importância de elevar a cooperação ambiental a um nível ainda mais alto, tanto nos setores público como privado, e de alcançar os ODS, ambas as partes afirmaram a necessidade de um maior investimento público e saudaram o progresso do financiamento do investimento do setor privado, como o Projeto para Promoção de Investimentos em Mudança do Clima. Ambos os lados também expressaram apoio continuado à utilização de *startups* brasileiras e japonesas no campo da cooperação ambiental, incluindo o programa de Aceleração de Negócios de Startups Transformacionais para a Agenda dos ODS (TSUBASA). Os dois líderes igualmente reiteraram apoio à Presidência do Azerbaijão da COP29, em 2024, e à Presidência brasileira da COP30, em 2025, durante a qual as Partes do Acordo de Paris apresentarão sua segunda rodada de NDCs.

Energia: Há potencial de complementaridade entre Brasil e Japão na área de energia: o Japão é um dos maiores importadores de energia e fornecedores de tecnologia do mundo; o Brasil tem potencial de se tornar um grande exportador de energia limpa, haja vista sua tradição em fontes renováveis (85% da matriz elétrica e 47% da matriz energética do País). Na agenda Brasil-Japão na área de energia, parece haver espaços para o etanol (no setor de navegação; na produção de combustível sustentável para a navegação a partir do etanol brasileiro, com destaque para os planos da Mitsui e da Idemitsu nesse sentido; e mesmo no setor automotivo, como solução pronta e imediata enquanto não avança o processo de eletrificação), a biomassa (conversão de termelétricas a carvão) e o ferro-gusa verde (produzido a partir de florestas plantadas), hidrogênio verde (produzido com energias renováveis), energia nuclear e gás natural. Levando-se em consideração

o objetivo comum de alcançar a neutralidade carbônica até 2050, Brasil e Japão decidiram estabelecer, em maio de 2024, durante a visita de Kishida ao Brasil, a Iniciativa para Combustíveis Sustentáveis e Mobilidade, em linha com os esforços globais existentes, especialmente a Aliança Global para os Biocombustíveis. Além disso, sublinharam a importância da combinação de biocombustíveis e veículos híbridos/flex no desenvolvimento da indústria automotiva da próxima geração, contribuindo assim para os esforços globais no sentido da neutralidade carbônica. Os líderes também expressaram seu compromisso em impulsionar a troca de experiências sobre combustíveis sustentáveis e desenvolvimento do mercado internacional e em discutir iniciativas conjuntas relacionadas à aceleração da descarbonização do setor de aviação.

Mineração: Durante a visita de Kishida ao Brasil, o Brasil e o Japão recordaram a sua cooperação econômica de longa data em recursos minerais e reafirmaram a importância de aprofundar a cooperação em minerais estratégicos para a transição energética para uma economia de baixo carbono, considerando o potencial mineral do Brasil e o conhecimento de ambos os países em atividades mineradoras.

Agricultura: Para além da cooperação técnica e de pesquisa em agricultura, os governos do Brasil e do Japão têm debatido a inserção brasileira na estratégia governamental japonesa *Global Food Value Chain Strategy*, criada em 2014 para garantir a segurança alimentar do país. Essas discussões têm sido feitas especialmente por meio do Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, que envolve os Ministérios da Agricultura dos dois países. Em maio de 2024, os dois líderes comprometeram-se com a realização da 5ª sessão do Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos. Discute-se maior integração das cadeias de valor do Brasil e do Japão no setor de alimentos. Ademais, projeto de cooperação técnica Brasil-Japão em agricultura de precisão e agricultura sustentável, formalizado em janeiro de 2021, insere-se nessa estratégia japonesa[408]. Em novembro de 2020, em Tóquio, ocorreu a primeira reunião do comitê público-privado para a integração das cadeias de valor de alimentos entre o Japão e a América Latina. Nesse evento, a *trading* Toyota Tsusho (braço do grupo Toyota para o agronegócio) sublinhou seu interesse em constituir cadeia estável de suprimento de grãos brasileiros, como soja e milho, ao mercado japonês, de forma a possibilitar a concentração de seus investimentos logísticos em regiões produtoras específicas. A Toyota Tsusho também classificou a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) como "a última fronteira" da produção de grãos no Brasil, com elevado potencial de aumentos da produtividade. Em maio de 2024, no contexto dos 50 anos do PRODECER, Brasil e Japão decidiram elevar a cooperação com o intuito de garantir a segurança alimentar, a conservação das florestas e o desenvolvimento sustentável, por meio da recuperação de áreas degradadas e da promoção de sistemas de produção agrícola e florestal sustentáveis nessas áreas. Para tanto, foi assinado Memorando de Cooperação entre a JICA, do lado japonês, e o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil, a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, do lado brasileiro. Os dois líderes também saudaram o novo "Projeto de Apoio ao Setor de Agricultura", a ser implementado pela JICA, que tem por objetivo aperfeiçoar o acesso a financiamento para pequenos agricultores no Brasil e contribuir para aumento da renda dos fazendeiros via financiamento de investimentos do setor privado. Igualmente decidiram intensificar a cooperação

[408] Na visita do chanceler Motegi ao Brasil, em janeiro de 2021, foi assinado Ajuste Complementar por Troca de Notas para Projeto de Desenvolvimento de Sensores e Plataforma de Agricultura de Precisão em Apoio à Agricultura Sustentável Brasileira.

bilateral e multilateral no combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional e colaborar no âmbito do G20 em prol do estabelecimento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O tema é regido pelo Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (1984), que estabelece o Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia como mecanismo de monitoramento e implementação do acordo, o qual já se reuniu quatro vezes. Houve participações do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, nas edições *online* do *Science and Technology in Society Forum*. Esse fórum é realizado em Quioto, em outubro de cada ano, e inclui em sua programação Mesa Redonda de Ministros de Ciência e Tecnologia. O Brasil tem grande interesse no incremento da cooperação com o Japão nos seguintes temas: mitigação de desastres naturais; monitoramento de florestas por satélites; setor aeroespacial; oceanografia e ciências marinhas; ciências médicas e saúde; nanotecnologia; biotecnologia; energia renovável (hidrogênio); materiais avançados; inteligência artificial; robótica; supercomputadores; *startups* e empreendedorismo tecnológico; tecnologias da informação e da comunicação; *internet* 5G e seus desdobramentos tecnológicos, como aplicações de *Internet* das Coisas (IoT, na sigla em inglês), Indústria 4.0, *smart cities* e *smart farms*. Em seguimento à manifestação de interesse em cooperar em mineração e pesquisa aplicada na produção e no uso do nióbio e do grafeno apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ao primeiro-ministro Shinzo Abe, durante o Fórum Econômico de Davos, em janeiro de 2019, buscaram-se estratégias para desenvolver a parceria bilateral no setor. Em janeiro de 2021, foi assinado o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Tecnologias Relacionadas com a Produção e Uso de Nióbio e Grafeno, durante visita do chanceler japonês, Toshimitsu Motegi, a Brasília. Com vistas ao desenvolvimento de tecnologia para o desenvolvimento sustentável, ambos os lados afirmaram, em maio de 2024, compromisso em promover o Projeto de Desenvolvimento Colaborativo da Agricultura Digital e de Precisão para Fortalecer o Ecossistema de Inovação e a Sustentabilidade das Cadeias Agroalimentares Brasileiras, a fim de demonstrar e desenvolver plataformas viáveis de dados agrícolas, utilizando tecnologia da informação (TI) por meio de parcerias público-privadas entre Brasil e Japão. Durante a visita de Kishida ao Brasil, em maio de 2024, os dois líderes indicaram que áreas novas tais como inteligência artificial, semicondutores, medicina, telecomunicações e digitalização deveriam ser o foco de novos estudos, diálogos bilaterais e esforços de cooperação. Os dois líderes também concordaram em reforçar ainda mais o diálogo e a cooperação a respeito de tecnologias da informação e comunicações e sauraram o "Projeto de Promoção da Inclusão Digital" da JICA, e o progresso na cooperação em Redes de Acesso de Rádio Aberta (Open RAN), incluindo a assinatura de Memorando de Cooperação em Open RAN em 2023. O Brasil congratulou o Japão pela organização da 18ª reunião do Fórum de Governança da Internet (IGF).

Cooperação Aeroespacial: Em maio de 2024, os dois líderes reconheceram o potencial da cooperação espacial bilateral e pretendem promover o diálogo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a JAXA (Agência de Exploração Aeroespacial do Japão) com o objetivo de identificar áreas de interesse comum.

Saúde: A cooperação tem marcos antigos, como o apoio japonês a que o Brasil iniciasse o sistema de produção doméstica de vacinas contra a poliomielite, na década de 1980. Deve-se destacar a recente cooperação no contexto da pandemia de COVID-19. Em 2020, o Japão efetuou doações financeiras ao Brasil de ¥ 503 milhões (cerca de US$ 4,8 milhões) para a aquisição de

equipamentos (100 termógrafos; dez eletrocardiógrafos; cinco tomógrafos computadorizados; cinco desfibriladores; um aparelho de raios-x móvel; um aparelho de ultrassonografia portátil; e um aparelho de gasometria; entre outros) e insumos médico-hospitalares para hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS). Há também potencial de colaboração na seara da cooperação técnica bilateral. Em março de 2021, foram apresentados à Embaixada do Japão e ao escritório da JICA em Brasília formulários de inscrição no âmbito do *Project for the institutional capacity improvement against COVID-19,* elaborados, de forma complementar e colaborativa, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma vez que a proposta foi aprovada pelo governo japonês em abril de 2021, as instituições proponentes deverão elaborar, sob a supervisão da ABC e da JICA, projeto de cooperação técnica para colaboração institucional na prevenção, diagnóstico, tratamento e produção de insumos relativos à pandemia de COVID-19. Brasil e Japão assinaram instrumento bilateral, durante a 3ª edição do Diálogo de Chanceleres (2023), que visa ao estabelecimento de uma rede de monitoramento genômico para COVID-19, uma parceria entre a Fiocruz e o Instituto Nacional de Doenças Infecciosas do Japão. Em janeiro de 2024, começou a ser aplicada, no Brasil, a vacina contra dengue (QDenga) desenvolvida pelo laboratório japonês Takeda Pharma. Trata-se da primeira vacina autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para pessoas que nunca entraram em contato com o vírus. Durante a visita de Kishida ao Brasil, em 2024, os dois líderes também convieram em agilizar esforços para o avanço das negociações de acordo da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre prevenção, preparo e reação a pandemias e das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) e salientaram a importância de aperfeiçoar o acesso equitativo a e alocação de contramedidas médicas, incluindo produção regional para diversificar as instalações manufatureiras e de cooperação tecnológica nesse contexto.

Cooperação Humanitária: Em 2019, o Japão fez doação para a aquisição de equipamentos assistenciais para ajudar refugiados venezuelanos que estão em Boa Vista, Roraima, por meio de contribuição feita pelo Programa de Assistência a Projetos Comunitários e de Segurança Humana do governo japonês. Em março de 2019, o embaixador do Japão no Brasil assinou um contrato de doação no valor de US$ 77,4 mil (R$ 297,2 mil) para a prefeitura de Boa vista comprar equipamentos médicos para o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Do lado brasileiro, em 2011, foi estabelecido o "Movimento Brasil Solidário" em favor das vítimas do terremoto e *tsunami* de Sendai, coordenado pela embaixada do Brasil em Tóquio.

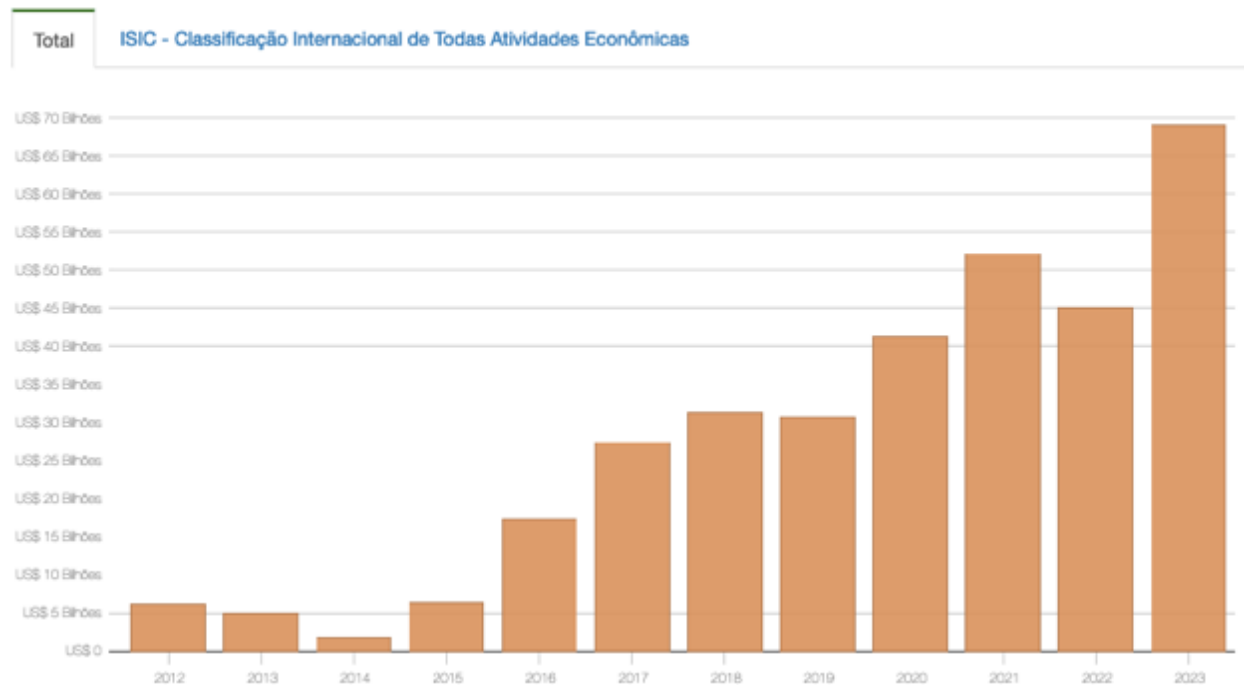
Cooperação Jurídica: Em janeiro de 2024, foi assinado o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal.

Cooperação entre Academias Diplomáticas: Estudantes japoneses participam no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr), e autoridades japonesas proferem palestras no IRBr.

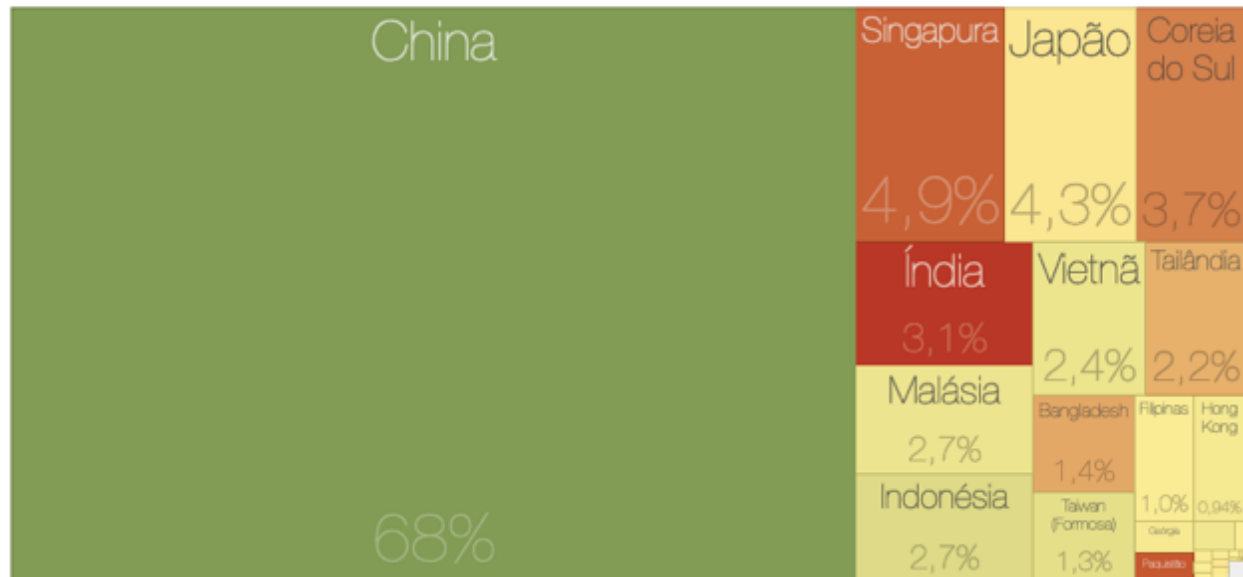
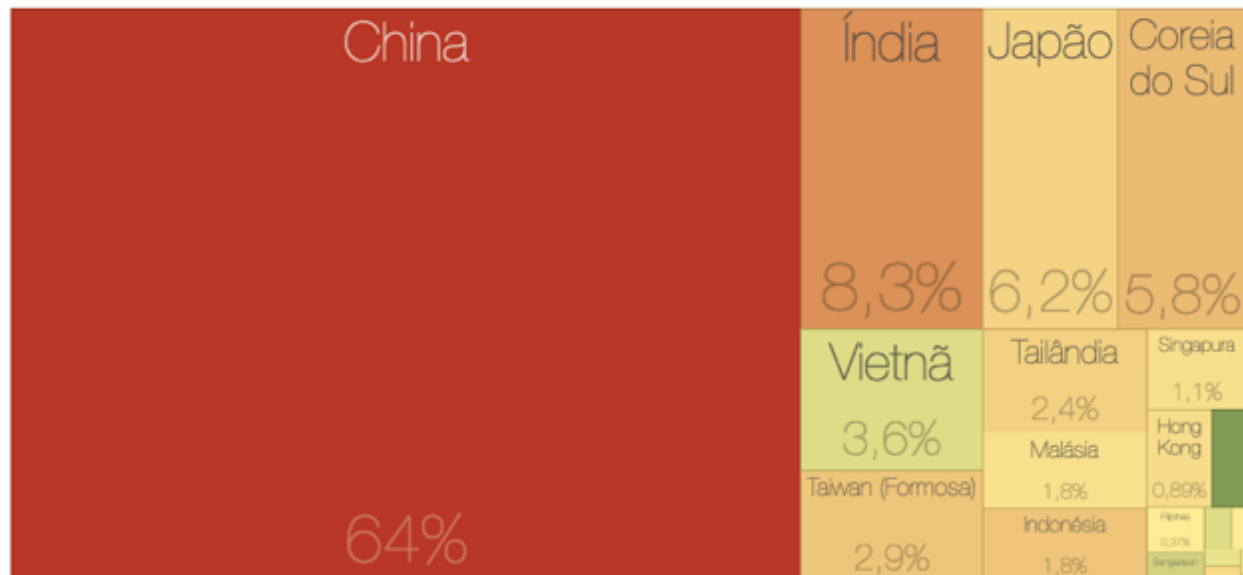
3.10. Ásia-Pacífico

I. Relações Brasil-Ásia

Comércio

Série histórica - Parceiro: Ásia (Exclusive Oriente Médio)

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Ásia (Exclusive Oriente Médio)

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Ásia (Exclusive Oriente Médio)

Exportações por País - Destino: Ásia (Exclusive Oriente Médio)

Importações por País - Origem: Ásia (Exclusive Oriente Médio)

II. Relações Brasil-Austrália

Marcos: 1945: Estabelecimento das relações bilaterais entre Brasil e Austrália; 1990: Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália; 1994: Visita do chanceler Celso Amorim à Austrália[409]; 2001: Criação do *Council on Australia-Latin America Relations* (COALAR) no âmbito da chancelaria australiana, durante o governo liberal de John Howard, com o objetivo de aprofundar o relacionamento com os países latino-americanos e, especialmente, com o Brasil; 2010: Estabelecimento da Parceria Reforçada; 2012: Elevação das relações ao *status* de Parceria Estratégica[410], com o objetivo central de intensificar dos contatos de alto nível entre as nações, no contexto da visita da primeira-ministra Julia Gillard ao Brasil para a Cúpula do Rio+20.

Embaixada: Em 1946, a Austrália inaugurou sua representação diplomática no Brasil, a primeira na América Latina, e o Brasil criou a sua em Camberra. Desde ao menos 1864, no entanto, o Brasil teve vice-consulado honorário em Sydney, de forma intermitente, e, em 1918, foi criado um consulado de carreira na cidade[411]. A legação do Brasil na Austrália foi elevada à condição de embaixada em 1959. Atualmente, além da embaixada em Camberra, o Brasil tem um consulado-geral em Sydney. Já a Austrália tem uma embaixada em Brasília e consulados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (1990; 12ª reunião de consultas políticas em 2024); Grupo Parlamentar Austrália-Brasil (2020), na Câmara dos Deputados[412].

Visitas de Alto Nível: Desde a conclusão da Parceria Estratégica (2012), destacam-se os seguintes encontros e visitas entre chefes de Estado e de governo dos dois países: em 2014, a presidenta Dilma Rousseff foi a primeira mandatária brasileira a visitar a Austrália, por ocasião da Cúpula do G20, em Brisbane; em 2016, o governador-geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil para assistir à abertura dos Jogos Paralímpicos; em 2018, durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, houve encontro entre o primeiro-ministro Scott Morrison e o presidente Michel Temer. Em junho de 2023, o ministro Mauro Vieira manteve reunião bilateral com o ministro de Comércio e Turismo da Austrália, Don Farrell, à margem de encontro ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris. Em novo encontro, à margem da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Abu Dhabi, Vieira relatou a Farrell a virtual unanimidade no apoio dos chanceleres do G20 à reforma da OMC, e ambos conversaram sobre a atuação conjunto no âmbito do Grupo de Cairns em favor da liberalização do comércio internacional de bens agrícolas.

Discurso Oficial: O Brasil e a Austrália são os dois maiores países do Hemisfério Sul. A relação bilateral é fundamentada em afinidades e valores compartilhados, uma vez que são países

---

[409] Foi a primeira visita de um ministro das relações exteriores à Oceania. Na ocasião, Celso Amorim visitou Austrália e Nova Zelândia.

[410] Com a conclusão da Parceria Estratégica, foi retomado, ainda, o Plano de Ação Brasil-Austrália, originalmente parte da Parceria Reforçada, que prevê a manutenção do mecanismo de consultas bilaterais e a intensificação da cooperação em áreas prioritárias, tais como comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura; desenvolvimento; mineração e energia; meio ambiente.

[411] A representação foi fechada em 1921, tendo sido reaberta em 1941.

[412] Em seguida, a Austrália reconstituiu grupo análogo.

continentais, com sociedades multiétnicas, Estados democráticos, economias pujantes e líderes globais na produção e exportação de produtos agropecuários e de minerais. Como nações de proporções continentais, ambas exercem importante função na defesa de valores liberais essenciais para a comunidade internacional, tais como a democracia, os direitos humanos e o legalismo. As relações brasileiras com a Austrália ganham importância em um contexto em que o Indo-Pacífico se reafirma como a região mais economicamente dinâmica do mundo, ocasionando um deslocamento do eixo geopolítico global, em especial em virtude da ascensão chinesa. O ano de 2020 marcou os 75 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, e há potencial de adensamento dos laços bilaterais, especialmente se considerado o contexto de retomada econômica pós-pandemia. A vitória do Partido Trabalhista (*Labour*) na Austrália, liderado por Anthony Albanese, suscitou mensagem de congratulação por parte do governo brasileiro.

Convergências

Convergências Multilaterais: As relações bilaterais Brasil-Austrália têm origem no imediato pós-guerra. Ambos os países contribuíram para a concepção da ordem liberal internacional, tendo sido membros-fundadores das Nações Unidas. Com o advento da pandemia de COVID-19, o Brasil apoiou resolução submetida pela Austrália e pela União Europeia (UE) sobre a criação de um painel independente de estudo sobre a origem do vírus e de resposta mundial à crise sanitária no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ambos os países ainda aderiram à COVAX Facility. No âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMC), Brasil e Austrália colaboram em favor da liberalização comercial e da eliminação de subsídios à agricultura, além de defenderem a reforma da organização. Em relação ao sistema de solução de controvérsias da OMC, o Brasil, juntamente com a Austrália e Guatemala, obtiveram importante vitória em contencioso sobre o regime indiano de apoio ao setor açucareiro[413]. Brasil e Austrália mantêm apoios mútuos a candidaturas na Organização das Nações Unidas (ONU). A Austrália apoia o pleito brasileiro de ingresso como membro pleno no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e os dois países concluíram acordo de troca de votos para suas respectivas candidaturas aos mandatos relativos ao biênio 2022-2023 (Brasil) e 2029-2030 (Austrália).

Convergências Plurilaterais: Ambos os países fazem parte do G20, no qual colaboram em temas relativos às áreas econômico-financeira e de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Sobre a OCDE, a Austrália mantém apoio à candidatura brasileira. Na OMC, a concertação em favor da liberalização agrícola é facilitada por meio da participação do Brasil e da Austrália no Grupo de Cairns, que conjuga os principais países exportadores agrícolas do mundo – responsáveis por cerca de 25% das exportações de bens agrícolas. Em declaração ministerial de 2021, os membros do Grupo de Cairns urgem por uma reforma "significativa" dos subsídios agrícolas. Tanto o Brasil quanto a Austrália fazem, também, parte do Grupo de Ottawa, uma coalizão de membros que defendem a modernização e o fortalecimento da OMC. Recentemente, o tema da liberalização agrícola foi adicionado à pauta do grupo.

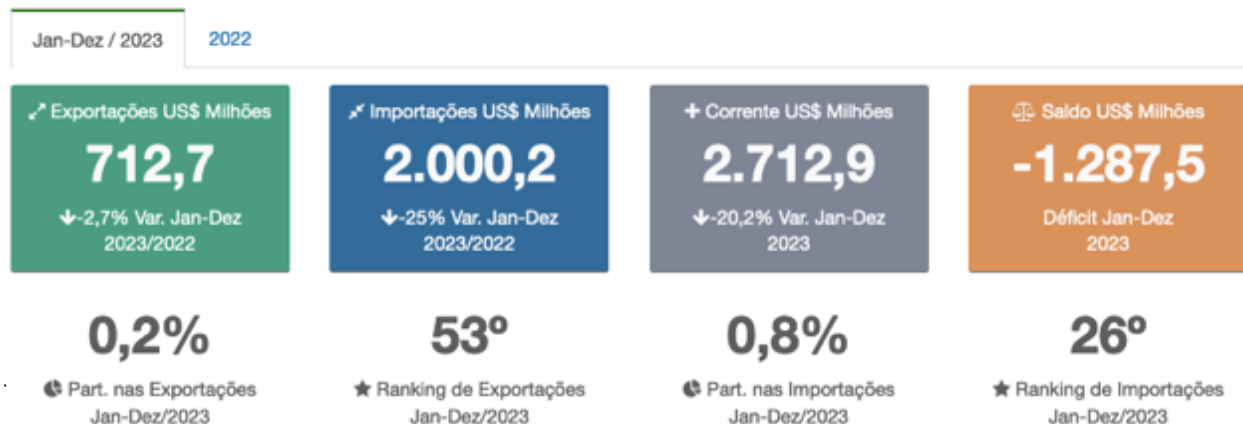
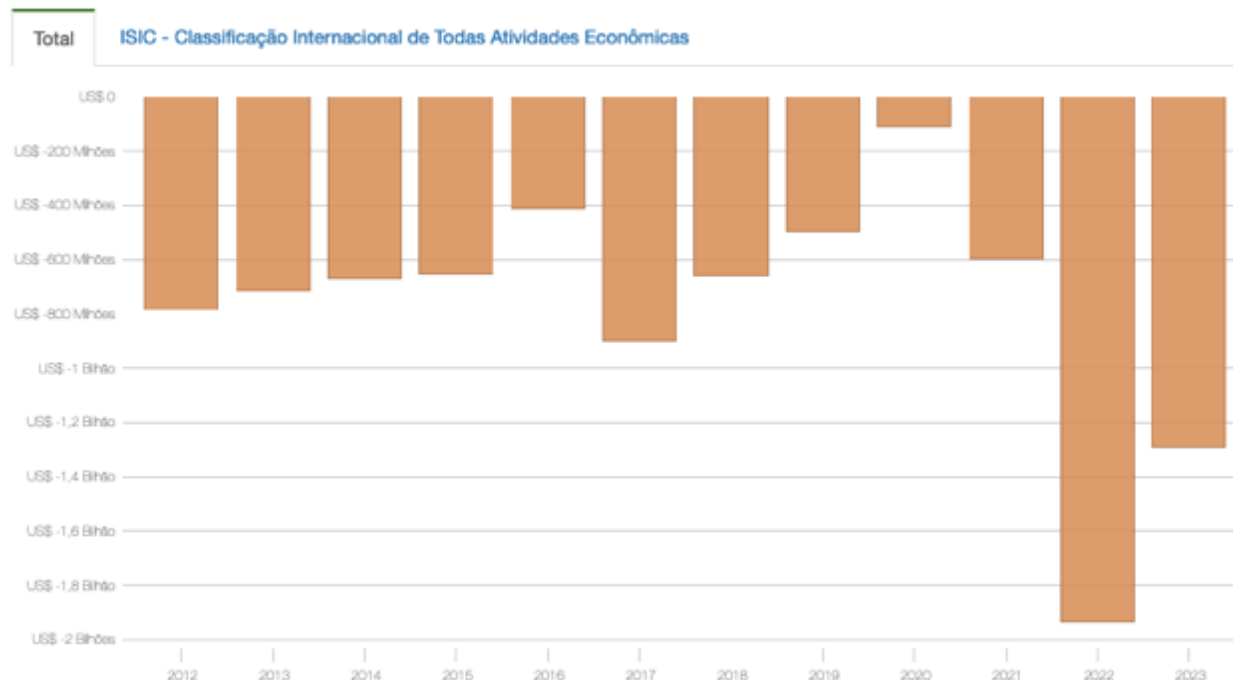
Segurança e Defesa: Em 2020, foi criada a Adidância de Defesa na embaixada brasileira em Camberra, redundando em novas perspectivas para a cooperação bilateral, em especialmente nas áreas de construção naval e de aeronáutica. Tanto o Brasil quanto a Austrália têm buscado modernizar e ampliar suas indústrias de defesa. Houve ainda a inauguração da Adidância de

---

[413] O painel concluiu que a política indiana de preços mínimos para a cana-de-açúcar e de subsídios à exportação do açúcar violam as regras da organização.

Inteligência por parte do Brasil. Como resultado, ocorreu a primeira visita técnica da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) às agências de inteligência australianas. Em resposta à proposta brasileira de realização de Reunião de Diálogo Político-Militar (2+2), a Austrália favoreceu a inclusão do tema na XI Reunião de Consultas Políticas.

Comércio

Marcos: Assim como é o caso do Brasil, a Austrália tem na China seu principal parceiro comercial, exportando para o país em torno de 30% do seu fluxo comercial externo. Tal fato, conjugado à aliança política com os Estados Unidos (EUA), como bem ilustra o AUKUS[414], coloca a Austrália em uma posição de equilíbrio delicado. Contribui para as tensões sino-australianas a proibição da Huawei no desenvolvimento da rede 5G australiana. A fim de reduzir a dependência em relação a Pequim, Camberra tem buscado diversificar suas parcerias comerciais. Esse contexto representa, portanto, importante oportunidade para o Brasil. O Brasil é atualmente o maior parceiro comercial e de investimentos da Austrália na América Latina, ainda que não haja acordo de livre comércio entre os países. Apesar de ambos serem grandes exportadores de *commodities*, tais como minério de ferro, bens agrícolas e proteína animal, identificam-se setores de complementação entre suas balanças comerciais, como nas áreas aeronáutica, de maquinários agrícolas, de energia renovável, biotecnologia, inteligência artificial, biossegurança, entre outros. As companhias australianas Pionair e ACJC, por exemplo, concluíram recentemente (2020) compras de aeronaves da Embraer. Ademais, houve a eliminação das barreiras à entrada de cachaça não envelhecida na Austrália. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) aponta ainda a perspectiva de alta na exportação de máquinas agrícolas para a Austrália, em razão do programa australiano de modernização do setor. Recentemente, em julho de 2022, Brasil e Austrália publicaram, juntamente a outros países[415], a Declaração Conjunta sobre Cooperação em Cadeias de Suprimentos Globais. Embora o Brasil seja o destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina, os números do comércio bilateral têm potencial para se multiplicar, tendo em vista que os dois países estão entre as treze maiores economias do mundo. A Austrália singulariza-se em relação a outros países desenvolvidos na esfera comercial já que as exportações brasileiras se constituem, em boa medida, de bens industrializados. Em fevereiro de 2024, o governo australiano anunciou a aprovação sanitária relativa à importação de pescados do Brasil, medida que pode contribuir para o aumento do comércio bilateral. Em março, anunciou a flexibilização de norma alfandegária que limitava a entrada de cachaça brasileira ao mercado australiano. Em julho, a Austrália abriu seu mercado às exportações brasileiras de camarões e carne de camarões.

Série histórica - Parceiro: Austrália
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 0
US$ -200 Milhões
US$ -400 Milhões
US$ -600 Milhões
US$ -800 Milhões
US$ -1 Bilhão
US$ -1,2 Bilhão
US$ -1,4 Bilhão
US$ -1,6 Bilhão
US$ -1,8 Bilhão
US$ -2 Bilhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Austrália
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 713 Milhões
Instalações e equipamentos de engenharia civil e contrutores, e suas partes
24%
Celulose
6,2%
Veículos rodoviários
6,1%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,1%
Amidos, inulina e glúten de trigo, matérias albuminóides, colas
3,8%
Sucos de frutas ou de vegetais
3,0%
Partes e acessórios dos veículos automotivos
3,0%
Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais
2,9%
Outros medicamentos, incluindo veterinários
2,5%
Máquinas agrícolas (com exceção dos tractores) e suas partes
2,4%
1,9%
Calçados
1,7%
1,6%
1,5%
1,4%
Amendoins
1,3%
1,3%
Matérias brutas de animais
1,2%
1,1%
Papel e cartão
1,1%
1,1%
1,0%
0,94%
0,76%
0,68%
Café não torrado
14%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Austrália

Investimentos: De grande relevância tanto para empresários brasileiros quanto para australianos, o Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação ainda não foi concluído. Há, ainda, a expectativa sobre um futuro Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Investimentos do Brasil na Austrália: Os investimentos privados brasileiros na Austrália são diversificados e têm como prioridade o acesso a mercados do Indo-Pacífico, por meio de acordos de livre comércio que Camberra mantém com países do seu entorno. A JBS, empresa brasileira de processamento de proteína animal e de frigoríficos, concentra o maior volume de investimentos nacionais na Austrália (em torno de US$ 5,5 bilhões), onde instalou sua maior planta do hemisfério sul. Outrossim, em 2016, a Natura adquiriu a australiana Aesop, marca de cosméticos. Também a Marcopolo marca presença na Austrália, fabricando e mantendo os ônibus de Perth[416]. Outras empresas brasileiras de destaque na Austrália são a Minerva e a WEG. Segundo dados do *Australian Bureau of Statistics* (ABS) relativos a 2021, o Brasil possui estoque de cerca de US$ 3,5 bilhões em investimentos na Austrália.

Investimentos da Austrália no Brasil: Segundo o ABS, o Brasil é o principal destino latino-americano de investimentos australianos. Segundo o órgão australiano, o estoque de investimento australiano no Brasil somou cerca de US$ 7 bilhões em 2021, apresentando-se como o 26º país da lista de maiores receptores de capital australiano. Mais de 75 empresas australianas estão estabelecidas no Brasil. No setor de energia, destacam-se a Enegix e Fortescue Future Industries, especializadas no desenvolvimento de hidrogênio verde e com filiais no Ceará e Rio de Janeiro, e a Karoon Energy, com um estoque expressivo investido na bacia de Santos. Como facilitador dessas transações, tem-se o grupo bancário Macquarie, que concentra ativos em setores diversos, tais como a agricultura e a reciclagem. A Austrália tem participação efetiva no Programa de

[416] Outros exemplos relevantes de empresas brasileiras com operações na Austrália são: Vale (mineração), Spraytech (agricultura), SoftExpert (TI), BB Secutiries (finanças), entre outras.

Parcerias de Investimentos (PPI) desde sua criação em 2016. A presença de investidores australianos se concentrou nas áreas de óleo e gás e de mineração, totalizando investimentos estimados em R$ 261 milhões, o que posiciona a Austrália, em 2022, na posição de 19º investidor nos projetos do PPI, de um total de 23 países.

Cooperação

Cooperação Técnica: Em visita do então primeiro-ministro Kevin Rudd ao Brasil, em 2010, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O setor de ciência, tecnologia e inovação é particularmente relevante na relação bilateral, dada a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia, e gestão de recursos naturais, por exemplo. Em 2021, o Brasil aderiu à *Agriculture Innovation Mission for Climate* (AIM4C), a qual busca fomentar pesquisa e desenvolvimento em agricultura e conta com a Austrália entre seus membros. O foco da iniciativa, lançada durante a 26ª Conferência das Partes (COP26, na sigla em inglês) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), é o desenvolvimento de tecnologias agrícolas que atendam ao contexto de mudança do clima e de fome no mundo. No mesmo ano, foi ratificado o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (2017) entre os dois países. O documento objetiva promover a área de ciência, tecnologia e inovação com ênfase na pesquisa conjunta, fornecimento de materiais e equipamentos, intercâmbios acadêmicos, organização de seminários, etc. Houve ainda a adesão nacional ao projeto "Humboldt" de cabo de fibras óticas, iniciativa chilena que prevê a instalação do primeiro cabo submarino de interligação entre a América do Sul, a Oceania (passando pela Austrália) e a Ásia. Espera-se que a participação brasileira no projeto proporcione a dinamização do setor pátrio de telecomunicações. Fazem ainda parte do projeto "Humboldt" a Argentina, Austrália e Nova Zelândia, além do Chile e do Brasil.

Meio Ambiente: Devido à presença, no Brasil e na Austrália, de biomas comumente afetados por incêndios florestais, os países compartilham experiências nas áreas de manejo de incêndios, gestão ambiental e gestão de recursos hídricos.

Mineração: Brasil e Austrália são atores importantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada.

Agricultura: Há grande potencial de cooperação no setor agrícola, principalmente em relação à agricultura de precisão. Em 2019, foi assinado um memorando de entendimento sobre a pesquisa agrícola, sedimentando parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation* (CSIRO). O documento tem como intuito fomentar a pesquisa no semiárido nacional. A CSIRO ainda realiza intercâmbios científicos e tecnológicos com cientistas brasileiros. Também foi inaugurada uma nova Adidância Agrícola em Camberra, a fim de facilitar o diálogo bilateral sobre a agenda agrícola comum, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias e a trocas comerciais. Em março de 2023, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, e a embaixadora da Austrália, Sophie Davis, encontraram-se para iniciar as tratativas concernentes à celebração de acordos comerciais e de cooperação técnica. Na ocasião, o ministro propôs uma parceria em

pesquisas de métrica de carbono, e as partes discutiram a possibilidade de acordos comerciais que permitam a exportação de carne suína brasileira e a importação de cevada e trigo australiano.

Educação: A Austrália abriga em torno de 19 mil estudantes brasileiros (2022). O Memorando sobre Vistos de Férias e Trabalho (2022) permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. A Austrália é o terceiro país com o maior número de universidades entre as cem melhores classificadas no mundo e há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Itamaraty estima que havia cerca de 46,6 mil brasileiros na Austrália em 2022. Os brasileiros compõem a maior comunidade latino-americana no país. Espera-se que o número de brasileiros na Austrália cresça após a conclusão do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias, o qual entrou em vigor em 1º de julho de 2022. Tal acordo permite que, a cada ano, 500 jovens brasileiros e australianos entre dezoito e trinta anos permaneçam no território do outro país por até doze meses, com a possibilidade de trabalhar ou estudar. Anteriormente, era necessário que existisse vínculo prévio com empregador ou com instituição de ensino para que brasileiros pudessem trabalhar ou estudar na Austrália. Em 2019, o Brasil concedeu isenção unilateral aos cidadãos australianos para visto de visitas ao País. Em março de 2023, contudo, foi anunciado o restabelecimento da exigência de vistos de visita para cidadãos da Austrália – além de EUA, Canadá e Japão –, com base nos princípios da reciprocidade e da igualdade de tratamento[417].

Esporte: Em 2010, durante visita do primeiro-ministro australiano Kevin Rudd à Foz do Iguaçu, foi concluído o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte. Esse documento consolidou o apoio do país à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil, além prever a colaboração australiana no planejamento e na realização desses eventos esportivos, por meio de iniciativas como o compartilhamento de informações e de boas práticas.

Serviços Aéreos: O Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em abril de 2010 e em vigor desde setembro de 2018, cria condições que poderão ensejar a implementação de linha aérea direta entre os países.

---

[417] O governo ressalta a disposição de negociar acordo de isenção de vistos em bases recíprocas. O início da vigência da medida, que ocorreria em 1º de outubro de 2023, foi postergado para 10 de janeiro de 2024 e depois para 10 de abril de 2024 e 10 de abril de 2025. Em 1º de dezembro de 2023, entrou em funcionamento a nova plataforma para solicitação de visto eletrônico por cidadãos da Austrália.

III. Relações Brasil-Coreia do Sul

Marcos: 1949: O Brasil foi o oitavo país do mundo e o primeiro latino-americano a reconhecer oficialmente o Estado sul-coreano; 1959: Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Coreia do Sul; 1963: Início da imigração coreana para o Brasil[418]; 1989: Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Coreia do Sul[419]; 1991: Visita do chanceler Francisco Rezek a Seul, ocasião na qual é assinado o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia; 1996: Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas[420]; 1996: Visita do presidente Kim Young-sam ao Brasil; 1999: Visita do primeiro-ministro Kim Jong-pil ao Brasil; 2001: Estabelecimento da "Parceria Especial para o Século XXI".

Embaixada: Em 1962, foi aberta, no Rio de Janeiro, a primeira embaixada da Coreia do Sul na América Latina; a embaixada do Brasil em Seul foi aberta em 1965[421]. O Brasil não tem consulado na Coreia.

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (1996; 13ª e última reunião em Brasília, em 2023[422]), principal instância para a ampla discussão da agenda bilateral e de temas de política internacional; Fórum Brasil-Coreia; Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; Comitê Consultivo Agrícola (2005); e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Visitas de Alto Nível: Em relação a eventos recentes, houve visita do primeiro-ministro Lee Nak-yon ao Brasil (2018, no contexto do 8° Fórum Mundial da Água) e visita do chanceler Aloysio Nunes à Coreia do Sul (2018), no contexto do lançamento das negociações comerciais Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Coreia; encontro entre os chanceleres Ernesto Araújo e Kang Kyung-wha à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos (2019); visita do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, a Seul, para participar do Fórum de Cooperação Digital Coreia-América Latina (2021). No começo da década passada, em 2011, o primeiro-ministro Kim Hwang-sik participou da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff; em 2012, o presidente Lee Myung-bak participou da Rio+20; em 2015, a presidente Park Geun-hye realizou visita de Estado ao Brasil[423]. Na primeira década do século, os presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC, 2001) e Lula (2005, 2010[424]) visitaram a Coreia do Sul, enquanto os presidentes

---

[418] O primeiro grupo de 109 pioneiros saiu da cidade de Busan (dezembro de 1962) com destino a Santos.
[419] Conforme o documento, a comissão teria como objetivo o fortalecimento da cooperação econômica, comercial, agrícola, industrial, técnica, tecnológica, científica e cultural. Ademais, estavam previstas reuniões da Comissão Mista a cada dois anos.
[420] No memorando de entendimento que estabeleceu as consultas políticas de alto nível, previa-se reunião anual no nível de representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Coreia.
[421] A embaixada foi formalmente criada em 1960, sendo cumulativa com a representação de Tóquio. Em 1963, o posto em Seul foi legalmente estabelecido, por meio do Decreto nº 52.919.
[422] Na ocasião, o Brasil apresentou proposta de ação 2024-2027 nas áreas política, econômica, energética, científica e cultural.
[423] Na ocasião, foram adotados diversos instrumentos, entre eles o memorando de entendimento entre os ministérios da saúde da Coreia do Sul e do Brasil e o protocolo de emenda ao acordo para evitar a dupla taxação e prevenir a evasão fiscal.
[424] Em 2010, houve encontro bilateral entre os presidentes à margem da Cúpula do G20 (Seul).

Roh Moo-hyun (2004) e Lee Myung-bak (2008) visitaram o Brasil. Houve, ademais, encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lee Myung-bak à margem da Cúpula do G8 (2008, Hokkaido). O chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo Park Jin, à margem da cúpula do G7, em maio de 2023, quando trataram das negociações MERCOSUL-Coreia do Sul, da cooperação em ciência, tecnologia e inovação e de questões da agenda global, em áreas como paz e segurança, mudança do clima e transição energética. Em novembro de 2023, o vice-ministro para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia, embaixador Chung Byung-won, visitou o Brasil, quando se encontrou com a secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e copresidiu a 13ª Reunião de Consultas Brasil-Coreia com o secretário de Ásia e Pacífico, embaixador Eduardo Saboia. Em maio de 2024, o embaixador Eduardo Saboia, encontrou, em Seul, o primeiro vice-ministro de Relações Exteriores da Coreia do Sul, Kim Hong Kyun, o ministro-adjunto, Chung Byung-won, e o ministro-adjunto para Comércio, Yang Byeong-nae.

Discurso Oficial: O histórico recente das relações entre o Brasil e a Coreia do Sul distingue-se, sobretudo, pelo crescente fluxo de investimentos e comércio, bem como pelas perspectivas favoráveis na cooperação em ciência, tecnologia e inovação[425]. Há grande potencial de cooperação em setores como semicondutores, tecnologias da informação e das comunicações, biotecnologia e nanotecnologia. O diálogo entre Brasil e Coreia do Sul ocorre por meio de diversas instâncias, com destaque para o Mecanismo de Consultas Políticas, principal mecanismo para a discussão da agenda bilateral e de temas da política internacional. Os laços humanos também compõem importante dimensão do relacionamento, uma vez que o Brasil abriga expressiva comunidade de origem sul-coreana, resultado de um processo de imigração cujo marco inicial ocorreu há mais de 60 anos.

Convergências

Convergências Multilaterais: Há convergência de posições quanto ao respeito ao multilateralismo e à solução pacífica de controvérsias como pilares do sistema de governança internacional. Assim como o Brasil, a Coreia do Sul apoia a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ambos os países fazem parte do Acordo de Paris[426] e conferem grande importância ao tema ambiental, tendo o presidente Lee Myung-bak participado da Conferência Rio+20. A Coreia do Sul é, ademais, parte do Estatuto de Roma. Em relação a divergências na esfera multilateral, a Coreia do Sul não apoiou o Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), apesar de coabitar a península coreana com a Coreia do Norte. Os países também divergem em questões agrícolas (a Coreia do Sul é integrante do G10, agrupamento de países protecionistas).

Convergências Plurilaterais: Há apoio coreano à acessão brasileira à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Brasil e Coreia fazem parte do G20. Na OMC, ambos integram o Grupo de Ottawa. A Coreia do Sul é integrante do Unidos pelo Consenso

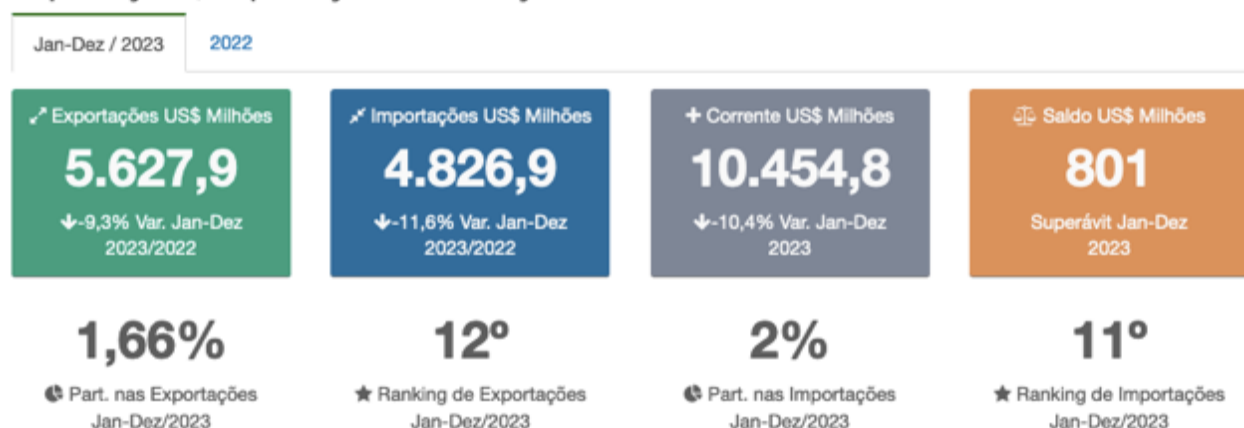
[425] A Coreia do Sul é frequentemente apontada como uma inspiração a ser seguida pelo Brasil, já que, em cerca de duas décadas, tornou-se uma das maiores economias do mundo, por meio de um processo de industrialização voltado para exportações, e de amplos investimentos em infraestrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia. Esse processo é chamado de "Milagre do Rio Han".

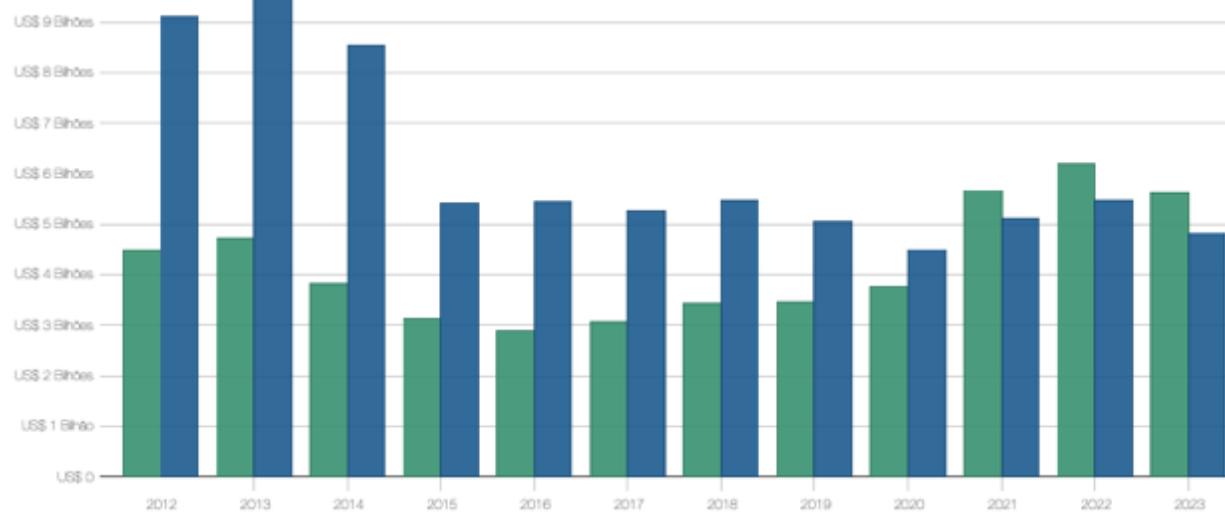
[426] A Coreia atualizou sua meta de redução de gases de efeito estufa, adotando compromisso mais ambicioso: redução de 40% das emissões até 2030 (tomando como base o ano de 2018) no lugar da meta anterior de redução de 24,4% (tomando como base o ano de 2017). O país visa, dessa forma, a alcançar a neutralidade climática até 2050.

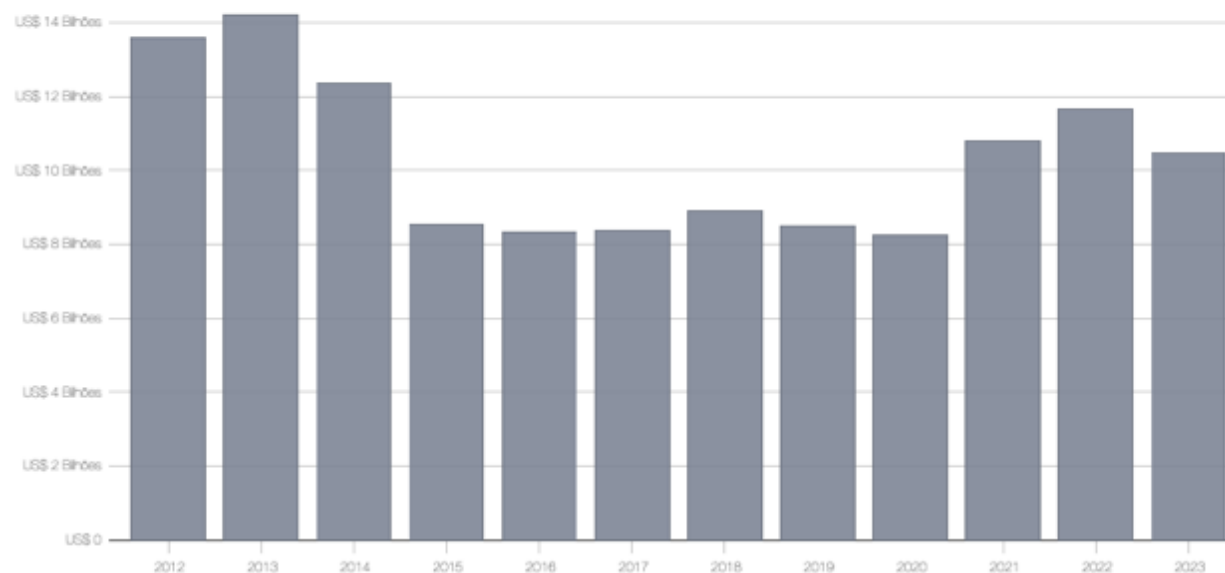
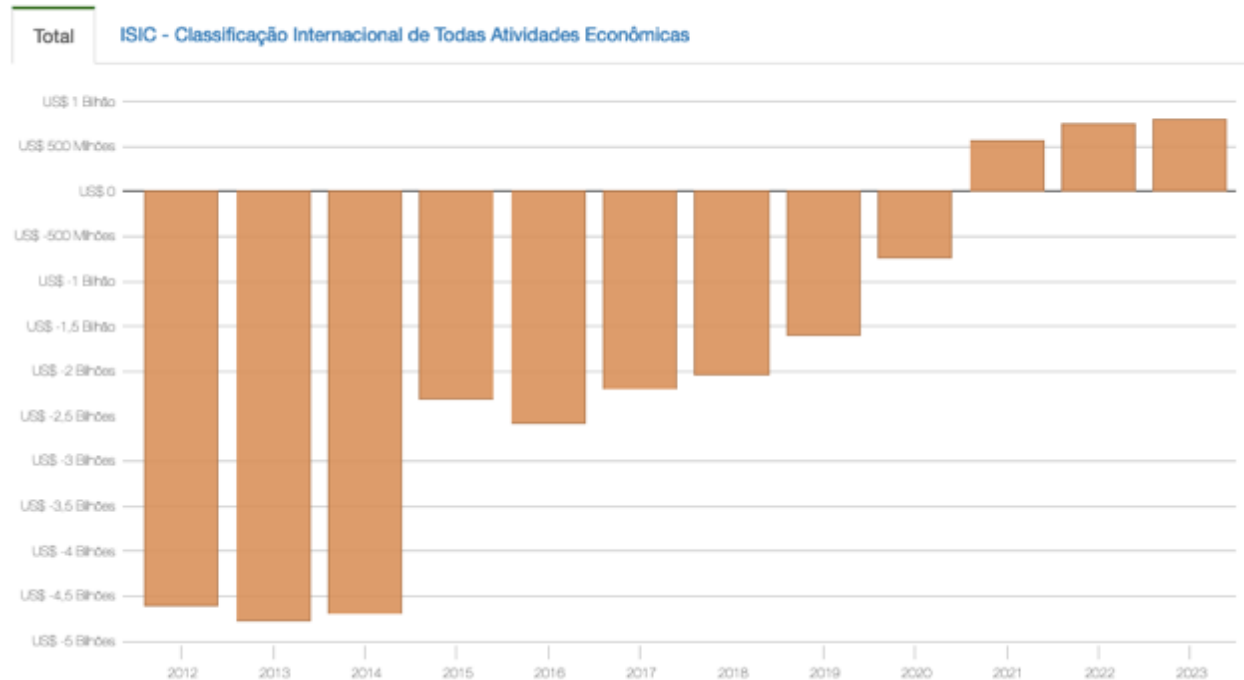
nas discussões sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidos (CSNU) e não apoia o G4.

Segurança e Defesa: Há Acordo sobre cooperação em defesa (2006), que compreende as áreas de indústria de defesa, intercâmbio de tecnologia militar, educação e treinamento militar, assistência humanitária, entre outros temas.

Comércio

Marcos: Brasil e Coreia do Sul contam com Acordo de Comércio (1963) e com o Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial (2008). Há expectativa de diversificação e aumento do comércio entre o Brasil e o país asiático, por meio da assinatura do Acordo MERCOSUL-Coreia do Sul, cujas negociações foram lançadas em maio de 2018, em Seul, na presença do ex-chanceler Aloysio Nunes. Para além da redução tarifária, as negociações envolvem temas como medidas sanitárias e fitossanitárias, comércio eletrônico e compras governamentais. Em abril de 2024, o governo da Coreia do Sul abriu o mercado do país às exportações brasileiras de subprodutos de origem animal (farinhas e gorduras de aves) destinados à alimentação animal e de dez produtos à base de camarão. Em junho de 2024, a Coreia do Sul abriu seu mercado às exportações brasileiras de gordura e de proteínas processadas de suínos destinadas à alimentação animal.

Série histórica - Parceiro: Coreia do Sul

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Coreia do Sul

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Coreia do Sul

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Coreia do Sul

Desafios: Embora os dois países possuam grande complementaridade econômica, o comércio permanece aquém do potencial, na medida em que as carnes suínas e bovinas brasileiras enfrentam barreiras aduaneiras e sanitárias, além da concorrência de outros países agroexportadores com os quais a Coreia do Sul mantém acordos de livre comércio. Em 2019, o governo brasileiro manifestou satisfação em relação à conclusão de investigação, realizada pela Coreia do Sul, relativa a papel não revestido, sem adoção de nenhuma sobretaxa.

Investimentos: Nos últimos anos, houve aumento expressivo dos investimentos sul-coreanos no Brasil, especialmente nos setores eletrônico, automobilístico, petrolífero e siderúrgico. O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil é de cerca de US$ 6 bilhões, com fluxo de US$ 454 milhões em 2017 e de US$ 343 milhões em 2018. Há destaque para a atuação de empresas como a Hyundai, a Samsung e a LG. Dentre os investimentos mais emblemáticos nos últimos anos, figuram a parceria POSCO-Vale, na Companhia Siderúrgica do Pecém, e a instalação da fábrica de semicondutores HT Micron, uma *joint venture* entre a sul-coreana Hana-Micron e a brasileira Altus/Parit, no parque tecnológico da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Em 1984, firmou-se o acordo para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal. Em 1995, foi a vez do acordo de promoção e proteção recíproca de investimentos, que jamais foi aprovado pelo Congresso brasileiro e encontra-se superado.

Cooperação

Aspectos Gerais: Brasil e Coreia do Sul têm trabalhado para expandir a cooperação em áreas estratégicas como educação, ciência, tecnologia e inovação.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Brasil abriga a terceira maior comunidade sul-coreana fora da Ásia e a maior na América Latina. São cerca de 50 mil pessoas, estabelecidas principalmente na cidade de São Paulo, que contribuem de maneira decisiva para o estreitamento dos laços entre nossos povos. A população brasileira na Coreia do Sul é de aproximadamente 1,4 mil pessoas. Há acordo de eliminação de vistos, de 2001, e Acordo em Seguridade Social, de

2012. Comemoraram-se, em 2023, os 60 anos do início oficial da imigração coreana (em fevereiro).

Ciência, Tecnologia e Inovação[427]**:** Em 1991, o chanceler Francisco Rezek visita Seul, na ocasião assinando o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Funciona Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação. Há contribuição sul-coreana para aprimoramento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e parceria para a futura instalação de um Korea Innovation Center (KIC) no Brasil, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de *startups* nas áreas de segurança cibernética, saúde, tecnologia da informação (TI) e *internet* das coisas (IoT, na sigla em inglês). O aumento da cooperação também é corroborado pelo aumento das coautorias de artigos entre pesquisadores do Brasil e da Coreia do Sul[428].

Energia: Há Acordo sobre usos pacíficos da energia nuclear (2001) e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Agricultura: Comitê Consultivo Agrícola (2005).

Cooperação Jurídica: Há Acordo sobre extradição (1995, promulgado em 2002) e acordo sobre assistência judiciária em matéria penal (2001).

Cooperação Parlamentar: Brasil e Coreia do Sul desenvolvem intensas relações parlamentares, com grupos de amizade atuando em ambos os países.

Cultura: Observa-se um crescente interesse brasileiro na cultura sul-coreana, sobretudo entre os mais jovens, no contexto de propagação da *hallyu*, que trouxe notoriedade ao K-pop, a produções audiovisuais como *Round-6* e *Parasita*, bem como à gastronomia do país, conhecida por pratos como o *bibimbap* e o *kimchi*. Ademais, o Brasil inaugurou recentemente o primeiro leitorado brasileiro na Coreia, dedicado ao ensino da língua e da cultura brasileira no país. Desde 1966, ambos têm Acordo Cultural, ainda em vigor.

Educação: Coreia foi primeiro país asiático a engajar-se no Programa Ciências sem Fronteiras[429].

Saúde: Foi feita a doação de 750 *kits* de testes RT-PCR ao Brasil, em 2020, no contexto da pandemia. Em 2015, foi celebrado memorando de entendimento entre os ministérios da saúde de Brasil e Coreia, no contexto da visita de Estado da presidenta da República da Coreia Park Geun-hye (2015).

Serviços Aéreos e Turismo: Há Acordo sobre Serviços Aéreos, de 1992, e Acordo de Cooperação em Turismo, de 1996.

---

[427] A cooperação em ciência, tecnologia e inovação interessa muito ao Brasil, uma vez que a Coreia do Sul é um dos países que mais investem em educação, pesquisa e desenvolvimento e tecnologia, tendo sido apontada recentemente como líder global em inovação pelo *Bloomberg Innovation Index*.
[428] Em 1991, apenas um artigo em coautoria; em 2008, mais de 50 artigos.
[429] Fonte: Discurso da presidenta Dilma Rousseff, por ocasião do almoço em homenagem à presidenta da República da Coreia Park Geun-hye (2015).

Cooperação Humanitária: Em 2024, a Coreia do Sul doou US$ 300 mil em ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul, após as enchentes que acometeram o estado.

IV. Relações Brasil-Indonésia

Marcos: 1953: Estabelecimento das relações bilaterais e criação da legação do Brasil em Jacarta; 1959: Visita do presidente Sukarno ao Brasil, primeiro chefe de Estado asiático a visitar oficialmente o País; 1996: Assinatura do memorando de entendimento para estabelecer consultas bilaterais; 2001: Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) à Indonésia; 2008: Parceria Estratégica; 2009: Adoção do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia, incluindo os temas de comércio, investimentos, energias renováveis, mineração, defesa, inclusão social e cooperação educacional; 2012: Adesão brasileira ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático; 2015: Desgaste do relacionamento bilateral, em razão da execução de dois brasileiros condenados por tráfico de drogas, mas relações seriam redinamizadas nos anos seguintes; 2023: Visita do chanceler Mauro Vieira e assinatura do Plano de Ação Revitalizado (2023-2026) da Parceria Estratégica.

Embaixada: Em 1953, as relações bilaterais Brasil-Indonésia foram estabelecidas, ano que também marca a criação da Embaixada em Jacarta. Em 1959, o então presidente Sukarno visitou Brasília para escolher pessoalmente o novo local da repartição diplomática de seu país. Não há consulado do Brasil na Indonésia.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Mista (2007; 1ª reunião em 2009); Reuniões de Consultas Políticas (8ª edição em 2023, em Balikpapan); Comitê Consultivo Agrícola; Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos (1ª reunião em 2012); Grupo Parlamentar de Cooperação Bilateral.

Visitas de Alto Nível: Além da supramencionada viagem oficial de Sukarno a Brasília (1959), a seguinte visita ocorreria apenas com o presidente Abdurrahman Wahid (2000). Já o primeiro presidente do Brasil a visitar a Indonésia seria FHC, no ano seguinte (2001), seguido de Lula (2008). A presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o presidente Susilo Bambang Yudhoyono, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, 2012). Mais recentemente, o chanceler Aloysio Nunes viajou à nação asiática (2018)[430], e o chanceler Carlos França foi à ilha de Bali para participar de uma reunião do G20 com seus homólogos (julho de 2022). O ministro da Agricultura da Indonésia, Syahrul Yasin Limpo, realizou visita ao Brasil, que foi retribuída no mesmo ano pelo então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes (2022). Em março de 2023, houve encontro de trabalho entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil e a ministra de Negócios Estrangeiros da Indonésia, à margem do G20, ocasião na qual os representantes se comprometeram a aprofundar as relações bilaterais, explorar as possibilidades de um acordo comercial entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e coordenar posições concernentes ao desenvolvimento sustentável[431]. Em outubro, o ministro Mauro Vieira realizou visita oficial à Indonésia, onde se encontrou com sua homóloga Retno Marsudi e realizou reunião trilateral com a ASEAN. Na declaração à imprensa, os chanceleres ressaltaram o plano de ação 2023-2026 da parceria estratégica, que tem entre suas prioridades o fortalecimento das relações comerciais e dos

[430] Na ocasião, foram firmados acordos de cooperação técnica e de isenção de vistos, tanto para passaportes comuns quanto para passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço.

[431] Ressalta-se que Brasil e Indonésia são signatários de memorando de entendimento sobre florestas e mudança do clima, ao lado da República Democrática do Congo (RDC).

investimentos, e a cooperação em ciência e tecnologia, florestas, produção de alimentos e transição energética. Em fevereiro de 2024, houve novo encontro entre os representantes, no âmbito da reunião de chanceleres do G20. Ademais, as visitas de delegações parlamentares da Indonésia são frequentes, como ocorreu, em duas ocasiões, no ano de 2021[432].

Discurso Oficial: Brasil e Indonésia possuem semelhanças e afinidades em diversos campos: são países com grandes territórios e rica biodiversidade, têm uma população multiétnica, são economias emergentes e desempenham papel de lideranças regionais no seu entorno, notadamente no âmbito do MERCOSUL e da ASEAN, respectivamente. O relacionamento bilateral, elevado à condição de Parceria Estratégica, em 2008, conta com diferentes mecanismos de diálogo bilateral e com instrumentos de cooperação em áreas diversas[433], com especial importância do setor de defesa.

Convergências

Convergências Multilaterais: Além do papel de relevo que ambos os países cumprem no seu entorno regional, Brasil e Indonésia são potências emergentes vocais na defesa dos países em desenvolvimento em diferentes fóruns em que participam conjuntamente. Nos últimos anos, as reuniões bilaterais às margens da AGNU têm sido oportunidade profícua para dos dois países, a exemplo do encontro da presidenta Dilma Rousseff e do seu homólogo Bambang Yudhoyono (2012) e do encontro entre o ministro Mauro Vieira e sua homóloga indonésia, Retno Marsudi (2015). Na Organização Mundial do Comércio (OMC), concertam-se em favor da liberalização e eliminação de subsídios agrícolas, no âmbito do Grupo de Cairns. Em paralelo, as duas diplomacias têm atuado de forma coordenada em resposta ao atual boicote exercido pelos países europeus a produtos oriundos do desmatamento. No caso indonésio, as barreiras ambientais europeias têm tido impacto desproporcional à importação de óleo de palma, por exemplo.

Convergências Plurilaterais: O relacionamento se expressa sobretudo por meio do G20, cuja presidência foi exercida pela Indonésia em 2022 e pelo Brasil em 2024. A Indonésia presidiu o G20 em 2022, com as seguintes prioridades: arquitetura da saúde global, transformação digital e transição energética sustentável. A Indonésia integra o G77+China e, na OMC, o Grupo de Cairns. Junto com a República Democrática do Congo (RDC), Brasil e Indonésia lançaram a aliança dos países detentores das maiores florestas tropicais do mundo, a chamada "OPEP do Carbono Florestal".

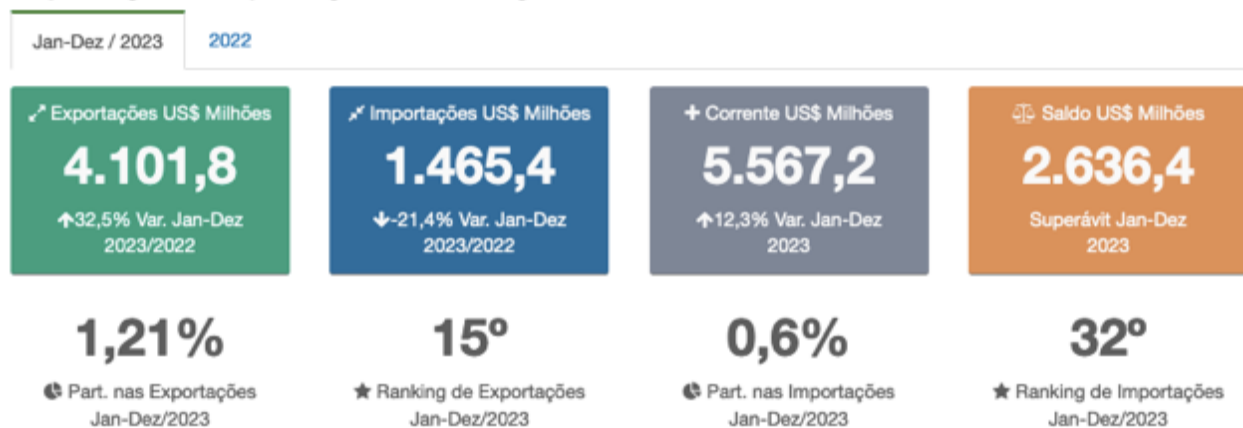
Convergências Regionais: Como são duas economias emergentes de relevo em suas respectivas regiões, as convergências regionais se expressam sobretudo por meio do MERCOSUL e da ASEAN. No MERCOSUL, foram lançadas, em dezembro de 2021, as negociações para um Acordo de Parceria Econômica Abrangente (APEA) com a Indonésia. Já com a ASEAN, cuja sede está localizada em Jacarta, cresce o interesse brasileiro em aprofundar relações com o bloco que representa uma das regiões econômicas mais dinâmicas do mundo. Em 2011, o então chanceler Antonio Patriota participou da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali. Já mais recentemente, em agosto de 2022, o Brasil recebeu o *status* de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN, tendo a Indonésia

[432] A primeira delegação privilegiou o tema de violência contra a mulher, enquanto a segunda se concentrou no de legislação ambiental.
[433] Os instrumentos bilaterais compreendem memorandos de entendimento nas áreas de agricultura; bancos; educação; energia e mineração; erradicação da pobreza; e promoção de comércio e investimento.

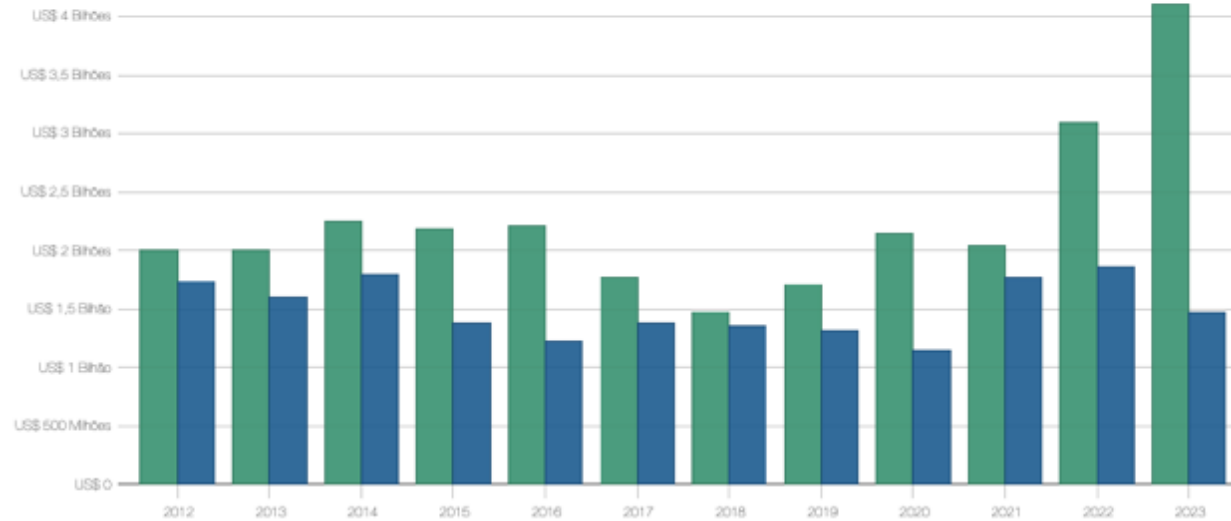
apoiado o pleito brasileiro. O país, considerado "líder natural" da ASEAN, por ser o maior integrante do bloco sob diferentes variáveis, assumiu a presidência rotativa do bloco em 2023.

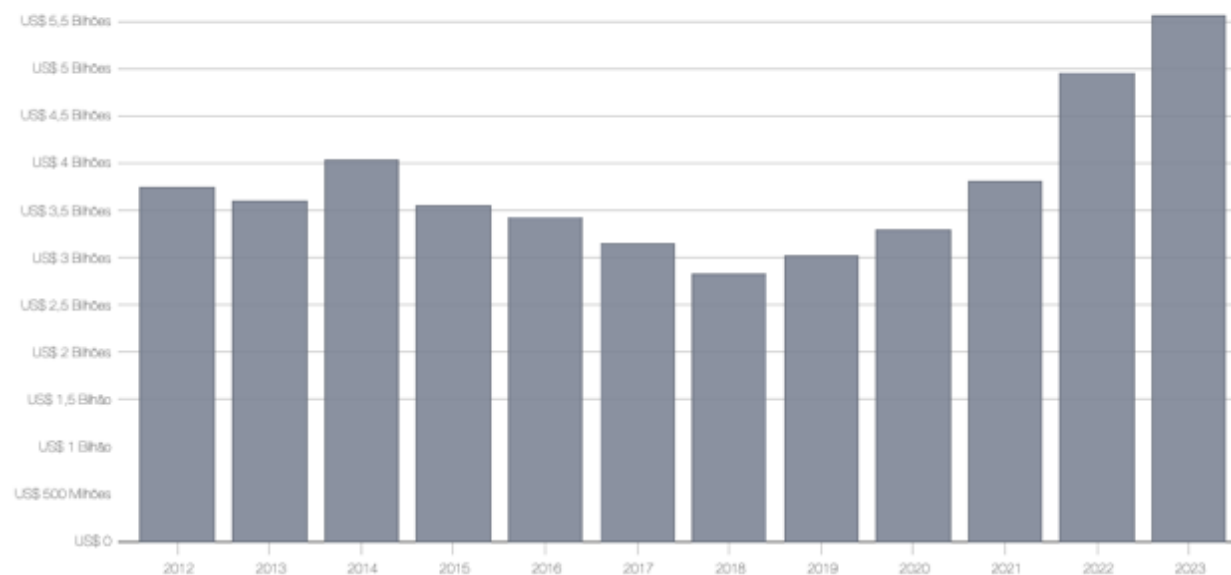
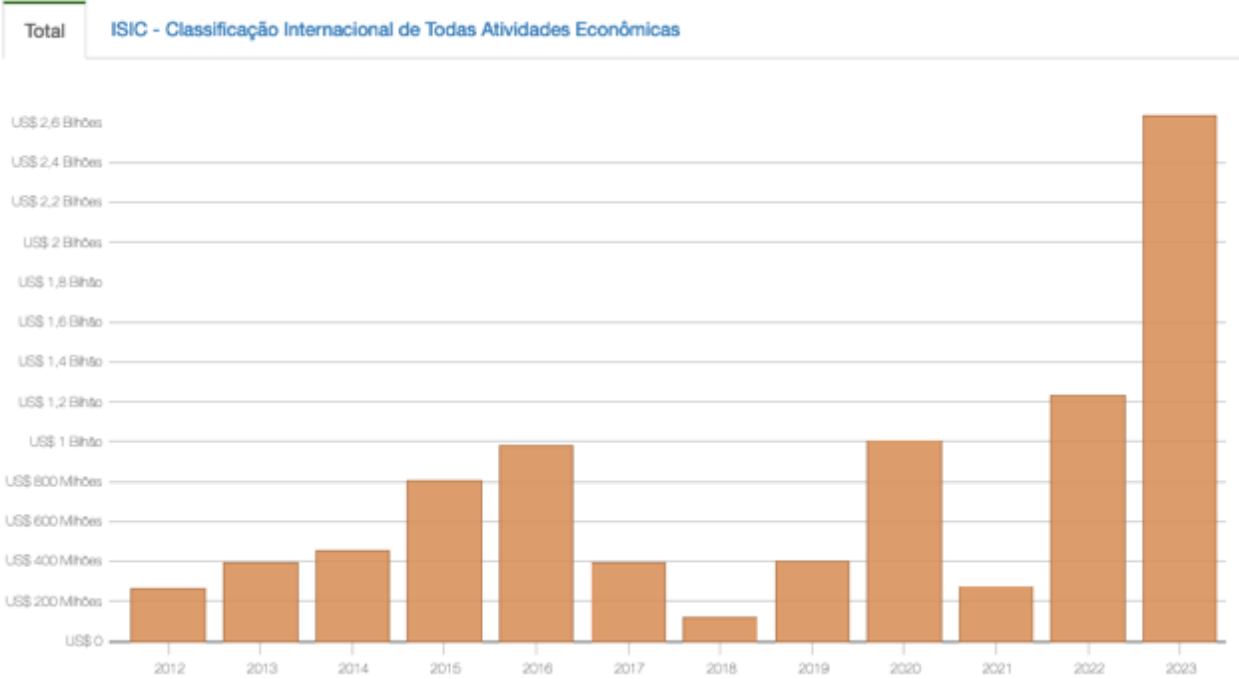
Segurança e Defesa: Nos últimos anos, a Indonésia tem reforçado a sua assertividade em defesa de sua zona econômica exclusiva (ZEE) e de um Indo-Pacífico aberto no Sudeste Asiático, sobretudo com a presença mais incisiva da China no entorno regional. Ademais, cumpre salientar que as Forças Armadas indonésias são das mais influentes da região. Em 2010, a Embraer venceu licitação para fornecer 16 aeronaves A-29 Super Tucano, e o Brasil vendeu dois batalhões de um sistema de lançamento de foguetes da Avibrás, em 2012 e 2016. Em 2013, foram criadas, por decreto, as Adidâncias de Defesa e Aeronáutica, Naval e do Exército do Brasil em Jacarta. Há, ademais, frequente intercâmbio de oficiais do Brasil e da Indonésia. Por fim, em outubro de 2022, o Senado do Brasil aprovou o acordo de cooperação em defesa (2017) que aguarda, agora, ratificação da outra parte.

Comércio

Marcos: Assim como o Brasil, a Indonésia tem na China seu principal parceiro comercial. Entre os membros da ASEAN, a Indonésia é o quarto país do qual o Brasil mais importa (16% do total) e o segundo maior mercado de nossas exportações à região (17% do total). Em julho de 2022, Brasil e Indonésia publicaram, juntamente a outros países[434], a Declaração Conjunta sobre Cooperação em Cadeias de Suprimentos Globais.

[434] Alemanha, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos (EUA), França, Índia, Itália, Japão, México, Países Baixos, Reino Unido, Coreia do Sul, República Democrática do Congo (RDC), Singapura e União Europeia (UE). Após fórum ministerial que discutiu as ameaças contemporâneas às cadeias de suprimento globais, ficou estabelecido o objetivo comum de trabalharem juntos na resposta a crises para assegurar a resiliência das cadeias.

Série histórica - Parceiro: Indonésia

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Indonésia

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Indonésia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Indonésia

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Indonésia

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 1,47 Bilhão

Gorduras e óleos vegetais, em bruto, refinados ou fracionados (excluídos "soft") 23%

Calçados 6,0%

Fios têxteis 5,0%

Demais produtos - Indústria de Transformação 4,5%

Partes e acessórios dos veículos automotivos 3,7%

Máquinas para escritórios 2,6%

Desafios: Desde 2016, o Brasil questiona uma política protecionista da Indonésia no sistema de solução de controvérsias da OMC. Em novembro de 2021, foi divulgado o relatório final do painel de implementação iniciado pelo Brasil contra as barreiras comerciais do país asiático à importação de carne de frango, também conhecido como caso "Indonésia – Frango" (DS 484). Assim como no primeiro painel relativo ao contencioso, concluído em 2017, o resultado foi favorável ao Brasil. Desde 2009, Jacarta impôs uma demora indevida ao processo de certificação sanitária do Brasil para a exportação de carne de frango ao mercado indonésio. O país asiático, contudo, decidiu "apelar ao vazio", o que resta um ponto a ser dirimido na OMC. Com o recente resultado da OMC, a diplomacia brasileira envida esforços para ampliar as vendas de proteínas bovina e de frango à Indonésia dado o seu grande mercado consumidor. O governo brasileiro anunciou, em janeiro de 2023, a habilitação de onze plantas frigoríficas para a Indonésia.

Investimentos:

Investimentos do Brasil na Indonésia: Os investimentos bilaterais são significativos, mas ainda se encontram aquém de seu potencial. Uma das principais áreas de atuação brasileira é por meio da empresa Vale[435], que investe na mineração de níquel na Indonésia[436]. Além da mineração, o governo da Indonésia já sinalizou interesse de cooperar com o Brasil em setores-chave como o têxtil e o biocombustível, em que o Brasil é referência internacional. Nessa área, Jacarta gostaria de aprofundar esse intercâmbio técnico para produção de biodiesel com base no óleo de palma. Outras oportunidades de investimentos são as áreas de defesa e indústrias de fármacos e equipamentos médicos. A atual flexibilização do marco legal para Zonas de Processamento de

[435] Recentemente, a Vale concluiu processo de venda de participação acionária para companhias indonésias, mantendo 44% das ações da Vale Indonésia, a fim de manter a capacidade de expansão das operações no país.

[436] A Indonésia é o principal produtor mundial de níquel, material estratégico, já que é matéria-prima de baterias lítio-íon.

Exportações facilita a atração de negócios e investimentos de empresas indonésias desses setores ao Brasil, por exemplo. A Indonésia tem interesse na atração de investimentos brasileiros no setor de produção de alimentos.

Investimentos da Indonésia no Brasil: Empresas indonésias dos setores sucroalcooleiro, de papel e celulose, tabaco e têxteis estão presentes no Brasil. Ademais, em 2017, a indonésia Paper Excellence anunciou aquisição da Eldorado, empresa de celulose brasileira. Em 2018, a Bracell, do grupo indonésio Royal Golden Eagle (RGE), sediado em Singapura, adquiriu a Lwarcel Celulose e, em 2019, anunciou projeto de expansão para sua fábrica de celulose localizada em Lençóis Paulista (SP).

Cooperação

Cooperação Técnica: Há Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Indonésia (2018), ratificado pelo Brasil e pela Indonésia em 2022.

Cooperação Humanitária: Em 2018, o Brasil doou US$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para apoio às vítimas de terremoto e maremoto que assolaram o país asiático naquele ano. Em 2022, o governo brasileiro doou 100 mil doses de vacina contra a febre aftosa à Indonésia.

Direitos Humanos: Em outubro de 2020, foi adotada a "Declaração de Consenso de Genebra", então copatrocinada por Brasil e Indonésia (e também por como Uganda, Hungria e Egito). O documento defende o "direito à vida" nas políticas públicas para mulheres, além de reforçar "o papel da família". Em janeiro de 2023, o governo brasileiro informou o seu desligamento do Consenso de Genebra.

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Itamaraty estima haver cerca de 900 brasileiros vivendo na Indonésia. Os fuzilamentos de dois brasileiros por tráfico de drogas em 2015 geraram repúdio do governo brasileiro, mobilizando a diplomacia pátria na defesa da abolição da pena de morte em organismos internacionais.

Meio Ambiente: Brasil e Indonésia detêm, respectivamente, a primeira e a terceira maiores florestas tropicais do mundo. Em 2021, ocorreu reunião, por videoconferência, entre os ministros do Meio Ambiente de ambos os países. Em 2022, no âmbito da 27ª Conferência das Partes (COP27, na sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo (RDC) lançaram a aliança dos países detentores das maiores florestas tropicais do mundo, a chamada "OPEP do Carbono Florestal", que visa à valorização da biodiversidade e à promoção da remuneração justa pelos serviços ecossistêmicos prestados, principalmente via crédito de carbono da floresta nativa.

Energia: Em 2008, houve assinatura do Protocolo de Intenções sobre cooperação na área de técnicas de produção de etanol combustível. Há, na área de biocombustíveis, possibilidade de proveito da experiência exitosa do Brasil com o etanol e de desenvolvimento do potencial do óleo de palma, na Indonésia, para a produção de biodiesel. A Indonésia tem interesse em cooperação

na área. Realizou-se, em outubro de 2023, durante a visita do chanceler Mauro Vieira, uma edição do *Ethanol Talks*, sob o tema "Mobilidade sustentável: diálogos sobre etanol".

Saúde: Em 2022, os ministros da Saúde do Brasil, Marcelo Queiroga, e da Indonésia, Budi Gunadi Sadikin, realizaram reunião virtual, em que foram debatidos, entre outros temas, o fortalecimento da arquitetura mundial de saúde e a cooperação na produção de vacinas.

Transferência da Capital: O Brasil ofereceu cooperação no processo de transferência da capital da Indonésia para Nusantara, com base na experiência da construção e transferência da capital para Brasília.

V. Relações Brasil-Malásia

Marcos: 1959: Estabelecimento de relações diplomáticas; 2017: Estabelecimento de mecanismo bilateral de consultas políticas; 2018: Lançamento do Conselho Empresarial Malásia-Brasil, em Kuala Lumpur.

Embaixada: Em 1981, ocorreu a abertura de missões diplomáticas em Brasília e Kuala Lumpur.

Coordenação Política:
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas[437](2017); Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia[438] (2022, primeira reunião, em formato virtual); e Grupos parlamentares Brasil-Malásia (tanto na Câmara dos Deputados, em 2013, quanto no Senado, em 2014).

Visitas de Alto Nível: Houve três visitas do primeiro-ministro malásio, Mahathir Mohamad, ao Brasil, em 1991, 1992 e 2003, sendo a visita de 1992 dedicada à participação na Rio-92. Já do lado brasileiro, a primeira e única visita de chefe de Estado ocorreu na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Blairo Maggi, esteve na Malásia, ao passo que, em 2017, houve visita do então chanceler Aloysio Nunes Ferreira ao país, na esteira da criação do Mecanismo de Consultas Políticas. Por sua vez, registra-se, em 2001, a visita ao Brasil do ministro da Defesa da Malásia, Najib Razak. Já em 2014, a vice-ministra de Produtos de Base, Nurmala Abdul Rahim, esteve no Pará e no Rio de Janeiro, para discutir a produção de óleo de palma[439]. Também estiverem em território brasileiro os ministros de Transporte (2011), dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente (2012, para a Rio+20), das Mulheres, Família e Desenvolvimento Comunitário (2015, para a Cúpula Mundial das Mulheres), e da Juventude e dos Esportes (2016, na função e representante oficial da Malásia nos Jogos Olímpico de Verão). Em 2023, o chanceler Mauro Vieira e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Zambry Kadir, reuniram-se à margem da COP28, nos Emirados Árabes Unidos, quando foram discutidas as relações comerciais dos dois países. Em conversa telefônica em fevereiro 2024, o presidente Lula da Silva e o primeiro-ministro malásio Anwar Ibrahim discutiram trocas comerciais, combate à pobreza e à desigualdade, defesa de um cessar-fogo para o conflito na Faixa de Gaza, e reforma da governança global. O primeiro-ministro malásio reforçou ainda o papel de liderança do presidente Lula da Silva no âmbito do Sul Global, inclusive ante sua atuação à frente do G-20.

Discurso Oficial: As relações bilaterais entre Brasil e Malásia são amigáveis, tendo como principal eixo orientador o aspecto econômico-comercial. Ambos os países coincidem na defesa das instâncias multilaterais e a preocupação com o comércio e investimentos na atuação diplomática. Também existe convergência política dos dois países no que tange ao tema ambiental. Ambos os países concordam que o tema das florestas tropicais deve ser liderado por países em

[437] Este mecanismo tem por objetivo a consecução de reuniões periódicas de alto nível entre os dois países, sobre os diversos temas da agenda bilateral e internacional. Porém, nenhuma reunião jamais foi realizada. Recentemente (dezembro de 2023), em declaração conjunta, os ministros de relações exteriores expressaram interesse comum na organização da I Reunião Bilateral de Consultas Políticas ainda em 2024.
[438] Na referida declaração conjunta dos ministros de relações exteriores, registrou-se também a intenção de realizar uma segunda reunião da Comissão Mista ainda em 2024.
[439] O tema também deu ensejo à visita, em 2012, do então vice-governador do Pará, Helenílson Pontes, para discutir possibilidades de cooperação em relação à produção deste óleo.

desenvolvimento detentores de florestas tropicais e apoiam esforços bilaterais na matéria. Ademais, concordam que os esforços em prol de uma transição energética justa e equitativa deve levar em consideração a perspectiva dos países em desenvolvimento. Com efeito, temas como energia, meio ambiente, biodiversidade e mudança do clima foram identificados como áreas de interesse mútuo dos dois países. Outros temas de interesse mútuo não diretamente relacionados à pauta ambiental são ciência, tecnologia e inovação e saúde.

Convergências

Convergências Multilaterais: Ambos os países são membros da ONU e da OMC, partes do Acordo de Paris, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), do Tratado de Não Proliferação (TNP), da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre sua Destruição (CPAQ), da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Biológicas e sobre a Sua Destruição (CPAB) e outros importantes tratados dos diferentes temas da governança global.

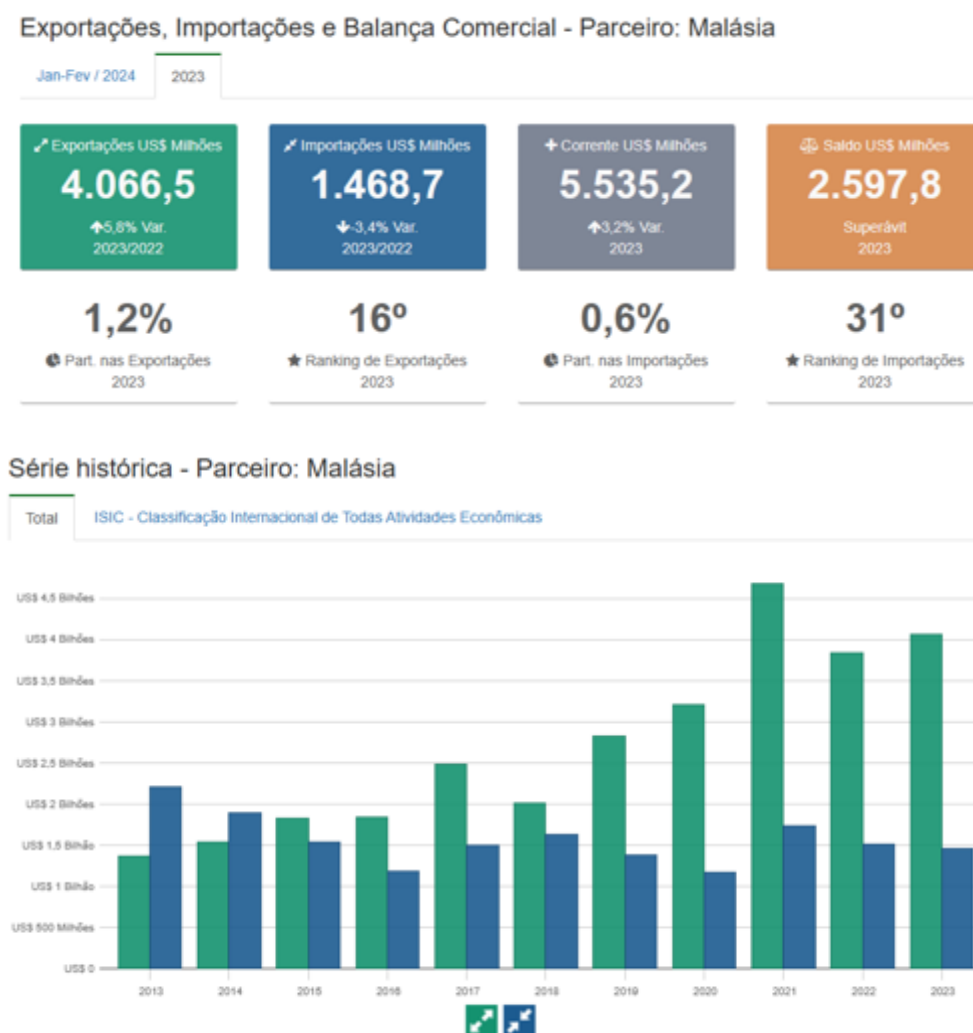
Convergências Plurilaterais: Ambos são membros ativos do G77+China e do Grupo de Cairns. Em 2023, a Malásia aderiu ao comunicado "Unidos por Nossas Florestas", que foi adotado na Cúpula da Amazônia, aliando-se ao Brasil em uma coalizão em prol da proteção das florestas tropicais em países em desenvolvimento e o direito destes países em conduzir as negociações sobre formas sustentáveis de exploração de seus recursos.

Convergências Inter-regionais: As relações entre Brasil e Malásia contam com um contexto favorável para seu desenvolvimento, sobretudo a partir de 2025: neste ano, a Malásia será presidente de turno da ASEAN, ao passo que o Brasil sediará a COP da UNFCCC. Em declaração conjunta dos ministros de Relações Exteriores, adotada em dezembro de 2023, os dois países afirmaram buscar maior cooperação utilizando-se da parceria de diálogo setorial ASEAN-Brasil, bem como buscar a ampliação do diálogo e da coordenação com o BRICS e outras plataformas Sul-Sul.

Comércio:

Marcos: O Brasil e a Malásia possuem acordos bilaterais em comércio desde 1996. Ademais, há negociações para acordo em matéria de transportes marítimos. Em 2023, a Malásia foi o 6º maior destino de exportações brasileiras para a Ásia (empatado com a Indonésia, no equivalente a 2,7% das exportações). Já em termos de importação, a Malásia é a 8ª maior origem de produtos importados pelo Brasil (1,8% das importações de 2023). A Malásia é importante mercado para exportação brasileira de alimentos, inclusive proteína animal com certificação halal. Em abril de 2024, foram habilitados novos estabelecimentos para exportar frango halal à Malásia. Algumas trocas comerciais importantes tomaram impulso no início da década de 2000 e 2010. Na ocasião da visita do então ministro da defesa da Malásia Najib Razak a São Paulo, por exemplo, o país asiático adquiriu US$ 200 milhões em lançadores de foguetes da indústria brasileira – um marco importante para a conquista do mercado asiático para o setor de armamentos do Brasil. Em 2011, o mercado malásio se abriu para a exportação de carne bovina brasileira, ao passo que já mais recentemente, em 2019, ocorreu a abertura do mercado malásio às exportações brasileiras de bovinos vivos. Um relevante desdobramento recente da articulação política entre Brasil e Malásia

foi a apresentação pelos dois países – juntos de outras 15 nações[440] - de carta conjunta, na 106ª Reunião do Comitê de Agricultura da OMC, em que se questiona a adequação das normas estabelecidas na Lei Antidesmatamento da União Europeia em relação ao arcabouço legal estabelecido pela OMC[441]. A Malásia é sede de seis das doze maiores empresas globais de semicondutores, representando ótima oportunidade de aproximação comercial para o Brasil no que se refere a este setor. O presidente Lula da Silva já debateu, em conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim, em 2024, interesse em parcerias no setor. O objetivo brasileiro é obter conhecimento técnico na produção de semicondutores para inserir o país nas cadeias globais de valor e atrair investimentos para a infraestrutura de chips domésticos do Brasil, para além da exportação de minerais do setor como nióbio e níquel. Há também potencial de aumento em trocas comerciais, sobretudo mediante medidas de facilitação de comércio, nos setores de automóveis, aeroespacial, de economia digital, infraestruturas e de serviços profissionais.

---

[440] A saber, Argentina, Bolívia, Colômbia, Côte d'Ivoire, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Indonésia, México, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana e Tailândia.

[441] Dentre as normas questionadas estão as medidas de caráter punitivo e discriminatório da nova lei. Além disso, a carta roga para que as lideranças da União Europeia mantenham diálogo efetivo com os países produtores, a fim de que relações comerciais não sejam rompidas, criticando uma abordagem inflexível da parte do bloco econômico europeu.

Série histórica - Parceiro: Malásia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 6,5 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5,5 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4,5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3,5 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Malásia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
US$ -500 Milhões
US$ -1 Bilhão
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Investimentos: Está em negociação acordo de cooperação e facilitação de investimentos.

Investimentos da Malásia no Brasil: Destaca-se a atuação da Petronas – a estatal petroleira da Malásia – no Brasil, com investimentos na casa de R$ 24 bilhões, sobretudo em petróleo e gás. No entanto, o foco dos investimentos mais recentes recai sobre a tentativa da empresa de redirecionar parte de seu capital a tecnologias renováveis de baixo carbono, em especial usinas eólicas e solares no Brasil, reproduzindo um comportamento já adotado pela Petronas em outras partes da Ásia e da Austrália.

Investimentos do Brasil na Malásia: Pode-se citar a atuação da Vale na Malásia, a partir do Terminal Marítimo Teluk Rubiah, aberto em 2014, com o objetivo de facilitar a conexão das minas exploradas no Brasil aos mercados asiáticos, sobretudo o chinês, devido à sua localização

estratégica no estreito de Malaca. O terminal é o maior investimento externo direto no estado malásio de Perak. Ademais, quando em atuação, o grupo EBX – de propriedade de Eike Batista – chegou a fechar negócios no setor de petróleo, na Malásia, em 2012, no valor de US$ 6 bilhões. Destaca-se que o negócio foi anunciado para a imprensa internacional após conversa telefônica entre a então presidenta Dilma Rousseff e o primeiro-ministro Najib Razak. Algumas fontes indicam que o início das explorações de oportunidades de investimento da Petronas no Brasil decorre desse período.

Cooperação:

Cooperação Técnica: Há negociações em andamento relativas a acordo de cooperação técnica. Um dos setores mais promissores para exportação de conhecimento técnico brasileiro é a agricultura, haja vista as preocupações malásias com segurança alimentar. Nesse âmbito, a Malásia busca ampliar a expertise em agricultura de larga escala, criação de gado e tecnologia verde para aumento de produtividade.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Moram, na Malásia, aproximadamente 420 brasileiros. Em termos de turismo, estimou-se para o ano de 2019, que, aproximadamente, 12 mil brasileiros passaram pelo país. Existe acordo bilateral de isenção parcial de vistos (em vigor desde 1997), além de acordo na área de serviços aéreos (em vigor desde 1996). O Brasil possui um Consulado Honorário em George Town (estado de Penang).

Cooperação Jurídica: Há tratativas em curso para assinatura de acordo de cooperação em matéria penal.

VI. Relações Brasil-Singapura

Marcos: 1967: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Singapura, dois anos após a independência do país asiático[442]; 2013: Criação do mecanismo de consultas políticas, a fim de proceder-se à realização periódica de reuniões de alto nível; 2014: Criação do Grupo Parlamentar Brasil-Singapura, para incentivar a cooperação interparlamentar; 2018: Visita do ministro Aloysio Nunes a Singapura, com a assinatura de acordo para eliminar a dupla tributação e prevenir a evasão e a elisão fiscais.

Embaixada: O Brasil abriu sua embaixada na cidade-Estado em 1979[443]; enquanto Singapura abriu representação diplomática de alto nível em Brasília em 2013, sendo esta sua única embaixada residente na América Latina. O Brasil não tem consulado em Singapura.

Coordenação Política

Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (2013), cuja primeira reunião, entre chanceleres, ocorreu em 2023; Grupo Parlamentar Brasil-Singapura.

Visitas de Alto Nível: No plano político, desdobra-se, em anos recentes, um aumento expressivo no número de encontros bilaterais – por exemplo, em 2019, Bolsonaro encontrou-se com o primeiro-ministro de Singapura, à margem da reunião do G20, em Osaka. O então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, por sua vez, realizou visitas em 2017 e 2018. Em março de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Singapura, Vivian Balakrishnan, à margem da reunião ministerial do G20. Na ocasião, Balakrishnan manifestou o interesse na revitalização das relações comerciais e no fortalecimento do diálogo político. Em abril de 2023, o chanceler de Singapura Vivian Balakrishnan visitou o Brasil para a I Reunião de Consultas Políticas. O ministro Mauro Vieira reuniu-se, em dezembro, no Rio de Janeiro, às vésperas da Cúpula do MERCOSUL, com seu homólogo. Em maio de 2024, o ministro Mauro Vieira reuniu-se, à margem da reunião ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a ministra da Sustentabilidade e do Meio Ambiente e encarregada de Relações Comerciais de Singapura, Grace Fu Hai Yien.

Discurso Oficial: As relações entre Brasil e Singapura são fundamentadas, preponderantemente, na vertente econômico-comercial. De fato, Singapura é um parceiro comercial relevante do Brasil, na Ásia, e um importante investidor do continente no país sul-americano. O mecanismo de consultas políticas bilateral, criado em 2013, permite a realização de diálogos de alto nível acerca de temas bilaterais e internacionais.

Convergências

Convergências Multilaterais: No âmbito multilateral, Brasil e Singapura – que aderiu ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) em 1973 – compartilham a defesa do sistema multilateral de comércio baseado em regras. Tradicionais defensores da reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países compartilham a crença no multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e o apoio a uma ordem internacional baseada em regras. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), Singapura apoia o pleito brasileiro a um

[442] O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a nova república.
[443] Já havia sido criada embaixada em 1967, mas funcionando cumulativamente com Bangkok.

assento permanente no Conselho de Segurança (CSNU); e os países propuseram, em conjunto, resolução, aprovada pela Assembleia Geral (AGNU), em 2021, a respeito do direito dos tratados, tratando, sobretudo, do registro e da publicação de instrumentos internacionais.

Convergências Plurilaterais: Ambos participam do Grupo de Ottawa e do *Multi-Party Interim Appeal Arrangement* (MPIA), criado para garantir que o sistema multilateral de controvérsias continue a funcionar, a despeito do congelamento do Órgão de Apelação (OA) da OMC. Na ONU, integram o G77+China. Singapura coordena o Grupo de Governança Global (3G), mecanismo formado por trinta países não membros para engajamento com o G20.

Convergências Regionais: Brasil e Singapura participam conjuntamente do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), criado por iniciativa de Singapura e Chile. Brasil e Singapura reconhecem a importância das relações ASEAN-Brasil e apoiam diálogo ampliado e cooperação para substanciar a Parceria de Diálogo Setorial ASEAN-Brasil.

Comércio

Marcos: O campo econômico-comercial representa o principal eixo do relacionamento bilateral. Em dezembro de 2023, foi assinado o Acordo de Livre Comércio Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Singapura, negociado desde 2018 (para mais detalhes, ver o capítulo 7). O Brasil é atualmente o maior parceiro comercial de Singapura na América Latina, e Singapura é o maior parceiro comercial do Brasil no Sudeste Asiático e o terceiro maior na Ásia. A recente adição de um adido agrícola à embaixada em Singapura tem o potencial de impulsionar as exportações do Brasil ao país. O fluxo de trocas pode ser incentivado, ainda, pelo acordo para eliminar dupla tributação sobre impostos incidentes sobre a renda e para prevenir a evasão fiscal (assinado em 2018 e já em vigor); e pela retirada, por parte da Receita Federal do Brasil, de Singapura da lista de "jurisdições de tributação favorecida". Em 2005, a agência *Enterprise Singapore*, responsável pela promoção de exportações e da internacionalização das empresas de Singapura, abriu escritório em São Paulo. Em sentido similar, reconhecendo o interesse das empresas brasileiras em expandir seus negócios no país asiático, o *Singapore Economic Development Board* abriu, em 2009, escritório em São Paulo. Em meados de 2023, houve o anúncio, pelo governo de Singapura, da aprovação sanitária da importação de crustáceos (como camarão e lagosta) e moluscos bivalves (como ostra e mexilhão) congelados e da abertura do mercado singapurense para carne bovina e suína processadas e gelatina e colágeno bovinos provenientes do Brasil. Em dezembro de 2023, o Brasil foi elevado à categoria de pré-listagem para exportação de carne bovina, suína, ovina e de frango e de seus produtos processados. A aprovação do processo de pré-listagem, por meio do qual o Ministério da Agricultura e Pecuária passa a ser o responsável por habilitar os frigoríficos aptos a exportar a Singapura, demonstra a confiança do governo daquele país na qualidade do sistema sanitário brasileiro. Em fevereiro de 2024, houve anúncio de aprovação sanitária, pelo governo de Singapura, para a importação de carnes e produtos cárneos de ovinos e extrato de carne bovina do Brasil, o que pode contribuir positivamente para o comércio bilateral.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Singapura

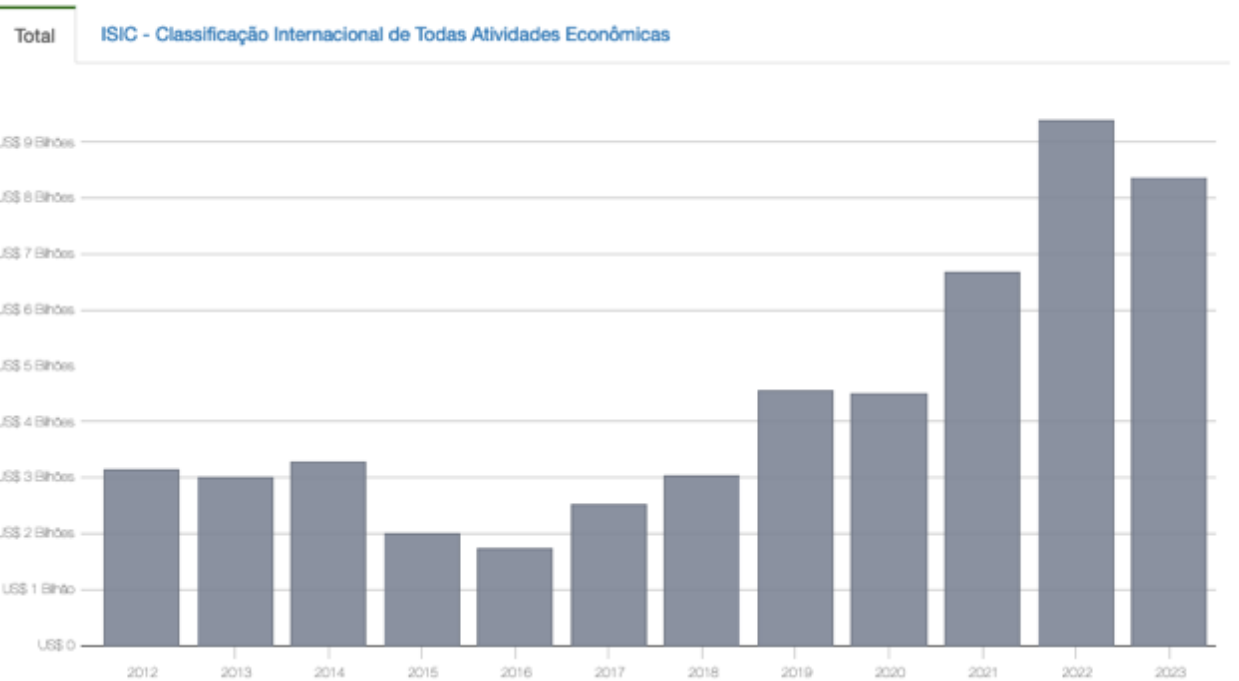
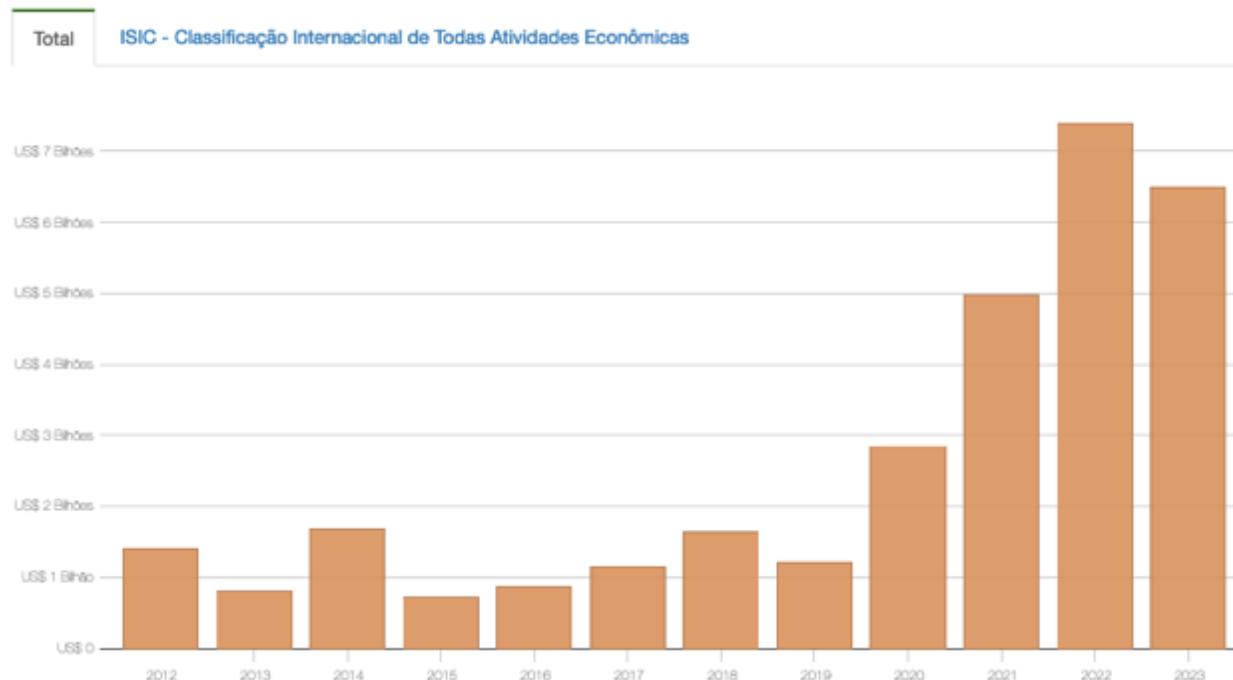
Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
7.429,6	**937,7**	**8.367,3**	**6.491,9**
-11,5% Var. Jan-Dez 2023/2022	-5,9% Var. Jan-Dez 2023/2022	-10,9% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

2,19%	**8º**	**0,4%**	**42º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Singapura

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Singapura

Série histórica - Parceiro: Singapura

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Singapura

Investimentos: Os investimentos mútuos passam por trajetória recente de expansão.

Investimentos do Brasil em Singapura: Do lado brasileiro, são crescentes a participação de firmas nacionais nas tradicionais feiras setoriais que ocorrem no país e o número de empresas que têm escritórios regionais ali baseados (Braskem, BRF, Embraer, Petrobrás, Vale).

Investimentos de Singapura no Brasil: Singapura é o terceiro maior investidor asiático no Brasil, com investimentos importantes nas áreas de construção naval e aeroportos; papel e celulose; transporte e armazenagem de *commodities*; energia (gás e petróleo); imóveis; educação; e serviços hospitalares.

Cooperação

Aspectos Gerais: Entre as áreas de cooperação, têm importância crescente as de educação, construção naval, logística portuária e aeroportuária, educação e ciência, tecnologia e inovação[444].

Cooperação Trilateral: Em abril de 2023, os chanceleres assinaram o Memorando de Entendimento sobre Programa de Cooperação Brasil-Singapura para Terceiros Países, o qual objetiva facilitar a cooperação entre Brasil e Singapura no oferecimento de iniciativas conjuntas de capacitação a países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe e da Ásia-Pacífico.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Brasil e Singapura mantêm acordos para isenção parcial de vistos[445]. Há cerca de dois mil brasileiros em Singapura.

[444] Em 2018, o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) esteve em Singapura para a discussão dos temas de propriedade intelectual e inovação.

[445] Tanto acordo para isenção parcial de vistos para portadores de passaportes comuns quanto para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais, este último firmado em 2018.

Meio Ambiente: Memorando de entendimento entre o Jurong Park de Singapura e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil para proteção de espécie ameaçada (2016). Há cooperação bilateral incipiente na questão da mudança do clima, com apoio de Singapura à candidatura do Brasil à 30ª Conferência das Partes (COP30), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês) e compromisso de estabelecimento de quadro bilateral sob o Artigo 6 do Acordo de Paris (mecanismos de cooperação, via mercado ou não, para redução de emissões, como transferência de carbono).

Saúde: Acordo entre a Autoridade de Ciência da saúde de Singapura (HSA, na sigla em inglês) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre regulamentação de produtos de saúde (2016).

Cooperação Jurídica: Em 2023, acordou-se iniciar as negociações de Tratado de Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal.

Educação: Em 2023, os chanceleres assentiram em aprofundar a cooperação no campo da educação, inclusive no intercâmbio de estudantes em nível universitário, e em aumentar a mobilidade acadêmica em ambos os sentidos.

Ciência e Tecnologia: Singapura é destino do programa brasileiro para a internacionalização de *startups* (*Startup OutReach* Brasil) e está no programa brasileiro de atração de *startups* internacionais (*ScaleUp inBrazil*).

Energia: Os chanceleres concordaram em estabelecimento de diálogo sobre transição energética, mitigação de emissões no setor de energia, pesquisa e desenvolvimento, investimentos em recursos energéticos renováveis e a descarbonização do setor de transporte.

VII. Relações Brasil-Vietnã

Marcos: 1989: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1993, Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai; 1994: Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã e visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai; 1998: I Reunião de Consultas Brasil-Vietnã; 2004: Realização do 1° Fórum Empresarial Brasil-Vietnã; 2008: Visita do presidente Lula a Hanói; 2012: Criação da seção brasileira da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã[446].

Embaixada: A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994 (a primeira de um país latino-americano), e a do Vietnã em Brasília foi inaugurada em 2000. O Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo foi aberto em 1997.

Coordenação Política

Instâncias: Reunião de Consultas (1995, tendo-se reunido mais recentemente, por videoconferência, em 2023); Comissão Mista (2008, tendo-se reunido em 2009, 2012 e 2019); e Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã, da Câmara dos Deputados (1999).

Visitas de Alto Nível: Além das visitas primeiras visitas vietnamitas de alto nível realizadas em 1993 e 1994, diversas autoridades do Vietnã visitaram o Brasil: os presidentes Le Duc Anh (1995) e Tran Duc Luong (2004); o secretário-geral do PCV, Nong Duc Manh (2007); o vice-presidente Nguyen Thi Doan (2015); e os vice-primeiros-ministros Nguyen Thien Nanh (2010) e Vuong Dinh Hue (2018). Também estiveram no Brasil o ministro da Educação, Nguyen Thien Nhan (2018); o vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (2011 e 2012); o vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh (2012). Em 2019, o vice-ministro de Comércio e Indústria, Tran Quoc Khan, esteve em Brasília para reunião do diálogo exploratório MERCOSUL-Vietnã. Em setembro de 2023, houve a visita do primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chính, a Brasília[447]. Do lado brasileiro, os chanceleres Celso Amorim (2008), Antonio Patriota (2012), Mauro Vieira (2015 e 2024) e Aloysio Nunes Ferreira (2017 e 2018) visitaram o Vietnã. Outras altas autoridades brasileiras que visitaram o Vietnã foram o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (2008), e a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (2019).

Discurso Oficial: Brasil e Vietnã compartilham os valores comuns de paz e cooperação e o objetivo do desenvolvimento sustentável de suas respectivas sociedades, fundamentos de sua presença no mundo e engajamento nas relações internacionais. Os dois países construíram relação sólida, baseada na amizade e no respeito mútuo ao longo de 35 anos de relações diplomáticas. Brasil e Vietnã concordam sobre a importância de conciliar crescimento econômico,

---

[446] A Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã é uma entidade subordinada à União Vietnamita das Organizações de Amizade (VUJO), cuja missão é promover a chamada *people-to-people diplomacy*, importante vertente das relações exteriores do Vietnã.

[447] Durante a visita, Pham Minh Chính manifestou apreço por suas reuniões com o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Vietnã, com líderes de diferentes partidos políticos e com a Associação de Amizade Brasil-Vietnã (ABRAVIET); proferiu discurso sobre a política externa do Vietnã no Ministério das Relações Exteriores; inaugurou a exposição de fotos "Ho Chi Minh - Um Retrato"; e participou da apresentação de arte e cultura Vietnã - Brasil. No estado de São Paulo, o primeiro-ministro participou e proferiu discurso de abertura do Fórum Empresarial Vietnã-Brasil, visitou a EMBRAER e o Sport Club Corinthians Paulista, e encontrou-se com a comunidade vietnamita que atualmente vive e trabalha na capital paulista.

desenvolvimento social e proteção do meio ambiente, o que inclui questões como segurança energética e segurança alimentar e nutricional.

<u>Convergências</u>
Convergências Multilaterais: Ambos os países reconhecem a importância de sistema internacional fundado nos princípios do direito internacional e do multilateralismo, além de afirmar seu apoio ao papel central das Nações Unidas na governança global, na estabilidade e para a prosperidade. O Vietnã apoia o pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Os países reconhecem que a mudança do clima representa um dos maiores desafios da atualidade. Brasil e Vietnã apoiam o maior fortalecimento do sistema multilateral de comércio baseado em regras e não-discriminatório, no qual a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenha papel central.

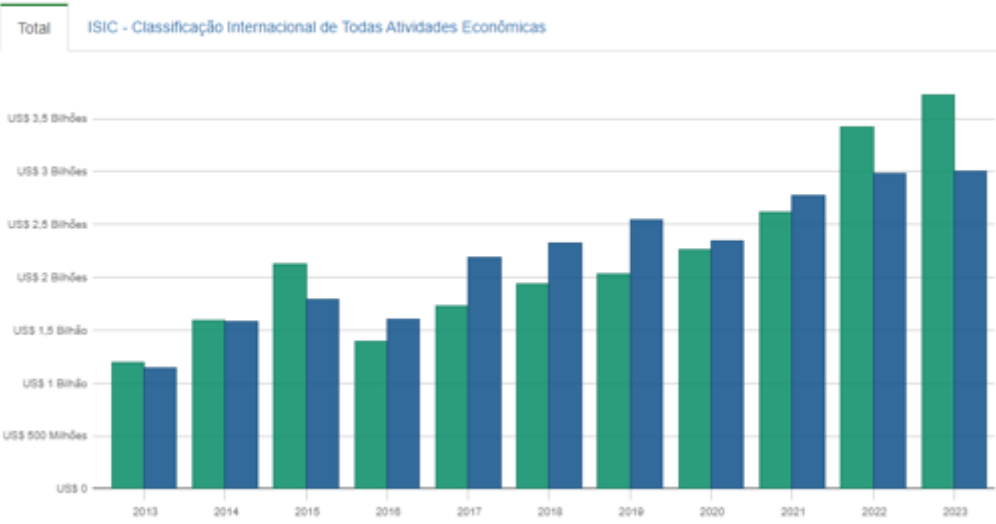
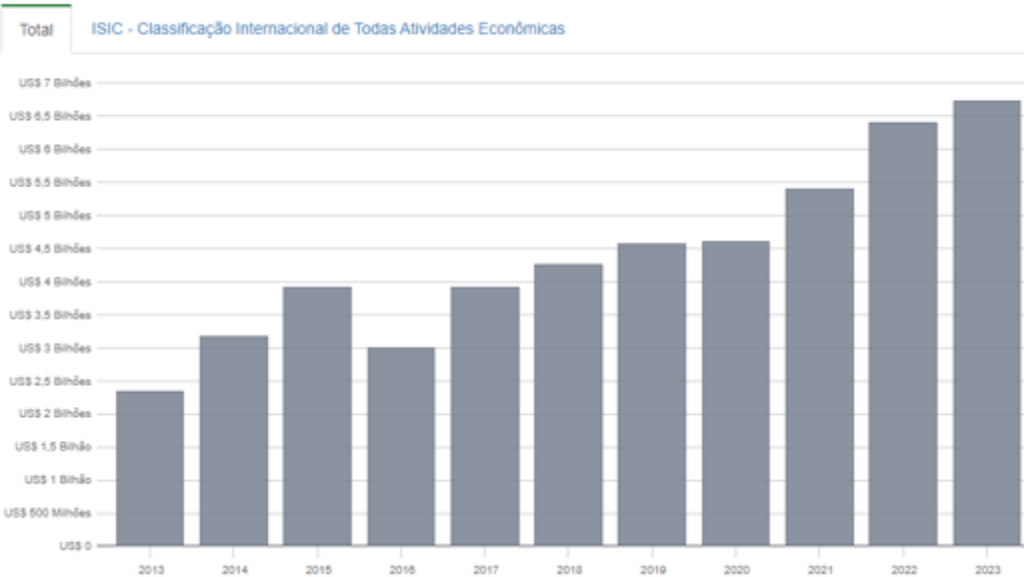
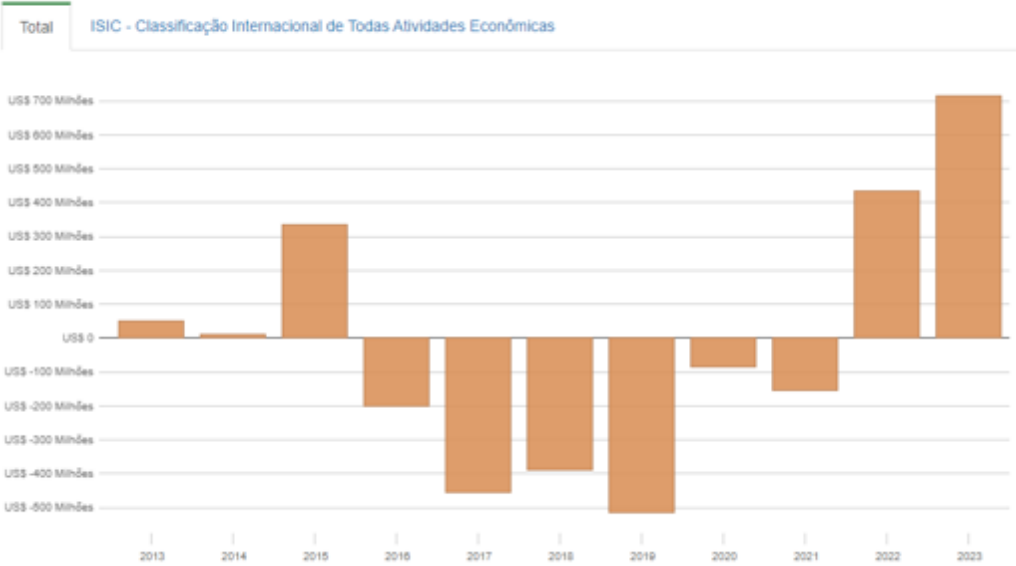
Convergências Plurilaterais e Inter-regionais: Na OMC, integram o Grupo de Cairns. Existe interesse das partes em celebrar um acordo comercial entre Vietnã e o MERCOSUL, além de promover uma aproximação entre MERCOSUL e ASEAN.

<u>Segurança e Defesa:</u> Em 2023, houve a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa, que fornecerá base para aprimorar a cooperação e promover laços mais estreitos entre as Forças Armadas dos dois países. Os dois países buscam promover a cooperação bilateral nos campos de segurança, polícia e aplicação da lei, para prevenir e combater a criminalidade, incluindo crimes cibernéticos, e avaliam a possibilidade de assinar acordos para o estabelecimento de arcabouço para a cooperação em justiça criminal.

<u>Comércio</u>
Marcos: O governo vietnamita tem interesse no aprofundamento dos vínculos econômico-comerciais com o Brasil. Em 2018, foi firmado instrumento bilateral em matéria de cooperação técnica entre agências de promoção de comércio e investimentos. Entre 2018 e 2020, o Vietnã foi o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN. Em 2023, o Vietnã foi origem de 32% das importações da ASEAN para o Brasil. O Brasil é o maior parceiro do Vietnã na América Latina, seguido por México, Argentina e Chile. Em 2020, MERCOSUL e Vietnã concluíram o Diálogo Exploratório, em que expressaram a possibilidade negociar um acordo de livre comércio abrangente, comercialmente significativo e mutuamente vantajoso. Entre os temas abordados estão comércio de bens, regras de origem, facilitação de comércio e cooperação aduaneira, barreiras técnicas ao comércio (TBT), medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), defesa comercial, concorrência, desenvolvimento sustentável e solução de controvérsias. Na 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), realizada no dia 9 de dezembro de 2020, foi aprovado o mandato negociador do Brasil para o Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Vietnã, abrangendo temas tarifários e outros temas relacionados a comércio. Em setembro de 2023, quando da visita do primeiro-ministro Pham Minh Chính, estabeleceu-se meta para a corrente de comércio de US$ 10 bilhões em 2025 e US$ 15 bilhões em 2030. Em novembro, houve a abertura do mercado do Vietnã para a exportação brasileira de farelo de milho, um dos produtos resultantes da produção do etanol de milho. Em março de 2024, foi realizado, com mais de 100 empresas, o Seminário Empresarial Brasil-Vietnã. Em abril de 2024, o chanceler Mauro Vieira, em visita ao país asiático, ressaltou o interesse de

Brasil ampliar ainda mais o comércio bilateral, em especial em maior conteúdo tecnológico e valor agregado. O Vietnã é o 5º maior mercado do agronegócio brasileiro.

Série histórica - Parceiro: Vietnã
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 700 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 500 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 300 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 100 Milhões
US$ 0
US$ -100 Milhões
US$ -200 Milhões
US$ -300 Milhões
US$ -400 Milhões
US$ -500 Milhões
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Vietnã
Jan-Fev / 2024
2023
Total: US$ 3,7 Bilhões
Milho não moído, exceto milho doce
30%
Soja
14%
Algodão em bruto
10%
Demais produtos - Agropecuária
2,8%
1,7%
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e...
21%
Carne suína fresca, refrigerada ou congelada
3,1%
2,4%
Couro
2,1%
1,8%
1,0%
Papel e cartão
0,73%

<u>Investimentos:</u> Em relação aos investimentos, há amplo espaço para expansão. Atualmente, ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para a Ásia e os EUA. Não há, contudo, registro de investimento vietnamita no Brasil.

<u>Cooperação</u>
Ciência, Tecnologia e Inovação: Está em vigor instrumento sobre cooperação em ciência e tecnologia, firmado em fevereiro de 2008. Em novembro de 2023, a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, esteve no Vietnã, para fortalecer a cooperação científica bilateral em áreas estratégicas, em especial acerca de semicondutores.

Energia: Em visita ao país, em 2024, o ministro Mauro Vieira abriu, em Hanoi, o encontro "Sustainable Mobility: Ethanol Talks", em sua 2ª edição no Sudeste Asiático. O evento permite a troca de experiências do Brasil em energias renováveis em transportes, com ênfase nos biocombustíveis.

Saúde: Está em vigor instrumento sobre cooperação em saúde e ciências médicas, firmado em maio de 2007.

Transportes e Serviços Aéreos: Em 2017, foi firmado o Acordo de Transporte Marítimos, e, no ano seguinte, instrumento sobre serviços aéreos.

Cooperação Agrícola: Em 2018, foi firmado instrumento sobre cooperação agrícola, que deu origem ao Plano de Ação 2023-2025 para Implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã.

Combate à Pobreza: Em julho de 2008 foi firmado memorando de cooperação entre os dois Governos sobre o combate à pobreza.

Cultura e Educação: Está em vigor instrumento sobre cooperação cultural, firmado em outubro de 2003. Em 2023, foi firmado Acordo de Cooperação em Educação entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério da Educação e Treinamento do Vietnã com o objetivo de fortalecer a cooperação interuniversitária e educacional entre as partes.

Esporte: Está em vigor instrumento sobre cooperação esportiva.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Diante das dificuldades de deslocamento, em 2020, o governo brasileiro organizou a repatriação, em voo fretado, por intermédio da Embaixada em Jacarta, de 45 brasileiros e uma vietnamita (mãe de criança brasileira e portadora de RNE) retidos no Vietnã. Segundo dados do documento "Comunidades Brasileiras no Exterior", publicado em 2023, estima-se haver 300 brasileiros residentes no Vietnã. Está em vigor instrumentos sobre isenção de vistos para passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.

Cooperação Diplomática: Desde maio de 2018, há memorando de cooperação entre a Academia Diplomática do Vietnã e o Instituto Rio Branco do Brasil. Em 2023, foi adotado Plano de Ação 2024-2025 entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã.

VIII. Relações Brasil-Outros países e blocos asiáticos

a) Coreia do Norte

As relações entre Brasil e Coreia do Norte foram estabelecidas em 2001, tendo ocorrido a abertura de uma embaixada do Brasil em Pyongyang em 2009. O principal destaque fica por conta da postura brasileira – um dos proponentes do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares (TPAN) – de condenação veemente diante dos testes nucleares, assim como diante dos lançamentos de mísseis. Em 2018, houve encontro de chanceleres à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). O país possui embaixada em Pyongyang desde 2009, mas, em razão principalmente tanto de questões de segurança como para demonstrar a postura reprobatória brasileira diante dos testes, o representante brasileiro está atualmente em Seul. Questões de direitos humanos também causam dificuldades para o relacionamento.

Em 2022, o governo brasileiro condenou veementemente o lançamento de míssil balístico intercontinental em 24 de março, pela República Popular Democrática da Coreia (RPDC), e a realização de cinco teses missilísticos, entre 25 de setembro e 4 de outubro. O Brasil lembrou, na segunda ocasião, para além de tal ação representar violação da Resolução 1718 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a qual determinou a cessação das atividades ligadas ao programa de mísseis balísticos da Coreia do Norte, que o teste mais recente violou o espaço aéreo do Japão. Em fevereiro de 2023, o governo brasileiro voltou a condenar a RPDC, em razão do lançamento de um míssil balístico intercontinental (ICBM, na sigla em inglês), que, novamente, viola a Resolução 1718 do CSNU. Em abril, a condenação foi motivada pelo lançamento de um ICBM movido a combustível sólido. O Brasil defende uma solução diplomática para a situação na península Coreana, em posicionamento alinhado com a atuação do País na condição de membro não permanente do CSNU. Em dezembro, o Brasil condenou o lançamento de novo ICBM.

Da agenda positiva, dois aspectos centrais marcaram, ao longo dos anos, o relacionamento bilateral: a assistência humanitária e a cooperação técnica. O governo brasileiro já fez três doações (em 2010, 2011 e 2012), de caráter humanitário, em favor do povo norte-coreano, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), das Nações Unidas.

b) Mongólia

Com a Mongólia, as relações têm baixa densidade. O Brasil não possui embaixada no país, apenas consulado honorário. Em 2018, foi realizada a V Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas, em Ulan Bator. Realizou-se, em dezembro de 2023, em formato virtual, a VI Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia.

c) Outros países do Sudeste Asiático

As relações do Brasil com os países do Sudeste Asiático têm início em 1946, com o estabelecimento de relações com as Filipinas. Desde então, o Brasil estabeleceu relações com Indonésia (1953), Malásia e Tailândia (1959), Singapura (1967), Myanmar (1982), Brunei (1984), Vietnã (1989), Camboja (1994) e Laos (1995). Ainda no século passado, o Brasil assinou acordo de cooperação técnica com a Tailândia, em 1984. Atualmente, o Brasil tem oito embaixadas no Sudeste Asiático, apenas Brunei, Laos e Camboja não contam com uma embaixada brasileira

residente, mas o Brasil está no processo de abrir a nona embaixada, em Phnom Penh. Cabe destacar, também, a parceria estratégica entre Brasil e Indonésia, firmada em 2008.

Em 2012, o Brasil assinou um acordo de cooperação técnica com Myanmar. Além disso, há negociações de acordos semelhantes com Brunei, Malásia, Filipinas e Vietnã. Ademais, há uma série de memorandos de entendimento em áreas como educação (com Camboja) e esportes. Cabe destaque ao memorando de entendimento sobre educação com o Camboja, que permite intercâmbio de estudantes; há também, por meio do IBAS, um programa de assistência para desenvolvimento de políticas voltadas à redução de pobreza entre os mais jovens no país. Na área de saúde, destaca-se, desde 2013, o programa de cooperação com o Myanmar para a produção de soro antiofídico, encabeçado pelo Instituto Butantã. Na área de agricultura, Brasil e Tailândia iniciaram, em 2017, o desenvolvimento de um projeto de monitoramento de moscas-das-frutas.

Em 2018, o chanceler esteve em Tailândia, Indonésia e Singapura (também visitado em 2017). Também foram realizadas a II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tailândia, em Bangkok; a IV Reunião de Consultas Bilaterais com as Filipinas, em Manila; a III Reunião de Consultas Políticas com Myanmar, em Nay Pyi Taw; a I Reunião de Consultas Políticas com o Laos, em Vientiane; e foi criado o Conselho Empresarial Malásia-Brasil. Em 2019, houve a abertura de mercado para exportações brasileiras de bovinos vivos à Malásia, além da visita do ministro do Comércio Internacional e Indústria do país ao Brasil. Em 2020, foi feita entrega de seis aeronaves Super Tucano para as Filipinas, que já indicaram interesse em novas aquisições. Em 2021, Brasil e Camboja assinaram um acordo de cooperação técnica.

Em dezembro de 2022, o ministro Carlos França recebeu o ministro adjunto ao primeiro-ministro e secretário de Estado permanente do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação Internacional do Camboja, embaixador Ouch Borith, na I Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Camboja. Ambos abriram o seminário “O Brasil e a ASEAN”, no Palácio do Itamaraty. O Camboja exerceu em 2022 a presidência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês). Realizou-se, também, cerimônia de assinatura do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Nacional de Diplomacia e Relações Internacionais do Camboja.

Ainda em 2022, Brasil e Filipinas elegeram membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) para o mandato 2023-2028[448]; ademais, o governo brasileiro manifestou solidariedade ao povo e ao governo filipino no contexto dos terremotos que atingiram o norte do país. Brasil e Tailândia compõem o órgão que coordena os trabalhos do Grupo de Negociação Intergovernamental (INB, na sigla em inglês), criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para desenvolver um projeto de instrumento nacional sobre prevenção, prontidão e resposta a pandemias[449].

Em maio de 2023, foi realizada em Brasília a III Reunião de Consultas Políticas com a Tailândia. Em junho, realizou-se, em Manila, a VI Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas com as Filipinas. Em novembro, houve a abertura do mercado da Tailândia para a exportação brasileira de farelo de milho, um dos produtos resultantes da produção do etanol de milho. Além

[448] É a primeira vez que as Filipinas elegem um membro da Comissão. No caso do Brasil, houve reeleição do vice-almirante Fernando Garcez para novo mandato.

[449] Até dezembro de 2023, o grupo já se reuniu sete vezes (fevereiro, julho e dezembro de 2022 e fevereiro/março e abril/junho, julho e novembro/dezembro de 2023). O grupo apresentou um relatório de progresso na 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2023, e deverá apresentar o relatório final na 77ª Sessão, em maio de 2024, segundo cronograma divulgado no documento A/INB/3/4.

disso, Brasil e Filipinas trocaram missões técnicas com foco no melhoramento da produção de cana-de-açúcar no país asiático.

Em outubro, o ministro Mauro Vieira, realizou visita ao Camboja, a primeira de chanceler brasileiro àquele paíse. O ministro foi recebido pelo primeiro-ministro Hun Manet e manteve reunião de trabalho com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Assuntos Exteriores e Cooperação Internacional Sok Chenda Sophea e com o ministro da agricultura, Dith Tina. O Camboja abriu recentemente embaixada em Brasília, a primeira na América do Sul. O ministro Mauro Vieira anunciou a decisão do governo brasileiro de abrir embaixada em Phnom Penh em 2024. O primeiro-ministro Hun Manet transmitiu convite ao presidente Lula para que realize a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Camboja e inaugure a embaixada. Vieira expressou o interesse brasileiro em ampliar o comércio e a cooperação com o Camboja, e anunciou que a realização de uma visita de uma missão empresarial brasileira ao Camboja, no primeiro semestre de 2024. A visita ocorreu em março de 2024, caracterizando-se como a primeira missão empresarial multissetorial do Brasil a Phnom Penh. Foram realizados seminário comercial, encontros setoriais e visitas técnicas, com a participação de mais de cem empresários dos dois países.

Visita de Mauro Vieira programada para as Filipinas foi adiada em razão de sua viagem a Nova York para participar de reunião do CSNU, convocada pelo Brasil, para tratar da situação na Faixa de Gaza. Em março de 2024, o governo das Filipinas acreditou todo o sistema ofocial de controle brasileiro de carnes bovina, avícola e suína, o que permitirá ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) certificar e habilitar frigoríficos nacionais para a exportação desses produtos às Filipinas, tornando desnecessárias missões de auditoria daquele país para cada estabelecimento brasileiro. Em 2023, as Filipinas foram o sétimo principal destino da proteína animal brasileira no mundo, somando US$ 681 milhões em exportações. Para a carne suína, foram o segundo maior mercado (US$ 274 milhões, ou 10% das exportações globais brasileiras do produto).

Em junho de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o novo ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Maris Sangiampongsa, à margem da reunião de chanceleres do BRICS, na Rússia, quando trataram das relações econômico-comerciais Brasil-Tailândia, no contexto da aproximação com a ASEAN. No mesmo mês, as Filipinas abriram seu mercado para a exportação de peixes ornamentais do Brasil.

Sobre relações do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com parceiros do Sudeste Asiático, especialmente Indonésia e Vietnã, ver o capítulo 7.

Sobre as relações bilaterais com a Indonésia, com a Malásia, com Singapura e com o Vietnã, ver as seções anteriores.

d) Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)

i. Características gerais

O Brasil reconhece a ASEAN como o principal mecanismo de integração na Ásia e como parceiro-chave da economia brasileira. O Brasil também reconhece a centralidade da ASEAN na Ásia-Pacífico e entende que o fortalecimento de laços contribui com alguns objetivos de política externa brasileiros, como a diversificação de parceiros globais, o reforço do universalismo da política externa brasileira e a ampliação das vozes do Sul Global. Brasil e ASEAN compartilham valores e interesses comuns, como a promoção da paz e da estabilidade em suas respectivas regiões e a valorização da não intervenção ao passo que defendem a não-indiferença. Ambos são parte de

zonas livres de armas nucleares, o que destaca um interesse comum em avançar a causa do desarmamento global. Esse compartilhamento de valor pode possibilitar uma ação internacional mais coordenada nas áreas de interesse mútuo.

ii. Histórico do relacionamento

Em 2008, ocorreu o primeiro encontro ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília. Em 2011, o Brasil designou seu embaixador em Jacarta como Embaixador junto à ASEAN[450]. Em 2012, o Brasil tornou-se o primeiro país latino-americano a aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) e aos seus protocolos adicionais[451]. Em 2013, foi lançado, pelos países com embaixadas residentes no Brasil, o Comitê da ASEAN, em Brasília. Em 2015, foi oferecido pelo então secretário-geral das Relações Exteriores, Sérgio França Danese, um almoço de trabalho para sete chefes de missão dos países da ASEAN residentes em Brasília, para estreitar a aproximação Brasil-ASEAN. No mesmo ano, na ocasião de lançamento da comunidade econômica, o Brasil felicitou a ASEAN e reiterou seu interesse em aprofundar as relações econômicas e políticas com a associação.

Depois de um hiato de quase uma década, o segundo encontro ministerial MERCOSUL-ASEAN deu-se à margem da 72ª Sessão da AGNU, em 2017, quando foi reiterada a importância de fortalecer ainda mais os laços inter-regionais, sobretudo nos campos do comércio, investimento e economia, inclusive com apoio ao maior engajamento do setor privado (especialmente micro, pequenas e médias empresas) e à participação em feiras de comércio e investimento nas duas regiões. Em 2023, o MERCOSUL logrou assinar um acordo de livre comércio com Singapura. Além disso, Indonésia e Vietnã já se engajaram diálogos exploratórios com a intenção de negociar acordos comerciais com o bloco sul-americano.

Recentemente, em agosto de 2022, o Brasil foi aceito como Parceiro de Diálogo Setorial[452] do bloco, decisão formalizada na Cúpula da ASEAN em novembro do mesmo ano. O objetivo brasileiro, manifestado em nota à imprensa ainda em 2015, é o estabelecimento de uma Parceria de Diálogo, que corresponde ao estágio mais avançado de cooperação. O chanceler Carlos França anunciou a abertura de uma Delegação Permanente do Brasil junto à ASEAN, em Jacarta, com vistas a permitir um seguimento mais estreito da nova Parceria de Diálogo Setorial entre o Brasil e a Associação.

Em outubro de 2023, o chanceler Mauro Vieira visitou a Indonésia, onde realizou reunião trilateral com o secretário-geral da ASEAN, Kao Kim Hourn, e com a chanceler indonésia Retno Marsudi, que ocupava à época a presidência rotativa da organização. O encontro inaugurou a Parceria de Diálogo Setorial entre o Brasil e a Associação. Vieira também inaugurou, na capital indonésia, as instalações da Missão do Brasil junto à ASEAN. Com essa medida, o Brasil junta-se a onze dos integrantes do G20, que já abriram missões junto à Associação. Entre as tarefas da nova Missão, estão o desenvolvimento de iniciativas de cooperação em áreas de interesse, como agricultura e ciência, tecnologia e inovação, e a implementação da Parceria de Diálogo Setorial do Brasil com a ASEAN.

---

[450] Ao fazê-lo, o Brasil seguiu o exemplo dos EUA que, em 2008, tornou-se a primeira nação não ASEAN a designar um representante para tratar especificamente com a ASEAN.
[451] O Decreto Legislativo data de 2012, mas o Decreto de Promulgação foi feito apenas em 2018.
[452] Esse era um dos principais objetivos da política externa brasileira para a Ásia. Ainda em 2021, o Brasil enviou ao secretariado da ASEAN um documento descrevendo as vantagens de conferir esse status ao Brasil, com exemplos de possibilidades de cooperação em diversas áreas.

Em janeiro de 2024, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo do Laos à margem da III Cúpula do Sul, do G77+China, em Campala. O Laos exerce a presidência da ASEAN. Em março, o primeiro representante permanente do Brasil dedicado exclusivamente às relações com a ASEAN, Henrique Ferraro, apresentou suas credenciais para o SG-ASEAN.

iii. Principais áreas do relacionamento

Entre 2016 e 2023, o fluxo comercial Brasil-ASEAN aumentou em 123%, estando pouco acima dos US$ 33,1 bilhões. O comércio com a ASEAN em 2023 representou mais de 7% da nossa pauta exportadora, assim como representou 3,8% da origem das nossas importações. No mesmo ano, as exportações brasileiras para a ASEAN excederam as exportações para países e regiões tradicionais para o Brasil, como o MERCOSUL, o Oriente Médio e o continente africano. O saldo comercial brasileiro foi superavitário em mais de US$ 15,1 bilhões. Os produtos que o Brasil mais exportou para a ASEAN nesse ano foram: petróleo bruto, soja, minério de ferro, milho e açúcar. Em 2023 os produtos que o Brasil mais importou da ASEAN foram válvulas e tubos termiônicas, equipamentos de telecomunicações, pneus e demais produtos da indústria de transformação. Tomada como bloco, a ASEAN é, hoje, o 3º maior parceiro comercial do Brasil. Em relação a investimentos, Singapura já é o 3º maior investidor direto no Brasil entre os países asiáticos, atrás somente da China e do Japão. Há diversos investimentos brasileiros nos países da ASEAN, com destaque para a presença de empresas como Vale, BRF, JBS, Grupo Jacto, Petrobras e Embraer. Igualmente, grandes empresas dos países da ASEAN também marcam presença no Brasil, como é o caso da PETRONAS (da Malásia), da *Minor Group* (da Tailândia) e da *International Container Terminal Services Inc* (das Filipinas). Ademais, a ASEAN tem uma importância geopolítica para as exportações brasileiras para a Ásia, principalmente devido ao estreito de Malaca, uma das principais rotas marítimas para a região.

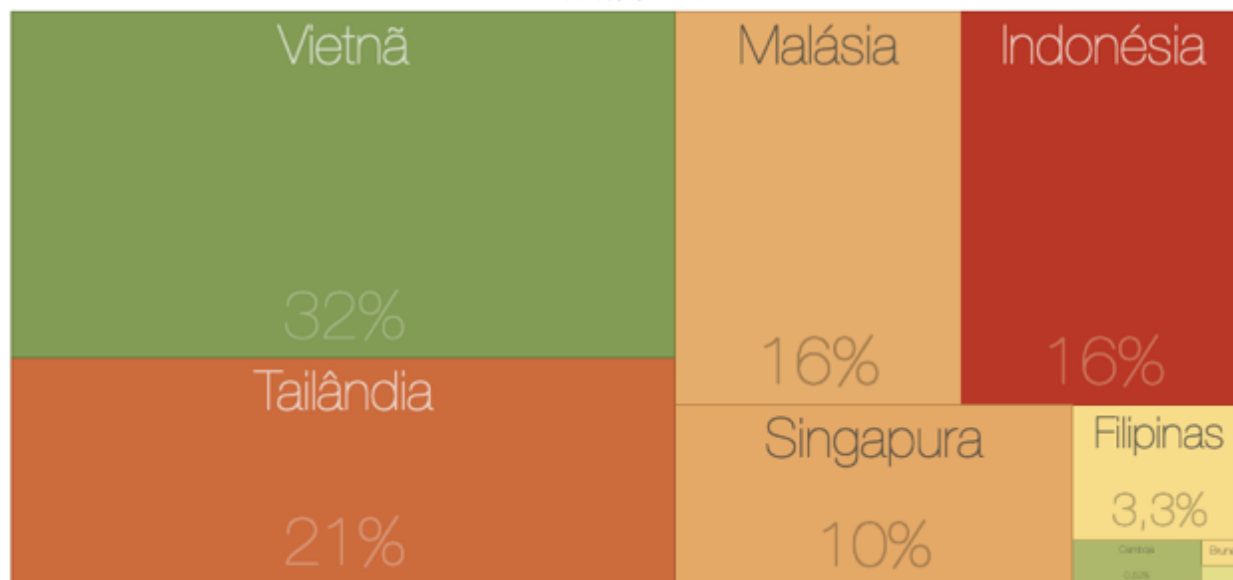
Série histórica - Parceiro: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 24 Bilhões
US$ 22 Bilhões
US$ 20 Bilhões
US$ 18 Bilhões
US$ 16 Bilhões
US$ 14 Bilhões
US$ 12 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 8 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 35 Bilhões
US$ 30 Bilhões
US$ 25 Bilhões
US$ 20 Bilhões
US$ 15 Bilhões
US$ 10 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

Exportações por País - Destino: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

O seminário “O Brasil e a ASEAN”, realizado em 1º de dezembro de 2022, no Palácio do Itamaraty, discutiu a crescente importância da ASEAN para o mundo e para o Brasil. Foi abordado o *status* de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN, incluindo possibilidades de cooperação com os países-membros da associação.

Em 2023, foi realizada a série de webinários “Brasil-ASEAN: impulsionando parcerias de tecnologia e inovação para um futuro próspero!”, em que foram tratados temas como *startups* e capital de risco, indústria de semicondutores e inovações em transportes e transição energética, com apresentações de *stakeholders* de cada setor. Em novembro daquele ano, veio ao Brasil uma missão de diplomatas e especialistas de países da ASEAN, com o objetivo de visitar instituições de excelência nas cidades de Brasília e de Salvador, e nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e conhecer áreas promissoras para ampliar a cooperação, como agricultura sustentável, energias renováveis, saúde pública e inovação. A missão foi a primeira iniciativa no âmbito da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN após a I Reunião Trilateral, de que participou o ministro Mauro Vieira em 9 de outubro, em Jacarta. Em dezembro, o Comitê Conjunto de Cooperação Setorial Brasil-ASEAN, em sua segunda reunião, adotou o documento Áreas de Cooperação Prática 2024-2028. O documento contempla os seguintes temas e setores prioritários para a cooperação que o Brasil desenvolverá com a ASEAN ao longo dos próximos cinco anos, no âmbito da sua Parceria de Diálogo Setorial: inovação, energias renováveis, inclusão digital, educação, saúde, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, comércio e investimentos, entre outras.

O Brasil também enxerga um importante potencial a ser explorado nas relações entre Brasil e ASEAN. Dada a grande diferença em termos de desenvolvimento entre os membros da ASEAN, o Brasil pode adotar estratégias distintas. Para os países com rendas médias e altas, o Brasil pode explorar oportunidade de desenvolvimento conjunto de projetos em setores de alta tecnologia e em

infraestruturas inteligentes. Já para os países com rendas mais baixas, o Brasil pode compartilhar experiência e boas práticas por meio de projetos de cooperação via ABC.

Na área de bioenergia, o Brasil, detentor da matriz energética mais limpa entre as economias do G20 e de larga experiência em biocombustíveis, acredita que pode, junto aos países da ASEAN, promover um futuro verde para a humanidade por meio da transição para uma economia de baixo carbono. Outro campo promissor é o da industrialização, uma maior conexão entre as bases industriais do Brasil e dos países da ASEAN pode beneficiar significativamente as respectivas bases industriais: a estratégia brasileira para a neoindustrialização[453] nutre interesse em campos como o de *startups*, semicondutores e tecnologias energéticas. Além disso, a cooperação entre indústrias pode fortalecer as respectivas posições nas cadeias globais de produção. Na área de segurança alimentar, o Brasil acredita poder contribuir com os países da ASEAN por meio de políticas já testadas nacionalmente. Já na área de transformação digital, o Brasil acredita poder contribuir para a inclusão digital no acesso a serviços governamentais, nos moldes da plataforma GOV.BR, que possibilita aos cidadãos acesso a serviços ofertados pelo Estado, como aplicação para tirar a carteira de habilitação nacional e marcação de consultas médicas em hospitais públicos, por exemplo. Além disso, no que tange à transformação digital de sistemas financeiros, o sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central do Brasil, o PIX, também pode servir de modelo para redução de custos de transação, aumento da segurança de usuários e maior competitividade e eficiência.

e) Timor-Leste

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Timor-Leste foram estabelecidas em 2002, ano da independência do país. A Embaixada do Brasil em Díli foi aberta no mesmo ano. O relacionamento bilateral é marcado por vínculos culturais, decorrentes de herança lusófona comum. O Timor-Leste é o único país da Ásia e da Oceania a adotar o Português como língua oficial e a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A cooperação bilateral é a vertente mais destacada do relacionamento entre os dois países. O Brasil tem prestado ao Timor-Leste apoio em amplo leque de iniciativas em áreas fundamentais para a construção do Estado timorense, como a consolidação da lusofonia e do sistema romano-germânico no ordenamento jurídico, temas de justiça e segurança e formação de mão de obra. Em maio de 2024, o Timor-Leste anunciou doação de US$ 4 milhões em ajuda humanitária afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

f) Sri Lanka

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka foram estabelecidas em 1960, e a abertura de embaixada do país em Brasília ocasionou a primeira representação do Sri Lanka na América do Sul. Houve abertura da embaixada do Brasil em Colombo em 1962[454]. Em 2008,

[453] Refere-se à nova política industrial brasileira lançada em janeiro de 2024, Nova Indústria Brasil, com vistas a impulsionar a participação da indústria no PIB brasileiro até 2033, por meio da modernização e aumento da competitividade industrial, com foco em inovação, compromisso ambiental e integração com cadeias produtivas internacionais. A estratégia é baseada em seis missões: (1) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais, (2) forte complexo econômico e industrial da saúde, (3) infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis, (4) transformação digital da indústria, (5) bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas, e (6) tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

[454] O posto foi extinto em 1967 e reaberto em 2005.

destaca-se o encontro entre os presidentes Lula e Mahinda Rajapaksa à margem da Conferência de Alto Nível da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) sobre Segurança Alimentar, em Roma. No mesmo ano, foi firmado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Sri Lanka[455], e, em 2011, foi estabelecido o mecanismo de consultas políticas bilateral.

Foi realizada, no dia 28 de novembro de 2022, a I Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Sri Lanka, em formato virtual, copresidida pelo secretário de Ásia, Pacífico e Rússia do Itamaraty e pela secretária adjunta para Assuntos Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Sri Lanka. Na ocasião, foram debatidas formas de ampliar o comércio e o diálogo em foros multilaterais, em áreas como segurança, direitos humanos e mudança do clima. Foram, ademais, examinados acordos em negociação entre os dois países nos campos da educação, cooperação entre academias diplomáticas, defesa, combate ao crime organizado transnacional e cooperação jurídica. Finalmente, os temas da cooperação técnica em cana-de-açúcar e pecuária leiteira também foram discutidos.

Em março de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro de Negócios Estrangeiros do Sri Lanka, Ali Sabry, à margem do G20. Discutiram-se questões como a importância do Sul Global, em relação à agenda de reforma da governança das instituições multilaterais, e a cooperação técnica bilateral. Na ocasião, Ali Sabry não só agradeceu a missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ao país[456], mas também manifestou a intenção de aprofundar os contatos bilaterais. O ministro do Sri Lanka convidou o Brasil a investir na infraestrutura do país[457].

g) Paquistão e Bangladesh

Brasil e Paquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, nas quais dialogam sobre iniciativas bilaterais e trocam impressões sobre temas de interesse global. A quinta e mais recente dessas reuniões foi realizada em Islamabad, em 2017. Os dois países mantêm tradicionalmente diálogo fluido em foros multilaterais econômicos, especialmente no que diz respeito à agricultura. A cooperação técnica é uma das principais vertentes das relações bilaterais. Um Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países foi firmado em agosto de 2018, tendo sido promulgado em 2024. A área da defesa é também relevante campo de cooperação. Em 2012, o Paquistão foi incluído no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), o que possibilita a estudantes paquistaneses aceder a vagas de graduação e a bolsas de pós-graduação nas universidades brasileiras de maior prestígio.

As chancelarias de Brasil e Bangladesh estabeleceram, em 2017, mecanismo de consultas sobre temas da agenda bilateral, regional e multilateral. Em 2018, o governo brasileiro doou ao Bangladesh medicamentos antimaláricos. Já no ano de 2020, o governo brasileiro doou recursos, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para a aquisição, pelo Bangladesh, de kits de teste de COVID-19. Entre fevereiro e março de 2022, realizou-se visita de trabalho do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) ao Bangladesh. A missão teve por objetivo conhecer experiências bangladesas nas áreas de microcrédito e microfinanças, com vistas a estabelecer possível cooperação bilateral a respeito. Em agosto de 2023, à margem da Cúpula do BRICS, na

---

[455] Em vigor desde o ano de 2010.
[456] Em 2013, ocorreu missão de diagnóstico de projetos para o Sri Lanka, Myanmar, Fiji, Vanuatu, Tailândia e México.
[457] Ressalta-se que linhas marítimas de grande relevância para o comércio mundial passam pelo país.

África do Sul, o presidente Lula manteve reunião bilateral com a primeira-ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina. O combate à pobreza e o fortalecimento dos laços comerciais foram os principais assuntos. Em outubro, o secretário do Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Bangladesh, embaixador Masud Bin Momen, visitou o Brasil, quando se encontrou com o ministro Mauro Vieira e copresidiu, com a secretária-geral das Relações Exteriores, a 2ª Reunião de Consultas Políticas. Em janeiro de 2024, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo de Bangladesh à margem da III Cúpula do Sul, do G77+China, em Campala, ocasião em que o chanceler brasileiro indicou seu desejo de realizar visita de trabalho ao país asiático. Em abril, Vieira esteve em Bangladesh, no que foi a primeira visita de chanceleres entre os dois países. Na ocasião, iniciou essa visita histórica prestando homenagem ao "Pai da Nação" do Bangladesh, Bangabandhu Sheikh Mujibur Rahman, no Museu Memorial de Bangabandhu, em Daca. Encontrou-se com seu homólogo, Hasan Mahmud, quando os ministros mantiveram discussões produtivas sobre as relações bilaterais Brasil-Bangladesh, sobre iniciativas internacionais e regionais, além de cooperação multilateral. Concordaram quanto à importância de aumentar a cooperação e os intercâmbios nos campos da agricultura, pecuária, ciência, tecnologia e inovação, educação, mudança do clima e transição energética, cooperação técnica, entre outros. Ademais, o chanceler de Bangladesh saudou a iniciativa de Mauro Vieira de trazer consigo uma robusta delegação empresarial, que participaou de seminários empresariais organizados pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria do Bangladesh (FBCCI)[458]. Foi assinado um Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países, além de terem sido concluídas as negociações de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva. O país asiático manifestou interesse em concluir um Acordo de Comércio Preferencial (ACP) MERCOSUL-Bangladesh. Na continuação de sua visita oficial ao Bangladesh, o Mauro Vieira ainda fez uma visita de cortesia à primeira-ministra Sheikh Hasina e também proferiu palestra na Academia de Serviço Exterior de Bangladesh intitulada "G20 2024: Prioridades para a Presidência Brasileira"[459].

[458] Vieira discursou em reunião de negócios organizada conjuntamente pela FBCCI, pelo Ministério das Relações Exteriores do Bangladesh e pelo Itamaraty.

[459] Ainda no contexto da viagem, o Bangladesh expressou gratidão ao Brasil por oferecer bolsas de estudo no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional em universidades brasileiras, e o Brasil também reconheceu com apreço a oferta do Bangladesh de bolsas de estudo integrais para dois diplomatas brasileiros frequentarem o Curso de Treinamento Diplomático Especializado (SDTC) e o Mestrado Profissional em Relações Internacionais e Diplomacia (PMIRD), por um ano, na Academia do Serviço Exterior do Bangladesh. O Brasil também acolheu com satisfação o convite para designar dois jovens diplomatas brasileiros para participarem de um curso de treinamento de curta duração de duas semanas, na mesma instituição, juntamente com diplomatas de outros países latino-americanos. O ministro das Relações Exteriores do Bangladesh saudou a aspiração do Brasil em tornar-se membro permanente do CSNU e reconheceu o seu papel crescente na paz e segurança internacionais. O Bangladesh elogiou o Brasil por assumir a Presidência do G20 em 2024, com forte ênfase em dar voz a questões importantes para o Sul Global. O chanceler brasileiro deu as boas-vindas ao Bangladesh ao Grupo de Trabalho do G20 sobre Empoderamento das Mulheres e ao Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática, bem como à Força-Tarefa para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Os ministros recordaram a adesão do Bangladesh e do Brasil à Aliança Global para os Biocombustíveis (GBA), lançada durante a Cúpula do G20 em Nova Delhi, em 2023, e concordaram sobre a realização de um seminário sobre etanol ("Ethanol Talks"), em Daca, com especialistas brasileiros relevantes em um futuro próximo. O chanceler do país asiático lembrou o crescente interesse dos países do Sul Global em aderir ao BRICS, incluindo o Bangladesh, e transmitiu o interesse do seu governo em participar de sessão de *outreach* do Fórum IBAS, duas possibilidades que foram acolhidas pelo ministro brasileiro. O ministro das Relações Exteriores do Bangladesh ainda agradeceu o Brasil por apoiar as resoluções sobre os *rohingyas* no CDH e na AGNU.

h) Nepal

O Brasil recebeu, em 2024, visita do presidente da Comissão de Serviço Público do Nepal para conhecer os processos de seleção de funcionários públicos brasileiros.

i) Ásia Central[460]

A intensidade de relacionamento do Brasil com a Ásia Central é bastante baixa. O Brasil mantém embaixada residente apenas em Astana, capital do Cazaquistão. Em 2018, o então chanceler Aloysio Nunes realizou a primeira viagem de um chanceler brasileiro para região, visitando o Cazaquistão. Brasil e Cazaquistão mantém mecanismo de consultas políticas, que teve sua sexta reunião em maio de 2024, quando o secretário de Ásia e Pacífico, embaixador Eduardo Saboia, recebeu o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, embaixador Kairat Umarov. Em termos de cooperação econômica, foi assinado em 2018, em Montevidéu, memorando de cooperação econômica e comercial entre MERCOSUL e União Econômica Eurasiática (UEE), de que participam Cazaquistão e Quirguistão (para mais detalhes, ver subseção sobre a UEE e a seção de relações bilateriais entre Brasil e Rússia neste capítulo).

j) Organização para Cooperação de Xangai (OCX)

Em 3 de novembro de 2022, o secretário-geral da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), Zhang Ming, reuniu-se com o embaixador do Brasil na China, Marcos Galvão. O secretário-geral informou o embaixador sobre as atividades e estrutura da OCX, e também falou sobre as perspectivas de expansão adicional da OCX. O embaixador expressou sua gratidão pelas informações e elogiou muito o trabalho da Secretaria da OCX. As partes concordaram em manter contatos entre a Secretaria da OCX e a Embaixada do Brasil.

k) Nova Zelândia

Inaugurada em 1964, a relação bilateral entre Brasil e Nova Zelândia intensificou-se após a abertura da embaixada brasileira em Wellington, em 1997, e da embaixada neozelandesa em Brasília, em 2001, mas ainda é pouco densa. Há convergência de valores e de interesses, como apego à democracia e ao desarmamento. O comércio bilateral é modesto, com a peculiaridade de que os serviços compõem parcela equivalente ao comércio de bens, uma vez que há fluxo importante de turistas e estudantes brasileiros para o país. Desde 2001, há Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países, que se reúne a cada dois anos, tendo-se reunidor pela última vez em Wellington, em março de 2024, em nível de secretário. Em fevereiro de 2024, às margens da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o ministro do Comércio neozelandês, Todd McClay, que atuou como vice-presidente da conferência. McClay pediu apoio brasileiro nas negociações sobre comércio eletrônico e subsídios à pesca, enquanto Vieira destacou a agenda prioritária do Brasil,

[460] A Ásia Central deve ser compreendida como a região em que estão as cinco ex-repúblicas soviéticas: Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Embora Afeganistão e Paquistão estejam geograficamente na competência da Divisão de Ásia Central do Itamaraty, também podem ser geopoliticamente considerados partes do "Grande Oriente Médio".

com destaque para agricultura, na qual ambos os países pertencem ao Grupo de Cairns, e ressaltou o consenso do G20 em relação à necessidade de reforma da OMC.

3.11. África

I. Relações Brasil-África

Marcos: 1986: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); 1996: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 2006: Cúpula América do Sul-África (ASA, cuja última reunião foi em 2013); 2010: Parcerias estratégicas com África do Sul e Angola; 2013: Mecanismo de diálogo estratégico com a Nigéria; 2019: Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné.

Embaixada: O Brasil possui 32 embaixadas residentes na África e dois consulados-gerais. Esse número aumentou com a instalação das embaixadas em Freetown e Kigali e do consulado-geral em Luanda, criados em novembro de 2023. Há 33 embaixadas residentes de países africanos no Brasil e quatro consulados-gerais. Refletindo a importância da União Africana (UA) para o País, o Brasil abriu uma embaixada em Adis Abeba, em 2005, estando o embaixador do Brasil na Etiópia também credenciado como representante do governo brasileiro junto à UA.

Coordenação Política
Instâncias: A UA é um ator fundamental na política externa brasileira, pois funciona como fórum para discutir e lançar iniciativas no continente africano em áreas como política, economia, agricultura e desenvolvimento social. Desde que abriu sua embaixada em Adis Abeba, o Brasil tem sido convidado a participar de alguns dos principais eventos da UA como país observador, estando o embaixador do Brasil na Etiópia também credenciado como representante do governo brasileiro junto à UA Além disso, ocorreram reuniões da Cúpula ASA (2006, 2009 e 2013[461]). Há a possibilidade de que o governo Lula retome o ímpeto das iniciativas.

Visitas de Alto Nível: Périplo de Gibson Barboza (1972); Figueiredo é o primeiro presidente a visitar a África (1983); Sarney esteve em Cabo Verde (1986) e Angola (1989); Collor realizou périplo por Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia (1991); Itamar esteve no Senegal (1992); Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi a Angola e África do Sul (1996); nas últimas décadas, para além de visitas bilaterais[462], destaca-se participação do presidente Lula nas 13ª e 17ª Assembleias da UA, em 2009 e 2011 (nesta, já como ex-presidente), e da presidenta Dilma na celebração do Jubileu de Ouro da UA, em 2013. Temer foi a Cabo Verde e África do Sul (2018). Apesar de Ernesto Araújo realizar périplo por países do entorno estratégico brasileiro (2019), Bolsonaro jamais visitou o continente. O ministro Carlos França viajou a Luanda, capital de Angola, para participar da 3ª reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (CBAN) e da XXVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em junho de 2022. Em 2021 e 2022, houve visitas dos presidentes de Cabo Verde e Guiné-Bissau – em 2022, no contexto das celebrações do bicentenário da Independência do Brasil. Os presidentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, os primeiros-ministros de Marrocos e Mali e os ministros de Relações Exteriores da África do Sul,

[461] As crises políticas no Brasil, na América do Sul e na África e a perda de interesse nessas cúpulas resultaram na falta de novos encontros desde 2013.
[462] Visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Líbia (2003), São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde (2004), Cameroun, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal (2005), Argélia, Botsuana, África do Sul e Nigéria (2006), Burkina Faso, Congo, África do Sul e Angola (2007), Moçambique (2008), Líbia (2009), Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul (2010).

Cameroun, Gabão, Moçambique, Zimbábue, entre outras autoridades, estiveram presentes na posse do presidente Lula. No contexto de sua visita ao continente africano para reunião de chanceleres dos BRICS, na África do Sul, em junho de 2023, o ministro Mauro Vieira foi à Etiópia, onde se encontrou com o primeiro-ministro e o chanceler etíopes e visitou a sede da UA, tendo convidado o presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, a visitar o Brasil. Em julho, o presidente realizou breve visita ao Cabo Verde, quando se encontrou com o presidente do país africano, José Maria Neves, no retorno de sua viagem a Bruxelas, para participar da Cúpula CELAC-UE, e a secretária-geral das Relações Exteriores foi ao Quênia, para participar da 59ª Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), quando se encontrou com o ministro queniano dos Negócios Estrangeiros e da Diáspora. Em agosto, os presidentes Félix Tshisekedi (RDC) e Denis Sassou Nguesso (Congo) participaram da Cúpula da Amazônia e mantiveram reuniões bilaterais com Lula. No mesmo mês, o presidente Lula foi a Angola e a São Tomé e Príncipe, no contexto de sua participação na Cúpula da CPLP. Em outubro, foram realizadas visitas dos chanceleres da RDC e de Ruanda[463] ao Brasil. Em fevereiro de 2024, o presidente Lula esteve em Adis Abeba, a fim de participar da 37ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UA. Na ocasião, foi celebrado memorando de entendimento com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), uma das oito organizações regionais reconhecidas pela IA. O documento reforça o apoio do Brasil à estratégia 2021-2025 da IGAD para a segurança alimentar e o combate à desertificação. Em março de 2024, uma delegação composta pelos ministros das Relações Exteriores, da Economia, Finanças e Cooperação, e da Agricultura, Pecuária e Pesca do Benim realizou visita ao Brasil. Em maio de 2024, o presidente da República do Benim, Patrice Talon, realizou visita oficial ao Brasil, acompanhado dos mesmos ministros que estiveram no País em março[464].

Discurso Oficial: As três principais vertentes da política externa de Bolsonaro para a África, conforme identificado pelo diretor do Departamento da África em 2019, eram: a cooperação para o desenvolvimento, que não se limita apenas à vertente técnica, abrangendo também setores como cultura, defesa e segurança; comércio e investimentos, que se aglutinam em uma vertente de diplomacia econômica voltada para as particularidades do continente africano e de seu potencial de crescimento; e a concertação política, que também considera as dinâmicas políticas da África, distintas daquelas verificadas nos países europeus e no Norte geopolítico. O chanceler Mauro Vieira destacou, em seu discurso de posse, em janeiro de 2023, que a África voltará a ser prioridade, frisando o forte avanço do continente em seu processo de desenvolvimento, com a construção de gigantesca área de livre comércio.

Convergências

Convergências Multilaterais e Plurilaterais: Brasil e África apoiam a reforma da governança global e da arquitetura financeira internacional; defendem o financiamento ao desenvolvimento, a liberalização do comércio agrícola e a cooperação. Há grande importância conferida à CPLP. Outro ponto de convergência com a grande maioria do continente africano é a defesa de um Estado palestino livre e soberano e a oposição às ações israelenses no contexto do conflito com o Hamas.

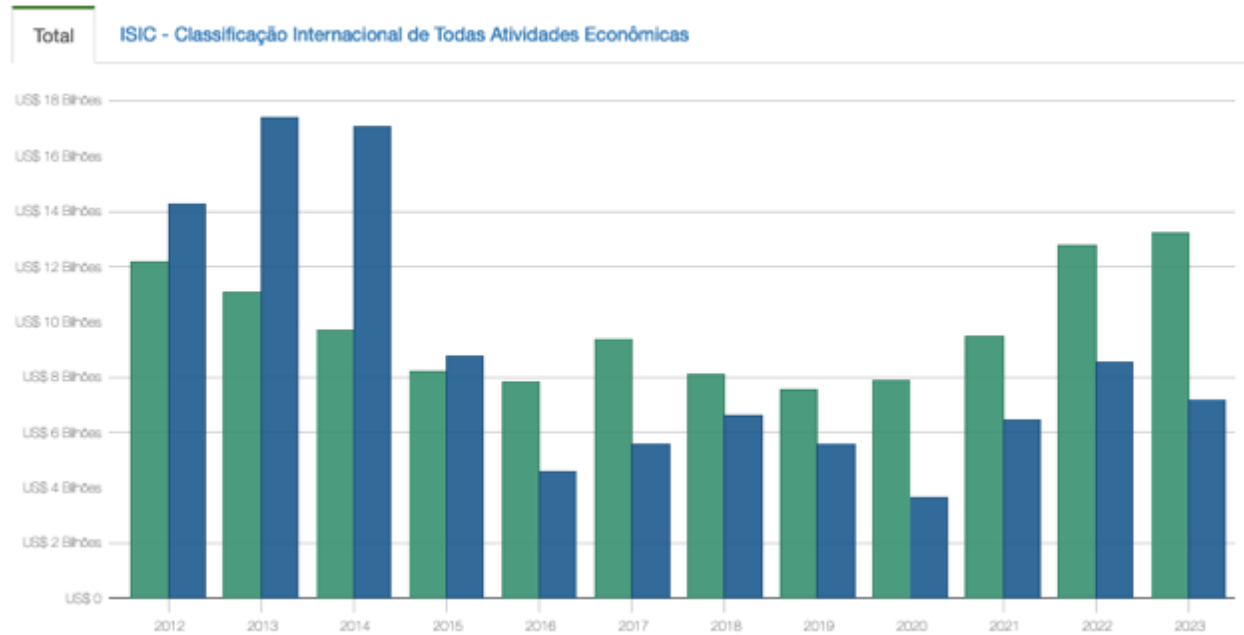
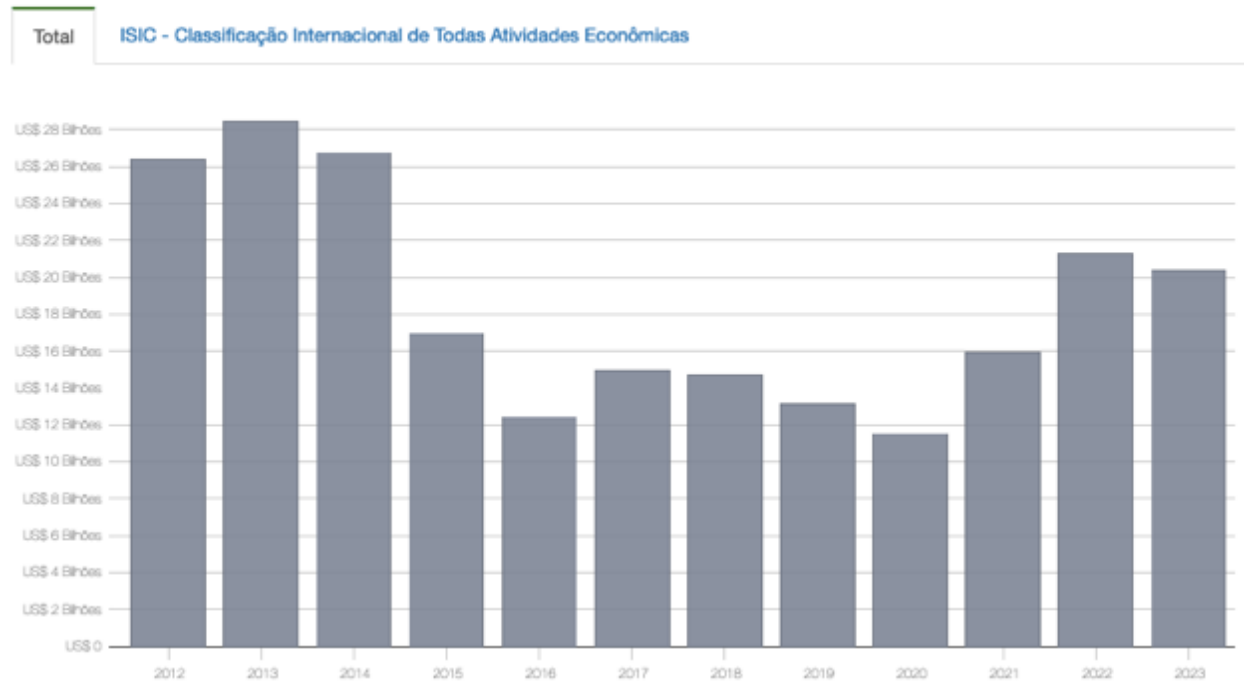
[463] Foi assinado Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas.

[464] Além de comunicado conjunto, foram adotados memorandos de entendimento para cooperação ministerial nas áreas de cultura, formação de diplomatas e turismo, além de atos sobre cooperação agrícola, educacional, de defesa, securitária, energética e de desenvolvimento e protocolo de emenda ao acordo bilateral sobre serviços aéreos.

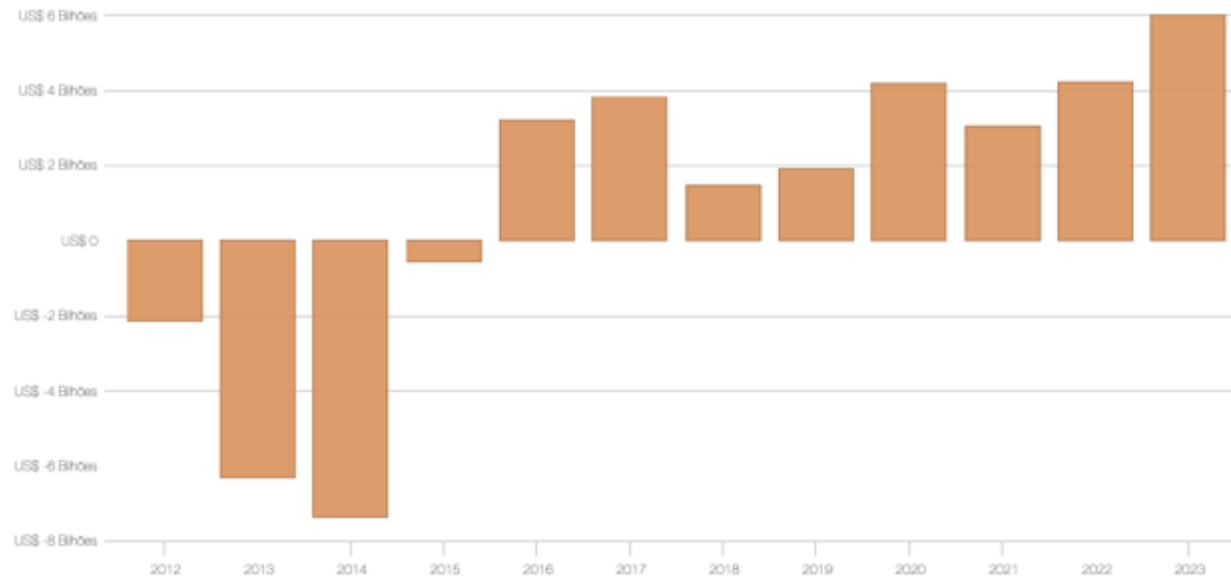
Há interesse mútuo na criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que o Brasil propôs no âmbito do G20.

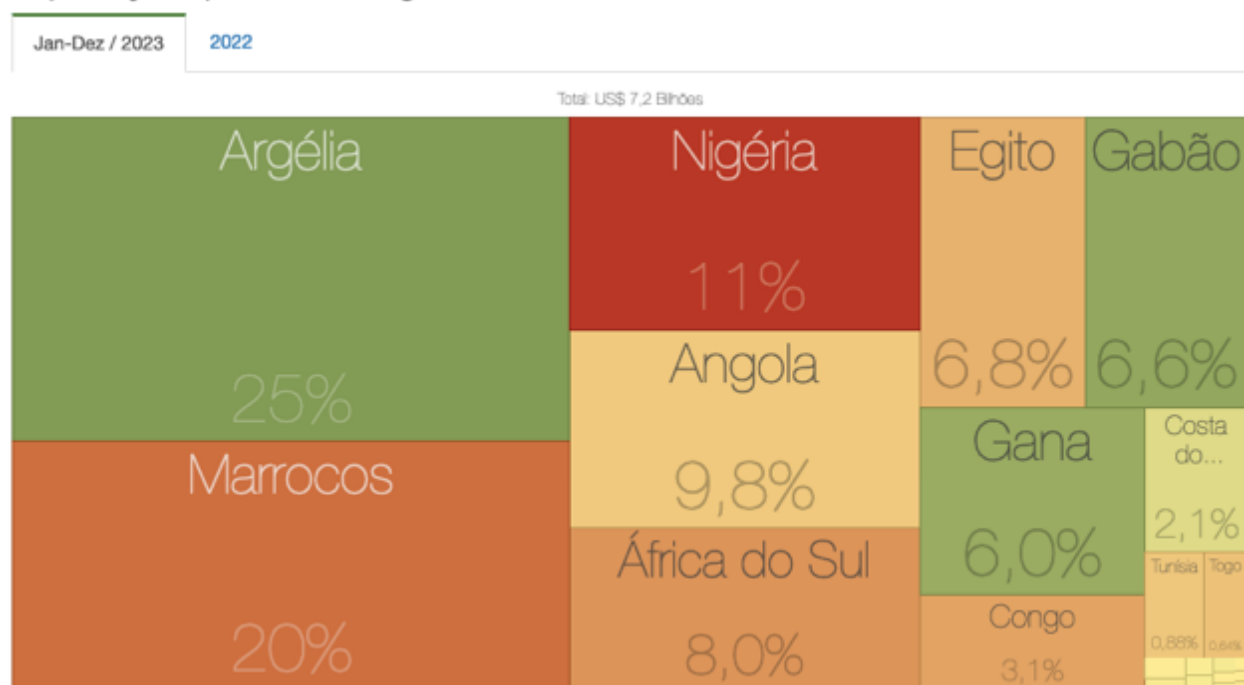
Convergências Regionais: Ambos defendem um Atlântico Sul livre de armas nucleares e combatem o narcotráfico, o terrorismo e a pirataria em regiões como o Golfo da Guiné.

Segurança e Defesa: A Política (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) consideram o Atlântico Sul e a costa oeste da África parte do entorno estratégico brasileiro. Além de iniciativas bilaterais de cooperação, Brasil é fundador da ZOPACAS, é membro pleno do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG, na sigla em inglês) e participa da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO, na sigla em inglês), da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (RDC, MONUSCO, na sigla em inglês), da Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA, na sigla em inglês), da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS, na sigla em inglês) e da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (RCA, MINUSCA, na sigla em inglês), além da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização do Mali (MINUSMA), encerrada em 31 de dezembro de 2023. O Brasil e a África também cooperam por meio de exercícios militares, instalação de missões e bases navais, desenvolvimento dos mísseis A-DARTER com a África do Sul, levantamento de plataformas continentais de países atlânticos, além do combate à pirataria, ao contrabando, ao narcotráfico e ao tráfico de pessoas. O Brasil saudou a disposição do Quênia de liderar missão multinacional no Haiti e manifestou a disposição de compartilhar sua experiência à frente da MINUSTAH.

Comércio:
Marcos: Os principais marcos institucionais bilaterais do relacionamento econômico são os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) assinados com países africanos, o Acordo de Livre Comércio Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Egito, o Acordo de Preferência Comercial MERCOSUL-União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês) e as negociações entre MERCOSUL e países africanos como Tunísia e o Marrocos, com quem já temos acordos-quadro. As exportações do Brasil para a África atingiram seu ápice em 2012, enquanto as importações do Brasil oriundas da África atingiram seu ápice em 2013. O comportamento dos fluxos comerciais na última década pode justificar-se, como principal fator, pela retração nas importações de petróleo decorrente da crise econômica por que passou o Brasil. Em fevereiro de 2023, destaca-se a abertura do mercado da Argélia para gado bovino em pé e carne de frango, enquanto, em outubro, houve a abertura do mercado do Marrocos de alimentos brasileiros para animais de companhia.

Série histórica - Parceiro: África

Série histórica - Parceiro: África

Série histórica - Parceiro: África

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: África

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: África

Exportações por País - Destino: África

<u>Investimentos:</u> O Brasil possui Acordos de Facilitação de Investimento assinados com Angola, Etiópia, Maláui, Marrocos, Moçambique e São Tomé e Príncipe[465].

Investimento do Brasil na África: Agronegócio, construção civil, mineração e petróleo[466]. Grandes empreiteiras apoiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tiveram um grande papel nesses investimentos.

Investimentos da África no Brasil: Comunicações, fertilizantes, mercado editorial, minério de ferro e petróleo.

<u>Cooperação</u>

Aspectos Gerais: O Itamaraty e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, na sigla em inglês) assinaram, em 2012, um memorando de entendimento por ocasião da visita do diretor-executivo da NEPAD ao Brasil. O principal objetivo do memorando é estabelecer uma estrutura para a coordenação e cooperação entre as duas partes com base em seus interesses complementares e capacidades no cumprimento de metas comuns para promover o desenvolvimento na África. A cooperação, no escopo desse memorando de entendimento, abrange estímulo à cooperação econômica Brasil-África por meio da promoção de comércio e investimento, e compartilhamento de conhecimento e experiências na elaboração e implementação de políticas públicas em diferentes campos relevantes de cooperação, em áreas como infraestrutura, energia, agricultura, segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento sustentável, gerenciamento de recursos naturais, redução de pobreza, ciência, tecnologia e inovação, recursos

[465] Assinado na visita do presidente Lula, em agosto de 2023.
[466] Em dezembro de 2023, a Petrobras adquiriu blocos de exploração de hidrocarbonetos em São Tomé e Príncipe. A companhia havia deixado o continente africano três anos antes, quando vendeu seus últimos ativos na Nigéria.

humanos, desenvolvimento de capacitação e cultura. Em janeiro de 2023, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) representou o Brasil no Segundo Fórum Africano de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul e Trilateral para o Desenvolvimento Sustentável, em Campala (Uganda). Em maio de 2023, o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) realizaram o seminário "Brasil-África: relançando parcerias". A agenda incluiu painéis sobre distintos temas de interesse, como cooperação para o desenvolvimento, intercâmbio educacional, equidade de gênero, empreendedorismo, inclusão social, economia criativa, diversidade e desafios internacionais contemporâneos. Participaram do simpósio autoridades governamentais e de organizações internacionais, bem como expositores da academia e de movimentos sociais, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Em maio de 2024, por ocasião das comemorações do Dia da África (25 de maio), o Itamaraty e a FUNAG realizaram o seminário "Brasil-África: Novas pontes sobre o rio chamado Atlântico", no contexto da renovada prioridade conferida pela política externa brasileira à relação com os países africanos. A agenda incluiu painéis sobre mudança do clima e transição energética, mudanças na estrutura da governança global, combate à fome e à desigualdade, além de temas relacionados à diáspora africana. O evento homenageou o embaixador Alberto da Costa e Silva, falecido em 2023, que, com valiosa e extensa contribuição diplomática e historiográfica sobre a África, foi um dos artífices das relações do Brasil com o continente. Em seu discurso durante o evento, o presidente Lula anunciou a abertura de um núcleo de cooperação para todo o continente africano em Adis Abeba, onde estarão representadas agências como a ABC, a EMBRAPA e a Fiocruz.

Cooperação Técnica: No que diz respeito à cooperação, deve-se ressaltar a África como, ao lado da América Latina e Caribe, destino principal das atividades de cooperação técnica desenvolvidas pelo Brasil e executadas pela ABC, em áreas como agricultura e segurança alimentar, erradicação da fome e da pobreza, saúde, educação e capacitação técnico-industrial. Em 2007, o Brasil e a UA assinaram um Acordo de Cooperação Técnica, que forneceu uma base legal para vários projetos de cooperação bilateral e regional entre o Brasil e seus parceiros africanos. Em 2024, o Brasil, por meio da ABC, conta com mais de trinta acordos de cooperação técnica, inclusive com a UA.

Cooperação Eleitoral: O Brasil tem participação ativa em missões eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Contatos Humanos e Temas Consulares: Laços históricos e humanos unem o Brasil e a África. Atualmente há cerca de 39,6 mil brasileiros vivendo na África, conforme dados de 2022. Cerca de 56% da população brasileira, em torno de 113 milhões de pessoas, se identifica como preta ou parda, o que dá a dimensão da diáspora africana no País: o Brasil é a maior "nação africana" fora da África – se pertencesse ao continente, esse contingente populacional colocaria o Brasil como o quarto maior país, atrás de Nigéria (1º), Etiópia (2º) e Egito (3º). A cidade de Salvador, na Bahia, foi escolhida pela UA como sede do encontro das diásporas africanas e de afrodescentes, que ocorrerá em 2024.

Cooperação Cultural: Foi instalada unidade-piloto de Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Luanda. Também há unidades do IGR em África do Sul, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Salvador, existe a Casa do Benin, inaugurada em 1988, que possui importante acervo artístico e cultural afro-brasileiro e é mantida pela Fundação Gregório de Mattos para valorização das relações culturais afro-brasileiras. Em seu discurso de comemoração do Dia

da África em 2024, o presidente Lula afirmou que será aberta em Uidá, no Benin, a Casa do Brasil, que se tornará mais um polo de intercâmbio cultural. Na ocasião, Brasil e Benin firmaram memorando de entendimento em artes, cultura e patrimônio.

Cooperação Humanitária: Há doações em casos de desastres naturais e humanitários, de que são exemplos as ações em resposta a intempéries naturais em Moçambique, em 2019.

Cooperação Educacional: Predominam países africanos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Memorandos de entendimento e acordos de cooperação em matéria de formação e treinamento diplomático[467]. O presidente Lula anunciou, na 37ª Cúpula da UA, o interesse brasileiro em aumentar o número de bolsas de estudo oferecidas a estudantes africanos em instituições de ensino superior no Brasil e em desenvolver programas educacionais na África, como a promoção de intercâmbio entre professores e pesquisadores.

Cooperação Financeira: O Brasil já realizou diversas operações de reestruturação de dívida de países africanos. Em 2024, o Brasil aderiu ao Compacto Lusófono do Banco Africano de Desenvolvimento, que visa a apoiar empreendedores africanos e elevar sua capacidade produtiva.

Meio Ambiente: O Brasil apoiou a realização, pelo Quênia, da Cúpula do Clima da África, em setembro de 2023, com a participação do embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Luiz Alberto Figueiredo Machado[468]. Há parceria com a República Democrática do Congo (RDC) e com a República do Congo em matéria de florestas tropicais. Para mais detalhes sobre a cooperação desenvolvida pelo Brasil, ver o capítulo 8.

Saúde: Há a intenção por parte do Brasil de estender a parceria bilateral na área da saúde, como a colaboração com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças para ampliar o acesso a medicamentos e vacinas e enfrentar doenças negligenciadas, entre outros. Destaca-se o anúncio feito pelo presidente Lula sobre a criação de uma representação da FioCruz na Etiópia, país-sede da UA.

Energia: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sua participação na 37ª Cúpula da UA, afirmou o interesse em cooperar com a África na produção de energia limpa e renovável.

Segurança Alimentar: O Brasil coopera com a África em iniciativas de promoção da segurança alimentar e de desenvolvimento de políticas de combate à fome, as quais o presidente Lula manifestou interesse em aprofundar.

---

[467] Em agosto de 2023, foi assinado memorando de entendimento na matéria com São Tomé e Príncipe.
[468] Figueiredo participou de painel sobre energias renováveis e transição energética e reuniu-se com a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tem sede em Nairóbi.

II. Relações Brasil-África do Sul

Marcos: 1948: Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul; 1975: Rompimento da posição dúbia do Brasil em relação ao regime sul-africano, com a votação a favor da condenação da África do Sul, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), e retirada do seu embaixador do país; 1985: O Brasil impõe sanções culturais, artísticas e desportivas, reiterando o repúdio ao regime racista e às intervenções sul-africanas em países vizinhos; 1990: O Brasil insta a transformação do país em uma democracia multirracial "no menor prazo possível" – com o fim do *apartheid*; 1991: Visita de Nelson Mandela ao Brasil; 1994: Levantamento total das sanções; 1996: Fernando Henrique Cardoso (FHC) é o primeiro presidente brasileiro a visitar o país; 2002: I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul; 2006: I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); 2010: Parceria Estratégica; 2011: Ingresso da África do Sul no BRICS.

Embaixada: Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948, mas, desde 1918, há consulado na Cidade do Cabo. Em 1971, o Escritório de Representação sul-africano em Brasília é convertido em Embaixada. Em 1974, a legação brasileira é transformada em Embaixada, mas chefiada por encarregado de negócios, em repúdio à política do *apartheid*.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Mista de Cooperação Brasil-África do Sul (COMISTA, 2002; VII reunião em 2024).

Visitas de Alto Nível: Os dois países têm histórico recente de encontros bilaterais de alto nível. Em seus governos anteriores, o presidente Lula visitou a África do Sul em três ocasiões (2003, 2007 e 2010), e a presidente Dilma Rousseff, em duas (2011 e 2013). O presidente Michel Temer também realizou visita ao país, por ocasião da X Cúpula do BRICS, em 2018. Em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o presidente Cyril Ramaphosa à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos. Em maio do mesmo ano, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, compareceu à cerimônia de posse do segundo mandato de Ramaphosa. O presidente Bolsonaro e o presidente Ramaphosa voltaram a encontrar-se na Cúpula do G20, em Osaka, em junho de 2019, e à margem da Cúpula dos BRICS, em Brasília, em novembro de 2019. Em julho de 2019, o chanceler Ernesto Araújo e a ministra Naledi Pandor mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, em dezembro, ambos mantiveram videoconferência, ocasião em que puderam repassar a agenda bilateral em temas como defesa, comércio, coordenação em foros internacionais, entre outros. No contexto de sua visita ao continente africano para reunião de chanceleres dos BRICS, na África do Sul, em junho de 2023, o ministro Mauro Vieira realizou encontro bilateral com sua contraparte sul-africana, Nalendi Pandor, quando trataram de transição energética e da próxima reunião da COMISTA, prevista originalmente para outubro, mas postergada para abril de 2024, e foi recebido, com os demais ministros do agrupamento, pelo presidente Ramaphosa. Os presidentes Lula e Ramaphosa encontraram-se em Paris, também em junho, à margem da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global. Em visita à África do Sul, em agosto, para a Cúpula do BRICS, Lula encontrou-se com o ex-presidente Thabo Mbeki e com o presidente do Congresso Nacional Africano, Gwede Mantashe. Em fevereiro de 2024, às margens da 13ª Conferência Ministerial da OMC, em Abu Dhabi, o ministro Mauro Vieira manteve encontro bilateral com o ministro do Comércio, Indústria

e Competitividade da África do Sul, Ebrahim Patel, no qual discutiram temas prioritários da OMC. A conversa também serviu para estreitar o diálogo bilateral no âmbito do G20, uma vez que o parceiro africano sucederá ao Brasil na presidência do G20 em 2025. Em abril de 2024, Mauro Vieira telefonou para a ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Naledi Pandor, ocasião em que trataram do G20, da VII Comissão Mista Bilateral e de temas multilaterais. A ministra Pandor realizou visita ao Brasil em 23 de abril de 2024, para a VII COMISTA[469]. Em junho, os dois chanceleres encontraram-se à margem de reunião do BRICS.

Discurso Oficial: Ambos os países mantêm abertos os canais de diálogo em foros multilaterais e propiciam constante apoio mútuo a suas candidaturas em organismos internacionais. São membros do IBAS, do BRICS, do BASIC e do G20. Possuem intensa agenda bilateral, marcada pela elevação, em 2010, ao nível de "Parceria Estratégica". Na pauta do relacionamento estão temas de defesa e segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados. Durante a VII Comissão, tanto a chanceler sul-africana quanto o chanceler brasileiro enfatizaram que as relações bilaterais passam por momento de fortalecimento. Ambos saudaram a Parceria Estratégica bilateral e ressaltaram a cooperação em fóruns multilaterais, como no BRICS, além de defenderem a importância da reforma da governança global. Em 27 de abril de 2024, o governo brasileiro felicitou a África do Sul nos 30 anos das primeiras eleições democráticas, em 1994[470].

Convergências

Convergências Multilaterais: Ambos os países defendem a reforma da governança global e apoiam a reforma da OMC e a restauração do sistema de solução de controvérsias.

Convergências Plurilaterais: No IBAS, há defesa da democracia, da cooperação Sul-Sul, do desenvolvimento e alívio da pobreza, entre outros temas. No BASIC, há defesa das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. No G20, há atuação em favor de maior protagonismo dos países em desenvolvimento. Como a presidência do G20 em 2025 caberá à África do Sul, Brasil e África do Sul compõem, em 2024, a *troika* do grupo, juntamente com a Índia. No BRICS, há atuação em prol da reforma da governança e da arquitetura financeira multilaterais. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), são integrantes do Grupo de Cairns. Na Organização das Nações Unidas (ONU), há apoio do G4, integrado pelo Brasil, à posição comum africana. Ambos participam do G77+China.

Segurança e Defesa: No campo de paz e segurança, os países se articulam na defesa do Atlântico Sul por meio da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), de manobras navais conjuntas nos âmbitos do ATLASUR (a 12ª edição ocorreu em 2022) e do IBSAMAR. As indústrias de defesa desenvolvem conjuntamente os mísseis A-Darter, que estão em fase final de

[469] A reunião foi copresidida pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, e reuniu dez grupos de trabalho, os quais ocorreram em datas variadas, em antecipação à reunião bilateral dos chanceleres. O principal resultado da reunião foi a assinatura do Memorando de Entendimento entre as Academias Diplomáticas de ambos países. Os grupos de trabalho cobrem os seguintes temas: Energia e Mineração; Meio Ambiente; Economia, Comércio e Turismo; Ciência, Tecnologia e Comunicações; Agricultura, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; Defesa; Saúde; Artes, Cultura, Ensino Superior e Cooperação entre Academias Diplomáticas; e Cooperação Técnica e Desenvolvimento.

[470] O Brasil participou da Missão de Observação da ONU que permitiu a realização exitosa de tais eleições, que elegeram o presidente Nelson Mandela. A partir de então, foi inaugurada nova fase de adensamento das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul.

testes e deverão permitir o domínio de tecnologias e a independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar; já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos. A Força Aérea Brasileira (FAB), porém, teria cancelado a aquisição dos mísseis. Em outubro de 2021, foi realizado, em formato de seminário virtual, o I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil-África do Sul. A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo. A cooperação na área de defesa tem como marco conceitual o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Assuntos de Defesa, de 2003, e em vigor no plano internacional desde 2013. Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação confidencial, a emenda ao acordo de cooperação em matéria de defesa e a constituição de Diálogo Estratégico em Defesa (Mecanismo 2+2). O Grupo de Trabalho de Defesa, no contexto da VII COMISTA, saudou a Quarta Reunião do Comitê Misto de Defesa, ocorrida em março de 2023, e o Diálogo da Indústria de Defesa, cuja reunião mais recente aconteceu em outubro de 2021. O Quinto Comitê Misto de Defesa está previsto para ocorrer no Brasil, em 2025. Já a próxima reunião do Diálogo da Indústria de Defesa, que promove trocas entre empresas brasileiras e sul-africanas do setor, ainda não tem data marcada. Foi também reafirmado o compromisso de revitalização e de fortalecimento da ZOPACAS, sendo identificada a potencial exploração conjunta do fundo oceânico no Atlântico Sul. Por fim, foram revisitados os estágios de negociação da alteração do Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa e da assinatura do Acordo Relativo a Mísseis Ar-Ar, sendo afirmado o compromisso de fazer ambos avançarem. Mais recentemente, foi noticiada a possível entrega, em dezembro de 2024, dos primeiros mísseis operacionais A-Darter para a Força Aérea da África do Sul[471].

<u>Comércio</u>

Marcos: África do Sul é o principal parceiro do brasil na África Austral. Assinado em 2008 pelo MERCOSUL e em 2009 pela SACU[472], o acordo de comércio preferencial (ACP) entrou em vigor em 2016. Apesar da vigência do acordo, não houve crescimento no comércio com a África do Sul entre 2017 e 2021. O ACP não inclui todo o universo tarifário, mas apenas 1.026 de linhas tarifárias ofertadas pela SACU e 1.076 itens pelo MERCOSUL, com margens de preferência de 10%, 25%, 50% e 100%. Quase nada da pauta agrícola tem redução tarifária. Além do comércio de bens, trata de regras de origem, medidas de salvaguardas, medidas *antidumping* e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio (TBT), medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e solução de controvérsias.

[471] O projeto de fabricação dos mísseis A-Darter teve início em 2006, com parceria da empresa sul-africana Denel e das brasileiras Mectron, Avibras e Opto Eletrônica. Financiado conjuntamente pelo Brasil e pela África do Sul (com cada país responsável por 50% do aporte financeiro), o prazo original de entrega dos mísseis era outubro de 2017, mas uma série de atrasos paralisou a produção por mais de quatro anos. Apesar da boa notícia sobre a entrega dos mísseis ainda em 2024, há preocupações sobre sua possível obsolescência.

[472] A SACU reúne cinco países da África Austral: África do Sul, Botsuana, Lesoto, Essuatíni e Namíbia.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: África do Sul

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
1.642,4	577,1	2.219,5	1.065,3
-4,7% Var. Jan-Dez 2023/2022	-36,4% Var. Jan-Dez 2023/2022	-15,7% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

0,5%	37º	0,2%	52º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: África do Sul

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: África do Sul

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: África do Sul

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: África do Sul

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 1,64 Bilhão

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) 15%

Veículos rodoviários 13%

Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas 13%

Zinco 5,9%

Demais produtos - Indústria de Transformação 4,8%

Açúcares e melaços 4,2%

Partes e acessórios dos veículos automotivos 4,0%

Máquinas agrícolas (com exceção dos tractores) e suas partes 3,7%

Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados 3,3%

Papel e cartão 2,7%

Máquinas não elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos, e suas partes, n.e.p. 2,6%

Instalações e equipamentos de engenharia civil e contrutores, e suas partes 2,3%

Geradores elétricos giratórios e suas partes 1,7%

Amendoins 1,4%

1,3%

Celulose

Desafios: Em dezembro de 2018, a *South African Poultry Association* (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, de 12% e 37% para 82%, em linha com sua tarifa consolidada na OMC. Ademais, a autoridade sul-africana aplicou, em fevereiro de 2022, direito *antidumping* provisório. O valor do direito provisório para o Brasil foi de 265,1%, como regra geral. Em agosto de 2022, África do Sul suspendeu a imposição de direito *antidumping* contra exportações brasileiras de cortes de frango congelados. Os atuais temas prioritários na agenda agrícola para o Brasil são a retirada das salvaguardas (relacionadas à febre aftosa) atualmente em vigor contra as importações de carne com osso e miudezas de bovinos do Brasil para a África do Sul e negociações de certificados sanitários de alguns produtos. As medidas de defesa comercial aplicadas sobre as importações de ambos os países foram discutidas no Grupo de Trabalho de Economia, Comércio e Turismo no contexto da VII COMISTA.

Investimentos

Investimentos da África do Sul no Brasil: Entre 2019 e 2021, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil, nas áreas de mineração (megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American), editorial (compra de 30% da editora Abril) e aeroportuária (concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela empresa sul-africana ACSA).

Investimentos do Brasil na África do Sul: Destaca-se a presença nas áreas de transportes (Marcopolo), motores elétricos (WEG), alimentos (a AB Inbev conquistou presença em 17 mercados africanos) e construção civil (a Camargo Corrêa detém 11% do mercado local de cimento). A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana Air-Link. Há, ademais, presença no mercado sul-africano de O Boticário, Tramontina, Intercement e Wyda. Em novembro

de 2020, a Embaixada em Pretória celebrou convênio com a *Brazil-South Africa Chamber of Commerce* (BSA *Chamber*), primeira câmara de comércio bilateral entre Brasil e África do Sul, que poderá ter papel importante nas relações comerciais e de investimento entre os países e coadjuvar em muitos momentos a ação da Embaixada.

<u>Cooperação</u>

Cooperação Técnica: Desde 2003, há Acordo de Cooperação Técnica, porém não há projetos de em execução. Entretanto, registram-se demandas sul-africanas nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura. Cabe citar o diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Fundo da Renascença Africana (ARF, na sigla em inglês), em reunião realizada em agosto de 2021, em que foram levantados temas com potencial de colaboração, como meio ambiente, bioenergia, entre outros. A reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica e Desenvolvimento, no contexto da VII COMISTA, contou com a participação de ambas as agências. Na ocasião, foram apontadas oportunidades de cooperação, em especial em temas ambientais, bioenergia, descarbonização e saúde.

Cooperação Jurídica: Encontram-se em estados avançados de negociação o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal e o Tratado de Extradição. Em dezembro de 2020, o Ministério Público Federal e a *National Prosecuting Authority* (NPA) da África do Sul assinaram memorando de entendimento de modo a abrir caminho para a cooperação entre as duas instituições, com intercâmbio de informações e troca de experiências. Em outubro de 2021, o Brasil deu início a negociações de um Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas, ora em análise das autoridades sul-africanas. O tema assume importância diante do crescente número de brasileiros presos na África do Sul e de sul-africanos no Brasil.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Citam-se como objetos de cooperação em ciência e tecnologia: incubação cruzada de *startups* na área de *agritech*; acordo de cooperação científica e tecnológica entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a *National Research Foundation* (NRF), da África do Sul; diplomacia da inovação, entre outros. Existiu Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica (CCCCT), no âmbito de acordo bilateral já expirado. Em reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência, Tecnologia e Comunicações, no contexto da VII COMISTA, foi firmado o compromisso de assinar o Acordo Brasil-África do Sul sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja redação já foi concluída, com o objetivo de desenvolvimento futuro de um programa de ação. No setor de startups, houve acordo para que seja realizada nova edição do programa de incubação cruzada em 2024, enfatizando tecnologia limpa, biotecnologia e mineração. Serão ainda retomadas as conversas relativas à conclusão do Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos campos de Tecnologias de Informação e de Comunicação, tema sobre o qual a África do Sul já demonstrou interesse em cooperar com o Brasil. O país africano também já expressou interesse na cooperação bilateral para o lançamento de satélites.

Energia: Durante a VI COMISTA, a África do Sul pediu informações detalhadas acerca de como o marco regulatório brasileiro sobre biocombustíveis contempla políticas de incentivos e subsídios aos produtores locais. Há interesse sul-africano em conhecer a experiência brasileira no campo da bioenergia. Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear: o instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames

diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; e o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais. Em antecipação à VII COMISTA (2024), foi enfatizada a ausência de um arcabouço formal para a cooperação bilateral no setor energético, sendo sugerida a negociação de tal instrumento. Em referência aos biocombustíveis, o Brasil ofereceu compartilhar sua experiência no setor com a África do Sul, sugerindo também a organização do evento "Ethanol Talks" no país. Destacou-se, por fim, a acessão da África do Sul à Plataforma para o Biofuturo e à Aliança Global para Biocombustíveis.

Transportes: Em novembro de 2023, os dois países fecharam compromisso para iniciar negociações sobre um Memorando de Entendimento relativo ao tema de transportes.

Meio Ambiente: Em 2021, foi retomada iniciativa de troca de experiências sobre a concessão de áreas destinadas a parques nacionais e a gestão de infraestruturas de visitação dessas unidades de conservação entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o *South African National Parks* (SANParks), vinculado ao Ministério dos Assuntos Ambientais, da África do Sul. Em novembro do mesmo ano, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, e sua homóloga sul-africana, Barbara Creecy, assinaram o Plano de Implementação para o período 2021-2026 do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e África do Sul. Em 2023, foi realizada uma missão exploratória do ICMBio na África do Sul. Em preparação para a VII COMISTA (2024), foi realizado encontro do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, durante o qual os dois países se comprometeram a enfatizar a questão ambiental em suas respectivas presidências do G20. Ademais, defenderam a reforma da governança do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), principalmente no que se refere à distribuição desigual de assentos no Conselho do Fundo. Ainda sobre esse tema, destacaram a importância do financiamento climático para países em desenvolvimento. Concordou-se em avançar com o Plano de Implementação do Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Meio Ambiente.

Agricultura: Em maio de 2019, definiram-se dois temas prioritários para a cooperação técnica na área de agricultura entre Brasil e África do Sul: 1) capacitação sobre produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e 2) preparação de estratégias domésticas de estímulo à indústria do agroprocessamento, especificamente para o desenvolvimento dos setores de produção de frango e açúcar. Na VI COMISTA, os delegados da África do Sul manifestaram interesse em iniciar cooperação técnica com o Brasil no setor agrícola, em diversas áreas: agricultura familiar, educação rural e mecanização de pequenos produtores, entre outras. Em setembro de 2020, a África do Sul enviou proposta de acordo em agricultura que prevê amplo marco institucional para a cooperação bilateral. Sob esse arcabouço, pretende-se promover iniciativas de cooperação técnica com o Brasil em diversas áreas, como agricultura familiar, educação rural, mecanização de pequenos produtores e aprofundamento de relações entre o *Agricultural Research Council* (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária. No entanto, ainda não se encerrou a etapa negociadora desse acordo. Durante reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, no contexto da VII COMISTA, foi discutida a questão dos certificados fitossanitários no comércio bilateral, especialmente sobre a carne bovina e aviária. Assim, as partes concordaram em negociar a aplicação do conceito de compartimentação nos certificados sanitários. Outrossim, se buscará intensificar as negociações sobre um Memorando de Entendimento para a cooperação agrícola bilateral.

Saúde: O Grupo de Trabalho sobre Saúde, no contexto da VII COMISTA, concentrou-se no adensamento da cooperação bilateral no tema, sendo destacado o interesse mútuo de se negociar um Memorando de Entendimento em Saúde e Medicamentos. Ademais, os dois países identificaram áreas passíveis de trocas futuras, em especial no que se refere ao desenvolvimento de vacinas, vigilância genômica, programas de atenção primária à saúde e de redução da mortalidade materno-infantil.

Educação e Cultura: O Brasil conta com dois leitorados na África do Sul, um na Universidade da Cidade do Cabo e outro na Universidade de Pretória. Previamente à VII COMISTA, foi comemorada a entrada em vigor em 2023 do Tratado de Coprodução Cinematográfica entre o Brasil e a África do Sul. Ademais, destacaram-se as oportunidades que a abertura do Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Pretória representa para trocas futuras, como o acordo com o DIRCO que viabiliza o ensino da língua portuguesa a membros do governo sul-africano. Para a Educação Superior, foram enfatizadas as bolsas integrais de estudos concedidas em universidades brasileiras a alunos sul-africanos no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Em Educação Básica, vale lembrar que está sob análise um acordo bilateral na área.

Cooperação entre as Academias Diplomáticas: O principal resultado da VII COMISTA, realizada em abril de 2024, em Brasília, foi a assinatura do Memorando de Entendimento entre as Academias Diplomáticas do Brasil e da África do Sul, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de informações e de experiências acadêmicas, educacionais e de treinamento diplomático. Para tanto, o documento prevê o convite de diplomatas do outro país para cursos de formação e de treinamento de curto e médio prazos, além do intercâmbio de instrutores, especialistas, alunos e pesquisadores.

Esportes: Em antecipação à VII COMISTA, foi acordado o compromisso de serem apresentadas atividades em futebol e rugby pelos dois países.

Turismo: Em 2014, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre cooperação em turismo e, em preparação à VII COMISTA, foi formulado um Plano de Ação para a implementação desse memorando. Em janeiro de 2024, foi registrado um aumento de 170% da chegada de turistas brasileiros na África do Sul. Tal aumento é efeito direto da disponibilização de vôos diretos entre os dois países pela South African Airways e pela Latam.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 3,9 mil brasileiros na África do Sul, trata-se da segunda maior comunidade de brasileiros na África. Global. A Conferência da Diáspora da Sexta Região[473] será realizada em agosto de 2024, em Salvador (BA), e reunirá representantes de governos, da sociedade civil, da academia e do setor privado de países da África, das Américas e do Caribe, para debater questões como memória, restituição, reparação e a causa pan-africana.

Cooperação Humanitária: Em 2020, o Brasil repatriou mais de 850 cidadãos brasileiros retidos na África do Sul, e foram repatriados 61 nacionais sul-africanos impedidos de sair do Brasil por conta da pandemia de COVID-19.

---

[473] A União Africana conta com cinco regiões na África (regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Central) e considera a diáspora africana como sendo a sua sexta região.

III. Relações Brasil-Angola

Marcos: 1975: Estabelecimento de relações diplomáticas[474]; 1982: Comissão Mista[475]; 1986: Apoio de Angola à iniciativa brasileira de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); 1989-1997: Participação do Brasil na Primeira, na Segunda e na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (na sigla em inglês, UNAVEM I: 1989-1991; II: 1991-1995; e III: 1995-1997), com observadores nas duas primeiras e com tropas na última; 1996: Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)[476]; 2010: Parceria Estratégica; 2012: Criação da Comissão Bilateral de Alto-Nível.

Embaixada: A embaixada do Brasil em Angola foi instalada em 1975. Desde 1961, o Brasil mantinha consulado em Luanda, que sucedeu um vice-consulado honorário. Funcionou por alguns meses como representação especial junto ao governo de transição, antes de se tornar embaixada. Em novembro de 2023, foi criado o consulado-geral em Luanda. Além da embaixada, Angola mantém consulados-gerais em São Paulo e Rio de Janeiro; Embaixada do Brasil em Angola (1975).

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Bilateral de Alto Nível (criada em 2010, com reuniões em 2012, 2016 e pela terceira e mais recente vez em 2022), em nível de chanceleres; Comissão Mista de Cooperação Bilateral (criada em 1980, com a sétima e mais recente reunião em 2023; possui grupos de trabalho sobre agricultura, economia e transporte, educação, saúde e segurança pública); e Mecanismo de Consultas Políticas.

Visitas de Alto Nível: Sarney (1989) e Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1996) foram os primeiros presidentes brasileiros a visitar Angola. Lula visitou Angola em 2003, voltando ao país em 2007. A presidente Dilma também visitou o país, em 2011. No último quinquênio, o chanceler angolano Manuel Augusto esteve em Brasília por ocasião da posse do presidente Jair Bolsonaro (2019) e em 2020; o chanceler Ernesto Araújo visitou Angola ao fim de seu périplo africano (2019); o presidente Jair Bolsonaro, acompanhado do chanceler, fez escalas técnicas (não são contabilizadas como visitas oficiais) em Luanda na ida (23/01) e no retorno (28/01) da visita à

[474] O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Angola, em 1975, constitui marco da política africanista do Brasil no âmbito do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (PRE) implementado pelo presidente Ernesto Geisel e o chanceler Azeredo da Silveira. A política externa brasileira para a África já retomara, desde o governo Costa e Silva (1967-1969), as principais inovações introduzidas no âmbito da Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart, mas convivia com ziguezagues, como afirma Sombra Saraiva. Devido às limitações impostas pela amizade luso-brasileira, o Brasil evitava manifestar-se a respeito da independência das colônias portuguesas, adotando posição ambígua em relação à descolonização africana, o que acarretou isolamento a nível multilateral. Com a chegada de Geisel ao poder, o chanceler Azeredo da Silveira enviou a Angola o diplomata brasileiro Ovídio de Andrade Melo, ainda no início de 1974, quando havia incerteza sobre qual projeto sairia vencedor da disputa, violenta, entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA: marxista, apoiado pela União Soviética [URSS] e Cuba), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA: apoiada pelos Estados Unidos [EUA] e África do Sul). Em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, líder do MPLA, declarou a independência de Angola, que foi reconhecida imediatamente pelo Brasil, fazendo do País o primeiro a reconhecer a independência angolana, mesmo sob liderança de um grupo marxista, apoiado pelos soviéticos, enquanto, no Brasil, vigia regime militar anticomunista. A independência de Angola seria seguida por longa guerra civil, que se estendeu de 1975 a 2002.

[475] Criada para aumentar a cooperação bilateral, em meio a queda do comércio resultante da guerra civil em Angola.

[476] Angola participou do I Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís, MA, 1989.

Índia (2020); o vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita (2021); o chanceler Carlos França (2022) esteve em Angola para participar da 3ª reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola (CBAN)[477], à margem da XXVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP; visita de enviado especial de Angola para as comemorações do bicentenário da Independência (2022). Em 2023, o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço visitou o Brasil na ocasião da posse do presidente Lula. O ministro das relações exteriores da Angola Téte António integrou a comitiva da posse e, em sua visita ao Brasil, encontrou-se com o ministro Mauro Vieira, ocasião na qual os representantes dialogaram acerca da Parceria Estratégica e manifestaram a intenção de realizar, no primeiro semestre de 2023, a sétima reunião da Comissão Mista Brasil-Angola. A 7ª reunião da Comista efetivamente ocorreu em abril de 2023, em nova visita de António a Brasília. Em agosto, o presidente Lula realizou visita de Estado a Angola[478]. Em fevereiro de 2024, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o ministro para a Cooperação Econômica de Angola, no âmbito da reunião de chanceleres do G20, ocasião na qual o representante angolano apoiou as prioridades do Brasil na presidência do mecanismo.

Discurso Oficial: Brasil e Angola mantêm um relacionamento bilateral em nível de Parceria Estratégica, um dos dois relacionamentos do Brasil no continente africano com esse *status*, e a parceria entre os países é coordenada pela Comissão Bilateral de Alto Nível. A história de amizade e de cooperação entre Brasil e Angola tem-se desdobrado em iniciativas no campo da cooperação em defesa, técnica e educacional, na concertação no âmbito dos organismos multilaterais e no crescente comércio bilateral. As vantagens do idioma, dos laços culturais e históricos e da vizinhança atlântica, ademais dos desafios comuns entre as sociedades brasileira e angolana, facilitam sobremaneira o diálogo bilateral com Angola[479].

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: Nos últimos anos, Angola apoiou diversos pleitos brasileiros, como: 1) reeleição do Brasil para o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), para o mandato de 2019-2023; 2) reeleição do Brasil à categoria "B" do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), para o mandato 2020-2021; 3) eleição do professor Rodrigo Fernandes More

---

[477] Durante a 3ª CBAN, foram celebrados os 47 anos de relações diplomáticas e a fluidez da parceria estratégica entre os dois países. O ministro Carlos França anunciou ao governo de Angola a aprovação, pelo Governo brasileiro, do Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa entre Brasil e Angola.

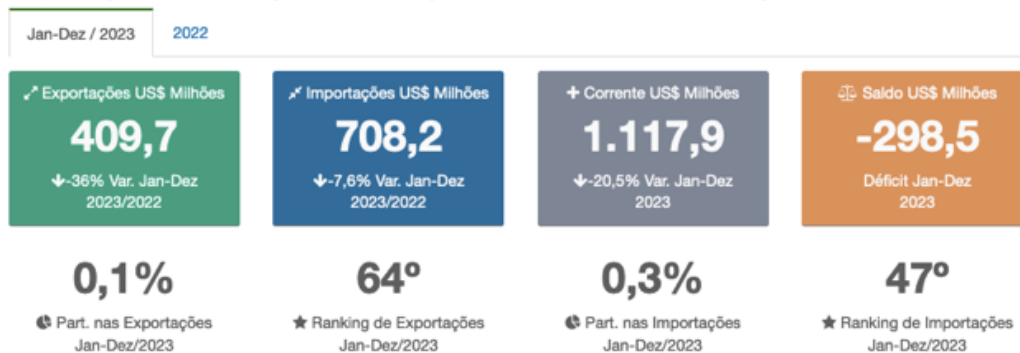
[478] Na ocasião, foram assinados os seguintes acordos: 1) Acordo sobre o Exercício de Atividades Profissionais Remuneradas pelos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas e Postos Consulares; 2) Memorando de Entendimento para a Cooperação no Domínio do Turismo Sustentável; 3) Memorando de Entendimento de Cooperação entre o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Florestas da República de Angola; 4) Memorando de Entendimento entre a Apexbrasil e a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex); 5) Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem) e o SEBRAE; 6) Escola de Todos: Fase III; e 7) Apoio à Implementação de Ações para Enfrentamento à Hanseníase em Angola. Em discurso perante a Assembleia Nacional de Angola, o presidente Lula da Silva agradeceu o firme apoio e a solidariedade do presidente João Lourenço e da Casa Legislativa angolana em defesa da democracia no Brasil, por ocasião da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 contra o Estado democrático e de direito e as suas instituições republicanas no Brasil. Durante a visita a Luanda, o presidente Lula inaugurou no Instituto Guimarães Rosa, a galeria Ovídio de Melo, que homenageia o diplomata responsável pelo Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

[479] Em julho de 2022, o governo brasileiro emitiu nota de pesar pelo falecimento do ex-presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ocorrido em 8 de julho de 2022.

a uma das duas vagas reservadas ao GRULAC de juiz do Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar, para o mandato 2020-2029; 4) reeleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos (CDH), para o período 2020-2022; e 5) eleição a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2022-2023. Angola também apoia o pleito brasileiro a assento permanente em um CSNU ampliado, seguindo posição conjunta de todos os membros da CPLP, expressa nas declarações finais das Conferências de Chefes de Estado e de Governo da organização. Os dois países compartilham a posição de que a solução para a resolução da crise na Ucrânia deve ser pela via pacífica e que é chegado o momento de se pôr fim ao conflito, que tem causado inúmeras perdas humanas e materiais.

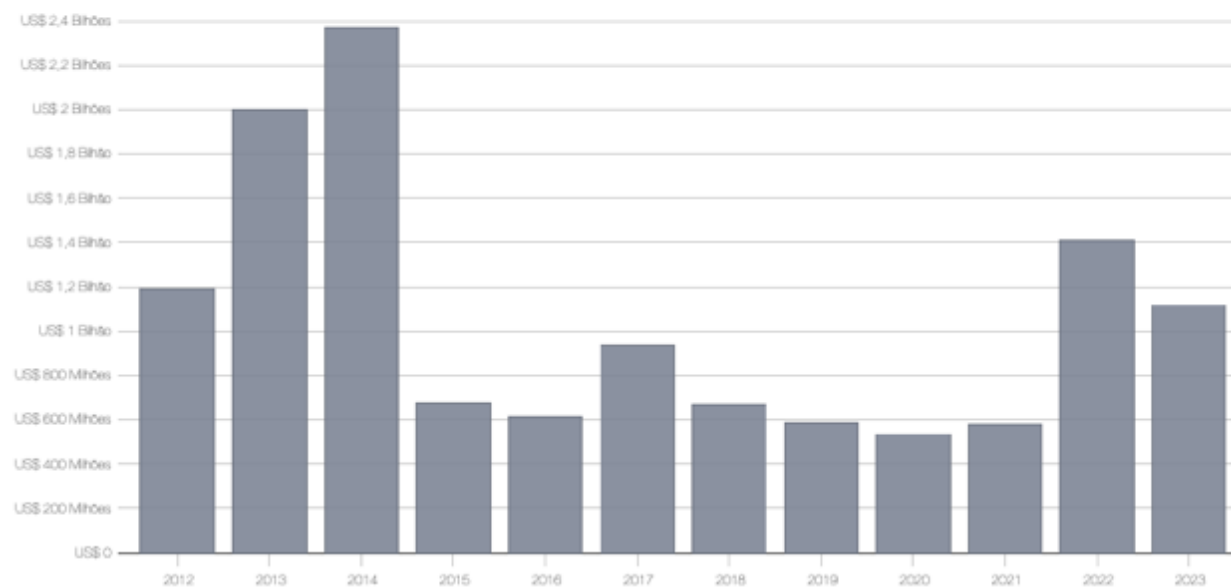
Convergências Inter-regionais e Plurilaterais: Ambos os países são membros-fundadores da CPLP (1996); são parceiros no âmbito da ZOPACAS; e possuem atuação complementar na Guiné-Bissau – Comissão para Consolidação da Paz (CCP), CPLP[480], Missão Angolana de Apoio à Reforma do Setor Militar da Guiné-Bissau (MISSANG) até 2012. Angola presidiu Processo de Kimberley em 2015, com apoio brasileiro, sobre certificação de origem de diamantes. Ambos participam do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG, na sigla em inglês) [481]. Angola participou das três cúpulas América do Sul-África (ASA, 2006, 2009 e 2011), iniciativa que contava com liderança brasileira. Os dois países fazem parte do G77+China. Em visita de Estado a Angola, em 2023, o presidente Lula congratulou o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, por ter assumido a presidência rotativa da Comunidade de Desenvolvimento dos Estados da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e enalteceu o papel que o presidente angolano tem desempenhado, em torno da pacificação do continente africano, na qualidade de líder da paz e mediador em África, designado pela UA, nomeadamente, na Região dos Grandes Lagos. Os dois presidentes apoiam estabelecimento de parceria entre a SADC e o MERCOSUL. O presidente Lula convidou o presidente Lourenço a participar da Cúpula do G20 que será realizada no Brasil, em 2024.

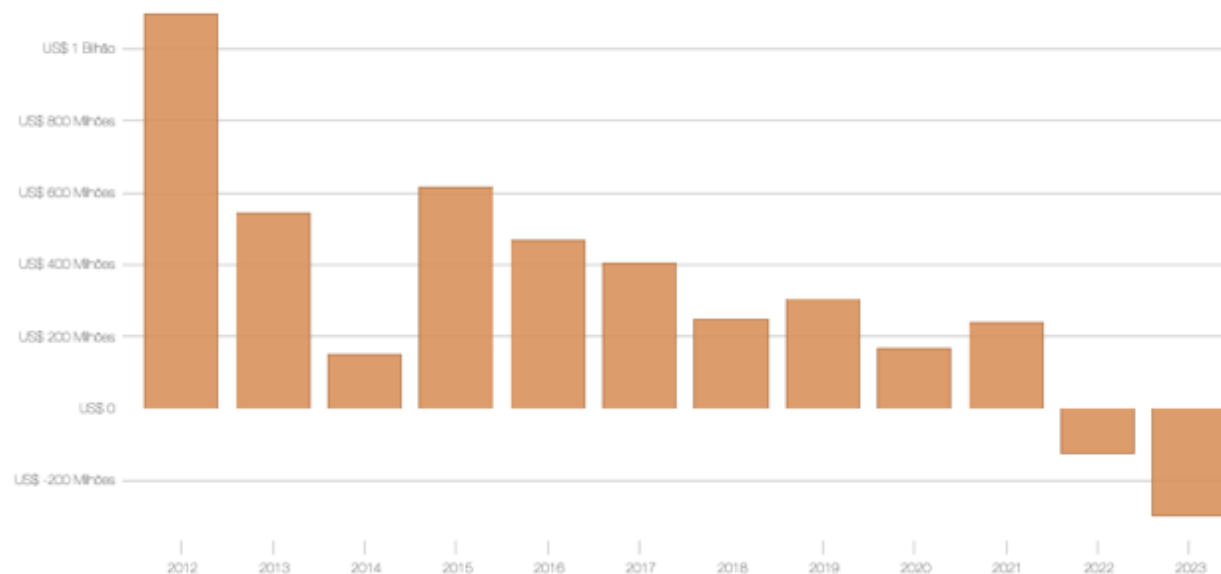
<u>Comércio</u>

Marcos: Em 2019, Angola decidiu pelo pagamento antecipado do valor integral de seu saldo devedor, de US$ 589,3 milhões, junto às instituições financeiras brasileiras. Em 2023, os dois presidentes acordaram a necessidade de se estabelecer um novo mecanismo de apoio financeiro, com a abertura de linhas de crédito ancoradas nas normas de garantia internacionais.

[480] O Brasil saudou o trabalho desenvolvido por Angola, durante a presidência *pro tempore* 2021-2023 da CPLP, e a prioridade que atribuiu ao novo pilar econômico da organização.

[481] Fórum multinacional de concertação política voltado à coordenação de ações nacionais e multinacionais de combate à pirataria, ao roubo à mão armada no mar e a outras atividades marítimas ilegais na região do Golfo.

Série histórica - Parceiro: Angola

Total ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Angola

Série histórica - Parceiro: Angola

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Angola

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Angola

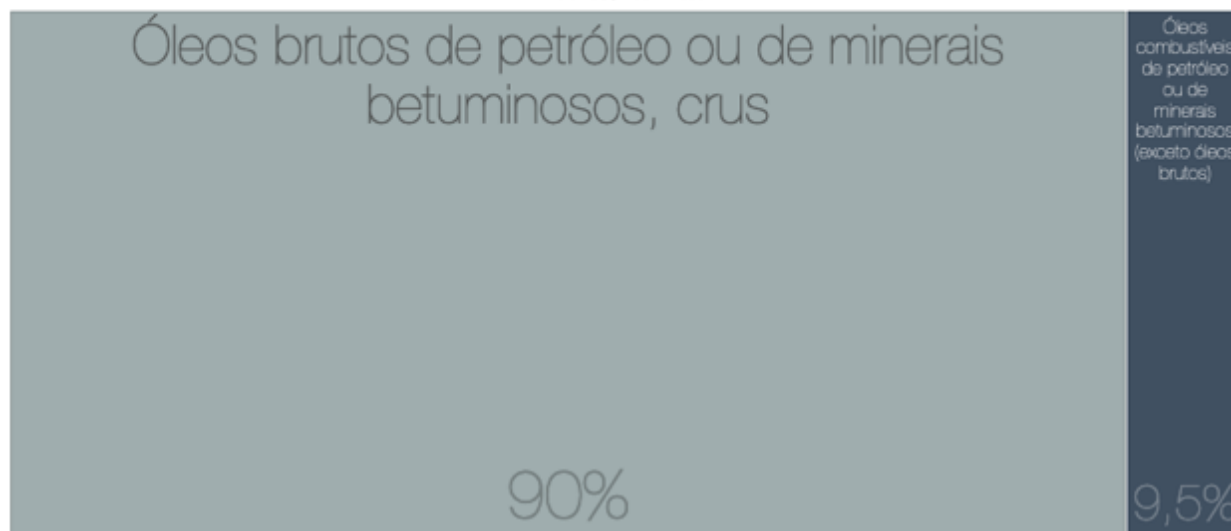
Jan-Dez / 2023 2022

Total: US$ 708 Milhões

Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus

90%

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)

9,5%

Desafios: Angola já é importante mercado para as exportações brasileiras de proteína animal (carne bovina congelada, suína e de aves), mas soma-se a outros países da África e do Oriente Médio que impuseram barreiras às importações de produtos agrícolas como medida de fomento à economia nacional. A Embraer tem interesse em realizar novas vendas a Angola, ressaltando a ampla experiência da empresa com o segmento da aviação regional.

Investimentos: Há uma série de acordos entre ambos nas áreas de investimentos e serviços – Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI, 2015); Memorando de Entendimento entre Brasil e Angola para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, da Agricultura, da Energia e dos Serviços (2015); Acordo sobre Serviços Aéreos (2019); e Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros nos Setores Aéreo e Marítimo (ADT, 2023). Em agosto de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex). Também no contexto da visita de Estado do presidente Lula, em agosto, foi realizado Fórum Empresarial[482] dedicado à agricultura familiar e a segurança alimentar, com representantes dos setores empresariais angolano e brasileiro, atuantes em Angola e no Brasil.

Investimentos do Brasil em Angola: Angola é o principal destino de investimentos brasileiros na África, sobretudo de construtoras e petrolíferas. As empresas brasileiras mais atuantes no país são a Petrobras, a Vale e as construtoras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. A Odebrecht chegou a ser a maior empregadora privada de Angola, com 17 mil funcionários no início dos anos 2010. A Petrobras atua com Sonangol para explorar petróleo

[482] Na ocasião, foram identificadas oportunidades de investimento e de crescimento comercial entre Brasil e Angola, bem como novas linhas de financiamento ao comércio e investimentos bilaterais. Os dois presidentes acordaram a necessidade de se estabelecer um novo mecanismo de apoio financeiro, com a abertura de linhas de crédito ancoradas nas normas de garantias internacionais.

angolano. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoia obras de infraestrutura em Angola (rodovia Luanda-Kifangondo, hidrelétricas de Capanga, Laúcae Cambambe, usina de etanol em Malange).

Investimentos de Angola no Brasil: Em abril de 2019, foi inaugurado centro de processamento de dados da empresa Angola Cables, em Fortaleza, o "*Angonap Data Center* Fortaleza". O Angonap é hoje o principal ponto de conexão da América do Sul, diretamente ligado a dois cabos submarinos intercontinentais: o *South Atlantic Cables System*, (SACS, entre a cidade angolana de Sangano e Fortaleza) e o "Monet" (entre São Paulo e Miami), ambos instalados e mantidos pela Angola Cables. O Banco de Desenvolvimento de Angola financiou o investimento, incluindo a rede submarina e a construção do centro.

Segurança e Defesa: Visitas de altas autoridades dos ministérios da Defesa de ambos os países são constantes e demonstram a intensidade das relações bilaterais nessa área. Em 2009, a Força Aérea de Angola comprou 6 Super Tucanos da Embraer. Em 2010, foi assinado o Acordo de Cooperação Brasil-Angola no Domínio da Defesa, aprovado em 2022 pelo Congresso Nacional, que disciplina cooperação nas áreas de inteligência militar, equipamentos e sistemas militares, ciência e tecnologia de interesse militar, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa. Por ocasião de missões da Embraer Defesa e Segurança, em 2019, autoridades angolanas manifestaram interesse em negociar contrato para recuperação e suporte logístico de seis aeronaves turboélice A-29 Super Tucano, encomendadas junto à Embraer em 2012 ao custo total de U$S 96 milhões, de dez Emb-312 Tucano (adquiridos em 1998) e de um Legacy-600 (incorporado em 2007), que se encontram inoperantes por falta de manutenção. Em 2020, o navio-patrulha oceânico Amazonas participou, em Luanda, de exercícios de simulação e adestramento para oficiais angolanos e santomenses da operação marítima multinacional *Obangame Express*, destinada a treinamento para combate a ilícitos transnacionais no Golfo da Guiné. Em 2022, houve cooperação entre as marinhas de Angola e do Brasil nos exercícios realizados no âmbito da Operação *Obangame Express*, voltada à repressão da pirataria, do roubo armado, da pesca ilegal e do tráfico de drogas no Golfo da Guiné. A CPLP também constitui importante fórum em que Brasil e Angola promovem cooperação na área de defesa. Os Estados-Membros têm buscado, entre outros temas, contribuir para o reforço das capacidades nacionais em matéria de defesa e explorar possibilidades de cooperação no âmbito de missões. Entre os temas regionais de interesse, estão a segurança do Atlântico Sul e o combate à pirataria no Golfo da Guiné. Bilateralmente, em termos de segurança, destaca-se a assinatura, em 2019, de acordo que busca fomentar a cooperação, sobretudo em áreas como terrorismo, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, sequestro, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, crimes contra a vida, corrupção e crimes contra propriedade.

Cooperação

Cooperação Técnica: A cooperação técnica oferecida pelo Brasil a Angola privilegia o desenvolvimento de capacidades locais, bem como o compartilhamento de conhecimentos e experiências para a formulação e a implementação de políticas públicas e ações mais específicas de treinamento e capacitação profissional. A cooperação técnica entre Brasil e Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. No âmbito desse acordo, Brasil e Angola desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e

agricultura. Em 2012, no âmbito da Parceria Estratégica, foi assinado Ajuste Complementar para Implementação do Programa Plurianual de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica Brasil-Angola 2012-2014, cujo teor conta ao todo com vinte e duas áreas para cooperação conjunta.

Aviação Civil: Em abril de 2023, foram assinados memorandos de entendimento entre as ANACs de ambos os países sobre cooperação técnica e sobre céus abertos, além de memorando de entendimento entre as autoridades responsáveis por investigação e prevenção de acidentes graves em aeronaves civis.

Saúde: Atualmente, a pauta de cooperação bilateral com o país é prioritariamente focada no setor de saúde e conta com três projetos em execução: 1) criação de Banco de Leite Humano (BLH, inaugurado em Luanda, em 2019)[483]; 2) implementação de medidas para prevenção e controle do câncer; e 3) implementação de medidas voltadas à atenção integral a pessoas com doença falciforme. Em agosto de 2023, foi adotado o projeto "Apoio à Implementação de Ações para Enfrentamento à Hanseníase em Angola", sob o Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica de 1980. Estão em negociação novos projetos, que versam sobre formação médica em cardiologia e combate a HIV/AIDS e tuberculose. Em abril de 2023, durante reunião da Comista bilateral, foi assinado memorando de entendimento entre os ministérios da Saúde dos dois países. Em abril de 2024, houve o lançamento do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola, coordenado pela ABC e em parceria com os ministérios da Educação e da Saúde. O programa formará profissionais angolanos no Brasil em diversas modalidades de ensino, tais como residência, doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento e estágio complementar. O objetivo é fortalecer o sistema público de saúde do país africano.

Educação: Angolanos participam do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Além disso Angola é o segundo país, após Guiné-Bissau, em número de estudantes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Em janeiro de 2020, foi firmado convênio com a Universidade Agostinho Neto, principal instituição de ensino superior do país, para recepção de professor-leitor brasileiro na área de língua portuguesa, a ser selecionado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em agosto de 2023, foi adotada, sob o Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica de 1980, a terceira fase do projeto "Escola de Todos", que tem como objetivo contribuir com o Instituto Nacional para a Educação Especial de Angola (INEE) para a consolidação e desenvolvimento da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar e para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Agropecuária: Há interesse angolano em aprofundar cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na área de pesquisa agrícola. Houve reunião de grupo de trabalho sobre agricultura previamente à 7ª reunião da Comista, em 2023. Também em 2023 deverá começar a implementação do projeto "Desenvolvimento de regiões irrigadas e políticas de apoio

---

[483] O projeto é encarado hoje como a principal iniciativa de cooperação técnica bilateral. Firmado em outubro de 2017, após anos de negociação (o início das tratativas data de 2010-2011), tem por objetivo contribuir para a redução da mortalidade infantil em Angola, com ênfase na componente neonatal, por meio da instalação do primeiro BLH do país, na Maternidade Lucrécia Paim, inaugurado em 18 de novembro de 2019.

à agricultura familiar". Estão em discussão interesses do Brasil em exportar matéria genético bovino e avícola, produtos destinados à alimentação animal de origem não animal, alevinos e aves ornamentais. Em agosto de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação entre o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Florestas da República de Angola.

Cultura: O Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) foi inaugurado em novembro de 2003. Como resultado de memorando de entendimento bilateral, assinado em 2009, houve cessão recíproca de imóveis históricos, com vistas a abrigar o Centro Cultural de Angola no Brasil, que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, e do Brasil em Angola. A nova sede do CCBA foi instalada onde se localizava o antigo "Hotel Luanda", que teve a fachada restaurada e o interior reconstruído. É um dos principais espaços culturais da capital angolana. Em 2019, o centro foi palco de 112 eventos culturais e educacionais nas áreas de teatro, cinema, literatura, música, dança, artes plásticas, gastronomia, capoeira, entre outras. A qualidade das instalações e da programação desenvolvida pelo CCBA motivou, entre outras razões, a decisão do Itamaraty de incluí-lo na lista de sedes-piloto do Instituto Guimarães Rosa (IGR).

Formação Diplomática: Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Instituto Superior das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores de Angola foi celebrado em 2018.

Segurança Pública: Em dezembro de 2019, foi assinado acordo de cooperação em matéria de segurança e ordem interna, que ainda não foi ratificado pelo Brasil.

Cooperação Trilateral: Projetos trilaterais estão em andamento, em áreas como atenção humanizada ao parto, capacitação de gestores de formação profissional, sistemas de distribuição de água, em colaboração com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês), bem como nas áreas do desporto e do direito de pessoas com deficiência, em colaboração com a CPLP.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se em cerca de 27 mil a comunidade de brasileiros vivendo em Angola, correspondendo à maior comunidade brasileira na África. Destaca-se, igualmente, a atuação de igrejas evangélicas brasileiras no país, apesar de acusações apresentadas, em 2021, contra a Igreja Universal do Reino de Deus.

Turismo: A TAAG Linhas Aéreas de Angola opera três voos semanais entre São Paulo e Luanda, com previsão de crescimento. Em agosto de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação no Domínio do Turismo Sustentável.

Empreendedorismo: Em agosto de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

IV. Relações Brasil-Etiópia

Marcos: 1951: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1960: Visita oficial do imperador Haile Selassie ao Brasil, encerrada antecipadamente devido a uma tentativa frustrada de golpe de estado na Etiópia; 2005: Novo impulso no relacionamento bilateral, concomitante ao interesse brasileiro em se aproximar da União Africana (UA), com a reabertura da Embaixada do Brasil na Etiópia e a visita do chanceler Celso Amorim a Adis Abeba; 2013: A presidente Dilma Rousseff realiza a primeira visita de um chefe de Estado do Brasil à Etiópia; 2018: I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia.

Embaixada: Em 1951, foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, que funcionou cumulativamente com a Legação do Brasil no Cairo até 1956, quando sua sede foi transferida para Beirute. Em 1961, durante o governo Jânio Quadros, a representação brasileira foi elevada à categoria de embaixada, com sede em Adis Abeba, mas o primeiro embaixador foi designado apenas em 1967. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi desativada em 1970, sendo reaberta em 2005. O embaixador do Brasil em Adis Abeba é acreditado como representante do governo brasileiro junto à UA. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul. Em outubro de 2021, a Embaixada da Etiópia em Brasília foi temporariamente fechada, em meio ao amplo processo de reestruturação empreendido pela Chancelaria etíope no contexto do conflito em Tigré. A embaixada foi reaberta em maio de 2022.

Coordenação Política

Instâncias: Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia (2010); Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia — foram realizadas duas edições até então, uma presencial, em Adis Abeba, em 2018, e uma segunda, por videoconferência, em 2021.

Visitas de Alto Nível: A troca de visitas de alto nível entre Brasil e Etiópia tem sido frequente desde meados dos anos 2000. Em 2005, o então chanceler Celso Amorim visitou Adis Abeba, acompanhado de representantes do Ministério da Saúde, da Embrapa e do setor empresarial. Os chanceleres Antonio Patriota (2012) e Mauro Vieira (2016, 2023 e 2024) também visitaram Adis Abeba durante as suas respectivas chancelarias. A presidente Dilma Roussef visitou a Etiópia em 2013, e o presidente Lula, junto a uma comitiva de ministros, em 2024, no contexto de relançamento da política externa brasileira para os países africanos. Os chanceleres Mauro Vieira e Taye Atske Selassie reuniram-se, em junho de 2024, à margem de encontro do BRICS, quando deram seguimento aos temas tratados na visita do presidente Lula, com foco em agricultura e segurança alimentar. Quanto a visitas de altas autoridades etíopes ao Brasil, registrem-se a presença do primeiro-ministro Meles Zenawi no Brasil, à frente da delegação etíope na Conferência Rio+20 (2012); do ministro do Desenvolvimento Urbano e Construção, Hailemeskel Hailemarkos (2012); do ministro das Finanças, Sufian Ahmed (2012); do ministro do Desenvolvimento Urbano da Etiópia, Mekuria Haile (2013); do vice-primeiro-ministro Demeke Mekonnen, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia (2014); do ministro da Agricultura e Recursos Naturais, Eyasu Abraha Alle, à frente de missão de aprendizagem sobre boas práticas na área agrícola, com enfoque na produção do café (2017); da ministra de Recursos Hídricos, Irrigação e Eletricidade, Wro Frenesh Mekuria (2018); e da ministra da Saúde, Lia Tadesse, à frente de delegação etíope da área social (2019). Em junho, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com seu homólogo, Taye Atske, à margem da reunião ministerial do BRICS, na Rússia.

Discurso Oficial: A Etiópia é o segundo país mais populoso da África, com cerca de 125 milhões de habitantes, e a quinta maior economia do continente, com PIB nominal de US$ 156 bilhões (2023). Membro pleno do BRICS desde 1º de janeiro de 2024, a Etiópia é um dos principais centros diplomáticos do continente africano, pelo fato de a capital, Adis Abeba, abrigar as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA). Além disso, Adis Abeba é hoje o principal ponto de conexão aeroportuária entre Brasil e África. Para o Brasil, essas credenciais vêm tornando a Etiópia parceiro de crescente relevância no continente africano. A Etiópia, por sua vez, identifica o Brasil como importante parceiro, entre os países emergentes. Na agenda bilateral, destacam-se temas internacionais de interesse comum como o combate à fome e à pobreza; a proteção e desenvolvimento das florestas; o combate à mudança do clima; e a reforma das organizações internacionais. Brasil e Etiópia têm desenvolvido diversos programas de cooperação nos últimos anos, sobretudo em temas agrícolas. Embora as relações com a Etiópia tenham-se aprofundado desde 2005, ainda há vasto espaço para a ampliação e a diversificação do relacionamento bilateral, em especial nos planos econômico-comercial, da cooperação técnica e do diálogo político.

Convergências

Convergências Multilaterais: Há concordância bilateral quanto ao respeito pelo direito internacional e à reforma das instituições políticas e financeiras multilaterais.

Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do BRICS e do G77+China. A adesão da Etiópia ao BRICS reforçará, na visão brasileira, o apelo do grupo ao multilateralismo inclusivo. Ademais, o Brasil foi o proponente da candidatura da União Africana como membro permanente do G20. Durante a sua visita a Adis Abeba em 2024, o presidente Lula convidou a Etiópia para integrar a Aliança Global Contra a Fome, um dos focos da Presidência brasileira à frente do G20. Além disso, o primeiro-ministro Abiy Ahmed confirmou que virá ao Brasil para participar como convidado da Cúpula do G20, em novembro de 2024. Há, ainda, interesse dos países na retomada das Cúpulas América do Sul-África (ASA) como instrumento de integração entre os continentes.

Comércio e Investimentos

Marcos: A primeira visita do setor empresarial foi realizada em 2005, juntamente à visita de trabalho do ministro Celso Amorim. Há um Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos desde 2016, assinado por Mauro Vieira e seu então homólogo Tedros Adhanom, no contexto de visita do chanceler brasileiro a Adis Abeba. Na mesma visita, foi realizado seminário empresarial Brasil-Etiópia, e foram iniciadas as negociações de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que seria assinado em 2018, durante a I Reunião de Consultas Políticas. O ACFI ainda não está em vigor — o Brasil já ratificou o acordo, mas ainda não o promulgou, pois aguarda a ratificação da contraparte etíope. A fim de explorar oportunidades de negócios entre os países, o Brasil enviou em dezembro de 2023 uma missão empresarial para a Etiópia, que contou com a presença de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Agricultura e Pecuária, da ApexBrasil e representantes da iniciativa privada brasileira.

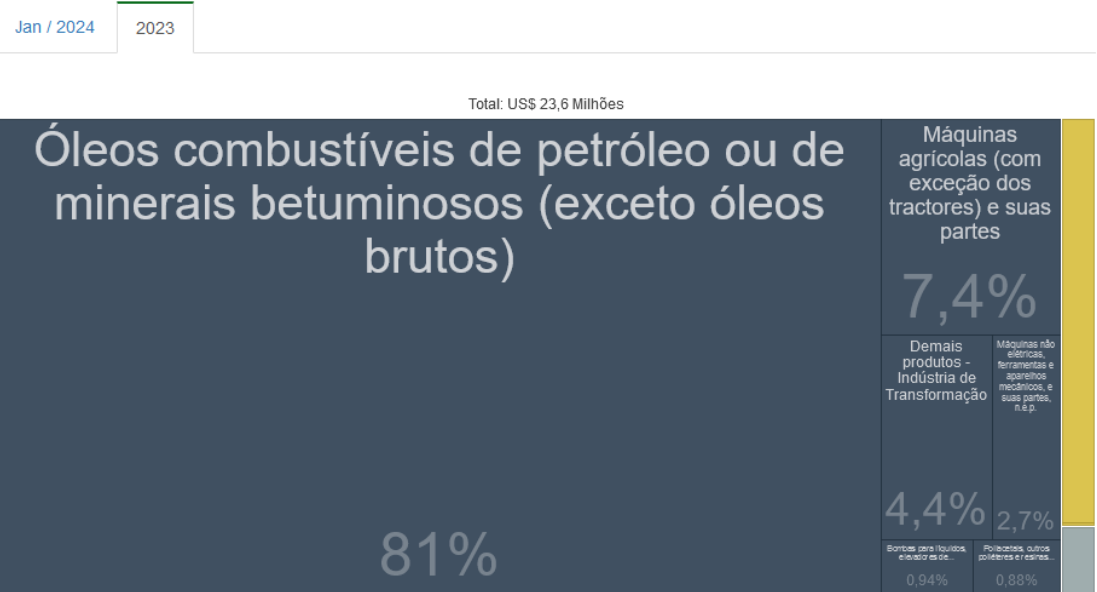
Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Etiópia
Jan / 2024
2023
Exportações US$ Milhões
23,6
-17,8% Var.
2023/2022
Importações US$ Milhões
0,2
-50,0% Var.
2023/2022
Corrente US$ Milhões
23,8
-18,2% Var.
2023
Saldo US$ Milhões
23,4
Superávit
2023
0,007%
Part. nas Exportações
2023
145º
Ranking de Exportações
2023
0,00008%
Part. nas Importações
2023
156º
Ranking de Importações
2023

Série histórica - Parceiro: Etiópia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 65 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 55 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 45 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 35 Milhões
US$ 30 Milhões
US$ 25 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 15 Milhões
US$ 10 Milhões
US$ 5 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Etiópia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 65 Milhões
US$ 60 Milhões
US$ 55 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 45 Milhões
US$ 40 Milhões
US$ 35 Milhões
US$ 30 Milhões
US$ 25 Milhões
US$ 20 Milhões
US$ 15 Milhões
US$ 10 Milhões
US$ 5 Milhões
US$ 0
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Etiópia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Etiópia

Jan / 2024 | 2023

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Etiópia

Jan / 2024 | 2023

Desafios: O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Após atingir o pico histórico de US$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US$ 13,7 milhões. A partir de 2018, o comércio bilateral tem oscilado.

Cooperação

Cooperação Técnica: O acordo de cooperação técnica entre Brasil e Etiópia (2012) foi promulgado em 14 de fevereiro de 2024, no dia anterior à chegada do presidente Lula a Adis Abeba, em visita oficial. Até então, as iniciativas de cooperação eram desenvolvidas ao abrigo de ato firmado com a União Africana em 2007, ou de acordos bilaterais sobre cooperação em temas específicos. A Etiópia manifesta interesse pela cooperação técnica brasileira nas seguintes áreas: segurança alimentar, energia e saneamento básico. Também em 2012, foi firmado memorando de entendimento para o estabelecimento de uma comissão mista permanente para o tema cooperação.

Agricultura e Desenvolvimento Agrário: A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país a secas e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar de sua população. Em 2005, representantes da Embrapa visitaram o país no contexto da visita de Celso Amorim a Adis Abeba. Em 2011, uma missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa foi enviada à Etiópia, e, em 2012, os países assinaram protocolo de intenções para cooperação técnica na área de agricultura. A ABC já desenvolveu atividades de cooperação voltadas para técnicas de produção agrícola em regiões semiáridas (2008); compartilhamento de experiências em biocombustíveis (2009-2010); e irrigação agrícola em pequena escala (2011). Atualmente, estão em execução projetos bilaterais nas áreas florestal e da cotonicultura. No âmbito de parceria existente entre a Embrapa e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR), Brasil e a Etiópia mantêm projetos de cooperação técnica nas áreas de manejo sustentável de florestas e manejo de solos ácidos. No contexto da participação do presidente Lula na 37ª Cúpula da UA, em 2024, foi assinado Memorando de Entendimento com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), que é formada por oito membros (Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda), os quais têm na agricultura o setor econômico mais importante. Por meio do memorando firmado, o Brasil reforça o apoio à estratégia 2021-2025 da IGAD para segurança alimentar e combate à desertificação.

Saneamento Básico: Está em execução projeto trilateral, com a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para fortalecimento do saneamento básico.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Acordo sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (2013), em vigor desde 2018.

Educação e Cultura: Acordo de Cooperação Educacional (2013), em vigor desde 2019. No âmbito trilateral, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), há iniciativa de cooperação na área de alimentação escolar.

Saúde: Há um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde (2005). Durante a reunião da 37ª Cúpula da União Africana (UA), o presidente Lula anunciou a ampliação da cooperação em saúde com o continente, com a criação de uma representação da Fiocruz em

Adis Abeba, que se inspira na experiência bem-sucedida do escritório da Fiocruz em Moçambique, inaugurado em 2008.

Energia: Além do projeto de cooperação em biocombustíveis, houve, em 2018, envio ao Brasil de missão técnica para conhecimento da experiência brasileira na produção de bioenergia.

Meio Ambiente: O projeto bilateral para o fortalecimento do manejo sustentável de florestas na Etiópia, entre Embrapa e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR), com encerramento previsto para o fim de 2023, tinha por objetivo o aumento da capacidade técnica das instituições e dos agricultores locais na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira local é estimada em cerca de 80 pessoas, sendo atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários.

Cooperação Humanitária: Em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar, por meio do PMA, estoques públicos de alimentos. Foram doadas toneladas de alimentos nos anos subsequentes. Desde 2012, a Etiópia também é parte do programa PAA África ("Purchase from Africans for Africa"), iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, com apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar. O governo brasileiro também contribuiu ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados na Etiópia do conflito somali, em 2011, bem como realizou doação, naquele mesmo ano, ao Fundo de População das Nações Unidas para Desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito. Em 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil doou à Etiópia, 50 mil ampolas do antibiótico antibacteriano Azitromicina 500mg.

Serviços Aéreos e Turismo: As relações aerocomerciais são regidas por Acordo de Serviços Aéreos celebrado em 2013 (entrada em vigor em 2018), no contexto da visita da então presidente Dilma Roussef a Adis Abeba. Em julho de 2013, a Ethiopian Airlines, empresa estatal etíope, passou a operar a rota aérea Adis Abeba-São Paulo, tornando-se o primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil. A Ethiopian Airlines é considerada a maior empresa aérea africana, e seus planos de expansão podem beneficiar a Embraer – em sua visita a Adis Abeba, em 2023, o ministro Mauro Vieira informou ao ministro de Negócios Estrangeiros sobre o interesse da fabricante brasileira de estabelecer negócios com a empresa etíope. Em junho de 2015, a Ethiopian Airlines passou a beneficiar-se, na rota Adis Abeba-São Paulo, do Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional (ADT).

V. Relações Brasil-Nigéria

Marcos: 1961: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Nigéria; 1972: Primeira visita de um chanceler brasileiro, Gibson Barboza; 1981: Primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria; 1983: Primeira visita de um presidente brasileiro, João Figueiredo; 2006: Liderança de Brasil e Nigéria no lançamento da Cúpula América do Sul-África (ASA); 2010: Reunião de Consultas Políticas; 2013: Criação do Mecanismo de Diálogo Estratégico.

Embaixada: Houve abertura de embaixadas, de ambos os lados, na década de 1960 (brasileira, 1961; nigeriana, 1966). Em 2002, a embaixada brasileira em Lagos foi extinta, e foi criado escritório de representação em Abuja, transformado em embaixada em 2004. Cumpre, ainda, ressaltar, a existência de consulado-geral em Lagos, um dos únicos na África. Em 2016, foi fechado o consulado-geral da Nigéria em São Paulo, aberto em 2014.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Mista Brasil-Nigéria (1981); Mecanismo de Diálogo Estratégico (2013[484]), copresidido pelos vice-presidentes dos dois países; Fórum Empresarial Brasil-Nigéria (2017).

Visitas de Alto Nível: Em seus mandatos prévios, o presidente Lula visitou a Nigéria em 2005 e 2006, enquanto a presidente Dilma esteve no país em 2013. Em 2005, houve visita ao Brasil do presidente Olusegun Obasanjo, por ocasião da celebração do 7 de setembro. Em 2009, foi a vez da visita do presidente Umaru Musa Yar'Adua. Em 2012, houve visita do presidente Goodluck Jonathan para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20), à margem da qual se reuniu também com a presidenta Dilma Rousseff. Recentemente, houve trocas de visitas a Abuja e Brasília, a exemplo da visita de Aloysio Nunes (2017) e a retribuição do ministro de Negócios Estrangeiros nigeriano (2018), bem como de Ernesto Araújo (2019) e da ministra da Indústria, Comércio e Investimentos da Nigéria (2019). O ministro Mauro Vieira manteve encontro de trabalho com o ministro de Relações Exteriores da Nigéria, Geoffrey Onyeama, em primeiro de março, à margem da reunião ministerial do G20. Os representantes abordaram temas das relações bilaterais, a perspectiva de reaproximação entre o Brasil e a África, após a mudança de governo no Brasil, e o papel de Brasil e Nigéria nos grandes temas da agenda internacional. Em fevereiro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com o presidente nigeriano, Bola Tinubu. No encontro, Tinubu falou sobre o desejo de "energizar" o relacionamento bilateral, enquanto Lula destacou a vontade de ampliar o fluxo comercial entre os dois países, que já registrou valores da ordem de US$10 bilhões e atualmente giram em torno de US$1,73 bilhão.

---

[484] Em novembro de 2013, realizou-se, em Brasília, a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE), copresidida pelos então vice-presidentes Michel Temer e Namadi Sambo. Houve convergência quanto ao interesse em intensificar a cooperação no combate ao tráfico de drogas e na área de defesa (com possíveis desdobramentos para o comércio de produtos militares). Na discussão sobre investimentos, acordou-se dar seguimento às negociações de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) proposto pelo Brasil. O MDE foi estabelecido com nove Grupos de Trabalho sobre agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento agrário, temas consulares e jurídicos, defesa, mineração, energia, comércio e investimentos, cultura e infraestrutura. Em carta de congratulações pela posse de seu homólogo nigeriano, em 2023, o o vice-presidente Geraldo Alckmin manifestou disponibilidade para a retomada do MDE.

Discurso Oficial: Os vínculos entre as sociedades brasileira e nigeriana antecedem, em alguns séculos, o estabelecimento de relações diplomáticas entre os respectivos Estados, e as influências se observam em ambos os sentidos: de um lado, os milhares de habitantes da atual Nigéria (sobretudo da etnia *iorubá)* que, em séculos passados, foram transferidos compulsoriamente para o Brasil, sob regime de escravidão, contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira; de outro, os nigerianos retornados, especialmente durante o século XIX, auxiliaram, com seus conhecimentos e artes adquiridos no Brasil, na construção do que viria a se tornar a Nigéria independente. Com mais de 200 milhões de habitantes, a Nigéria é o país mais populoso e a maior economia da África. Em termos políticos, a importância bilateral remete a 1960, ano da independência nigeriana e ocasião em que o Brasil foi o único país latino-americano convidado à cerimônia de independência. Recentemente, ressalta-se que a Nigéria logrou importantes avanços para estabilidade política e democrática, de modo que o Brasil segue contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a consolidação da paz, por meio da cooperação Sul-Sul. Desde a redemocratização da Nigéria, em 1999, as iniciativas de aproximação adquiriram novo impulso, com a realização de diversas visitas de alto nível. O governo brasileiro tem buscado manter diálogo político fluido com Abuja, a fim de aprofundar suas relações com a maior economia africana e contar com o apoio, em sua atuação na África, de um líder regional importante. Por seu turno, o governo nigeriano tem procurado fortalecer suas relações com o Brasil e outros países emergentes, com vistas a diversificar seu rol de parcerias e aumentar sua margem de barganha frente às grandes potências. Em 8 de março de 2023, o governo brasileiro cumprimentou o presidente eleito, o senhor Bola Ahmed Tinubu, e ressaltou a intenção de aprofundamento das relações com a Nigéria.

Convergências

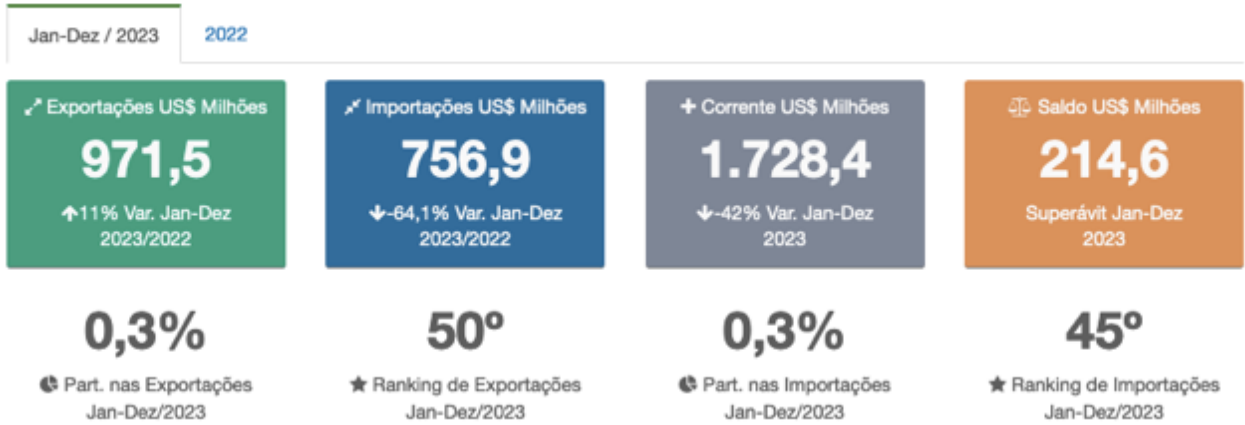
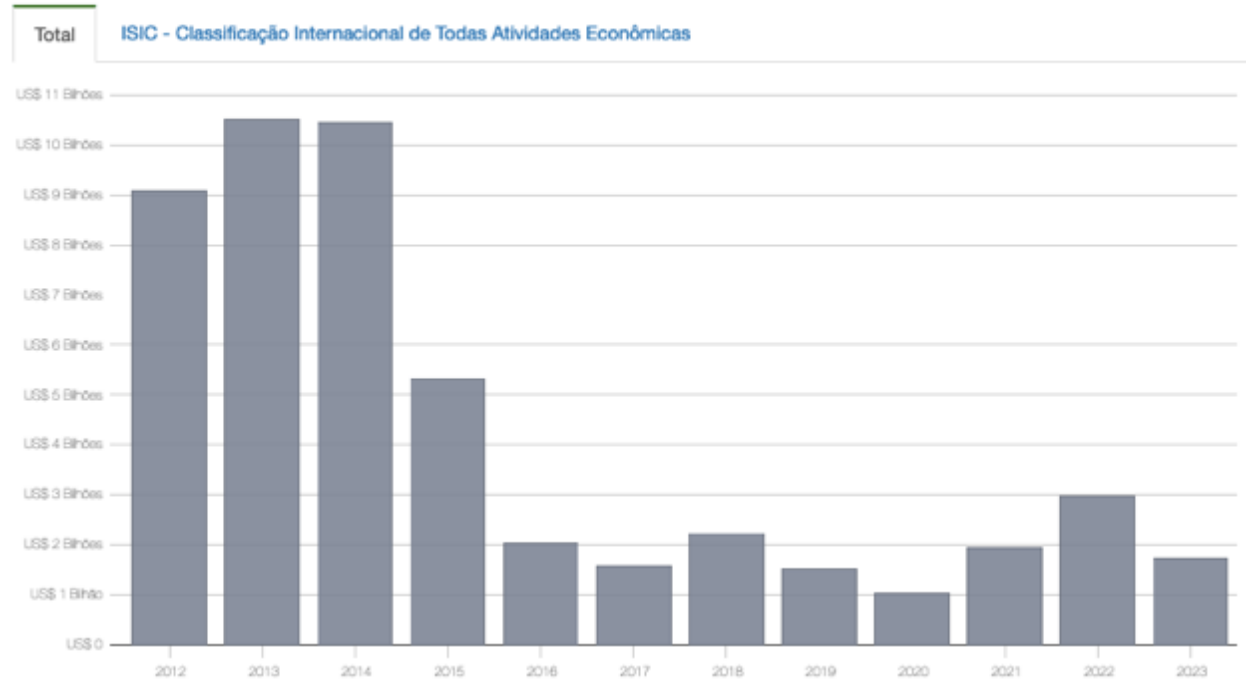
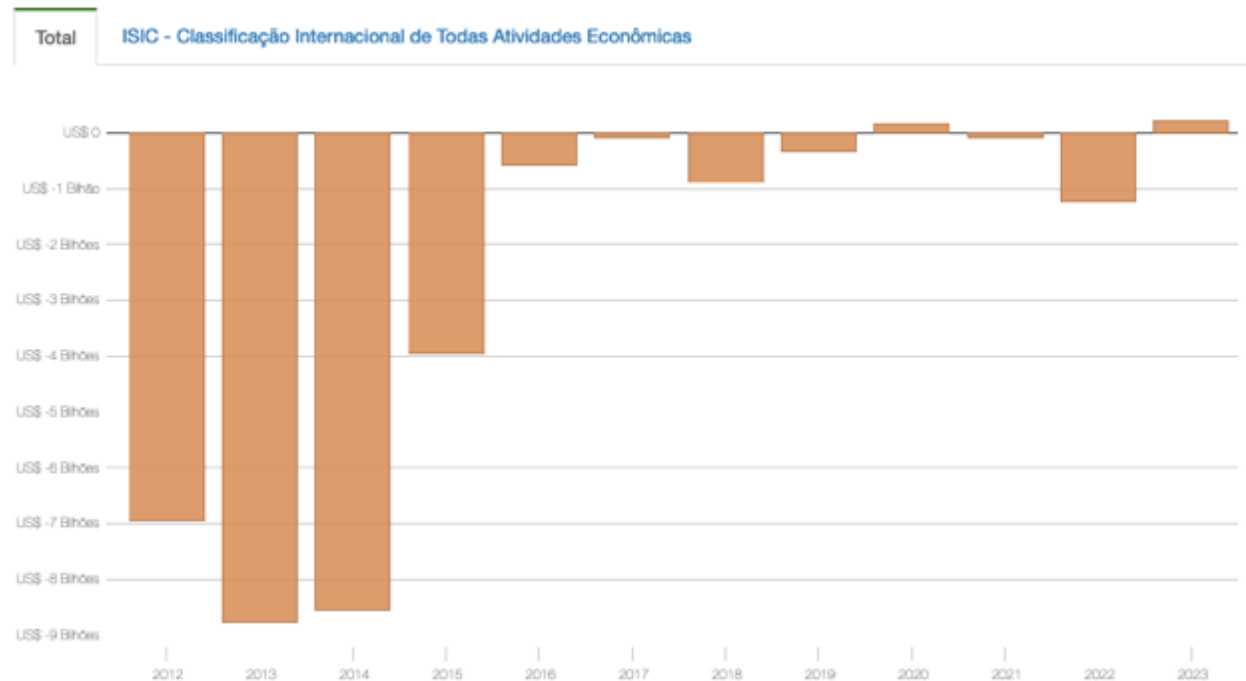
Convergências Multilaterais: Há concordância bilateral quanto às reformas da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais.

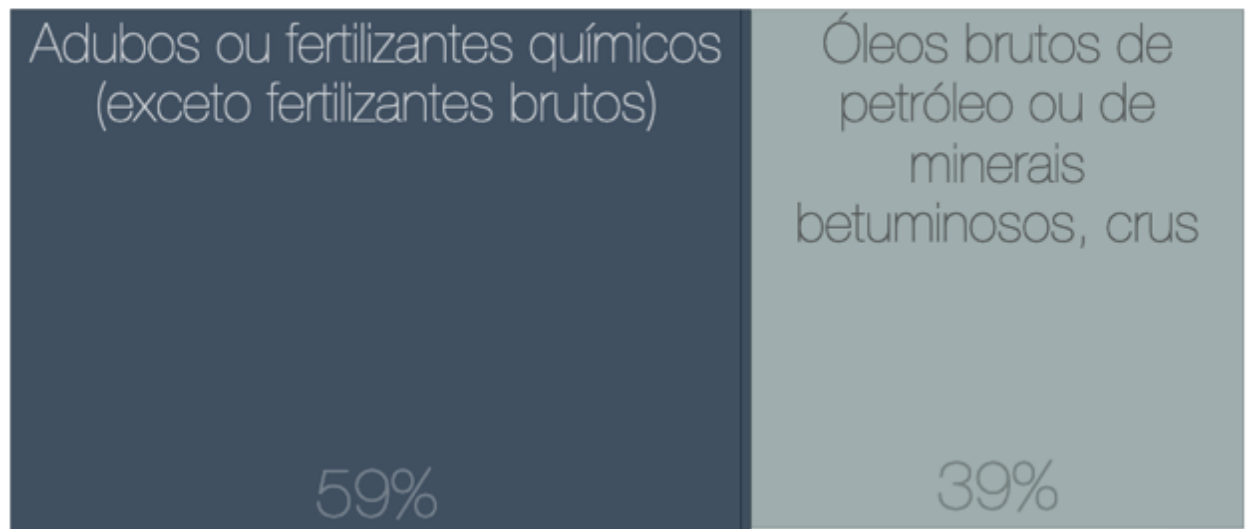
Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China.

Segurança e Defesa: Ambos defendem a necessidade de maior coordenação bilateral para eliminar o tráfico de drogas, o terrorismo e outros crimes transnacionais nos dois lados do Atlântico Sul. Um dos maiores desafios refere-se ao Golfo da Guiné. Em 2010, os países assinaram Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. A única adidância de defesa de país sul-americano na Nigéria é a do Brasil, criada em 2004. O Brasil oferece cooperação em formação e aperfeiçoamento de pessoal militar. Nos últimos anos, navios das Marinhas brasileira e nigeriana realizaram visitas a portos em ambos os países, e há perspectivas de cooperação em cursos nos setores de segurança de voo, formação de pilotos de helicóptero para o Exército nigeriano, operações aeroterrestres e operações em ambiente de selva. Ambos defendem a necessidade de maior coordenação bilateral para eliminar o tráfico de drogas, o terrorismo e outros crimes transnacionais nos dois lados do Atlântico Sul, e Abuja tenciona obter cooperação na repressão à pirataria no golfo da Guiné e na formação de forças especiais para o combate ao grupo terrorista Boko Haram que atua no norte do país. Ambos também têm explorado novas oportunidades em investimentos, a exemplo do Fórum Brasileiro de Produtos de Defesa (2019), reforçados pela visita de Araújo a Nigéria.

Comércio e Investimentos

Marcos: A Nigéria foi, durante anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África e um dos principais no mundo, em razão das importações brasileiras de petróleo nigeriano. Há Memorando

de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento desde 2013. Em agosto de 2017, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o Itamaraty realizou o Fórum Empresarial Brasil-Nigéria em Lagos. O pilar de comércio e investimentos do relacionamento bilateral enfatiza energia, defesa e agronegócio. Há interesse mútuo em seguir avançando na área comercial, por meio, por exemplo, da diversificação da pauta comercial e de maior cooperação com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que fica sediada em Lagos e foi visitada por Ernesto Araújo (2019). A corrente de comércio bilateral, fortemente deficitária para o Brasil, reduziu-se bruscamente nos últimos anos e chegou a apresentar pequeno superávit em 2020, em razão do declínio dos preços internacionais do petróleo e da redução da demanda brasileira. Em 2022 verificou-se relativa recuperação do comércio bilateral. Nesse ano, a Nigéria foi o quarto maior parceiro comercial do Brasil no continente africano (depois de Egito, Marrocos e Argélia) e o maior na África subsaariana (tendo superado a África do Sul). As importações brasileiras de fertilizantes agrícolas (ureia) da Nigéria vêm experimentando forte crescimento, impulsionado com a inauguração, na região de Lagos, em março de 2022, da maior fábrica de fertilizante à base de ureia da África. Em junho de 2024, a Nigéria abriu seu mercado às exportações de bovinos e bubalinos vivos para reprodução, bem como leite e produtos lácteos.

Série histórica - Parceiro: Nigéria

Série histórica - Parceiro: Nigéria

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Nigéria

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Nigéria

Desafios: Apesar de muitas iniciativas, a relação comercial está aquém do imenso potencial. Em 2012, foi registrado crescimento do intercâmbio comercial em 500% em relação a 2002, mas, desde 2014, o volume de comércio está muito aquém do registrado no início da década passada. A Nigéria impõe restrições à importação de alguns itens, sendo que muitos dos produtos listados constam da pauta exportadora brasileira, como os produtos cárneos. As discussões a respeito dessas listas remontam, pelo menos, ao ano de 2005, seja no âmbito da OMC ou em conversas bilaterais. Em 2022, o Brasil voltou a apresentar questionamentos à Nigéria por ocasião da 100ª e da 101ª sessões do Comitê de Agricultura da OMC. Não se tem registro de avanços na matéria, por mais que o Brasil tenha reiteradamente convidado a Nigéria a apresentar respostas às perguntadas formuladas naquele foro próprio da OMC. Há expectativa de que o tema seja discutido na próxima Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico bilateral, ainda sem data. O setor privado também enfrenta dificuldades em termos de patamares tarifários aplicados e obtenção de vistos.

Investimentos: Presente na Nigéria desde 1998, a Petrobras concluiu em janeiro de 2020 a venda de seus últimos ativos naquele país para a canadense Africa Oil Corp, em linha com seu plano de desinvestimentos. Na última década, registraram-se diferentes iniciativas de empresas brasileiras na Nigéria, incluindo investimentos em construção civil, estudos para a instalação de unidade de montagem de móveis de aço e projeto de parceria para o estabelecimento de fábrica de calçados. A empresa Marcopolo mantém representação comercial em Abuja, com venda de carrocerias para ônibus e de autopeças. De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos nigerianos no mercado brasileiro. Há interesse na negociação de Acordo de Cooperaçaõ e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Cooperação

Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Em matéria agrícola, é inegável o potencial nigeriano em termos de grande mercado consumidor e de relevância para segurança alimentar. Em 2019, foi lançado o "Programa de Desenvolvimento Agrário Brasil-Nigéria", que financia e vende máquinas e equipamentos brasileiros, além de treinar a mão de obra nigeriana para modernização da agricultura, com base na alta produtividade de nosso agronegócio. Dois projetos de cooperação ("Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca" e "Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria"), ambos com a *Agricultural Research Center of Nigeria* (ARCN) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tiveram algumas atividades executadas até o primeiro semestre de 2014. Entretanto, não houve manifestação posterior do governo da Nigéria para a retomada das atividades de cooperação, de modo que se procedeu ao encerramento dos projetos. Há interesse nigeriano em ser beneficiário do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI).

Educação e Cultura: Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (2000), em vigor desde 2014. Encontra-se em vigor, ainda, Acordo por Troca de Notas sobre Rádio e Televisão, assinado em 1979. A Nigéria é participante dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). No período de 2000 a 2017, 172 estudantes nigerianos participaram do PEC-G e cinco estudantes nigerianos participaram do PEC-PG.

Combate a Ilícitos: Em junho de 2017, a *Economic and Financial Crimes Commission* (EFCC), órgão nigeriano governamental responsável pelo combate a crimes econômicos e financeiros, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, solicitou a cooperação brasileira nas áreas de

treinamento, investigação e inteligência. Em visita à embaixada brasileira em Abuja, representantes da EFCC reafirmaram o pedido de colaboração e se dispuseram a enviar ao Brasil oficial nigeriano para treinamento em segurança e inteligência. O Ministério da Justiça brasileiro segue avaliando a possibilidade de atender a esse pedido.

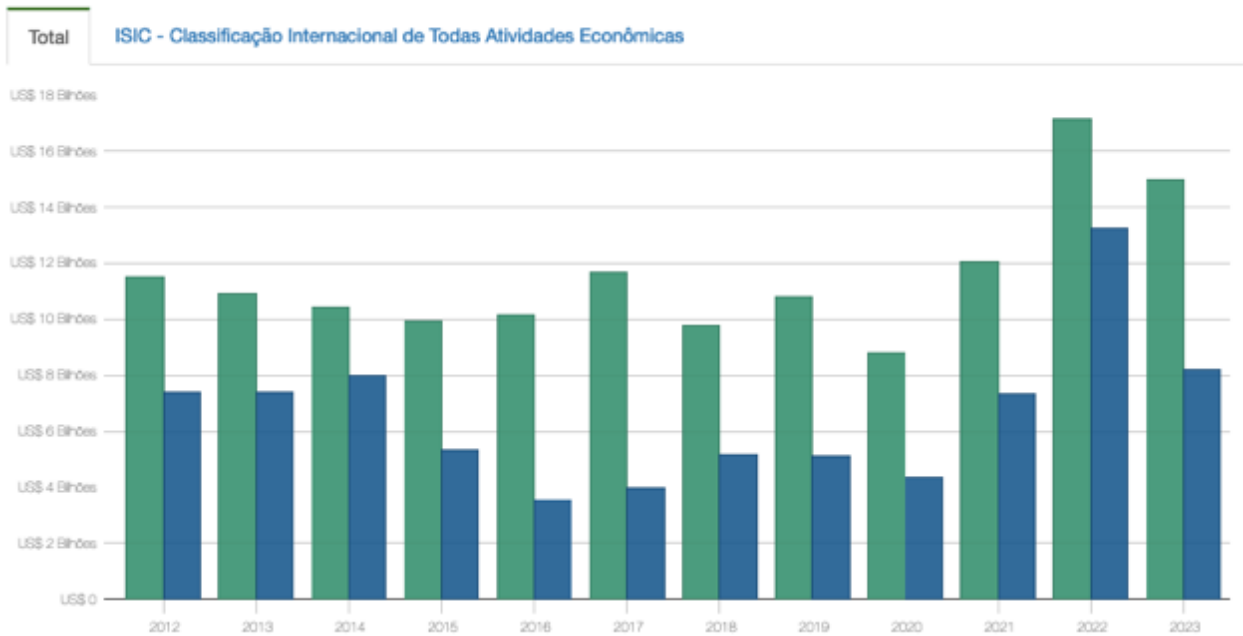
Energia: A Nigéria é um dos principais fornecedores de petróleo cru do Brasil, principalmente na modalidade *light sweet* (baixa densidade e baixo nível de enxofre), que é o que melhor se adapta às refinarias brasileiras. O sistema elétrico nigeriano, por sua vez, ainda é incipiente e tem grande potencial de expansão em todas suas vertentes (geração, transmissão e distribuição). A Eletrobrás tem grande experiência como operadora do sistema brasileiro, o que gera interesse das autoridades da Nigéria em cooperação técnica e em investimentos em seu setor elétrico. A Universidade de São Paulo (USP) assinou memorando de entendimento com o *Petroleum Technology Development Fund*, agência ligada ao Ministério do Petróleo da Nigéria, responsável pela promoção do treinamento técnico de engenheiros e especialistas nigerianos das áreas de petróleo, gás e minerais sólidos, com o oferecimento de bolsas de estudo no exterior. O programa estabelecido pelo referido Memorando iniciou-se em setembro de 2016 com o envio de vinte estudantes (dez para doutorado e dez para mestrado), em Santos (SP), no *campus* da USP. Em correspondência enviada à embaixada brasileira em Abuja, em junho de 2017, o secretário executivo da *Petroleum Products Pricing Regulatory Agency* (PPPRA) reiterou o desejo de cooperar com o Brasil na área de biocombustíveis, no âmbito do *PPPRA's Biofuels Programme*.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira local é estimada em cerca de 300 pessoas. O Brasil possui consulado-geral em Lagos. A assistência prestada a cidadãos brasileiros envolve casos de pequenos auxílios a nacionais desvalidos, análise de pedidos de repatriação e ajuda prestada a nacionais detidos por tráfico de drogas. Atualmente, há cidadãos brasileiros que cumprem pena na Nigéria por tráfico. Inexiste Conselho de Cidadãos brasileiros formalizado na Nigéria, em razão do diminuto número de cidadãos brasileiros na região. Os casos consulares mais frequentes envolvendo nigerianos no Brasil referem-se a apreensões relacionadas ao tráfico de entorpecentes. Em dezembro de 2014, havia 330 nigerianos em penitenciárias brasileiras, segundo dados do Ministério da Justiça e da Cidadania. Em 2016, foi fechado o Consulado-Geral da Nigéria em São Paulo, aberto em 2014.

Serviços Aéreos e Turismo: As relações aerocomerciais são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA) assinado em 2005 e por memorando de entendimento entre as autoridades de aviação civil dos dois países. O memorando foi atualizado em dezembro de 2016, com dispositivos que passam a estabelecer 14 frequências semanais para serviços mistos e 14 para transporte de carga e liberdade tarifária. Na mesma ocasião, buscou-se atualizar o ASA de 2005. Houve avanços, mas restam pendências. Atualmente, não há empresa aérea brasileira nem nigeriana que opere rota direta entre os dois países.

3.12. Grande Oriente Médio[485]

I. Relações Brasil-Oriente Médio

Comércio

485 Grosso modo, o conceito de "Grande Oriente Médio" compreende o norte da África, o Oriente Médio (incluindo Turquia e Irã), o Paquistão e o Afeganistão.

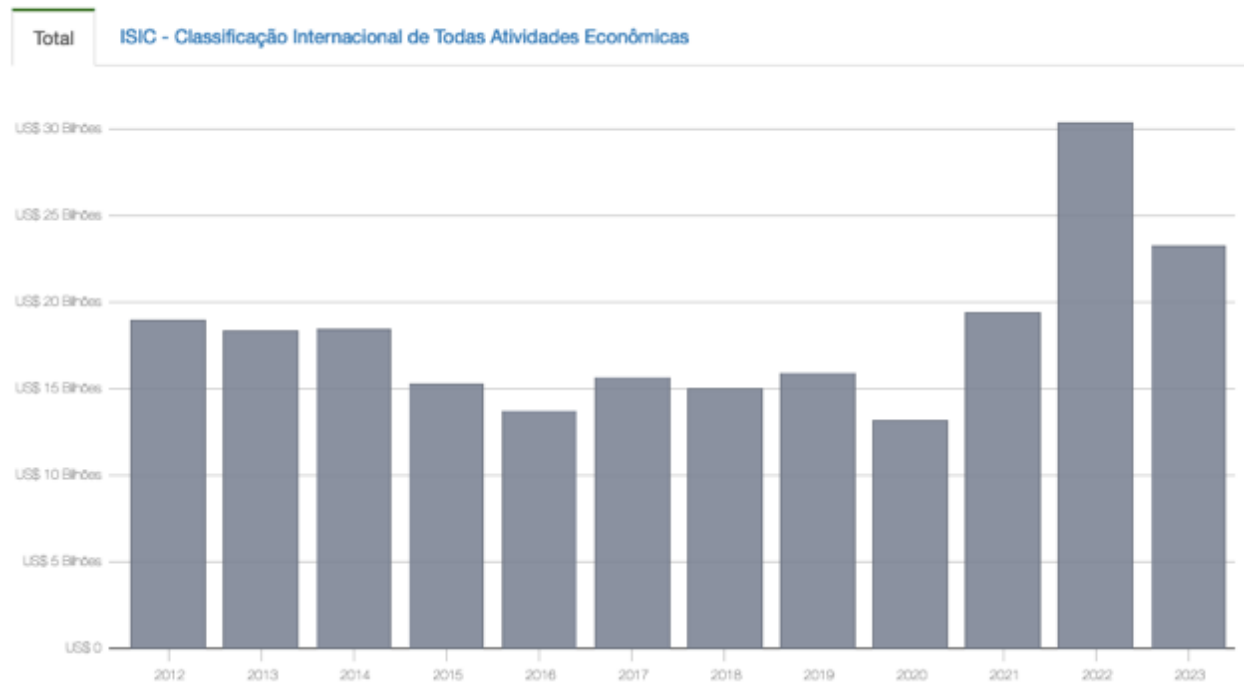
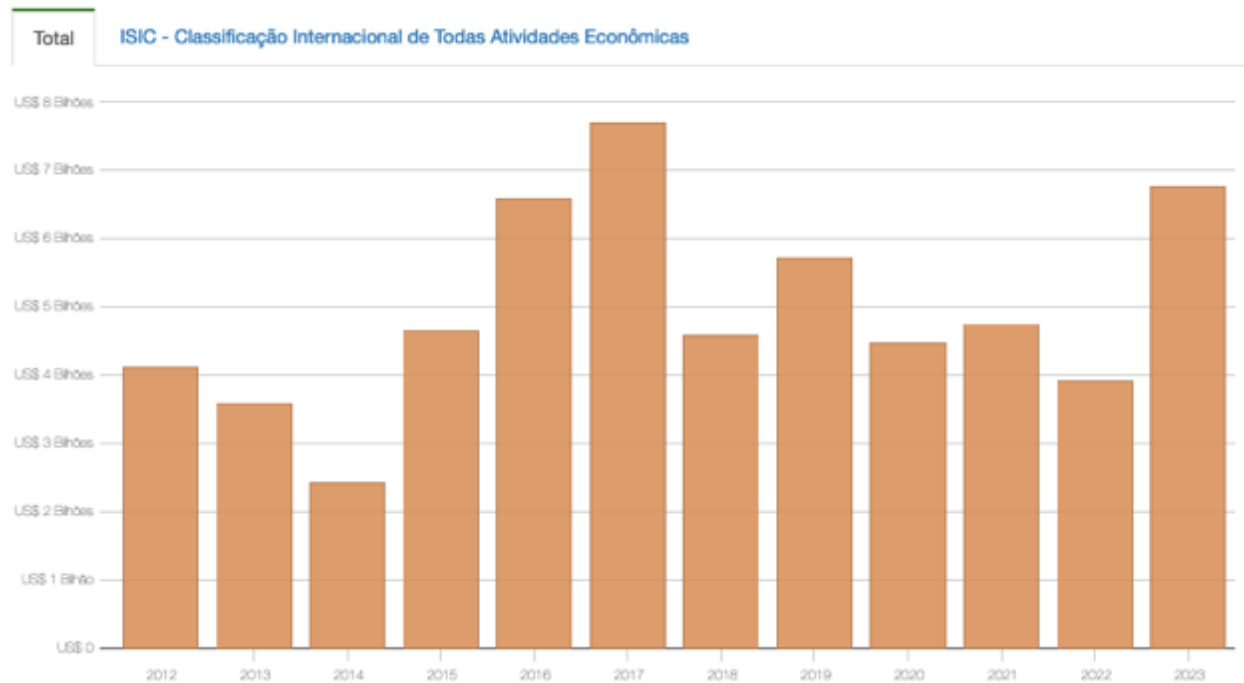
Série histórica - Parceiro: Oriente Médio

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Oriente Médio

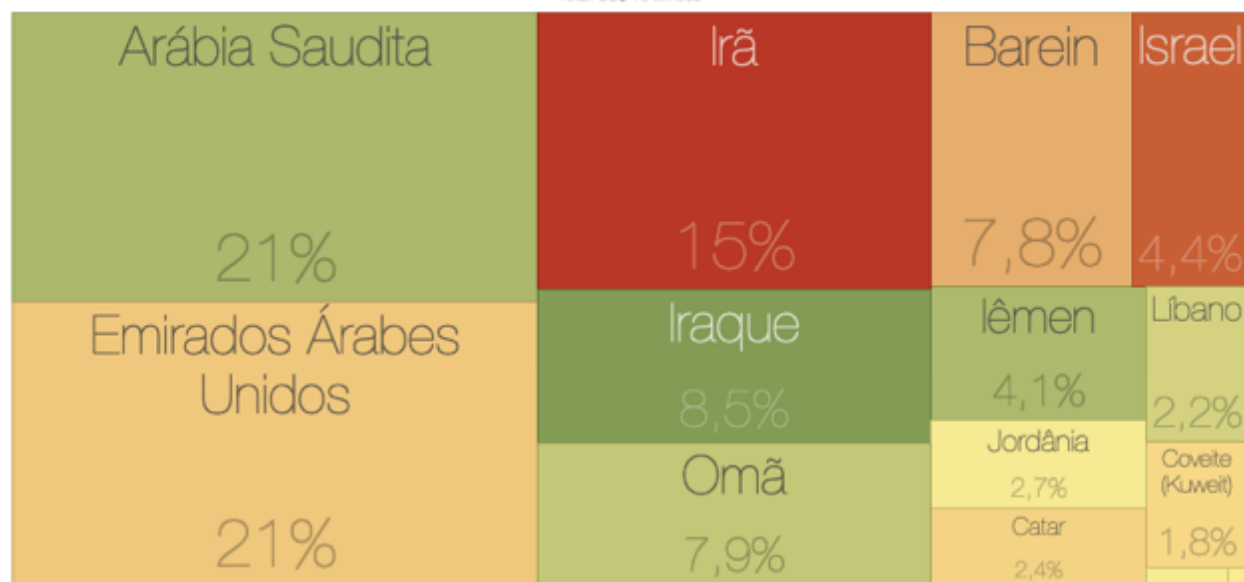
Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Oriente Médio

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Oriente Médio

Exportações por País - Destino: Oriente Médio

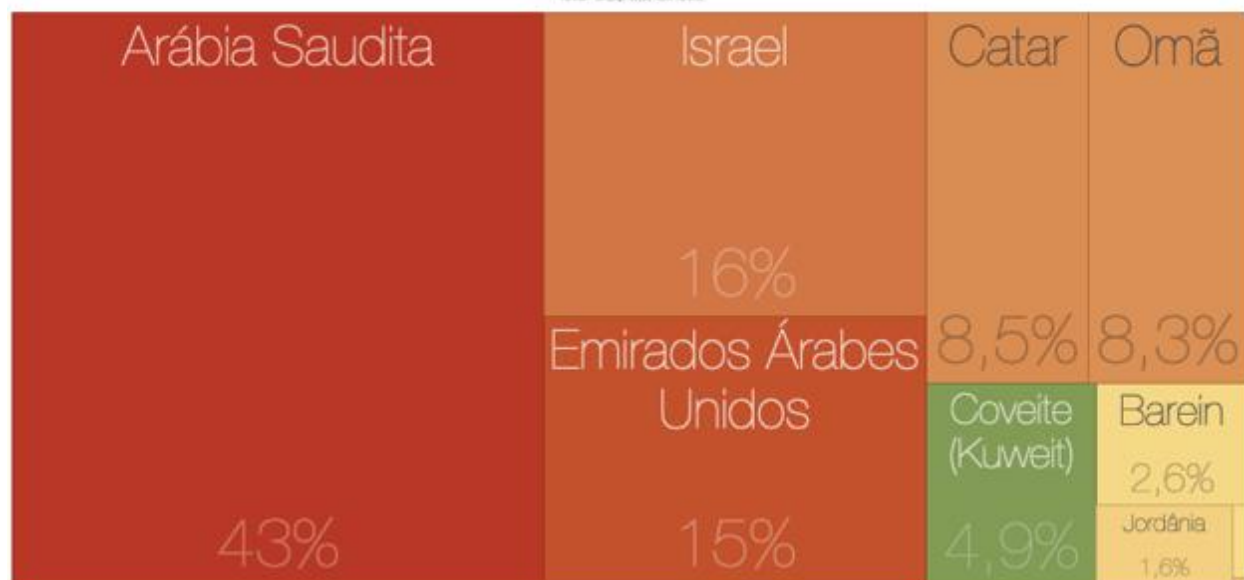
Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 15 Bilhões

Arábia Saudita 21%
Irã 15%
Barein 7,8%
Israel 4,4%
Emirados Árabes Unidos 21%
Iraque 8,5%
Iêmen 4,1%
Líbano 2,2%
Omã 7,9%
Jordânia 2,7%
Catar 2,4%
Coveite (Kuweit) 1,8%

Importações por País - Origem: Oriente Médio

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 8,2 Bilhões

Arábia Saudita 43%
Israel 16%
Catar 8,5%
Omã 8,3%
Emirados Árabes Unidos 15%
Coveite (Kuweit) 4,9%
Barein 2,6%
Jordânia 1,6%

II. Relações Brasil-Arábia Saudita

Marcos: 1968: Estabelecimento formal das relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita; 1975: Acordo de Cooperação Econômica e Técnica; 1979: Primeiro encontro da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita; 2000: visita ao Brasil do príncipe herdeiro saudita; 2009: visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Arábia Saudita, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao país, e assinatura de memorando de entendimento para o estabelecimento do mecanismo de consultas políticas; 2019: Parceria Estratégica para Investimentos entre Brasil e Arábia Saudita, sob a qual este país investirá US$ 10 bilhões no Brasil.

Embaixada: Abertura da embaixada da Arábia Saudita em Brasília (1973). Abertura da embaixada do Brasil em Jedá (1973). Transferência da embaixada para Riade (1986), devido à mudança da capital saudita. Não há consulado do Brasil na Arábia Saudita. Em 2024, a Arábia Saudita anunciou a abertura de representação de seu Ministério dos Investimentos em São Paulo.

Coordenação Política
Instâncias: Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita (criado em 2018), no âmbito de Senado Federal; Mecanismo de Consultas Políticas (reuniu-se em 2012 e 2016); Comissão Mista Bilateral (primeira reunião em 1979; segunda e última reunião em 2015); e Conselho de Coordenação Saudita-Brasileiro, em nível ministerial, que deverá estruturar os aspectos presentes e futuros da cooperação entre os dois países (anunciado em 2023).

Visitas de Alto Nível: O registro de visitas oficiais de parte a parte desde 1973 ressalta as relações bilaterais tradicionalmente intensas com o país. Em 2019, houve visita oficial do presidente Bolsonaro à Arábia Saudita. Em 2021, houve visita oficial do ministro dos Assuntos Exteriores da Arábia Saudita ao Brasil. Em março de 2023, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, à margem da reunião ministerial do G20. Os representantes discutiram a questão palestina e os esforços para retomada do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês) com o Irã, além de temas multilaterais, bilaterais e inter-regionais, como o aumento da cooperação em foros multilaterais, o interesse na realização de nova reunião da Comissão Econômica Bilateral e a possibilidade de retomada das reuniões da Cúpula ASPA, considerando que a Arábia Saudita assumiu a presidência da Liga dos Estados Árabes (LEA) em maio de 2023. Em setembro, o presidente Lula e o príncipe herdeiro e primeiro-ministro Mohammed bin Salman (MBS) encontraram-se em Nova Delhi, à margem da Cúpula do G20. À margem da 78ª Sessão da AGNU, também em setembro, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo saudita. Em outubro, ambos conversaram ao telefone sobre a situação em Israel e Palestina. O ministro Mauro Vieira conversou ao telefone com seu homólogo saudita, em novembro, sobre a planejada visita do Presidente Lula e a situação no Oriente Médio. No fim de novembro, o ministro Mauro Vieira manteve, à margem da reunião ministerial do CSNU sobre o Oriente Médio, reunião com os chanceleres da Arábia Saudita e da Jordânia e com o primeiro-ministro e chanceler do Catar. O presidente Lula visitou a Arábia Saudita também no fim de novembro de 2023, onde foi recebido pelo príncipe-herdeiro e primeiro-ministro MBS. Durante a visita, foi estabelecido o Conselho de Coordenação Saudita-Brasileiro, em nível ministerial, que deverá estruturar os aspectos presentes e futuros da cooperação entre os dois países. O conselho, bem como os comitês que serão a ele subordinados, deverão ser ativados num futuro próximo. Convidado pelo presidente Lula, o líder saudita também demonstrou interesse em visitar o Brasil

e conhecer, especialmente, a Amazônia. Em março de 2024, o chanceler Mauro Vieira visitou a Arábia Saudita, no contexto de um périplo no Oriente Médio para tratar da situação em Gaza. O relacionamento bilateral foi também tema do diálogo, com ênfase no fortalecimento das relações comerciais e de investimentos. Em junho de 2024, o vice-presidente Geraldo Alckmin chefiou missão brasileira à Arábia Saudita, quando se reuniu com o ministro de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Bin Abdulaziz Al-Falih. Também em junho, o ministro Mauro Vieira encontrou o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Faisal bin Farhan, à margem da reunião ministerial do BRICS.

Discurso Oficial: A Arábia Saudita é país estratégico no esforço de aprofundamento das relações do Brasil com o Oriente Médio. A relevância na exportação mundial de petróleo garante ao Estado papel de destaque tanto na economia regional quanto na global, sendo a Arábia Saudita o maior parceiro comercial do brasil no Oriente Médio. O país tem, ademais, grande programa de investimento em infraestrutura, campo de interesse para o Brasil, e, em 2019, foi estabelecida a Parceria Estratégica de Investimento entre as duas partes. O relacionamento não se resume, no entanto, à dimensão econômica, uma vez que há potencialidade de ampliação da cooperação em áreas diversas, de que são exemplos os setores de defesa, energia, indústria, cultura e ciência e tecnologia. Há, além disso, convergência quanto à importância do desenvolvimento e da necessidade de maior representatividade no cenário mundial.

Convergências

Convergências Multilaterais: A Arábia Saudita manifestou apoio ao trabalho do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a ser desenvolvido no mandato 2022-2023. Brasil e Arábia Saudita convergem quanto à importância do tema ambiental. Em relação aos direitos humanos[486], Brasil e Arábia Saudita ampliaram sua convergência no Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2019 – o que pode já estar sendo minimizado ou revertido, como no desligamento brasileiro do Consenso de Genebra nas primeiras semanas do governo Lula. Ambos defendem a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC), tema central da agenda econômica da presidência saudita no G20 em 2020.

Convergências Plurilaterais: Brasil e Arábia Saudita são membros do G20, do G77+China e do BRICS. Durante o governo Bolsonaro, ambos convergiram em alguns temas de direitos humanos, sobretudo no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como visto na Declaração de Consenso de Genebra; contudo, nas primeiras semanas do novo governo Lula em 2023, o governo brasileiro reverteu essa posição, retirando-se do consenso. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, MBS também ressaltou a entrada da Arábia Saudita no BRICS, e afirmou que o país tem interesse em ter uma participação ativa no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês).

Convergências Regionais: Ambos os países buscam combater o crime, o sectarismo, o extremismo e o terrorismo em todas suas formas. Entendem que a estabilidade no Oriente Médio se relaciona com a paz e a segurança internacionais. Buscam assegurar a segurança energética e

[486] A Arábia Saudita busca aumentar sua participação em órgãos internacionais vinculados ao tema, como o CDH, e o Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês), junto aos quais busca ecoar as aceleradas reformas sociais e culturais por que o país vem passando internamente nos últimos anos.

garantir a liberdade das rotas marítimas no golfo Pérsico, no golfo de Omã e no mar Arábico. Quanto ao conflito no Iêmen (palco das tensões entre sauditas e iranianos), o Brasil tem repudiado violações ao Direito Internacional e conclamado as partes a retomarem as negociações de paz. O Brasil apoia os trabalhos do enviado especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Iêmen, Martin Griffiths. Quanto à crise entre Arábia Saudita e Catar, o Brasil, em janeiro de 2021, saudou os avanços para a superação da crise diplomática e a reabertura das fronteiras entre aqueles países, bem como os entendimentos alcançados no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A política externa saudita é tradicionalmente voltada para o Oriente Médio e para o eixo Estados Unidos (EUA)-Europa, mas, sobretudo a partir de seu plano de desenvolvimento "Visão 2030" (2016), o país tem buscado diversificar suas relações, sendo o Brasil seu parceiro natural na América Latina.

Segurança e Defesa: Em 2021, negociava-se um memorando de entendimento para investimentos em defesa por meio de um fundo para parceria conjunta em produtos de defesa. O Brasil já exporta esses tipos de produtos para 132 países, então a indústria iniciante saudita poderia beneficiar-se disso. Em 2019, acordou-se parceria relacionada a aquisições, indústria, pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de defesa. Na ocasião, também foi assinado acordo de cooperação em defesa, compreendendo as seguintes áreas: indústrias de defesa; transferência e adoção de tecnologia militar; treinamento e exercícios militares; empréstimo de sistemas militares; suporte logístico; pesquisa, desenvolvimento e estudos em projetos de defesa; gerenciamento de emergências e crises; troca de informações militares; serviços militares médicos; legislação militar; e qualquer outro campo acordado entre as partes. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, foi realizado o "Seminário Embraer", e a empresa assinou três acordos de cooperação com o governo e empresas sauditas nas áreas de aviação civil, defesa e segurança, e mobilidade aérea urbana. Em 2024, durante missão brasileira chefiada por Alckmin a Riade, os países celebraram acordo de cooperação entre os setores de defesa dos dois países. O acordo prevê cooperação em onze áreas estratégicas, incluindo a indústria da defesa, e ampliação da relação comercial de compra e venda de materiais. Também inclui pesquisa, desenvolvimento e estudos em projetos de defesa; gerenciamento de emergências e crises; serviços militares de saúde; e suporte logístico. Outras áreas de interesse dos dois países poderão ser incorporadas ao acordo, que afirma a cooperação entre os dois países para promover a paz e a estabilidade internacionais.

Comércio

Marcos: As relações bilaterais têm evoluído com intensidade no campo econômico. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e norte da África. Há grande potencial de aumentar o comércio, tendo em vista a complementaridade produtiva entre os países. O agronegócio brasileiro é fundamental para a garantia da segurança alimentar saudita (importações respondem por mais de 70% dos alimentos consumidos na Arábia Saudita). Em 2017, estabeleceu-se adidância agrícola junto à embaixada brasileira em Riade, para fins de manutenção e expansão do mercado saudita ao agronegócio brasileiro e prospecção de iniciativas de cooperação no setor. Em março de 2024, o governo saudita anunciou a abertura de seu mercado para exportações de sementes brasileiras de variadas espécies[487]. Da mesma forma, o petróleo saudita é essencial para garantir a segurança energética brasileira, visto que aquele país é o maior fornecedor de petróleo bruto ao Brasil, com 34,6% de participação. Durante a visita do presidente

[487] O mercado saudita apresenta grande potencial, com sua crescente demanda por importação de sementes, impulsionada pelo programa de desenvolvimento da produção de hortaliças em estufas.

Lula, em novembro de 2023, os dois governos se comprometeram a mais que dobrar o comércio bilateral até o final da década (dos atuais US$ 8 bilhões para US$ 20 bilhões). Em 2024, a Embraer está participando de licitação de aviões militares de transporte, com a expectativa de vender de 30 a 50 modelos C-390 aos sauditas. Se bem-sucedido, o contrato seria o maior da história do C-390.

Série histórica - Parceiro: Arábia Saudita
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 8 Bilhões
US$ 7 Bilhões
US$ 6 Bilhões
US$ 5 Bilhões
US$ 4 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1 Bilhão
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Arábia Saudita
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
US$ -500 Milhões
US$ -1 Bilhão
US$ -1,5 Bilhão
US$ -2 Bilhões
US$ -2,5 Bilhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Arábia Saudita

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Arábia Saudita

Desafios: Em maio de 2021, a Arábia Saudita suspendeu onze exportadoras brasileiras de carne de frango e, posteriormente, reduziu o prazo de validade da carne de frango congelada para três meses, medida que foi revertida em agosto de 2021. As suspensões, por sua vez, ocorreram sob justificativa sanitária, embora não haja motivos, com base nessa esfera, para barrar o frango brasileiro. Ainda nesse contexto, o programa Visão 2030 tem, entre suas metas, o objetivo de que a Arábia Saudita alcance 85% de autossuficiência na produção de frangos até 2025, e medidas protecionistas no setor vêm sendo adotadas nos últimos anos. Embora não tenha ainda havido

desfecho quanto às suspensões, houve alta das exportações brasileiras do produto para o país, em 2022, revertendo a tendência de queda dos últimos anos[488]. Em 2019, houve investigação de salvaguardas relativas à importação de determinados produtos de aço brasileiro, tendo a Arábia Saudita entendido não serem aplicáveis medidas contra o Brasil.

Investimentos

Investimento do Brasil na Arábia Saudita: Mineração; defesa; possível investimento em agronegócio (compra de frigorífico saudita); espaço para investimento em turismo. O plano de desenvolvimento saudita Visão 2030 (2016) busca atrair investimentos estrangeiros, e a Arábia Saudita está criando zonas econômicas exclusivas e desenvolvendo o projeto NEOM ("novo futuro"), uma megacidade planejada, com leis tributárias e trabalhistas especiais para estrangeiros. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, a Arábia Saudita também saudou o interesse brasileiro em investimentos em projetos relacionados a recursos hídricos. Lula participou, ainda, do Fórum Empresarial Arábia Saudita-Brasil.

Investimentos da Arábia Saudita no Brasil: Setores: agropecuária (carnes, grãos, café); mineração; plástico; construção civil. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, o governo saudita anunciou que estuda um aporte do seu fundo soberano de US$ 9 bilhões (R$ 43,9 bilhões) em investimentos no Brasil até 2030, principalmente nas áreas de energia limpa, hidrogênio verde, defesa, ciência e tecnologia, agropecuária e aportes em infraestrutura conectados ao Novo PAC. Um bilhão adicional deverá ser investido após 2030. O Brasil tem interesse em atrair investimentos sauditas em outros setores como defesa e inovação. Riade também anunciou, durante a visita de Lula, que abrirá um escritório de sua InvestSaudi em São Paulo. A Arábia Saudita possui alguns dos principais fundos do mundo, de mais de US$ 850 bilhões, o que gera potencial de ampliação dos investimentos bilaterais. Em 2019, o presidente Bolsonaro participou do Fórum Iniciativa de Investimento Futuro e do Seminário Empresarial sobre o Brasil no Conselho das Câmaras de Comércio da Arábia Saudita. Também em 2019, foi firmado Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Saudita de Desenvolvimento, com objetivo de fortalecer a cooperação entre os dois países por meio do cofinanciamento de projetos e atividades de interesse mútuo em áreas como desenvolvimento urbano, infraestrutura, meio ambiente, educação, agricultura, saúde tecnologia da informação e comunicação e outras áreas potenciais, especialmente energias renováveis, eficiência energética, abastecimento de água e infraestrutura sanitária, transporte educação e agronegócio. Em 2023, representantes sauditas indicaram ao presidente Lula que desejam ampliar investimentos no Brasil, principalmente na área de petróleo e gás e também nas fontes verdes, além de retomar uma agenda comercial que havia ficado parada nos últimos anos. Também ficou acertado que uma delegação de empresários e autoridades sauditas deve visitar o Brasil para conhecer a carteira de projetos do Novo PAC que estão abertos a investimentos estrangeiros. Em julho, foi realizado, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Fórum de Investimentos Brasil-Arábia Saudita. Na ocasião, vinte acordos de investimentos entre partes dos dois países foram assinados, num valor aproximado de US$ 3,5 bilhões. Entre as empresas brasileiras que serão beneficiadas com investimentos sauditas estão a Vale, a BRF e a Minerva Foods.

[488] Conforme o diretor de mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Luis Rua, a Ucrânia também supria as necessidades da Arábia Saudita no setor, e o Brasil preencheu parte da demanda com a reorganização do mercado internacional, no contexto do conflito.

<u>Cooperação</u>

Aspectos Gerais: Há Acordo Geral de Cooperação, firmado em 2009. Há tanto interesse brasileiro em projetos de cooperação técnica trilateral quanto interesse mútuo para a cooperação em defesa, agricultura, indústria, energia, mineração, infraestrutura, transporte, ciência e tecnologia, inovação, cultura e esportes. Há acordos bilaterais propostos em diversas frentes de cooperação, como facilitação de investimentos, ciência e tecnologia, uso pacífico de energia nuclear, e uso do espaço exterior. Em muitas delas, a cooperação bilateral poderia se beneficiar da complementaridade entre o conhecimento técnico existente no Brasil e a ampla disponibilidade recursos da Arábia Saudita. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, a Arábia Saudita também saudou o interesse brasileiro na cooperação em temas como agricultura, pecuária e pesca.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Acordo sobre a concessão de vistos de visita para cidadãos de ambos os países foi celebrado em 2019. Há menos de 700 brasileiros morando na Arábia Saudita.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica foi celebrado em 1981.

Cultura: Em 2019, acordou-se promover a cooperação entre os dois países no campo da cultura, por meio de projetos estratégicos conjuntos; elaboração de leis, regulamentos e políticas referentes aos campos culturais; coordenação de esforços entre as duas partes nos campos culturais com as organizações internacionais relevantes; cooperação em cultura, literatura, artes e patrimônio; preservação de locais culturais; recebimento de ambas as partes em seus festivais culturais nacionais; desenvolvimento de setores culturais e programas de residência técnica entre instituições governamentais e privadas nos dois países; facilitação de procedimentos para melhorar os assuntos culturais nos dois países e intercâmbio de apresentações artísticas entre os dois países.

Energia: A iniciativa Arábia Saudita Verde (2021) prevê um plano de transição energética para economia de baixo carbono, o que inclui o plantio de bilhões de árvores, a fim de combater mudanças climáticas e de atrair investimentos. O Brasil pode ser grande parceiro dessa iniciativa no setor de energias renováveis, devido à *expertise* brasileira em biocombustíveis, além do mercado de carbono. Durante a visita do presidente Lula, em novembro de 2023, os ministérios responsáveis por Energia nos dois países assinaram um memorando de entendimento para fortalecer a cooperação na matéria.

III. Relações Brasil-Argélia

Marcos: 1962: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Argélia; 1983: Visita do presidente João Figueiredo à Argélia; 1985: Visita do presidente Chadli Bendjedid ao Brasil; 1987: I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista); 2004: Criação do Conselho Empresarial Brasil-Argélia; 2015: I Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico; 2022: Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argélia pela Assembleia Popular Nacional da Argélia (APN).

Embaixada: O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Argélia, em 1962, e, naquele mesmo ano, foi aberta a Embaixada Brasileira em Argel. A Argélia também conta com embaixada em Brasília.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Bilateral Mista (Comista), criada em 1987, que já se reuniu em 1987, 2006, 2008 e 2010; Conselho Empresarial Brasil-Argélia, criado em 2004; Mecanismo de Diálogo Estratégico, criado em 2015; Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argélia, criado em 2022 pela Assembleia Popular Nacional da Argélia (APN).

Visitas de Alto Nível: Em 1983, houve visita do presidente João Figueiredo à Argélia; retribuída por visita do presidente Chadli Bendjedid ao Brasil, em 1985. Vinte anos depois, em 2005, são realizadas visitas do chanceler Celso Amorim a Argel e do presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil, seguidas de visitas do presidente Lula da Silva à Argélia e do chanceler Mohamed Bedjaoui ao Brasil, no ano seguinte. Em 2010, há visita do chanceler Mourad Medelci ao Brasil, enquanto, em 2015 e 2018, os chanceleres Mauro Vieira e Aloysio Nunes Ferreira vão à Argélia. Em 2023, o presidente da Assembleia Popular Nacional da Argélia (APN), Brahim Boughali, esteve no Brasil para a posse do Presidente Lula.

Discurso Oficial: Brasil e Argélia compartilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância tais como o fortalecimento do multilateralismo; a prioridade do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias; e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa, inclusive na área econômico-comercial. A Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial, açúcar. É de interesse mútuo um modelo de cooperação Sul-Sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes.

Convergências

Convergências Multilaterais: Há concordância bilateral quanto às reformas da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais.

Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China.

Segurança e Defesa: As Forças Armadas da Argélia são as segundas maiores no mundo árabe e na África, com um orçamento de defesa de US$ 10,3 bilhões, o maior da África e o 23º maior do mundo. Em 2018, Brasil e Argélia assinaram um Acordo de Cooperação em Defesa, que foi

aprovado pelo Senado Brasileiro em 2022 e promulgado em 2023. O acordo inclui troca de visitas de altas autoridades, formação de pessoal, convite para observação de manobras, aquisição de equipamentos, apoio logístico, cooperação científica, transferência de tecnologia, e escalas de navios e aeronaves. A cooperação é baseada no respeito mútuo, na confiança e na consideração dos interesses de ambos os países. Nos termos do acordo, os países cooperarão por meio da manutenção e do desenvolvimento de contatos e relações, do intercâmbio de informações e experiências, da cooperação na luta contra o terrorismo, da capacitação de pessoal, do estreitamento dos vínculos entre estabelecimentos de ensino militar, da aquisição de armamentos e equipamentos militares, da promoção e do desenvolvimento da cooperação em pesquisa científica e tecnologia da defesa, do desenvolvimento de atividades socioculturais e esportivas entre as Forças Armadas, e de outras atividades para promover uma cooperação mais estreita.

Comércio

Marcos: Em 2006, por ocasião da visita do presidente Lula a Argel, foi assinado acordo comercial entre Brasil e Argélia, em substituição de acordo de 1981. Com 17 artigos, o tratado cobre basicamente questões relacionadas ao tratamento aduaneiro e à facilitação do comércio. A Argélia foi o primeiro parceiro comercial do Brasil na África, em 2023, correspondendo a 18% das exportações e 25% das importações brasileiras no continente africano. O ano de 2023 marcou a abertura dos mercados de gado em pé e de frango, bem como a reabertura do mercado de carne às exportações brasileiras.

Série histórica - Parceiro: Argélia

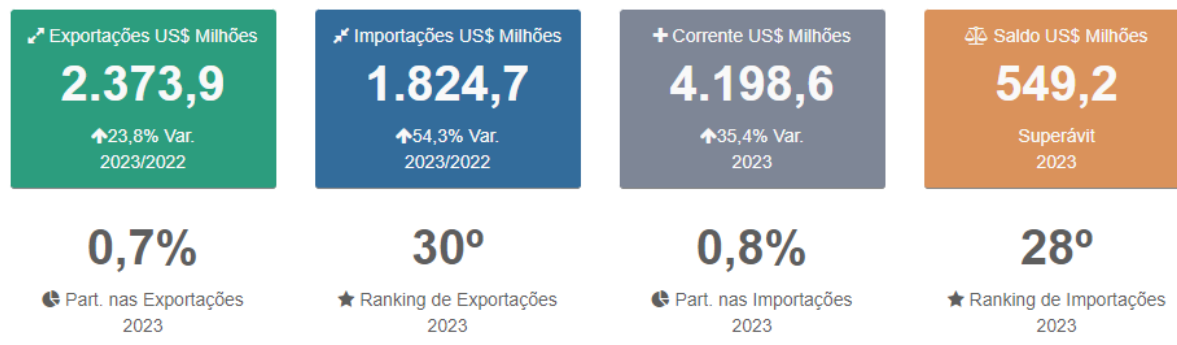
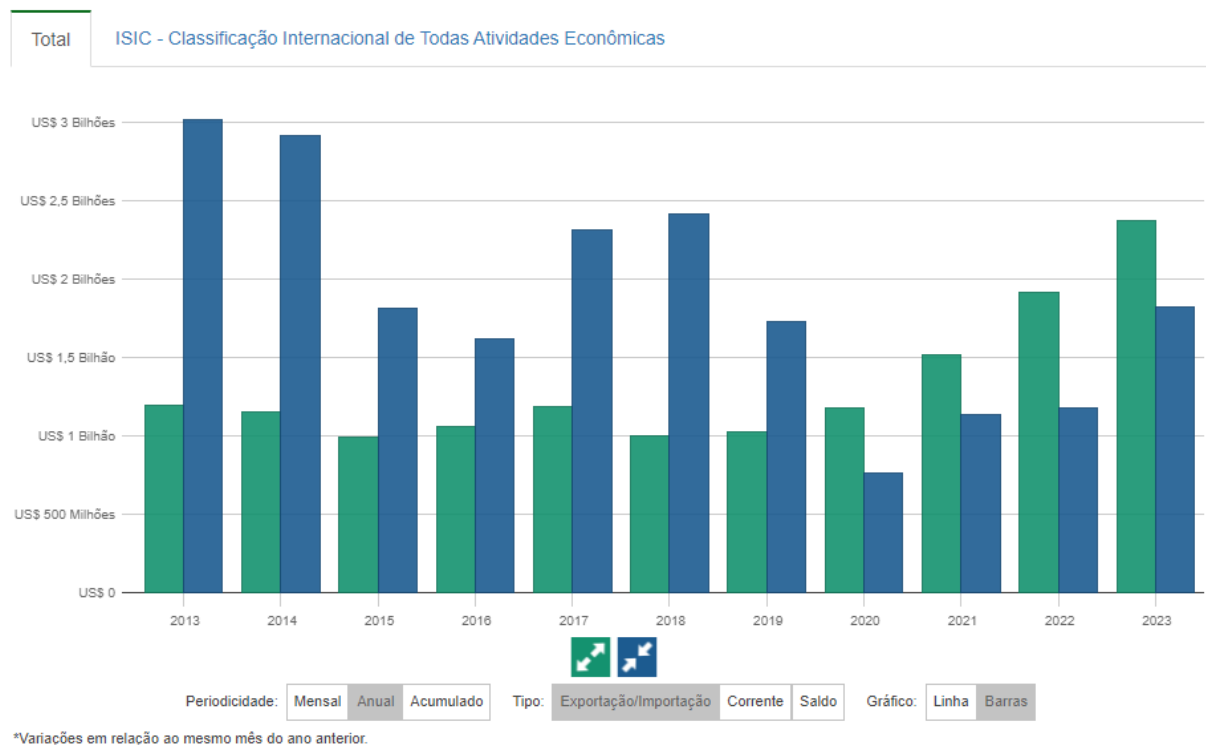
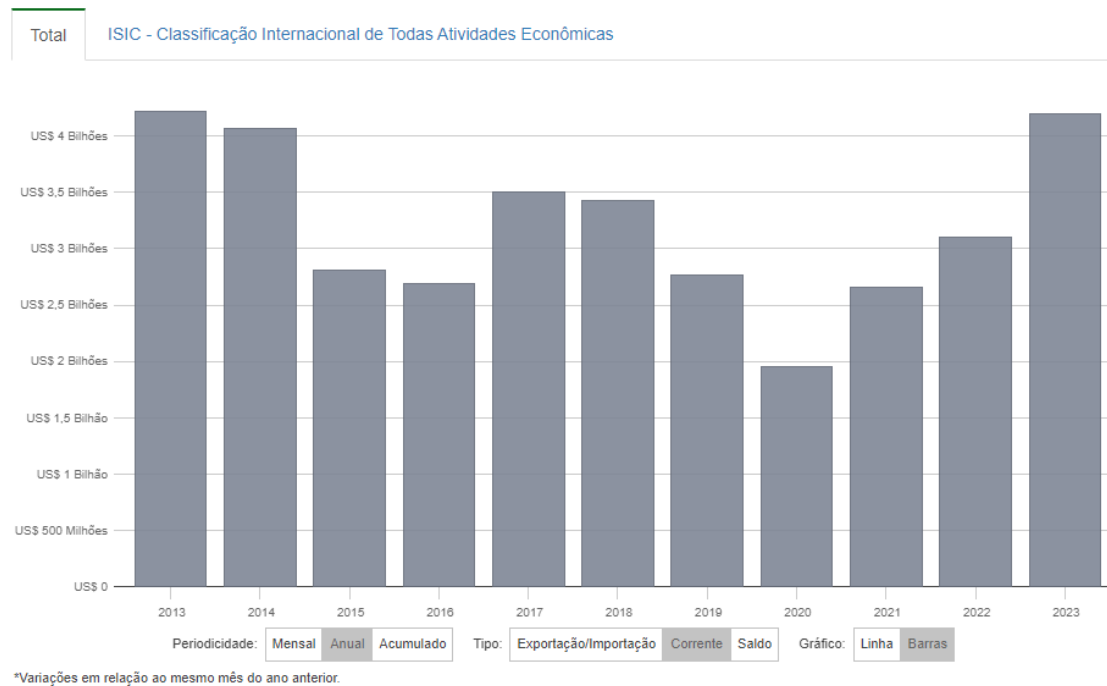
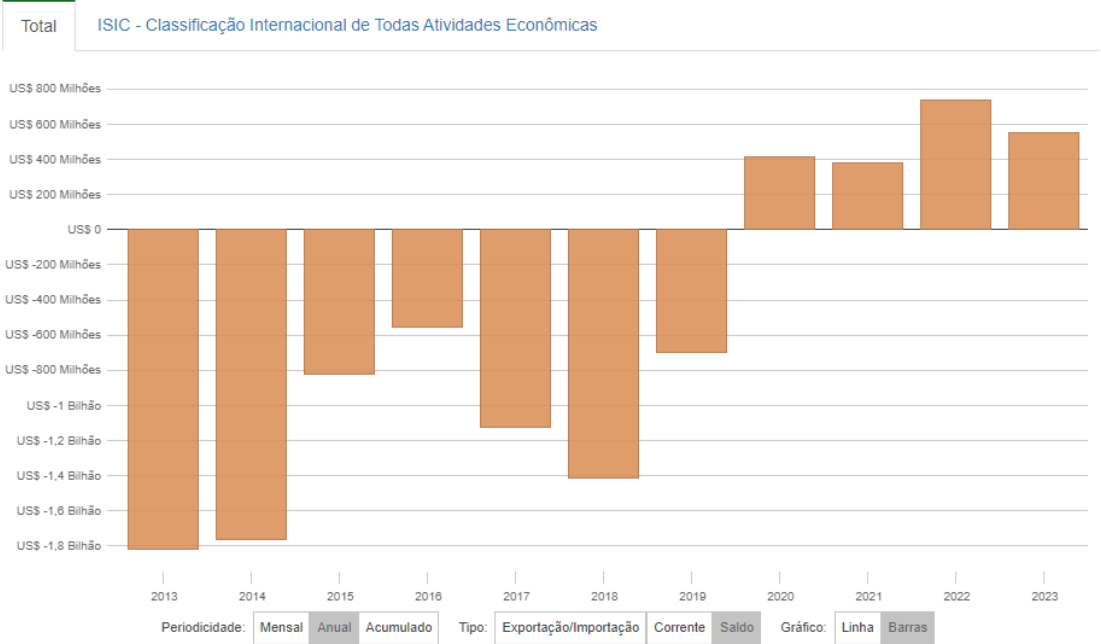
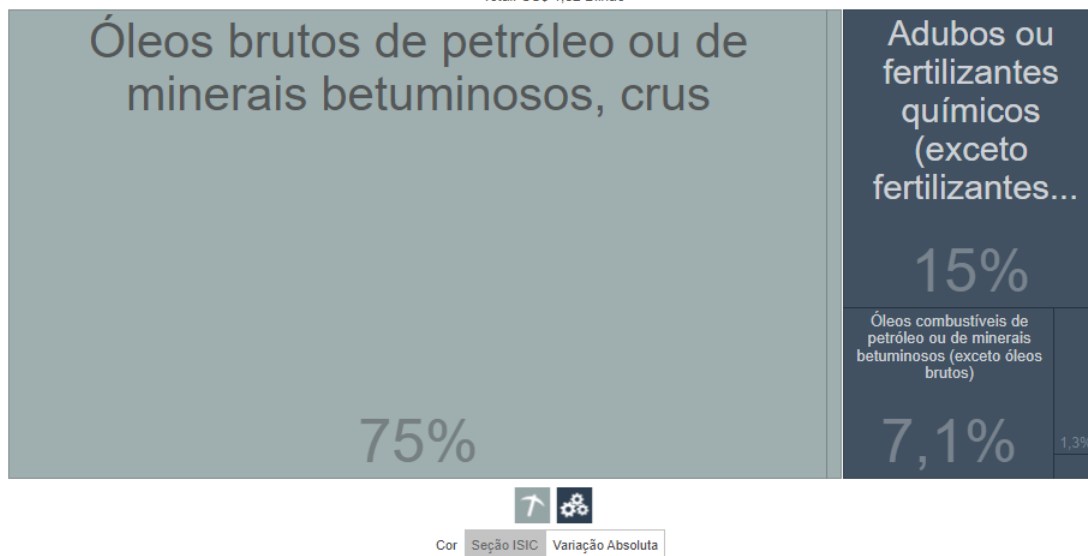
Periodicidade: Mensal | Anual | Acumulado   Tipo: Exportação/Importação | Corrente | Saldo   Gráfico: Linha | Barras

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Argélia

Periodicidade: Mensal | Anual | Acumulado   Tipo: Exportação/Importação | Corrente | Saldo   Gráfico: Linha | Barras

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Argélia
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
US$ -200 Milhões
US$ -400 Milhões
US$ -600 Milhões
US$ -800 Milhões
US$ -1 Bilhão
US$ -1,2 Bilhão
US$ -1,4 Bilhão
US$ -1,6 Bilhão
US$ -1,8 Bilhão
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
Periodicidade: Mensal Anual Acumulado
Tipo: Exportação/Importação Corrente Saldo
Gráfico: Linha Barras
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Argélia
Jan / 2024
2023
Total: US$ 2,4 Bilhões
Açúcares e melaços
39%
Gorduras e óleos vegetais, "soft", bruto, refinado ou fracionado
5,9%
Amendoins
4,4%
Demais produtos - Indústria de...
2,0%
Milho não moído, exceto milho doce
19%
Soja
18%
Café não torrado
2,4%
Demais produtos - Agropecuária
1,6%
Minério de ferro e seus concentrados
6,9%
Cor Seção ISIC Variação Absoluta
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desafios: O comércio entre Brasil e Argélia tem potencial para crescer, mas enfrenta alguns desafios. Em primeiro lugar, está a questão do recorrente déficit comercial registrado pelo Brasil, o que é explicado pelo fato de a Argélia ser um dos principais fornecedores de petróleo para o Brasil. Em segundo lugar, está a questão da diversificação das exportações. O Brasil está tentando diversificar sua pauta de exportações para a Argélia, que atualmente está concentrada principalmente em alimentos como açúcar, carne e grãos. Esses desafios, se superados, podem levar a um aumento significativo nas relações comerciais entre os dois países.

Cooperação

Cooperação Técnica: Em 1981, Brasil e Argélia assinaram Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica. A Argélia situa-se, historicamente, entre os principais parceiros da cooperação técnica brasileira na África, após os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No passado recente, foram executados projetos nas áreas de agropecuárias, meio ambiente e saúde.

Cooperação Educacional: O Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, de 1981, também embasa a participação de estudantes argelinos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). A partir de 2015, a Argélia, que enviou alunos para cursos de Medicina e Relações Internacionais no Brasil, tornou-se o primeiro país do mundo árabe a enviar participantes ao PEC-G.

Artesanato: Em 2022, Brasil e Argélia estabeleceram acordos de cooperação para beneficiar artesãos em Tamanrasset, Argélia. A cooperação envolveu o treinamento de 84 instrutores em lapidação de pedras e resultou na criação de uma escola-piloto. Os projetos incluíam a melhoria do couro, a transformação de rochas em artesanato e joias, e estratégias para aumentar a produção cooperativa de joias. Em 2023, um novo acordo foi assinado, trazendo mais três projetos para a província. Estes incluem a implementação de um curtume tradicional, a criação de laboratórios para pedras preciosas e semipreciosas, e o acompanhamento da cooperativa de artesãos, *Tahartit N'Ahaggar*. Para avançar nesses projetos, uma delegação brasileira visitou Tamanrasset e ocorreu o envio de cinco artesãos para treinamento no Brasil em setembro. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) planeja investir US$ 2,6 milhões nos primeiros três projetos de cooperação.

Saúde: Ambos os países cooperam em matéria de cirurgia cardíaca pediátrica e de atendimento a pacientes com queimaduras. O projeto de cirurgias cardíacas pediátricas foi implementado pela ABC em parceria com o Ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora foi o Instituto Nacional do Coração (INC). A iniciativa, cujo objetivo era a ampliação do conhecimento de médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e nos procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar mais de 140 crianças sem registro de óbito. Os resultados alcançados foram a tal ponto considerados positivos que o Ministério do Trabalho e da Previdência Social argelino solicitou a inclusão, no projeto, de seu hospital, a "Clínica Médico-Cirúrgica Infantil Mouhamed Tolba".

Cooperação Humanitária: A Embaixada do Brasil em Argel tem participado regularmente de missões diplomáticas aos campos de refugiados *saarauis* de Tindouf desde 2014. Essas missões são organizadas por agências, fundos e programas das Nações Unidas. Além disso, o Brasil doou 2.450 toneladas de arroz e 1.400 toneladas de feijão entre 2014 e 2016, com o apoio da Espanha, que cobriu os custos de transporte até a Argélia. Essas doações colocaram o Brasil entre os dez maiores doadores para refugiados *saarauis* durante esses anos. Desde 2017, o Brasil tem contribuído anualmente com uma doação humanitária de 100.000 dólares para os campos de refugiados *saarauis*, através do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Contribuições Arquitetônicas: Na Argélia, Oscar Niemeyer[489] projetou as universidades de Constantine e de Argel e o Centro Olímpico de Argel (La Coupole, "A Cúpula") durante o governo de Houari Boumediènne (1965-1978). Esses edifícios, destinados sobretudo à juventude, são marcados pelo idealismo, pela ausência de hierarquia entre os espaços e pelo futurismo e buscavam contribuir para a construção de um país recém-independente e otimista.

[489] Oscar Niemeyer (Rio de Janeiro, 1907- Rio de Janeiro, 2012) foi um dos mais importantes representantes da arquitetura moderna mundial, sendo responsável por inúmeros e renomados projetos arquitetônicos em todo o mundo, dentre eles, a sede das Nações Unidas – ONU (juntamente com o suíço Le Corbusier), em Nova Iorque, bem como dos principais edifícios administrativos de Brasília. Seu estilo caracteriza-se por explorar as possibilidades do concreto armado e pelo grande uso de curvas e vãos livres. Sua obra prima pela beleza escultórica, poeticidade, liberdade, imaginação, surpresa e originalidade.

IV. Relações Brasil-Catar

Marcos: 1974: Estabelecimento das relações diplomáticas, três anos após a independência do Catar; 2005: Visita de Celso Amorim a Doha, durante a qual o então chanceler realiza convite ao emir do Catar para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); 2010: Visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Catar, assinatura dos primeiros acordos bilaterais[490] e inauguração da primeira ligação aérea direta entre os dois países; 2021: Visita do presidente Bolsonaro, no ano de celebração do aniversário de 50 anos da independência do país.

Embaixada: O Catar abriu embaixada residente em Brasília em 1997, mas a fechou dois anos depois, alegando falta de reciprocidade por parte do Brasil. Em abril de 2005, o Brasil abriu sua embaixada residente em Doha. A embaixada catariana residente no Brasil foi reaberta em junho de 2007. Antes disso, o Brasil fazia representar-se por seu embaixador em Jedá (a partir de 1974) e em Abu Dhabi (a partir de 1983), e o Catar, por seu representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York.

Coordenação Política
Instâncias: Reunião de Consultas Políticas (5ª edição em 2023[491]); Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Catar (2013; o grupo não foi reativado após início da 55ª legislatura, em 2015).

Visitas de Alto Nível: Desde a abertura da embaixada do Catar em Brasília, as relações políticas bilaterais têm-se intensificado, evidenciadas pelo aumento considerável do número de visitas oficiais de alto nível de parte a parte. Em fevereiro de 2005, o chanceler Celso Amorim visita Doha, ocasião em que entrega ao emir do Catar convite para participar da Cúpula ASPA e anuncia a abertura de embaixada residente do Brasil naquela capital. Doha recebeu ainda a visita de chanceler brasileiro em 2008, para a II Conferência de Alto Nível sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, e em 2011. Em janeiro de 2010, o emir Hamad al-Thani visitou o Brasil e, em maio de mesmo ano, recebeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Doha, para visita de Estado. Em novembro de 2011, foi realizada, em Brasília, a primeira reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar. Em dezembro de 2011, o vice-presidente Michel Temer viajou a Doha para participar do 4º Fórum da Aliança das Civilizações. Em novembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff visitou o Catar. Em 2017, visitaram o Catar o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, e o ministro da Defesa, Raul Jungmann. Em 2019, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, visitou o Catar para tratar de expandir a cooperação bilateral na área de ciência e tecnologia. No mesmo ano, o presidente Bolsonaro visitou o Catar, ocasião em que foram assinados diversos acordos[492]. Em 2021, Bolsonaro voltou a visitar o Catar, ocasião em que felicitou o país pelos preparativos para sediar a Copa Árabe da Federação

---

[490] Acordo de Serviços Aéreos (acordo substitutivo assinado em 2019); Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional; Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais; Acordo de Cooperação Econômica e Comercial; Acordo para o Estabelecimento de Comitê de Cooperação Intergovernamental; Acordo de Cooperação Esportiva; Acordo sobre Cooperação Cultural.
[491] As demais reuniões ocorreram em 2011 (Brasília), 2019 (Doha), 2021 (reunião remota) e 2022 (Doha).
[492] Acordo Sobre Serviços Aéreos; Acordo Sobre Isenção Mútua de Visto de Entrada para Portadores de Passaporte Comum; Memorando de Entendimento Sobre Cooperação no Campo da Saúde; Memorando de Entendimento Sobre Cooperação em Grandes Eventos; Memorando de Entendimento sobre Academias Diplomáticas; Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Estado do Catar em Assuntos Relativos à Defesa.

Internacional de Futebol (FIFA, na sigla em francês) em 2021 e a Copa do Mundo da FIFA em 2022 e colocou à disposição a experiência brasileira na organização de grandes eventos. Em 2023, a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, reuniu-se, em Brasília, com seu homólogo catariano na V Reunião de Consultas Políticas. No fim de outubro de 2023, o ministro Mauro Vieira conversou, por telefone, com seu homólogo sobre sobre a situação humanitária em Gaza e a perspectiva da repatriação dos brasileiros. No fim de novembro, o ministro Mauro Vieira manteve, à margem da reunião ministerial do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre o Oriente Médio, reunião com os chanceleres da Arábia Saudita e da Jordânia e com o primeiro-ministro e chanceler do Catar. O presidente Lula visitou o Catar também no fim de novembro de 2023, onde se encontrou com o emir do país, o xeque Tamim bin Hamad al-Thani, e participou de um fórum empresarial. Lula agradeceu ao emir pelos esforços nas negociações entre Israel e Hamas e pela ajuda na libertação dos brasileiros em Gaza. O emir afirmou ter interesse em ampliar os investimentos bilaterais, aceitou convite do presidente Lula para uma visita ao Brasil em 2024 e para auxiliar na presidência brasileira do G20.

Discurso Oficial: O relacionamento Brasil-Catar conta com amplo potencial de diversificação e insere-se no diálogo que o Brasil mantém com os diferentes atores de relevância no Oriente Médio e na constante troca de experiências entre países em desenvolvimento. Tem havido aprofundamento das relações políticas bilaterais, nos últimos anos, o que é corroborado pela intensificação das visitas presidenciais. Ademais, o Catar é interlocutor-chave em diferentes temas de escala global e regional, em razão de sua política externa de perfil ativo e independente, podendo desempenhar importante papel para a promoção da pas. Entre os setores com maior potencial de desenvolvimento estão o econômico-comercial, o de segurança e defesa, o de educação e o de ciência, tecnologia e inovação.

Convergências

Convergências Multilaterais: Assim como o Brasil, o Catar privilegia uma postura ativa concernente à agenda internacional e confere importância às instâncias multilaterais. O Catar sediou, por exemplo, a IV Conferência Ministerial (MC4, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2001), a II Cúpula do G77+China (2005), a II Cúpula ASPA (2009) e a 18ª Conferência das Partes (COP18, na sigla em inglês, 2012) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês). Os dois países condenam fortemente o fenômeno do terrorismo internacional em todas as suas formas, enfatizando a necessidade de intensificar a cooperação para enfrentar essa ameaça global.

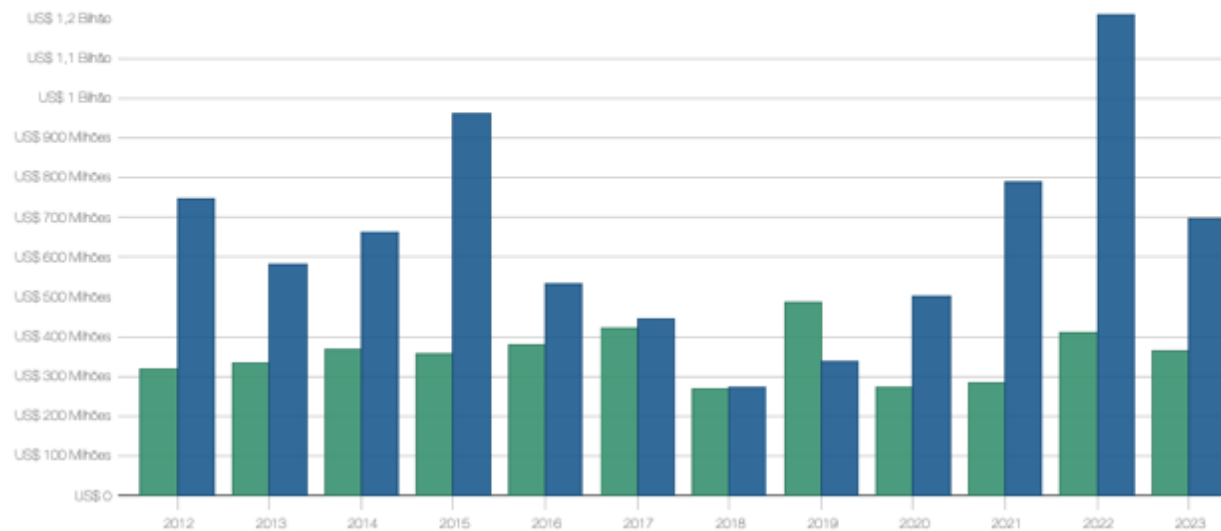
Convergências Plurilaterais: Brasil e Catar integram o G77+China.

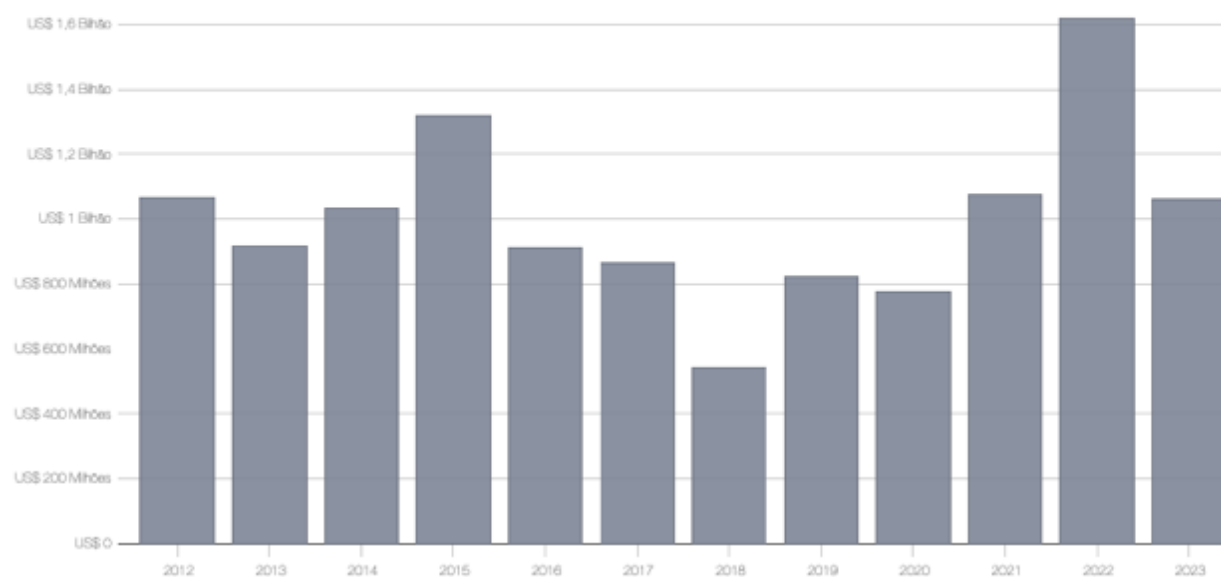
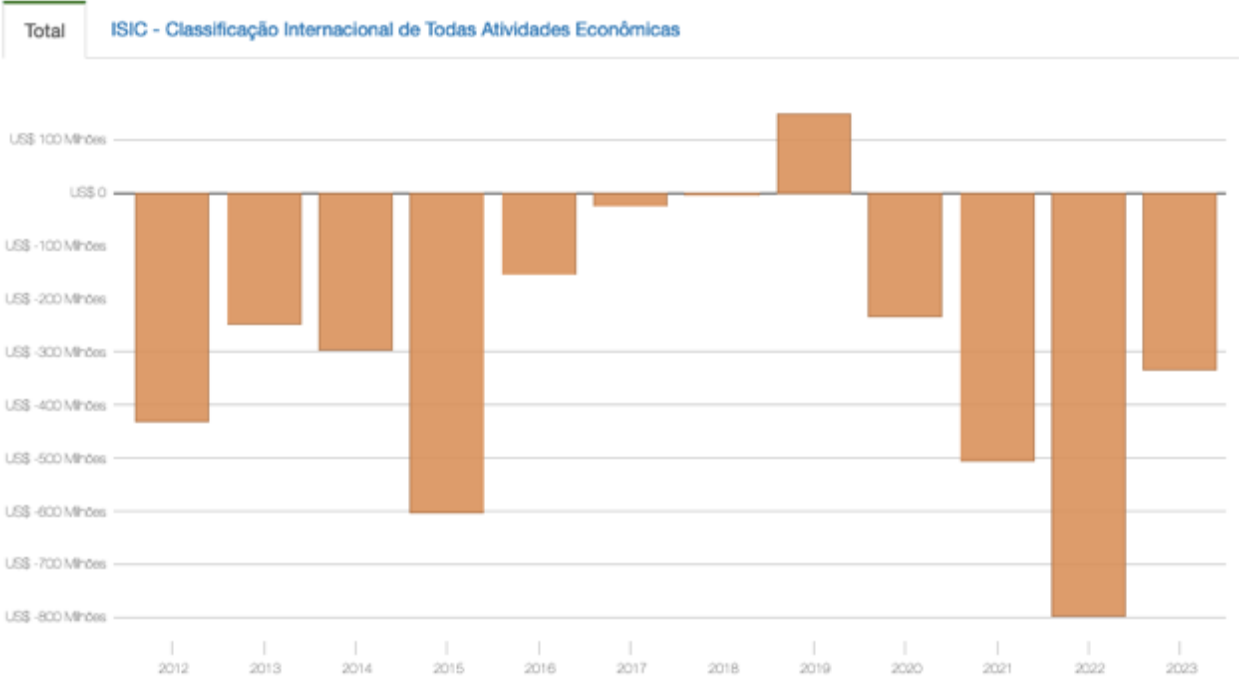
Convergências Regionais: O principal mecanismo de coordenação de que Brasil e Catar fazem parte, nesse contexto, é a Cúpula ASPA, mecanismo inter-regional que teve sua primeira edição realizada em Brasília, em 2005, ocasião em que foi adotada a Declaração de Brasília e assinado acordo de cooperação econômica entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Ademais, o Brasil também é membro observador da Liga dos Estados Árabes (LEA).

Segurança e Defesa: Por localizar-se em região geopolítica de alta propensão a conflitos militares e paramilitares, o Catar confere especial atenção à sua capacidade de defesa e mantém alto nível

de comprometimento com as demandas de suas Forças Armadas. Nesse contexto, o Catar é tradicional importador de produtos de defesa do Brasil, ficando apenas atrás da Arábia Saudita quando considerados os países do Golfo, e tem enviado representantes de alta patente à Feira de Defesa e Segurança da América Latina (LAAD, na sigla em inglês), no Rio de Janeiro, o que aponta grau de confiabilidade e prestígio à indústria militar brasileira. O Brasil também tem se feito bem representar na Exposição Internacional de Segurança Interna (Milipol, na sigla em inglês), patrocinada pelo Ministério do Interior do Catar, e na *Doha Maritime Defense Exhibition and Conference* (DIMDEX, na sigla em inglês), organizada bienalmente pela Marinha do emirado. Durante a visita de Bolsonaro ao Catar, em 2021, foi reforçada a importância da área de defesa para as relações bilaterais. Nesse sentido, os líderes dos dois países declararam a intenção de estudar iniciativas conjuntas na área, com base no memorando de entendimento entre ministérios da Defesa assinado em outubro de 2019, que busca promover a cooperação com ênfase em pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, medicina militar e fornecimento de produtos e serviços de defesa.

<u>Comércio</u>

Marcos: O comércio bilateral aumentou consideravelmente em pouco mais de duas décadas, tendo passado de US$ 27 milhões, no ano 2000, para o montante de US$ 1,6 bilhão, em 2022. O Brasil registra números expressivos de exportações de produtos alimentícios para o Catar, embora ainda haja espaço para crescimento. O lado catariano já demonstrou interesse no incremento da importação de grãos, em investimentos no agronegócio brasileiro, bem como em cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), diante da preocupação local em aumentar a produção de alimentos no país. Como o Catar não produz a totalidade dos alimentos que consome, a segurança alimentar é uma preocupação constante. Durante a visita de Bolsonaro ao Catar, em 2021, foi ressaltada a intenção de negociar um acordo sobre transportes marítimos. Durante a visita do presidente Lula, em 2023, o governo brasileiro sinalizou que há oportunidades comerciais nos campos de defesa, aviação e autopeças. O potencial comercial bilateral é relevante também em razão de a renda *per capita* do Catar ser uma das dez maiores do mundo, o que proporciona um expressivo mercado consumidor.

Série histórica - Parceiro: Catar

Série histórica - Parceiro: Catar

Série histórica - Parceiro: Catar

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Catar

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Catar

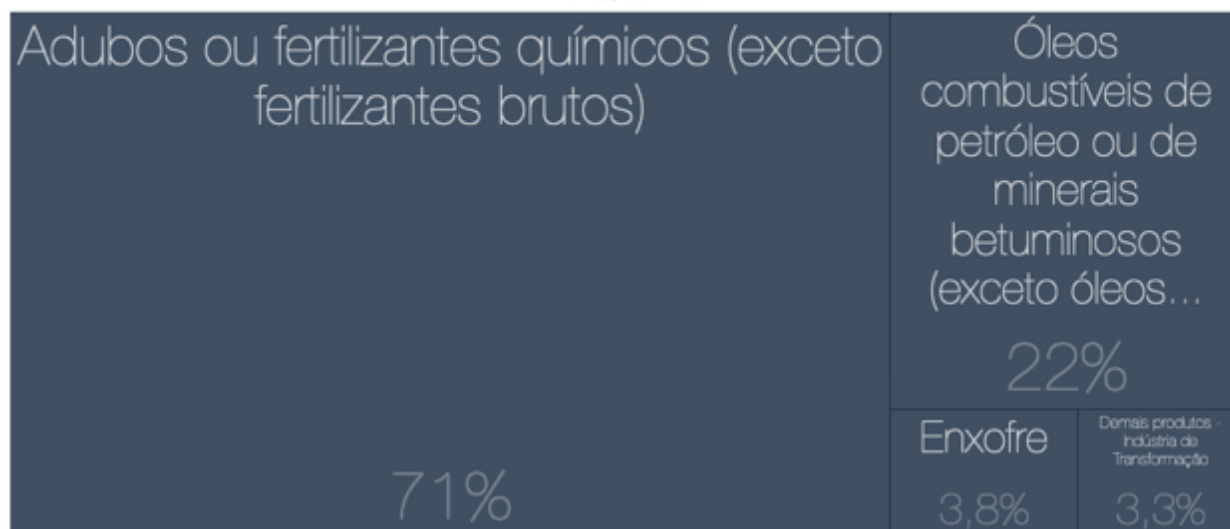
Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 698 Milhões

Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) 71%

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos... 22%

Enxofre 3,8%

Demais produtos - Indústria de Transformação 3,3%

Desafios: Em março de 2023, o Catar impôs restrições à importação de carne bovina brasileira, em razão de um caso isolado de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) atípica no estado do Pará. Diferentemente da forma clássica da enfermidade, conhecida como "mal da vaca louca", a forma atípica é de ocorrência natural e espontânea no rebanho bovino, não representando risco à saúde pública, o que tampouco justifica restrições à importação, conforme diretrizes da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Apesar disso, o Catar incluiu o Brasil na lista de medidas de precaução, que submetia o produto a condições restritivas. Em maio de 2023, esse desafio foi superado, uma vez que o governo do Catar anunciou o fim das restrições à carne bovina brasileira. Em 2022, as exportações de carne bovina para o Catar somaram cerca de US$ 36,9 milhões, o equivalente a seis mil toneladas do produto. No primeiro trimestre de 2023, as exportações de proteína animal ao Catar corresponderam a aproximadamente 75% do total exportado pelo Brasil.

<u>Investimentos:</u>

Investimentos do Catar no Brasil: Estima-se que o Catar tenha estoque de investimento de aproximadamente US$ 7 bilhões no Brasil, em áreas como transporte aéreo (LATAM), agricultura, petróleo e gás, editorial e de educação (Somos Educação – antigo grupo Abril; Grupos Anglo e Sigma; editoras Saraiva, Atica e Scipione). Em três setores, contudo, têm-se concentrado os fundos catarianos: 1) o imobiliário, no qual se destaca a aquisição, em 2012, do World Trade Center, em São Paulo, pela parceria entre o catariano Barwa Bank e a norte-americana Hines International Real Estate Holdings; 2) o financeiro, com a participação da Qatar Holding (QH) em ações do Banco Santander do Brasil; e 3) o energético. Em abril de 2017, ao deter 5,5% do total do controle acionário da subsidiária brasileira do banco espanhol, a QH vendeu cerca de 40% de sua participação. Há interesse em parcerias com empresas de agronegócio brasileiras nos ramos de açúcar, grãos, carne bovina e de frango. Em 2014, a Qatar Petroleum (QP) adquiriu da Shell a participação de 23% no projeto petrolífero de Parque das Conchas, na bacia de Campos. Em

outubro de 2017, consórcio integrado pela QP (25%), a Shell (55%) e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC, 20%) venceu licitação para a exploração de petróleo pré-sal no bloco Alto de Cabo Frio Oeste, na bacia de Santos. Em 2018, a QP venceu duas novas licitações para exploração de petróleo no Brasil, uma na bacia de Santos, em parceria com a ExxoMobil (64% para a empresa norte-americana e 36% para a catariana), e outra relativa a blocos na bacia de Campos (30% QP, 40% ExxonMobil, 30% Petrobras). Havia também indicações de interesse catariano em eventual privatização de distribuidoras de eletricidade da Eletrobras. Em 2021, foi estabelecida *joint venture* entre as empresas *Nebras Power Investment Management* e Companhia Energética Integrada (CEI), com o objetivo de atuar no mercado brasileiro de energias renováveis. Há, ademais, potencial relevante de investimento no setor de aviação civil, especialmente quando o Acordo de Seviços Aéreos, celebrado em 2019, entrar em vigor[493]. No âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o Catar é o 5º principal investidor, com previsão de investimentos de até US$ 10 bilhões. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, comandou uma apresentação a empresários e líderes do Catar na abertura do fórum empresarial entre os dois países, realizado no contexto da visita do presidente Lula, em novembro de 2023. Ele apresentou os investimentos de US$ 347 bilhões previstos em infraestrutura via Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destacou a Agenda Verde e como o país já trabalha na transição para uma economia sustentável, e frisou oportunidades de investimento no País em áreas como ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos, além da perspectiva de recuperar 40 milhões de hectares para dobrar a produção de alimentos em dez anos.

Investimentos do Brasil no Catar: Estão representadas com escritórios em Doha as empresas brasileiras BRF-OneFoods e Puket (segmento de vestuário infantil). Durante a visita de Bolsonaro ao Catar, em 2019, o presidente do Brasil e o xeique Tamim bin Hamad al-Thani reforçaram a importância dos investimentos bilaterais para a promoção de desenvolvimento econômico sustentável e, neste sentido, concordaram em iniciar as negociações de acordo para evitar a dupla tributação e de acordo para a facilitação de investimentos. Ademais, o Catar agradeceu a participação brasileira nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura empreendidos pelo Catar em preparação para a Copa do Mundo da FIFA 2022. Ambos os lados concordaram em ampliar parcerias entre os setores privados de ambos os países explorando oportunidades criadas por meio das reformas econômicas que estavam em curso no Brasil e por meio dos projetos de desenvolvimento que integram o plano "Visão 2030 para o Catar"[494]. Na viagem de 2021, foi reiterada a intenção de continuar as negociações de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos e de outro para evitar a dupla tributação[495].

---

[493] Atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

[494] Conforme o discurso oficial do país, o plano "*Qatar National Vision 2030* (QNV)" tem como objetivo servir de "farol que orienta o desenvolvimento econômico, social, humano e ambiental do país nas próximas décadas". O plano visa a transformar o Catar em um país avançado até 2030, capaz de sustentar seu próprio desenvolvimento e proporcionar um alto padrão de vida. Com investimentos em torno de US$ 220 bilhões, a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2022, era parte da QNV.

[495] Em sua atuação internacional, empresas e fundos catarianos têm preferência por países com os quais o Catar mantenha acordo para evitar a dupla tributação (ADT) e acordo de promoção e proteção de investimentos (APPI). Normas da Receita Federal do Brasil, no entanto, classificam o Catar como país de tributação favorecida (países que tributam a renda em menos de 17%), o que seria obstáculo a um ADT. Em novembro de 2018, no entanto, a assinatura de ADT com os Emirados Árabes Unidos (EAU), também classificado como país de tributação favorecida, sinalizou possível mudança nessa seara. Desde a década de 1990, o Brasil não assina APPIs, em razão do entendimento do Congresso Nacional de que o modelo clássico desse instrumento contém previsões incompatíveis com a soberania

Cooperação

Ciência, Tecnologia & Inovação: Na última viagem de Bolsonaro ao Catar, em 2021, foi manifestada a intenção de explorar as complementaridades dos países no setor e concordaram em dar início às negociações de um acordo de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Essa área é prioritária para o Catar, já que é parte da estratégia do país de diversificação econômica.

Contatos Humanos e Temas Consulares: A comunidade brasileira residente no Catar está estimada em cerca de mil cidadãos. A comunidade é composta, sobretudo, de profissionais do futebol (jogadores, preparadores físicos, técnicos) e da aviação civil (empregados na Qatar Airways), bem como suas famílias. Há, ainda, cidadãos brasileiros que atuam na exploração de petróleo e gás. Brasil e Catar possuem um acordo prevendo a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e especiais. Em agosto de 2017, o Catar isentou unilateralmente brasileiros portando passaportes comuns de visto, contemplando múltiplas entradas e a possibilidade de permanência por trinta dias, renovável por igual período.

Educação, Cultura e Esportes: Brasil e Catar têm Acordo de Cooperação Esportiva (2010, em vigor) e Acordo sobre Cooperação Cultural (2010, aguardando ratificação), além de memorando de entendimento sobre cooperação em grandes eventos (2019). A partir do início dos anos 2000, o governo do Catar tem envidado esforços para promover a imagem do país como referência em esportes. O setor de educação, por sua vez, também é área com grande potencial de cooperação bilateral. Destaca-se, nessa dimensão, a *Qatar Foundation,* principal instituição de promoção da educação e inovação no Catar.

---

nacional. O Brasil procura promover, alternativamente, acordos de cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs), como proposto ao Catar em maio de 2015. Foi realizada videoconferência sobre o tema em novembro do mesmo ano, mas não houve avanço nas tratativas, dada a insistência catariana no modelo APPI.

V. Relações Brasil-Egito

Marcos: Década de 1870: Duas viagens, de caráter privado, do imperador D. Pedro II ao Egito, em 1871 e 1876, de onde trouxe fotografias, mapas, documentos e peças arqueológicas, doados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro; 1922: Brasil reconhece a independência do Egito; 1924: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Egito; 1956: Durante a Crise de Suez, convidado a tomar parte na I Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF, na sigla em inglês), o Brasil enviou um contingente de infantaria do Exército à região, conhecido por Batalhão Suez, que lá permaneceu até 1967; 1973: Visita do chanceler Mário Gibson Barboza ao Egito; 2003: Visita do presidente Lula ao Egito; 2009: Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Estratégico; 2024: Comemoração do centenário de relações bilaterais entre Brasil e Egito, elevação do *status* da relação ao de parceira estratégica e entrada do Egito no BRICS.

Embaixada: O primeiro posto do Brasil no Egito foi um consulado em Alexandria no início do século XX, seguido por uma "agência diplomática" no Cairo entre 1910 e 1920 e por uma legação entre 1924 e 1930 e depois a partir de 1933. Em 1953, a legação brasileira no Cairo foi elevada à embaixada. A embaixada do Egito em Brasília foi aberta em 1976.

Coordenação Política

Instâncias: Reunião de Consultas Políticas (2003[496]; já realizadas seis reuniões do mecanismo); Mecanismo de Diálogo Estratégico (2009[497]; apenas uma reunião realizada, em 2009).

Visitas de Alto Nível: Em 1972, Mário Gibson Barboza realiza a primeira visita de chanceler brasileiro ao Egito. A partir de 2003, a aproximação entre os dois países intensificou-se. Naquele ano, o presidente Lula realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Egito. Entre 2003 e 2011, foram realizadas quatro visitas de chanceleres brasileiros ao Egito e uma visita de chanceler egípcio ao Brasil, em 2005. O presidente Mohamed Morsi foi o primeiro e último chefe de Estado egípcio a visitar o Brasil, em maio de 2013, pouco antes de sua deposição e detenção. Desde meados de 2019, têm-se intensificado o diálogo político e a construção de confiança recíproca entre Brasil e Egito, a exemplo da visita ao Cairo da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina; da VI Reunião de Consultas Políticas, em julho de 2020, em formato virtual, em nível de secretários; de videoconferência (fevereiro de 2021), telefonema (junho de 2021) e reunião presencial à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, setembro de 2021) entre os chanceleres, quando trataram sobretudo da agenda bilateral. Em setembro de 2021, o então vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita ao Cairo, quando foi recebido pelo presidente Abdel Fattah al-Sisi, acompanhado do chanceler Shoukry, do primeiro-ministro Mostafa Madbouly e do ministro da Defesa e Produção Militar, general Mohamed Zaki. O ex-vice-presidente participou, ainda, da cerimônia de inauguração do escritório da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) no Cairo, com a presença da ministra do Comércio e Indústria, Nevine Gamea. Em novembro de 2022, a convite do presidente al-Sisi, o presidente eleito Lula participou da 27ª Conferência das Partes (COP27, na sigla em inglês), no

[496] Por ocasião da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi assinado memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas políticas.

[497] Por ocasião da visita do então chanceler Celso Amorim ao Cairo, foi firmado memorando de entendimento que estabeleceu mecanismo de diálogo estratégico entre Brasil e Egito, em reconhecimento mútuo da relevância dos dois países como interlocutores políticos em suas respectivas regiões.

âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês), em Sharm El-Sheik, no Egito, como participante especial. Na ocasião, o presidente Lula manteve conversa telefônica com o presidente al-Sisi, em que agradeceu as facilidades logísticas oferecidas, e o convidou a visitar o Brasil em 2023. Os chanceleres Mauro Vieira e Sameh Shoukry mantiveram reunião bilateral à margem da reunião ministerial do G20, realizada em Nova Delhi, em 2 de março de 2023, ocasião em que trataram do conflito na Ucrânia e da agenda bilateral. Brasil e Egito têm-se posicionado de forma semelhante em relação ao conflito na Ucrânia, reafirmando o compromisso em defesa da Carta de São Francisco e favorecendo iniciativa de paz. Está sendo agendada, pelos canais diplomáticos, visita do chanceler Shoukry ao Brasil, no âmbito de visita a outros países da região. À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo. Em outubro, Vieira foi ao Egito para participar da "Cúpula da Paz", no contexto do conflito entre Israel e Hamas. Em novembro, o ministro Mauro Vieira conversou, por telefone, com seu homólogo sobre a situação securitária e humanitária em Gaza e reiterou gestões pela liberação da passagem de Rafah para os brasileiros retidos em Gaza, para que possam entrar em território egípcio e ser imediatamente repatriados. No fim daquele mês, o ministro Mauro Vieira manteve, à margem da reunião ministerial do CSNU sobre o Oriente Médio, reunião com o chanceler do Egito, quando agradeceu o apoio egípcio à exitosa operação de repatriação de cidadãos brasileiros e familiares que se encontravam em Gaza e reiterou pedido de respaldo para nova operação, envolvendo segunda lista para evacuação de Gaza. Em fevereiro de 2024, o presidente Lula visitou o país, ocasião em que propôs a elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica. Lula e Al-Sisi trataram de temas como o cessar-fogo e o envio de ajuda humanitária para as pessoas em Gaza, o aprofundamento de relações comerciais, a assinatura de acordos, além da reforma de estruturas de governança mundial.

Discurso Oficial: Brasil e Egito mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais. Em 2013, o Brasil manifestou preocupação quanto à grave situação no Egito, quando a Constituição foi suspensa e o presidente democraticamente eleito, Mohamed Morsi, destituído pelas Forças Armadas. O governo brasileiro conclamou ao diálogo e à conciliação para que as justas aspirações da população egípcia por liberdade, democracia e prosperidade pudessem ser alcançadas sem violência e com a plena vigência da ordem democrática.

Convergências

Convergências Multilaterais: Brasil e Egito mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.

Convergências Plurilaterais: Ambos são integrantes do G77+China. A partir de 1989, os dois países também passaram a integrar o Grupo dos 15 (G15), reunindo Argélia, Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Senegal, Venezuela e Zimbábue, O G15 se destinava a promover maior Cooperação Sul-Sul (CSS). Desde 2012, não há mais cúpulas do G15, e nos últimos anos o agrupamento está completamente inativo, e o Brasil de Jair Bolsonaro parece ter interrompido completamente sua participação. O Egito ingressou no

BRICS a partir de 2024. A convite do Brasil, o Egito participará da Cúpula do G20 que será realizada em novembro de 2024.

Segurança e Defesa: A área de defesa é setor promissor para o aprofundamento das relações bilaterais com o Egito. Na vertente de capacitação, o Estado-Maior do Exército tem oferecido regularmente quatro vagas anuais a oficiais egípcios para os seguintes cursos, ministrados em estabelecimentos de ensino no Brasil: Curso de Idioma Português para Militares Estrangeiros; Curso Internacional de Operações na Selva; Curso Internacional de Estudos Estratégicos; Estágio Internacional de Defesa Cibernética para Oficiais das Nações Amigas; e Estágio de Preparação para Missões de Paz. Em 2023, o Egito aceitou convite para participar do estágio de preparação para missões de paz, do estágio internacional de defesa cibernética e do curso de português para militares estrangeiros. Em maio de 2022, no contexto da visita ao Cairo do então secretário especial para Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi firmado memorando de entendimento entre o Ministério da Defesa do Brasil e a Organização Árabe para a Industrialização (AOI, na sigla em inglês)[498], bem como memorando de entendimento entre o Ministério da Defesa do Brasil e o Ministério da Produção Militar do Egito. Na mesma ocasião, realizaram-se, igualmente, duas demonstrações de voo da aeronave C-390, com vistas a atender aos requisitos operacionais demandados pelo governo egípcio para eventual compra. Também foram discutidas potenciais oportunidades para a comercialização de possível produção conjunta nos mercados egípcio, africano e árabe. A dimensão econômico-comercial na área de defesa possui vasto potencial, tendo em conta ser o Egito o terceiro maior comprador de armamentos no mundo e o primeiro na África. Há histórico de aquisição de produtos de defesa brasileiros pelo Egito, e a Força Aérea egípcia chegou a dispor de 54 aeronaves EMB-312 (Tucano), produzidas nos anos 80 mediante parceria entre a EMBRAER e a AOI.

Comércio

Marcos: Em 2010, o Egito tornou-se o segundo parceiro extrarregional a assinar Acordo de Livre Comércio (ALC) com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). De 2002 a 2012, o volume de comércio entre Brasil e Egito cresceu sete vezes, evoluindo de US$ 410 milhões para US$ 2,96 bilhões. Desde a entrada em vigor do ALC MERCOSUL-Egito, em 2017, houve diversificação das exportações brasileiras, com maior participação de bens manufaturados. Entre 2017 e 2019, o fluxo comercial bilateral cresceu 38% em relação a 2011-2012. Empresas brasileiras têm interesse em investimentos em obras de infraestrutura de energia e transportes no Egito, além das oportunidades oferecidas pelo maior mercado consumidor do mundo árabe. O Egito tornou-se um dos maiores mercados para carne bovina brasileira no mundo e o principal destino das exportações brasileiras na África. Em 2019, foi o segundo comprador árabe de produtos brasileiros (US$ 1,84 bilhão), atrás da Arábia Saudita, chegando a ser o primeiro em 2018. Em 2023, o Egito perdeu o posto de maior parceiro comercial do Brasil na África, alcançado no ano anterior, para a Argélia. O Brasil, por sua vez, foi o principal parceiro comercial do Egito na América Latina no mesmo ano. Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil

---

[498] A AOI é o conglomerado industrial de defesa do Egito. Fundada em 1975 pela Arábia Saudita, Egito, Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU) para sinergizar a expansão coletiva da indústria de defesa árabe, em 1993, a AOI passou a ser propriedade exclusiva do Egito, devido ao esfriamento nas relações entre os Estados do Golfo e à consequente retirada dos outros fundadores. Atualmente, a AOI trabalha com o Ministério Egípcio de Produção Militar, para atender aos requisitos das Forças Armadas egípcias, estabelecer parcerias regionais e internacionais e adquirir tecnologia para o crescimento das capacidades de defesa egípcias.

para o Egito são alimentos. Já o Egito fornece, sobretudo, fertilizantes para o agronegócio brasileiro. Esse fato, aliado à circunstância de que o Egito é um importador líquido de alimentos, configura uma complementaridade estrutural, entre as duas economias, que se reveste de caráter estratégico. O calendário do acordo MERCOSUL-Egito prevê plena desgravação tarifária até 2026, representando oportunidade para desenvolvimento contínuo das relações comerciais bilaterais. Em dezembro de 2023, foi aberto mercado egípcio às exportações brasileiras de pescados e derivados e de material genético de codorna provenientes do Brasil. Em fevereiro de 2024, no âmbito da visita do presidente Lula ao Cairo, os dois países assinaram um protocolo para facilitar o comércio de bovinos, suínos e aves, que cria uma equivalência entre os sistemas de inspeção nacionais. Em março do mesmo ano, o governo egípcio anunciou a autorização sanitária para a exportação pelo Brasil de carne, produtos cárneos e miúdos de caprinos e ovinos.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Egito

Série histórica - Parceiro: Egito

Série histórica - Parceiro: Egito
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 3,5 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Egito
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 2,4 Bilhões
US$ 2,2 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,8 Bilhão
US$ 1,6 Bilhão
US$ 1,4 Bilhão
US$ 1,2 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Egito
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 2,3 Bilhões
Açúcares e melaços
24%
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada
11%
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas
5,3%
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos...
4,3%
Tabaco, descaulificado ou desnervado
2,9%
Demais produtos - Indústria de Transformação
2,7%
Gorduras e óleos vegetais, "soft", bruto, refinado ou fracionado
2,6%
Papel e cartão
1,5%
Celulose
Milho não moído, exceto milho doce
17%
Soja
2,6%
1,4%
Café não torrado
0,87%
1,1%
Minério de ferro e seus concentrados
17%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Egito
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 489 Milhões
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
54%
Legumes, raízes e tubérculos, preparados ou conservados
7,7%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,3%
Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras e perfis (incluindo estacas prancha)
3,7%
2,0%
Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados
3,4%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos
1,8%
Fios têxteis
1,6%
1,4%
1,3%
Vidraria
3,0%
2,5%
1,0%
0,91%
Alumínio
Vidro
2,9%
54%

<u>Investimentos:</u> Quanto aos investimentos, registre-se a presença do grupo Camargo Correia no Egito, cuja participação na cimenteira Amreyah Cement representa o maior investimento brasileiro no país. Há também relevante presença brasileira no setor de transportes, a exemplo das empresas Marcopolo e Randon.

<u>Cooperação</u>
Cooperação Técnica: A cooperação técnica bilateral com o Egito está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, celebrado em 31 de janeiro de 1973, e promulgado em 4 de janeiro de 1974. Em 29 de julho de 2009, Brasil e Egito assinaram o Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África, mas, até o momento, não implementaram nenhuma ação conjunta sob esse instrumento. Atualmente, há quatro demandas do Egito para cooperação técnica bilateral em análise pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de etanol, de leite, de cana-de-açúcar e algodão.

Ciência, Tecnologia e Inovação: Durante a visita do presidente Lula ao Cairo, em fevereiro de 2024, foi assinado um memorado de entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério do Ensino Superior e Pesquisa Científica do Egito sobre a cooperação no âmbito da ciência, tecnologia e inovação. O acordo prevê que ambas as partes irão buscar incentivar parcerias entre instituições de ensino superior, centros de pesquisa, setor privado e agências relevantes, e que para coordenar e implementar as atividades será criado um comitê misto. O memorando aborda possíveis intercâmbios entre pesquisadores, a organização conjunta de eventos, incentivo ao intercâmbio de *startups*, entre outras atividades.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Segundo dados de 2022, há cerca de 2,5 mil brasileiros residentes no Egito. Até 1º de março de 2023, treze cidadãos brasileiros estavam detidos em presídios egípcios por tráfico de drogas. Este quadro motivou a negociação, ainda em curso, de tratado para transferência de pessoas condenadas. No âmbito do conflito entre Israel e Hamas, em curso desde outubro de 2023, o governo egípcio forneceu apoio para a repatriação de cidadãos brasileiros da faixa de Gaza a partir da evacuação pela fronteira de Rafah e a realização de embarque no Cairo.

Serviços Aéreos e Turismo: Brasil e Egito concluíram, recentemente, negociações de Acordo por Troca de Notas para Evitar a Dupla Tributação (ADT) dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional, que viabilizou a criação da rota Cairo-São Paulo, que passou a ser operada pela estatal EgyptAir em setembro de 2023. A negociação inicial entre o primeiro-ministro do Egito, Mostafa Madbouly, e o então embaixador do Brasil no Cairo, Antonio Patriota, foi seguida de tratativas da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), como parte de estratégia de negócios em diferentes setores, em países do mundo árabe.

Cultura: Durante a visita do presidente Lula ao Cairo, em fevereiro de 2024, tratou-se da cooperação e empréstimos de peças para o Museu Nacional do Rio de janeiro, incendiado em setembro de 2018.

VI. Relações Brasil-Emirados Árabes Unidos

Marcos: 1974: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Emirados Árabes Unidos (EAU); 1988: Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira; 2003: Visita do presidente Lula aos EAU; 2007: Companhia aérea Emirates inaugura linha direta entre Dubai e São Paulo; 2008: Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-EAU; 2011: Primeira reunião da Comista Brasil-EAU; 2018: Primeira reunião de Consultas Políticas Brasil-EAU; 2019: Visita do presidente Bolsonaro e assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica entre Brasil e EAU nas áreas de paz e segurança, cooperação econômica, cooperação em energia e cooperação em turismo, cultura e esportes.

Embaixada: As relações diplomáticas entre Brasil e EAU foram estabelecidas em 1974, e a embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978. Em 1991, os EAU instalaram sua embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. Além da Embaixada em Brasília, os EAU mantêm um consulado-geral em São Paulo.

Coordenação Política

Instâncias: Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-EAU (2008), Comissão Mista Brasil-EAU (2011, reunindo-se em 2011, 2012 e 2021), Reunião de Consultas Políticas Brasil-EAU (2018).

Visitas de Alto Nível: No século XXI, as relações adensaram-se com a troca de visitas de alto nível. Em 2003, o presidente Lula realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro aos EAU. Em novembro de 2013, o então vice-presidente Michel Temer visitou os EAU, sendo recebido com distinção pelas autoridades locais. Em 2014, ocorreu a primeira visita oficial do vice-presidente, primeiro-ministro e ministro da Defesa dos EAU e emir de Dubai, xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum a Brasília. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos EAU, xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, visitou o Brasil em 2009, 2010, 2012, 2014, 2017 e 2019. O presidente Bolsonaro visitou os EAU em 2019 e em 2021[499]. Na visita de 2019, quando se completavam 45 anos do estabelecimento de relações bilaterais, os líderes decidiram alçar as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica, tendo assinado Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica entre Brasil e EAU, nas áreas de paz e segurança, cooperação econômica, cooperação em energia e cooperação em turismo, cultura e esportes. Em 2021, além do presidente Bolsonaro, realizaram visitas aos EAU no âmbito da Expo 2020, em Dubai: o vice-presidente da República; os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, da Economia, das Minas e Energia, da Mulher, Família e Direitos Humanos, do Turismo; governadores dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo; bem como diversas outras autoridades brasileiras. Entre 12 e 14 de setembro de 2022 foi realizada a primeira visita de missão parlamentar emirática ao Brasil, desde a criação do Grupo de

[499] Durante a visita presidencial de 2021, o presidente concedeu ao xeique Mohammed bin Rashid Al Maktoum a Grã-Cruz da Medalha Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira concedida a chefes de Estado. Os presidentes concordaram em continuar a aprofundar as relações bilaterais, expressando interesse em realizar a primeira reunião sob o acordo assinado de Parceria Estratégica entre o Brasil e os EAU em 2022 para discutir temas que incluem paz e segurança, desenvolvimento sustentável, cooperação econômica, energia renovável, e os setores de turismo, cultura e esportes. O presidente participou da cerimônia de abertura da 17ª edição do Dubai Airshow, maior evento comercial aeroespacial do mundo, com expressiva participação do Brasil. O presidente Bolsonaro também participou da celebração do Dia do Brasil na Expo 2020 Dubai.

Amizade Parlamentar Brasil-EAU. Foi realizada em reciprocidade a missões oficiais de parlamentares brasileiros aos EAU: em dezembro de 2019, chefiada pelo então presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN); em outubro de 2021, chefiada pelo senador Marcos do Val e em abril de 2018, chefiada pelo então presidente da CREDN. A ministra de Estado para a Cooperação Internacional dos EAU chefiou a delegação para a posse do presidente Lula. Em abril de 2023, o presidente Lula visitou os EAU, quando foram assinados memorandos de entendimento sobre mudança do clima e entre academias diplomáticas. Em junho, os chanceleres Mauro Vieira e Abdullah bin Zayed Al Nahyan encontraram-se bilateralmente, à margem da reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS. Em outubro, o chanceler emirati visitou o Brasil, e Lula e o presidente emirati Mohammed bin Zayed Al Nahyan conversaram ao telefone sobre a situação no Oriente Médio, em especial o conflito em Israel e na Palestina, sobre questões de cooperação econômica, investimentos e parcerias estratégicas em diversos setores e sobre a 28ª Conferência das Partes (COP28) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC ou UNFCCC, na sigla em inglês). Em novembro, os chanceleres conversaram ao telefone sobre a COP28. No final do mês e no início de dezembro, o presidente Lula e ampla delegação ministerial participaram da COP28. Em fevereiro de 2024, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com o ministro de Comércio Exterior dos EAU e presidente da 13ª Conferência Ministerial (MC13, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, e tratou dos temas da agenda da OMC, em especial a necessidade de reforma do organismo multilateral, e das futuras negociações entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e os EAU, além de ter convidado o país árabe para a cúpula do G20, que ocorrerá em novembro, no Rio de Janeiro. Em maio, o presidente Mohammed bin Zayed Al Nahyan telefonou ao presidente Lula para anunciar o envio ajuda humanitária às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, e o chanceler Mauro Vieira telefonou ao seu homólogo emirati para agradecer pelas doações.

Discurso Oficial: O processo de aproximação tem sido fortalecido por intensa agenda de visitas oficiais: os EAU são o país do Oriente Médio mais visitado por autoridades brasileiras de nível ministerial e por governadores de Estado. Isso se explica pela intensidade dos vínculos econômicos bilaterais; pela importância do mercado emirático como consumidor final e como redistribuidor regional para os produtos brasileiros; pela localização privilegiada do país árabe como *hub* aéreo e turístico internacional; e pela pujança de seus fundos de investimento. As economias brasileira e emirática possuem alto grau de complementaridade, havendo diversos eixos de sinergia potencial nos setores comercial e de investimentos ainda inexplorados ou parcialmente aproveitados. Ambos os países se dispõem a combater o crime organizado transnacional e o terrorismo. Possuem, igualmente, o compromisso com a proteção e a promoção da liberdade religiosa e com a facilitação da harmonia inter-religiosa. Em termos políticos, ambos os países atribuem importância ao multilateralismo e ao papel vital das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Convergências

Convergências Multilaterais: Em relação aos direitos humanos, ambos ampliaram sua convergência no Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2022 – o que pode já estar sendo minimizado ou revertido, como no desligamento brasileiro do Consenso de Genebra nas primeiras semanas do governo Lula. Os EAU ampliaram seu engajamento no regime multilateral do comércio, que é caro ao Brasil, e sediaram a MC13 da OMC, em 2024. Quanto ao meio ambiente,

os EAU também são parte do Acordo de Paris e sediaram a COP28. Ambos mantiveram coordenação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por ocasião de seus mandatos coincidentes como membros rotativos em 2022 e 2023 e concordam com a importância da reforma do órgão.

Convergências Plurilaterais: Ambos integram o G77+China. Os EAU ingressaram no BRICS a partir de 2024.

Segurança e Defesa: Em 2014, foi assinado Acordo bilateral Referente à Cooperação no Campo da Defesa. Em maio de 2017, foi anunciada a criação de um Comitê Conjunto de Cooperação em Defesa Brasil-EAU, em nível de oficial general, que se reuniu em 2018, em Abu Dhabi, e 2019, em Brasília. Em 2017, foram concedidas anuências recíprocas para a abertura de adidâncias militares do Brasil em Abu Dhabi e dos EAU em Brasília. Em resposta à abertura de Adidância de Defesa na Embaixada dos EAU em Brasília, foi inaugurada a Adidância de Defesa na Embaixada do Brasil em Abu Dhabi em 2020. Na visita presidencial de Bolsonaro em 2021, os líderes reafirmaram a importância da cooperação em defesa e expressaram sua intenção de realizar uma reunião do Comitê Conjunto de Cooperação em Defesa entre os dois países. Ambos os países expressaram o desejo de estabelecer cooperação na área de produtos de defesa, enfatizando iniciativas conjuntas na área de pesquisa e desenvolvimento. O Brasil tem interesse em comercializar equipamentos de defesa com os EAU. Os países afirmam que a cooperação em defesa continua sendo componente da agenda bilateral não apenas sob o aspecto comercial, mas também na construção de confiança e no intercâmbio de boas práticas. O Brasil enviou delegação para a feira Dubai Air Show, de 14 a 18 de novembro de 2021, que contou com a participação do então presidente da República. O eventou contou com um “Pavilhão Brasil”, onde empresas brasileiras puderam expor seus produtos. A EMBRAER contou com estande próprio e exposição de C-390 Millenium e A-29 Super Tucano. Em 2023, os dois chanceleres concordaram em ampliar a cooperação entre governos.

Comércio

Marcos: Os dois países têm Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira (1988). A pauta econômica constitui o principal eixo de interação da relação Brasil-EAU e é indissociável da relação política bilateral, inclusive pela prioridade dada pelos EAU a temas econômicos em sua inserção extrarregional e pela natureza entrelaçada das instituições emiráticas: os principais agentes econômicos são idênticos às principais lideranças políticas. Desde 2008, os EAU passaram a ser o segundo parceiro do Brasil no Oriente Médio, atrás apenas da Arábia Saudita. Os EAU também são o terceiro maior parceiro comercial árabe do Brasil. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) mantém um escritório em Dubai, o único no Oriente Médio. Os EAU demonstram interesse em negociar acordo de parceria econômica abrangente (APEA) bilateral com o Brasil. A parte brasileira, por sua vez, reiterou que deve negociar acordos tarifários em conjunto com os sócios do MERCOSUL. Em outubro de 2023, o governo brasileiro abriu consulta pública para obter contribuições do setor produtivo sobre eventual lançamento de negociações de um acordo comercial entre o bloco e os EAU.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Emirados Árabes Unidos

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
3.164,8	1.200,5	4.365,3	1.964,3
-2,7% Var. Jan-Dez 2023/2022	-52,2% Var. Jan-Dez 2023/2022	-24,3% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

0,9%	28º	0,5%	37º
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Emirados Árabes Unidos

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Emirados Árabes Unidos

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Série histórica - Parceiro: Emirados Árabes Unidos
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 2,4 Bilhões
US$ 2,2 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,8 Bilhão
US$ 1,6 Bilhão
US$ 1,4 Bilhão
US$ 1,2 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Emirados Árabes Unidos
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 3,2 Bilhões
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas
28%
Açúcares e melaços
15%
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada
11%
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)
6,6%
Celulose
5,3%
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)
4,9%
Demais produtos - Indústria de Transformação
4,5%
Tabaco, descaulificado ou desnervado
3,7%
Café não torrado
1,2%
1,1%
0,72%
Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço
2,5%
1,6%
1,6%
1,2%
Armas e...
1,8%
1,7%
1,1%
Talheres

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Emirados Árabes Unidos

Jan-Dez / 2023 2022

Total: US$ 1,20 Bilhão

Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) 83%

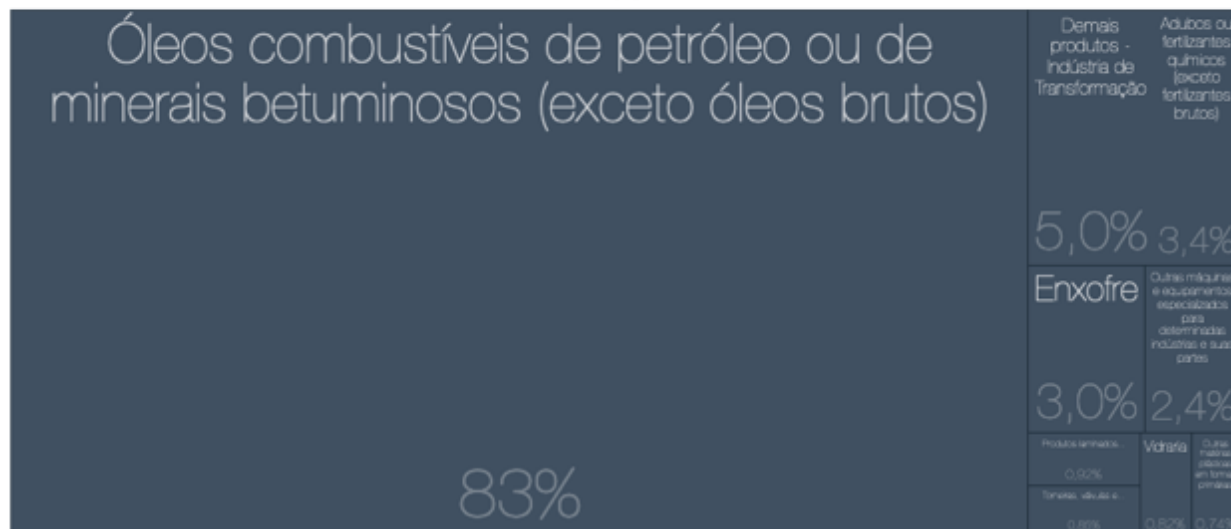
Demais produtos - Indústria de Transformação 5,0%

Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) 3,4%

Enxofre 3,0%

Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes 2,4%

Vidraria 0,82%

0,92% 0,80% 0,74%

Investimentos: Em 2021, o total de ativos dos EAU no Brasil ultrapassou US$ 10 bilhões, enquanto trinta empresas brasileiras operavam nos EAU. Existe grande potencial para atração para o Brasil de recursos provenientes dos fundos soberanos de investimento dos EAU, os quais, juntos, controlam ativos que superam um total de US$ 1 trilhão. Entre os quatro principais fundos soberanos emiráticos, dois, a Abu Dhabi Investment Authority (ADIA) e a Mubadala Development Company, mantêm presença ativa no mercado brasileiro. Em 2021, o Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, sacramentou com a Petrobras o acordo de aquisição da Refinaria Landulpho Alves na Bahia, a primeira da estatal a ser vendida, por R$ 1,7 bilhão, semelhante ao investimento que lhe deu o controle do Metrô Rio, antes nas mãos da Invepar. Os empreendimentos de propriedade da Mubadala no Brasil hoje seriam o Porto Sudeste; a Prumo (porto); a Mineração Morro do Ipê; a IMM (empresa de esportes e entretenimento); a LET (propriedades imobiliárias no Rio de Janeiro); os empreendimentos onde há investimento dos fundos Brazil Opportunity I e II, gerenciados pela Mubadala Capitals, seriam a Rota das Bandeiras; o Metrô Rio; a Fórmula 1 em São Paulo; a Refinaria Mataripe, conhecida como ACELEN (antiga refinaria Landulpho Alves, a segunda maior do Brasil); e a FTC (universidade de medicina na Bahia). A BRF inaugurou sua fábrica em Abu Dhabi em 2013, que oferece quinze mil empregos diretos. Aproximadamente trinta empresas brasileiras contam com escritórios comerciais nos EAU (entre elas, Vale, EMBRAER, Tramontina, WEG, Marcopolo, Itaú, BRF, JBS, Odebrecht, Copacol), utilizando-os como plataforma para exportações e contatos de negócios na região. A ApexBrasil mantém um escritório em Dubai, o único no Oriente Médio. Em fevereiro de 2019, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) também abriu escritório em Dubai. Em fevereiro de 2020, a Investe SP, agência de atração de investimentos do Estado de São Paulo, inaugurou escritório em Dubai. O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em 2019 e em vigor desde 2023, e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação (ADT), em vigor, poderão contribuir para o incremento dos investimentos bilaterais. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, assinou, à margem da COP28, a declaração conjunta para a cooperação no Corredor Bioceânico entre Brasil, Chile,

Paraguai, Argentina e os EAU. O documento prevê que "as partes decidiram trabalhar em conjunto em cooperação com os setores privados, para acelerar a atividade econômica e procurar oportunidades no Corredor Bioceânico".

Cooperação

Educação e Pesquisa: Em 2021, foram assinados o Memorando de Entendimento entre o Centro de Estudos e Pesquisas Estratégicas dos Emirados (ECSSR, na sigla em inglês) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação dos EAU e o Ministério da Educação do Brasil sobre cooperação na área educacional.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Os EAU abrigam a maior comunidade brasileira na península Arábica, com cerca de 9,6 mil cidadãos. Trata-se de grupo composto principalmente por profissionais altamente qualificados – empresários, engenheiros, médicos, consultores, funcionários de companhias aéreas, instrutores de esportes e suas famílias.

Esporte: Memorando de Entendimento Bilateral sobre Cooperação Esportiva (2014). Os EAU têm investido pesadamente em esportes em que o Brasil é tido como referência, como o futebol e o jiu-jitsu. O jiu-jitsu brasileiro é um dos esportes mais populares do país e possui importante relação com a família real de Abu Dhabi.

Mudança do Clima: Foram assinados declaração conjunta sobre ação e ambição fortalecidas (2023) e memorando de entendimento (2023). Os EAU, sede da COP28, saudaram a candidatura do Brasil para a COP30. Os EAU demonstraram interesse no Fundo Amazônia. O Brasil participa da iniciativa emirática *Agriculture Innovation Mission for Climate* (AIM-C), relançada na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021. Além do Brasil, a AIM-C, até o momento, conta com a adesão de mais de 50 países parceiros. Outra iniciativa emirática na área da mudança do clima é a *Mangrove Alliance for Climate* (MAC), à qual o Brasil já foi convidado a aderir.

Energia: Memorando de Entendimento entre o Governo do Estado da Bahia e a Refinaria de Mataribe sobre o projeto Macaúba, iniciativa agroindustrial sustentável que prevê investimentos de até US$ 2,5 bilhões na produção de biodiesel e que beneficiará milhares de famílias nas zonas rurais do estado da Bahia.

Agricultura: O agronegócio brasileiro desempenha importante papel para garantir a segurança alimentar emirática e responde por quase 60% da pauta de exportações brasileiras ao país. A importância do agronegócio é reconhecida no documento que estabelece a Parceria Estratégica, cuja seção sobre agricultura menciona, entre outros tópicos, o objetivo de "estimular a cooperação no desenvolvimento contínuo de sistemas agrícolas sustentáveis". Os EAU possuem considerável *expertise* no emprego de técnicas para produção agrícola em regiões áridas. Nesse sentido, destacam-se as possibilidades para o estabelecimento de cooperação em pesquisa e intercâmbio de tecnologias agrícolas.

Logística: No contexto dos esforços para a consolidação de Dubai como *hub* logístico mundial, insere-se a iniciativa *World Logistics Passport* (WLP), programa de fidelização de operadores logísticos que utilizam serviços das empresas emiráticas. O governo brasileiro manifestou apoio à

WLP, incentivando a adesão de operadores logísticos brasileiros. No Brasil, aderiram à iniciativa o porto de Santos (DP World Santos, antigo Embraport) e o aeroporto de Viracopos. Durante a III sessão da Comissão Mista Bilateral realizada em março de 2021, os EAU sinalizaram interesse em negociar acordos no setor portuário e marítimo. Aguarda-se proposta inicial pelo lado emirático.

Inteligência Artificial: Durante a visita do presidente aos EAU em outubro de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministéirio da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Inteligência Artificial dos EAU, celebrado naquela ocasião. Sobre a implementação do memorando de entendimento, concordou-se, por ocasião da III sessão da Comissão Mista em março de 2021, realizar a primeira reunião do grupo de trabalho e, posteriormente, *workshop* técnico sobre o tema. Em agosto de 2021, o lado brasileiro encaminhou consulta sobre o interesse dos EAU em cooperar em diversos campos além da inteligência artificial, notadamente aqueles abarcados pelo Ministério da Indústria e da Tecnologia Avançada.

Turismo: A Emirates mantém linha aérea direta entre Dubai e São Paulo desde 2007. O intercâmbio turístico entre Brasil e EAU é reduzido: nenhum dos países consta entre as vinte maiores origens de turistas recebidos pela contraparte. Em 2015, mais de 60 mil turistas brasileiros visitaram o país ou a região via Dubai. Os governos do Brasil e dos EAU têm empreendido esforços para intensificar os fluxos de parte a parte. Há a ideia de abertura de escritório da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) em Dubai. Estão em vigor Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum e Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomáticos e Oficiais. Para a intensificação do turismo, seria importante a intensificação das conexões aéreas. Em junho de 2023, havia apenas um voo diário, da Emirates, entre Brasil e EAU. No período pré-pandemia de COVID-19, a Emirates realizava três voos diários para o Brasil (dois para São Paulo e um para o Rio de Janeiro).

Cooperação Trilateral: Em 2023, durante a COP28, Brasil, Cuba e EAU firmaram uma iniciativa tripartite de cooperação para a promoção da segurança alimentar e nutricional na América Latina.

Cooperação Humanitária: Em maio de 2024, os EAU enviaram três aviões com ajuda humanitária às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, inclusive com doações da comunidade brasileira residente no país médio-oriental.

VII. Relações Brasil-Irã

Marcos:
1903: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Irã; 1959: Missão Hugo Gouthier contempla o Irã; 1965: Visita do xá Reza Pahlavi ao Brasil, a primeira de um chefe de Estado iraniano ao País; 1980-88: Brasil mantém neutralidade na Guerra Irã-Iraque; 2010: Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Irã e Declaração de Teerã; 2023: Celebração de 120 anos de relações bilaterais ininterruptas.

Embaixada: O Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília, em 1960. No ano seguinte, o Brasil elevou ao nível de embaixada sua legação em Teerã, criada em 1942.

Coordenação Política
Instâncias: Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas (2000; 11ª edição[500] em 2022, em Teerã; 12ª edição[501] em 2023, em Brasília); Comissão Econômico-Comercial Bilateral (4ª edição em 2016, em Brasília). Comitê Consultivo Agrícola (CCA; 2016, tendo a 3ª reunião ocorrido por videoconferência em 2021); Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã[502].

Visitas de Alto Nível: Em 1965, o xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, na primeira visita de chefe de Estado iraniano ao País. Em 1976, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, visitou o Irã. Em 1991, o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, visitou o país. Dois anos depois, a viagem do chanceler Rezek foi retribuída por meio da visita ao Brasil do chanceler Ali Akbar Velayati, para chefiar a delegação de seu país à III Reunião da Comissão Mista Bilateral, criada em 1988. As visitas de mais alto nível mais recentes[503] foram do então do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad a Brasília, em 2009, e do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã, em 2010. Ahmadinejad voltou ao Brasil, para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20). Em 2013, houve a visita ao Irã do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para assistir à cerimônia de posse do presidente Hassan Rouhani. Em 2015, Mauro Vieira, então ministro das Relações Exteriores, visitou o Irã. Em abril de 2018, o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília, onde se avistou com o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, fez visita de cortesia ao então presidente, Michel Temer, e proferiu palestra no Instituto Rio Branco (IRBr). Zarif também discursou na abertura de Seminário sobre as relações econômico-comerciais entre Brasil e Irã, na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por ocasião da visita de Zarif, assinou-se Memorando de Entendimento entre o IRBr e a Escola de Relações Internacionais do Irã. Em

---

[500] A delegação brasileira foi chefiada pelo então secretário de Oriente Médio, Europa e África, e a iraniana, pelo vice-ministro de Negócios Estrangeiros para Assuntos Políticos (e negociador-chefe do Irã para o JCPOA), embaixador Ali Bagheri Kani.
[501] A secretária-geral de Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu o vice-ministro de Negócios Estrangeiros do Irã, Ali Bagheri Kani, e foi realizada a reunião, em comemoração aos 120 anos de relações diplomáticas
[502] A diplomacia parlamentar representa uma das mais importantes dimensões do diálogo político bilateral.
[503] Entre as visitas Brasil do chanceler Ali Akbar Velayati, em 1993, e de Mahmoud Ahmadinejad, em 2009, houve as seguintes visitas: 2009: ao Brasil, do ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki; 2008: ao Irã, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; 2006: ao Brasil, do presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel; 2002: ao Irã, do ministro da Cultura, Francisco Weffort, para participar da reunião do “Diálogo das Civilizações”.

2021, assistiram à posse de Ebrahim Raisi na presidência do Irã os deputados Evandro Roman (Patriota-PR), então presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã, e Ricardo Izar (PP-SP), também membro daquele grupo. Em 2022, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, viajou ao Irã, para tratar da importação de fertilizantes. Em 2023, à margem da reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com o seu homólogo iraniano, enquanto, à margem da cúpula do agrupamento, o presidente Lula encontrou-se com o presidente Raisi. Em outubro, Lula recebeu telefonema de Raisi sobre o conflito no Oriente Médio, pediu que fosse feito o possível para um consenso que criasse um corredor humanitário e fez um apelo pela libertação de todos os reféns. Em novembro, o ministro Mauro Vieira conversou, por telefone, com seu homólogo sobre sobre a situação humanitária em Gaza e a perspectiva da repatriação dos brasileiros. Em dezembro, ambos voltaram a falar-se ao telefone, e Vieira pediu apoio às gestões para a libertação de brasileiro que consta da lista de reféns em poder do Hamas e tratou do atual estágio do conflito israelo-palestino. Em junho de 2024, à margem da reunião de chanceleres dos BRICS, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com o novo ministro de Relações Exteriores do Irã, Ali Bagheri Kani, quando reiterou as condolências ao povo e ao governo do Irã pelo recente falecimento do presidente e do chanceler do país.

Discurso Oficial: Estabelecidas em 1903, as relações Brasil e Irã ganharam impulso com a intensificação das visitas de altas autoridades de ambos os países realizadas a partir dos anos 2000. Brasil e Irã convergem quanto à importância do desenvolvimento socioeconômico na dimensão da política externa. No plano bilateral, Brasil e Irã mantêm iniciativas de cooperação em diferentes áreas de interesse comum, como energia (hidroeletricidade e energias renováveis), ciência e tecnologia, capacitação industrial, temas sociais, educação, esportes e cultura. Em maio de 2024, por ocasião das mortes do presidente Ebrahim Raisi, do chanceler Hossein Amir Abdollahian e de outras autoridades do país, em decorrência de queda de helicóptero, o governo brasileiro expressou seus sentimentos de solidariedade e pesar aos familiares das vítimas e ao governo e povo iranianos.

<u>Convergências</u>

Convergências Multilaterais: Em 2015, o Itamaraty emitiu uma nota oficial em que saudou o anúncio de que o Irã e os países do grupo P5+1, Alemanha, China, Estados Unidos (EUA), França, Reino Unido e Rússia, tinham definido os parâmetros do que viria a ser o JCPOA. Em 2016, o Brasil emitiu uma nota em que parabenizou o P5+1 e o Irã por terem alcançado o Dia da Implementação do acordo de programa nuclear. Após a confirmação pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de que o Irã havia cumprido os requisitos do JCPOA, o Dia da Implementação marca o levantamento das sanções relacionadas ao dossiê nuclear iraniano. Na nota, o governo brasileiro afirmou ter apoiado, inclusive por meio da Declaração de Teerã de 2010, os esforços diplomáticos visando assegurar o caráter exclusivamente pacífico do programa nuclear iraniano, considerando que uma solução sustentável para a questão somente poderia ser alcançada por meio do diálogo. Em 2016, após o endosso do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio de uma resolução, ao JCPOA, o Brasil suspendeu as sanções que tinham sido impostas ao país persa, no marco da Organização das Nações Unidas (ONU). Em março de 2017, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) aprovou uma resolução que abordava a situação dos direitos humanos no Irã, com abstenção brasileira. De acordo com a justificativa oficial, o Brasil absteve-se no voto por entender que "o compromisso renovado do Irã com o sistema de direitos humanos deve ser reconhecido, particularmente a aceitação da maioria das recomendações

feitas durante a participação do país no segundo ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) e os convites ao Alto Comissário e aos Relatores Especiais sobre o direito à alimentação e sobre o direito à saúde para visitar o Irã”. Ademais, o governo brasileiro também afirmou que “o aumento do número de execuções no Irã após a aplicação da pena de morte também é uma questão que preocupa particularmente o Brasil”. Também foi ressaltado o fato de que, durante o segundo ciclo da RPU do país, realizada em outubro de 2016, o CDH chamou a atenção para o grande número de violações, que o Brasil afirmou esperar que fossem devidamente tratadas pelo Irã. Em 2022, o Brasil voltou a abster-se, durante a votação de uma resolução, no CDH, que estabeleceu uma missão internacional independente de apuração de fatos para investigar supostas violações de direitos humanos no Irã relacionadas aos protestos que começaram em 16 de setembro de 2022, motivados pela morte de Mahsa Amini, uma jovem iraniana de origem curda de 22 anos, detida por violar o código de vestimenta feminina do país.

Convergências Plurilaterais: O Irã ingressou no BRICS a partir de 2024. Brasil e Irã integram o G77+China.

Comércio

Marcos: A busca de relações econômico-comerciais mais intensas com o Irã pode ser identificada, em 1959, na missão especial do embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim a sete países asiáticos, entre eles o Irã, a fim de estimular a expansão das relações comerciais do Brasil. Mais recentemente, o interesse mútuo na adoção de medidas de facilitação do comércio bilateral levou à assinatura, em novembro de 2016, de um memorando de entendimento sobre cooperação em comércio e investimento. Após vários anos sem ser convocada, a Comissão Econômico-Comercial retomaria atividades em Brasília, em novembro de 2016, por ocasião da visita do então ministro da Economia e Finanças do Irã, Ali Tayebnia. Foi a quarta reunião da comissão, que permitiu delinear o desenvolvimento da agenda bilateral em comércio, investimentos, assuntos financeiros, energia, mineração, agricultura, ciência, tecnologia e inovação. Na ocasião foi criado um Comitê Consultivo Agrícola (CCA). Durante a 1ª Reunião do CCA, em novembro de 2017, em Brasília, abordaram-se temas sanitários, diversificação do comércio agrícola, cooperação e investimentos mútuos. Desde então, o CCA reuniu-se, por videoconferência, em 2020 e 2021. Tradicionalmente, o país persa é um dos principais destinos das exportações brasileiras para o Oriente Médio. Em 2022, foi o principal destino (US$ 4,3 bilhões), à frente da Turquia (US$ 3,6 bilhões), dos Emirados Árabes Unidos (EAU, US$ 3,3 bilhões) e da Arábia Saudita (US$ 2,9 bilhões). O Irã tornou-se, nos últimos anos, o principal comprador de produtos agropecuários brasileiros na região do Oriente Médio, adquirindo sobretudo milho, soja e carne bovina. O país é, atualmente, o segundo maior importador de milho (13%), quinto maior importador de soja (2%) e quarto maior importador de carnes bovinas congeladas (4%) do Brasil. A agropecuária representa um dos setores em que o governo iraniano busca alcançar autossuficiência nos próximos anos, no âmbito da chamada “economia de resiliência”, que visa a aumentar a produção e a produtividade da economia, tornando o país menos exposto a choques internacionais. O Brasil é hoje importante fonte de alimentos para o país persa[504].

[504] O Brasil compete com a Índia na exportação de farelo de soja e açúcar para o Irã e, tradicionalmente, com a Rússia e a Ucrânia na exportação de milho. O Irã privilegia o comércio compensado e o comércio com países detentores de recursos iranianos não bloqueados, em razão das sanções unilaterais norte-americanas, o que dificulta as trocas com o Brasil, já que o volume de importações de origem iraniana é tradicionalmente baixo no país.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Irã

Jan-Dez / 2023 | 2022

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
2.300,7	**3,8**	**2.304,5**	**2.296,9**
-46,3% Var. Jan-Dez 2023/2022	-97,3% Var. Jan-Dez 2023/2022	-47,9% Var. Jan-Dez 2023	Superávit Jan-Dez 2023

0,7%	**32º**	**0,002%**	**112º**
Part. nas Exportações Jan-Dez/2023	Ranking de Exportações Jan-Dez/2023	Part. nas Importações Jan-Dez/2023	Ranking de Importações Jan-Dez/2023

Série histórica - Parceiro: Irã

Série histórica - Parceiro: Irã

Série histórica - Parceiro: Irã
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 4 Bilhões
US$ 3,5 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Irã
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 2,3 Bilhões
Soja
39%
Milho não moído, exceto milho doce
36%
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais
16%
Açúcares e melaços
6,9%
1,5%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Irã

Jan-Dez / 2023 2022

Total: US$ 3,80 Milhões

Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas 61%

Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários 18%

Frutas, preservados e preparações (exceto sucos de frutas) 6,0%

Vidraria 5,3%

Outros medicamentos, incluindo veterinários 3,5%

Revestimentos de piso 3,0%

1,6%

Couro

Desafios: Em meio à política de "pressão máxima" imposta pelos EUA de Donald Trump ao Irã, o receio de sanções secundárias levou a Petrobras a recusar-se, em 2019, de abastecer dois navios iranianos que trouxeram ureia ao Brasil e transportariam milho de volta o Irã. O caso chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF), que, em julho daquele ano, determinou o abastecimento com base no Direito brasileiro, expressando ainda o entendimento de que o contrato de fornecimento de combustível da Petrobras não era com entidade iraniana sancionada, mas com empresa brasileira não incluída na lista de sanções. Um episódio similar ocorreu em 2023, quando, durante a visita do presidente Lula aos EUA, dois navios de guerra iranianos atracaram no Rio de Janeiro. O governo norte-americano chegou a comunicar ao governo brasileiro que não seria possível realizar a reunião dos presidentes Joe Biden e Lula ao mesmo tempo que o porta-helicópteros e a fragata entrassem no espaço marítimo brasileiro. Os produtos agropecuários brasileiros exportados para o Irã não estão sujeitos às sanções norte-americanas. A principal dificuldade que empresas brasileiras enfrentam no comércio com o Irã diz respeito à realização de transferências bancárias. Grandes empresas e bancos comerciais brasileiros, apesar de seu interesse no mercado iraniano, movimentam-se com cautela, motivados, sobretudo, pelo temor das sanções norte-americanas. De modo a contornar as dificuldades de pagamentos, algumas empresas montaram, desde 2019, operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana, o que acarretou o aumento das importações brasileiras. Apesar disso, ainda há desafios para a manutenção e o incremento dessa ampliação, especialmente em razão da baixa oferta de ureia de origem iraniana e das dificuldades ligada à sincronização de safras. Em 2022, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, viajou para o Irã, onde cumpriu uma agenda de negócios na área de fertilizantes, com foco na importação da ureia iraniana, discussão especialmente importante em meio à conjuntura do conflito entre Rússia e Ucrânia[505].

[505] A programação da ministra incluiu um encontro com seu homólgo iraniano, Seyed Javad Sadati Nejadi, e com o presidente da Comissão de Agricultura do parlamento iraniano, deputado Muhammad Askari, além de reuniões com a Câmara de Comércio Brasil-Irã e com o Fórum Empresarial entre os dois países.

Investimentos: Entre a assinatura do JCPOA e a política de pressão máxima de Trump, o interesse mútuo de Brasil e Irã na adoção de medidas de facilitação do comércio bilateral levou à assinatura, em novembro de 2016, de um memorando de entendimento sobre cooperação em comércio e investimento. Diálogos para a negociação de um acordo sobre proteção e promoção de investimentos (APPI) haviam sido iniciados em janeiro daquele ano, mas não prosperaram, porque o Irã tradicionalmente celebra acordos de investimento bilateral nos moldes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), modelo que o Brasil deixou de usar, depois de ter desenvolvidos os Acordo Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Cooperação

Ciência e Tecnologia: A cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Irã desenvolve-se sob a égide de memorando de entendimento firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Vice-Presidência para Ciência e Tecnologia do Irã, de 2009, e renovado, por mais cinco anos, em 2014. O instrumento criou o Grupo de Trabalho (GT) de Cooperação em Ciência e Tecnologia, prevendo o aprofundamento do diálogo bilateral em pesquisa agrícola e tecnologia de alimentos; biotecnologia, saúde e ciências médicas; neurociência; tecnologias de informação e comunicação (TICs); e na área de inovação. A primeira reunião do GT ocorreu em abril de 2018, por ocasião da visita ao Brasil do chanceler Zarif, e privilegiou, por interesse de ambas as partes, as discussões sobre a cooperação em nanotecnologia, setor no qual o Irã é reconhecidamente competitivo. Em 2015, o Conselho Iraniano de Ciência e Tecnologia Cognitiva (CSTC, na sigla em inglês) assinou memorando de entendimento com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a fim de apoiar projetos conjuntos de pesquisa.

Saúde: Durante a 70ª Assembleia Mundial de Saúde, maio de 2017, os ministros da Saúde brasileiro e iraniano assinaram um memorando de entendimento para cooperação na área. Com base nesse instrumento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil (ANVISA) e a Agência Reguladora de Alimentos e Medicamentos do Irã (IFDA, na sigla em inglês) assinaram, em abril de 2018, memorando de entendimento sobre o intercâmbio de informações relativas à área de regulação de produtos para a saúde. Em outubro de 2017, às margens da Conferência Global sobre Doenças Não Transmissíveis da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Montevidéu, foi assinado o Marco de Ação em Promoção de Saúde e Nutrição.

Educação: O Irã foi incluído, em 2016, nos programas brasileiros de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). As autoridades iranianas manifestam maior interesse no intercâmbio de estudantes de pós-graduação, mas a exigência de fluência em português tem inviabilizado inscrições de estudantes iranianos.

Cultura: Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados na década de 1950. Em 5 de maio de 2022, quando se comemora o Dia Mundial da Língua Portuguesa, as embaixadas do Brasil e de Portugal, em Teerã, fizeram uma oferta de livros de autores de referência, traduzidos para o farsi, a escolas e universidades iranianas. Para marcar o dia, os embaixadores de Portugal e Brasil reuniram-se para declamar poesias de seus respectivos países, acompanhadas por traduções

lidas pelos diretores da editora Ketab Sara, que vem publicando traduções para o farsi de livros escritos em português.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Estima-se haver pouco mais de cem brasileiros no Irã.

Cooperação Jurídica: Brasil e Irã celebraram acordos sobre extradição, transferência de presos, cooperação em matéria civil e cooperação em matéria penal, durante a visita do ex-chanceler iraniano Mohammad Javad Zarif, ao Brasil, em 2018.

Agricultura: Em 2020, Brasil e Irã celebraram memorandos de entendimento nas áreas de pesquisa agrícola e sanidade vegetal[506], no âmbito da reunião do Comitê Consultivo Agrícola.

[506] Os memorandos foram firmados entre a EMBRAPA e a Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO), e entre a Organização de Proteção das Plantas do Brasil e a Organização de Proteção das Plantas do Irã.

VIII. Relações Brasil-Líbano

Marcos: 1876: D. Pedro II visita o Líbano[507]; Década de 1880: Início da imigração libanesa ao Brasil; 1944: O Brasil reconhece a independência da república libanesa, e são estabelecidas as relações diplomáticas; 1954: Primeira visita oficial de um mandatário libanês ao Brasil, quando o presidente Camille Chamoun foi ao Rio de Janeiro, onde foi recebido por Getúlio Vargas; 2003, visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a única de um presidente brasileiro ao Líbano; 2011-2021: O Brasil esteve no comando marítimo da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês); 2014: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica, com o objetivo de promover a negociação de um acordo de livre comércio; 2020: Brasil enviou missão humanitária ao Líbano quando da explosão do porto de Beirute (agosto), sob o comando do ex-presidente e descendente de libaneses Michel Temer.

Embaixada: Em 1920, o Brasil abriu consulado em Beirute, com o Líbano ainda sob mandato francês[508]. Em 1945, foi criada a legação brasileira na capital libanesa e, em 1946, foi acreditado o Ministro Plenipotenciário brasileiro junto ao governo libanês. Em 1954, a legação foi elevada à condição de embaixada. O Líbano abriu sua embaixada no Brasil também no ano de 1954. Possui ainda Consulado-Geral em São Paulo.

Coordenação Política:
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (primeira e única reunião teve lugar em Beirute, em maio de 2017); Grupo Parlamentar Brasil-Líbano (1979); Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes (criado em março de 2020).

Visitas de Alto Nível: A única visita de um presidente brasileiro ao Líbano foi feita em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A última visita oficial de alto nível feita por uma autoridade brasileira ao Líbano foi em maio de 2019, feita pelo então vice-presidente Hamilton Mourão. Houve antes diversas visitas realizadas por chanceleres e ministros brasileiros, como as do chanceler Aloysio Nunes Ferreira (2018) e do ministro da Defesa Raul Jungmann (2016). Do outro lado, a visita mais recente de uma alta autoridade libanesa ao Brasil foi feita em 2019 pelo ministro do Comércio Exterior, Hassan Mourad. Em 2005 e 2003, chegaram a visitar o Brasil os primeiros-ministros libaneses Najib Mikati e Rafik Hariri, respectivamente. Em 2010, houve visita de Estado do presidente Michel Sleiman ao Brasil. Em março de 2024, o chanceler Mauro Vieira visitou o Líbano e reuniu-se com o primeiro-ministro Najib Mikati, com presidente do parlamento do Líbano, Nabih Berri, e com o chanceler Abdallah Bou Habib. O primeiro-ministro agradeceu a firmeza da posição brasileira em relação ao conflito em Gaza e às tensões na fronteira Líbano-Israel. Com o chanceler Bou Habib, Vieira discutiu as relações bilaterais, o conflito em Gaza e seu impacto regional, além das tensões na fronteira Líbano-Israel. Os chanceleres trataram da UNIFIL, e o chanceler brasileiro manifestou o orgulho do Brasil em participar, há mais de onze anos, da

[507] Três anos depois de sua primeira viagem internacional, em 1876 D. Pedro II volta a percorrer o exterior. Dessa vez, o imperador passou pela América do Norte (EUA e Canadá), Europa (Alemanha, Suécia, Finlândia, Rússia, Itália, Áustria, França, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Países Baixos, Suíça, Portugal e Turquia) e Oriente Médio (Egito, Líbano, Palestina e Síria).
[508] O consulado-geral do Brasil em Beirute é suprimido em 1945. O consulado havia-se tornado consulado-geral em 1937.

operação das Nações Unidas. O chanceler libanês agradeceu o apoio brasileiro à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNWRA, na sigla em inglês) e a iniciativas de estabilização da região. Mauro Vieira reuniu-se, ainda, com o comandante chefe da UNIFIL, general espanhol Aroldo Lázaro, com quem discutiu as atuais hostilidades entre o Hezbollah e Israel na região e os desafios para a plena implementação da S/RES/1701, de 2006, que estendeu o mandato da força.

Discurso Oficial: As relações bilaterais apresentam expressiva densidade política e econômica. Os dois países têm profundos vínculos fraternos, tecidos pela enorme diáspora libanesa no Brasil. Há enorme potencial de crescimento das relações bilaterais. O Brasil tem uma presença singular no Líbano, que o habilita para dialogar com todas as confissões e todos os partidos na complexa sociedade libanesa.

Convergências:

Convergências Multilaterais: Líbano e Brasil são membros fundadores das Nações Unidas (ONU). Participam também do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na agenda ambiental, ambos ratificaram o Acordo de Paris. São partes também no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e no Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês).

Convergências Plurilaterais: O Líbano participa da *MENA-OECD Initiative*, um programa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para os países do Oriente Médio. Em janeiro de 2022, o Brasil foi convidado pela OCDE a iniciar o processo formal de ingresso na organização.

Segurança e Defesa: O Brasil exerceu o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL de 2011 a 2021. Durante esse período, cerca de quatro mil brasileiros e 18 navios da Marinha brasileira foram empregados na FTM-UNIFIL, com o propósito de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos no Líbano, além de contribuir para o treinamento das forças navais libanesas. No componente não naval da UNIFIL, o Brasil também chegou a enviar tropas e aeronaves. Apesar do desengajamento brasileiro relativo, a UNIFIL ainda é a operação de paz da ONU com o maior número de tropas brasileiras em operação[509].

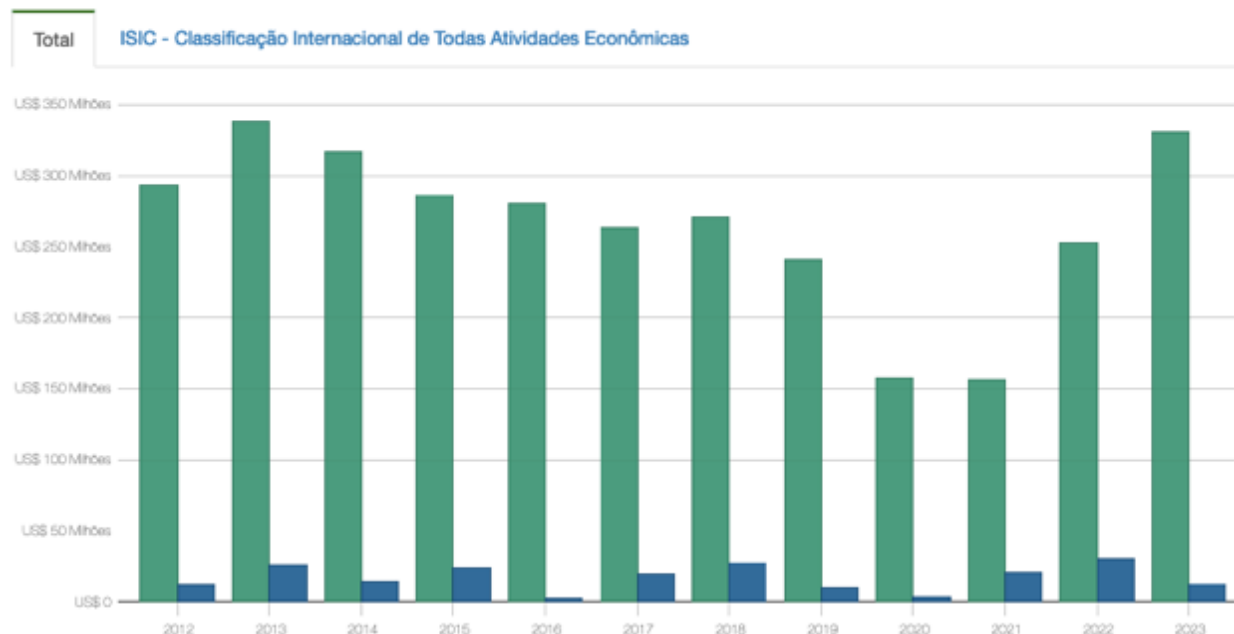
Comércio:

Marcos: As relações bilaterais no campo do comércio são marcadas por amplo superávit ao Brasil. Ressalte-se que a assimetria comercial não é exclusiva da relação com o Brasil: o Líbano é deficitário com a grande maioria dos seus parceiros comerciais. Em 2014, o MERCOSUL e o Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica, com o objetivo de promover a negociação de um acordo de livre comércio. Em outubro de 2019, sob a presidência *pro tempore* brasileira do MERCOSUL, foi realizada a I Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Líbano. Em dezembro de 2020, foi realizada uma videoconferência a fim de se discutir aspectos normativos e de acesso a mercado de bens, além de definir os próximos passos da negociação. A estratégia brasileira fundamenta-se na visão de que a assinatura de um acordo de livre comércio ampliaria significativamente a competitividade dos

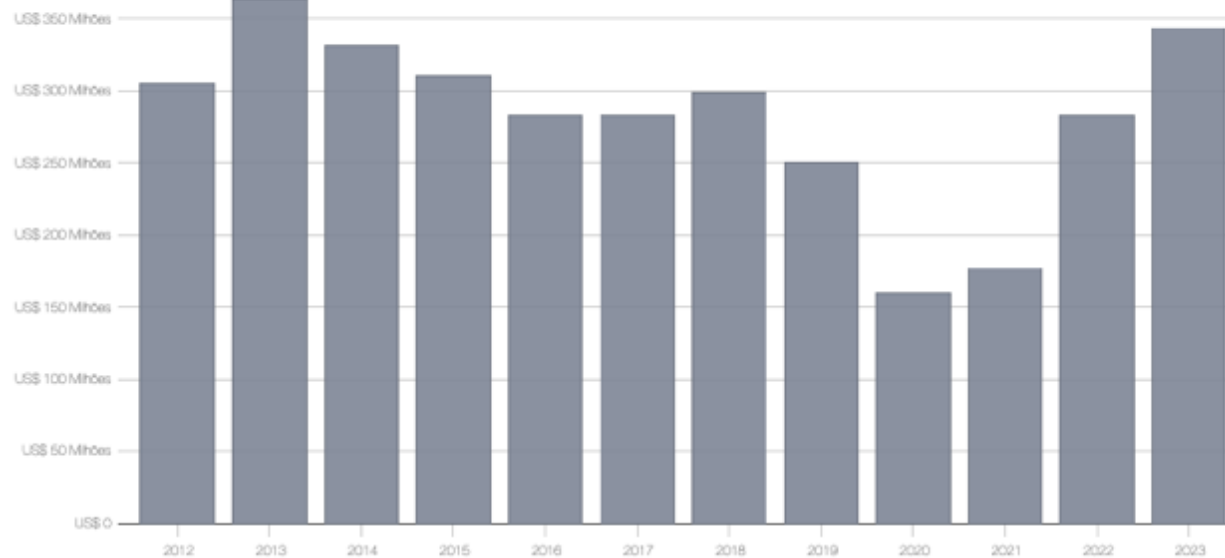
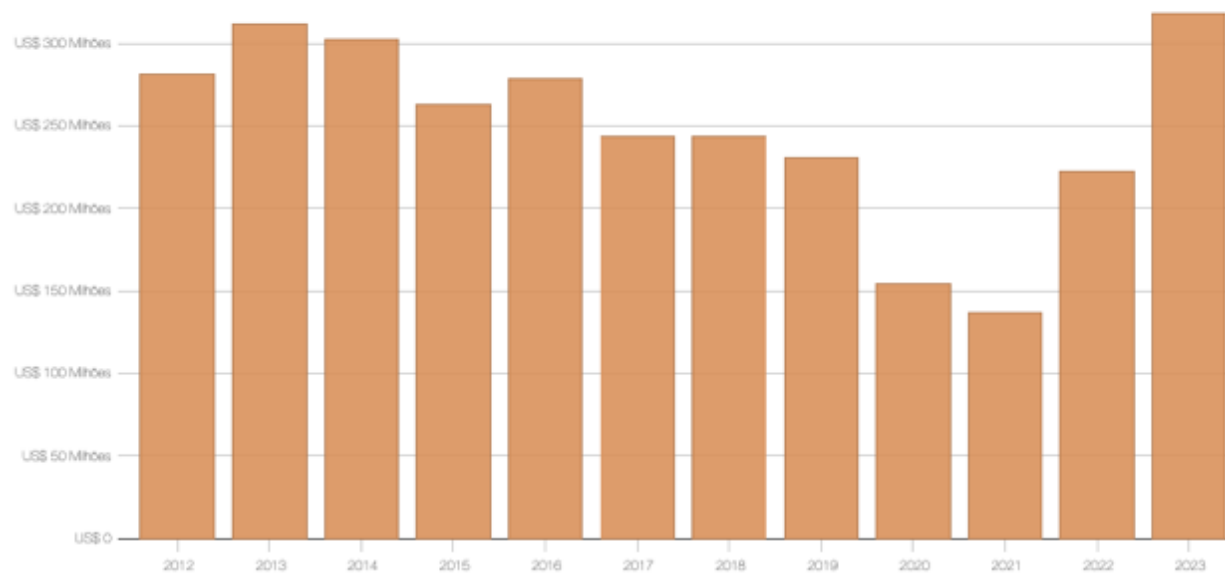
[509] Embora haja outras operações com mais pessoal brasileiro, o perfil deste pessoal não é militar, de modo que a UNIFIL continua sendo a operação com maior contribuição militar do Brasil na atualidade.

produtos brasileiros no Líbano, que já desfruta de acordos similares com a União Europeia (UE), a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e a Grande Área Árabe de Livre Comércio (GAFTA, na sigla em inglês)[510]. Há de se destacar também a atuação da Câmara de Comércio Brasil-Líbano, criada em 1958, na promoção do comércio bilateral.

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Líbano

Série histórica - Parceiro: Líbano

510 A GAFTA está vigente desde 1º de janeiro de 1998 e atualmente compreende 18 países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Palestina, Sudão, Síria e Tunísia.

Série histórica - Parceiro: Líbano
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 350 Milhões
US$ 300 Milhões
US$ 250 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 150 Milhões
US$ 100 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Líbano
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 300 Milhões
US$ 250 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 150 Milhões
US$ 100 Milhões
US$ 50 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Líbano

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Líbano

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 12,6 Milhões

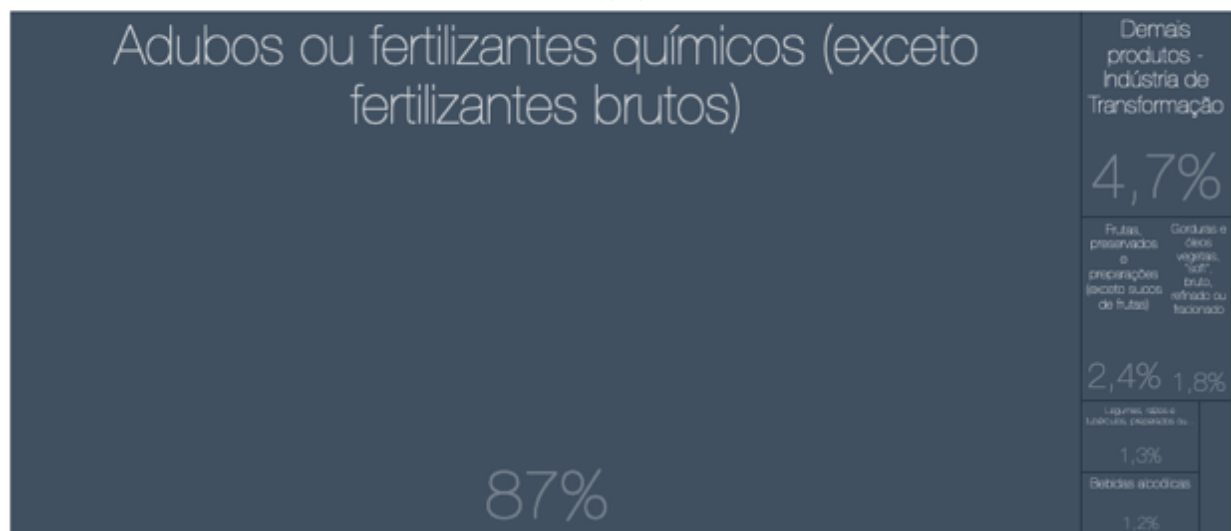
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
87%

Demais produtos - Indústria de Transformação
4,7%

Frutas, preservados e preparações (exceto sucos de frutas)
2,4%

Gorduras e óleos vegetais, "soft", bruto, refinado ou fracionado
1,8%

1,3%

Bebidas alcoólicas
1,2%

Desafios: O total comercializado entre os dois países em 2022 ainda está muito longe do montante recorde de US$ 364 milhões contabilizados em 2013. O Líbano é grande importador de alimentos, e há potencial para expansão das exportações brasileiras para o país, mas a grave crise econômica libanesa é um obstáculo. A pauta importadora é extremamente concentrada: 95% das importações feitas pelo Brasil do Líbano em 2022 foram adubos ou fertilizantes químicos. Trata-se, na maior parte, do trisuperfosfato, processado por mineradoras libanesas, mas, na verdade, proveniente da Síria.

Investimentos: O único investimento brasileiro de porte no Líbano hoje é o projeto de construção da barragem de Jana, perto de Trípoli, no norte do país, por empreiteiras brasileiras. O projeto, no entanto, encontra-se paralisado por falta de verbas.

Cooperação:
Contatos Humanos e Temas Consulares: O Brasil é o lar da maior diáspora libanesa no mundo: estima-se que haja no Brasil entre sete e dez milhões de libaneses. No Líbano, a comunidade brasileira é estimada em cerca de 21 mil pessoas, correspondendo à maior comunidade brasileira no Oriente Médio. Não há acordo para isenção de vistos.

Cultura: Já em 1948, Brasil e Líbano assinaram acordo de convênio cultural. O Brasil mantém em Beirute uma unidade do Instituto Guimarães Rosa (IGR), antes "Centro Cultural Brasil-Líbano", inaugurado em 2011, que visa a promover e difundir a língua portuguesa e divulgar a cultura brasileira entre os libaneses.

Cooperação Humanitária: No contexto da explosão do porto de Beirute, ocorrida em agosto de 2020, o Brasil enviou missão humanitária ao Líbano chefiada pelo ex-presidente Michel Temer, descendente de libaneses. Foram enviadas quatro toneladas de medicamentos e equipamentos hospitalares, incluindo 300 respiradores, e quatro mil toneladas de arroz. Foram também doados US$ 120 mil para a aquisição de insumos médicos. Em agosto de 2022, foi lançado o Fundo Humanitário de Apoio ao Povo do Líbano, iniciativa da Embaixada do Líbano em Brasília e da organização não governamental da diáspora libanesa no Brasil "Unidos pelo Líbano", encorajada pelo governo brasileiro. Em fevereiro de 2023, o Brasil doou 38 purificadores de água movidos a painéis solares, com capacidade para processar 200 mil litros por dia. Os equipamentos ficarão em escolas e hospitais libaneses e devem ajudar no combate do surto de cólera enfrentado pelo país.

IX. Relações Brasil-Marrocos

<u>Marcos:</u> Século XIX: Imigração de cerca de 4 mil judeus de origem marroquina para a região norte do país, em especial, para as cidades de Belém e Manaus. 1906: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1956: Reconhecimento da independência do Marrocos; 1980: Visita do primeiro-ministro marroquino Maati Bouabide. 1984: Visita de João Figueiredo ao Marrocos; 2004: Visita do rei Mohammed IV a Brasília; 2024: Estabelecimento do diálogo estratégico.

<u>Embaixada:</u> Em 1861, o Brasil abriu consulado em Tânger, que funcionou até 1929. Em 1922, criou o consulado brasileiro em Casa Blanca, posteriormente fechado. Em 1959, houve a criação da Embaixada brasileira em Rabat, instalada em 1961. A Embaixada do Marrocos no Brasil foi aberta em 1967, e há três consulados gerais no Brasil, em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

<u>Coordenação Política</u>
Instâncias: Diálogo Estratégico (anunciado em 2024); Mecanismo de Consultas Políticas (1997, cuja terceira e mais recente edição foi realizada em maio de 2024, em Brasília); Grupos Parlamentares Brasil-Marrocos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (2015).

Visitas de Alto Nível: Em 1984, houve visita do presidente João Figueiredo ao Marrocos, em retribuição a visita do primeiro-ministro marroquino Maati Bouabide, em 1980. Nos anos 2000, as visitas setoriais e de alto nível se intensificaram. Em 2004, houve a visita do rei Mohammed VI a Brasília, primeira e, até o momento, única, visita de um chefe de Estado marroquino ao Brasil. Os primeiros-ministros Abdelillah Benkirane e Saadedini El-Othmani vieram ao Brasil duas vezes cada um (em 2012 e 2014 e em 2018 e 2019), enquanto Aziz Akhannouch visitou o Brasil recentemente em 2023 para a posse do presidente Lula. Do lado brasileiro, Francisco Rezek foi ao país como ministro das Relações Exteriores em 1992. O ministro Celso Amorim visitou o país em 2005 e 2008 como chanceler, e em 2012 como ministro da Defesa. Em 2011, houve visita de Antônio Patriota ao Marrocos, e, em 2016, de Mauro Vieira. Em 2024, foi realizada, em Brasília, a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Marrocos, e Vieira voltou ao Marrocos para visita oficial, ocasião em que foi emitida declaração conjunta com o chanceler Nasser Bourita.

Discurso Oficial: Brasil e Marrocos tem relações históricas desde o século XIX, marcadas pela excelência, a qualidade do diálogo e da compreensão entre os dois países. O relacionamento baseia-se no compartilhamento dos mesmos valores de abertura, de tolerância e da democracia; apoia-se em uma profundidade histórica particular; e mantém sua relevância na convergência de pontos de vista de ambos os países e no diálogo estratégico consistente sobre questões internacionais. No plano político, o relacionamento bilateral é marcado por diálogo fluido e por trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas em foros multilaterais. Há mútuo interesse em fortalecer e explorar plenamente o enorme potencial de intercâmbio e cooperação em particular nos campos agroalimentar, de energias renováveis, logística, aeronáutica, transporte, saúde e turismo, investimentos, bem como nas questões científicas e técnicas. Os dois países têm como prioridades o desenvolvimento africano e as relações Sul-Sul, e compartilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância, tais como o fortalecimento do multilateralismo, o combate ao terrorismo e a todas as suas formas de financiamento, e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais.

Convergências

Convergências Multilaterais: Há concordância bilateral quanto às reformas da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais. Além disso, o Marrocos apoia o pleito do Brasil a integrar o Conselho de Segurança como membro permanente. Os dois países têm compromisso constante na luta contra todas as formas de racismo e xenofobia.

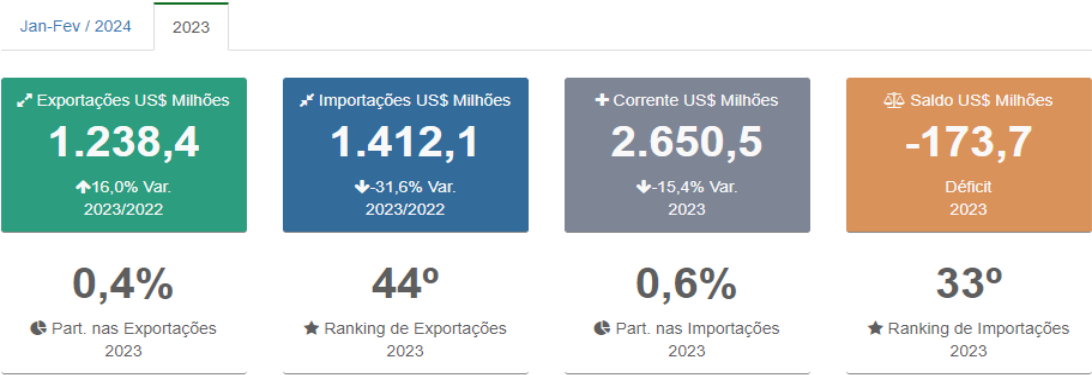
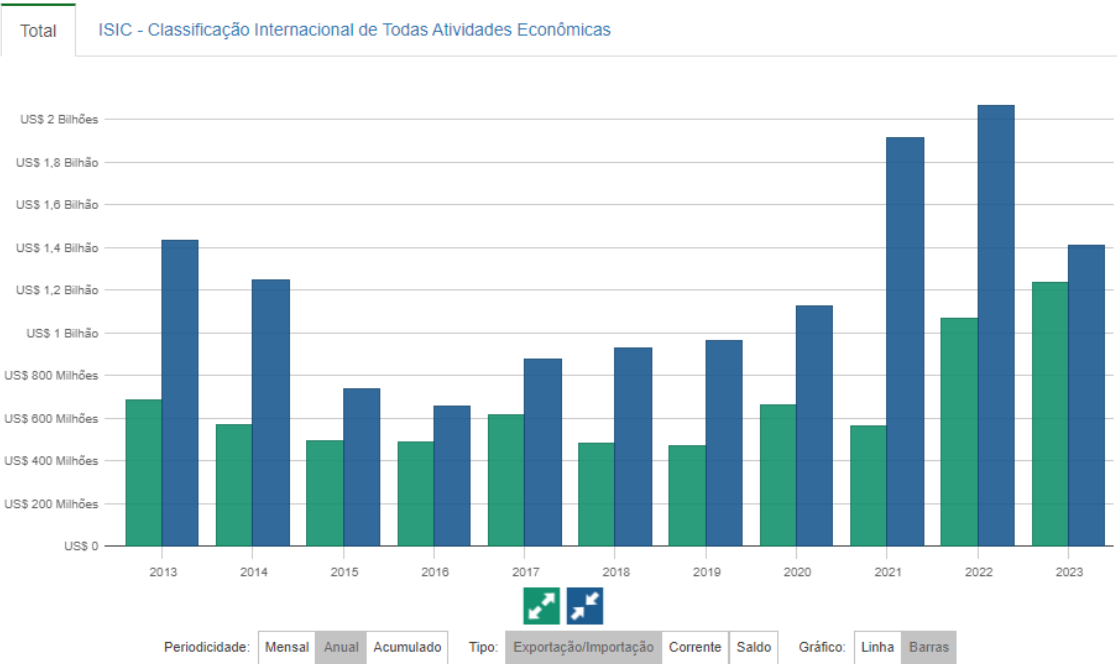
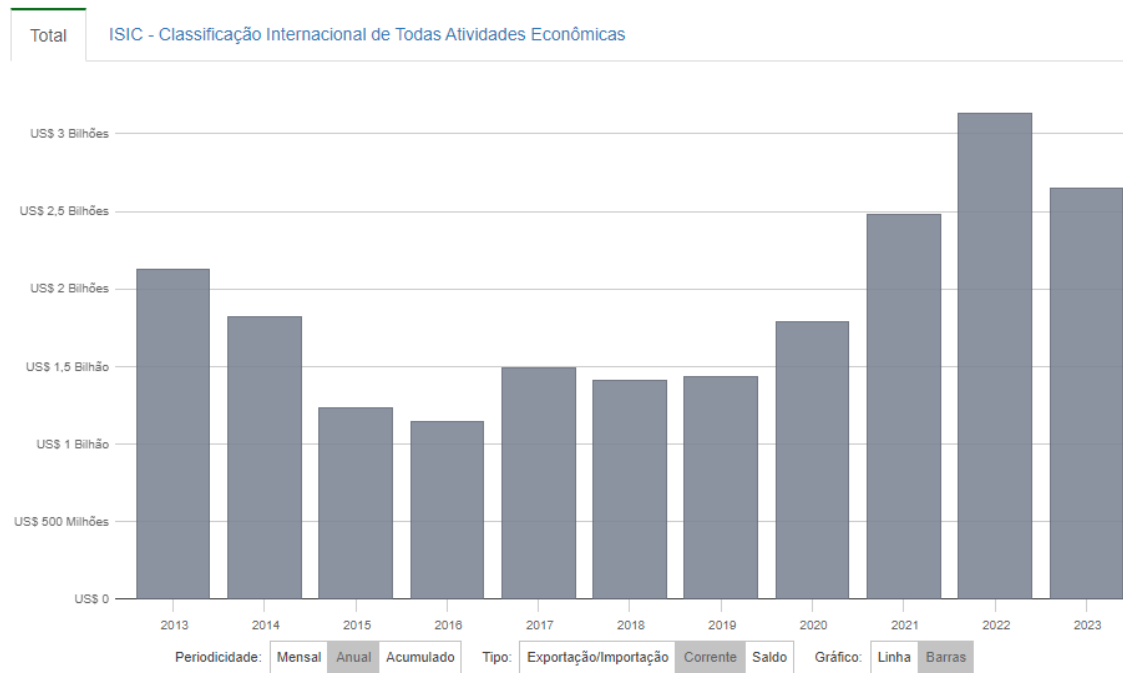
Convergências Plurilaterais: Os dois países fazem parte do G77+China, e houve a participação dos dois países em todas as edições das cúpulas ASPA e ASA.

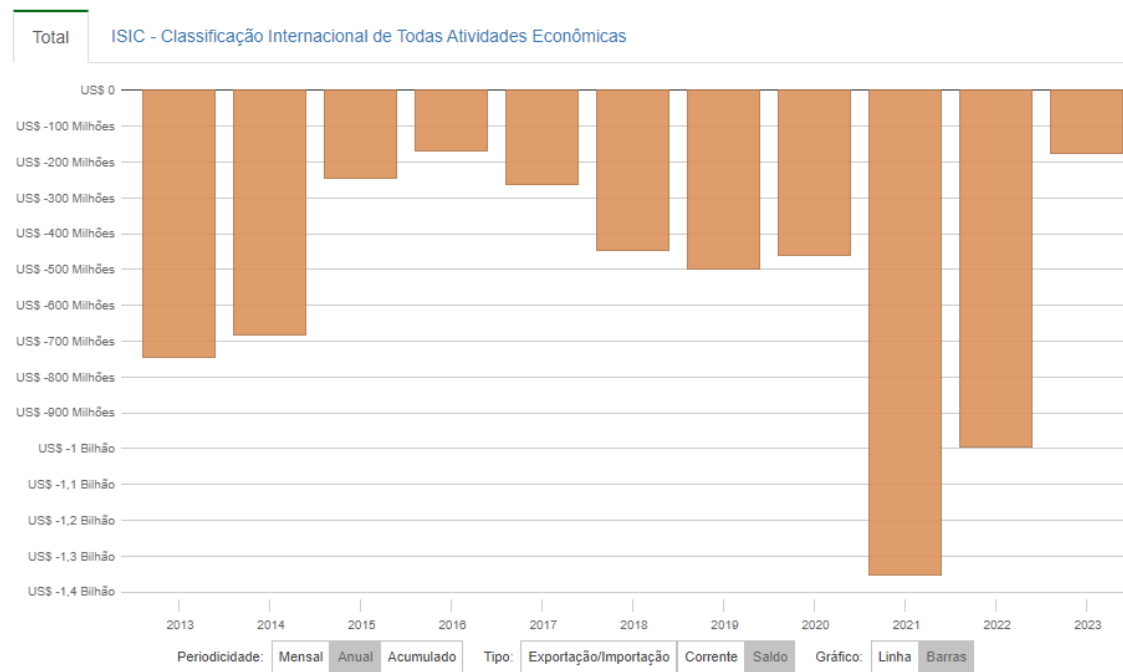
Questão do Saara Ocidental: O principal tema da política externa marroquina é a questão do Saara Ocidental. O Brasil tem, desde 2007, observadores militares na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), sem, contudo, reconhecer nem a declaração de independência, nem a soberania marroquina sobre o território. Em conformidade com os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do país, como a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a defesa da paz e a solução pacífica das controvérsias (Art. 4o CF/88), o Brasil defende para a questão do Saara Ocidental uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para as partes envolvidas, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções pertinentes da ONU, sem pré-julgar o status final do território em disputa. Nesse sentido, o Brasil apoia os esforços mantidos pela ONU com vistas a obter solução política definitiva para a questão. Em sintonia com essa posição, o Brasil acolheu positivamente a indicação de Staffan de Mistura, em outubro de 2021, como novo enviado especial do SGNU para o Saara Ocidental, apoiando seu trabalho com vistas à revitalização das tratativas de paz entre os atores em disputa. O Brasil presidiu o Conselho de Segurança das Nações Unidas em outubro de 2023, quando foi adotada a resolução 2703 (2023) sobre a questão. O Brasil reitera o apoio aos esforços das Nações Unidas para alcançar uma solução política e mutuamente aceitável, de acordo com as disposições pertinentes das Nações Unidas.

Segurança e Defesa: Em outubro de 2023, foi promulgado o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre cooperação em matéria de defesa, assinado em 2019. Brasil e Marrocos deverão compartilhar conhecimentos e técnicas na área de defesa, além de promover ações conjuntas de treinamento militar e realizar intercâmbios para a formação de instrutores de alunos. O acordo tem ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, e prevê a realização de atividades como a organização de eventos culturais e o fornecimento de assistência humanitária. Há adidâncias militares nos postos nos dois países. Durante a visita de Mauro Vieira ao Marrocos em 2024, os dois chanceleres sublinharam a necessidade de reforçar a cooperação internacional na luta contra o crime organizado transnacional.

Comércio

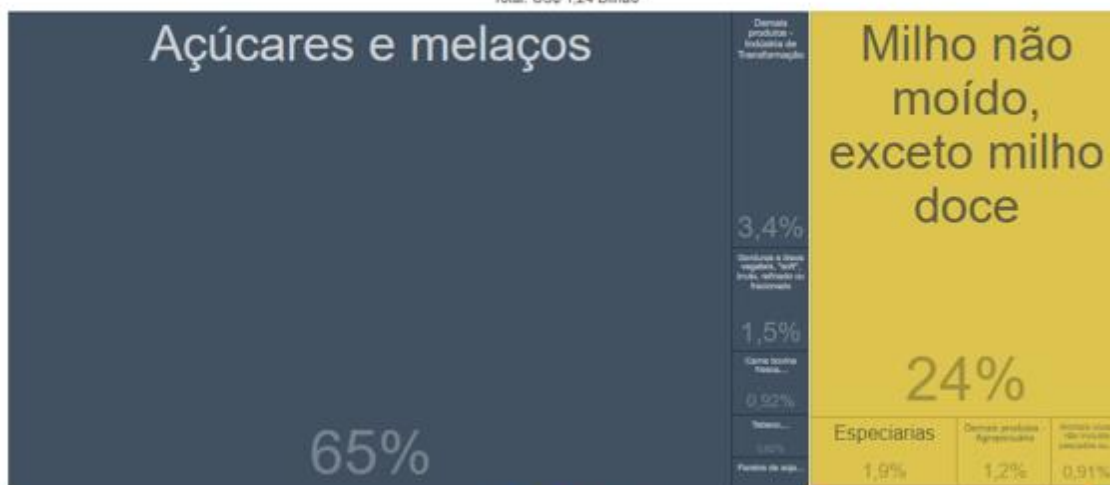
Marcos: Entre 2000 e 2012 o intercâmbio comercial entre Brasil e Marrocos se multiplicou em mais de nove vezes. Em 2004, por ocasião da visita de Mohammed VI a Brasília, foi assinado Acordo-Quadro sobre Comércio entre o MERCOSUL e o Reino do Marrocos, com vistas ao estabelecimento de uma área de livre comércio. Está, atualmente, em negociação, acordo de livre comércio (ALC) entre o bloco e o Marrocos, o qual, uma vez assinado, deverá contribuira não só para a intensificação do comércio bilateral com o Brasil, mas também para a diversificação da pauta. Em 2009, foi celebrado Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do

Investimento entre Brasil e Marrocos. A corrente de comércio costuma ser deficitária para o Brasil, por conta do peso expressivo dos fertilizantes na pauta. Houve picos nas importações do insumo entre 2021 e 2023, devido à alta dos preços causada pela guerra na Ucrânia, normalizados em 2024. Em 2022, o país foi o segundo maior destino da África para as exportações de produtos do agronegócio brasileiro, com destaque, naquele ano, para a abertura de mercado às exportações brasileiras de alimentos para animais de companhia ("pet food"). Em 2023, o Marrocos foi o quarto maior importador de produtos brasileiros na África (9,4%), e o segundo maior exportador de produtos para o Brasil (20%).

Série histórica - Parceiro: Marrocos

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Série histórica - Parceiro: Marrocos

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Marrocos

Jan-Fev / 2024 | 2023

Total: US$ 1,24 Bilhão

Açúcares e melaços
65%

Demais produtos - Indústria de Transformação
3,4%

1,5%

Carne bovina fresca...
0,92%

Tabaco...

Farelos de soja...

Milho não moído, exceto milho doce
24%

Especiarias
1,9%

Demais produtos - Agropecuária
1,2%

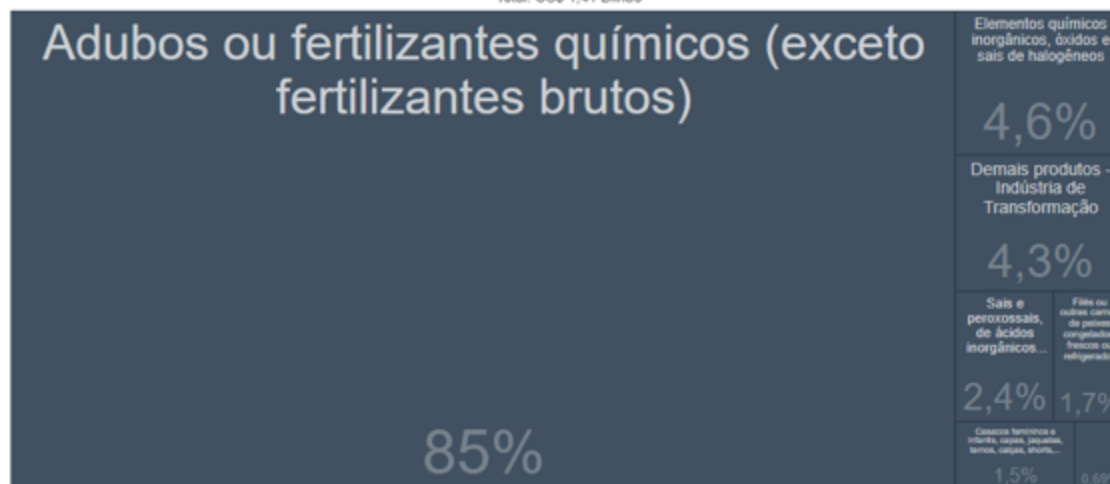
0,91%

Cor | Seção ISIC | Variação Absoluta

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Marrocos

Jan-Fev / 2024 | 2023

Total: US$ 1,41 Bilhão

Cor | Seção ISIC | Variação Absoluta

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desafios: O comércio entre Brasil e Marrocos tem potencial para crescer, graças a uma significativa complementariedade, mas enfrenta alguns desafios. O Marrocos tem tarifas proibitivas para a importação de carne de frango (40% para processados e 100% para congelados) o que impede o Brasil, maior produtor de frango do mundo, de exportar para esse país. A justificativa das autoridades marroquinas é a proteção da indústria doméstica e o costume local de comprar o frango vivo. Com relação à carne bovina, a tarifa também é alta (200%), e a proteção da produção local também é a justificativa. Contudo, em janeiro de 2023, com aprovação de um certificado veterinário internacional, foi possibilitada a abertura de mercado para gado vivo para o país, com isenção de tarifa para uma cota de 30 mil cabeças. Embora conte com produção local, o Marrocos não é autossuficiente em agropecuária, e o Brasil compete, nesse setor, com a Espanha (maior parceiro comercial do Marrocos). Por conta das constantes compras do Brasil de fertilizantes, a viagem de volta dos navios com gado brasileiro barateia o custo do frete, e torna os produtos brasileiros bastante competitivos no mercado marroquino.

Investimentos: O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, assinado em 2019, ainda está em tramitação e, quando em vigor, poderá contribuir significativamente para o incremento da presença de empresas brasileiras no Marrocos e de empresas marroquinas no Brasil. No Brasil, foi recentemente aprovado na Câmara dos Deputados. Ainda, em 25 de fevereiro de 2024, o Marrocos, juntamente com o Brasil, foi um dos mais de 120 membros que concluíram o acordo de facilitação de investimentos, à margem da última ministerial da OMC. Deverá ser realizado um fórum empresarial bilateral ainda em 2024. Em 2024, foram assinados memorandos de entendimento entre a Agência Especial Tanger Med (TMSA) e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira para a Promoção do Tanger Med como plataforma logística para operadores brasileiros; entre a Embraer e o Ministério da Indústria e Comércio sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Compra de peças aeronáuticas fabricadas pelo parque industrial Midparc; e entre a Agência Marroquina para o Desenvolvimento de Investimentos e Exportações (AMDIE) e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira sobre a organização do Fórum Empresarial.

Investimentos do Brasil no Marrocos: Em relação aos investimentos, atualmente, os principais investimentos brasileiros no Marrocos estão no setor de cimentos.

Investimentos do Marrocos no Brasil: Os principais investimentos marroquinos no Brasil estão concentrados no setor de fertilizantes. A estatal marroquina do setor de fertilizantes OCP (Office Chérifien des Phosphates), está presente no Brasil desde 2009 e tem estratégia de expansão de investimentos diretos no país. Em janeiro de 2015, a OCP adquiriu 10% de participação no capital de empresa brasileira de fertilizantes. Em 2021, iniciaram-se tratativas da OCP para a produção, no Brasil (Sergipe), de ácido fosfórico e de fertilizantes fosfatados.

Cooperação

Cooperação Técnica: No âmbito da cooperação técnica, em 2008 foram assinados vários acordos de cooperação em temas como: desenvolvimento urbano, capacitação na área de construção civil, formação profissional para capacitação de deficientes visuais e parcerias na área têxtil. Há duas iniciativas bilaterais em negociação com o Marrocos, nas áreas de informação profissional e promoção do trabalho em conteúdos digitais, com o SENAI e seu congênere marroquino, pronta para assinatura; e economia digital, ainda em fase de elaboração. Em 2024, os dois chanceleres concordaram em trabalhar para o estabelecimento de programas de cooperação conjunta entre a

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Marroquina de Cooperação Internacional (AMCI) em benefício do continente africano.

Cooperação Educacional: Os dois países assinaram um acordo cultural em 1984, que prevê o intercâmbio de professores, alunos, filmes, materiais jornalísticos e informações sobre museus, com vistas a tornar mais bem conhecida a sua cultura aos nacionais da outra parte.

Cooperação Jurídica: Brasil e Marrocos assinaram em 2013 um tratado de cooperação jurídica em matéria civil, hoje em fase de ratificação. Em 2019, foram assinados tratados sobre o auxílio jurídico mútuo em matéria penal, sobre extradição e sobre transferência de pessoas condenadas, dos quais apenas o último está em vigor.

Cooperação Aduaneira: Está em negociação Acordo de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira.

Turismo: Os dois países possuem acordo sobre transportes aéreos regulares desde 1975, e um acordo de cooperação na área de turismo, assinado em 2004 e promulgado em 2019. Os brasileiros são isentos de visto de turista por períodos até 90 dias no país, com reciprocidade para os marroquinos que visitam o Brasil. Segundo o embaixador brasileiro Alexandre Parola, cerca de 50 mil turistas brasileiros visitam o Marrocos anualmente. Com o fim da pandemia, em 2024, foi reaberta a linha área São Paulo-Casablanca, operada pela Royal Air Maroc.

Esporte: Em 2024, os dois chanceleres felicitaram-se pela organização da Copa do Mundo Feminina de Futebol 2027 no Brasil e a Copa do Mundo Feminina de Futebol 2030 no Marrocos, na Espanha e em Portugal.

Agricultura e Meio Ambiente: Há um Acordo na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal desde 2008, um Protocolo de Cooperação nos Campos do Meio Ambiente e de Gestão da Água do mesmo ano, e um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em 2011. Em 2022, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou visita ao Marrocos, cujos objetivos principais foram tratar da manutenção do abastecimento de fertilizantes e da possibilidade de criar escritório da EMBRAPA no Marrocos, em parceria com instituição local. Há interesse em ações conjuntas nas áreas de segurança alimentar na África.

Contatos Humanos e Temas Consulares: Segundo a embaixada de Rabat, a comunidade brasileira no Marrocos contava com cerca de 120 pessoas em 2022. Não há números precisos sobre a comunidade marroquina no Brasil, no entanto, há importantes polos de imigração, como Mazagão Velho no Amapá e as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

X. Relações Brasil-Turquia

Marcos: 1850-1923: As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano[511]; 1927: O Tratado de Amizade, firmado em Roma, seria o ponto de partida para as relações entre os países em sua atual configuração; no entanto, até o fim da Guerra Fria, as relações, embora amistosas, careciam de intensidade e dinamismo; 1992: A tendência de aproximação na década de 1990 é corroborada pela participação do então primeiro-ministro Süleyam Demirel na Rio-92; 1995: Visita ao Brasil do então presidente Süleyam Demirel[512]; 1997: Foi realizada a primeira edição da reunião de consultas políticas[513]; 1998: Visita do chanceler Ismail Cem; 2004: Celso Amorim foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a Turquia, em momento de aprofundamento significativo do relacionamento entre os países[514]; 2006: A operação de evacuação de brasileiros, em meio à Guerra do Líbano, contou com apoio importante da Turquia; 2009: visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira de um chefe de Estado brasileiro à Turquia; 2010: visita do primeiro-ministro Erdogan ao Brasil, ocasião em que foi firmado Plano de Ação para Parceria Estratégica.

Embaixada: Em 1908, em razão do grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano inaugurou Consulados-Gerais em São Paulo e Rio de Janeiro[515]. Em 1911, estabeleceu-se legação brasileira em Constantinopla, que existiu oficialmente entre 1911 e 1923, quando se fundou a República da Turquia. Em 1930, foi criada a legação do Brasil na Turquia, e o posto foi elevado à condição de embaixada em 1947. O Brasil tem, ademais, consulado-geral em Istambul.

Coordenação Política

Instâncias: Comissão Conjunta de Alto Nível de Cooperação (2006, em nível de chanceleres, tendo a 4ª reunião sido realizada em 2022, em Brasília); e Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas (Reunião de Consultas Políticas), previsto no Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica (em nível de secretário-geral e secretários).

Visitas de Alto Nível: Em seus mandatos anteriores, o presidente Lula realizou visita à Turquia em 2009. A então presidente Dilma Rousseff realizou visita de Estado à Turquia em 2011[516] e esteve, ainda, presente na Cúpula do G20, realizada na cidade turca de Antália, em 2015. O

[511] O primeiro registro de interação oficial remonta a 1850, com a indicação de um cônsul honorário do Império Otomano para o Brasil; em 1858, as partes assinaram o Tratado de Amizade e Comércio. Esse tratado foi firmado após os representantes otomanos entrarem em contato com a legação do Brasil em Londres, em 1856, para a negociação do documento, e foi denunciado pelos otomanos em 1911. O Império Otomano recebeu duas visitas, a título pessoal, do imperador Dom Pedro II, em 1871 e em 1876; na segunda viagem, encontrou-se com o sultão Abdul Hamid II e visitou várias instituições em Istambul e Izmir.

[512] Na ocasião da primeira visita de Estado ao Brasil, foram assinados acordos sobre transportes aéreos, cooperação econômica, comercial e industrial, cooperação cultural e educacional, cooperação em turismo e de fim de necessidade de vistos para passaportes oficiais, além de um memorando de entendimento sobre consultas políticas.

[513] Também em 1997, a Turquia aprovou um Plano de Ação para a América Latina e obteve a condição de observadora na Comunidade do Caribe (CARICOM) e na Organização dos Estados Americanos (OEA).

[514] Com a ascensão do AKP, houve a intensificação das relações, em especial durante o período entre 2006 e 2010.

[515] Há possível relação entre a visita do imperador e a construção da imagem do Brasil como destino atrativo para os cristãos otomanos: entre as décadas de 1870 e 1910, estima-se entre 70 e 80 mil o contingente de imigrantes otomanos, cerca de 85% cristãos, mesmo após o Império Otomano proibir a emigração na década de 1880.

[516] Na ocasião, foram assinados os acordos sobre cooperação educacional e penal.

primeiro-ministro Erdogan compareceu, em 2012, à Rio+20. No primeiro semestre de 2022, houve visita do ministro de Negócios Estrangeiros da Turquia, Mevlüt Çavusoglu, a Brasília, quando se emitiu Declaração Conjunta[517]. Em setembro de 2023, Lula e Erdogan reuniram-se à margem da Cúpula do G20, em Nova Delhi. Em outubro, a secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Burak Akçapar, copresidiram, em Istambul, a XI Reunião de Consultas Políticas. No fim de novembro, o ministro Mauro Vieira reuniu-se, em Nova York, com o chanceler da Turquia, Hakan Fidan, quando trocaram impressões sobre as iniciativas em curso no CSNU para dar uma solução duradoura e previsível à crise humanitária em Gaza e passaram em revista a agenda bilateral. Ambos se encontraram à margem de reunião do G20, em fevereiro de 2024, quando trataram do aprofundamento das relações bilaterais, em especial em comércio e defesa, discutiram ainda ações propostas pela presidência brasileira do G20, que contam com apoio turco, e analisaram a situação em Gaza, bem como a solução de dois Estados. Em março de 2024, no Fórum Diplomático de Antália, a secretária-geral Maria Laura da Rocha manteve encontro bilateral com seu homólogo turco, embaixador Burak Akçapar, no qual, além de temas bilaterais e globais, trataram das situações na Ucrânia e em Gaza. Em junho de 2024, o ministro Mauro Vieira reuniu-se, na Turquia, com seu homólogo, o ministro dos Negócios Estrangeiros Hakan Fidan, quando foram examinados os principais pontos da agenda bilateral, em áreas como comércio, investimentos e cooperação na área de indústria de defesa, bem como os trabalhos desenvolvidos, ao longo do corrente ano, no âmbito da presidência brasileira do G20, e igualmente foram abordadas questões regionais e globais de interesse mútuo, como o conflito e a aguda crise humanitária que atingem a Faixa de Gaza e sua população. Na ocasião, o presidente Erdogan recebeu o ministro Mauro Vieira. O presidente Lula também se reuniu com o presidente Erdogan à margem da cúpula do G7, realizada na Itália, no mesmo mês.

Discurso Oficial: O aprofundamento das relações bilaterais com a Turquia deve ser compreendido considerando o contexto das ações no sentido de afirmar o Brasil com um país continental e com necessidade de manter relações em âmbito global com outras potências emergentes, a exemplo dos que viriam a formar o BRICS. Os temas priorizados no Plano de Ação para a Parceria Estratégica compreendem: diálogo político e cooperação em foros multilaterais; comércio e investimentos; energia; biodiversidade; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; defesa; combate ao terrorismo e ao crime organizado; ciência, inovação e alta tecnologia; intercâmbio cultural e educacional. No que diz respeito ao conflito comunitário no Chipre – onde há tensões entre a maioria de origem grega e a minoria turca –, o Brasil mantém posição de equilíbrio: defende que o conflito seja resolvido nos marcos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil apoia, inclusive, a Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP, na sigla em inglês) e contribui anualmente com observadores militares. O Brasil solidariza-se com a tragédia humanitária que ocorreu ao povo armênio em 1915, no contexto da Primeira Guerra Mundial, sem, no entanto, caracterizar os eventos como genocídio[518]. O

---

[517] Na ocasião, a comissão concentrou-se em cinco tópicos: comércio e investimentos; educação e cultura; turismo; cooperação técnica; e indústria de defesa. O ministro Carlos França felicitou seu homólogo pelos esforços da Turquia em sediar negociações de paz entre Rússia e Ucrânia. Os ministros presidiram a IV Reunião da Comissão Conjunta de Alto Nível de Cooperação. Em audiência, Çavusoglu e o presidente Bolsonaro discutiram temas da agenda bilateral, com ênfase em comércio e investimentos, cooperação em ciência, tecnologia e defesa, além de turismo e educação.

[518] A questão causou problema diplomático entre os países quando, em junho de 2015, o Senado Federal aprovou por unanimidade moção em que reconhece o genocídio do povo armênio, no marco do centenário do conjunto de

governo brasileiro saudou a reeleição de Erdogan no final de maio de 2023 e manifestou sua disposição de seguir aprofundando a relação bilateral em prol do desenvolvimento econômico e social dos dois países, e da cooperação global pela paz e pelo combate à pobreza.

Convergências

Convergências Multilaterais: Os representantes de ambos os países reiteraram a necessidade de aprofundar e diversificar a cooperação em plataformas multilaterais, como as Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os países demonstram ademais, interesse mútuo no diálogo franco e construtivo sobre as grandes questões mundiais, como segurança, comércio e cooperação para o desenvolvimento. Merece destaque o biênio 2009-2010, quando Brasil e Turquia ocuparam assentos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), período em que adotaram posicionamento mais incisivo em matérias centrais de política global, a exemplo da questão nuclear iraniana. É possível apontar a Declaração de Teerã de 2010 como o ápice tanto das relações bilaterais quanto da ação diplomática conjunta dos dois países no tabuleiro global[519]. É possível avaliar os esforços diplomáticos de Turquia e Brasil como a expressão de duas novas potências

---

massacres e deportações forçadas, ocorridos em 1915. A resposta da Turquia foi imediata, chamando seu embaixador no Brasil para consultas e solicitando esclarecimentos do embaixador do Brasil junto à Turquia, ainda que tenha sido uma medida do Senado, e não do governo brasileiro, segundo posição do próprio Itamaraty. Mesmo assim, é um ponto sensível da política externa turca e nas relações bilaterais com o Brasil, em particular, e com outros países, em geral.

[519] Brasil e Turquia inseriram-se como atores de relevo em uma questão antes debatida apenas pelo chamado P5+1, formado pelos cinco membros permanentes do CSNU e a Alemanha. Após o fracasso de negociações entre 2003 e 2006, em abril de 2007, realizou-se reunião entre representantes da União Europeia (UE) e do Irã, a convite do chanceler turco. Na mesma época, o Brasil buscava aproximar-se do Irã, mas havia temores quanto à condição de pária de Teerã na diplomacia mundial; essa aproximação deveria ligar-se a um tema específico, que viria a ser o programa nuclear, assunto no qual o Brasil é tido como ator central, sobretudo quanto à experiência de manejo de minérios radioativos e à exploração da energia atômica para fins exclusivamente pacíficos. Aos predicados brasileiros, somaram-se as intenções turcas, de caráter mais complexo, por conta de uma relação que, desde a ascensão do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), se mostrou problemática pela dependência turca do petróleo e do gás iraniano e pelo temor do fortalecimento geopolítico do Irã no caso da obtenção de armas nucleares. Em 2008, o chanceler Celso Amorim visitaria o Irã, o que contribuiria para fortalecer o pleito brasileiro de mediação de eventual processo de desarmamento nuclear: exemplo disso foram os pedidos expressos pelos Estados Unidos (EUA) em 2009, primeiro pelo presidente Barack Obama e depois pela secretária de Estado Hillary Clinton, de auxílio de Lula para encontrar solução à questão iraniana. Em 2009, Lula visitou a Turquia. Em janeiro de 2010, os esforços brasileiros e turcos convergiram oficialmente, com Amorim viajando à Turquia e encontrando-se com o presidente Gül e o chanceler Davutoglu, tendo a questão iraniana como ponto central, aventada pela primeira vez a busca de uma solução diplomática fundamentada em troca de combustível de diferentes graus de enriquecimento, proposta inicial do P5+1. A inclusão, e não o estigma, seria a forma de convencer o Irã a cooperar; ademais, para o Brasil, havia a perspectiva de ampliação do peso dos dois países na geopolítica global. Em abril de 2010, à margem da Cúpula Nuclear de Washington, encontro trilateral entre Obama, Erdogan e Lula, foi considerada pouco exitosa, pela falta de disposição do anfitrião em flexibilizar posições. Obama chegou a ameaçar ataques contra Teerã caso não se impusessem sanções. Alguns dias depois, Davutoglu foi a Brasília, onde se reuniu com Amorim e Lula, em encontro tido como fundamental, a despeito da postura recalcitrante de Washington. Em maio, Amorim encontrou-se com a cúpula iraniana, incluindo o presidente Ahmadinejad, em evento que contou com Davutoglu. O resultado do encontro seria a Declaração de Teerã, na qual Brasil e Turquia foram exitosos em persuadir o Irã a comprometer-se a enviar grandes estoques de urânio pouco enriquecido para processamento em território turco, sob supervisão do Grupo de Viena. A declaração, contudo, não foi adotada como solução da questão, sobretudo pela posição dos EUA, que criticavam os termos do texto – estariam anacrônicos com os dados mais atualizados sobre o programa nuclear iraniano. O tratamento do tema foi retomado pelo P5+1, culminando no Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês) em 2015.

mostrando suas capacidades em um mundo multipolar que se delineava[520]. À época, podia-se interpretar que os governos de Brasília e Ancara obtiveram êxito onde grandes potências haviam malogrado. Por outro lado, sobretudo pelo lado brasileiro, a política externa de Lula mostrou que o país tinha mais interesse em firmar-se como ator central na solidariedade ao mundo em desenvolvimento do que em proclamar-se uma liderança internacional. Outro exemplo de ação em foros multilaterais é a Aliança das Civilizações, cuja terceira edição se realizou no Rio de Janeiro, em maio de 2010. A iniciativa teve origem com a Turquia, ao lado da Espanha, e uma das intenções era mostrar a cooperação entre nações multiétnicas nas quais múltiplas crenças coexistem. Em 2023, Lula elogiou os esforços do governo turco para mediar o conflito entre Rússia e Ucrânia, que conseguiu resultados concretos, como o acordo para troca de prisioneiros entre os dois lados. Na questão israeo-palestina, ambos defendem a solução de dois Estados.

Convergências Plurilaterais: Os dois países integram o G20. O Brasil está em processo de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto a Turquia é membro da organização.

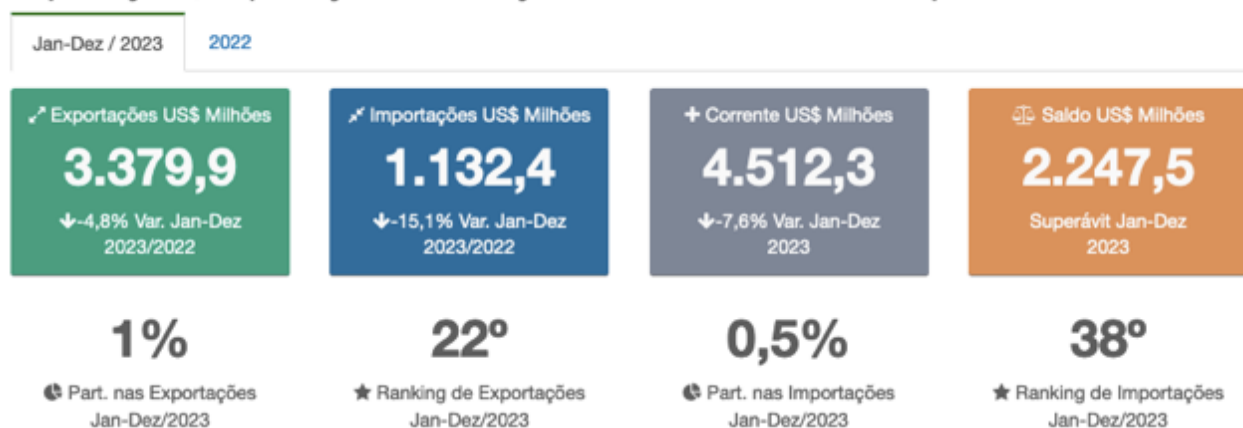
Convergências Regionais: Na América do Sul, a Turquia tem um acordo de livre comércio com o Chile, assinado em 2009. Negociações para acordos de livre comércio com o Equador, a Colômbia e o Peru estão em andamento. O país tem externado seu interesse em celebrar um acordo de livre comércio com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os governos brasileiro de Bolsonaro e turco de Erdogan apresentaram posicionamentos diametralmente diferente em relação ao tema do reconhecimento do governo venezuelano e às relações diplomáticas com Caracas. O governo Lula normalizou, a partir de 2023, suas relações com o governo Maduro.

Segurança e Defesa: Em 2003, os países assinaram acordo de cooperação em defesa, ratificado pelo Brasil apenas em 2007. Em 25 de março de 2022, foi celebrado o Acordo de Cooperação sobre Indústria de Defesa. Na visita de Çavusoglu a Carlos França em Brasília, em 2022, os ministros destacaram o grande potencial desse ramo da cooperação bilateral e concordaram em convocar a primeira Reunião de Cooperação da Indústria de Defesa. Os dois países discutem esforços bilaterais também na área de contraterrorismo. Lula afirmou a Erdogan, em 2023, interesse em reativar a Parceria Estratégica, especialmente na área de defesa.

Comércio

Marcos: Embora, não exista um acordo de livre comércio entre Brasil e Turquia, são várias as iniciativas institucionais para fomento das relações econômicas e comerciais. Em 2004, reuniu-se pela primeira vez a Comissão Econômica Conjunta. Ademais, em 2006, foi estabelecido o Conselho Empresarial Misto, entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Comitê de Relações Econômicas Externas da Turquia (DEIK, na sigla em turco), por meio do qual vários mecanismos bilaterais para fomento do comércio foram criados. Em 2020, após

[520] As redes diplomáticas dos dois países se ampliaram de forma substancial ao longo das últimas duas décadas. Segundo a edição recente do *Global Diplomacy Index*, a Turquia ocupa a sexta posição em número de missões diplomáticas (235), enquanto o Brasil está em oitavo lugar (222). Apenas os países do P5 superam a Turquia (a Rússia conta com 242 missões), com a Alemanha na sétima posição. São números muito superiores não apenas à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas também à média dos membros do G20. Os aumentos também se deram nos corpos diplomáticos: o Brasil tem cerca de 1,4 mil diplomatas, a Turquia cerca de 2,2 mil. Contudo, aqui ainda há grande diferença para as potências ocidentais (o Reino Unido conta com mais de quinze mil diplomatas, e a Alemanha chega a quase doze mil).

contatos diplomáticos, o governo da Turquia encerrou investigações de salvaguardas sobre produtos de aço provenientes do Brasil. Na última edição da Comissão Conjunta de Alto Nível de Cooperação, os ministros dos dois países concordaram em continuar trabalhando para ampliar, equilibrar e diversificar o comércio e os investimentos entre os dois países, inclusive mediante a convocação da próxima reunião da Comissão Econômica Conjunta. Em encontro com Erdogan, em 2023, Lula afirmou que o Brasil está pronto para facilitar discussões entre Embraer e Turkish Airlines no contexto de potenciais novas aquisições planejadas pela empresa turca. Em novembro de 2023, houve a abertura do mercado da Turquia para a exportação brasileira de farelo de milho, um dos produtos resultantes da produção do etanol de milho. A Turquia foi o 13º maior destino das exportações agrícolas brasileiras em 2023: o Brasil exportou produtos do agronegócio no valor de US$ 2,42 bilhões para o mercado turco, com importante participação do complexo da soja, de produtos têxteis e do café. Em maio de 2024, o governo da Turquia de autorizou a importação de gelatina e colágeno não comestíveis, de ovoprodutos e de vísceras destinadas à alimentação animal.

Série histórica - Parceiro: Turquia

Série histórica - Parceiro: Turquia

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Turquia

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Turquia

Desafios: Houve divergência recente envolvendo o porta-aviões São Paulo, comprado da França em 2000 e desativado pelo Brasil em 2017. Uma empresa turca comprou o antigo porta-aviões em 2021 para que fosse desmantelado na Turquia, no entanto o governo proibiu a atracação do navio, sob a justificativa de presença de grandes quantidades de amianto (material tóxico), o que ocasionou o retorno da embarcação ao Brasil. O navio regressou às águas brasileiras, mas foi proibido de atracar. No dia 18 de dezembro de 2022, foi solicitada autorização para que a embarcação possa atracar no porto de Suape, em Pernambuco, a fim de que fossem realizados os devidos ajustes para seu reenvio para a Turquia. O impasse foi resolvido, no entanto, em fevereiro de 2023: a Marinha Brasileira afundou o porta-aviões desativado, mediante autorização legal, apesar das críticas sobre eventual impacto sobre o meio ambiente marinho – não tanto pelo amianto, no caso específico do meio subaquático, mas devido à presença de outros materiais tóxicas, como tintas.

Investimentos: Os países não possuem acordo bilateral para a proteção de investimentos em vigor, entretanto, os investimentos mútuos têm-se ampliado, muito em função do acordo turco-brasileiro para evitar a dupla tributação, promulgado em 2013. Entre os setores com capital brasileiro estão infraestrutura, equipamentos de climatização e produção de sucos; do lado turco, os investimentos são encabeçados na produção de fibras e têxteis. Há, ademais, interesse do Brasil quanto à captação de investimentos da Turquia no setor de infraestrutura[521].Por meio de ações como o seminário *Invest in Brasil Infrastructure* – Edição Turquia, realizado em outubro de 2020 pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) –, foram apresentadas oportunidades para autoridades e representantes empresariais turcos. A empresa Metal Frio está presente com unidade de produção de refrigeradores comerciais na região de Manisa; a Votorantim é controladora de 18 unidades produtoras de cimento; e a Cutrale participa de *joint venture* em unidade de beneficiamento de cítricos na região de Antália. Em 2006, foi firmado acordo de cooperação entre a Petrobras e a turca TPAO para prospecções de petróleo no mar Negro; porém, malograda a tentativa de encontrar recursos, a cooperação chegou ao fim em 2009.

Cooperação

Cooperação Técnica: A evolução da cooperação técnica foi discutida durante a visita do chanceler turco, e foi colocada em destaque a experiência que ambos os países possuem em relação ao oferecimento de cooperação para o desenvolvimento. Encontra-se em fase final de negociação o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Turquia.

Ciências, Tecnologia e Inovação: Em 2022, os ministros Çavusoglu e França decidiram dar continuidade às negociações de dois protocolos: "Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia (TUBITAK) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)" e "Cooperação em Intercâmbio de Bolsas de Estudo entre a Presidência para Turcos no Exterior e Comunidades Afins (YTB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil".

Turismo: Em 2001, acordo bilateral sobre fim da exigência de vistos é firmado pelos países, o que contribuiria para o aumento substancial no fluxo de turistas desde então. Turquia e Brasil são países com perfis turísticos distintos, muito em virtude de suas localizações no planeta; a proximidade de grandes centros e a confluência entre vários continentes dá aos turcos posição

[521] Hoje, os turcos ocupam a segunda colocação em número de contratos internacionais no setor, atrás apenas da China.

privilegiada para receber visitantes, figurando entre os dez maiores destinos do planeta. Para efeito de comparação: em 2014, ano em que sediou a Copa do Mundo, o Brasil recebeu pela primeira vez mais de seis milhões de visitantes estrangeiros – apenas a cidade de Antália, na costa mediterrânea, recebeu 11,5 milhões de visitantes no mesmo período. Isso faz com que o turismo ganhe contornos diferentes: para o Brasil, ganha importância o grande aumento no fluxo de visitantes à Turquia, estimulado por medidas como o fim da exigência de vistos para turistas, estabelecido em bases recíprocas. Desde 2010 há voos diretos da Turkish Airlines entre São Paulo e Istambul. Para a companhia turca, os voos para a América Latina não são rentáveis, mas acabam sendo utilizados para que a empresa ganhe prestígio e, por consequência, fortaleça a imagem da Turquia como um todo. Em 2022, Brasil e Turquia renovaram acordo de cooperação para promoção do turismo entre os países[522].

Contatos Humanos e Temas Consulares: Há cerca de 1,1 mil brasileiros morando na Turquia, conforme dados de 2022. O governo brasileiro realizou a repatriação de 17 cidadãos brasileiros e familiares, afetados por terremoto na Turquia, em fevereiro de 2023.

Cultura: Há grande convergência entre Brasil e Turquia no que concerne a capacidades de *soft power*. Os dois países são conhecidos pelas suas produções literárias e na área de teledramaturgia, que são exportadas para boa parte do mundo; houve grande crescimento na área cinematográfica, assim como são cada vez mais comuns cantores e outros artistas dos dois países sendo veiculados em meios de comunicação de todo o planeta. Institucionalmente, desde 2011 opera em São Paulo, com filiais em Brasília e Rio de Janeiro, o Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT), que visa a promover o diálogo, a compreensão, o respeito, o entendimento intercultural e a coesão social. Há parcerias entre o CCBT e universidades e instituições culturais brasileiras, com a promoção do idioma turco. Houve assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação para as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil em 2022 e do Centenário da República da Turquia em 2023. Em 2022, os ministros Çavusoglu e França também decidiram ativar a Comissão Mista Cultural, criada em 1995, ao mesmo tempo que se comprometeram com a célere conclusão das negociações para assinatura do Acordo de Coprodução Audiovisual.

Saúde: Os impactos da pandemia de COVID-19 sob as mais diversas áreas têm sido discutidos bilateralmente.

Cooperação Humanitária: No contexto dos terremotos que atingiram a Turquia e a Síria, o Brasil enviou missão interdisciplinar humanitária aos países em 6 de fevereiro de 2023[523]. O Brasil aceitou o convite do governo turco, realizado no dia 17 do mesmo mês, para que a missão brasileira reforçasse as ações empreendidas em Hatay, ocasionando o deslocamento da base de

[522] Os ministros de Turismo do Brasil, Carlos Brito, e de Negócios Estrangeiros da Turquia, Mevlüt Çavuşoğlu, assinaram documento que busca fortalecer e ampliar o fluxo turístico turco e brasileiro em ambos os territórios. Entre as ações previstas estão a troca de informações relacionadas a estatísticas, pesquisas de mercado, política e legislação do setor; investimentos e promoção turística; troca de experiências em segmentos turísticos, como ecoturismo e turismos cultural, religioso, histórico e acessível; e ações de qualificação com intercâmbio de especialistas e boas práticas. O acordo, assinado em 1995, é válido por cinco anos, com renovação automática por igual período.

[523] A missão compreendeu equipes de resgate e salvamento, além de equipamentos emergenciais. Foram doados três "*kits* calamidades", com a capacidade de atender até 500 pessoas por três meses e 1,5 mil pessoas por dois meses. A aeronave KC-30, utilizada para envio da missão humanitária, foi também utilizada para o transporte dos brasileiros e familiares repatriados ao País.

Kahramanmaras para a nova região. No total, a missão humanitária brasileira ficou cerca de duas semanas na Turquia, tendo realizado 46 operações de busca e salvamento e 74 atendimentos médicos.

XI. Relações Brasil-Israel

<u>Marcos:</u> 1947: As relações Brasil-Israel remontam à atuação de Oswaldo Aranha, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que levaria à (re)criação do Estado de Israel em 1948. 1949: Estabelecimento das relações diplomáticas; 1951: Café Filho, vice-presidente de Vargas, faz a primeira visita a Israel; 1959: Primeira visita de chanceler ao Brasil por Golda Meir; 2010: Primeira visita presidencial a Israel pelo presidente Lula, no mesmo ano em que entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Israel; 2019: primeira visita de chefe de Governo israelense ao Brasil por Benjamin Netanyahu, por ocasião da posse do presidente Jair Bolsonaro; 2024: Presidente Lula é declarado como *persona non grata*, após o líder brasileiro realizar duras críticas às ações empreendidas pelo governo israelense na Faixa de Gaza[524].

<u>Embaixada:</u> Legação do Brasil em Tel Aviv foi aberta em 1951, sendo elevada a embaixada em 1958. Israel abre embaixada no Brasil em 1955. Em 2019, Brasil inaugurou escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em Jerusalém, que, em 2023, foi transferido para Tel Aviv. O Brasil não tem consulado em Israel. Em maio de 2024, o presidente Lula retirou o embaixador brasileiro em Israel, Frederico Meyer, ao nomeá-lo como representante na Conferência de Desarmamento das Nações Unidas, e decidiu não indicar um substituto.

<u>Coordenação Política</u>
Instâncias: Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos (2019[525]).

Visitas de Alto Nível: Em seus governos anteriores, o presidente Lula realizou visita a Israel em 2010. O presidente Jair Bolsonaro[526] visitou Israel em março de 2019, quando foram firmados acordos em matéria de defesa, ciência, tecnologia e inovação e serviços aéreos. Em março de 2021, o chanceler Ernesto Araújo liderou a visita de comitiva com representantes do Parlamento e de diversos ministérios. Nessa visita, o Brasil afirmou apoio aos Acordos de Abraão e criticou a investigação da situação dos palestinos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). A comitiva buscou aprofundar a cooperação bilateral em áreas como saúde, tecnologia, inovação, educação, defesa, segurança, agricultura, ciência e pesquisa espacial, entre outras. Em outubro de 2023, Lula e o presidente Isaac Herzog, além dos chanceleres Mauro Vieira e Eli Cohen, conversaram ao telefone e trataram das questões humanitárias relacionadas à repatriação de cidadãs e cidadãos brasileiros que se encontram em Israel e na Faixa de Gaza. Em novembro, o ministro Mauro Vieira voltou a conversar, duas vezes, por telefone, com seu homólogo sobre a situação humanitária em Gaza e a

---

[524] Em fevereiro de 2024, durante entrevista realizada em Adis Adeba, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrava por ocasião da 37ª Cúpula da UA, o mandatário brasileiro comparou a situação em Gaza com a política de extermínio de judeus implementada por Hitler. A afirmação ocorreu em resposta ao questionamento sobre a decisão de alguns países de suspender o financiamento à UNRWA. O cerne da fala do presidente brasileiro centrava-se na necessidade de assistência ao povo palestino, perante a conjuntura de destruição e as estimativas que chegam às dezenas de milhares de mortos e feridos, e na crítica à passividade dos dirigentes políticos do mundo, em razão da insuficiência das instâncias políticas de deliberação.

[525] Na primeira reunião, que correu em maio de 2019, em Brasília, participaram diplomatas, membros das Forças Armadas e agentes de inteligência.

[526] O governo Bolsonaro aproximou-se do governo Benjamin Netanyahu pela afinidade principiológica entre os dois líderes; contudo, o Brasil manteve também diálogo com o governo liderado por Yair Lapid, formado em junho de 2021.

perspectiva da repatriação dos brasileiros. Em dezembro de 2023, à margem da COP28, Lula reuniu-se com o presidente do Estado de Israel, Isaac Herzog, com foco na questão do processo gradual de liberação dos reféns no conflito entre israelenses e o Hamas na Faixa de Gaza. No mesmo mês, os chanceleres Mauro Vieira e Eli Cohen reuniram-se no contexto da posse do presidente argentino Javier Milei.

Discurso Oficial: As relações Brasil-Israel são históricas, destacando-se figuras como Oswaldo Aranha, que contribuiu para a criação do Estado de Israel, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, designados "Justos entre as Nações" pelo "Yad Vashem". O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o Estado israelense, e o relacionamento bilateral tem sido tradicionalmente caracterizado pela amizade, pela cordialidade e pela busca de construção de uma agenda bilateral positiva. Além disso, os países compartilham os ideais de liberdade, democracia, economia de mercado, justiça e paz, a busca da prosperidade para seus povos, o combate a xenofobia, intolerância e discriminação, especialmente, o antissemitismo. Há, nesse contexto, grande afinidade política e de valores entre as duas sociedades, e as visitas de alto nível têm sido frequentes. A aproximação estratégica com Israel desdobra-se em três vertentes prioritárias: a científica, tecnológica de inovação; a econômico-comercial, e a de cooperação em defesa. Nos últimos anos, foram celebrados acordos nesses setores e também nas áreas de segurança pública e serviços aéreos.

<u>Convergências</u>
Convergências Multilaterais: O Brasil de Bolsonaro adotou postura mais favorável aos interesses de Israel, tendo-se abstido em relação à adesão da Palestina na União Postal Universal (UPU) e buscado uma posição que garanta maior equilíbrio na questão israelo-palestina, uma vez que considerava que, até o governo Dilma Rousseff, o Brasil favorecia a posição palestina, tanto no Conselho de Direitos Humanos (CDH), quanto na AGNU. O Brasil declarou, à época, que considera a investigação contra Israel no TPI um desserviço à paz na região. Com o retorno de Lula ao poder, o Brasil retomou padrão histórico de votação na questão israelo-palestino e manifestou-se criticamente a Israel em casos contencioso e consultivo no âmbito da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e em outras instâncias das Nações Unidas.

Convergências Plurilaterais: A solidariedade a Israel pode ser ilustrada com a adesão, em novembro de 2021, à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA, na sigla em inglês), na qualidade de membro observador. No âmbito da participação do Brasil na IHRA, houve representação na sessão plenária de 2022, e foi realizado, em setembro de 2023, o Diálogo Brasil-Israel sobre Antissemitismo. No âmbito da visita do então presidente Jair Bolsonaro a Israel em 2019, Netanyahu reforçou apoio ao ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Convergências Regionais: Apesar de geograficamente distantes, Brasil e Israel apoiaram mutuamente seus interesses regionais durante o governo Bolsonaro. No âmbito da regional brasileiro, Israel alinhou-se com o Brasil de Bolsonaro, reconhecendo o governo venezuelano de Juan Guaidó. O Brasil, por sua vez, ofereceu bons ofícios para que as relações entre Israel e Bolívia fossem retomadas. No âmbito médio-oriental, o Brasil apoia os Acordos de Abraão e a normalização das relações com países árabes e africanos como o Marrocos, Sudão e Bahrein, bem como apoiou, no governo Bolsonaro, o plano para a Palestina, proposto pelo presidente Donald

Trump e apoiado por Israel ("Paz para prosperidade: uma visão para melhorar as vidas dos povos palestino e israelense" de 2019). O Brasil tem reiteradamente expressado sua solidariedade em relação à Israel diante de ataques palestinos contra sua população civil, como o que ocorreu em maio de 2021 ou o ataque do Hamas de outubro de 2023.

Segurança e Defesa: As duas principais instâncias de discussão em defesa, entre Brasil e Israel, são a Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (GTBD Brasil-Israel) e o Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos. Assinado na visita de Bolsonaro a Israel, em 2019, o Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, cujas negociações tiveram início em 2006 e que foi aprovado em março de 2022 pelo Congresso Nacional brasileiro, demonstra o aprofundamento da cooperação em Defesa. Na mesma visita, foram firmados o Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado; e o Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética. O Acordo sobre Proteção de Informações Classificadas e Materiais, celebrado em 2010, foi ratificado em 2022 pelo governo brasileiro, de modo que resta apenas a ratificação do lado israelense para que o instrumento entre em vigor. Nos quatro últimos anos, Israel alcançou a posição de oitavo maior fornecedor mundial de armas. Há grande potencial para desenvolvimento conjunto de produtos de defesa e de soluções para monitoramento de fronteiras, já que há muitas empresas israelenses que investem nesse setor no Brasil.

Comércio

Marcos: Historicamente, a balança comercial tem sido deficitária em desfavor do Brasil. O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel, o primeiro acordo do bloco com um país de fora da América Latina, foi firmado em 2007 e entrou em vigor em 2010. Em 2019, conclui-se o cronograma de desgravação das linhas tarifárias no âmbito desse acordo. O Acordo MERCOSUL-Israel prevê cinco categorias de tarifas aduaneiras, que seriam eliminadas imediatamente (Categoria A) a partir da entrada em vigor do acordo, ou em quatro (Categoria B), oito (Categoria C) e dez anos (Categoria D), em desgravações anuais em partes iguais. A Categoria E ficaria sujeita a preferências. Tendo entrado em vigor em 2010, o cronograma de desgravação para as linhas tarifárias da Categoria D foi concluído em 2019. Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais do Brasil no Oriente Médio. Em agosto de 2023, foram concluídas as negociações para abertura do mercado israelense à carne de frango do Brasil. O Brasil torna-se, assim, o primeiro país do mundo a exportar carne de frango para o mercado israelense.

Série histórica - Parceiro: Israel
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 2,2 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,8 Bilhão
US$ 1,6 Bilhão
US$ 1,4 Bilhão
US$ 1,2 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 800 Milhões
US$ 600 Milhões
US$ 400 Milhões
US$ 200 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Israel
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 4 Bilhões
US$ 3,5 Bilhões
US$ 3 Bilhões
US$ 2,5 Bilhões
US$ 2 Bilhões
US$ 1,5 Bilhão
US$ 1 Bilhão
US$ 500 Milhões
US$ 0
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Série histórica - Parceiro: Israel
Total
ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
US$ 0
US$ -100 Milhões
US$ -200 Milhões
US$ -300 Milhões
US$ -400 Milhões
US$ -500 Milhões
US$ -600 Milhões
US$ -700 Milhões
US$ -800 Milhões
US$ -900 Milhões
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Israel
Jan-Dez / 2023
2022
Total: US$ 662 Milhões
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada
19%
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais
9,5%
Sucos de frutas ou de vegetais
3,1%
Demais produtos - Indústria de Transformação
2,5%
Calçados
1,3%
1,3%
Papel e cartão
1,2%
1,1%
Soja
18%
Milho não moído, exceto milho doce
5,7%
Café não...
3,6%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus
21%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Israel

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 1,35 Bilhão

Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) 45%
Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes 11%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos 3,8%
Fios especiais, tecidos especiais e produtos relacionados 3,6%
Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes 3,1%
Fios têxteis 2,2%
Demais produtos - Indústria de Transformação 4,7%
Armas e munições 1,2%

<u>Investimentos:</u> Os investimentos entre os dois países ainda são incipientes, entretanto se destacam a presença crescente de *fintechs* israelenses que operam no mercado de meios de pagamentos brasileiro (PayKey, MeneyNetint, Rapyd, entre outras) e o investimento de *venture capital* brasileiro em *startups* israelenses[527].

<u>Cooperação</u>

Cooperação Técnica: A cooperação técnica bilateral é guiada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica (1962) e pelo Memorando de Entendimento para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países (2009).

Contatos Humanos e Temas Consulares: O Brasil abriga a segunda maior comunidade judaica da América Latina, atrás da Argentina, e a décima no mundo, com mais de cem mil membros, enquanto Israel é lar aproximadamente 14 mil brasileiros, o que corresponde à segunda maior comunidade brasileira no Oriente Médio. Ademais, conforme dados de 2022 do Escritório do Brasil em Ramala, cerca de seis mil brasileiros residem na Palestina. O país também recebe, anualmente, 50 mil turistas brasileiros. A primeira sinagoga das Américas foi fundada em Recife, ainda em 1636. Os governos brasileiro e israelense coordenaram esforços para repatriar seus cidadãos da Bolívia, em março de 2020, em razão da pandemia.

Ciência, Tecnologia e Inovação: O Brasil tem grande interesse na cooperação em ciência, tecnologia e inovação com Israel, uma vez que o país é um dos principais polos de tecnologia do mundo e conta com um ecossistema de inovação bastante favorável[528]. Na visita presidencial de

---

[527] Para mais informações, consultar: https://fintechsbrasil.com.br/2021/12/01/fintechs-israelenses-invadem-o-brasil-rapyd-e-personetics-desembarcam-em-2022-seguindo-paykey-e-moneynetint/.

[528] Israel investe 4,3% do produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento e é o 25º maior produtor de artigos científicos no mundo. O país ocupa o quinto lugar no *ranking* de inovação da Bloomberg (2019), enquanto o Brasil está em 45º; e o 20º no *Global Competitiveness Report 2018*, enquanto o Brasil está em 72º, e o 16º lugar no Índice Global de Inovação 2022, publicado pela OMPI, enquanto o Brasil ocupa a 54ª posição.

2019, foi firmado o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia, que permitirá o planejamento mais adequado das atividades bilaterais e a aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e israelense. Na mesma ocasião, a ApexBrasil e a ABVCAP promoveram o programa *ScaleUp in Brazil*[529], com o objetivo de atrair de *startups* israelenses[530] para o Brasil. Os setores de *cybertech*, que incluem serviços e ferramentas de segurança cibernética e proteção de dados para uso civil e militar; *agrotech*[531] e *bluetech*[532] são apontados como áreas potenciais de cooperação bilateral. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação celebrou um memorando de entendimento com o museu de ciências *Carasso Science Park*, em 2021, que prevê, entre outras iniciativas de cooperação, o estabelecimento de um museu semelhante em Fortaleza. O ministério também coopera com a empresa israelense Watergen, que detém tecnologia de extração de água da atmosfera, tendo ocorrido a inauguração da primeira unidade piloto do projeto Água Atmosférica em 2022, no município de Santana do Ipanema, em Alagoas. Ademais, a iniciativa Techmakers Israel, que visa a incentivar as parcerias entre os ecossistemas de inovação do Brasil e de Israel, decorreu da cooperação entre a Israel Innovation Authorithy (IIA), a ApexBrasil e a EMBRAPII. Há ainda, memorandos de entendimento entre o Hospital Albert Einstein e o Instituto Technion (2021) e entre o Instituto Tecnólico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Archer, vinculado ao Technion. No primeiro caso, objetiva-se o intercâmbio de estudantes e a colaboração em projetos de pesquisa; no segundo, aborda-se o projeto ITASAT 2, que prevê o desenvolvimento de três satélites.

Saúde: No contexto da pandemia de COVID-19, Brasil e Israel estabeleceram o Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina entre Ministérios da Saúde para os Anos 2019-2022 e assumiram o compromisso de trabalhar juntos para o desenvolvimento vacinas, tratamentos e medicamentos. Em 2021, a ANVISA e a Diretoria de Tecnologia Médica, Inovação, Informação e Pesquisa em Saúde do Ministério da Saúde de Israel assinaram memorando de entendimento para facilitar o intercâmbio de informações. Também em 2021, comitiva do chanceler Ernesto Araújo visitou o Centro Médico Sourasky (Hospital Ichilov) que desenvolvia os ensaios clínicos do *spray* nasal para tratamento da COVID-19. Em 2022, o governo israelense realizou doação de itens, como equipamentos de proteção individual, além de duas toneladas de seringas e agulhas, para prover auxílio no enfrentamento da COVID-19 no Brasil.

Educação: Há Acordo de Cooperação Educacional em vigor, e, em 2021, o governo brasileiro sugeriu minuta de programa de cooperação no setor, que está sendo analisada pela parte israelense. Em 2022, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, da Invest Paraná, e da Câmara de Comércio Brasil-Israel, foi assinado acordo de cooperação referente à implementação da Escola Agrícola 4.0. Destacam-se, ademais, a cooperação existente entre diferentes instituições de ensino brasileiras e a Tel Aviv University (TAU), além da assinatura de memorando entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Hebraica de Jerusalém, em janeiro de 2023.

---

[529] O programa é resultado da parceria entre a ApexBrasil, a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e a *Israel Trade & Investment*.

[530] Israel cria aproximadamente 600 empresas ao ano e suas *startups* recebem investimento de todo o mundo. De fato, conforme o “Startup Ecosystem Report 2022”, Israel dispõe do terceiro ecossistema de inovação mais importante do mundo e detém o título de “Startup Nation”. Israel é o país que, relativamente, mais exporta serviços de tecnologia da informação e comunicação no mundo.

[531] Tecnologias avançada aplicadas à agropecuária.

[532] Tecnologias relacionadas aos recursos hídricos e aos recursos marinhos.

Cooperação Humanitária: Em janeiro de 2019, Israel enviou cerca de 130 pessoas para ajudar nas buscas em Brumadinho. Israel também enviou apoio para combater incêndios na Amazônia em setembro de 2019.

Outras Áreas: A cooperação energética deve ser impulsionada pela descoberta de gás no campo de Leviathan[533] por meio da troca de experiências em relação às melhores práticas na exploração de gás. Há acordo bilateral, em vigor, na área de turismo (2009). Destacam-se ainda a assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos, em 2019 e a prospecção para participação brasileira no projeto israelense Beresheet-2, que tem por objetivo levar espaçonave à Lua em 2024.

[533] Estima-se que o campo de Leviathan pode atender às necessidades domésticas de Israel por 40 anos.

XII. Relações Brasil-Palestina

Marcos: 1975: estabelecimento de relações entre o Brasil e a Palestina; 1995: visita ao Brasil de Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP); 2009: o Brasil anuncia, por ocasião da Conferência de Sharm El-Sheikh, doação de US$ 10 milhões para a reconstrução de Gaza; 2010: reconhecimento, pelo Brasil, do Estado da Palestina; 2011: assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)-Palestina e aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e com apoio e copatrocínio brasileiros, da Resolução 67/19, que eleva o *status* da Palestina nas Organização das Nações Unidas (ONU) a Estado observador não membro.

Escritório de Representação/Embaixada: O escritório em Ramalá foi aberto em 2004, passando a ter *status* de embaixada após o reconhecimento do Estado da Palestina, em 2010. Em 1975, a OLP foi autorizada a designar representante em Brasília junto à representação da Liga dos Estados Árabes (LEA). Em 1993, o Brasil autorizou a abertura da delegação especial palestina em Brasília, cujo *status* foi equiparado ao de uma embaixada em 1998. Em 2010, passa a denominar-se embaixada do Estado da Palestina.

<u>Coordenação Política:</u>
Instâncias: Mecanismo de Consultas Políticas (2008): foram realizadas quatro reuniões do mecanismo: em 2008, 2010, 2011 e 2017.

Visitas de Alto Nível: O presidente Lula foi à Palestina em 2010, na primeira visita oficial de um mandatário brasileiro. Seu chanceler, Celso Amorim, realizou visitas em 2005, 2008, 2009 e 2010. O vice-presidente Michel Temer e o chanceler Antonio Patriota visitaram a Palestina em 2012. Em 2016 e 2017, houve encontros entre o presidente Michel Temer e o presidente Mahmoud Abbas à margem da AGNU. O chanceler Aloysio Nunes visitou a Palestina em 2018. O presidente Mahmoud Abbas veio ao Brasil em 2005 (I Cúpula América do Sul-Países Árabes), em 2009 e nas posses presidenciais em 2011, 2015 e 2023. O chanceler Riad Malki veio ao Brasil em 2008 e 2010 (para participar de ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul – IBAS). Em fevereiro de 2024, o presidente Lula encontrou-se com o primeiro-ministro da Autoridade Palestina, Mohammad Shtayyeh, que agradeceu a solidariedade do Brasil ao povo palestino e reiterou a necessidade de um cessar-fogo e da abertura para entrada de ajuda humanitária. O presidente brasileiro manifestou concordância com o cessar-fogo, condenou os ataques do Hamas e reiterou o compromisso do Brasil com a solução de dois Estados. Em março de 2024, o chanceler Mauro Vieira visitou a Palestina, onde se encontrou com o presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, com o primeiro-ministro, Mohammed Shtayyeh, e com seu homólogo, Riad Malki. As autoridades palestinas agradeceram o discurso brasileiro em defesa dos palestinos e expressaram preocupação com a situação humanitária em Gaza e com uma eventual operação militar em Rafah. Foram discutidas estratégias conjuntas para alcançar o objetivo de tornar a Palestina membro pleno da ONU.

Discurso Oficial: O Brasil mantém seu compromisso histórico com a solução de dois Estados, com a Palestina e Israel convivendo lado a lado, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

<u>Convergências</u>

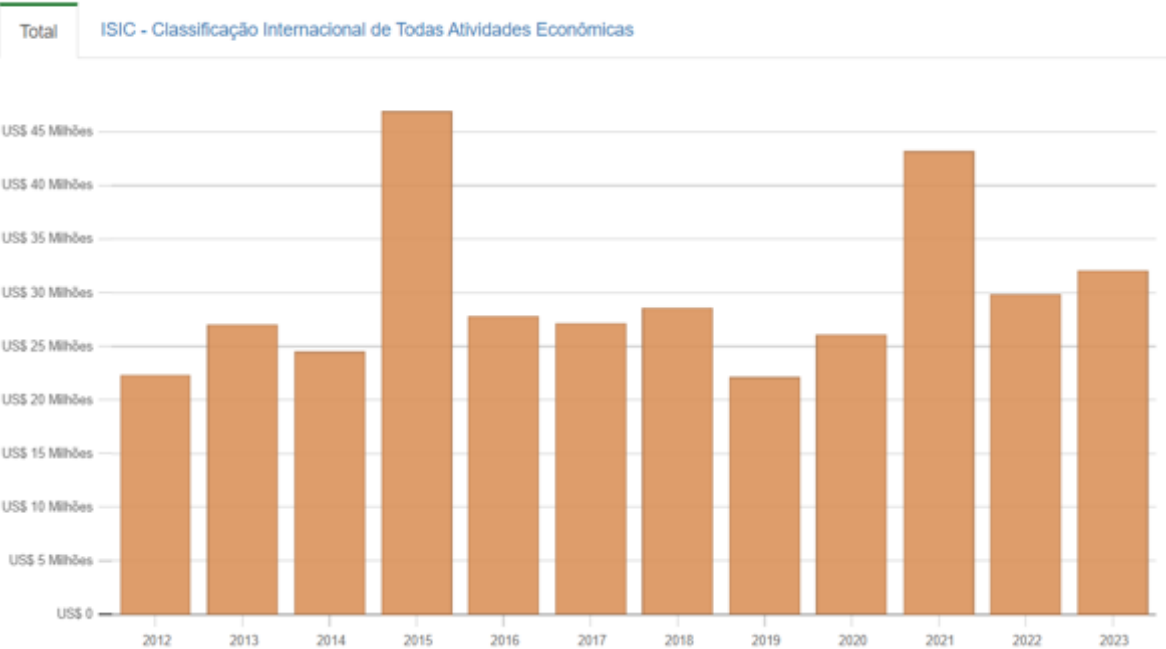
Convergências Multilaterais: O Brasil copatrocinou e fez campanha a favor da Resolução 67/19, que elevou o *status* da Palestina a Estado observador não membro das Nações Unidas em 2012. O Brasil tem-se posicionado favoravelmente à entrada da Palestina em organismos multilaterais. Apoiou o ingresso da Palestina na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) em 2011.

<u>Comércio</u>

Marcos: O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Palestina foi firmado em 2011 e entrará em vigor bilateral em agosto de 2024, após ter sido ratificado por Brasil e Palestina. Para os demais Estados Partes fundadores do MERCOSUL, a vigência do instrumento iniciará trinta dias depois das notificações dos depósitos das respectivas ratificações, quando ocorrerem. A corrente comercial entre o Brasil e a Palestina em 2023 foi de US$ 32,4 milhões. Foram US$ 32 milhões de superávit para o lado brasileiro.

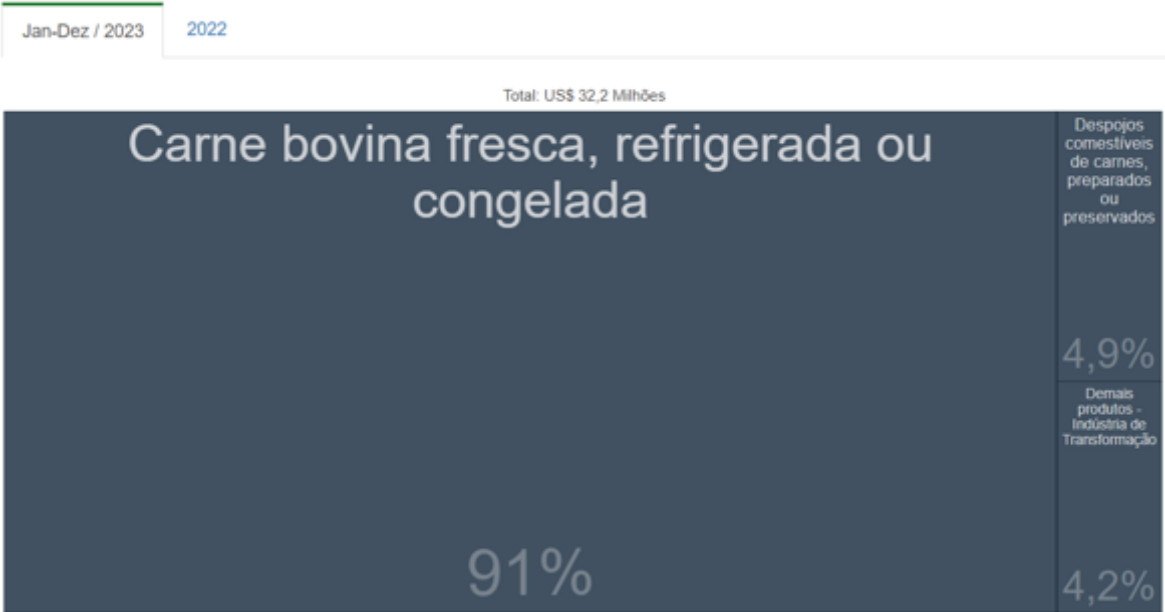
Série histórica - Parceiro: Palestina

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Palestina

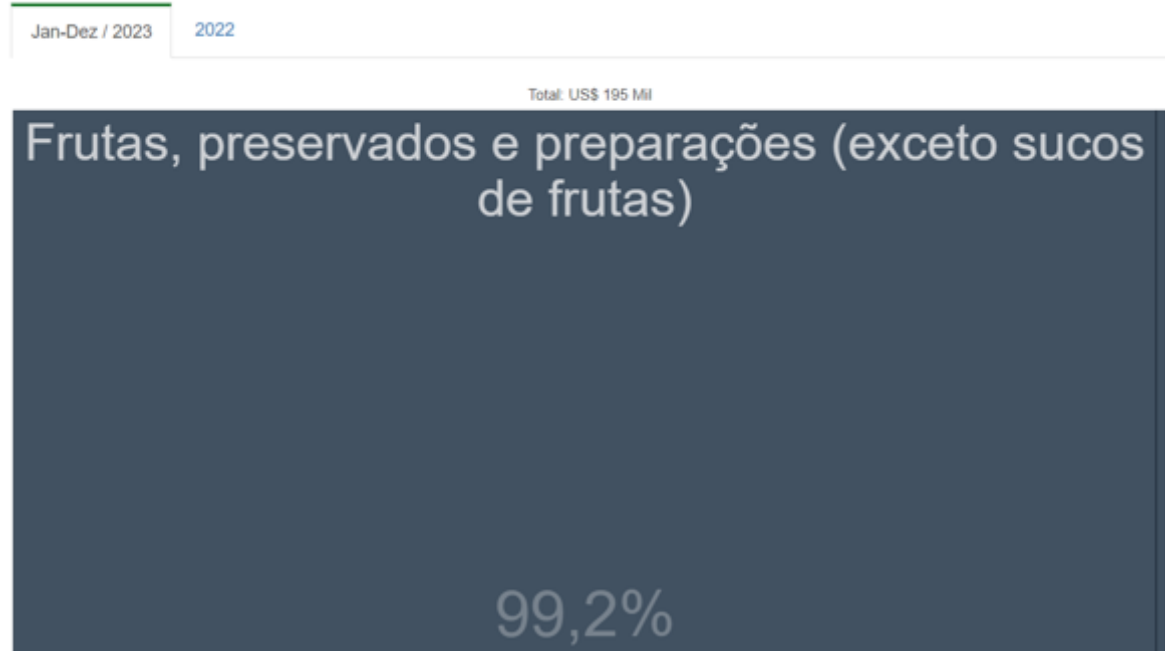
Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 32,2 Milhões

Produto	Participação
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	91%
Despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados	4,9%
Demais produtos - Indústria de Transformação	4,2%

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Palestina

Jan-Dez / 2023 | 2022

Total: US$ 195 Mil

Produto	Participação
Frutas, preservados e preparações (exceto sucos de frutas)	99,2%

Cooperação:

Contatos Humanos e Temas Consulares: Cerca de seis mil brasileiros residem na Palestina. A grande maioria tem dupla nacionalidade.

Cooperação Humanitária: O governo brasileiro promove tradicional cooperação humanitária estabelecida com a Palestina. Desde 2007, já destinou mais de US$ 23 milhões a iniciativas do gênero, por meio da doação de recursos, medicamentos, alimentos, entre outros, sobretudo à Autoridade Palestina, à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA, na sugla em inglês) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em 2014, o Brasil tornou-se membro da Comissão Consultiva (AdCom, na sigla em inglês) da UNRWA. Trata-se do único país latino-americano na mais alta instância intergovernamental da agência. Em junho de 2023, foi anunciada doação adicional de US$ 100 mil à UNRWA. Ajuda humanitária também tem sido prestada no contexto do conflito que eclodiu em outubro de 2023. Em fevereiro de 2024, a ministra substituta das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, coordenou reunião interministerial sobre o acolhimento a cidadãos palestinos, em meio à conjuntura de guerra entre Israel e Hamas.

XIII. Brasil e a questão israelo-palestina

Para mais detalhes sobre a questão israelo-palestina, ver a seção específica no capítulo 9.

a) Gênese da questão e início do envolvimento brasileiro

No contexto da Segunda Guera Mundial e do Holocausto, membros do serviço exterior brasileiro, como Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, reconhecidos como "Justos entre as Nações", auxiliaram milhares de judeus a escapar do jugo nazifascista. Trata-se de importante antecedente para entender o princípio do envolvimento brasileiro com a questão.

O envolvimento brasileiro também data dos primórdios do tratamento do tema no contexto da Organização das Nações Unidas (ONU), quando se passou a discutir o destino da Palestina mandatária, após o Reino Unido abrir mão da tutela, no pós-Segunda Guerra Mundial. Na época, a política externa brasileira mantinha alinhamento com os Estados Unidos (EUA), o que se refletia nos votos convergentes dentro da ONU (em tendência que se estenderia até meados da década de 1970). Exemplo foi a indicação de Oswaldo Aranha, americanófilo e que havia sido embaixador em Washington entre 1934 e 1937, para chefiar a missão brasileira junto à ONU. Quando aceitou o convite do presidente Dutra, Aranha se preocupava com a situação internacional do Brasil e, sobretudo, com a fragilização das relações com os EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a solidariedade brasileira para com os Aliados durante a guerra não tendo gerado frutos após o fim do conflito. Para Aranha, o Brasil deveria mostrar-se aos EUA como peça importante na aliança contra os desafios da Guerra Fria, e sua atuação na ONU seria oportunidade de atenuar a assimetria vivida com os EUA.

Em março de 1947, Aranha acabaria eleito presidente das duas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)[534]: a primeira, especial, em abril e maio, e a segunda, ordinária, em novembro. Na sessão especial, convocada a pedido britânico, Aranha fez com que o item único da pauta fosse a proposta de partição, impedindo que outras questões fossem examinadas, notadamente a proposta de delegações árabes de discutir a imediata independência da Palestina; dois planos foram sugeridos, um com a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu, e outro com um Estado federal composto de duas unidades políticas, uma árabe e uma judia. Na reunião, foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP, na sigla em inglês), para investigar a causa do conflito e, se possível, conceber uma solução para que a AGNU viesse a emitir recomendações sobre o futuro da Palestina. O Brasil não fez parte do UNSCOP. Na sessão ordinária, foi aprovada a Resolução 181, relativa à proteção dos lugares sagrados, ao estatuto internacional de Jerusalém e ao Plano de Partilha da Palestina; o Brasil votou a favor, embora tenha, sem sucesso, votado a favor de proposta dos países árabes de encaminhar a questão à opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) antes do pleito, moção que foi derrotada. O voto favorável do Brasil, à época, foi justificado com a percepção de que a partilha era a única solução plausível dentro das circunstâncias, ainda que fosse evidente que nem os palestinos nem os Estados árabes aceitaram a proposta.

---

[534] Destaca-se, nesse contexto, o papel desempenhado por Oswaldo Aranha tanto no âmbito da 1ª Sessão Especial da AGNU, no âmbito da qual foi criado o *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP), que proporia o plano de partilha, quanto no da segunda sessão ordinária, em que foi aprovada a partilha da Palestina (solução de dois Estados), com voto favorável do Brasil na Resolução 181.

b) Primeiros anos após a criação do Estado de Israel

Em maio de 1948, seria criado o Estado de Israel, no dia final do mandato britânico na Palestina. Em nova sessão especial da AGNU, o Brasil votou favoravelmente à nomeação de um mediador para tentar conciliar árabes e judeus, por meio da Resolução 186, diante dos obstáculos encontrados para a implementação do Plano de Partilha votado no ano anterior; contudo, no dia seguinte, com a retirada dos ingleses, tropas dos vizinhos árabes invadiram a Palestina e deram início à primeira guerra árabe-israelense, o pináculo de tensões que se acumulavam desde a sessão ordinária de 1947.

Em sua "guerra de independência", Israel triunfaria, rechaçando os ataques e expandindo em quase 40% o território que se lhes havia atribuído pela Resolução 181. Em Jerusalém, internacionalizada por força da Resolução 181, a cidade velha ficou em mãos árabes e a cidade nova com os judeus. Consequência desse evento seria a *nakba*, o deslocamento forçado de cerca de 700 mil palestinos para países vizinhos, sobretudo Jordânia e Egito. Diante da divisão, na prática, de Jerusalém durante a primeira guerra árabe-israelense (a cidade velha ficou em mãos da Transjordânia e a cidade nova com Israel), o Brasil passaria a adotar posição equidistante diante da questão, sobretudo por conta da preocupação com o respeito ao estatuto da cidade[535]. Exemplo disso foi a abstenção na votação que definiu a admissão de Israel na ONU em 1949[536]; por outro lado, no mesmo ano, reconheceu-se Israel, sendo estabelecidas relações diplomáticas. Em 1952, foi criada a Legação do Brasil em Tel Aviv, elevada, em 1958, à categoria de Embaixada. Em 1951, Israel inaugurou sua Embaixada no Brasil no Rio de Janeiro sendo, posteriormente, transferida para Brasília[537].

Em 1948, o Brasil votou a favor da Resolução 194 da AGNU sobre a conciliação do conflito e o direito de retorno dos palestinos. Considerando a pouca, ou nenhuma, disposição de Israel e Jordânia, que, armados, ocupavam Jerusalém, de estabelecerem diálogo construtivo e viabilizarem esforços de conciliação e respeito às resoluções já votadas sobre o regime de internacionalização da cidade, as expectativas brasileiras quanto a avanços substantivos na matéria eram pessimistas.

Na 4ª Sessão Ordinária da AGNU (1949), o Brasil tinha opinião favorável à internacionalização de Jerusalém, tendo votado favoravelmente à confirmação da Resolução 181, e à outorga da questão ao Conselho de Tutela. Ademais, votou a favor da criação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA, na sigla em inglês). Porém, a aplicação do Plano de Partilha teve dificuldades relativas a temores das grandes potências de participação de inimigos. A respeito disso, Cyro de Freitas-Valle chamou a atenção, na abertura da AGNU de 1949, para o abandono do "espírito de São Francisco", afirmando ser "extremamente difícil manter o equilíbrio numa estrutura cujas fundações tenham sido assentadas sob os auspícios de um grupo de países que [...] perdeu a capacidade de compreensão mútua e começou a trilhar caminhos antagônicos no campo da segurança coletiva".

---

[535] A política externa brasileira para Israel do pós-Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960 é caracterizada pela equidistância em relação ao conflito israelo-palestino, embora alguns analistas indiquem não haver uma linha diplomática estabelecida para a região.

[536] O Brasil absteve-se na votação, em razão do desrespeito ao *status* de Jerusalém (encontrava-se ocupada por Israel e pela Transjordânia) e ao tratamento da questão dos refugiados palestinos.

[537] Quanto ao relacionamento entre Brasil e Israel na década de 1960, destacam-se, em 1962, a assinatura de acordo de cooperação técnica; em 1963, a pressão israelense em favor da mudança da embaixada brasileira para Jerusalém e, em 1966, a assinatura do Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.

c) Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I)

Apesar dos Acordos Gerais de Armistício (1949), entre Israel e os países árabes individualmente, instrumentos que serviriam de transição até a almejada paz definitiva, o estado de beligerância se manteve, com choques eventuais. Em 1950, o Egito bloquearia o canal de Suez e o golfo de Ácaba, medida que levaria Israel a acionar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) com o intuito de que se levantassem as restrições impostas. A situação se agravaria em 1956, com o anúncio pelo general Abdel-Nasser da nacionalização do canal de Suez, medida que feriu interesses de vários países ocidentais e de Israel. Após a ocupação do Sinai e de Gaza por tropas egípcias, viria resposta israelense por meio de ofensiva em direção ao Sinai, tomando a península. Após tentativa de cessar hostilidades, o Egito rejeita ultimato de França e Reino Unido, que decidem intervir militarmente. Sem a possibilidade de ação do CSNU, por conta dos vetos de França e Reino Unido, foi convocada uma Assembleia Especial de Emergência em novembro de 1956. Nesta, sob os auspícios da resolução *Uniting for Peace*, a AGNU pôde agir em questões relativas à manutenção da paz, que seria atribuição exclusiva do CSNU, pois este se encontrava paralisado pelo veto. Na reunião, foram aprovadas quatro resoluções que pediam o imediato cessar-fogo e a restauração da navegação no canal de Suez, além de delinear o que seria a primeira Força Internacional de Emergência das Nações Unidas (UNEF I, na sigla em inglês).

Na AGNU de 1956, o representante brasileiro Cyro de Freitas-Valle defendeu a retirada das tropas israelenses e a evacuação de franceses e britânicos[538]. Diante do impasse na implementação do sistema de segurança coletiva consagrado na Carta da ONU, outra inovação acabou sendo introduzida na Sessão Especial de Emergência da AGNU: um novo tipo de forças armadas, para a "manutenção da paz", não prevista na Carta. A UNEF, foi, assim, uma força simbólica, sem participação das grandes potências. Destinava-se não ao combate, e sim à supervisão do cessar-fogo, à retirada das forças francesas, inglesas e israelenses do Sinai, e a instaurar uma zona-tampão entre Egito e Israel. Foi enviada ao Egito com o consentimento das partes em conflito. Após marchas e contramarchas, ingleses, franceses e israelenses retiram-se do Sinal e de Gaza no início de 1957, sem que o Egito renunciasse à nacionalização do canal.

A UNEF entrou em operação em novembro de 1956, com participação do Brasil de janeiro de 1957 a junho de 1967, quando foi encerrada. Em 1957, contava com 6 mil efetivos, número que diminuiria ao longo dos anos, até chegar a 3,4 mil efetivos, em 1967. Dez países contribuíram com tropas, sendo que Índia, Canadá, Iugoslávia e Brasil, em ordem decrescente, foram os que enviaram os maiores contingentes. O Batalhão do Suez, como ficou conhecido no Brasil o grupo de militares que participou da UNEF, atuou no setor de Gaza, em Al-Arich e em Ras El Naqb. Militares brasileiros comandaram a UNEF: de janeiro a agosto de 1964, o general Carlos Paiva Chaves, e de janeiro de 1965 a janeiro de 1966, o general Syseno Sarmento.

Na Guerra dos Seis Dias (1967), apesar de sofrer com os efeitos do conflito sobre a UNEF I, o Brasil tem participação multilateral discreta, embora tenha votado favoravelmente à Resolução 242 do CSNU, cujo texto-base partiu de iniciativa brasileiro-argentina.

---

[538] Quanto ao posicionamento do Brasil, ressalta-se que o País defendeu a retirada das tropas israelenses, francesas e britânicas do canal de Suez, votou afirmativamente a uma série de resoluções da AGNU a respeito do conflito, incluindo a criação da UNEF I, e participou da missão com o Batalhão de Suez, tendo-a liderado nos anos finais.

d) Crescente interesse da política externa brasileira pelo Oriente Médio

O Oriente Médio despontaria como ponto de interesse para a diplomacia brasileira na década de 1960, diante da necessidade de ampliação do escopo de fornecedores de petróleo. Já em 1964, o Itamaraty prestou auxílio à Petrobras e ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) na venda de café brasileiro e na compra de petróleo da Argélia e do Egito. Laços com Síria, Líbano e Jordânia foram aprofundados, ao mesmo tempo que relações foram estabelecidas com Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Kuwait. No fim da década, foi proposta a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes (COARABE), e estabelecido um escritório-entreposto do IBC no Líbano. Ao mesmo tempo, Israel buscou, sem sucesso, fazer com que o Brasil mudasse sua embaixada para Jerusalém.

Em 1967, em meio à saída da UNEF, egípcios, sírios e jordanianos atacaram os israelenses, que reagiram de forma fulminante e, em apenas seis dias, tomaram as colinas de Golã, a Cisjordânia, o Sinai e a Cidade Velha de Jerusalém. A atuação brasileira ocorreria em sessão de emergência da AGNU e nas reuniões do CSNU, de forma relativamente discreta e focando questões humanitárias, como no apoio à Resolução 237, que instava Israel a respeitar as Convenções de Genebra. Ademais, o Brasil, ao lado da Argentina, redigiu o texto-base da Resolução 242, que determinou as fronteiras israelo-palestinas da forma como o país defende até hoje.

Na década de 1970, o Brasil assume nova retórica para a questão israelo-palestina, em bases que foram consideradas nacionalistas e pragmáticas por parte da literatura, dados os imperativos econômicos derivados do Choque do Petróleo e da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que envolveu petróleo e petrodólares. Também naquele momento interessava ao Brasil o apoio dos países árabes e de maioria muçulmana nas discussões sobre a "Questão das Hidrelétricas", na ONU, assim como esses países virão a tornar-se mercado importante para a indústria armamentista e bélica brasileira.

Era evidente a inter-relação entre a questão econômica e a conduta adotada pelo Brasil no Oriente Médio. Em outubro de 1973, o Egito ataca Israel de surpresa, ao mesmo tempo que a Síria invade Golã, com apoio de outros países árabes e auxílio soviético, no feriado do Dia do Perdão (Yom Kippur); os israelenses receberam socorro dos EUA; o cessar-fogo seria observado no mês seguinte, mas haveria uma pesada consequência econômica: o aumento dos preços do petróleo, pelos países árabes produtores, levaria ao primeiro choque do produto.

O Brasil vivia o contexto do "milagre econômico", que demandava a manutenção da capacidade energética brasileira. O choque do petróleo quadruplicou o preço do produto, fazendo com que a "diplomacia do interesse nacional" se aproximasse pragmaticamente de grandes exportadores petrolíferos, como o Iraque e a Arábia Saudita. Houve maior propensão a posicionamento acerca dos temas regionais, com apoio às causas árabes e aos palestinos, além da participação dos petrodólares abundantes nos empréstimos brasileiros; ademais, aumentou a pressão de africanos e árabes contra o apoio que o Brasil ainda dava aos regimes da África do Sul e de Portugal, que incluiu boicote diplomático. A política externa brasileira, assim, transigia de princípios e retóricas e passava a adotar posições concretas para o Oriente Médio. Essas mudanças de posição, no "pragmatismo responsável e ecumênico" (PRE) de Geisel e Azeredo da Silveira, assumiram contornos de políticas de governo, com ações concretas em um novo paradigma de política externa, sem jamais deixar de evocar a Resolução 242 e de pedir o respeito às fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias.

Quando da ascensão do governo Geisel, a política exterior brasileira já passava por processo de diversificação da dependência estrangeira, tendo ganhado magnitude a causa palestina no período. Esse fenômeno guarda relação com o aumento da relevância do movimento terceiro-mundista, ao mesmo tempo que a conduta israelense era percebida como intransigente e inaceitável, sendo condenada por um número cada vez maior de países.

Quanto à atuação diplomática brasileira nesse contexto, marcada por pragmatismo alinhado a uma defesa histórica do direito à autodeterminação, é importante apontar a AGNU de 1974, quando Yasser Arafat foi recebido na ONU e foram aprovadas a Resolução 3236, que reafirmou "os direitos inalienáveis do povo palestino na Palestina" à autodeterminação sem entraves, à independência e à soberania nacionais, reconhecendo ainda que o povo palestino era parte principal para o estabelecimento de uma paz justa e durável no Oriente Médio, e a Resolução 3237, que concedeu à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) o estatuto de observador na AGNU e em todas as conferências internacionais das Nações Unidas. Houve comportamento peculiar do Brasil nesse processo: por um lado, votou a favor do convite à OLP para, representando o povo palestino, participar das deliberações na AGNU (A/RES/3210); por outro lado, não votou na Resolução 3236, embora tenha sido favorável à Resolução 3237. Em 1975, foram estabelecidas relações com a Palestina, com a OLP designando representante, que atuaria junto ao escritório da Liga dos Estados Árabes (LEA) em Brasília.

Os próximos anos seriam críticos para a região, com o Líbano sendo invadido por tropas da Síria em 1976 e a ascensão de Menachem Begin em Israel, que colocou fim a três décadas de governos trabalhistas e buscou promover assentamentos israelenses em territórios ocupados. No contexto da AGNU de 1977, a política brasileira continuaria a se basear na convicção de que a situação que prevalecia na região era injusta e que qualquer solução que não levasse em conta a questão dos territórios ocupados, bem como a situação do povo palestino, seria ilusória e essencialmente transitória. O país defendia o cumprimento da Resolução 242 (1967) e reconhecia o direito do povo palestino e a OLP. Novamente percebem-se ações ambíguas da diplomacia brasileira. O Brasil apoiou a decisão da AGNU sobre a comemoração do dia 29 de novembro, dia em que fora aprovado o Plano de Partilha da Palestina em 1947, como Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Porém, o país se ausentou durante a votação da Resolução 31/20, que tomava nota de relatório que sugeria a criação de um Estado palestino na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, com administração interina da ONU e posterior transferência à OLP. A prudência brasileira, justificada pela necessidade de se aprofundarem as discussões e o estudo sobre o tema, frustrou os delegados árabes e fazê-los saber que não poderiam contar com o apoio incondicional brasileiro.

e) Resolução 3379 (1975) da AGNU

A Resolução 3379, aprovada na AGNU em 1975, qualificava o sionismo como forma de racismo e de discriminação racial. O Brasil votou favoravelmente à resolução, fato que aponta inflexão do padrão de comportamento da diplomacia nacional, usualmente inclinada à conciliação.

A decisão brasileira foi condicionada por uma série de mudanças no cenário internacional, a exemplo da independência dos novos países africanos, outrora colônias de Portugal. Várias posições brasileiras, como a solidariedade a Lisboa, o não reconhecimento da República Popular da China (RPC) e uma atitude de equidistância no conflito do Oriente Médio, prejudicavam a capacidade brasileira de iniciativa e arregimentação parlamentar. As retificações realizadas a partir de março de 1974 por Ernesto Geisel permitiram que o Brasil se libertasse de algumas pesadas

hipotecas diplomáticas que inibiam sua atuação nas Nações Unidas. Na sessão daquele ano, a confrontação entre os EUA e os não alinhados teve seu ponto mais agudo quando do debate em torno da questão do Oriente Médio. Na ausência de progresso real nos entendimentos bilaterais, os países árabes usaram as possibilidades parlamentares para pressionar Israel, aumentando seu isolamento diplomático. No entanto, a decisão brasileira em votar favoravelmente à Resolução 3379 teve repercussão inesperada, em especial pela mobilização de associações judaicas que, no fim, fizeram com que o maior beneficiado desse entrechoque acabou sendo o próprio Estado de Israel. Isso porque a grande maioria do bloco ocidental cerrou fileiras em torno de Israel, algo inédito em muitos anos, em conduta militante e quase agressiva (exceções foram Portugal e Turquia, países em situação anômala, e abstenção de Grécia e Japão). Com isso, os contatos dos delegados brasileiros com muitas delegações europeias arrefeceram; além disso, o governo brasileiro tornou-se alvo fácil da militância norte-americana em favor dos direitos humanos e das acusações e críticas de importantes jornais. A imprensa norte-americana chamou atenção para o autoritarismo do regime militar brasileiro e as torturas por ele perpetradas, a exemplo da morte de Wladimir Herzog, jornalista de origem judaica, que teve grande repercussão, porque, convocado a depor, Herzog comparecera espontaneamente e de boa-fé. A reação no Brasil é enorme, com greves, protestos e a assinatura de manifesto contra a violência e um culto ecumênico realizado na catedral de São Paulo.

Embora seja difícil afirmar com segurança as motivações imediatas do voto brasileiro na Resolução 3379, é possível identificar a posição específica de Ernesto Geisel acerca do assunto. Em entrevista concedida mais de vinte anos depois da aprovação, o ex-presidente afirmaria que era contra a forma evasiva, típica da diplomacia, de posicionar-se, e contra abstenções em temas que poderiam desagradar aos EUA. Para Geisel, o Brasil deveria defender seu ponto de vista e votar segundo sua convicção. Além da crença do presidente de que o sionismo era mesmo racista, argumentou-se que o Brasil não tinha produção de armas suficiente que pudesse justificar, como suposto, o voto favorável à Resolução 3379. Ou seja, não procedia o argumento de que, com o voto, o governo pretendera agradar os países árabes com vistas a patrocinar a venda de armas de produção brasileira àqueles países, apesar de o Brasil ter tido efetivamente benefícios para sua indústria de defesa; remontam à época a grande demanda por aeronaves, armas e blindados brasileiros, em sua maior parte dos regimes baathistas, do Iraque e da Líbia, com seus petrodólares.

A resolução, cuja aprovação seria símbolo do *aggiornamento* da política externa brasileira na década de 1970, seria anulada somente em 1991, com a Resolução 4686, com copatrocínio e voto favorável brasileiro.

f) Retorno à equidistância e realismo

A posição pró-árabe seria relativizada no governo João Figueiredo. Em 1981, após Israel realizar ataque aéreo à usina nuclear de Osirak I, Saraiva Guerreiro descreveu, na ONU, o ato como “flagrante uso da força incompatível com a Carta de nossa Organização”. Ademais, Figueiredo condenou na AGNU a operação militar israelense no Líbano. Por outro lado, o país voltou a relativa equidistância e distanciamento dos problemas da região. Figueiredo, no mesmo discurso em que condenou a intervenção israelense, reconheceu o direito do país de viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

A análise da conduta da diplomacia brasileira quanto à questão israelo-palestina permite vislumbrar o desenvolvimento de interesses sobre o Oriente Médio, com fulcro em princípios como a não intervenção e a política externa como meio de desenvolvimento. Sobretudo no período

militar, o fluxo comercial ampliou-se, impulsionado pelo intercâmbio entre petróleo da região e produtos de defesa brasileiros, ainda que, no geral, os resultados tenham sido menos expressivos, com modestos investimentos árabes no Brasil.

A partir da redemocratização, o Brasil passa a ter posição mais presente nas discussões sobre a questão israelo-palestina, em postura que analistas consideram como de realismo. Exemplo dessa postura nos anos 1980 é o reconhecimento pela AGNU da proclamação do Estado da Palestina (voto favorável à Resolução 43/177), sem reconhecimento diplomático do Estado palestino. Também desde a redemocratização, o Brasil guia sua conduta pela equidistância, com o apoio à revogação da Resolução 3379, e pela defesa do Direito Internacional para a resolução dos litígios que ainda persistem.

O País apoiou as negociações internacionais na década de 1990, em Madri e em Oslo, além de ter participado da assinatura do tratado de paz entre Israel e o Reino da Jordânia, em outubro de 1994, e da primeira Cúpula Econômica Oriente Médio-Norte da África naquele ano. Ainda no governo Itamar, aceitou a abertura de delegação da Palestina em Brasília. Nos anos 2000, o Brasil, representado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), defendeu abertamente criação de um Estado palestino em seu discurso à AGNU em 2001; em 2004, houve a abertura de Escritório de Representação do Brasil em Ramala e estabeleceu-se pelo Itamaraty o cargo de “Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio”; em 2005, por iniciativa brasileira, foi lançada a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); em 2007, o Brasil participou da Conferência de Anápolis (o único latino-americano a fazê-lo de maneira plena), e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) assinou acordo de livre comércio com Israel.

De 2005 a 2010, o chanceler Celso Amorim esteve em Israel e na Palestina cinco vezes, e a política externa brasileira em relação ao conflito israelo-palestino experimentou período de grande atividade. O Brasil recebeu os chefes de Estado de Israel (2009) e da Palestina (2005, 2009 e para a posse presidencial de 2011). O presidente Lula, em março de 2010, realizou visita histórica a Israel e Palestina, a primeira oficial de um chefe de Estado brasileiro àqueles países.

Ainda em 2010, o Brasil reconheceu o Estado Palestino, tendo assinado acordo de livre comércio via MERCOSUL no ano seguinte. Durante o governo Dilma, o Brasil apoiou o pleito palestino de reconhecimento na ONU, sua elevação a Estado observador não membro e sua admissão na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês).

Em 2014, o conflito entre Israel e Hamas escalou, culminando na Operação “Margem Protetora” (também traduzida como “Borda de Proteção”) israelense na Faixa de Gaza, até agosto, quando foi anunciado cessar-fogo mediado pelo Egito. Naquele momento, o governo brasileiro condenou veementemente os bombardeios israelenses a Gaza como “uso desproporcional da força”. Condenou, igualmente, “o lançamento de foguetes e morteiros de Gaza contra Israel”. No auge da violência, o Brasil decidiu convocar seu embaixador em Tel Aviv para consultas, e o Brasil foi chamado “anão diplomático” pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores. O embaixador brasileiro retomou seu posto após o cessar-fogo. Em seu discurso na 69ª AGNU, em 2014, poucos meses após o conflito, a presidenta Dilma Rousseff reiterou que “não podemos permanecer indiferentes à crise israelo-palestina, sobretudo depois dos dramáticos acontecimentos na Faixa de Gaza” e criticou: “esse conflito deve ser solucionado e não precariamente administrado, como vem sendo”. Entre 2015 e 2016, o indicado pelo governo israelense para assumir a embaixada em Brasília não recebeu *agrément* do governo brasileiro.

Ainda que o governo Temer tenha tentado retomar a equidistância, o presidente tinha vínculos históricos e culturais com o mundo árabe, e o Brasil acabou votando contrariamente aos

interesses de Israel em votação na UNESCO. Em 2017, o Brasil votou favoravelmente à resolução ES-10/L.22 da AGNU, aprovada como reação ao anúncio de Donald Trump de reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. A resolução declarou que decisões e ações que visem a alterar o *status* de Jerusalém não têm efeito legal e devem ser rescindidas, em cumprimento às decisões do CSNU. Em 2018, o chanceler Aloysio Nunes visitou tanto Israel quanto a Palestina.

Como traço mais comum em todo o período, pode-se destacar votos condenatórios à política de assentamentos israelenses e em relação aos territórios ocupados e favoráveis aos pleitos palestinos na ONU. A questão israelo-palestina também foi objeto de debates em foros de concertação, como o BRICS.

g) Política externa do governo Bolsonaro para Israel

i. Linhas gerais

A parceria entre os dois países está alicerçada sobre valores comuns da liberdade, da democracia, da economia de mercado, da justiça e da paz, e sua determinação comum de buscar a prosperidade para seus povos. Ambos também defendem a liberdade religiosa e de culto. Os vínculos com Israel também têm raízes históricas. A comunidade judaica no Brasil, ao longo dos séculos, deu e continua dando inestimável contribuição à formação da nacionalidade e da identidade brasileira. No século XX, o Brasil contribuiu para o esforço de guerra contra as potências do Eixo, por meio da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a força militar latino-americana mais significativa a se juntar aos Aliados[539]. Membros do Serviço Exterior Brasileiro (SEB), como Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, reconhecidos como “Justos entre as Nações”, auxiliaram milhares de judeus a escapar do jugo nazifascista. O governo brasileiro tem dado bastante atenção às celebrações do Dia Internacional de Memória do Holocausto (27 de janeiro). Em 2020, completaram-se 75 anos da liberação do campo de concentração nazista em Auschwitz-Birkenau.

Durante o governo Bolsonaro, destacam-se o bom relacionamento entre os dois chefes de Governo, a proximidade de Israel com outras democracias liberais-conservadoras, como os EUA e alguns países europeus, e também o apelo que as boas relações com Israel têm em segmento importante do eleitorado do presidente Bolsonaro. Israel foi um dos países que prestou cooperação ao governo brasileiro por meio do envio de avião e de especialistas durante as queimadas da Amazônia em 2019.

A visita presidencial realizada a Israel em 2019 foi retribuição à vinda ao Brasil do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para a posse de Bolsonaro. Durante a viagem, anunciou-se novo nível de prioridade para as relações bilaterais. Foram assinados acordos e outros instrumentos nas áreas de defesa, segurança pública, segurança cibernética, aviação civil, ciência, tecnologia e inovação e saúde. Um dos temas que também ganhou bastante repercussão foi a discussão de eventual iniciativa conjunta relacionada ao combate à seca no Nordeste e a projetos de dessalinização de água. Outro tema importante foi a cooperação oferecida por Israel em razão do desastre de Brumadinho, que culminou com a entrega de condecoração da brigada israelense que atuou no resgate de vítimas. Houve apoio de Israel à acessão brasileira à Organização para a

[539] O Brasil foi o único país da América do Sul a enviar tropas para a guerra: cerca de 25 mil soldados da FEB, e 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), enviados para o combate na Europa. Além do Brasil, na América Latina, apenas o México contribuiu com tropas, mas com um contingente bastante inferior: 30 pillotos e 300 voluntários de apoio conformavam o Esquadrão 201, enviado para o combate no Pacífico.

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e indicação do reconhecimento de ambos os países do governo de Guaidó na Venezuela. Bolsonaro também foi o primeiro chefe de Estado a fazer uma visita ao Muro das Lamentações acompanhado do primeiro-ministro israelense.

O Brasil apoiou o plano de paz e prosperidade, apresentado pelo governo norte-americano, com o objetivo de solucionar o conflito israelo-palestino. A proposta foi considerada pelo governo brasileiro como um documento realista e ao mesmo tempo ambicioso. De acordo com o Itamaraty, "a visão ali detalhada contempla aspirações tanto de palestinos quanto de israelenses, incluindo aspectos fundamentais como a erradicação do terrorismo, a existência do Estado de Israel com segurança para sua população, o estabelecimento de um Estado palestino democrático e comprometido com a paz, a viabilidade territorial, e a criação das condições econômicas indispensáveis para uma grande elevação do bem-estar do povo palestino. O governo brasileiro exorta tanto israelenses quanto palestinos a considerar o plano com toda a seriedade e a iniciar negociações partindo das bases ali expostas. O plano se afigura compatível com os princípios constitucionais que regem a atuação externa do Brasil, notadamente a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e a autodeterminação dos povos. Desse modo, o Brasil estará pronto a contribuir para o processo de construção da paz, das maneiras que se afigurarem mais adequadas".

Em 2020 e 2021, destacou-se a cooperação bilateral diante da pandemia de COVID-19, em especial na indústria de equipamentos médicos. Delegação brasileira chefiada pelo então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, cumpriu missão a Israel de 7 a 9 de março de 2021. A visita teve o objetivo de dar seguimento ao diálogo político e à cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Em Jerusalém, o chanceler manteve encontro com seu homólogo israelense, Gabi Ashkenazi, com quem discutiu temas do relacionamento bilateral, incluindo a ampla agenda de cooperação Brasil-Israel. Os dois emitiram uma declaração conjunta onde trataram de avanços concretos na relação entre os dois países e destacaram a determinação de cooperar no combate à COVID-19. "Falamos na cooperação com Israel na segurança, na cibersegurança, nos produtos de defesa e na ciência e tecnologia, na cooperação espacial", ressaltou o ex-ministro. Araújo também foi recebido pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. A delegação manteve ademais encontros com representantes de diversos centros de pesquisa científica, inclusive na área de saúde. Entre os tópicos da agenda, destacam-se a cooperação no desenvolvimento de tecnologias, terapias e vacinas para a prevenção e tratamento da COVID-19 e a cooperação entre a Agência Espacial Israelense e a Agência Espacial Brasileira (AEB). Representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovações e da Saúde definiram parcerias com institutos de pesquisa israelenses para cooperação bilateral em estudos de imunologia e pesquisa sobre medicamentos e vacinas para a prevenção, controle e tratamento da COVID-19. Em relação à cooperação espacial, as agências espaciais dos dois países trataram da possível participação do Brasil no projeto israelense Beresheet-2, que tem por objetivo levar espaçonave à Lua em 2024.

ii. Mudança da embaixada brasileira para Jerusalém

O tema foi analisado pelo governo Bolsonaro, tendo sido singularizado durante sua primeira campanha à presidência. Os EUA e a Guatemala promoveram a mudança, mas houve aqueles, como integrantes do Grupo de Visegrado (V4), que buscaram solução alternativa, como escritórios comerciais. Entre os entraves, estariam não apenas a reação dos países árabes (com impactos comerciais), mas também questões de segurança (risco de ataques fundamentalistas não só ao território brasileiro mas às missões brasileiras no exterior) e a Resolução 478 do CSNU, de 1980, que declara nula de pleno direito a Lei Básica de Jerusalém, votada no mesmo ano pelo

Parlamento israelense, que declara aquela cidade capital de Israel. A posição tradicional do Brasil tem sido a de que o *status* final de Jerusalém deve ser definido após negociações de paz que assegurem a coexistência de dois Estados (Israel e Palestina). Durante a visita de Bolsonaro a Israel, foi anunciada a criação de escritório de promoção comercial, de investimentos e de ciência, tecnologia e inovação em Jerusalém, a ser coordenado pelo Itamaraty e operado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). O escritório foi inaugurado em dezembro de 2019, na parte ocidental da cidade. Em 2023, o governo Lula transferiu o escritório para Tel Aviv.

iii. Mudança no padrão de votos do Brasil em temas sobre Israel e Palestina

Durante o governo Temer, o Brasil começou a alterar gradualmente sua posição, com algumas abstenções em votações condenatórias a Israel. A alteração não foi em todo o rol de resoluções que tratam da questão palestina, havendo algumas em que o Brasil segue votando favoravelmente por exemplo, em relação à assistência aos refugiados e aos deslocados palestinos e à ajuda humanitária.

Durante a gestão de Ernesto Araújo, em março de 2019 e em junho de 2020, o Brasil votou contra resoluções do Conselho de Direitos Humanos (CDH) sobre direitos humanos nos territórios reivindicados pela Síria (Golã) e pelo governo palestino, e absteve-se nas resoluções sobre assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados e no Golã sírio ocupado, em razão de alegado tratamento discriminatório contra Israel. Na Quarta Comissão da AGNU, em novembro de 2019, o Brasil votou contra resolução que pedia investigações sobre possíveis abusos de direitos humanos por parte de Israel contra o povo palestino. Absteve-se na que condenava os assentamentos israelenses em partes de Jerusalém, no território palestino e nas colinas de Golã e também na que falava especificamente sobre a ocupação de Golã. Em dezembro de 2020, na AGNU, o Brasil adotou posicionamento idêntico ao ano anterior em relação às resoluções de teor similar aprovadas[540]. Em março de 2021, o Brasil votou contrariamente às resoluções do CDH acerca da situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados (46/3) e nas colinas de Golã da Síria (46/24), absteve-se na resolução referente aos assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados e votou favoravelmente à resolução relativa ao direito do povo palestino à autodeterminação (46/25)[541]. Ainda em organizações internacionais, pode-se destacar que, em 2020, o Brasil encaminhou ofício ao Tribunal Penal Internacional (TPI) informando que o país quer participar como *amicus curiae* na apuração preliminar “A Situação no Estado da

[540] Voto contrário em relação a duas resoluções: 75/96 *Work of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories*; e 75/24 *The Syrian Golan*. Abstenção em relação a cinco resoluções: 75/99 *The occupied Syrian Golan*; *75/97 Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the occupied Syrian Golan*; 75/95 *Palestine refugees' properties and their revenues*; 75/22 *Peaceful settlement of the question of Palestine*; e 75/236 *Permanent sovereignty of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and of the Arab population in the occupied Syrian Golan over their natural resources*. Voto favorável em relação a quatro resoluções: 75/98 *Israeli practices affecting the human rights of the Palestinian people in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem*; 75/94 *Operations of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*; 75/93 *Assistance to Palestine refugees*; e 75/172 *The right of the Palestinian people to self-determination*.

[541] Voto contrário em relação a duas resoluções: 46/3 *Human rights situation in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the obligation to ensure accountability and justice*; e 46/24 *Human rights in the occupied Syrian Golan*. Abstenção em relação à uma resolução: 46/26 *Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan*. Voto favorável em relação a uma resolução: 46/25 *Right of the Palestinian people to selfdetermination*.

Palestina” e sugerindo que a corte não deveria dar prosseguimento à apuração. A Austrália também tentou obstar a continuidade do processo, sob o argumento de não reconhecimento do Estado palestino.

A mudança de comando no Ministério das Relações Exteriores foi acompanhada de alteração relativa de posicionamento na votação concernente à questão israelo-palestina, tanto no âmbito do CDH quanto no da AGNU. De fato, sob a chancelaria de Carlos França, o Brasil optou pela abstenção em resolução da 30ª Sessão Especial do CDH que condenava violações de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados (S-30/1) – note-se que, no período Ernesto Araújo, o Brasil havia votado contrariamente a resolução de teor similar (46/3). Apesar disso, em 2022, o Brasil votou contrariamente, acompanhado apenas por Malawi e EUA, à resolução 49/04, que trata da situação dos direitos humanos no território palestino ocupado e da obrigação de responsabilização e justiça. Quanto à resolução aprovada em abril de 2022 sobre a situação dos direitos humanos nas Colinas de Golã (49/30), o governo brasileiro absteve-se, no lugar de votar contrariamente, como ocorrido no âmbito da 46ª sessão, o que corrobora a alteração do posicionamento brasileiro. Apesar disso, tanto o voto favorável à resolução acerca do direito à autodeterminação (49/28) quanto a abstenção em relação à resolução concernente aos assentamentos nos territórios palestinos ocupados (49/28) reiteram posição também presente na gestão anterior. Em relação à votação brasileira na AGNU, houve mudança em relação à resolução intitulada *The Syrian Golan* (76/11)[542], já que, no lugar do voto contrário – como ocorrido em resolução similar aprovada em 2020 (75/24) – o Brasil optou pela abstenção. Nos demais tópicos aprovados, em 2021, houve padrão de continuidade em relação ao período anterior. O País permaneceu votando contrariamente no tema do trabalho do Comitê Especial para a investigação de práticas israelenses que afetam os direitos humanos do povo palestino (76/80) e reafirmou suas posições de abstenção ou de voto favorável concernentes às demais resoluções aprovadas. Houve, contudo, sensível alteração de posicionamento mais recentemente, uma vez que, em dezembro de 2022, o Brasil votou favoravelmente, na AGNU, à resolução relativa à soberania do povo palestino sobre o território ocupado (A/RES 77/187), o que inclui a região leste de Jerusalém e a parte ocupada das colinas de Golã, bem como sobre os recursos naturais na área, tema em relação ao qual havia optado pela abstenção em 2021. O Brasil se absteve na resolução da AGNU, também de dezembro de 2022, na qual solicita um parecer consultivo à CIJ acerca da ocupação do território palestino por Israel.

iv. Impactos nas relações com países árabes e islâmicos

Ainda em 2018, após a eleição de Bolsonaro, houve o cancelamento da visita do então chanceler Aloysio Nunes ao Egito, em razão de reação egípcia à declaração de que o Brasil mudaria sua embaixada. O tema suscitou críticas e gestões da LEA, da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) e de diversos países daquela região.

O ponto mais sensível, do lado brasileiro, seria o eventual impacto nas relações comerciais, em especial no que diz respeito às exportações brasileiras de frango. O mundo árabe-islâmico em geral é o nosso maior comprador, e o Brasil tem frigoríficos e linhas produtivas especializadas na venda de carne *halal*. Em 2019 e novamente em 2021, a Arábia Saudita intensificou programa de substituição de importações de frango e descredenciou alguns estabelecimentos brasileiros. Ao

[542] Não confundir com a resolução sobre “o território ocupado das Colinas de Golã” (76/81), em relação à qual o Brasil se absteve.

mesmo tempo, conta a favor do Brasil o fato de que o mundo árabe-islâmico teria dificuldades de encontrar substituto para as exportações brasileiras.

Outro impacto negativo poderia advir da perda de apoio internacional em votações em organismos internacionais. Entretanto, nota-se que, em pautas principalmente na área de direitos humanos, vem aumentado a coincidência no padrão de votação com os países árabes e islâmicos, o que parece revelar valores conservadores comuns de suas sociedades.

Quando do anúncio da criação do escritório da ApexBrasil em Jerusalém, a Palestina anunciou que chamaria seu embaixador em Brasília para consultas, mas acabou recuando. Em dezembro de 2019, a LEA manifestou-se contrariamente à abertura do escritório da ApexBrasil em Jerusalém.

O governo brasileiro entende que a aproximação com Israel não se dá em detrimento dos laços históricos, culturais, econômicos e políticos que o Brasil mantém com o mundo árabe e com os países islâmicos. Essa postura pragmática brasileira foi reforçada durante encontro do presidente Bolsonaro e de alguns ministros com embaixadores de países árabes e islâmicos no Brasil em 2019.

Não foi apenas o Brasil que está aproximando-se de Israel. Notam-se os Acordos de Abraão e a aproximação recente de Israel com países sunitas em razão de sua rivalidade mútua com o Irã, o que também explica a escolha do roteiro do périplo presidencial (ver subseção seguinte), e a importância estratégica de não excluir o Catar da visita presidencial, que, naquele momento, estava com relações rompidas com outros países da região. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a ter uma postura mais assertiva em relação ao Irã, como na questão das sanções norte-americanas que afetaram navios iranianos parados no Brasil aguardando combustível da Petrobras e na manifestação sobre a ação norte-americana que culminou com a morte do general Soleimani. Também elevou seu nível de preocupação sobre a atuação do Hezbollah na América do Sul. Em relação aos conflitos médio-orientais em geral, o mínimo denominador comum da posição brasileira e dos demais membros do BRICS, durante o governo Bolsonaro, pôde ser depreendida do Comunicado Conjunto dos Vice-Ministros e Enviados Especiais do BRICS para o Oriente Médio e o Norte da África, adotado em julho de 2019.

v. Resultados da visita presidencial a países árabes

O presidente Bolsonaro realizou visita, em 2019, a EAU, Catar e Arábia Saudita, com foco especial na área de investimentos.

Nos EAU, celebraram-se os 45 anos do estabelecimento de relações diplomáticas e decidiu-se alçar as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica, tendo assinado Memorando de Entendimento sobre a Parceria Estratégica entre Brasil e EAU, nas áreas de paz e segurança, cooperação econômica, cooperação em energia e cooperação em turismo, cultura e esportes. No Catar, foram assinados acordos em áreas como defesa, saúde e serviços aéreos, além de isenção mútua de vistos de entrada nos países com os propósitos de turismo, trânsito e viagens de negócios. Na Arábia Saudita, o pacote de resultados compreendeu concessão de vistos de visita de múltiplas entradas com prazo de validade de até cinco anos; acordo de cooperação em defesa; parceria relacionada a aquisições, indústria, pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de defesa; cooperação cultural; fortalecimento das relações de investimentos bilaterais; e Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Saudita de Desenvolvimento. O Presidente Jair Bolsonaro participou, como convidado de honra, da conferência *Future Investment Initiative*, fórum anual realizado em Riade com o objetivo de

discutir tendências na economia mundial e perspectivas para o ambiente global de investimentos. Também foi emitida Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica para Investimentos entre Brasil e Arábia Saudita, com apoio à concordância do Fundo de Investimento Público saudita (PIF, na sigla em inglês) em explorar potenciais oportunidades de investimentos mutuamente benéficos em até US$ 10 bilhões, em parceria com o Brasil. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil na região e, no segundo semestre de 2019, novos frigoríficos brasileiros foram habilitados.

Em 2019, o Brasil também recebeu visita de chanceleres de países da região, como dos EAU (com assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI) e do Marrocos (Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, Acordo de Extradição, Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, ACFI, Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa e Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas).

Para mais detalhes sobre as relações bilaterais com Arábia Saudita e EAU, ver seções anteriores neste capítulo.

h) O terceiro governo Lula

No início do novo governo Lula, que coincidiu com o início do novo governo de Netanyahu, o Brasil expressou grande preocupação com a incursão do ministro de Segurança Nacional israelense, Itamar Ben-Gvir, na Esplanada das Mesquitas, pediu respeito ao Direito Internacional e reiterou seu compromisso com a solução de dois Estados. O governo brasileiro também manifestou solidariedade ao povo e ao governo da Palestina, após a informação da morte de nove cidadãos palestinos pelas Forças de Segurança de Israel, durante incursão realizada em janeiro de 2023, em um campo de refugiados na cidade de Jenin, na Cisjordânia. O Brasil exortou ambas as partes para que se abstenham de ações que afetem a confiança mútua. Em seu discurso de posse, o chanceler Mauro Vieira anunciou, no que tange à questão israelo-palestina, o retorno à "posição tradicional e equilibrada mantida há mais de sete décadas".

Em fevereiro de 2023, Brasil, Argentina, Chile e México emitiram comunicado conjunto, no qual manifestam profunda preocupação com a decisão do governo israelense de legalizar nove postos avançados e construir dez mil casas em assentamentos na Cisjordânia. Os países indicaram que tal medida viola o Direito Internacional e resoluções do CSNU, em particular a Resolução 2334 de 2016[543], e expressaram oposição a qualquer ação que comprometa a solução de dois Estados e a atos que favoreçam nova escalada de violência.

Em maio de 2023, no contexto de escalada de violência entre Israel e a Jihad Islâmica Palestina, o Itamaraty publicou nota que comunica que o Brasil lamenta que, no ano do 30º aniversário dos Acordos de Paz de Oslo, já se tenham registrado as mortes de mais de cem palestinos e mais de quinze israelenses em conflito. Ao reiterar que não há justificativa para o recurso à violência, sobretudo contra civis, o governo brasileiro apelou às partes que se abstenham de ações que levem a uma escalada de tensão. O Brasil reiterou seu compromisso com o Direito Internacional, com o Direito Internacional Humanitário e com a solução de dois Estados, para que Palestina e Israel possam conviver em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Reafirmou, ainda, que a mera gestão do conflito não constitui

[543] A Resolução 2334 (2016) afirma que o estabelecimento de assentamentos nos territórios ocupados não tem validade legal, correspondendo a grave violação do Direito Internacional, e insta o governo israelense a cessar ações dessa natureza.

alternativa viável para o encaminhamento da questão israelo-palestina, sendo urgente a retomada das negociações de paz.

Em junho, agora no contexto da escalada de violência na Cisjordânia, nota do Itamaraty afirmou que o governo brasileiro acompanha com consternação e preocupação a escalada de violência na região, que incluiu a retomada de ataques aéreos e deixou, até aquele momento, quatro israelenses e mais de dez palestinos mortos, além de mais de cem feridos. Informou que, entre os feridos encontra-se um menor, filho de cidadão brasileiro, baleado na cabeça e no ombro durante a invasão da aldeia palestina de Turmus Ayya por colonos israelenses. Exortou todas as partes envolvidas a cessar imediatamente as hostilidades. Expressou profunda preocupação com o anúncio do governo israelense de expansão de assentamentos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, em violação do Direito Internacional. Reafirmou que a administração do conflito não evita escaladas frequentes e tampouco constitui estratégia aceitável para encaminhamento da questão israelo-palestina, para a qual é urgente a retomada das negociações de paz.

Em julho, após nova incursão israelense de grande escala em Jenin, Brasil, Argentina e México emitiram comunicado conjunto indicando tomar conhecimento do fato, com consternação, e reiterando pedido de cessamento de hostilidades e apoio à solução de dois Estados.

À margem da 78ª Sessão da AGNU, em setembro de 2023, o presidente Lula encontrou-se com Mahmoud Abbas, que agradeceu à referência à criação de um Estado para o povo palestino no discurso do mandatário brasileiro na abertura do debate geral. Abbas convidou o presidente brasileiro a visitar a Palestina.

Em outubro, com a eclosão do conflito entre Israel e Hamas, o Brasil mantém sua posição diplomática tradicional ao defender a solução de dois Estados e tem sido expressivo na promoção do direito humanitário, especialmente na proteção de civis, incluindo crianças. O governo brasileiro condenou os ataques do Hamas a civis e criticou de maneira enfática a série de bombardeios e ataques terrestres de Israel originados na Faixa de Gaza, resultando na morte de três brasileiros. Além disso, condenou veementemente o bombardeio que atingiu o hospital Ahli-Arab na Faixa de Gaza, causando centenas de mortes. A defesa da criação de corredores humanitários e a preocupação específica com as crianças também são posições centrais do Brasil durante o conflito.

O Brasil foi o primeiro país a anunciar e organizar uma missão de repatriação de nacionais, sem custos para as pessoas atendidas, após a eclosão do conflito. Foi formado um gabinete de crise no Itamaraty, reunindo o Ministério da Defesa, com o objetivo de acompanhar, em tempo real, os desdobramentos do conflito tanto na seara política quanto na assistência aos brasileiros. Esse gabinete de crise seguiu funcionando em dezembro de 2023, produzindo informações diárias sobre o andamento do conflito, que são transmitidas ao presidente da República. O Ministério da Defesa disponibilizou seis aeronaves para realizar a repatriação de brasileiros que manifestaram o desejo de deixar a região. Mais de três mil brasileiros em Israel solicitaram apoio para a repatriação, resultando na volta de mais de 1,5 mil pessoas em doze voos durante a Operação Voltando em Paz. Além dos brasileiros, a operação incluiu a repatriação de palestinos, um jordaniano e três bolivianas. A repatriação não se limitou a Israel, mas também a brasileiros e seus familiares provenientes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Como parte do auxílio humanitário, o Brasil enviou doações para apoiar as vítimas do conflito no Oriente Médio, inclusive alimentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em dezembro, o Brasil realizou novas doações, de onze toneladas de alimentos destinadas a atender populações em situação de emergência pública na Faixa de Gaza e de seis toneladas de purificadores de água portáteis e kits voltaicos.

O presidente Lula fez um apelo ao secretário-geral da ONU, António Guterres, e à comunidade internacional, em defesa das crianças palestinas e israelenses. Lula também defendeu a criação de corredores humanitários para que mais civis possam sair em segurança da região. O presidente também fez ligações telefônicas com seus homólogos de Israel e da Autoridade Palestina, quando expressou preocupação com os civis, com o bloqueio de ajuda humanitária e condenou os ataques terroristas contra civis em Israel. Também conversou com o presidente do Egito, para solicitar apoio à retirada dos brasileiros de sair da Faixa de Gaza.

A ministra de Estado substituta, embaixadora Maria Laura da Rocha, recebeu o conselho dos embaixadores árabes no Brasil, para tratar da situação em Israel e na Faixa de Gaza. Participaram do encontro representantes de 17 países e da LEA. O embaixador do Marrocos, na qualidade de presidente do conselho dos embaixadores árabes, entregou à ministra substituta declaração recém-aprovada pelo Conselho da LEA, em reunião extraordinária, que discutiu a crise na região.

Na qualidade de presidente do CSNU, o Brasil convocou os membros do órgão para discutir, em caráter de emergência, no dia 8 de outubro, os últimos desdobramentos do conflito israelo-palestino. Ao lamentar profundamente a perda de vidas, o Brasil condenou os ataques contra civis. Sublinhou que as partes devem abster-se da violência contra civis e cumprir suas obrigações perante o Direito Internacional Humanitário. O Brasil conclamou todos à máxima contenção para evitar uma escalada, com consequências imprevisíveis para a paz e a segurança internacional. Enfatizou ser urgente desbloquear o processo de paz. O ministro Mauro Vieira deslocou-se para Nova York, onde presidiu, em 13 de outubro, nova reunião emergencial do CSNU sobre o tema. Resolução proposta pelo Brasil sobre os últimos desdobramentos do conflito israelo-palestino, com foco em seus aspectos humanitários, especialmente no acesso humanitário à Faixa de Gaza, foi vetada pelos EUA.

Em 24 de outubro, Vieira presidiu debate aberto sobre a questão israelo-palestina. O evento contou com ampla participação dos membros da ONU e mobilizou mais de vinte ministros e vice-ministros estrangeiros, entre os quais os chanceleres de África do Sul, Egito, EUA, França, Israel, Palestina e diversos outros países do Oriente Médio, além do secretário-geral da LEA. O debate serviu de oportunidade para examinar, em alto nível, os dramáticos desdobramentos da crise em Israel e na Palestina, bem como formas de conter o conflito e retomar o processo de paz. O Brasil manifestou grande preocupação com a continuidade das hostilidades – que já resultaram em milhares de vítimas, em sua maioria civis. O ministro Mauro Vieira declarou que "civis devem ser respeitados e protegidos em todos os momentos e todos os lugares. Todas as partes devem cumprir rigorosamente suas obrigações perante o Direito Internacional Humanitário. Os princípios fundamentais da distinção, da proporcionalidade, da humanidade, da necessidade e da precaução devem orientar e informar todas as ações e operações militares".

Em 27 de outubro, o Brasil posicionou-se a favor de resolução adotada na AGNU sobre o conflito israelo-palestino, que contém diversos elementos do projeto proposto pelo País no CSNU.

Em 30 de outubro, o chanceler brasileiro presidiu nova reunião emergencial sobre a situação na Faixa de Gaza. Defendeu a libertação imediata e incondicional dos reféns e o fim da violência, de quaisquer formas que possam ser acordadas sem mais demora. Afirmou que o fato de o CSNU não ser capaz de cumprir sua responsabilidade de salvaguardar a paz e segurança internacionais em razão de antigas hostilidades é moralmente inaceitável. Disse que o Brasil e os demais membros rotativos têm trabalhado incansavelmente para tentar fazer com que o CSNU aja de forma mais decidida, desde a última divergência em torno de propostas de resolução e que "nossa resposta coletiva a essa crise, que todos tememos que só piorará se nada for feito, será um

momento definidor para as Nações Unidas". Assinalou que o CSNU não tem um histórico razoável quando se trata da manutenção da paz e da segurança internacionais no Oriente Médio, tendo apontado que questões relacionadas à região, em geral, receberam 35% dos 250 vetos dos membros permanentes. Lembrou que, desde 2016, o CSNU não conseguiu aprovar uma única resolução sobre a situação na Palestina. Avaliou que esse fato expressa a ineficácia do sistema de governança e a falta de representação de certas partes do mundo neste órgão.

O processo de negociação entre a diplomacia brasileira e seus pares em Israel e no Egito foi essencial para garantir a saída de brasileiros que estavam localizados na Faixa de Gaza. Desde o início de novembro, quando o Egito anunciou a abertura controlada da fronteira com Gaza, o Itamaraty negociava com o Egito e com Israel a possibilidade de um "corredor humanitário" para retirar brasileiros que estão na Faixa de Gaza. Tanto o presidente Lula quanto o chanceler Mauro Vieira realizaram inúmeros contatos com os governos egípcio e israelense, bem como com outros países envolvidos indiretamente na situação, para articular a saída dos brasileiros da região.

No dia 13 de novembro, foi realizado voo da Operação Voltando em Paz trazendo os 32 brasileiros e familiares resgatados em Gaza. Com a chegada deste grupo, a operação completou 1.477 pessoas resgatadas da zona de conflito, dos quais, 1.462 brasileiros. O presidente Lula recebeu o grupo de brasileiros e, em discurso, ressaltou, sem deixar de condenar os ataques do Hamas como terroristas, que o que Israel está fazendo em Gaza é terrorismo, com um impacto desproporcional que tem como principais afetadas as crianças palestinas. O presidente e o seu assessor especial, Celso Amorim, chegaram a chamar de genocídio a ação militar de guerra de Israel, em resposta aos ataques terroristas do Hamas. As manifestações de Lula coincidem com críticas também mais eloquentes dos governos da França e dos EUA, vistos como aliados de Israel. Tanto Paris quanto Washington manifestaram preocupação pelo excesso de mortes em Gaza, principalmente de mulheres e crianças. A fala de Lula ocorre após atritos do governo com o embaixador israelense em Brasília, que se encontrou com o ex-presidente Jair Bolsonaro. O brasileiro-palestino Hasan Rabee, que ficou conhecido por mostrar em vídeos o conflito na Faixa de Gaza e esteve entre os repatriados, tem recebido ameaças pelas redes sociais desde que retornou ao Brasil. Em dezembro, em um primeiro voo, 47 brasileiros e familiares próximos deixaram a Faixa de Gaza, em nova repatriação. Da lista de 102 brasileiros e familiares próximos apresentada aos governos envolvidos para autorização da saída da Faixa de Gaza, 24 tiveram sua saída denegada, incluindo sete brasileiro-palestinos. Por esse motivo, nem todos os 78 autorizados aceitaram cruzar a fronteira de Rafah. Num segundo voo, 32 brasileiros e parentes da zona de conflito no Oriente Médio deixaram Gaza, dos quais treze eram pessoas que tiveram a saída do território negada anteriormente.

Em 15 de novembro, o representante alterno do Brasil na ONU, embaixador Norberto Moretti, votou a favor da Resolução 2712 do CSNU sobre a crise humanitária e dos reféns em Gaza. Após a aprovação, Moretti saudou a decisão, mas criticou a lentidão do CSNU e reiterou o apelo brasileiro pela cessação das hostilidades. Ele expressou a visão tradicional do Brasil em favor da solução de dois Estados para a paz na região. Moretti lamentou que a resolução tenha demorado e destacou a situação crítica em Gaza, incluindo mortes, deslocamentos, danos a infraestrutura e violações do Direito Internacional Humanitário. Ele afirmou que todas essas violações devem cessar imediatamente, enfatizando a necessidade de um Estado palestino viável coexistindo com Israel para alcançar uma paz duradoura. O Brasil espera que o CSNU continue comprometido com o assunto, prometendo uma voz forte e destemida nesse sentido.

Após o anúncio de "pausa humanitária" na última semana de novembro, o presidente Lula, apesar de celebrar a decisão, disse que ela demorou muito para ser tomada, tendo criticado a

morosidade dos organismos internacionais, incluindo o CSNU. O presidente também criticou a demora de Israel em aceitar a pausa dos conflitou e voltou a criticar a brutalidade das ações israelenses contra a população civil. Conforme nota oficial, o governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, do anúncio, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Catar, de acordo para estender, por dois dias adicionais, a pausa humanitária na Faixa de Gaza, prevista inicialmente para durar quatro dias.

Também na última semana de novembro, o ministro Mauro Vieira participou de debate aberto de alto nível do CSNU sobre a situação no Oriente Médio, inclusive a questão da Palestina, convocado pela presidência chinesa do órgão, coincidindo com o Dia da Solidariedade ao Povo Palestino. Vieira enfatizou a necessidade de buscar uma solução sustentável para a crise na região, por meio da implementação da solução de dois Estados, com um Estado palestino viável, convivendo em paz com Israel, dentro de fronteiras mutuamente aceitas e internacionalmente reconhecidas. À margem da reunião, o ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo palestino Riyad al-Maliki, quando dialogaram sobre a situação humanitária em Gaza e o acordo para libertar reféns e trataram das perspectivas da retomada de um diálogo para paz.

Em 22 de dezembro, o Brasil votou favoravelmente à resolução do CSNU que "exige a todas as partes que autorizem e facilitem a entrega imediata, segura e sem obstáculos de assistência humanitária em larga escala" para Gaza e que pede "a criação de condições para uma cessação duradoura das hostilidades". O texto foi aprovado com treze votos favoráveis e duas abstenções, dos EUA e da Rússia.

Em janeiro, o Itamaraty publicou nota à imprensa em que manifesta preocupação com recentes declarações de autoridades do governo de Israel sobre a promoção da emigração da população palestina da Faixa de Gaza para outros países, assim como o restabelecimento de assentamentos israelenses naquele território. Em outra nota, o Itamaraty condenou ataque terrorista na cidade de Ra'anana, próxima a Tel Aviv, que causou ao menos uma vítima fatal e feriu cerca de duas dezenas de pessoas. O Ministério das Relações Exteriores confirmou que um brasileiro está entre os feridos. Ainda em janeiro, o chanceler Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo palestino à margem da III Cúpula do Sul, do G77+China, em Campala. Vieira reiterou o compromisso do Brasil em colaborar com iniciativas diplomáticas em favor da população civil e da cessação de hostilidades. Manifestou o interesse do Brasil na libertação dos reféns em poder do Hamas, com especial atenção ao brasileiro que se encontra em cativeiro. O chanceler tratou também da repatriação ainda pendente de mulher de nacionalidade brasileira e seus filhos, que está condicionada à autorização do pai, de nacionalidade palestina.

Em fevereiro de 2024, durante entrevista realizada em Adis Adeba, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrava por ocasião da 37ª Cúpula da UA, Lula comparou a situação em Gaza com a política de extermínio de judeus implementada por Hitler. A afirmação ocorreu em resposta ao questionamento sobre a decisão de alguns países de suspender o financiamento à UNRWA. O cerne da fala do presidente brasileiro centrava-se na necessidade de assistência ao povo palestino, perante a conjuntura de destruição e as estimativas que chegam às dezenas de milhares de mortos e feridos, e na crítica à passividade dos dirigentes políticos do mundo, em razão da insuficiência das instâncias políticas de deliberação. Como reação à fala do mandatário brasileiro, o governo israelense declarou o presidente Lula como *persona non grata*. Em consequência da deterioração do relacionamento bilateral, o embaixador do Brasil em Israel foi chamado para consultas.

No que concerne às reações de terceiros países, os presidentes da Bolívia, Luis Alberto Arce, da Colômbia, Gustavo Petro, de Cuba, Miguel Díaz-Canel, e da Venezuela, Nicolás Maduro,

manifestaram-se em defesa do presidente brasileiro. Com relação à posição dos EUA, após o encontro entre o secretário de Estado Antony Blinken e o presidente Lula, em 21 de fevereiro de 2024, o representante estadunidense ressaltou a relevância da parceria entre EUA e Brasil, inclusive no enfrentamento da mudança do clima e na promoção dos direitos dos trabalhadores, além dos sólidos laços bilaterais "mais fortes do que nunca". Embora haja discordância da posição brasileira, não houve pedido de retratação. Ainda em fevereiro de 2024, o Brasil manifestou-se, na Haia, contra a política de ocupação de Israel sobre territórios palestinos[544]. O governo brasileiro tem, ademais, acompanhado com preocupação a escalada de tensões no Oriente Médio, manifestada inclusive por meio de ataques militares a diferentes países da região, que pode resultar na expansão do conflito atual na Faixa de Gaza. O Brasil insta todas as partes a exercerem o máximo de contenção para evitar a disseminação de focos de hostilidades. No mesmo mês, na posse do Brasil em seu sexto mandato como membro do CDH, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, relacionou as ações de Israel em Gaza a genocídio, defendeu a criação de um Estado palestino livre e soberano como condição imprescindível para a paz e afirmou ser dever do CDH se opor de forma veemente a toda forma de neocolonialismo e de *apartheid*.

Em março, após um episódio em que as forças israelenses abriram fogo contra palestinos que aguardavam o recebimento de ajuda humanitária, matando cem pessoas ferindo outras centenas, o governo brasileiro emitiu nota, classificando a situação de "intolerável" e afirmando que o governo Netanyahu não tem "qualquer limite ético ou legal". Novamente, o governo brasileiro pediu cessar-fogo, o acesso de ajuda humanitária a Gaza, a libertação de todos os reféns e a implementação das medidas cautelares emitidas pela Corte Internacional de Justiça, de acordo com o Artigo II da Convenção para a Prevenção e a Repressão e Punição do Crime de Genocídio. Ao recordar o caráter vinculante das medidas provisórias da Corte, o governo brasileiro disse esperar que possam resultar em urgente alívio humanitário para Gaza e em ambiente de diálogo político que permita um cessar-fogo definitivo, a libertação imediata de todos os reféns e a retomada de negociações para a solução de dois Estados, com um Estado da Palestina economicamente viável convivendo lado a lado com o Estado de Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

No mesmo mês, o chanceler Mauro Vieira visitou a Jordânia, o Líbano, a Palestina e a Arábia Saudita, para tratar, além dos temas bilaterais, da situação humanitária e de segurança em Gaza. Em Amã, foi recebido pelo chanceler Ayman Safadi e teve audiência com o rei Abdullah II. Em Beirute, Vieira reuniu-se, entre outros, com o primeiro-ministro do Líbano, Najib Mikati e com o chanceler Abdallah Bou Habib. Na Palestina, encontrou-se com o presidente Mahmoud Abbas, com o primeiro-ministro Mohammed Shtayyeh, e com o chanceler Riad Malki. Em Riade, o chanceler brasileiro foi recebido por seu homólogo saudita, Faisal bin Farhan. Mauro Vieira discutiu com essas autoridades o contexto regional, o conflito em Gaza e suas repercussões. As autoridades jordanianas, libanesas e sauditas reconheceram o empenho brasileiro e do presidente Lula em defesa dos palestinos.

Os governadores Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) e Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) viajaram a Israel a convite do governo do país. Os dois reuniram-se com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e com o presidente israelense, Isaac Herzog, ocasião em que pediram desculpas pela declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que comparou a ação do exército de Israel ao holocausto judeu na 2ª Guerra Mundial. Também se solidarizaram

[544] A CIJ está trabalhando em opinião consultiva a respeito, solicitada pela AGNU.

com os israelenses, desejaram sucesso no resgate de reféns e que encontrem uma solução para o conflito.

Em abril de 2024, o Brasil emitiu uma nota oficial em que reiterou o firme repúdio a toda e qualquer ação militar contra alvos civis, sobretudo aqueles ligados à prestação de ajuda humanitária e de assistência médica, após sete trabalhadores da ONG humanitária *World Central Kitchen* (WCK) terem sido mortos por um ataque aéreo israelense. O Itamaraty também deplorou a destruição do hospital Al-Shifa e lamentou que mais de 200 agentes humanitários tenham sido mortos na Faixa de Gaza, desde outubro de 2023. Em vista dos últimos acontecimentos no Oriente Médio, o MRE orientou os brasileiros que evitassem viagens não essenciais à região, em particular a Israel, Palestina, Líbano, Síria, Jordânia, Iraque e Irã e que os nacionais que já estivessem nesses países seguissem as orientações divulgadas nos sítios eletrônicos e mídias sociais das embaixadas brasileiras. O chanceler Mauro Vieira também falou ao telefone com os ministros do exterior de Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Noruega e Portugal sobre a crise no Oriente Médio e a solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino. Ainda em abril, o Brasil e líderes de mais 17 países[545] assinaram declaração conjunta, proposta pelo presidente Biden, para a libertação imediata dos reféns detidos em Gaza pelo Hamas.

No mesmo mês, o Itamaraty emitiu uma nota em que manifestou acompanhar, com grave preocupação, o envio de *drones* e mísseis do Irã em direção a Israel. No contexto do acirramento do conflito entre Irã e Israel, o ministro Mauro Vieira participou, em Nova York, do debate aberto do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Oriente Médio. Em seu discurso, o chanceler brasileiro reconheceu a gravidade da situação humanitária em Gaza, manifestou preocupação com a escalada da violência no conflito israelo-palestino, fez um apelo à desescalada e ao fim imediato das hostilidades, condenou os ataques e violações do direito internacional, manifestou suporte à autodeterminação do povo palestino e à solução de dois Estados, reconheceu o Estado da Palestina e manifestou apoio à sua integração plena nas Nações Unidas e enfatizou a importância do desenvolvimento econômico e da estabilidade para a paz duradoura.

À margem da reunião do CSNU, o chanceler brasileiro reuniu-se com o chanceler espanhol José Manuel Álbares, ocasião em que trataram da situação humanitária em Gaza e dos riscos de alastramento do conflito. Analisaram ainda o expressivo apoio ao projeto de resolução sobre a admissão da Palestina como membro pleno da ONU. Embora não tenha sido aprovado, em função de veto dos EUA, o projeto obteve 12 votos a favor e 2 abstenções. O assunto também foi tema de uma reunião entre Mauro Vieira e o chanceler do Irã, que também trataram do aumento da tensão Irã-Israel, inclusive das explosões na cidade de Isfahan. O Brasil insistiu na máxima contenção para se evitar escalada de consequências imprevisíveis.

Em maio de 2024, o governo brasileiro saudou a aprovação, na AGNU, de resolução copatrocinada pelo Brasil relativa à admissão do Estado da Palestina na ONU, apoiada por mais de dois terços dos membros, com 143 votos a favor, 9 contra e 25 abstenções. A resolução determina que a Palestina está qualificada para tornar-se membro das Nações Unidas e recomenda ao Conselho de Segurança que reconsidere a questão de maneira favorável[546]. No mesmo mês, o governo brasileiro condenou o início de operação das forças armadas de Israel contra a cidade de Rafah, na Faixa de Gaza, área sabidamente de alta concentração da população civil. Para o Brasil, essa ação militar denota descaso pelos princípios básicos dos direitos humanos e do direito

---

[545] Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Hungria, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Sérvia e Tailândia

[546] Decisão que admitiria o Estado da Palestina como membro pleno das Nações Unidas foi vetada por um membro permanente do Conselho de Segurança em 18 de abril de 2024.

humanitário e pode comprometer esforços de mediação e diálogo em curso. Nesse contexto, o Brasil reitrou o pleito ao CSNU de que sejam superados a indiferença e o imobilismo que têm permitido o aprofundamento da catástrofe humanitária na Faixa de Gaza.

Ainda em maio, o governo brasileiro saudou a adoção de medidas cautelares adicionais pela CIJ no processo instaurado pela África do Sul contra Israel e os anúncios oficiais de Espanha, Irlanda e Noruega, pelos quais reconhecem o Estado da Palestina. No fim do mês, Israel resgatou o corpo de Michel Nisembaum, brasileiro que havia sido sequestrado pelo Hamas no ataque de 7 de outubro.

Em junho de 2024, o governo brasileiro condenou um bombardeio em Saddikine, no Sul do Líbano, que resultou em ferimentos em três cidadãos brasileiros. O episódio ocorreu no contexto de ataques das forças armadas israelenses no Sul do Líbano e do Hezbollah no Norte de Israel.

No mesmo mês, o Brasil aderiu à declaração conjunta, assinada também por EUA, Argentina, Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, França, Alemanha, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Espanha, Tailândia e Reino Unido, na qual se registrou, em linha com a posição reiteradamente manifestada pelo País, apelo à libertação de reféns, ao cessar-fogo, ao fim imediato das hostilidades no Oriente Médio e à solução de dois Estados. No mesmo mês, o governo brasileiro emitiu nota em que lamentou nova incursão de centenas de ativistas israelenses na Esplanada das Mesquitas ("Haram-El-Sharif"), incitados por declarações do Ministro de Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, por ocasião da "Marcha das Bandeiras", evento que celebrou o aniversário de 57 anos da ocupação de Jerusalém Oriental por Israel.

Também em junho, o governo brasileiro saudou a adoção da S/RES/2735 (2024) sobre plano de cessar-fogo em Gaza. A resolução prioriza o diálogo e a diplomacia na busca de soluções justas e duradouras para a situação em Gaza, em consonância com o que o Brasil defende.

Em julho de 2024, o governo brasileiro repudiou, por meio de nota, a decisão arbitrária do governo israelense de ampliar o número de assentos ilegais na Cisjordânia. Para o Brasil, a decisão constitui flagrante violação do Direito Internacional, põe em grave risco a solução de dois Estados e a construção de uma paz duradoura na região, e ameaça os contínuos esforços para pôr fim ao conflito em Gaza.